

Brasil em pauta

A trajetória da
comunicação no IBGE

Nelson de Castro Senra
Sílvia Maia Fonseca
Teresa Cristina Millions

Brasil pau^{em}TA

A trajetória da
comunicação no IBGE

Nelson de Castro Senra
Silvia Maia Fonseca
Teresa Cristina Millions

Rio de Janeiro
2018

Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Esteves Pedro Colnago Junior

**INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente
Roberto Luís Olinto Ramos
Diretor-Executivo
Fernando José de Araújo Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Claudio Dutra Crespo

Diretoria de Geociências
João Bosco de Azevedo

Diretoria de Informática
José Sant’Anna Bevilaqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL
Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Brasil em pauta

A trajetória da
comunicação no IBGE

Nelson de Castro Senra
Silvia Maia Fonseca
Teresa Cristina Millions

Rio de Janeiro
2018

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4466-3

© IBGE. 2018

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IBGE.

Capa

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Gerência de Editoração/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Senra, Nelson de Castro

Brasil em pauta: a trajetória da comunicação no IBGE / Nelson de Castro Senra; Fonseca, Silvia Maia; Millions, Teresa Cristina; prefácio por Flávia Oliveira. - Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2018.

268 p. : il.

Inclui índice.
ISBN 978-85-240-4466-3

1. Brasil--História. 2. Sociedade da informação. 3. IBGE-Comunicação.
I. IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações.
II. Título.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais	CDU 061.27(81)
RJ/IBGE 2018-08	IBGE

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Dedicatória

Toda atividade envolve muitas pessoas, e não foi diferente na comunicação do IBGE. Houve pessoas anônimas, cumprindo seus deveres com denodo, todas, e cada uma, em seus papéis, foram peças-chaves. E serão sempre lembradas.

E houve pessoas que, estando no comando, foram precursoras, não raro agindo como inovadoras, assim cabendo dar-lhes realce aos nomes em justo reconhecimento ao que realizaram com inegável dedicação, não raro com sacrifícios pessoais.

E é claro que fazer essas relações é sempre arriscado, podendo resultar omissões e injustiças. Vale o risco, pois pior seria não dar luz aos nomes que o merecem, segundo as evidências documentais.

Pois, este livro é dedicado àqueles que, cada qual a seu tempo e a seu modo, mudaram a trajetória da comunicação no IBGE, fazendo essa história grande.

Mário Augusto Teixeira de Freitas

Waldemar Lopes, Valdemar Cavalcanti e Alberto Passos Guimarães

Renato Americano e Renato Pacheco Americano

Luiz Mário Gazzaneo

In Memoriam

Shirley Soares

David Wu Tai

Simon Schwartzman e Sérgio Besserman

sumário

11

Apresentação



15

Prefácio

Introdução

23

O IBGE contou
o Brasil
e lhe deu
uma imagem



Prólogo

31

A comunicação
na história
do IBGE



primeira
PARTE

40

Linha do tempo
(1936-1979)

43

Os passos iniciais
da comunicação



45

O início da ligação
com a imprensa

52

Os primeiros
comunicados

54

Em busca do
reconhecimento

60

A crise vivida na
imprensa



69

Organizar,
imprimir
e divulgar

71

A criação do
Serviço Gráfico

82

Anuário Estatístico
do Brasil,
Boletim Estatístico e
Indicadores IBGE

85

Revistas de Geografia,
de Estatística e
dos Municípios

91

Mudanças
profundas.
Divulgação
silenciosa

segunda
PARTE

98

Linha do tempo
(1979-1999)

101

A chegada da
comunicação
eletrônica



103

Tecnologia
ampliando a
transparência

105

A descentralização do
processamento

107

A democratização da
informação

110

O primeiro *house*
organ do IBGE



115

Estruturas
renovadas

117

Nasce a
Coordenadoria
de Comunicação
Social – CCS

130

A disseminação de
informações para o
conhecimento da
realidade, o papel do
CDDI



terceira
PARTE

144

Linha do tempo
(1999-2017)

147

A nova era
na comunicação



151

A nova
comunicação
germina

154

Portal: a vitrine
do IBGE

163

A parceria com
a mídia

169

As boas práticas da
divulgação



174

A força da divulgação
regional



183

Nasce a
comunicação
digital

183

Os avanços no papel
e no digital

188

A normatização da
comunicação

197

Intranet: o novo
house organ

201

As redes sociais e
outros canais
de informação

204

A nova agência de
notícias em
tempo real



quarta
PARTE

211

A comunicação
do amanhã
já começou



221

Referências



235

Índice de
imagens



apresentação

 IBGE é uma usina que produz informações de qualidade, que gera conhecimento sobre o Brasil e tem como missão institucional permitir o exercício da cidadania. O que significa, prover aos cidadãos informações não apenas de qualidade, mas também que se saiba como foram calculadas (transparência), acessíveis e, principalmente, com uma narrativa que permita sua compreensão por todos. A necessidade de comunicar bem e claramente explica a importância do tema do presente livro. A comunicação esteve presente na base da criação do IBGE, que sempre procurou descrever os resultados das suas pesquisas, ou seja, buscou ser entendido. Esta prática, que assumimos verdadeiramente, geração a geração, nos veio com nosso fundador, Mário Augusto Teixeira de Freitas, ele próprio um renomado comunicador. Seguindo seus passos, nessa caminhada que completa 82 anos, o IBGE sempre procurou renovar sua comunicação, valendo-se do que havia de melhor, a cada tempo, em métodos e em técnicas.

Pois agora, em um tempo onde a quantidade de informação, números, fatos e opiniões cresceu, e continua crescendo, de maneira impressionante. A inovação nas tecnologias da informação trouxe enorme velocidade de processamento e de armazenamento da informação, as redes sociais se apresentam como uma fonte cada vez mais presente. Temos que olhar um novo ambiente, com novas expressões como *big data* ou “revolução de dados” nos desafiando a entendê-las. Temos uma era com muita informação, portanto, confusa, desarticuladora, em que o “normal” (o que quer que isso seja) se desfaz, em que tudo e todos são desafiados, questionados, mais e mais atenção devemos dedicar à comunicação, e não apenas na sua prática, mas também em seu significado.

Os desafios a uma instituição produtora de estatísticas e geoinformação são crescentes. Com o aumento de produtores, usuários, ferramentas o mundo da informação nos exige cada vez mais atenção, mais clareza em nossa narrativa, maior presença nas mídias. De forma que, nosso produto disseminado e comunicado, mantenha a credibilidade e o respeito como sempre.

Nesse sentido achamos que valeria visitar, mais uma vez, o passado ibgeano para encontrar a trajetória da comunicação; estávamos seguros que teríamos muito a aprender, e de fato nossa viagem foi prazerosa e educativa.

A história do IBGE – já vários livros o revelaram – para além de ser sua história, ao ser também a história das atividades estatísticas e geocientíficas brasileiras, trata da própria história do Brasil, olhando o povo e o território, o que lhe dá uma dimensão muito especial. De novo isso aqui ocorre, nessa história da comunicação vivenciada por tantas pessoas, por tantas formas, numa evolução tão incrível, tão segura, ao longo de tanto tempo, desde seu início. Fica claro ao leitor que em nenhum momento o IBGE se ocupou apenas de produzir, jamais tendo se descuidado da divulgação, e volto a dizer, mais que divulgar, de se comunicar de forma cada vez mais transparente, o que confere respaldo à sua atuação, contribui na legitimação da Instituição e o aprofundamento de sua participação em um processo democrático.

Além do prazer da leitura, o leitor verá o quanto o IBGE foi inovador, e até mesmo pioneiro, o que muito nos orgulha. Somos figura de Estado, trabalhamos para a sociedade, nossa pauta é o Brasil. Que uma atenta leitura o constate.

Roberto Luís Olinto Ramos

Presidente do IBGE

prefácio

Por Flávia Oliveira*

A caprichada e robusta edição deste *Brasil em pauta: a trajetória da comunicação no IBGE* é particularmente bem-vinda por mergulhar em assunto incomum nas instituições públicas. Não é todo dia que produtores de informação se dispõem a inventariar e escancarar a própria cadeia de difusão do conhecimento. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE fez isso com coragem e transparência. Nesta obra, joga luz no processo que o içou aos mais confiáveis órgãos da República, sem omitir disputas, recuos e percalços da caminhada. Nas páginas ricamente ilustradas, o leitor se convencerá da relevância da decisão política de partilhar as estatísticas oficiais com a sociedade. Aí reside a principal contribuição do livro. Comunicação, para o IBGE, não é atividade-meio. Nunca foi.

Está claro que, desde a origem, nos anos 1930, a necessidade de divulgação está presente. Mário Augusto Teixeira de Freitas (1890-1956), idealizador do então Instituto Nacional de Estatística, listou como atributo do primeiro presidente do órgão a capacidade de, mais que perceber a importância das informações produzidas, torna-las visíveis à sociedade. A comunicação está no DNA do IBGE. Não escondo a satisfação de identifica-la como atividade-fim, primordial. Produção e divulgação de estatísticas andam juntas. De que serviriam as pesquisas conjunturais e estruturais, se impenetráveis, inacessíveis e incompreensíveis aos brasileiros e aos gestores e formuladores de políticas públicas?

Minha ligação com o IBGE antecede o jornalismo e se intensificou a partir dele. Nos anos 1980, fui aluna da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, vinculada ainda hoje ao Instituto, mas sem o curso técnico de nível médio no qual me formei. Estagiei no Departamento de Economia, na velha sede em Mangureira (Rio de Janeiro), demolida neste ano da graça de 2018 para dar lugar a projeto de habitação popular. A intimidade com tabelas, gráficos, análise de números está intimamente ligada à vantagem competitiva que me introduziu no jornalismo econômico. Se não determinou, é certo que apressou.

Nas mais de três décadas de relacionamento com o órgão oficial de estatísticas do Brasil, fui testemunha da busca por transparência, consolidação da credibilidade e adaptação às novas tecnologias. Sem exagero, revolução é a palavra que define a travessia. O IBGE não só transformou a si mesmo, como também influenciou um conjunto de agentes socioeconômicos: de autoridades a instituições públicas e privadas de pesquisas; de analistas de conjuntura a veículos de comunicação. Sim, a mídia mudou, porque o IBGE desafiou a cobertura jornalística dos indicadores socioeconômicos.

* Flávia Oliveira é técnica em estatística formada pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE e graduada em jornalismo na Universidade Federal Fluminense - UFF. Atua no jornalismo diário desde 1992. É colunista do jornal *O Globo* e comentarista no canal *GloboNews* e na rádio CBN. Dedicou-se à cobertura de economia e indicadores sociais.

Começou nas primeiras décadas, com a elaboração dos comunicados de imprensa e os esforços de aproximação com proprietários e editores de jornais e rádios. Os meios de comunicação eram necessários para justificar a existência do Instituto. Não sem ônus. Disputas políticas internas, posteriormente, ganhariam as páginas e obrigariam o órgão a estar na imprensa para defender sua reputação e construir sua credibilidade.

Também na ampla e cuidadosa investigação da parte inicial deste livro, refletimos sobre o compromisso com a universalização por meio de episódio, aos olhos de hoje, pitoresco. O Conselho Nacional de Estatística, na Resolução n. 82, de 18.07.1938, adotou formalmente o esperanto como língua auxiliar nas atividades e publicações. Lançava-se ao solo a semente da visibilidade do arcabouço estatístico brasileiro. Hoje, o portal do IBGE já conta com versão em inglês dos conteúdos divulgados para a imprensa e do acesso à base de dados.

O órgão oficial brasileiro participa das discussões de alto nível com organismos multilaterais. Segue os princípios fundamentais das estatísticas oficiais das Nações Unidas, ancorado na convicção de que acesso à informação é direito democrático e constitucional. O Brasil, não por acaso, foi o primeiro país da América Latina a produzir e divulgar informações sobre o mercado de trabalho alinhadas às mais recentes recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Para ficar num exemplo, a taxa de desemprego segue como a principal medida da necessidade de geração de vagas, mas não é a única. Mídia e sociedade já sabem que há dimensões menos agudas, mas igualmente preocupantes. É o caso dos ocupados por insuficiência de horas – aqueles que desejam ampliar a jornada semanal, mas não conseguem.

O livro traz muito aprendizado sobre o desafio de transpor a barreira do hermetismo linguístico, típico dos informes da primeira metade do século passado, para a linguagem didática e acessível dos dias atuais. Se um inibe, o outro democratiza o acesso à informação. Da mesma forma, num ambiente ainda 100% analógica, antes da televisão e da era digital, dar escala à difusão de dados significava também ser capaz de editar, imprimir e distribuir com qualidade.

Da obsessão por divulgar, talvez tenha nascido o Serviço Gráfico do IBGE, que se tornou um dos mais importantes do País. Do complexo em Parada de Lucas, Zona Norte carioca, saíam de formulários e manuais de pesquisas a livros; de mapas e cartas topográficas à *Revista Brasileira de Estatística* e ao *Boletim Geográfico*. E os impressos com análises, tabelas e gráficos que, décadas a fio, subsidiaram a cobertura jornalística. A gráfica nunca atrasou uma entrega. Chegou a trabalhar para o Ministério do Planejamento e a vencer concorrências da Biblioteca Nacional, Exército e Aeronáutica.

Lembro da coleção de publicações do IBGE alinhadas na parte superior do armário principal da editoria de Economia do *O Globo*, ao longo dos anos 1990 – quando fui admitida no jornal – até o fim da primeira década deste século, quando o acesso remoto à base de dados do Instituto se consolidou. Hoje, informa o livro, entre biblioteca e FTPS, há um milhão de arquivos disponíveis aos usuários do portal.

Em linha com o processo histórico nacional, o fim da ditadura militar foi decisivo para formatar o IBGE que conhecemos. Transparência é, por princípio, incompatível com regime autoritário. Nos anos 1970, métodos e manuais de trabalho da equipe encarregada de criar o sistema de índices de preços foram publicados num caderno acessível aos brasileiros. Mas o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, até hoje medida da inflação dos mais pobres e dos acordos salariais, só saiu do papel em 1979, começando por Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. Atualmente, INPC e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, referência do sistema de metas de inflação instituído em 1999, alcançam as regiões metropolitanas de Rio, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além do Distrito Federal e da cidade de Goiânia.

Na segunda metade dos anos 1980, as publicações se multiplicaram, e o contato do corpo diretor e da equipe técnica do IBGE com editores e repórteres se intensificou. Mas o marco temporal da guinada na comunicação foi a gestão de Simon Schwartzman na presidência, a partir de 1994. Ele entendia o IBGE como órgão de informação para sociedade, Estado, governos: “Sua [IBGE] função é produzir informações de interesse social para todo mundo, para o governo, para o setor privado, para a opinião pública, internacional etc. Daí esta preocupação em colocar os dados à disposição do pesquisador, de tentar atender o público da melhor maneira possível”, declarou em entrevista para este livro, em 2015. De novo, o protagonismo da comunicação salientado.

Na sequência, o economista Sérgio Besserman Vianna dobrou a aposta no tripé divulgação-credibilidade-confiança com a contratação do saudoso jornalista Luiz Mario Gazzaneo, tão experiente quanto ousado. Gazza assumiu a Comunicação do IBGE aos 72 anos com vigor juvenil. Foi ele quem alterou, de forma irreversível, as relações entre o Instituto e a imprensa. Antecipou-se à mídia e influenciou-a. A começar pelas reuniões de embargo, em que os jornalistas recebiam as pesquisas estruturais com antecedência, para produzir edições robustas, enriquecidas com fotos, infográficos e personagens.

O IBGE enfrentou resistência dentro do próprio governo brasileiro, com autoridades inconformadas em perder o acesso privilegiado às informações – e delas dispor. A imprensa cobriu a sucessão de portarias ministeriais, ora para impedir, ora para regular o modelo de divulgação. Em 2011, com Wasmália Bivar na presidência e Silvia Maia como sucessora de Gazzaneo na Comunicação, estruturou-se o protocolo de procedimentos de disseminação de informações, que institucionalizou o embargo e lançou as bases para fortalecer a divulgação regional.

A *Política de Comunicação Integrada* foi anunciada em dezembro de 2012, após nove meses de trabalho. Ética, transparência, imparcialidade e agilidade foram alguns dos princípios que nortearam as orientações. O rol de normas se comprometeu com o atendimento à mídia sem escala de prioridade de veículos, jornalistas ou localização. Foi decisão simbólica relevante para fortalecer a relação com as novas mídias e os meios de comunicação fora do hegemônico eixo Rio-São Paulo-Brasília.

A relação com a imprensa se estreitou. Houve delícias, mas não faltaram dores. Três anos atrás, a instituição tornou pública as orientações para lidar com erros de forma uniforme e transparente. Equipes técnicas estão obrigadas a informar e trabalhar em conjunto com a área de comunicação, tão logo tome conhecimento de qualquer falha ou imprecisão. A iniciativa foi reação à divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013 com erro na expansão da amostra.

A notícia de aumento na desigualdade de renda estava nas páginas quando, no dia seguinte à divulgação da PNAD a presidência convocou entrevista coletiva para corrigir a informação. O Índice de Gini, medida da concentração de rendimentos, caíra de 0,496 para 0,495, em vez de subir 0,498. Para o IBGE, a interpretação não mudava. Para a imprensa, sim. Para o mundo político, ainda mais. Tanto que o governo indicou duas comissões para investigar o episódio – ambas posteriormente confirmaram que o erro fora acidental e ratificaram os padrões técnicos da pesquisa. Em 2015, o portal passou a publicar a seção “Erramos”, nos moldes do que fazem os jornais.

O IBGE ajudou a estruturar a ponte entre a frieza das estatísticas e as vidas humanas que com elas se relacionavam. Sem exagero, obrigou os veículos de comunicação a instituírem novos ciclos de produção, além de revisitarem velhas convicções do jornalismo. A imprensa não apenas aderiu ao pacto – de início, apenas apalavrado – como também adaptou a cobertura. A perseguição ao furo foi substituída pela competição pelas melhores análises, pelas histórias mais bem contadas, pelas edições mais caprichadas. No *O Globo*, fui repórter e editei cadernos especiais sob a marca *Retratos do Brasil*, criada tão somente para abraçar diagnósticos antecipados nos embargos.

No Brasil, o IBGE foi pioneiro nesse tipo de divulgação. Duas décadas depois, a prática se naturalizou. Acabou incorporada por outras instituições relevantes, caso de OIT, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Fundação SEADE. Revisitar o ponto zero dessa iniciativa – mesmo para quem, como eu, a experimentou na origem – dá a medida da transformação. Foi imensa.

Teve mais. O IBGE se envolveu na qualificação dos profissionais de imprensa. A rigor, seria de universidades e empregadores a responsabilidade pela capacitação de profissionais para tratar de informações tão importantes como sistema nacional de estatísticas. Na falta deles – estamos em 2018 e faculdades de jornalismo, Brasil afora, sequer têm direitos humanos como disciplina – foi o órgão oficial de estatística que, em grande parte, se ocupou da formação: da explicação de conceitos ao acesso e cruzamento de dados do portal. Uma geração inteira, talvez duas, de repórteres e editores de jornais, revistas, rádios, TVs e, agora, Internet aprenderam com o IBGE sobre macroeconomia, indicadores sociais e planilhas de Excel.

Enquanto transformava as relações com a imprensa, o IBGE se adaptava à revolução tecnológica dos tempos de agora. A informática e os meios digitais alteraram profundamente a forma de fazer e divulgar pesquisas. A primeira versão do Portal IBGE saiu do papel em dois meses, no segundo semestre de 1995. No ano passado, registrou 76,6 milhões de visitas e atingiu 1,7 bilhão de visualizações e downloads. O perfil no Twitter estreou em 2010; no Facebook, dois anos depois. Em 2014, o IBGE chegou ao Youtube, no ano seguinte, ao Instagram.

A oferta de conteúdo em apresentação e linguagem acessíveis a um clique da população é desafio adicional para jornalistas e veículos que, um dia, detiveram o monopólio da intermediação das informações entre produtores primários e consumidores. O calendário de divulgações é público; os releases são distribuídos simultaneamente a repórteres em entrevistas coletivas e a quem mais se interessar, via site e redes sociais. Significa que, para atrair o público, a mídia está obrigada a apresentar novas abordagens, análises, contextualização.

Tanta produção para diferentes plataformas de divulgação foi dar no lançamento, ano passado, da *Agência de Notícias IBGE* – concebida na curta gestão do economista Paulo Rabello de Castro (2016-2017), lançada sob a batuta do engenheiro Roberto Olinto, funcionário de carreira desde 1980, presidente a partir de junho de 2017. A revista trimestral *Fala, IBGE* foi substituída pela mensal *Retratos*. Na agência e na publicação, há textos em linguagem jornalística, imagens, tabelas e gráficos de acesso irrestrito.

Aqui, de um lado, ganha impulso a regionalização. Além das informações macro, de abrangência nacional, saídas da sede, no Rio, as equipes de comunicação nos estados vêm produzindo conteúdos de interesse local, quase sempre secundarizados pelos veículos de grande circulação. De outro, materializa-se o desafio da vez na política relacionamento do IBGE, não mais com a imprensa, mas com produtores de conteúdo num sentido mais amplo. A jornais, revistas, rádio e TV somam-se sites de mídia alternativa, blogueiros, youtubers e influenciadores digitais.

Hoje, além de gerar informação primária na forma de pesquisas e indicadores, o IBGE produz conteúdo em diferentes plataformas, de relatórios, tabelas e releases a vídeos, infográficos e mapas. Está nas duas pontas da difusão das estatísticas oficiais do País. De quebra, precisa se adaptar às transformações que a era digital impôs às comunicações. Marcas tradicionais do mercado jornalístico já não estão sós. O protagonismo se multiplicou. Isso exige empenho, não só para identificar e atender novos atores, mas também para zelar pela precisão e qualidade das informações que ganham a mundo o virtual em velocidade nunca vista.

O Século XXI avança e o IBGE vai com ele, agora, protagonista não apenas da produção e divulgação de estatísticas, mas também na forma de comunica-las. É movimento que não para. E segue instigando a todos nós. Que História!

introdução

O IBGE contou o Brasil e lhe deu uma imagem

Para um historiador, a memória é uma construção. Ela não significa trazer um fato à tona, mas como eu, hoje, construo minha relação com o fato pretérito. Nunca se trata de recriar o passado ou, como queria Leopold von Ranke, descrever as coisas tal como “realmente foram”. Hoje, é mais usual dizer que o especialista em memória (o historiador) estuda como são lembrados ou esquecidos os fatos históricos.

Leandro Karnal¹

Mirar o passado para entender o presente é complicado, pois a história não se repete como tragédia nem como farsa; assemelha-se mais ao rio de Heráclito, em que não se pode nadar duas vezes. No entanto, há sem dúvida continuidades que justificam o exercício.

José Murilo de Carvalho²

Antes mesmo de nascer, o IBGE seria notícia. Isso é curioso, pois além de produzir, comunicar seria preocupação diuturna do IBGE. Assim, ser notícia já antes de nascer foi visto como altamente auspicioso. E a notícia foi aplaudida francamente.

Tudo teria início em 1932, no relatório de Teixeira de Freitas dirigido ao então Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos ao propor a criação de um Instituto Nacional de Estatística e Cartografia. Esse relatório seria matéria enviada aos jornalistas através da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, do referido ministério, que Teixeira de Freitas dirigia à época, em que diz:

[...] as ideias fundamentais que lhe delineiam o plano precisam ser bastante divulgadas afim de que à apreciação dos órgãos técnicos que devem dar o seu parecer sobre o esboço organizado, se junte a opinião dos estudiosos que também o quiserem analisar. (EDUCAÇÃO..., 1942, p. 134)³

¹ KARNAL, L. *Diálogo de culturas*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 21.

² CARVALHO, J. M. de. *O pecado original da República: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017. p. 23

³ Note-se que esse volume, embora esteja datado de 1942, contém uma coleção de comunicados feitos ao longo da década de 1930 até 1941.

E nesse sentido, Teixeira de Freitas estava literalmente disseminando sua ideia de criação do Instituto, pois como esclarece a doutora em Ciência da Informação, Suzana Mueller, na segunda parte deste livro, a origem da palavra disseminar é semente, plantar uma informação que dê frutos, seja repercutida e dê origem a novos conhecimentos. Teixeira de Freitas não perdia ocasião de falar ao público, através da imprensa, escrita ou falada. Assim, em 23.05.1933, falaria à Rádio Club do Brasil sobre o projeto de criação do Instituto Nacional de Estatística e Cartografia. Então, de modo forte e firme, esclarece sua proposta:

O Brasil, lamentavelmente, ainda é um país que ignora quase tudo de si mesmo. Os dados com que se possa caracterizar qualquer aspecto da vida nacional, ou não existem, ou são difíceis de encontrar, ou se acham elaborados fragmentários e lacunosamente, ou são antiquados, ou se contradizem, quando não se distanciam visivelmente da realidade. E as indicações sintéticas das condições existenciais do país, que todos os povos cultos mantêm em dia, nos seus mapas geográficos, físicos e políticos, e nos seus Anuários Estatísticos, o Brasil praticamente não as possui, porque só se podem assinalar neste particular, entre nós, tentativas insuficientes e sem a desejável continuidade e perfectibilidade⁴ (SENRA, 2016, p. 63).

Conversava, palestrava, divulgava a ideia, até que ganhou. Mas não por completo, resultando no Instituto Nacional de Estatística, em 06.07.1934; faltando a indicação do presidente, em que seguiu lutando, até que Macedo Soares, o nosso diplomata, o nosso embaixador, assumisse a presidência, e o Instituto pudesse funcionar a partir de 29.05.1936. Teixeira de Freitas não esqueceria a cartografia, e a colocaria embutida na Convenção Nacional de Estatística (em 11.08.1936), de modo que na essência voltava à proposta fundadora, faltando apenas ajustar o nome e a sigla, o que viria em 26.01.1938, sem nenhuma mudança de substância: nascia o nome Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e a sigla IBGE.

E tão logo começou a funcionar, não tardou a produzir e, sobretudo, a retratar um país continental, com uma sociedade tão complexa quanto a nossa. A comunicação esteve presente na base de criação do IBGE, e ao longo desses 82 anos, manteve o Brasil em pauta, com informações dos lugares mais remotos às grandes metrópoles, o que explica o nome do livro. Na verdade, já em 1936, quando ainda mal se assentara (e nem mesmo começara a pesquisar), já publicaria o *Anuário Estatístico do Brasil*⁵, obra síntese de referência a todo País culto, como bem afirmara Teixeira de Freitas, em seu arrazoado. E ele seria apenas o primeiro veículo de divulgação institucional; vários outros viriam ao longo do tempo.

Com o tempo, a Instituição foi ganhando corpo até se tornar uma referência de conhecimento sobre o Brasil. Haveria unidades voltadas à divulgação, haveria profissionais mais e mais especializados, as tecnologias evoluíam, e se passaria do produto impresso (com a potência de um moderno serviço gráfico) ao produto ou serviço digital (com a potência de modernos e avançados computadores); o mundo giraria, e o IBGE estaria atento, sempre seguindo o melhor dos tempos, sem perder o passo da produção e da divulgação/disseminação. O IBGE, desde sempre, produzia e, ao mesmo tempo, divulgava, bem sabendo que produzir sem divulgar de nada servia. Seus pais fundadores tinham presente que produção e comunicação eram as faces de uma mesma moeda, e assim a moldaram.

⁴ Palestra de Teixeira de Freitas realizada a 23.05.1933, na Rádio Club do Brasil: O Instituto Brasileiro de Estatística e Cartografia. Note-se que ele não usou no título da palestra, o nome que vinha dando ao Instituto em sua proposta, ou seja, em lugar de “Nacional” usou “Brasileiro”.

⁵ O primeiro número editado pelo IBGE sairia como número dois, marcando assim uma sequência com o Anuário que Bulhões Carvalho editara na Diretoria Geral de Estatística.

A sócio-história da produção pelo IBGE da informação estatística e geocientífica já é bem conhecida e valorizada. O resultado de suas pesquisas é sinônimo de verdade, seus números têm fidelidade, são críveis, seus mapas são certos; o IBGE é fonte segura. Pois faltava contar a trajetória da comunicação, tão laboriosamente construída desde seu primeiro momento, na verdade, como visto, ainda antes de nascer, pelas mãos de seu idealizador, Mário Augusto Teixeira de Freitas. Pois este é o objetivo deste livro, contar essa história, revelar esta trajetória: como se moldou e evoluiu a comunicação nessa Instituição? Como pôde o IBGE sempre se orientar pela sociedade, enquanto instituição de Estado que é, sem se deixar envolver em situações de momentos? De que maneira os processos de comunicação puderam legitimar a Instituição e contribuir com à sua atuação?

Estrutura desta obra

Este livro possui quatro partes, além desta Introdução e de um Prólogo. O Prólogo passeia pela história do IBGE, de modo breve, com foco na comunicação, vale dizer, realça os aspectos mais essenciais da comunicação, em lugar de contar sua longa história institucional, de como se consolidou, de como superou crises, de como evoluiu suas técnicas, de como mudou seus processos de trabalho etc⁶.

A primeira parte aborda “os passos iniciais da comunicação”, primeiro sob a batuta de Teixeira de Freitas, em seu tempo de glória, com todas as dores do crescimento, seguindo um período de crise, que levaria à mudança de seu estatuto jurídico, já então sob o comando de Isaac Kerstenetzky. Vê-se aqui a surgimento da magnífica tecnologia de divulgação, na figura do Serviço Gráfico, primeiro na Urca, depois em Parada de Lucas, em sua grandeza inigualável. São descritas as primeiras publicações, e suas razões de existir. Alguns nomes aparecem, como os primeiros jornalistas, e os homens que fizeram a gráfica e a modernizaram. Ao final vemos o surgimento de outra magnífica tecnologia, agora a computação, símbolo icônico do tempo, abrindo horizontes inimagináveis. O futuro seria ficcional.

A segunda parte mostra aquele futuro se tornando realidade, com o computador ganhando materialidade, mas ainda sendo, por algum tempo, por demais “de grande porte”. Contudo, já tornando tanto a produção, quanto a editoração e a impressão mais simplificadas, sem contar o quanto fazia avançar a comunicação, pouco a pouco já ganhando os meios eletrônicos, mas ainda sem abrir mão do papel. Novos meios surgem, numa comunicação interna e externa mais dinâmica, elegante e eficiente. Tudo fica mais eficaz, e o IBGE se fez mais presente, sendo também mais cobrado pelos usuários. Os desafios cresciam, a exigir direções mais corajosas e mais modernas, que, felizmente, logo viriam: David Wu Tai e Simon Schwartzman, ambos tendo visão de mundo e contando com o recurso da Internet, que bem souberam utilizar. E o IBGE alçou o mundo.

A terceira parte deu um salto ainda maior, agora somando a cidadania ao que já havia, através de Sérgio Besserman e do jornalista Luiz Gazzaneo. Com ousadia, e com seu prestígio, as mídias clássicas, qual seja a grande imprensa nacional foi alcançada, e se viu aberta ao IBGE. Os técnicos foram sacudidos, e entenderam que precisavam se relacionar diferentemente, e foram ensinados pacientemente

⁶ Para uma breve leitura dessa história, consultar: SENRA, N. de C. *Tradição e renovação: uma síntese da história do IBGE*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=299005>>. Acesso em: jun. 2018. Ao longo deste livro é possível ter indicações de publicações que permitirão ao leitor interessado aprofundar seus conhecimentos sobre a história do IBGE.

(muitos aprenderam, não sem dores, em seus academicismos). Novos veículos surgiram, e não tardou para que novas mídias fossem utilizadas (Twitter, Facebook etc.). Ao fim e ao cabo, uma política de comunicação integrada foi escrita, e uma prática de transparência foi formalizada. Os tempos seguiram avançando.

A quarta parte busca olhar o amanhã que já está presente. Procura ver o quanto se tem de potência em recursos técnicos e tecnológicas, sem olvidar os recursos humanos, e o quanto se tem de uso dessa potência, não se estando apenas na figuração do discurso. Há muito por fazer é a constatação a que chegamos, sabe-se e quer-se muito, mas há muita inércia, se não inércia, exatamente, há um não saber como mudar. Há que se voltar às aulas do passado, aos vários tempos do passado, aos tempos em que Teixeira de Freitas ensinava pelos exemplos que dava, aos tempos de outros que lhe seguiram, aos tempos de Luiz Gazzaneo pelos exemplos e pela prática que revelou ao IBGE.

O livro traz ainda uma linha do tempo, que oferece um olhar macro dessa jornada, onde o leitor poderá, num relance, perceber as unidades que trataram da comunicação, bem assim, os veículos que foram sendo criados para atender os diversos públicos. E completa com um prefácio da premiada jornalista Flávia Oliveira, que além de ter um vasto conhecimento sobre a produção e a importância do IBGE, também se orgulha, com razão, de ter estudado estatística na Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, do IBGE.

Estilo das partes

Essa publicação foi preparada por três pesquisadores, todos do IBGE, que acumularam uma respeitosa trajetória. O livro está baseado em laboriosas pesquisas em arquivos, a maioria no próprio acervo do IBGE, mas não apenas, bem assim, através de entrevistas e tomada de depoimentos, o que posto em conjunto nos ajudou a narrar essa trajetória da comunicação no IBGE.

O leitor atento notará que há diferença de estilos nas partes que compõem este livro. Natural que assim seja, porque a redação dessas partes ora esteve nas mãos de um, ora de outro dos autores, embora ambos tenham opinado sobre tudo, e influído no produto final, cabendo a todos, em conjunto, a responsabilidade pelo resultado. Cada detalhe na redação, na realização das entrevistas, na escolha dos eventos (ou pessoas) que foram realçados, nas ilustrações utilizadas, na sequência temporal adotada, tudo, tudo mesmo, foi feito em debate. Até o título do livro foi resultado de intensa tertúlia, tendo havido várias alternativas.

Convidamos o leitor a seguir conosco essa trajetória, uma trajetória que começou desde antes do 29.05.1936, quando o IBGE teve início. Nem sempre o caminhar da comunicação foi linear, nem mesmo tranquilo, tendo havido altos e baixos, mas nunca houve esmorecimentos. Novos e melhores instrumentos sempre foram trazidos e postos à disposição dos profissionais, os mais competentes, e a própria comunicação, como uma ideia, foi sempre objeto de reflexão. Já agora, com o futuro já presente, de novo o IBGE a pensa e repensa. Temos por certo que o futuro do IBGE está ligado não apenas à sua produção, sempre e cada vez mais uma produção moderna e afinada aos desejos da Sociedade, mas acima de tudo, a uma comunicação avançada, que atinja a todos, e bem sabemos que o amanhã chegou ontem. Já o estamos vivendo, e essa trajetória também o mostra.

Agradecimentos especiais

Certamente, ao percorrer a longa trajetória da comunicação no IBGE, cometemos alguns tropeços como, por exemplo, a impossibilidade de escrever sobre todos os momentos e todas as pessoas que estiveram envolvidas com o tema. Felizmente, encontramos muitos documentos e depoimentos que nos guiaram nesta jornada, dando vida a este livro. Dito isso, pedimos desculpas pelas omissões e manifestamos um sincero e comovido muito obrigado a todos que contribuíram com este trabalho.

Amanda D Oliveira Lessa Ferreira
Aníbal José Ribeiro
Carlos Henrique Vieira
Catarina Felix dos Santos Soares
David Wu Tai
Diana Paula de Souza
Edson Carlos Ribeiro
Edson de Oliveira Nunes
Elizabeth da Silva Cataldo
Eurico de Andrade Neves Borba
Fabio Mauro de Carvalho Leite
Flávia Marisa Klein
Francisco de Assis Correa Alchorne
João Rosendo de Lima Sobrinho
José Luiz Felix da Costa
José Renato Braga de Almeida
Lídia Vales de Souza
Marcelo Augusto Kieling Cadorna Pereira
Márcio Imamura
Marco Aurélio Martins Santos
Maria Alice da Silva Neves Nabuco
Maria Antônia Esteves da Silva
Maria Martha Malard Mayer
Mariana Vieira Viveiros
Marise Maria Ferreira
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Rafael Cavalcanti
Roberto Luís Olinto Ramos
Sérgio Besserman Vianna
Shirley Soares Dias de Souza
Simon Schwartzman
Solange de Oliveira Santos
Suzana Pinheiro Machado Mueller
Taissa Abdalla Filgueiras de Sousa

prólogo

A comunicação na história do IBGE

Esta Casa [o IBGE] nasceu para ser grande; para se impor ao respeito e à admiração de gerações, das que passaram às que hão de vir, porque recebeu, em suas origens, o influxo de uma excepcional figura humana, marcada por ardente idealismo e devoção aos interesses do Brasil: Mário Augusto Teixeira de Freitas. A ele, só a ele, devemos a concepção do sistema estatístico-geográfico brasileiro, nas peculiaridades de sua estrutura, magistralmente concebida para ajustar-se, com o máximo de eficiência técnica e flexibilidade administrativa, aos problemas e dificuldades decorrentes, no caso, de um regime político descentralizado.

Waldemar Lopes⁷

Criado em 06.07.1934 como Instituto Nacional de Estatística – passaria a se chamar Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 26.01.1938, numa simples mudança de nome e sigla –, mas só começaria a funcionar em 29.05.1936, com a posse em sua presidência do Embaixador, e também Ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares (1883-1968).⁸

A escolha do Embaixador Macedo Soares atendia ao perfil que Mário Augusto Teixeira de Freitas (1890-1956), idealizador da Instituição, traçara para seu presidente. Devia ser alguém que abrisse as portas do poder, não precisando, de modo algum, transitar pelo cotidiano da produção, bastando que percebesse a importância das informações estatísticas e geográficas, e fosse capaz de fazê-las visível à sociedade, ou seja, sua função principal era comunicar as atividades estatística e geográfica e seus resultados⁹.

⁷ HOMENAGEM a Waldemar Lopes. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 114, p. 213-219, abr./jun. 1968. p. 215. Discurso em que agradeceu a homenagem prestada pelo IBGE, ao dar seu nome à sua Biblioteca, quando de sua aposentadoria.

⁸ Para maiores informações complementares sobre a história institucional, consultar: SENRA, N. de C. *Tradição e renovação: uma síntese da história do IBGE*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Nesse livro há indicações de leituras que permitem ao leitor aprofundar seus conhecimentos, caso deseje.

⁹ Para obter informações complementares sobre essa personalidade, consultar: SENRA, N. de C. (Org.). *Embaixador Macedo Soares, um príncipe da conciliação: recordando o 1º presidente do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 330 p. (Documentos para Disseminação. Memória Institucional, n. 12). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=238831>>. Acesso em: jun. 2018. Esta publicação contém textos de Lucia Maria Paschoal Guimarães, de Helder Goldim da Silveira, de Guilherme Pereira das Neves, de Alexandre de Paiva Rio Camargo, de Alfredo Bosi, além de textos de época.

A condução cotidiana da produção das informações caberia a alguém afinado aos métodos e às técnicas, e esse alguém, no primeiro momento institucional, seria o próprio Teixeira de Freitas, como Secretário-Geral, sua função executiva principal. Ninguém melhor para lhe dar forma, diante do tanto que havia por fazer; resiliente por excelência, Teixeira de Freitas tinha visão teórica, e não temia sujar as mãos na prática cotidiana, além da percepção estratégica que dominava¹⁰.

A instituição estatística produzia, e fortemente divulgava o que produzia. Produzia com os melhores métodos, valendo-se das melhores tecnologias, a cada tempo, sempre em renovação, o que evidenciava sua credibilidade. A seu turno, quando divulgava o resultado de seu trabalho, em formas diversas, atendendo a Sociedade, se mostrava legítima aos seus olhos, ou seja, deixava evidente porque devia existir. Desta forma, produzir e divulgar eram faces da mesma moeda, como sempre enfatizava Teixeira de Freitas.

O público da instituição estatística

O IBGE, como toda instituição estatística, ao longo de sua trajetória teve que estar atento, ao mesmo tempo, a cinco grupos de pessoas:

- os segmentos da Sociedade com potência para demandarem informações estatísticas a serem produzidas com recursos públicos;
- os técnicos que, estando alocados nos diferentes órgãos públicos oficiais, irão produzir as estatísticas demandas, e o farão se valendo de recursos públicos;
- os informantes, diretos (no caso de pesquisas censitárias ou de pesquisas por amostragem) ou indiretos (no caso dos registros públicos, de natureza administrativa), que serão as fontes das informações individuais (primárias), que, depois de sucessivas agregações, darão origem às estatísticas;
- os usuários nacionais, em seus diferentes segmentos, a receberem as informações estatísticas por diferentes modos (cada vez mais modernos), com realce aos profissionais da imprensa (jornalistas); e
- os usuários internacionais, que desejam (cada vez mais) fazer comparações entre os países, bem assim revelar o estado das atividades estatísticas nacionais no contexto das nações.

O grau de atenção que o IBGE deu a esses grupos variou com o tempo, ora focando mais ora mais a outro grupo, conforme as circunstâncias, mas jamais deixou de lado qualquer um deles. Ao primeiro grupo, ouvia para definir seu programa de trabalho, e o mantinha em permanente renovação, sobremodo enquanto praticando seu primeiro modelo de trabalho, ao tempo de Teixeira de Freitas; depois o faria através da prática das Conferências Nacionais de Estatísticas e de Geografia. Ao segundo grupo daria atenção, no início através das Revistas Brasileiras de Estatística e de Geografia que logo criaria, bem assim, através de cursos à distância, ou do Laboratório de Estatística, sob o comando de Giorgio Mortara, para logo passar à criação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE. Ao terceiro público atenderia numa complexa relação de convívio que resultaria nas Agências Municipais de Estatísticas, a cujos técnicos se atribuiria a missão de serem “braços avançados da civilização”, uma vez que revelavam as realidades municipais através das estatísticas, portanto, ajudando a governá-las. Ao quarto grupo davam-se as publicações com resultados, de pronto o Anuário Estatístico (e logo o Boletim de Estatística), também com tabelas com números, com textos e gráficos. Por fim, ao quarto grupo, ao menos se dava resumos em vários idiomas, inclusive em esperanto.

.....

¹⁰ Uma boa fonte sobre esta figura notável é seu arquivo que compõe um Fundo no Arquivo Nacional. Um estrato desse Fundo, sob a ótica do IBGE, pode ser consultado em: SENRA, N. de C. (Org.). *Teixeira de Freitas e a criação do IBGE: correspondência de um homem singular e plural*. Prefácio de Leandro Garcia Rodrigues. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 536 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=296970>>. Acesso em: jun. 2018.

Assim, a cada grupo havia uma atenção específica. A ideia é que tanto mais a Sociedade conhecesse a Instituição, estando satisfeita com os resultados divulgados e a respeitasse (quarto grupo), mais fácil ficava chegar aos informantes (terceiro grupo); quanto mais a atividade estatística fosse entendida, em toda sua complexidade, mais o grupo fundador da demanda (primeiro grupo), bem assim o corpo técnico (segundo grupo), mais facilmente se integrava ao processo produtivo; e assim por diante. Por demais, estar num grupo, não excluía alguém de pertencer a outro grupo. Por exemplo, um técnico produtor, inserido numa instituição estatística, se fosse acadêmico, numa universidade, ou pesquisador, num instituto de pesquisa, também seria usuário, o mesmo se dando, aos segmentos da Sociedade que antes definiram o programa estatístico, e que, em algum momento, poderiam ser definidores de políticas públicas, ou acadêmicos, e por aí em diante.

Assim sendo vistos os grupos de públicos, e se dividindo (para efeito didático) a história do IBGE em três tempos que serão marcados por três nomes que lhe deram rotas de longo curso – Teixeira de Freitas, Isaac Kerstenetzky e Simon Schwartzman – no primeiro período houve maior atenção à conquista dos informantes, já que era preciso conquistar sua confiança, fazendo-o abrir-se nas pesquisas (diretas ou indiretas) com maior correção, mas igualmente se dedicou atenção aos usuários em geral, donde se aplicou à divulgação em volumosas publicações. Já no segundo período, já se tendo conquistado os informantes, e já havendo o respeito da Sociedade (os usuários), era preciso reformar os quatros, de modo a se poder atualizar o programa de trabalho, com novos temas, bem assim, houve relativa atenção ao público externo. Por fim, no terceiro tempo, já se valendo de novas tecnologias, foi possível renovar as formas de divulgação de resultados, já não mais focando nas volumosas publicações, mas antes se voltando para as formas eletrônicas mais dinâmicas, e fazendo surgir veículos inovadores (como *house organ* e *newsletter*), pouco a pouco se chegando às mídias sociais avançadas.

O começo da comunicação

Começando a funcionar, havia tudo por fazer, a começar da produção. Teixeira de Freitas logo idealizou as chamadas Campanhas Estatísticas que, ano a ano, iam a campo, com seus cadernos temáticos. Por eles as informações individuais eram recolhidas nos registros administrativos existentes nas escolas, nos hospitais, nos postos de saúde, nas delegacias, nos presídios etc. E onde não houvesse tal registro, ou quando ele fosse inadequado, se o criava ou se o reformava. Além dessa obtenção das informações individuais em diferentes locais, havia o esforço de se definir a forma de agregação dos mesmos em “folhas de apuração”. Tudo isso era definido numa complexa rede de comitês de especialistas e de colégios de decisão, sempre com a preocupação de fazerem com que os temas “falassem” entre si, ou seja, educação e saúde e transporte e qualquer outro tema afim, deviam ter seus quesitos harmonizados e integrados. Desta forma as estatísticas foram sendo feitas, e de imediato sendo divulgadas no *Anuário Estatístico do Brasil*, e tão logo foram surgindo mais estatísticas cuidou-se de divulgá-las logo, então criou-se o *Boletim Estatístico*. Com o crescente aumento das informações surgiram as publicações temáticas, sem prejuízo do *Anuário* e do *Boletim*, que sempre oferecia um retrato do estado das artes de todos os temas.

Esse trabalho era feito pelas Agências Municipais de Estatística cuja criação, num primeiro momento dependeu de recursos dos próprios municípios, o que não era em nada promissor. Só no início dos anos 1940, quando foi preciso elaborar as estatísticas para fins militares, como parte do esforço de guerra, e sendo o IBGE parte desse esforço, é que se conseguiu recursos próprios (o Fundo Estatístico), tornando-se possível criar ou reformar as Agências Municipais de Estatísticas. A esse tempo se chamou de nacionalização das agências, nacionalização no sentido de terem chegado, pela primeira vez, a todo o Território Nacional. Afora as Agências, o IBGE se posicionou nos Estados com a figura dos Inspetores Regionais que, embora tivessem esse nome, eram Estaduais, e deviam atuar em parceria com os

Diretores Estaduais de Estatística. Juntos formavam a Comissão Revisora das Estatísticas Municipais, de modo a garantir a qualidade daquelas estatísticas.

Paralelamente à divulgação dos resultados das pesquisas foram sendo criadas várias revistas. A primeira seria a *Revista Brasileira de Geografia*¹¹, a que logo se seguiria a *Revista Brasileira de Estatística*. Com elas, por seus textos, os técnicos envolvidos nas produções, nos diversos órgãos de produção, podiam avançar seus conhecimentos, bem assim, por várias de suas seções podiam saber o que havia na intimidade da instituição estatística mater, o IBGE. Por assim dizer, com essas seções de informações promovia-se uma espécie de *house organ*, dando-se divulgação sobre a atividade estatística, sobre o cotidiano institucional.

Em consequência da redemocratização, em 1946, o IBGE pouco a pouco perdeu o Fundo de Estatística, resultando no enfraquecimento das Agências Municipais de Estatística, de modo que quando novos municípios eram criados nem sempre havia recursos para abrir uma nova Agência, e nem sempre havia recursos para manter as antigas. Uma forma de manter sua presença nos municípios, o que era vital para seu processo de trabalho, foi adentrar no municipalismo¹², e então o IBGE criou a *Revista Brasileira dos Municípios*, que ajudaria no surgimento do Instituto Brasileiro dos Municípios¹³. Logo daria um passo adiante e criaria a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, uma obra monumental (recentemente foi divulgada integralmente em um único DVD).

O modelo seguia em curso, mas não sem problemas. Alguns órgãos participantes relaxaram sua atuação, ao passo que outros entenderam que poderiam seguir sozinhos, sem a tutela do IBGE, que pouco a pouco, tornado uma autarquia, e sem recursos próprios, foi se enfraquecendo. Estava claro que mudanças eram necessárias. Críticas no sentido de mudanças foram sendo feitas, e as mudanças vieram, tornando o IBGE uma Fundação Pública de Direito Público. Logo Isaac Kerstenetzky estaria no comando, e promoveria grandes renovações, sobretudo no programa estatístico. Pela primeira vez estaria clara a junção do E e do G, uma junção expressa no Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas.

Mudanças na comunicação

Com Isaac Kerstenetzky o sistema estatístico se viu alinhado ao sistema de planejamento (o que quer que isso fosse). Novas pesquisas, em novas temáticas. Indicadores econômicos, e logo seguiriam os indicadores sociais. O IBGE teria quadro de pessoal renovado, com elevada e diversificada qualificação.

O Anuário e as Revistas (menos a dos Municípios) seguiriam em publicação. Os censos, alguns quinquenais, ganhavam publicações específicas. Pesquisas temáticas também. Mas, dado os tempos sombrios, todos temiam se manifestar, havendo um silêncio obsequioso. Não havia censura à divulgação de resultados, mas os técnicos não falavam aos jornalistas, apenas os diretores, quase apenas o presidente. Em meio a tudo isso, pela primeira vez haveria um *house organ*, na forma de um boletim de notícias, em formato pouco jornalístico.

¹¹ Os textos desta Revista traziam resumos em inglês, francês, espanhol e esperanto.

¹² Para informações complementares sobre o municipalismo, consultar: SENRA, N. de C. (Org.). *O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 432 p. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 13). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=238889>>. Acesso em: jun. 2018. Esta publicação contém textos de Marcus André B. C. de Melo, de Alexandre de Paiva Rio Camargo, de Marco Aurélio Martins Santos, de Nelson de Castro Senra, além de textos de época.

¹³ Fundado em 30.04.1946, Rafael Xavier seria seu primeiro presidente. Já o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM seria criado em 1ª de outubro de 1952, tendo sido Luiz Simões Lopes seu primeiro presidente. Ambos na Cidade do Rio de Janeiro.

Pouco a pouco, por mais que o Serviço Gráfico, que fora criado no período anterior, sob os auspícios de Teixeira de Freitas, e sob o comando de Renato Americano, seguisse triunfante, começava a aparecer os recursos da informática para uma comunicação mais dinâmica. Então, usou-se a Rede Nacional de Telex (criada pela então Empresa Brasileira de Telecomunicações - EMBRATEL nos anos 1970), e logo depois a Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes (criada pela EMBRATEL nos anos 1980). E viria o Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, em seus vários subsistemas. Era um grande avanço, e não apenas na comunicação, pois fazia reflexo também na produção e na própria editoração/impressão.

Surgiria uma nova publicação: *Indicadores IBGE*. Muito prometeu em renovação na comunicação de resultados, inclusive análise, o que não faria de pronto, senão nas gestões da chamada Nova República. Essa viria após vencida a longa noite dos 21 anos, finalmente o IBGE teria um *house organ* de fato: *Nova Imagem*. Em meio a reforma de estrutura que seria promovida é que surgiram os dois órgãos que até hoje tratam da comunicação no IBGE: a Coordenadoria de Comunicação Social - CCS e o Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI. A CCS logo tomaria corpo e forma, já o CDDI ainda amargaria um caminhar trôpego por algum tempo, e ambos hoje seguem firmes, cumprindo seu destino a contento¹⁴.

Após a *Nova Imagem* viria outro *house organ*, o *Jornal do IBGE*. E mais adiante o IBGE teria seu primeiro *newsletter*: *Carta IBGE* (já sob Simon Schwartzman). Ambos, no âmbito da CCS, acabariam, sem maiores explicações, o que seria uma pena. Ao contrário, no âmbito do CDDI, teria fôlego, em franca e contínua modernização, uma obra derivada do *Anuário Estatístico do Brasil*, chamada *Brasil em Números*; de um formato, ganhou outro, e hoje é uma obra de sucesso. Já na linha do *house organ*, com o gradual afastamento da CCS, o CDDI ocupou posição e editou por longo tempo o *Fala, IBGE* (haveria outro para o Censo).

Grandes avanços na comunicação

Na gestão Simon Schwartzman ocorreriam grandes avanços, a começar da entrada do IBGE na Internet. Com ele, ainda, o IBGE teria seu primeiro *newsletter*, e ainda faria muitas mudanças na comunicação. Dinâmica, escriba notável, na história do IBGE, como seu pensador, bem assim da atividade estatística, só se compara a Teixeira de Freitas. Com ele o IBGE mudou e avançou, em várias frentes. E nos seus passos os presidentes seguiram.

Com Sérgio Besserman, logo a seguir, deu-se um salto na comunicação através da figura de Luiz Gazzaneo. Jornalista experiente, ao assumir a CCS, sem titubear, com o inequívoco apoio do presidente, promoveu uma renovação na própria unidade e em sua relação com as demais áreas do IBGE. Não foi uma luta simples, muito ao contrário. Mas ele não esmoreceu, e conseguiu alcançar um bom porto, de modo como há muito não ocorria, talvez desde os tempos de Teixeira de Freitas, o IBGE voltou às primeiras páginas dos jornais, e ganhou tempos e tempos nos telejornais. Muito se deve a ele o IBGE ter-se tornado uma referência jornalística, “segundo o IBGE”, ou, como se diz no mundo acadêmico, “uma fonte”, vale dizer, uma “referência de verdade”. A credibilidade institucional ganhou universalidade, e sua legitimidade tornou-se muito mais visível.

Sua forma de atuar seguiu na gestão Eduardo Pereira Nunes, e ganhou formalidade na gestão Wasmália Bivar com uma Política de Comunicação Integrada que, pouco a pouco, ganha respeito e solidez institucional. As mídias sociais (Twitter,

¹⁴ Cabe realçar, como foi dito antes, que na primeira fase do IBGE, de 1936 a 1967, houve uma Diretoria de Documentação e Divulgação, ligada à Secretaria-Geral. E tornado uma Fundação, após 1967, quando da reforma de 1973, foi criada uma Diretoria de Divulgação, que seria extinta quase na gestão Jessé Montello. Assim, quase sempre houve um órgão voltado à divulgação. Contudo, o novo Centro tinha papel bem mais amplo, o que a mudança de nome bem o expressava.

Facebook etc.) foram incorporadas ao cotidiano do IBGE. Novos avanços viriam na gestão Paulo Rabello de Castro com a criação da Agência de Notícias IBGE, que vem dando mais dinâmica à comunicação do IBGE. Nova revista, *Retratos: a revista do IBGE*, e novos *newsletters*, agora temáticos, foram lançados. E o IBGE trata de se renovar, como queria seu idealizador, Teixeira de Freitas.

Por fim...

Fazendo uma analogia, houve época em que o futuro era como que uma sombra que andava atrás das pessoas, porquanto era tão somente antevisto, e projetado para amanhã. Hoje, contudo, o futuro anda, na melhor das hipóteses, ao lado das pessoas, mas em geral já lhes anda à frente. É preciso estar sempre atento, antecipar-se, sob o risco de ser superado, por mais essencial que seja, por mais tradição que se tenha. Isso vale para as profissões, e para as instituições, mesmo para aquelas tão longevas, como o IBGE.

Vive-se um tempo em que não há mais expertises isoladas em castelos, e mesmo as instituições praticantes de atividades as mais especializadas não são mais capazes de se manterem em castelos cercados de fossos com jacarés e pontes levadiças recolhidas, protegidos por elevadas torres fortemente protegidas. Não, não mais. As novas mídias invadem todos os espaços, e os leigos debatem tudo, contestam tudo, com ou sem direito, com ou sem condições, discutem, e põem em risco trabalhos realizados com seriedade. Isolar-se, como antes, não mais protege reputações.

O único modo de se preservar, ou de se tentar preservar, é se comunicar, é traduzir as linguagens herméticas que são típicas dos especialistas, sempre falando para os pares. É preciso que as pontes levadiças sejam baixadas, e que os não especialistas sejam convidados a entrarem no castelo, sendo guiados pelos labirintos da especialização, de modo a, assim, poderem entender a complexidade do que é feito. Só assim será possível – se for – preservar a seriedade do que é feito das críticas levianas, inconsequentes. E desse diálogo sempre se poderá aprender, se se estiver aberto.

Sim, ao se fazer esse contato, os especialistas se verão desafiados a mudarem suas expertises, a mudarem suas formas de ver o mundo, a perceberem novas realidades. O castelo, antes fechado irá se abrir a novas realidades, e tanto o mundo de fora, quanto o mundo de dentro irão sair ganhando. Para que tudo isso se dê é preciso que se vença o comodismo que dificulta a mudança, que leva à resistência a tudo que é novo. Por certo, está na natureza da instituição estatística não mudar por mudar, mas não mudar, na dinâmica do mundo atual, em que o futuro se adianta ao presente, é se suicidar¹⁵.

Pois a gestão do economista Paulo Rabello de Castro, na presidência do IBGE (junho de 2016 a junho de 2017), trouxe uma proposta de comunicação renovada, sendo ele próprio, como presidente um comunicador provocador e provocante. Em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, em 24.05.2017, Paulo Rabello declarou que o IBGE “se comunica convencionalmente”.

Como ele se veste muito da nobreza, do rito quase litúrgico do oferecimento de uma estatística oficial, o comunicador acaba confundindo essa importante distância, serenidade que tem que haver na distribuição da notícia de um número ainda que horroroso de desemprego, para a qual ele tem que ter a serenidade de um sacerdote, mesmo dizendo que são 14 milhões de desempregados (CASTRO, 2017a).

¹⁵ Bem a propósito, uma leitura bastante interessante será MAYER-SCHÖNBERGER, V.; CUKIER, K. *Big Data: como extrair volume, variedade, velocidade e valor da avalanche de informação cotidiana*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Trata-se de um livro sobre a ideia, e não sobre métodos ou processos. A leitura é bem acessível, e bastante educativa. Mostra os prós e os contras.

O que para o então presidente significava afirmar que o IBGE “se comunicava convencionalmente”? (Chegou mesmo a dizer, para incômodo interno, que o IBGE só fazia “análise de elevador”, dizendo que tal ou qual número havia “subido ou descido”). Talvez a resposta esteja em sua entrevista à revista *Fala, IBGE*, quando afirma: “o IBGE tem que mudar para ficar mais leve”, e explica: “a produção do IBGE é calada, muda, mas a comunicação tem que falar e muito mais alto. Tem que ser leve para voar mais alto” (CASTRO, 2016, p. 19).

Meses depois, ao assinar o editorial da *Retratos: a revista do IBGE*, que ocupou o lugar da *Fala, IBGE*, Paulo Rabello de Castro, procurou explicar sua visão sobre o que seria essa comunicação convencional, dizendo acreditar que seria preciso promover “intensa transformação”, e prossegue:

Poderíamos ter optado por apenas reformar o veículo anterior [refere-se à revista “Fala IBGE”]. Mas preferimos inovar, mudar não só a forma, mas, sobretudo, a linha editorial. Transformar de alto a baixo, superar o olhar convencional. É o que estamos fazendo no IBGE, ao preparar a Casa para um futuro desafiador. O cartão de visita do IBGE deve refletir essa atitude. (CASTRO, 2017b, p. 3)

Mas sua gestão à frente do IBGE logo findou, em início de junho de 2017, quando deixou a presidência, assumindo o comando do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Como seja, ficou uma nova revista, é certo, e a criação da Agência de Notícias IBGE. Mas, ficará sempre a dúvida se haveria mesmo mudanças na comunicação, e, se houvesse, quais seriam. A história revela que, à margem das estruturas de comunicação, por natural, cada presidente as utilizou segundo suas características de personalidade.

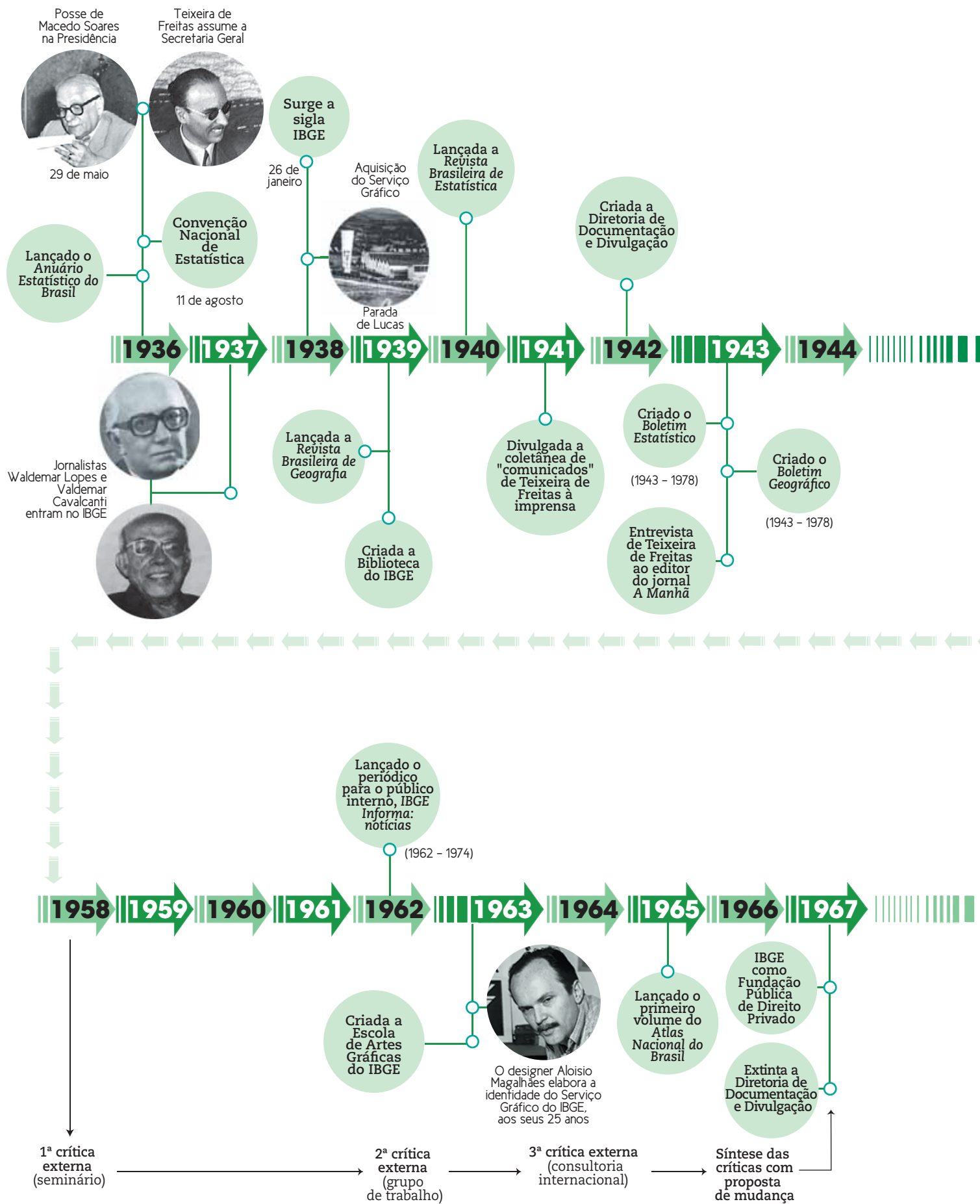
Ainda em junho de 2017, o comando da Casa passou às mãos do então Diretor de Pesquisas do IBGE, o economista Roberto Olinto. Com a nova direção, as ações de comunicação foram ampliadas, pretendendo-se intensificar as relações com seus diversos públicos, de modo a torná-las mais amigáveis, menos herméticas. Mais ainda, tem-se pensado em elaborar produtos em língua inglesa, em atenção ao público externo ao País, o que significa retomar esforços havidos na gestão Simon Schwartzman, com destaque ao *Brasil em Números*, então tornado bilíngue. Outros produtos vêm sendo estudados.

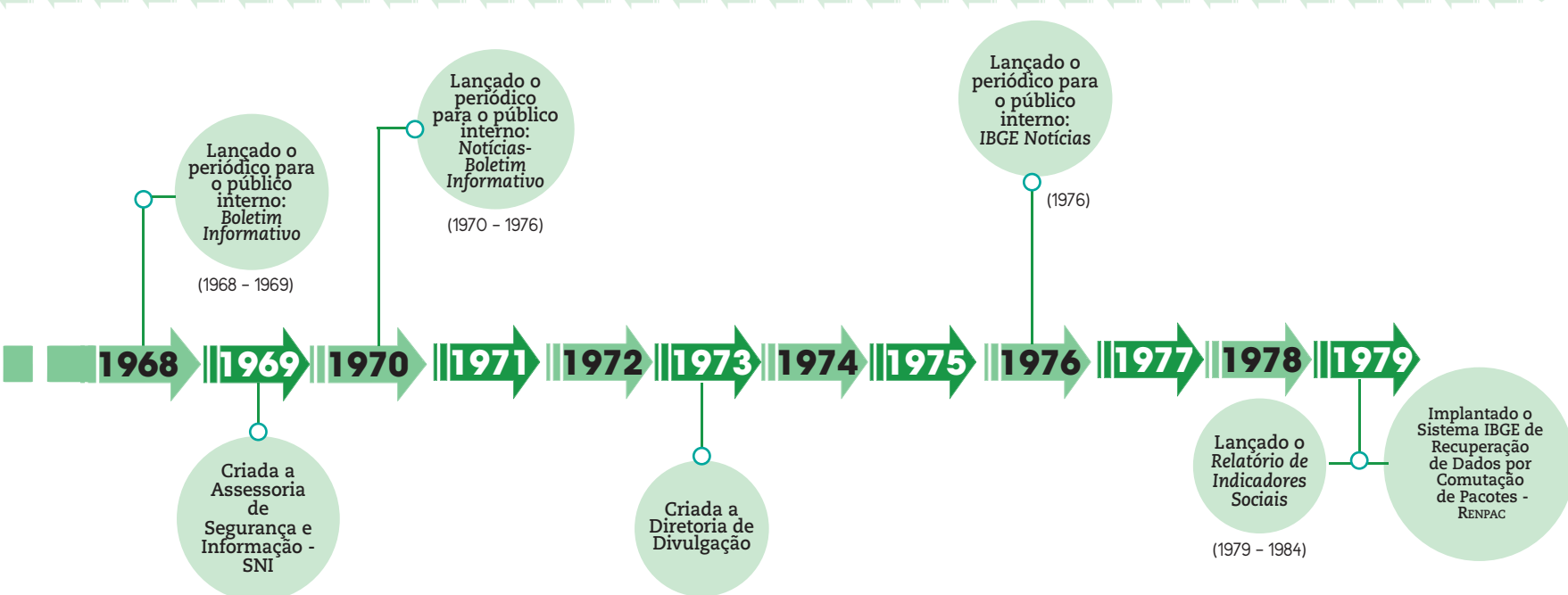
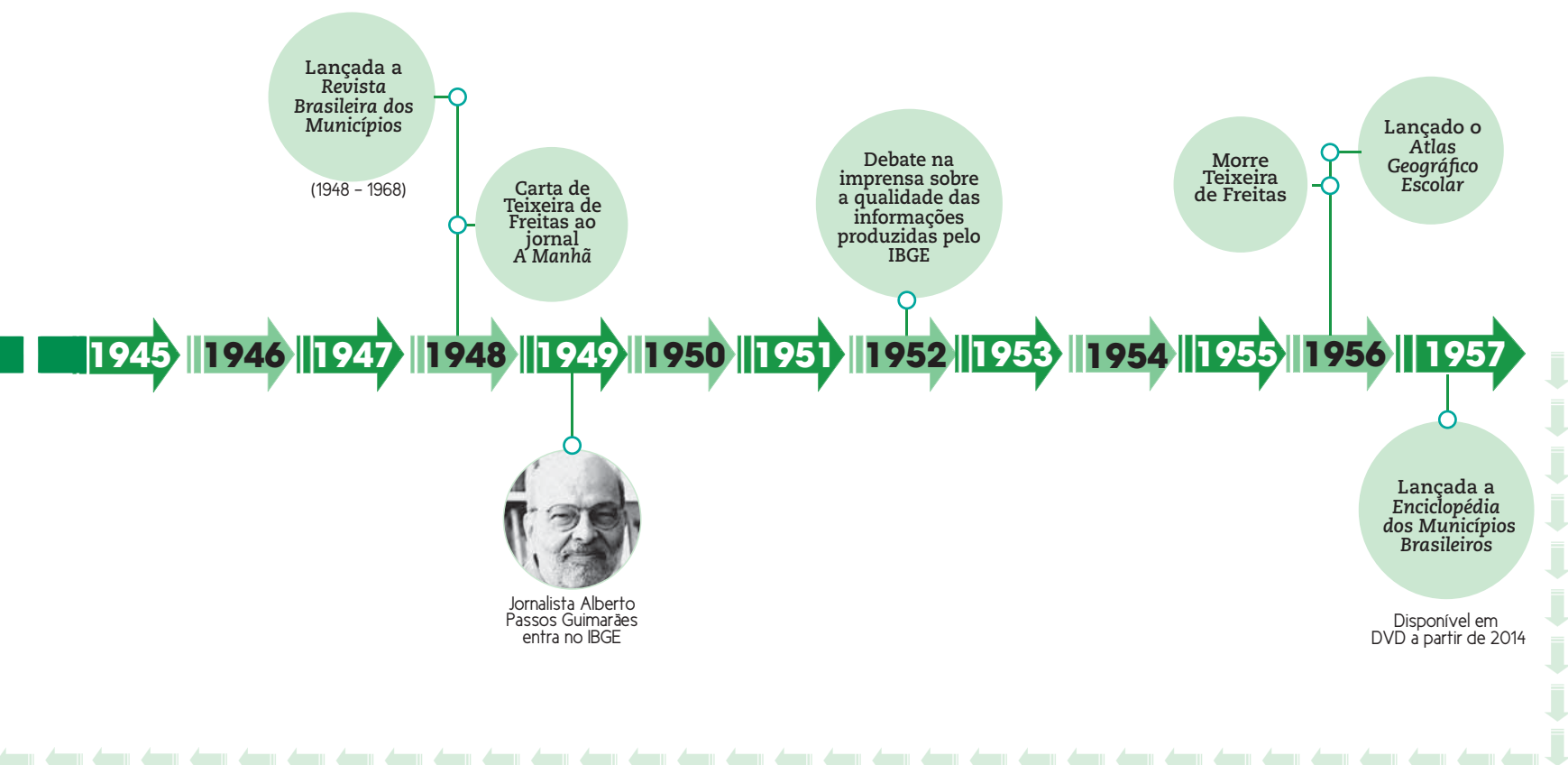
Contudo, par a par com todos esses esforços, uma questão difícil sempre se coloca: pode o IBGE dizer mais do que apenas anunciar os números que elabora, sem com isso estar a fazer análise (ou estudo) da realidade, o que, segundo as boas práticas, não lhe compete promover? Mas, dizer apenas os números, em sua nudez, não passa aos usuários, a impressão de frialdade, até mesmo de ignorância do seu verdadeiro significado? Não passa uma noção de técnicos sem maior qualificação, o que está longe da verdade, já que seu quadro é de excelente formação? Assim sendo, pesando os prós e os contras, não seria oportuno ao IBGE, em tudo e por tudo, para melhor se valorizar – claro que tendo o cuidado de preservar sua “neutralidade” (o que quer que isso seja) como produtor –, agregar mais conteúdo aos números que produz, ao tempo da divulgação dos mesmos? Afinal, cabe sempre perguntar, quem melhor conhece o verdadeiro significado desses números? Quem sabe o real valor de suas fronteiras de significação? Enfim, ao agregar alguma análise aos números, no instante em que os divulga, o IBGE não estaria, além de se valorizar como instituição de pesquisa, não estaria, vale repetir, dando uma distinta contribuição ao entendimento das realidades brasileira?¹⁶

¹⁶ Vale frisar que, *mutatis mutandis*, o que está dito antes para a comunicação da informação estatística, é válido para a comunicação das informações cartográficas, geográficas, geodésicas, e ambientais.

primeira
PARTE

Linha do tempo (1936-1979)





Os passos iniciais da comunicação

No País tinha-se clareza de que as informações estatísticas, geográficas, cartográficas (e temas afins) precisavam ser produzidas e atualizadas, e com a melhor das técnicas, sob o melhor dos métodos. Depois de produzidas, deviam ser também divulgadas, sempre, estando dispostas amplamente aos interessados. Nenhum recurso de divulgação poderia ser ignorado, fossem as publicações para distribuição abrangente, fossem textos dirigidos à imprensa.

A ideia focal, em suma, seria sempre revelar após produzir, em linguagem assimilável, conquistando compreensão dos diferentes públicos. O Instituto nasceria com esse foco em mente, e por ele se pautaria ao se consolidar, e ao se renovar continuamente.

Ao revelar as realidades da sociedade, seus pontos positivos e seus pontos negativos, as informações permitiam a formação de políticas públicas, que poderiam melhorá-las. Em clara associação, pouco a pouco se criou um ciclo virtuoso de aceitação da atividade produtora das informações, vencendo-se as resistências e/ou reticências de participação da população (nos domicílios e nas empresas) na prestação de informações necessárias à elaboração das informações. De fato, as informações poderiam melhorar as vidas de todos.

Contudo, associar os ganhos vindos desta ou daquela política pública às informações estatísticas, geográficas, cartográficas (e temas afins) resultantes da participação da população (nos domicílios e nas empresas) nesta ou naquela pesquisa, não era simples e imediato. Desse modo, era preciso revelar as ligações, seja falando do significado das informações, e do seu valor para as políticas públicas, seja valorizando as instituições produtoras. Daí, então, a massiva revelação dos cotidianos da produção, da intimidade institucional, par-a-par com a divulgação das informações, de *per se*, na imprensa, em textos simples e diretos, e nos impressos, em livros e em revistas.

Então, desde o início o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que em seu afã diário daria ao Brasil cifras e mais cifras que o decifrariam em suas realidades, bem assim, imagens e mais imagens do seu território, que o revelaria na topografia, e traçaria sua cartografia, tudo de um modo contínuo e sistemático, praticou essas duas frentes de batalha, seja divulgando resultados, em formas variadas, atendendo a diferentes públicos, seja revelando seu cotidiano de trabalho em minúcia, mostrando a complexidade da atividade que exercia, e assim conquistar sua legitimidade, que lhe seria, mais e mais, reconhecida pela sociedade.

[illegible][illegible]

— Entrevista com o acadêmico Norberto Osmayo — O que tem dito a sr. Carlos Osmayo sobre a campanha de trigo a um grau sobre a poluição atmosférica de Euzébio Neto — A guerra na fronteira sul-americana — As negociações de última hora com...

Results in *Staphylococcus* (20 isolates) and *Escherichia coli* (20 isolates) are presented in the table. Overall, 100% sensitivity and 100% specificity were achieved with the 1.5% threshold and 10.0% testing frequency.

[illegible]

By using the security code from an official government website, it is possible to determine the location and grade of schools. Registration and access is required.

STUDENT FEAR INCREASES
 (continued)

Students in a classroom in a school in the city of New York are shown in a photograph. The students are looking at a computer screen.

1. **THE STATE OF TEXAS, County of _____, do hereby certify that _____, of the County of _____, State of _____, is the duly qualified and authorized agent of the _____, for the purpose of _____, and that the same has been duly approved by the _____, and that the same is in full force and effect.**

2. **IN WITNESS WHEREOF, I have hereunto set my hand and the seal of the County of _____, this _____ day of _____, 19____.**

3. **ATTEST:**

4. **My commission expires _____.**

5. **NOTARY PUBLIC, State of _____.**

6. **My commission expires _____.**

Regularity into contemporary affairs, a "strong" feeling and intense desire for the freedom and pleasure that the world has, disorganized participants, and a different world is what the people are.

Sylvânia
O ALFAIATE QUE DÁ
PERSONALIDADE
Assimblea, 42
Silvanize-se !

[illegible][illegible][illegible]

29 -- 30 -- 32 -- 34 -- ASSEMBLEIA

- O embaixador Macedo Soares, presidente do IBGE, fala para o jornal *A Manhã*. Matéria publicada no jornal em 09.10.1941.

O início da ligação com a imprensa

É fora de dúvida a larga influência exercida pela publicidade dos serviços estatísticos oficiais, que, por essa forma, atua decisivamente sobre o meio social. As notáveis realizações publicitárias do órgão estatístico do Ministério da Educação e Saúde revestem-se de particular significação, porque assinalam a primeira iniciativa levada a efeito vitoriosamente por uma repartição de estatística federal, no sentido de tirar o maior rendimento, quer para o prestígio e valorização das pesquisas estatísticas, quer para a obra de renovação empreendida nos diversos planos da vida nacional, de um serviço sistemático de ‘comunicados à imprensa’, com a utilização imediata dos resultados dos seus levantamentos. E cumpre reconhecer que isto se deve, antes de tudo, à experiência trazida para o novo posto que lhe coube na administração federal pelo diretor de Estatística do Ministério da Educação, Sr. M. A. Teixeira de Freitas, o qual, no exercício de idênticas funções no Estado de Minas Gerais, já tivera ensejo de tentar, com os mais apreciáveis resultados práticos esse mesmo trabalho de vulgarização educativa, baseado nas contribuições dos inquéritos e pesquisas a que procediam os serviços técnicos sob a sua responsabilidade.

Macedo Soares¹⁷



.....
: José Carlos de
: Macedo Soares,
: presidente do IBGE
: (1936-1951 e
: 1955-1956).
:

Em 1936 o ainda Instituto Nacional de Estatística (que, nunca é demais repetir, fora pensado para ser o Instituto Nacional de Estatística e Cartografia) seria instalado em 29 de maio com a posse em sua presidência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares (1883-1968), e seria organizado pela Convenção Nacional de Estatística em 11 de agosto seguinte. Em dezembro, ao realizar sua primeira Assembleia Geral, começaria a funcionar efetivamente, tendo como órgão executivo permanente uma Junta Executiva Central, composta pelos diretores de estatística dos ministérios¹⁸. A estrutura era complexa, e não por outra razão o Instituto era chamado de uma Federação de Repartições.

.....
¹⁷ SOARES, J. C. de M. Apresentação. In: EDUCAÇÃO e saúde: comunicados do órgão central de estatística do Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro: IBGE, 1942. p. XV-XV. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13984.pdf>>. Acesso em: mar. 2018.

¹⁸ Um deles era eleito Secretário-Geral da Junta, acumulando a secretaria-geral do Instituto (esse vínculo mudaria adiante, quando o Secretário-Geral passou a ser escolhido pelo Presidente do IBGE). Deveria haver nas Diretorias (ou Departamentos) Estaduais de Estatística uma replicação dessa estrutura.

Brasil em pauta

A trajetória da comunicação no IBGE

Presidente da República Getúlio Vargas preside no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, a cerimônia de encerramento da Convenção Nacional de Estatística, em 11.10.1936. Ao seu lado direito, José Carlos de Macedo Soares; na extrema direita, Mário Augusto Teixeira de Freitas.



Detalhes deixados de lado, importa observar que o ano de 1937 seria nevrálgico, naturalmente, havendo tudo por fazer. Tudo, mesmo; do menor detalhe, até ao por em campo o censo de 1940, sem esquecer a produção cotidiana das estatísticas. E ainda havia a questão de se explicitar – recuperando da proposta original –, a Cartografia, quiçá agora a Geografia, na denominação institucional, vindo a sigla IBGE, o que se daria em 26.01.1938. Muito a fazer, mesmo. Pois em meio a tudo isso, a divulgação foi matéria em pauta.

Assim, a Resolução n. 40, de 14.07.1937, que dispunha sobre o alargamento das atividades divulgadoras das repartições de estatística, considerando as iniciativas da Diretoria Geral de Estatística do Rio Grande do Norte, que criara uma “Página de Estatística”, no órgão oficial do Estado; considerando os esforços de Minas Gerais na conquista dos meios de comunicação, alargando o prestígio da organização estatística; considerando os boletins editados pelas repartições centrais dos Ministérios da Agricultura; do Trabalho; da Fazenda; e da Educação e Saúde; considerando que os “comunicados à imprensa”, que, segundo afirmava, quase todas as repartições brasileiras de estatística já estariam distribuindo, com boa receptividade; então deliberava:

Art. 2º A Assembleia Geral dá por muito recomendado que as Juntas Executivas do Instituto dediquem vistas carinhosas ao assunto, envidando esforços para que os respectivos sistemas entretenham ação divulgadora intensiva e variada, segundo os melhores tipos que a experiência do Instituto já oferece, tais como, além do Anuário, “comunicados à imprensa” de periodicidade regular, “páginas de estatística”, edições de gráficos ilustrados para distribuição geral ou uso escolar, prontuários, indicadores, cadastros, breves sinopses sobre assuntos especiais, boletins, cartões postais com ilustração estatística, álbuns estatísticos, cartazes educativos de molde estatístico, folhinhas ou calendários ilustrados, cadernetas estatísticas, carteiras de números úteis, etc. etc (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1938a, p. 21).

Na mesma Assembleia Geral, a Resolução n. 66, de 17.07.1937, dispôs sobre “o recurso ao rádio para maior divulgação dos dados coligidos, acerca da realidade brasileira, pelas repartições de estatística da República”, considerando que a radiotelefonia era, então, o mais poderoso veículo de publicidade, entendia que esse recurso deveria ser utilizado para divulgação das estatísticas, enquanto poderoso instrumento de compreensão das realidades brasileiras.

Art. 2º As Juntas Executivas do Instituto Nacional de Estatística empregarão esforços no sentido de se utilizar da melhor maneira o concurso dos serviços brasileiros de radiodifusão em benefício da propaganda do Brasil, baseada em rigorosos dados estatísticos.

Art. 3º A Junta Executiva Central entrará desde logo em acordo com o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural, para que a irradiação da chamada “Hora do Brasil” compreenda uma parte consagrada a comunicados do Instituto Nacional de Estatística, organizados com elementos fornecidos pelos vários órgãos componentes do mesmo Instituto (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1938b, p. 136).

No ano seguinte, já como IBGE, a Resolução n. 72, de 18.07.1938, a Assembleia Geral formularia “um voto de louvor e agradecimento à imprensa carioca”, pela (Art. único) “maneira esclarecida, solícita e generosa por que tem prestigiado os objetivos da Assembleia, dando aos seus trabalhos divulgação pronta e imediata”. E o faz com base nos seguintes considerandos:

Considerando o alcance de que se reveste, na formação de uma mentalidade social favorável à estatística, a divulgação, na imprensa, das atividades dos órgãos estatísticos nacionais;

Considerando o quanto se tem tornado eficiente, sob esse ponto de vista, a patriótica e desinteressada colaboração que a imprensa carioca vem assegurando aos trabalhos da Assembleia, traduzida no generoso acolhimento dispensado, em suas colunas, à matéria que, sobre os mesmos trabalhos, lhe é enviada pela Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

[...] a radiotelefonia era, então, o mais poderoso veículo de publicidade, entendia que esse recurso deveria ser utilizado para divulgação das estatísticas [...]

Considerando que esta cooperação se caracteriza, sobretudo, por seu desinteresse, traduzindo, mais uma vez, o elevado espírito de colaboração com que a imprensa do país tem apoiado a obra do Instituto proporcionando-lhe, assim, os melhores fatores de êxito (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1939a, p. 12).

Para executar essas intenções, Mário Augusto Teixeira de Freitas (1890-1956), no exercício de Secretário-Geral do IBGE, tratou de contratar jornalistas. Claro, a formação de jornalistas ainda não havia, mas já havia militantes no jornalismo, pessoas capazes de perceber os gostos dos leitores, já percebendo o imperativo de uma linguagem específica àquele veículo. Escrever um discurso, escrever um artigo de revista, ou coisa parecida, não era a mesma coisa que escrever uma matéria para um jornal, e mais, nem todos os jornais eram iguais, tendo públicos diferentes. Era preciso estar afinado com essas realidades para bem preparar matérias adequadas à divulgação.

Mário Augusto
Teixeira de Freitas
(1890-1956),
no exercício de
Secretário-Geral
do IBGE, tratou de
contratar jornalistas.

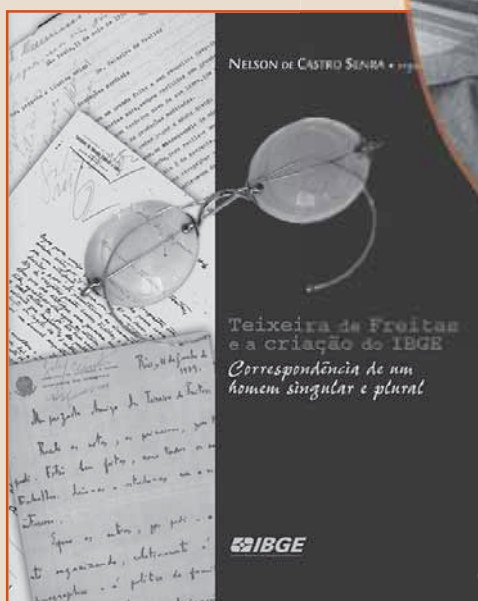
Breve perfil

Mário Augusto Teixeira de Freitas

Mário Augusto Teixeira de Freitas (São Francisco do Conde (BA) 31.03.1890 – Rio de Janeiro (RJ) 22.02.1956) em 1911 formou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, mas já em 1908 ingressara por concurso na Diretoria Geral de Estatística, sob Bulhões Carvalho, que honraria como mestre a vida toda. Em 1919 torna-se Delegado Censitário em Minas Gerais, para o censo de 1920, sendo Artur Bernardes o Presidente (governador) do Estado de Minas Gerais. Em face de seu sucesso, de seu desempenho, e das boas relações na sociedade, é convidado pelas autoridades mineiras a permanecer em Minas Gerais, organizando as estatísticas mineiras, só voltando à Capital Federal, e por vontade própria, em meados de 1930. Em 1931, a convite do mineiro Francisco Campos idealiza e comanda uma repartição de estatística no recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública (que logo seria apenas da Educação e Saúde), de onde só sairia em 19/12/1952, ao se aposentar do serviço público. De pronto propõe, discute e faz aprovar o Convênio Interadministrativo das Estatísticas Educacionais e Conexas, pelo qual as estatísticas educacionais (e as conexas) ganham novo rumo, fazendo emergir o instituto jurídico da cooperação federativa (ou interadministrativa). Então, em 1932, tem ocasião de avaliar o estado da atividade estatística brasileira, e é quando propõe a criação do Instituto Nacional de Estatística e Cartografia, conseguindo fazer aprovar o Instituto Nacional de Estatística (em 1934), que logo seria o IBGE. De sua função no Ministério acumularia a Secretaria-Geral do IBGE, e se tornaria um pensador incansável do Brasil.



Teixeira de Freitas, em foto tirada meses antes de falecer.



Capa do livro *Teixeira de Freitas e a criação do IBGE: Correspondência de um homem singular e plural*, organizado por Nelson de Castro Senra, que reúne 400 cartas trocadas entre Teixeira de Freitas e personalidades da sua época.

O jornalismo, àquela
época, funcionava
como uma espécie
de aprendizado aos
futuros escritores.

O jornalismo, àquela época, funcionava como uma espécie de aprendizado aos futuros escritores. De fato, os grandes nomes da literatura nacional – cronistas, romancistas, poetas, críticos, e outros – começaram escrevendo para jornais. Uma crônica aqui, outra ali, ora esparsa, ora mais contínua, começavam em jornais da província, e acabavam chegando aos periódicos das grandes capitais. Tratavam de assuntos da atualidade, falando de política, de eventos policiais, de moda, de arte, e não raro, ilustravam suas afirmações com estatísticas, que para isso elas serviam à grande. Assim, pouco a pouco iam afinando a pena, e logo editavam seus romances, e outros livros; era para muitos um apostolado, uma necessidade imperativa orgânica.

Um, que teria muita importância na trajetória institucional, viria em 1938, e seria o pernambucano Waldemar Freire Lopes (1911-2006), que à época já secretariava o prestigioso *Jornal do Commercio*, em Recife. Teixeira de Freitas terá sabido dele, provavelmente, através da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, na qual ambos militavam, ele na Capital Federal, e Waldemar Lopes como Secretário-Geral do núcleo pernambucano, bem assim através de Rafael da Silva Xavier (1894-1982), que ele trouxera de Pernambuco para integrar os quadros do IBGE. Ao primeiro convite, Waldemar Lopes recusaria, não querendo desligar de suas funções no Recife, mas diante da insistência de Teixeira de Freitas, acabou vindo, e é ele quem afirma:

[...] ao meu primeiro contato pessoal com a figura extraordinária do Dr. Teixeira de Freitas, e dele ouvir a manifestação generosa de tudo quanto, em sua infinita confiança, esperava de mim, como seu novo colaborador no pequeníssimo “staff” que então se constituía no recém-instalado IBGE. Sai desse encontro – lembro-me ainda – naquele mesmo atordoamento emocional a que aludiu Farias Brito após a primeira visita a Alberto Torres: como se tivesse recebido, no espírito encantado, um banho de estrelas (HOMENAGEM..., 1968, p. 218).

Mais ou menos ao mesmo tempo (1938, talvez 1937) entraria no IBGE o alagoano Valdemar Cavalcanti (1912-1982). Antes de entrar no quadro do IBGE foi, em diferentes momentos, redator do *Jornal de Alagoas*, e da *Gazeta de Alagoas*, bem assim, secretário do *Diário de Pernambuco*, em Recife. Terá vindo para o IBGE pelas mãos de um de seus companheiros de movimento literário e/ou de jornalismo em Pernambuco ou em Alagoas, e que tinham relações com Teixeira de Freitas ou com Macedo Soares, por exemplo, Manuel Diegues Júnior, Aurélio Buarque de Holanda, Raul Lima, Santa Rosa, Rachel de Queiróz, Jorge de Lima, José Lins do Rego, entre outros. Par a par com seu trabalho no IBGE, onde galgou cargos de chefia, seguiu atuando na imprensa, em revistas e em jornais.

Outro, que chegou mais adiante, ao final dos anos 1940, foi o também alagoano Alberto Passos Guimarães (1908-1993), que em 1931 criara o semanário *Novidades* em parceria com Valdemar Cavalcanti, e terá sido por suas mãos que entrará no quadro do IBGE. Atuou com destaque nos trabalhos do censo de 1950, com estudos notáveis sobre diversos assuntos: a base geográfica censitária, a base legal do censo, a data do censo, os quadros urbano, suburbano e rural do censo, o quesito religião, entre outros, com realce para seu estudo pioneiro sobre as favelas do Distrito Federal. Mais tarde, já fora do IBGE, mas com base em sua vivência censitária, e em suas muitas reflexões, escreveu um notável livro: *Quatro séculos de latifúndio*.



Manuel Bandeira e Waldemar Lopes, um dos primeiros jornalistas do quadro do IBGE. Também seria Secretário-Geral da Instituição.



Fábio de Macedo Soares Guimarães, José Carlos de Macedo Soares, Waldemar Lopes e Renato Pacheco Americano.



Carlos Drummond de Andrade entre Waldemar Lopes e Alphonsus de Guimarães Filho.

Breve perfil

Waldemar Lopes, um jornalista apaixonado pelo IBGE

Em setembro de 1937, Waldemar Lopes seria convidado por Teixeira de Freitas para integrar, como jornalista, o quadro do IBGE. Ambos tinham muito em comum, com realce à militância na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, um em Pernambuco, o outro no Rio de Janeiro. De pronto Waldemar Lopes recusa, por sua posição na imprensa pernambucana, já ocupando papel-chave no *Jornal do Commercio*, e o diz em carta a Rafael Xavier, seu conterrâneo, que Teixeira de Freitas pouco antes convencera a se agregar ao quadro do IBGE. Pelos termos dessa carta, em lugar de desistir, mais Teixeira de Freitas se anima, reiterando o convite, e em março de 1938, finalmente Waldemar Lopes se soma ao IBGE, de onde só sairia em maio de 1968, após carreira brilhante.

Seu irmão, Valdecir Freire Lopes, ele também um antigo funcionário de carreira do IBGE, em seu livro *Veredas* (LOPES, 2005), informa que Waldemar Lopes nasceu em 1º de fevereiro de 1911, em Peri-Peri, que pertencia ao Município de Quipapá, atualmente integrando o Município de Benedito do Sul, e faleceu na Cidade do Recife em 21.10.2006.

Waldemar Lopes, como sempre foi mais conhecido, exerceu diferentes atividades, nas letras como na administração pública nacional e em organizações internacionais. Poeta, escritor, membro da Academia Teresopolitana de Letras, da qual foi presidente, da Academia Brasileira de Letras e de congêneres suas, em Pernambuco [ocupava a cadeira n. 20] e em outros Estados [Alagoas, Paraíba e Bahia]. Durante anos atuou na imprensa carioca. Foi diretor da *Revista Brasileira de Estatística* e da *Revista Brasileira dos Municípios*, e diretor-secretário da revista *Síntese Política, Econômica e Social* (primeira fase) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC. Foi secretário-geral do Conselho Nacional de Estatística (IBGE). Serviu à Organização dos Estados Americanos – OEA, de 1954 a 1976, inclusive como diretor do Escritório no Brasil e como representante de sua Secretaria-Geral junto ao governo brasileiro (LOPES, 2005, p. 57-58).

Entre seus textos saídos em revistas ibgeanas importa destacar “O primeiro presidente do IBGE”, publicado no número especial da *Revista Brasileira de Estatística*, quando do falecimento do Embaixador Macedo Soares (LOPES, 1968). Em 1999, por sua iniciativa, publicou-se o pequeno livrete *Um grande brasileiro*, em homenagem a Teixeira de Freitas, no qual há um texto seu, “Um grande brasileiro: M. A. Teixeira de Freitas” (UM GRANDE..., 1999). Desta forma rendia homenagem àqueles dois grandes homens que entendia terem sido os pilares da formação e da maturação do IBGE: Teixeira de Freitas e Macedo Soares.

Waldemar Lopes foi, sem nenhuma dúvida, o mais contundente e persistente advogado de defesa contra as afirmações do General Polli Coelho (1953, p. 3) de que as estatísticas produzidas pelo IBGE eram “atrasadas, caras e, pior que tudo, de duvidosa precisão”. Com seu prestígio jornalístico sustentou uma incansável polêmica, sem trégua e sem quartel, nas páginas dos jornais, bem assim e em textos memoráveis. Sem sua atuação a criação de Teixeira de Freitas talvez não sobrevivesse, e o Brasil ficasse sem o IBGE.

Waldemar Lopes, um dos primeiros jornalistas do quadro do IBGE. Também seria secretário-geral da Instituição.



Breve perfil Valdemar Cavalcanti, um jornalista pioneiro da coluna diária em jornal

O alagoano Valdemar Cavalcanti, ainda jovem, viveu em meio a uma efervescência intelectual incomum. Partilhou interesses literários, e densas tertúlias, com personalidades que logo teriam destaque no cenário nacional: Aurélio Buarque de Holanda, Manuel Diegues Júnior, Raul Lima, Mota Maia, Alberto Passos Guimarães, Santa Rosa, entre outros, tendo por mentores Jorge de Lima, José Lins do Rego e Rachel de Queiroz. Pois sua entrada no quadro do IBGE em 1937 (talvez 1938), é possível sugerir, terá sido por influência de algum desses nomes, seja junto a Teixeira de Freitas seja junto a Macedo Soares. Do IBGE sairia em outubro de 1973, depois de carreira promissora, tendo ocupado várias posições de direção (por exemplo, foi Diretor de Documentação e Divulgação, do Conselho Nacional de Estatística, e um dos principais editores da *Enciclopédia dos municípios brasileiros*).

Antes de decidir por residir na Capital Federal, atuara no *Diário de Pernambuco* e na *Gazeta de Alagoas*. Ao mesmo tempo em que atuava no IBGE, e o fazia com esmero e dedicação, seguiu sua vocação jornalística, atuando em diversas revistas e jornais da Capital Federal: *Revista do Brasil*, *O Cruzeiro*, *Diário de Notícias*, *Folha Carioca*, entre outros. Em *O Jornal*, de Assis Chateaubriand, manteve por duas décadas a coluna "*Jornal Literário*", o que o torna o primeiro jornalista brasileiro a ter tido uma coluna diária na imprensa. Com este mesmo título, *Jornal Literário*, a tradicional Editora José Olympio, editaria um livro seu (1960), com uma seleção de suas crônicas diárias; algumas bastante ferinas, não raro levando a reações indignadas dos literatos, como consta de seu acervo depositado (após sua morte) pela família na Casa de Rui (com mais de 80 mil peças).

Alguns membros da
"roda de Maceió".
Da esquerda para
a direita: Valdemar
Cavalcanti,
Graciliano Ramos,
Aluísio Branco,
Rachel de Queiroz
e José Auto, em
Maceió (1932).



Da esquerda para direita: Graciliano Ramos, Aluísio Branco, Théo Brandão,
José Auto, Rachel de Queiroz e Valdemar Cavalcanti, em Maceió.

Em 1928, ele e seus amigos literatos, com a *Festa de Arte Nova*, promoveriam o Modernismo de Alagoas, quando publicaria o artigo, uma espécie de manifesto, "A gostosa pateada dos modernos", que causou grande alarido. Ponto alto dessa trajetória acontecerá em 11.04.1931, quando, junto com Alberto Passos Guimarães, lançará o semanário *Novidades*, que circulou até 26 de setembro daquele ano (atingindo 24 números, com direito a enterro de luxo em artigo com o título "Vida, paixão e morte de *Novidades*", publicado na imprensa alagoana), que promoveu extensiva agitação intelectual, como disse o próprio Valdemar Cavalcanti.

Recebeu os prêmios "Silvio Romero" (crítica e história literária) e "Machado de Assis" (obra completa), ambos conferidos pela Academia Brasileira de Letras - ABL, bem assim, o prêmio "Fernando Chinaglia", recebido da União Brasileira de Escritores, e o Prêmio Prefeitura Municipal de São Paulo. Foi membro da Academia Alagoana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, ocupou a secretaria da Associação Brasileira de Imprensa, e teve papel de realce na União Brasileira dos Escritores e no Pen Clube do Brasil.

Valdemar Cavalcanti nasceu em 29.03.1912, em Maceió, e faleceu no Rio de Janeiro, a 19.06.1982. Por ocasião de seu centenário de nascimento, seu neto, Rafael Cavalcanti, também jornalista, dedicou-lhe um texto sob o título "Valdemar Cavalcanti", na *Gazeta de Alagoas*, em 14.04.2012, com fotos muito interessantes.

Breve perfil Alberto Passos Guimarães, pioneiro no estudo das favelas cariocas

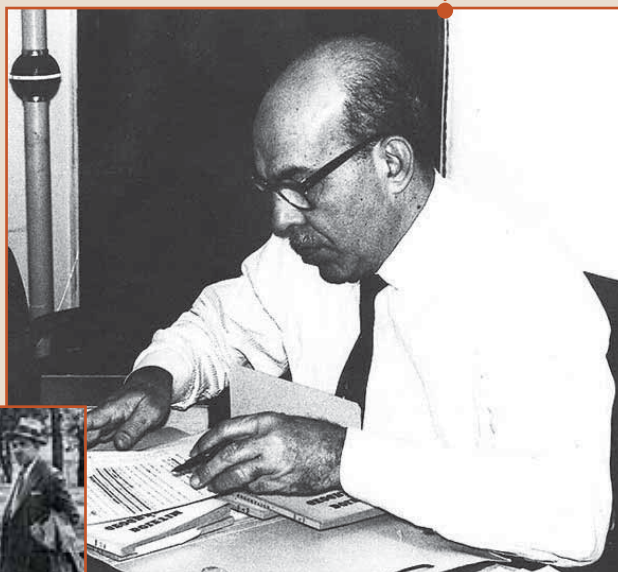
Estudioso incansável, escritor admirável, em seu tempo ibgeano escreveu 11 estudos que apoiaram a realização censitária de 1950*. Só um deles seria publicado, o que lhe faz o pioneiro no estudo das favelas cariocas: *As favelas do Distrito Federal* (1953).

Os demais estudos foram: “Base geográfica do recenseamento geral de 1950” (49 p.), “Base legal do recenseamento geral de 1950” (50 p.), “O censo agrícola de 1950 no Distrito Federal” (20 p.), “A data do recenseamento geral de 1950” (24 p.), “Divisão do Distrito Federal em quadros urbano, suburbano e rural, para fins censitários” (29 p.), todos feitos em 1951; “O quesito ‘religião’ no censo demográfico de 1950” (32 p.), feito em 1952; “Cadastros preliminares no recenseamento geral de 1950” (44 p.), “As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950” (54 p.), feitos em 1953; “Planejamento do censo agrícola de 1950” (72 p.), feito em 1954. Por fim, numa incursão não censitária, oferece uma contribuição tão inusitada, quanto admirável, visando a reforma do Sistema Estatístico Nacional, àquele instante sob sucessivas críticas vindas de fora do IBGE: “Subsídios para reformulação do sistema estatístico brasileiro” (8 p.), feito em 1962.

Terá vindo para o quadro do IBGE pelas mãos de Valdemar Cavalcanti, alagoano como ele, com quem em 1931, fundara o semanário *Novidades*, e com quem partilhara do convívio de notáveis escritores, por exemplo, Graciliano Ramos, Aurélio Buarque de Holanda, Rachel de Queiroz, Manuel Diegues Júnior, Santa Rosa, Raul Lima, Carlos Paurilio, Willy Lewin, Jorge Amado, entre outros. Já no Rio de Janeiro, desde meados da década de 1940, trabalhou em diversos periódicos, tais como o jornal *Imprensa Popular*, órgão oficial do Partido Comunista Brasileiro, no semanário de cultura *Para Todos*, de Jorge Amado e Oscar Niemeyer, e dirigiu o jornal *Hoje*, de curta duração na década de 1960. Escreveu de livros de valor, a espera de reedições: *Inflação e monopólio no Brasil: por que sobem os preços?* (1963, pela Civilização Brasileira), *Quatro séculos de latifúndio* (1963, com reedição em 1968, pela Paz e Terra, e por certo seu livro mais famoso), *A crise agrária* (1978, com reedição em 1982, pela Paz e Terra), *As classes perigosas, banditismo rural e urbano* (1982, pela Graal, e com reedição em 2007 pela Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ).

Por fim, importa registrar que Alberto Passos Guimarães nasceu em Maceió, em 16.04.1908, e faleceu no Rio de Janeiro, cidade onde viveu boa parte da vida, em 24.12.1993. Já fora do IBGE atuou na Rede Ferroviária Federal.

Alberto Passos Guimarães, trabalhando no IBGE.



Valdemar Cavalcanti, José Auto, Jorge Amado, Rachel de Queiroz e Alberto Passos Guimarães.

* Não temos precisão de seu período no IBGE. É possível que tenha entrado em março de 1950, e que tenha saído apenas em maio de 1974. Sabemos que em setembro de 1962 solicitou uma contagem de tempo, e que em abril de 1971 recebeu uma licença especial do IBGE, referente ao decênio completado em março de 1960. Sabemos que em meados da década de 1950, por dois ou três anos, chefiou o serviço de divulgação do Conselho Nacional de Estatística, do IBGE.

Os primeiros comunicados

Em 1941, a direção do IBGE decidiu oferecer aos seus vários órgãos colegiados uma coletânea de comunicados à imprensa (212, ao todo), feitos na Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde (ao longo de 1931 a 1941), órgão criado e dirigido por Teixeira de Freitas. Se os oferecia, não como modelos, exatamente, mas como exemplo de dedicação, de resiliência, tentando conformar uma mentalidade de comunicação, como se vê expresso nas palavras do Embaixador Macedo Soares (1942, p. XVX-XV) na epígrafe a este capítulo, retirada do prefácio à referida coletânea. No seu conjunto, tanto divulgavam resultados, quanto falavam da repartição de estatística, sem olvidar descrever a atividade estatística, no País e no mundo.

A linguagem utilizada era erudita, beirando as estruturas acadêmicas, estando distante da leveza do jornalismo do presente, mas atendia ao espírito da imprensa coetânea. Como a produção das informações não era fortemente técnico-científica, mas antes técnico-administrativa, na divulgação de resultados a linguagem não era hermética. As informações eram oferecidas tanto para o País, quando para os estados, o que ampliava a utilização jornalística, porquanto chegando à imprensa regional. Por fim, embora muitos tenham o estilo de Teixeira de Freitas, nem todos foram feitos por ele, mas é possível sugerir que, com sua visão holística, e como leitor voraz, terá vindo dele a ideia da grande maioria dos assuntos abordados.

Dito isso, passemos a uma breve análise de alguns comunicados.¹⁹

Já no primeiro comunicado, *Justificando uma iniciativa*, em 1931, ao noticiar a criação do órgão de estatística do ministério, anuncia o escopo que teriam seus informes à imprensa, que considera “esclarecida”, da qual esperava receber apoio, na forma de reprodução das matérias que recebesse. Eis o escopo da repartição de estatística:

A missão confiada a esse aparelho investigador, na estrutura do novo Ministério é das mais difíceis e penosas, porquanto lhe cabe, como órgão especializado, realizar a coleta dos fatos que melhor possam exprimir as condições da coletividade brasileira no que respeita ao estado cultural e físico; levantar o quadro dos recursos que, para torna-las mais favoráveis, oferece o Estado ou a iniciativa particular, pela multiplicação de

centros de cultura, de instituições de assistência médica e de estabelecimentos destinados a recrear o espírito, aumentando o cabedal científico e elevando o nível estético das populações; traduzir numericamente, para maior facilidade da análise e dos confrontos, os resultados de suas indagações; proporcionar ao exame dos técnicos os elementos indispensáveis para aferição dos progressos verificados ou possíveis de se verificar; exhibir, pela apresentação gráfica, a gênese e as tendências dos fenômenos que indicam a situação do país no que concerne à saúde física de seus habitantes e ao desenvolvimento educacional; coligir quais quer elementos de elucidação esparsos nas publicações estrangeiras e que contenham subsídios úteis, sugerindo a adaptação ao nosso meio de medidas eficazes sancionadas pela experiência dos povos mais adiantados; instruir as autoridades e o público em geral pela propaganda, baseada em cifras convincentes, de iniciativas já realizadas e consagradas pelo êxito, em matéria de instrução e saúde pública, no interior do país ou fora de suas fronteiras. (EDUCAÇÃO..., 1942, p. 3-4)

No comunicado 68, intitulado *O quadro dos informantes municipais*, em 1932, peça-chave na execução do convênio assinado em dezembro de 1931, dando forma à cooperação federativa, e que seriam

[...] cidadãos – sem distinção de sexo – de idoneidade e capacidade abonadas pelos governos das respectivas comunas, e que, num gesto de civismo, se disponham a prestar sua colaboração à administração federal para o fim de tornar conhecidas as condições sociais brasileiras no que importa à cultura, higiene, saúde pública e assistência a enfermos (EDUCAÇÃO..., 1942, p. 127).

Refere-se aos mesmos como um “corpo de repórteres” [sic], talvez no sentido de pesquisadores.

No comunicado 72, intitulado *O princípio de cooperação nos serviços brasileiros de estatística e cartografia*, em 1932, faz uma exceção ao espírito dos informes, que então recorda. E o faz ao defender a proposta de criação do Instituto Nacional de Estatística e Cartografia, que, ao fim e ao cabo, resultaria no Instituto Nacional de Estatística, em 06.07.1934, e que logo se tornaria no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, numa simples mudança de nome e sigla. Ao recordar o espírito dos informes, o esclarece com mais detalhes:

Os comunicados que esta repartição distribui semanalmente à imprensa, constituindo uma das modalidades do serviço de publicidade que lhe compete, não se destinam à pregação doutrinária nem à apresentação e defesa de ideias pessoais dos seus funcionários. De acordo com a finalidade regulamentar da diretoria, e tendo em vista, especialmente, a portaria que regulamentou o aludido serviço, ficaram eles reservados a simples vulgarização, ora meramente noticiosa, ora de caráter instrutivo ou mesmo educativo, de ideias e fatos recolhidos de boas fontes e relacionados com os assuntos da competência do Ministério da Educação e Saúde Pública. (EDUCAÇÃO..., 1942, p. 133)

As informações eram oferecidas tanto para o País, quando para os estados, o que ampliava a utilização jornalística, porquanto chegando à imprensa regional.



Coletânea dos comunicados à imprensa, elaborados pela Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde.

¹⁹ Os 212 comunicados foram rareando conforme os anos passaram: 48 em 1931; 53 em 1932; 41 em 1933; 16 em 1934; 22 em 1935; 25 em 1936; 4 em 1937; 1 em 1938; 2 em 1941; e as razões terão sido várias, talvez falta de matéria, talvez maior ocupação no cotidiano da repartição ministerial, e também, vale registrar, a partir de 1936, o Instituto já estava operando do que decorria duas situações: primeira, ocupava muito o tempo de Teixeira de Freitas; segunda, também o Instituto começava a elaborar comunicados. Os comunicados não trazem indicação das semanas em que saíram, apenas o ano.

O comunicado 90, intitulado *A classificação geral do ensino adotada pelo ministério da educação*, em 1932, não obstante seu caráter técnico recebeu divulgação destacada, realçando a atuação do notável Prof. Manoel Bergström Lourenço Filho. A classificação então elaborada e introduzida representou uma inflexão positiva na geração das estatísticas de educação no Brasil. A seu turno, o comunicado 97, intitulado *Aparelhamento hospitalar do Brasil*, em 1932, é importante por rememorar os esforços históricos na elaboração das estatísticas hospitalares brasileiras desde 1907, e mostra a inflexão então iniciada. Outro comunicado relevante é o 115, intitulado *A imprensa e a vida escolar*, em 1933, no qual afirma, entre outros pontos, que “A imprensa é o mais poderoso instrumento de transformação da mentalidade dominante no país, colimando a modificação da atitude do povo em face da questão educacional” (EDUCAÇÃO..., 1942, p. 218), e advoga uma expansão dessa presença da imprensa, tornando uma cruzada em prol da educação da população.

O comunicado 180, intitulado *Segunda exposição nacional de organização e estatística de ensino*, em 1935, ao relatar matéria saída no *Jornal do Commercio* evidenciando a boa recepção da imprensa aos esforços da repartição de estatística com seus informes. O órgão, tendo à frente Teixeira de Freitas, fazia um esforço diuturno de conquista aos jornalistas, e aos donos dos jornais, procurando convencê-los da importância da educação, do trabalho em curso, por exemplo, de eventos como aquele, para tanto, lhes oferecendo matérias para publicação.

Depois de haver publicado o discurso inaugural da II Exposição Nacional de Organização e Estatística do Ensino, e bem assim minuciosa descrição dos variados e expressivos mostruários que figuraram no certame em boa hora promovido pela Associação Brasileira de Educação, encerrou o *Jornal do Commercio* o seu noticiário sobre essa patriótica iniciativa com a seguinte nota, que bem merece ampla divulgação: “Encerrou-se ontem a Exposição de Organização e Estatística do Ensino, que, por iniciativa da Associação Brasileira de Educação, preparou a Diretoria de Informações e Estatística com o concurso dos vários serviços técnicos do Ministério da Educação e de todas as administrações regionais. Embora tenha sido esta a segunda tentativa no gênero, – o que quer dizer que as possibilidades de tais certames ainda se não puderam revelar totalmente, – não há dúvida que a exposição que se acaba de encerrar foi uma bela exibição de cultura e de progresso. Por ela teve o país a demonstração objetiva do êxito do Convênio Estatístico de 1931, circunstância duplamente auspiciosa – pelos objetivos alcançados e pela experiência vitoriosa da cooperação convencional entre a União e a totalidade das suas Unidades Políticas” (EDUCAÇÃO..., 1942, p. 414).

O comunicado 208, intitulado *Convênios interadministrativos*, ou cooperação federativa, em 1937, trata dessa temática essencial à maturação da atividade estatística brasileira, só tornado possível após o final da Primeira República, a despeito de José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho (1866-1940) a ter pensado e tentado, e o faz em forma didática, e com clareza histórica incomum. Pois, por sua importância, então, e hoje, valerá conhecer como foi explicada à imprensa naquela ocasião.

Os fundadores da República, quando, em 1889, instituíram o princípio da descentralização administrativa, transformando em Estados as províncias, inspiraram-se, como é notório, na organização norte-americana, mas não levaram em conta que, na república anglo-saxônica, a autonomia das antigas colônias precedeu à União em que se federaram e que a integração de todas, numa democracia única, não resultou de um movimento de desagregação, mas ao contrário, de articulação. Os constituintes de 91 fizeram justamente o inverso, tornando o Brasil uno que preexistia ao sistema republicano num aglomerado de autarquias politicamente iguais em princípio, mas heterogêneas na expressão territorial, nas características sociais e nas possibilidades econômicas. Para que a autonomia conferida às Unidades Federadas não se refletisse desfavoravelmente no funcionamento do aparelho administrativo e lhe permitisse um trabalho uniforme e integrável numa resultante nacional coerente, mister se tornava que houvesse, além de autonomia, cooperação voluntária entre administrações regionais. Essa cooperação impunha-se como consequência do espírito de brasilidade de que não podia a Constituição cogitar expressamente, mas que se inferia da natureza do regime instituído. Esse espírito superior é a força centrípeta que impede a completa dissociação das partes componentes dos Estados complexos. Sem ele sobreviria a de-

O anuário estatístico do Brasil



“O anuário estatístico do Brasil”, publicado no *Correio da Manhã*, em 23.01.1937.

sagração por efeito da diferenciação delas e da falta de convergência de objetivos na obra que realizariam, mais atentas aos objetivos regionais que às responsabilidades de células vivas na existência do todo maior em que se fundem e com que se devem identificar afinal. Durante uma longa fase da administração republicana os nossos estadistas pouco fizeram no sentido de conformar o princípio da autonomia com a plena satisfação do propósito para que fora ela estabelecida: permitir a melhor evolução das entidades da federação dentro do quadro mais transcendente do progresso nacional. (EDUCAÇÃO..., 1942, p. 494)

Vários temas foram tratados (educação dos super-normais, registro de natalidade, formação de artífices, escolas de continuação, educação vocacional, alfabetos adultos, pedagogia familiar, planetário, livros escolares, arquivos, bibliotecas, museus, monumentos históricos, ensino rural, estatuto da criança, intercâmbio bibliográfico, documentação, cooperativismo, reeducação dos mutilados, radiofonia e ensino, higiene infantil, proteção da natureza, higiene mental, arte sacra, propriedade intelectual, escola nova, entre outros), e vários países foram citados (Chile, Bélgica, Japão, Espanha, Dinamarca, Bolívia, Suíça, México, Equador, Inglaterra, Itália, Argentina, Estados Unidos da América), variando conforme o material ia chegando. Alguns nomes foram citados, cabendo destacar: Bulhões Carvalho, Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães (1878-1944), Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior, o Conde

de Afonso Celso (título concedido pela Santa Sé) (1860-1938), Anísio Spínola Teixeira (1900-1971), Francisco Saturnino de Brito (*in memoriam*)²⁰.

Em busca de reconhecimento

O IBGE seguia em frente. O censo de 1940 fora a campo, e era um grande sucesso. As campanhas estatísticas, quando diversos cadernos temáticos (questionários, na linguagem posterior) iam a campo para buscar as informações individuais com as quais, depois de sucessivas agregações, chegavam-se às informações estatísticas, tornavam-se rotineiras, bem assim, as campanhas geográficas, que mapeavam o território. As divulgações de resultados eram contínuas.

É nesse ambiente que, em 1943, por ocasião do sétimo aniversário de instalação do IBGE, o jornal *A Manhã*, dirigido pelo escritor Cassiano Ricardo Leite (1895-1974), e secretariado pelo jornalista Barros Vidal “divulgou na edição comemorativa de seu segundo aniversário, transcorrido a 9 de agosto último, minuciosa entrevista do Secretário-Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a respeito da evolução da estatística oficial do país, nos últimos trinta e cinco anos”. (OS CINCO..., 1943, p. 515)

Teixeira de Freitas tinha tudo para estar orgulhoso com suas realizações, retroagindo sua narrativa a 1907, ou seja, ao instante em que Bulhões Carvalho, pela primeira vez assume a direção da Diretoria Geral de Estatística, e ele próprio começa a trabalhar naquela Instituição estatística (1908). Por demais, vale marcar que então o IBGE vivia um momento de inflexão positiva, tendo podido completar sua concepção, o que se dera em consequência da entrada do Brasil na II Guerra Mundial ao lado dos Aliados. À altura, por negociação do Embaixador, secundado por Teixeira de Freitas, junto aos Generais Pedro Aurélio de Góis Monteiro (1889-1956), Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, e Eurico Gaspar Dutra (1883-1974), Ministro da Guerra, seria atribuído ao IBGE a elaboração das chamadas estatísticas para fins militares, para tanto lhe sendo dadas as condições de realizá-las através de recursos próprios (a dita Taxa de Estatística, que formava a Caixa de Estatística, já referida)²¹. Desta forma, começava-se a completar o aparelho nacional e elaboração das informações estatísticas e geográficas necessárias à compreensão das realidades brasileiras.

²⁰ Um estudo desses comunicados, com foco na questão da educação, foi elaborado por Silvia Maia (FONSECA, 2014).

²¹ É nesse contexto que se dará a chamada nacionalização das Agências Municipais de Estatística, entendendo-se por nacionalização a ideia de que sua estrutura e seus funcionários passavam a trabalhar diretamente para a nação, numa tarefa de interesse nacional (a segurança nacional). Está-se falando dos Convênios das Estatísticas Municipais, previstos no Decreto n. 4.181, de 16.03.1942.



Cartaz de divulgação do Recenseamento Geral de 1940 afixado no obelisco existente na Av. Rio Branco (Cinelândia), no Rio de Janeiro (então Distrito Federal).

O selo e o fundo

De 1936 a 1942, a criação das agências foi precária. Nem sempre os municípios percebiam a importância das estatísticas, e, mesmo quando as viam com bons olhos, e as queriam, eram, não raro, muito carentes de recursos para aplicá-los na formação de uma repartição especializada. Afora tudo isso, os órgãos estaduais de estatística, que deviam orientar as agências, em geral não eram capazes de fazê-lo, já que também eram carentes de recursos, de estrutura, e de conhecimento.

Essa situação precária se inverteria somente quando o IBGE obtivesse recursos próprios que o habilitasse a promover a criação das Agências, de uma vez por todas. Ao mesmo tempo, para poder gerir as criaria nos estados uma sua unidade chamada Inspetoria, pela qual levava saberes técnicos em apoio aos órgãos estaduais de estatística. Isso se daria no contexto da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos Aliados, se fazendo essencial preparar as estatísticas de interesse da segurança nacional (ditas militares), o que, depois de negociações com a alta cúpula militar (Góes Monteiro e Eurico Dutra) caberia ao IBGE realizar.

Para tanto lhe seria dado recursos próprios, um sonho antigo, já desde a criação. Seria a “quota de estatística”, ou seja, um imposto sobre a diversão pública, pela qual se formaria o chamado “fundo ou caixa de estatística”. A arrecadação (regulamentada pela Resolução n. 186, de 03.08.1944, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística) seria feita por um “selo de estatística” (feito pelo IBGE) apostado nos tickets dos cinemas, teatros, circos, shows, etc. A taxa em si seria criada no contexto de sucessivos decretos: Decreto-lei n. 4.181, de 16.03.1942, Decreto-lei n. 5.951, de 10.11.1943, e Decreto-lei n. 6.730, de 24.07.1944, todos referentes às estatísticas de segurança (com fins militares).

O tributo criado era dito justo por não subtrair rendas já existentes no município, já tão carentes de recursos; por incidir sobre a população mais rica, a que mais se beneficiava das diversões, quando as havia, assim, não prejudicando as pessoas pobres; e porque, a partir da caixa nacional de estatística, formada pelos recursos assim obtidos, o município que não houvesse alcançado o montante mínimo necessário à operação da repartição estatística, receberia recursos vindos de fora. A caixa nacional de estatística, se não atingisse o montante necessário, teria um reforço do governo federal, o que se deu por muito tempo, na verdade, quase sempre, em especial quando se idealizou um elevado padrão de agência, por certo justo, tecnicamente, mas, sem dúvida, demasiado dispendioso, de modo que os recursos nunca eram suficientes.

No final de 1948, o sistema estabelecido pelos Convênios Municipais de Estatística Municipal passou a ser alvo de ataques junto às administrações municipais, por parte da direção de estabelecimentos cinematográficos. A resistência culminou com a atitude de um consórcio de casas exibidoras e distribuidoras sediado em Taubaté, no Estado de São Paulo, e cuja atividade abrangia, além daquela Unidade Federada, os Estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Espírito Santo. O Departamento Jurídico da Distribuidora de Filmes Cruzeiro Ltda. – uma das empresas subsidiárias do referido consórcio –, no parecer que elaborou e foi aceito pelas diretorias das empresas, recomendou a suspensão do pagamento do Selo de Estatística nos ingressos vendidos ao público pelos cinemas de sua propriedade, a partir de 1º de janeiro de 1949. Aos prefeitos municipais comunicou-se o seguinte parecer: a) não havia prévia autorização orçamentária para cobrança do imposto de estatística; b) a cobrança do imposto de estatística violava a autonomia municipal; c) os Convênios de Estatística não tinham validade jurídica. Estava armado um problema.

A Prefeitura Municipal entrou no Juízo de Taubaté com uma ação de execução fiscal, para fazer cumprir a lei. Nos embargos à penhora, a empresa continuou invocando seu entendimento de inconstitucionalidade da contribuição, sustentando que o Selo de Estatística feria a ordem constitucional vigente no País (Carta de 1946). Em 22.04.1949, um parecer do Consultor Jurídico do Instituto, João de Mesquita Lara, foi oferecido em juízo, na audiência de instrução e julgamento, e em 4 de maio, o Juiz de Direito da Comarca de Taubaté, Durval Pacheco de Matos, julgou a ação procedente, levando à penhora nos bens da executada, que invocou a segunda instância. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo entendeu dever remeter o processo ao Tribunal Federal de Recursos, que, a seu turno, em 27.10.1950, por seu Pleno, declarou a procedência daquela cobrança, ao mesmo tempo em que negou a arguição de inconstitucionalidade. Na ocasião, parecer do Prof. Pontes de Miranda contribuiu para sustentar essa decisão.

Mas a situação nunca mais voltaria ao normal, logo vindo outras ações, e não tardaria para que a Prefeitura de São Paulo quisesse, ela própria, apropriar-se dos recursos arrecadados. O Instituto continuou brigando na Justiça, sustentando a manutenção da cobrança, mas com evasão crescente da arrecadação, de modo que, às vésperas de se tornar uma Fundação Pública de Direito Privado (em 1967), era mínima a arrecadação, já praticamente não mais havendo a Caixa de Estatística. E o seu minguar contribuiu, à grande para a crescente inoperância do IBGE observada na sequência das críticas de 1958, 1962, 1964 e 1966, e que levaria àquela mudança.



Selos de Estatística

Brasil em
pauta
A trajetória da
comunicação
no IBGE

E na divulgação dessas informações, Teixeira de Freitas, analista de grande valor que era, embarca numa polêmica, ainda hoje delicada: até onde pode uma instituição estatística produtora, valendo-se das informações por ela produzidas, que entende em detalhes, fazer análise detalhada das realidades que as referidas informações estão a revelar? Claro que a divulgação das informações por uma instituição estatística é uma fronteira móvel, estando sempre a revelar uma análise; mesmo numa tabela, forma clássica de exposição de números, onde, em suas células já há uma opção de análise, pois cruza linhas e colunas; mais ainda nos gráficos, nos diagramas, nos cartogramas que trazem análises embutidas; o caso dos indicadores, sempre desejados, nem se fale, pois já ao serem definidos expressam uma escolha analítica. Enfim, Teixeira de Freitas, àquele tempo entendia que, embora os números fossem oferecidos aos estudiosos e aos formuladores de políticas, também estavam disponíveis aos produtores, àqueles que, não sem razão, ele chamava de estatistas ou estatísticas, ou seja, homens que conheciam o saber-fazer as estatísticas, mas que também, por seu envolvimento sociopolítico detinham um raro saber usá-las.

Não invadimos seara alheia. Bem pelo contrário. Se ao Instituto, lhe cabe investigar, traduzir em números e esquemas, e sistematizar todas as condições fundamentais em que vive a Nação, é aos olhos dos técnicos do Instituto que se revelam em primeira mão as poderosas sugestões da observação realizada. Naturalmente, os números, as cartas e os esquemas são postos à disposição dos sociólogos, dos estadistas e dos políticos, e a eles é que cumpre fixar em definitivos as diretrizes de reorganização que emergirem da análise científica dos fatos observados. Mas certos detalhes da realidade examinada saltarão mais aos olhos daqueles próprios que efetuaram as pesquisas e, pelo exame simultâneo dos vários aspectos da vida nacional, estão em condições de sentir melhor a premência ou o caráter essencial de umas tantas soluções que os fatos apontam. (OS CINCO..., 1943, p. 526)

Voltando à entrevista, ela tem uma linguagem elaborada, evidenciando ter sido feita por escrito. Teixeira de Freitas responde às perguntas recebidas do jornalista, e claramente sugere outras. Mostra-se animado na narrativa da história, rememorando acontecimentos e nomes de pessoas, pessoas que marcaram a atividade estatística brasileira ora numa ou noutra região, ou na esfera nacional, e dando realce, é claro, à criação do IBGE. Não obstante o esforço havido no passado, atribui “a dispersão demográfica, as dificuldades das comunicações, a incultura generalizada, o rudimentarismo ou inexistência dos registros públicos e privados” o não se ter conseguido consolidado uma atividade estatística sistemática (OS CINCO..., 1943, p. 516).

Pois, no evoluir da história, Teixeira de Freitas deixa três lições sobre a atividade estatística, a primeira, referida à situação de haver mais de um órgão produtor: realça que a unidade na atividade, não resulta da unicidade de um órgão produtor, mas antes da organização de um sistema agregador dos diversos órgãos produtores. Adiante, afirma que tal sistema precisa ter harmonia e equilíbrio, para o quê é essencial que tenha apego à tradição, não sem prudentes renovações evolutivas, de modo a estar sempre ao resguardo de mudanças radicais. E diz, tendo por foco o IBGE, que uma instituição estatística acumula uma especialidade técnico-científica, que não se encerra nela mesma, mas que, ao contrário, se espraia extramuros, seja em suas práticas científicas, seja em seus resultados, razão de existir, dito de outra forma, tais instituições revelam sua credibilidade, e ao conquistarem corações e mentes, ganham o direito de existir, vale dizer, legitimidade.

E assim ao Instituto foram logicamente atribuídas finalidades de propaganda e a inciativa da criação de registros públicos e particulares, a par de uma larga missão educativa, visando melhorar, a um só tempo, as condições de receptividade do meio social em que deve agir, e a aptidão profissional dos seus agentes. Finalmente, na orientação daquele esforço de organização, o qual surgiu o Instituto, haveria que atender ao duplo sentido das atividades geográfico-esta-

[...] uma instituição estatística acumula uma especialidade técnico-científica, que não se encerra nela mesma, mas que, ao contrário, se espraia extramuros, seja em suas práticas científicas, seja em seus resultados [...]

Entrevista de Teixeira de Freitas concedida ao jornal *A Manhã* em 08.08.1943.

Analizando os cinco últimos septênios da evolução estatística brasileira

FALA A "A MANHÃ" O SR. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, SECRETÁRIO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

COMO foi noticiado, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística completou, a 23 de maio, o seu sétimo ano de atividade. A esse ensejo *A MANHÃ* foi visitar a sede da instituição, atendendo ao amável convite de seu Secretário Geral.

A nossa dissonada visita à Secretaria Geral do Instituto, no 11.º andar do Edifício de "A Noite", deu lugar a que existisse informações minuciosas sobre o funcionamento dos serviços centrais da instituição, cujo bom funcionamento e eficiência, mantida diligentemente pelo sr. Alberto Martins, seu diretor, causou a seguinte observação: Poderíamos oferecer aos nossos leitores uma curta reportagem descrevendo a organização do Instituto e a situação atual dos seus diversos centros de trabalho. Isso parecerá uma interessante oportunidade a quem quiser de ter uma visão mais íntima das atividades desenvolvidas sobre os seus trabalhos profissionais.

O nosso entrevistado explicou-nos que o ano de 1943 encerra o sétimo mandato anual em que o distinguído Conselho Nacional de Estatística, ao mesmo tempo, o sétimo lustro de sua vida pública. Esse fato orientou a seguinte análise: — Os dados da evolução da estatística brasileira, durante o longo período de criação e desenvolvimento, são os seguintes: —

— Pois não, contanto que lhe assistam as minhas reminiscências pessoais relativas ao período durante o qual tenho servido à estatística estatística brasileira. Minhas observações, assim, como depoimento pessoal, ao abrigo de cinco setênios. Partindo de 1908, aí então, quando deu início ao Instituto, e um, depois do Instituto.

— Uma investigação preliminar, já bastante importante os progressos até 1907.

— Sim, se considerarmos as coisas na sua justa realidade. Porque, realmente, dos esforços que o Brasil teve nos primeiros e nos últimos dos seus serviços estatísticos — e não admitamos figuras humanas — pouco colhe se poderíamos considerar, até 1907, como estatísticas definitivas. Experimentamos tentativas sucessivas não haviam falhado. Muito ficaram a dever, por exemplo, à sede beneficência de Daniel Pedro Müller, em São Paulo, de Luís Maria da Silva Pinto, em Minas Gerais; do conselheiro Antônio Manoel Corrêa de Calmon, no Rio Grande do Sul. Além desses, outras outras figuras foram legados aos trabalhos que constituem verdadeiros milagres de esforço e perseverança, dadas as condições da época em que atuaram. E, o caso, para citar apenas alguns, de Luís de Albuquerque, que realizou notáveis estudos estatísticos e geográficos, inclusive como encarregado da Comissão Estatística do Trópico, de Soares André, depois Bartol de Caxapava; de Antônio Pereira Soares, cuja obra, aliás, não está de todo divulgada; de Antônio Lodiado, de Monteiro Baena, no Pará; de Morais Antezou, em Pernambuco; e de José Francisco Xavier Stevan, de quem nos ficou além de 25 anos de vida laboriosa, baseada em levantamentos numéricos, em "Anuário político, histórico e estatístico do Brasil", editado em 1914 e 1917. E aqui na Capital do país foram formados os batalhões de grande beneficência, ora pelos levantamentos estatísticos que realizaram, ora pelos estudos e projetos de que foram autores. Além do conselheiro Manoel Francisco Corrêa, o primeiro diretor geral de estatística do Brasil, em 1914, entre outros, Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque, e quem ficaram detendo indómita e fecunda influência, a Carlos Gomes, que, aparentemente, em 1913, as suas pais a organização de estatística brasileira e Luís Henrique Pereira de Campos, autor de um histórico (Continua na 30.ª pág.)

O sr. Teixeira de Freitas em seu gabinete de trabalho.

COMO foi noticiado, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística completou, a 23 de maio, o seu sétimo ano de atividade. A esse ensejo *A MANHÃ* foi visitar a sede da instituição, atendendo ao amável convite de seu Secretário Geral.

A nossa dissonada visita à Secretaria Geral do Instituto, no 11.º andar do Edifício de "A Noite", deu lugar a que existisse informações minuciosas sobre o funcionamento dos serviços centrais da instituição, cujo bom funcionamento e eficiência, mantida diligentemente pelo sr. Alberto Martins, seu diretor, causou a seguinte observação: Poderíamos oferecer aos nossos leitores uma curta reportagem descrevendo a organização do Instituto e a situação atual dos seus diversos centros de trabalho. Isso parecerá uma interessante oportunidade a quem quiser de ter uma visão mais íntima das atividades desenvolvidas sobre os seus trabalhos profissionais.

O nosso entrevistado explicou-nos que o ano de 1943 encerra o sétimo mandato anual em que o distinguído Conselho Nacional de Estatística, ao mesmo tempo, o sétimo lustro de sua vida pública. Esse fato orientou a seguinte análise: — Os dados da evolução da estatística brasileira, durante o longo período de criação e desenvolvimento, são os seguintes: —

— Pois não, contanto que lhe assistam as minhas reminiscências pessoais relativas ao período durante o qual tenho servido à estatística estatística brasileira. Minhas observações, assim, como depoimento pessoal, ao abrigo de cinco setênios. Partindo de 1908, aí então, quando deu início ao Instituto, e um, depois do Instituto.

— Uma investigação preliminar, já bastante importante os progressos até 1907.

— Sim, se considerarmos as coisas na sua justa realidade. Porque, realmente, dos esforços que o Brasil teve nos primeiros e nos últimos dos seus serviços estatísticos — e não admitamos figuras humanas — pouco colhe se poderíamos considerar, até 1907, como estatísticas definitivas. Experimentamos tentativas sucessivas não haviam falhado. Muito ficaram a dever, por exemplo, à sede beneficência de Daniel Pedro Müller, em São Paulo, de Luís Maria da Silva Pinto, em Minas Gerais; do conselheiro Antônio Manoel Corrêa de Calmon, no Rio Grande do Sul. Além desses, outras outras figuras foram legados aos trabalhos que constituem verdadeiros milagres de esforço e perseverança, dadas as condições da época em que atuaram. E, o caso, para citar apenas alguns, de Luís de Albuquerque, que realizou notáveis estudos estatísticos e geográficos, inclusive como encarregado da Comissão Estatística do Trópico, de Soares André, depois Bartol de Caxapava; de Antônio Pereira Soares, cuja obra, aliás, não está de todo divulgada; de Antônio Lodiado, de Monteiro Baena, no Pará; de Morais Antezou, em Pernambuco; e de José Francisco Xavier Stevan, de quem nos ficou além de 25 anos de vida laboriosa, baseada em levantamentos numéricos, em "Anuário político, histórico e estatístico do Brasil", editado em 1914 e 1917. E aqui na Capital do país foram formados os batalhões de grande beneficência, ora pelos levantamentos estatísticos que realizaram, ora pelos estudos e projetos de que foram autores. Além do conselheiro Manoel Francisco Corrêa, o primeiro diretor geral de estatística do Brasil, em 1914, entre outros, Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque, e quem ficaram detendo indómita e fecunda influência, a Carlos Gomes, que, aparentemente, em 1913, as suas pais a organização de estatística brasileira e Luís Henrique Pereira de Campos, autor de um histórico (Continua na 30.ª pág.)

Um aspecto relevante, em 1907 — Poderia então — acrescentamos — referir para *A MANHÃ* o que foi o desenvolvimento da estatística no Brasil, antes e depois do Instituto?

tísticas. Se elas visam dar a conhecer as condições existenciais do Estado, para orientar racionalmente sua obra de governo, também são uma especialidade técnico-científica que o Estado deve amparar e procurar desenvolver. E nisto se discernem dois novos fins a atingir. Levantadas as estatísticas e as cartas geográficas, forçoso é que os órgãos responsáveis por essa tarefa relatem com minúcia e probidade a exata significação de tais elementos, utilizando seus recursos técnicos especializados na melhor interpretação dos resultados coligidos e na educação dos ensinamentos e sugestões que possam decorrer dos seus próprios trabalhos. Doutra parte, o poderoso aparelho estatístico-geográfico mantido pelo Estado há de ser um instrumento útil de pesquisa científica pura, pois sua larga atuação, seus recursos e os valores intelectuais que utiliza podem facilmente – e devem – acumular contribuições para o enriquecimento dos campos técnicos e científicos que exploram. Donde, portanto, a dupla função complementar a que não poderia fugir o Instituto: a de manter laboratórios de pesquisas técnicas e órgãos de divulgação, uns e outros postos ao serviço da ciência, de um lado, e da política, do outro. (OS CINCO..., 1943, p. 520)

Por fim, vale destacar uma revelação que Teixeira de Freitas transparece na entrevista, e que deve ter agradado bastante aos leitores, ao menos como curiosidade. Ele a faz ao ser inquirido sobre a gestão de Francisco Bernardino, que dirigiu (1909-1914) a Diretoria Geral de Estatística, na Primeira República, entre as duas gestões de Bulhões Carvalho.

Devemos a Francisco Bernardino a admissão de pessoal do sexo feminino, como datilógrafas e apuradoras, nos serviços oficiais de estatística. Aliás, se não estou enganado, foi a Diretoria Geral de Estatística a primeira repartição pública brasileira conquistada pelo movimento feminista. Dentre as distintas colaboradoras que tivemos a partir de 1910, não posso deixar de citar as duas mais antigas, as Senhoritas Carmen Unser e Maria Dulce de Oliveira, e mais tarde a Senhora Eulália de Brito, que foi um dos elementos mais forçados da Seção de Registro Civil e assistente da chefia do Censo Demográfico de 1920. Guardo dessas três antigas colegas uma grata recordação, pelo exemplo de dedicação à causa pública, que souberam dar. (OS CINCO..., 1943, p. 518)

E la nave va...

Em 09.06.1948, já tendo deixado a função de Secretário-Geral do Instituto (sendo substituído por Rafael da Silva Xavier), mas sempre atento, e disposto a tratar do IBGE, Teixeira de Freitas dirige carta ao redator do *A Manhã*, a propósito da matéria veiculada na edição de 29 de maio último sobre o 12º aniversário da Instituição:

Tive a satisfação de ler, na edição de “A Manhã”, de 29 de maio último, o vosso comentário alusivo ao 12º aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e aos serviços que o mesmo vem prestando ao país.

Havendo-me cabido não pequenas responsabilidades na realização dos objetivos patrióticos que foram confiados ao Instituto, não poderiam deixar de sensibilizar-me as palavras de justiça e de incentivo com que registrastes a passagem do aniversário daquela entidade. Melhor recompensas não poderiam pleitear os profissionais que, como eu, se têm dedicado ao progresso da estatística e da geografia no Brasil, do que verem reconhecidos os bons resultados dos esforços empregados e sentirem-se compreendidos e apoiados pelos órgãos da opinião pública, entre os quais se destaca com justiça o vosso jornal, que sabe sempre formular uma crítica construtiva, aliás a melhor maneira de cooperar com os serviços públicos.

Apraz-me, pois, agradecer, como obscuro membro daquela classe profissional, as referências feitas ao Instituto, nas quais vejo nova demonstração da honrosa e estimulante simpatia com que vem “A Manhã” acompanhando pari-passu os progressos das nossas realizações estatístico-geográficas (FREITAS, 2016, carta 50).

Daí em diante, Teixeira de Freitas segue oferecendo esclarecimentos que, supõe, não tenham sido dados ao “nobre Redator”, e o faz ao longo de seis páginas. O faz convencido que ao dar mais e mais informações a um jornal tão solícito ao Instituto o ajuda a melhor entender seu trabalho.

Convencido de que contatos com este, que esta carta e o vosso artigo representam, entre o pensamento que em verdade inspira as nossas instituições, de um lado, e os órgãos da opinião pública, do outro, constituem sempre acontecimentos auspiciosos e de fecundas consequências, renovo ao vosso jornal os meus agradecimentos, colocando-me ao vosso inteiro dispor para qualquer esclarecimento ou informação relativamente à organização e ao funcionamento do sistema que ora formam os serviços estatísticos e geográficos brasileiros (FREITAS, 2016, carta 50).

Reportagem sobre o 12º aniversário do IBGE, publicada no jornal *A Manhã*, em 29.05.1946.

DECIMO SEGUNDO ANIVERSARIO DO I. B. G. E.

As comemorações de hoje, nesta capital — Páscua do “Estatístico e do Geógrafo” — Lançamento de novo numero do “Anuário Estatístico do Brasil”

Transcorre, hoje, o 12º aniversário da instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, data em que também se comemora, em todo o país, o “Dia do Estatístico e do Geógrafo”. Nesta capital, as comemorações tiveram início ontem às 15 horas, com uma reunião da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, havendo comparecido todos os representantes dos Serviços Estatísticos ministeriais e delegados das diversas organizações que integram o referido órgão. Conforme estava anunciado, foi realizada a eleição do novo Secretário Geral do Instituto. Antes, porém, o sr. Mario Augusto Teixeira de Freitas, que vinha ocupando o referido posto, desde a criação do Instituto, e que, por motivo de ausência, dele se achava licenciado desde novembro do ano findo, falou demoradamente, ferindo os aspectos essenciais da obra realizada pela entidade, nos 12 anos de sua existência, terminando por formular um apelo aos seus pares no sentido de que não o reelegessem, como vinha acontecendo nos anos anteriores, uma vez que as suas condições físicas já não suportavam a aceitação de novo mandato.

Instando para que o sr. M. A. Teixeira de Freitas continuasse à frente da Secretaria Geral do I. B. G. E., fizeram uso da palavra diversos oradores, incluindo os srs. comandante Ruberto Espindola e Almeida Pernambuco, o que provocou nova manifestação do sr. titular, o qual reiterou os motivos de sua recusa. A isso o sr. que foi eleito o sr. Rafael Xavier, que já vinha exercendo aquelas funções, há meses, no impedimento do sr. Teixeira de Freitas. Verificou-se, então, o ato de filiação, ao I. B. G. E., da Divisão de Cadastro e Estatística do Instituto Nacional do Pinho, tendo sido saudado, em nome da Junta, pelo sr. M. A. Teixeira de Freitas, o presidente do I. N. P., sr. Virgílio Gualberto. Sobre os objetivos da Divisão, falou o seu chefe, sr. Silvio A. Lima.

Hoje, às 8 horas, será celebrada, na Igreja de Santa Luzia, missa votiva, com a comunhão pastoral dos estatísticos e geógrafos, sendo celebrante o padre Heider Câmara. Às 8:20 horas, na sede do Instituto, à Av. Franklin Roosevelt, 18, será servido um “lunch” aos comungantes e pessoas que os acompanharem.

A segunda parte das comemorações consistirá de uma recepção, às 11 horas, em Parada de Lacerda, onde se acham as instalações do Serviço Gráfico do Instituto, e altas autoridades e demais convidados. Haverá, nessa ocasião, a cerimônia da inauguração do conjunto residencial para operários daquela dependência do I. B. G. E., com entrega das chaves aos futuros moradores. A seguir, realizar-se-á um almoço, oferecido pela Superintendência do Serviço Geográfico do I. B. G. E. às altas autoridades presentes, dirigentes do Instituto e convidados.

No Serviço Gráfico, serão expostos os principais trabalhos estatísticos e geográficos do Instituto, os executados por sua iniciativa e responsabilidade, além de formulários, mapas, etc. Comemorando a data o Instituto dará à publicidade o VIII número do “Anuário Estatístico do Brasil”, o qual aparecerá com

Crise na atividade estatística paulista, ecoada na imprensa paulistana, implica na renúncia de Teixeira de Freitas

Em consequência da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, coube ao IBGE a produção das chamadas estatísticas militares. Para tanto sua estrutura foi expandida, na ocasião sendo criadas as Inspetorias Regionais, através das quais o IBGE fixou presença nos estados.

As Inspetorias eram formadas por dois serviços: um para controle técnico das Agências Municipais de Estatísticas, e outro para controle das atividades administrativas, sobretudo para garantia da arrecadação da taxa de estatística.

Após as delongas de escolhas dos inspetores, em comum acordo com os dirigentes estaduais, finalmente as inspetorias foram implantadas em fins de 1944 e início de 1945. Em São Paulo, o escolhido foi Roberto Paiva Meira, cabendo-lhe a difícil tarefa de se relacionar com o Departamento Estadual de Estatística, cujo diretor era Djalma Forjaz, uma figura de difícil trato, já de longa data. Haveria muitos atritos.

Já em 29 de janeiro de 1945, Teixeira de Freitas irá dirigir carta a Djalma Forjaz, a quem chama de “prezado colega e amigo”, tentando apaziguar os ânimos. Disse que orientara ao Inspetor para, daí em diante, tratar os assuntos de interesse das duas repartições apenas no âmbito da Comissão Revisora de Estatística Municipal.

A carta é extensa, e Teixeira de Freitas relaciona, ponto por ponto, todos os aspectos até então acordados entre a União, os Estados e os Municípios. Pede a ajuda de Djalma Forjaz para que haja um convívio harmonioso entre a Inspetoria e o Departamento, em prol do Brasil; solicita sua compreensão e sua colaboração.

Sua preocupação era que os Convênios de Estatística Municipal, que dariam conta da produção das estatísticas militares, alcançassem bom porto em São Paulo. Naquele momento, a crise que apenas começara parecia resolvida, mas logo explodiria novamente.

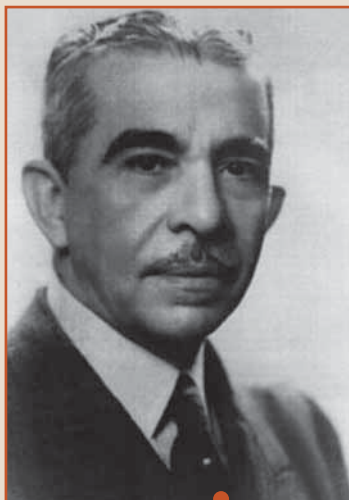
Entrementes, o Embaixador Macedo Soares, presidente licenciado do IBGE, assume o governo de São Paulo (07.11.1945 a 14.03.1947), e nessa função presencia o recrudescer da crise entre essas duas repartições. Assim, a pedido do Embaixador, Teixeira de Freitas viaja a São Paulo para uma conversa pessoal com Djalma Forjaz, e em 12.12.1946 escreve a Macedo Soares dando-lhe conta das negociações.

Entende que com suas conversações teria consolidado um entendimento permanente, e que a fase de incompreensão e antagonismo estaria definitivamente encerrada. Ledo engano.

Assim é que em 15.02.1947, diante da usurpação de competência pelo Departamento Estadual de Estatística de atribuições das esferas federais, Teixeira de Freitas envia uma carta, agora diretamente a Djalma Forjaz, na qual afirma:

Eram de novo, e pior que antes, os maus ventos da discórdia, da incompreensão e da falta de lealdade, que estariam soprando sobre nós, espalhando a cizânia e as incompatibilidades, em vez da harmonia, da solidariedade e da escrupulosa probidade que devem reinar entre os que trabalham em prol da Estatística Brasileira, sob pena de voltar o Brasil a viver às cegas. [...] Vamos ver então o que podemos fazer para vencer a tormenta provocada pelas atitudes e insinuações infelizes, que ilaquearam sua sinceridade (SENRA, 2016, p. 160).

Teixeira de Freitas, embora esteja duro, tenta uma solução amigável, mas é inútil. Djalma Forjaz volta a fustigar, e acaba sendo demitido por Macedo Soares, que nomeia para a função Sud Mennucci. A este, já no exercício da função, Teixeira de Freitas envia uma carta em 10.05.1947 – quando no governo do Estado de São Paulo já estava Ademar de Barros –, na qual relata a polêmica que Djalma Forjaz provoca na imprensa paulistana, acusando-o de desprestigiar a estatística paulista, em favor de uma estatística nacional unificada, justo o contrário do que



Djalma Forjaz

sempre pregara, uma vez que o IBGE, desde o início fora uma instituição federativa (uma “Federação de Repartições” ou um “Consórcio Federativo”).

Quanto ao nosso ilustre colega, Dr. Djalma Forjaz, infelizmente, motivos pessoais e os preconceitos de autoridade irrestrita não o deixaram mais ver as razões e os interesses da grande causa a que quis servir quando pleiteou a volta ao exercício do cargo de Diretor de Estatística, atraído pelas empolgantes perspectivas que o Instituto abriu aos que se interessavam pelo progresso do país. [...] Já deve ter chegado ao seu conhecimento o penoso incidente, que tanto me abateu o ânimo e dá motivo a essas palavras. O protesto do Dr. Djalma, esquecido dos fatos, da lei e dos compromissos jurídicos e morais, atirou-me a pecha mais injusta que se poderia irrogar-me. A minha vida tem sido um trabalho contínuo e pertinaz pelo engrandecimento do Brasil, através da cooperação das suas forças livres.

A autonomia municipal e regional é para mim princípio fundamental – e intangível – da vida brasileira. Ao discutir-se a criação do sistema estatístico nacional em 1933, quase fracassou a ideia porque me opus à centralização federal, sustentando a necessidade da cooperação autônoma de Municípios e Estados, e sobretudo a necessidade de que estes mantivessem sistemas estatísticos regionais com programas próprios, e eficientes, plenamente capazes de serem de fato os órgãos mestres do grande sistema nacional. [...] Entretanto, o seu ilustre antecessor, inteiramente esquecido da realidade que aí está para convencer os mais incrédulos, desde que tenham senso ético bastante imparcial para julgar com justiça acusou-me de tomar uma atitude incompatível com o meu passado, isto é, de cercear, de constrengar, de subestimar a autonomia e o prestígio da estatística regional. Quando o certo é que tudo fiz para defender e apoiar essa autonomia, para elevar esse prestígio, para assegurar a S. Paulo a preeminência que merece em nossas realizações (SENRA, 2016, p. 163).



Sud Mennucci

E segue dizendo que assim seguira mesmo quando percebera que Djalma Forjaz preferira trilhar um “caminho errado [que] desviava a estatística paulista do seu verdadeiro rumo [...], em troca de uma grandeza material aparente, e estava com isso diminuindo, infelizmente, a atuação técnica pioneira que deveria caber a esse grande Estado”. Ao fim de tudo, diante desse quadro, dessa atitude de “ressentimento e descortesia, inteiramente sem fundamento”, Teixeira de Freitas, bastante ferido, sentiu-se obrigado “a colocar a questão nos devidos termos perante o Conselho [Nacional de Estatística] e a renunciar ao cargo que vinha exercendo [o de Secretário-Geral do IBGE]” (SENRA, 2016, p. 165).

Assim sendo, em suma, foi por uma crise vivida em São Paulo, veiculada na imprensa paulistana, que levaria Teixeira de Freitas em maio de 1948 a deixar, em definitivo, a Secretaria Geral do IBGE, não sem antes, em 22.05.1947, enviar carta a Macedo Soares fazendo um retrospecto dos acontecimentos naquela ocasião. O relato é assustador, arrolando situações terríveis, no limite, intentando a destruição do próprio IBGE.

A certa altura observa: “suas envenenadas alegações [de Djalma Forjaz] chegaram a ter lamentável repercussão no parlamento e na imprensa”, movendo “membros do Governo, altos funcionários, congressistas e jornalistas” numa campanha de descrédito que desfigurava, segundo afirmava Teixeira de Freitas, os fatos. E dava alguns exemplos:

O Instituto a espezinhar S. Paulo; o Instituto “caften de S. Paulo”; o Instituto, violador da convenção de Estatística; o Instituto, responsável pela subversão do excelente serviço estatístico que S. Paulo já havia organizado; a ação do Instituto caracterizada como “intervenção federal”; o Convênio de Estatística Municipal, um “monstrengo jurídico”; - estes e ainda muitos outros dislates desse gênero eram seus “slogans”, os seus motes favoritos, nos gabinetes e nas rodas por onde andava (SENRA, 2016, p. 167-173).

Então, bem como Teixeira de Freitas temia – “se a crise provocada pelo ex-Diretor de Estatística de S. Paulo está momentaneamente sustada, graças ao seu afastamento, poderá reviver de uma hora para outra, conforme o rumo dos acontecimentos políticos” – ainda faria eco em futuro próximo, quando Ademar de Barros apoiasse Polli Coelho na presidência da Instituição, logo após a saída do Embaixador, ao final do governo Eurico Dutra (SENRA, 2016, P. 171).

Enfim, Teixeira de Freitas, cumprido seu mandato à frente da Secretaria Geral do IBGE, em maio de 1948, deixaria a função, e seria substituído por Rafael Xavier, mas não ficaria à parte, e seria a peça-chave no enfrentamento da crise que logo teria curso em 1951-1952.

[...] essa crise se daria nas páginas dos jornais – em especial de dois grandes periódicos cariocas, o *Correio da Manhã* e o *Diário de Notícias*, – aonde o IBGE vinha sedimentando um relacionamento profundo e sereno [...]



“Um relógio atrasado”, matéria publicada no *Correio da Manhã*, em 22.12.1951.

A crise vivida na imprensa

O Embaixador Macedo Soares, depois de longa e profícua presença, deixaria a presidência. Viria então o General Djalma Polli Coelho, egresso do Conselho Nacional de Geografia - CNG – quando chefiou uma missão geográfica ao Planalto Central no sentido da delimitação do território da futura Capital Federal (PE-REIRA, 2010) – mas sendo pouco familiar à atividade estatística. Em sua gestão, 1951-1952, nessa seara, a atividade estatística, por vaidade e inabilidade, o General levou o IBGE a uma crise que o poderia ter liquidado. Mas, como essa crise se daria nas páginas dos jornais – em especial de dois grandes periódicos cariocas, o *Correio da Manhã* e o *Diário de Notícias*, – aonde o IBGE vinha sedimentando um relacionamento profundo e sereno, como vem sendo visto, foi possível superá-la, e apenas nesse sentido ela importa para esse livro, e não por si mesma, por seu conteúdo.²²

A crise teria início nas páginas do *Correio da Manhã*, em 21.12.1951, em uma notícia ligeira (dita “suelto” na linguagem jornalística de época) na qual se estranhava que o IBGE ainda estivesse publicando resultados do censo de 1940, e havendo no *Anuário Estatístico do Brasil* números por demais antigos²³. Pois em entrevista à Memória Institucional do IBGE, em 13.12.2004, Waldemar Lopes atribui a notícia ao jornalista Otto Maria Carpeaux²⁴, redator do jornal, e diz que até riu quando a leu, tão fácil era desmenti-la, o que fez de imediato, dada sua posição, à época, como Secretário-Geral do IBGE. Afirma que enviou ao jornalista, que era seu amigo, os devidos esclarecimentos, dizendo o quanto ele estava errado, e lhe dando as devidas explicações. Tudo parecia resolvido, e de modo bastante amigável, sem nenhum transtorno nas boas relações do IBGE com a imprensa, tão laboriosamente construída ao longo do tempo. Até que no dia seguinte apareceu uma resposta formal do Presidente do IBGE, nos seguintes termos:

Senhor Redator:

Sob o título ‘Um relógio atrasado’, o vosso jornal publicou um *suelto* referente ao IBGE. Como Presidente desse Instituto, desejo e peço seja publicado o meu ligeiro comentário que segue.

Reconheço o atraso com que estão sendo publicados os resultados do Censo Nacional de 1940. Acho também que a publicação, em 1951, de estatísticas que trazem a data de 1940, é irregular. Mas é preciso reconhecer que uma grande série de volumes, como os que contêm os censos desse último ano e que são o resultado de um ingente esforço, não poderia aparecer com muita rapidez num país onde a regra é o atraso, a demora e o incompletismo. Asseguro-vos que tal irregularidade não se reproduzirá em relação ao Censo de 1950, cujos resultados já estão sendo divulgados.

Nenhuma responsabilidade me cabendo por esse atraso, pois assumi a Presidência do Instituto em maio deste ano, estou à vontade tanto para defender, no que é defensável, a ação do pessoal do Instituto, como para reconhecer, de público que nossas estatísticas são realmente atrasadas, caras e, pior que tudo isso, de duvidosa precisão.

Tendo verificado pessoalmente essas circunstâncias, estou já iniciando providências destinadas a corrigir os males existentes.

²² Essa crise teve origem num episódio ocorrido no final dos anos 1940, tendo por protagonista Djalma Forjaz, chefe do Departamento de Estatística de São Paulo, da qual resultaria a saída de Teixeira de Freitas da Secretaria-Geral do IBGE. Esses antecedentes estão contados num box, através de uma troca de cartas de Teixeira de Freitas, ora com o próprio Djalma Forjaz, ora com outras pessoas.

²³ Waldemar Lopes e Valdemar Cavalcanti, sobretudo o primeiro, foram chave na reação à crise.

²⁴ Otto Maria Carpeaux nasceu em Viena em 1900, e faleceu no Rio de Janeiro em 1978. Em 1939, diante da escalada nazista, fugiu para o Brasil. Escritor notável deixou várias obras de valor. Exerceu o jornalismo, e justo em 1950 se tornaria redator-chefe do *Correio da Manhã*.

Mas não faço nada atabalhoadamente e nem condeno tudo o que foi feito. Nos dois censos nacionais e nas 15 campanhas estatísticas que o IBGE já realizou, alcançamos uma boa base. Queremos agora partir dessa base para um ataque mais técnico e mais moderno do nosso problema estatístico. Contamos para isso com elemento humano de primeira ordem, dentro e fora das fileiras do IBGE, de modo que esperamos poder rapidamente ‘acertar o relógio’ da estatística nacional.

Sou obrigado, pelo que fica dito, a pedir ao ‘Correio da Manhã’ que tenha a paciência de esperar um pouco, aguardando a modernização de um órgão, o IBGE, que já fez muita coisa, embora esteja necessitando de uma reforma radical, que julgo poder breve levar a efeito.

Muito grato lhe ficarei pela publicação desta carta. (COELHO, 1952, p. 3, grifo nosso)²⁵

Antes de seguir na polêmica jornalística que daí resultaria caberá perguntar: de onde o General teria tirado sua certeza de serem as estatísticas produzidas pelo IBGE “realmente atrasadas, caras e, pior que tudo

isso, de duvidosa precisão”. Ora, uma vez que assumira a presidência em maio de 1951, e não sendo um homem da estatística, como fora capaz em tão pouco tempo de adquirir uma percepção tão profunda do que entendia ser a realidade da Instituição? A resposta é simples e surge de imediata, no relatório “Exame crítico da estatística brasileira” que lhe foi entregue por Lourival Câmara (1911-1973) (datado de novembro de 1951), técnico do IBGE já há algum tempo, e que fora enviado (ainda na gestão do Embaixador) aos Estados Unidos para fazer um curso de aperfeiçoamento em amostragem. Na introdução é dito que o relatório foi elaborado a pedido do Conselho Nacional de Estatística - CNE, o que será depois contestado fortemente, sendo dito que, antes pelo contrário, teria sido feito à revelia do referido Conselho. (FREITAS, 1952b, p. 2)²⁶

²⁵ Este relatório dirigido ao Presidente da República foi feito após a criação da Comissão Themistocles Cavalcanti.

²⁶ Texto dirigido ao Ministro da Justiça, Francisco Negrão de Lima, em fevereiro de 1952.

Correio da Manhã

A Cidade do Rio de Janeiro recebeu o primeiro número do *Correio da Manhã* no dia 15.06.1901, um sábado, e circulou até 08.07.1974. O País mal começava o regime republicano, e ainda sentia as dores da escravidão, e as agruras da Revolta de Canudos.

No editorial daquela edição, seu fundador Edmundo Bittencourt anunciava que o jornal não teria “jamais ligação alguma com partidos políticos”, e que estava escrevendo para o povo, se propondo a sempre “dizer a verdade” (CORREIO DA MANHÃ, 1901, p. 1). Seria sempre um jornal combativo, tendo entre seus colaboradores jornalistas de renome: Medeiros de Albuquerque, Carlos de Laet, José Veríssimo, Alberto de Oliveira, Leão Veloso, Afonso Celso, Coelho Neto, Evaristo de Moraes, Artur Azevedo. Entre os cronistas da cidade, teve o notável Luiz Edmundo. Muitos grandes escritores começaram suas carreiras nas páginas do *Correio da Manhã*, por exemplo, Graciliano Ramos, Aurélio Buarque de Holanda, Antônio Calado, Álvaro Lins, entre outros.

Em 1951-1952, quando da crise no IBGE, o redator do *Correio da Manhã* (desde 1950) era o escritor Otto Maria Carpeaux, nascido em Viena, a 09.03.1900, e falecido no Rio de Janeiro, em 03.02.1978; foi ensaísta, crítico literário e jornalista, tendo vindo para o Brasil em 1939, em fuga do nazismo. O porquê do *Correio da Manhã* ter aberto suas páginas às diatribes do General Polli Coelho contra o IBGE não é nada claro.



Primeiro número do jornal
Correio da Manhã, em 15.06.1901.

Tendo ou não o selo do Conselho, Lourival Câmara afirma que teria sido chamado a estudar “o problema da formação técnica do pessoal necessário à entidade” (CÂMARA, 1951, p. 2), como explica na Introdução, sob o título “Razões do presente exame crítico”, e diz que não o poderia fazer sem antes fazer uma avaliação, ainda que sucinta, da própria instituição. E é o que oferece na primeira parte de seu texto. Pois será dessa primeira parte, como mostram os títulos das seções para entender de onde veio o teor do discurso do General, diante da imprensa: “Afastamento às legítimas finalidades”, “Ausência de estatísticas essenciais e excesso de estatísticas secundárias”, “Estatísticas caras, atrasadas e de duvidosa precisão”, “Deficiência de quadros técnicos”, “Excesso de burocratização”. A segunda parte tem por título “Solução de um problema”, e como disse tem por proposta a formação de quadro. Eis então o mentor, sem que talvez não o quisesse ser.

Voltando ao fio da crise nos jornais, a carta do General no *Correio da Manhã* não ficaria sem resposta, e ela viria em matéria não assinada nas páginas do *Diário de Notícias* (em 29 de dezembro), que contava, entre seus colabores Waldemar Lopes e Valdemar Cavalcanti.

Contra a reputação das estatísticas

Em carta a um dos órgãos de nossa imprensa, o atual presidente do IBGE, general Djalma Polli Coelho, declarou-se à vontade pra, segundo expressões textuais, ‘reconhecer, de público, que nossas estatísticas são realmente atrasadas, caras e, pior que tudo isso, de duvidosa precisão’.

Foi esse, decerto, o julgamento mais duro, foi essa a acusação mais radical e crua que os trabalhos daquele órgão técnico já sofreram, pois, na realidade, levando-se em conta as peculiaridades do país e as condições gerais de todo o nosso serviço público, sempre gozou ele de lisonjeiro conceito.

A afirmação traduziria um atestado francamente desolador, dada a autoridade de que está investido o declarante, se não parecesse resultante especialmente do sestro, comum a todo administrador novo de condenar o passado e pretender inaugurar uma ‘era nova’. Tanto é assim que o general, apesar de haver assumido o cargo em maio desse ano, conforme esclarece, chama a si a glória de estarem sendo já publicados os resultados do recenseamento de 1950, planejado e executado antes de sua gestão. Além disso, promete executar breve uma reforma radical que rapidamente ‘acertará o relógio’ da estatística brasileira. (COELHO, 1952, p. 4)²⁷

²⁷ Este relatório dirigido ao Presidente da República foi feito após a criação da Comissão Themistocles Cavalcanti.

A matéria segue dizendo que as estatísticas divulgadas sempre foram bem aceitas, ainda que sobre muitas delas sempre se soubesse haver problemas em diversas etapas do processo produtivo. E sempre se deu crédito ao IBGE, em todos os fóruns de debate, em especial na imprensa, aos seus esforços de permanente melhoria. Contudo, reprova o General de havê-las desautorizado a todas, sem exceção alguma. Esta resposta, ainda que dura, trazia até alguma dose de contemporização, bem no espírito da renovação apregoada por Teixeira de Freitas, ou seja, o IBGE, não obstante seu apego à tradição estaria aberto ao debate crítico, desde que feito no âmbito interno.

O General, diante dessa matéria não assinada, poderia ter mantido sobrançeria, ter jogado água fria na crise, mas seguiu adiante, e enviou sua réplica ao *Correio da Manhã* (30/31 de dezembro), colocando mais lenha na fogueira; por seu jeito vaidoso e explosivo, personalista, Polli Coelho atiçava os ânimos mais e mais, achando que ganharia a guerra ao final.

Senhor Redator-Chefe do ‘Correio da Manhã’:

Alguns jornais desta Capital publicam comentários estranhando que eu tenha a verdade sobre as estatísticas brasileiras. Acostumados a ouvirem os maiores elogios feitos a tais estatísticas, não querem admitir os comentaristas que alguém se tenha disposto a dizer um pouco sequer da verdade.

Somos um país em que, por velho costume, preferimos a mentira agradável à verdade desagradável. Somos também um país em que não se lega muita importância aos sacrifícios que a Nação faz para criar e manter serviços públicos ou instituições que vivem à custa do Tesouro Nacional, contanto que haja quem com isso goze, se distraia, ou se encha de vaidades, vendo seu nome sempre elogiado pelos jornais. Ora, os sacrifícios da nação...

Preciso dizer que nunca pertenci a essa falange e que, colocado pelo Presidente da República à frente do IBGE quero, pelo menos, procurar fazer desse Instituto uma coisa útil ao Brasil e não um mero suplemento aparatoso. Por isso foi que escrevi, há dias, uma carta ao ‘Correio da Manhã’, respondendo, aliás, a um de seus verídicos sueltos, onde confessei lisamente o que são as nossas estatísticas: caras, atrasadas e de duvidosa precisão.

Nestes dias finais de 1951, quando o Governo está tentando resolver alguns problemas básicos do Brasil, verifiquei que a estatística falhou no fornecimento de alguns dados essenciais de que o Governo necessitava.

Essa é uma das provas de nossa situação anormal que, repito, vou tratar de corrigir com toda a rapidez e toda a profundidade de ação que o assunto requer. Ponhamos de lado os tabus e vamos à verdade e à realidade das coisas. Basta de mentiras e fantasias.

Muito grato lhe ficarei pela publicação desta carta. (COELHO, 1952, p. 4-5)²⁸

²⁸ Idem nota anterior.

Diário de Notícias

O primeiro número do *Diário de Notícias*, já sendo o quarto ou o quinto com este nome na história brasileira, saiu na Cidade do Rio de Janeiro em 12.06.1930, tendo sido fundado pelo jornalista potiguar Orlando Vilar Ribeiro Dantas. Nasceu empenhado na campanha presidencial de Getúlio Vargas, a quem apoio em 1930, mas assumindo posição de independência durante o período ditatorial de 1937 a 1945. Entre seus colaboradores pontificavam Otávio Mangabeira, Adauto Lúcio Cardoso, Mário de Andrade, Augusto Frederico Schmidt, Álvaro Moreira, Alceu Amoroso Lima, Luís Câmara Cascudo, Afonso Arinos de Melo Franco, Josué de Castro, Sérgio Buarque de Holanda, Graciliano Ramos, Nóbrega da Cunha, e vários outros. Suas oscilações políticas lhe foram fatais ao longo do tempo, embora tenha tentado manter independência. Sua última edição se daria em 10.11.1976, numa retirada melancólica, mas ainda sentida por muitos leitores.

Vários elos havia entre jornalistas desse veículo de imprensa com o IBGE, a começar da atuação de Valdemar Cavalcanti e de Waldemar Lopes em suas páginas. Ademais há outro elo muito forte, a presença de Nóbrega da Cunha em sua direção. Pois ele, ato contínuo à realização da IV Conferência Nacional de Educação, realizada em dezembro de 1931, por iniciativa da Associação Brasileira de Educação, que dela participara, e fora um crítico feroz de sua pauta, e de suas decisões, lhe narrara o desenrolar em livro admirável, *A revolução da educação*, justamente editado pelas Oficinas Gráficas do *Diário de Notícias* (em 1931). No referido livro declara admiração por Teixeira de Freitas que propusera os termos de um convênio de cooperação federativa destinado a padronizar as estatísticas educacionais brasileiras, discutido e aprovado. Afirma, então, que esta parte fora a única parte de sucesso em toda a conferência, e que tudo o mais fora um fracasso. Nascia uma união.



Primeiro número do jornal *Diário de Notícias*, em 12.06.1930.

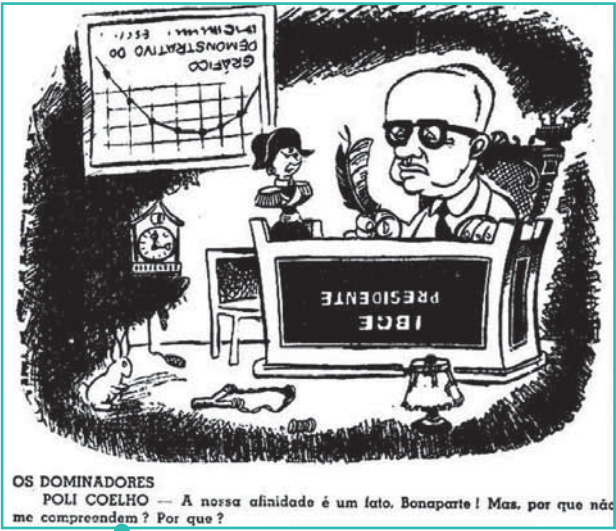
Ainda janeiro de 1952, e não havendo clareza dos atores, embora Waldemar Lopes fosse uma óbvia liderança contra ele, e já tendo deixado de imediato a Secretaria-Geral (e que logo seria ocupado, não há que pasmar, por Lourival Câmara), o General tomara para Cristo, a Rubem da Silva Gueiros (LOPES, 2006)²⁹, um antigo quadro do Ministério da Educação e Saúde, e que estava cedido ao IBGE havia muito tempo, sendo sempre uma peça-chave na ordenação das unidades estaduais e municipais do IBGE, e numa completa inversão de origem, e até de razão, afirma:

É um mero burocrata, agitado, nevropata [sic], cujos excessos temperamentais estou em condições de revelar a Vossa Excelência, se isso lhe parecer necessário. Esse funcionário foi o pivot de toda a agitação que se produziu em torno de minhas cartas ao “Correio da Manhã”, que são, como já disse acima, a expressão fiel e definitiva de meu conceito sobre o que são nossas estatísticas. (COELHO, 1952, p. 6)³⁰

Internamente, seguro de si, o General enfrentou os colegiados do IBGE, que por certo não gostaram de suas diatribes, pois os colocavam a todos num mesmo saco, e os dizia a todos como sendo lixo. Ora, por mais que um ou outro órgão federal temático, membro do sistema estatístico, não estivesse atingindo os objetivos colimados, não era possível desautorizar a todos por igual, como o General o fizera. Assim, na primeira reunião de 1952, em janeiro, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, é formulada a seguinte posição, diante das posições do General:

²⁹ Para mais informações sobre esse homem notável, de grande valor para o IBGE, consultar: LOPES, W. Ruben Gueiros, o São João Batista da mística ibgeana. In: _____. *Prosa variada de ontem e de hoje*. Recife: Comunigraf, 2006. v. 2: Laudas de louvação. p. 170-175.

³⁰ Este relatório dirigido ao Presidente da República foi feito após a criação da Comissão Themistocles Cavalcanti.



OS DOMINADORES
POLI COELHO — A nossa afinidade é um fato, Bonaparte! Mas, por que não me compreendem? Por que?

Charge publicada na imprensa ao longo da crise no IBGE.

Formulando esse juízo, V. Excia. generalizou uma acusação, que, data vênia, não nos parece justa e está concorrendo, dada a repercussão em outros jornais e nos comentários individuais, para prejudicar um conceito que gerações sucessivas de servidores do país vêm procurando elevar e consolidar. Na organização atual da estatística brasileira, o IBGE, através do Conselho Nacional de Estatística, mantém a rede coletora de dados no âmbito de cada Município e exerce a ação coordenadora dos resultados elaborados pelos órgãos da União e dos Estados. Como diretores de serviços estatísticos federais, vemos na palavra de V. Excia. um julgamento que nos descoroça, pois significa a negação de êxitos efetivamente já alcançados pelas repartições que chefiamos, ou seja a manifestação expressa de que as contribuições dos referidos Serviços para o Anuário Estatístico do Brasil são consideradas, todas, atrasadas e inseguras. Os órgãos integrantes do Conselho Nacional de Estatística, que sempre procuraram e encontraram na alta direção do IBGE estímulo e apoio que compensam das dificuldades e entraves não raro existentes no seio da administração a que pertencem, têm razões para recluir, depois de tal pronunciamento, o decréscimo do prestígio que procuram alcançar para a obra comum. Aguardando a oportunidade de ver particularizadas e aprofundadas as observações que o seu categórico e duro julgamento encerra, asseguramos a V. Excia. o nosso acatamento às suas sugestões, ponderáveis, e inteira cooperação para todo esforço no sentido de aperfeiçoamento, sem dúvida necessário e possível, da estatística geral brasileira. (COELHO, 1952, p. 6-7).³¹

Entrementes, o corpo técnico estava em polvorosa, e inúmeros funcionários em posição comissionada colocaram os cargos à disposição, e, no rastro da crise, alguns logo deixariam o IBGE, num evidente prejuízo institucional. De imediato, dois documentos foram elaborados oferecendo o ponto de vista desses demissionários, um em fevereiro de 1952 e outro em junho do mesmo ano. Ambos tendo ampla repercussão jornalística, o que ainda mais irritou o General (LOPES, 1952a; 1952b)³².

O General, seguro de si, não fazia nenhuma autocrítica. Seguiu calmo, até que fosse pego por uma bomba inesperada. Uma carta aberta de Teixeira de Freitas ao Presidente da República, Getúlio Vargas, escancarada nas primeiras páginas dos jornais do País. Nela, ele pedia a criação de uma Comissão de Julgamento das acusações do General, uma comissão técnica de alto nível,

³¹ Idem nota anterior.

³² São eles os volumes 1 e 2 da publicação *A crise no IBGE*. Embora seu nome não apareça na capa, ambas as apresentações são assinadas por Waldemar Lopes, o que sugere que foram escritos por ele, ainda que possa ter tido a colaboração de outras pessoas.

independente. E dizia que se fossem comprovadas as acusações feitas, então que ele, Teixeira de Freitas, terminasse seus dias na prisão, pois teria cometido um crime terrível contra a nação e contra o mundo, pois, como criador do IBGE (e é o único momento em todos os seus inúmeros textos que se diz o criador do IBGE) teria enganado inúmeras pessoas. As teria enganado levando-as a crer nos números produzidos pelo sistema estatístico brasileiro. O texto é enfático, e é inapelável: em 12 de janeiro saiu no *Diário de Notícias* carioca, e no *A Vanguarda* paranaense, em 14 sairia no *A Noite* carioca, e a 15 no *Jornal do Commercio* pernambucano, seguindo em evidência.

Ataca, sem peias e ameias, o que chama de “labéu infamante atirado à face de toda uma honrada classe de servidores da Nação”, e mais, que nomina de “ferrete com que se estigmatiza [...] a obra enorme e proba de uma organização pública que constitui corajosa e consagrada experiência de uma nova prática, nos domínios da administração, do princípio federativo”. Tão fortes opiniões, afirma a Getúlio Vargas, não foram objeto de estudos cuidadosos e minuciosos, “de uma verificação capaz de fazer fé”, mas antes, “baseou-se apenas, e quase textualmente, em estudo crítico de um único funcionário, cujas afirmações parciais e apressadas não sofreram um metódico exame que merecia”. Então, diante das acusações, pede que seja apurado, “em investigação exaustiva e inteiramente pública, acima de qualquer suspeição, toda a extensão e o alcance do atentado cometido e das responsabilidades existentes, afim de que a severidade da punição restabeleça a verdade”. E, sentença, “tomando de fato corpo e figura o crime”, não haveria “culpados”, mas “um único culpado”, ele, Mário Augusto Teixeira de Freitas:

Fui eu, de fato, o inspirador – e espero que ao menos esta reivindicação não seja agora levada à conta de um movimento de vaidade – fui eu o inspirador do Governo quando legislou sobre o Instituto e o executor principal dos textos legais e convencionais que fizeram funcionar o Conselho Nacional de Estatística. Cabe-me, pois, de modo exclusivo, a responsabilidade de todos os erros, omissões ou fatos criminosos que acaso se venham comprovar na orientação da estatística brasileira de 1936 a presente data, uma vez que não se modificou até agora coisa alguma, de modo substancial, nas condições de trabalho que deixei organizadas. E fique bem claro que não estou reivindicando o merecimento que porventura também se encontre na obra ibgeana, porquanto esse mérito pertencerá a todos os que serviram com imensos sacrifícios à nossa grande causa. Quero apenas declarar que devo responder, e de fato respondo, por tudo que mereça censura na atuação do primeiro Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística e nas condições técnicas e morais do trabalho das estatísticas brasileiras, considerando tal trabalho na solidariedade nacional que o IBGE implantou.

[...] o corpo técnico estava em polvorosa, e inúmeros funcionários em posição comissionada colocaram os cargos à disposição, e, no rastro da crise, alguns logo deixariam o IBGE, num evidente prejuízo institucional.

Assim, Senhor Presidente, julgo-me com o indiscutível direito de pedir a V. Excia. se digne determinar as providências que instaurem o processo regular para apurar minha real e exclusiva responsabilidade pela inépcia, ação dolosa ou omissão culposa de que se tenha acaso revestido minha atuação como assessor e preposto executivo do Conselho Nacional de Estatística. Impõe-se também pedir a V. Excia. seja ainda objeto da investigação pedida, o verdadeiro alcance político, científico, técnico, administrativo e cultural, sem excluir os aspectos éticos e sociais, econômicos e financeiros, da instituição que V. Excia. criou e a Constituinte aprovou em 1934, e foi levada a funcionar dentro das normas da Convenção Nacional de Estatística, pondo em prática, pela primeira vez no Brasil, um sistema completo de cooperação intergovernamental em setor de atividades que interessam, e não podem deixar de interessar, por igual, à União, aos Estados e aos Municípios.

Se as alegações do Sr. Presidente do IBGE se comprovarem verdadeiras, só me caberá um destino justo: o de acabar os meus dias na cadeia. Só assim o Brasil se livrará do oprobrioso labéu. Mas espero em Deus poder provar à sociedade que esta lamentável ocorrência é devida apenas ao descabido método pelo qual a nova presidência do IBGE entendeu ajuizar da eficiência da entidade e da honestidade do seu trabalho. A par disso, também, resulta da injusta e incompreensível precipitação de julgamento e publicidade, sem atentar-se em quanto isto agrava e torna irreparável o dano moral causado, nem ao significado político de que o caso se reveste, não apenas para uma classe, mas para o Governo da República e a dignidade do Brasil (FREITAS, 1952a, p. 3).

Diante disso, e dos clamores da comunidade dos profissionais envolvidos, Getúlio Vargas não teve outra escolha senão constituir a comissão solicitada, o que faria pelo Decreto n. 30.399, de 16.01.1952, sendo presidida pelo renomado jurista Themistocles Brandão Cavalcanti (1899-1980), Procurador-Geral da República, e composta por Manoel Bergström Lourenço Filho (criador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP), João Lyra Madeira (Demógrafo) e Jessé de Souza Montello (este, no futuro ainda seria Presidente do IBGE). Seu relatório estaria pronto em 17.03.1952, e desautorizaria as acusações do General. Eis a introdução do relatório, assinado pelo seu presidente:

Felizmente para o Brasil, não trouxe o resultado a que chegamos nenhuma decepção. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística constitui realização notável, quanto à sua estrutura, ao seu funcionamento, ao serviço que tem prestado ao Brasil. Aos homens que deram o seu esforço, a sua dedicação e competência para a sua realização, devem os brasileiros ser gratos porque constitui obra relevante. Se o ajustamento das suas peças deve ser feito periodicamente, se deficiências forma encontradas em seu funcionamento, esses defeitos devem ser atribuídos somente, em parte, a sua organização, o mais deve ser imputado à nossa própria vastidão territorial, às deficiências das nossas comunicações, a incultura de parte da população, à dificuldade de remunerar condignamente os funcionários do Instituto, principalmente os técnicos que pela sua competência, encontram ótimos salários em outras empresas e atividades. Por outro lado, só recentemente temos tido a preocupação de preparar técnicos em estatística, em economia e outras especialidades, daí a escassez de pessoal apto a realizar verdadeiras pesquisas nos diversos setores da estatística, principalmente econômica e proceder a uma análise séria dos fenômenos. Não se trata de obra perfeita nem definitiva, porque o mundo não conhece mais serviços dessa natureza, mas a sua estrutura e as bases de sua organização são tão perfeitas quanto possível. Os ajustamentos necessários ao aprimoramento dessa obra estão mencionados no relatório da Comissão. Themistocles Brandão Cavalcanti (CAVALCANTI, 1952, p. 4-5)³³.

A imprensa, ao longo dos trabalhos da comissão não daria sossego ao General, com ampla cobertura aos documentos veiculados, inclusive ao que Teixeira de Freitas enviaria à Comissão em 22.02.1952. As manchetes nos jornais seriam duras, e as charges seriam cáusticas. Ao final, ecoaria o relatório de conclusão da

³³ Relatório da Comissão (criada pelo Decreto n. 30.399, de 16.01.1952), e destinada a examinar a situação do IBGE, sob o ponto de vista técnico e técnico-administrativo. Presidida por Themistocles Cavalcanti, Procurador Geral da República, e sendo integrada por Lourenço Filho, João Lyra Madeira e Jessé Montello, datado de 17.03.1952, e dirigido ao Presidente da República, Getúlio Vargas, sendo Ministro da Justiça, Francisco Negrão de Lima. Uma versão completa desse relatório pode ser lida no CD-ROM que acompanha o volume 3 da *História das estatísticas brasileiras* (SENRA, 2008a).

primeira
PARTE

"Se as alegações do Sr. Presidente do IBGE se comprovarem verdadeiras, só me caberá um destino justo: o de acabar os meus dias na cadeia." (Teixeira de Freitas)

Carta aberta de Teixeira e Freitas ao presidente da República Getúlio Vargas solicitando uma comissão independente de investigação sobre o estado das estatísticas brasileiras, publicada no *Diário de Notícias*, em 12.01.1952.

Consequências desastrosas da atual crise do IBGE -- Afirmações parciais e apressadas

Rigoroso inquérito para apurar as acusações do gal. Poli Coelho, solicita o sr. M. A. Teixeira de Freitas em carta ao presidente da República

Esta comissão, criada durante a vigência da atual crise do IBGE, tem o dever de apurar as acusações do gal. Poli Coelho, e de apresentar ao presidente da República o resultado de sua investigação. O sr. M. A. Teixeira de Freitas, em carta ao presidente da República, solicita a criação de uma comissão independente de investigação sobre o estado das estatísticas brasileiras, publicada no *Diário de Notícias*, em 12.01.1952.

CONTRA A DIGNIDADE NACIONAL

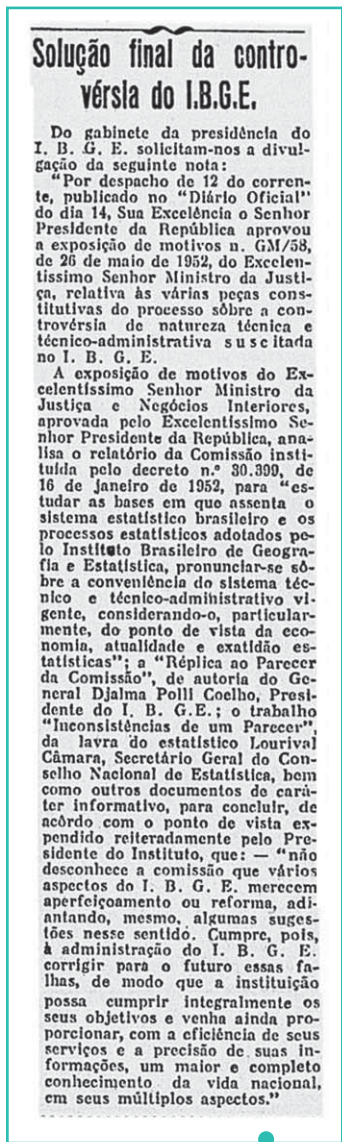
... a dignidade nacional que o sr. M. A. Teixeira de Freitas, em carta ao presidente da República, solicita a criação de uma comissão independente de investigação sobre o estado das estatísticas brasileiras, publicada no *Diário de Notícias*, em 12.01.1952.

PRELIMINAR

... a dignidade nacional que o sr. M. A. Teixeira de Freitas, em carta ao presidente da República, solicita a criação de uma comissão independente de investigação sobre o estado das estatísticas brasileiras, publicada no *Diário de Notícias*, em 12.01.1952.

CONCLUSÃO

... a dignidade nacional que o sr. M. A. Teixeira de Freitas, em carta ao presidente da República, solicita a criação de uma comissão independente de investigação sobre o estado das estatísticas brasileiras, publicada no *Diário de Notícias*, em 12.01.1952.



“Solução final da controvérsia do I.B.G.E.”, matéria publicada no jornal A Noite, em 23.06.1952.

Comissão que desautorizou as acusações do General. Teixeira de Freitas saíra vitorioso, mas bastante sofrido, sem dúvida, como mostra troca de cartas que manteve com o educador Fernando de Azevedo, como segue, primeira a este, em 25.01.1952, antes do início dos trabalhos da Comissão, e depois a de Teixeira de Freitas, após o término daquela:

As cartas que o snr. escreveu ao snr. Presidente da República, relatando as acusações que foram, é um documento modelo pela lucidez, precisão, segurança e pela energia e serenidade a esse tempo. Não conheço, no mundo, maior força do que a força moral. É ela que nos assegura a vitória final, definitiva através de processos provisórios em nossas lutas mais severas. [...] Sei que aguarda tranquilamente os acontecimentos. Tem toda a razão para manter essa atitude de confiança inabalável. Esperamos sem sobressaltos, que outras investidas ainda virão contra os que trabalham em elevação e honestidade de propósitos. A resposta que sempre dei aos que me combateram, é trabalhar, continuar a trabalhar sem desfalecimento. E vejo que é o que faz o ilustre amigo. (SENRA, 2016, p. 221-223)

Em sua carta, Teixeira de Freitas mostra extremo desalento, desiludido, chegando mesmo a temer pelo futuro do IBGE. Contudo, seu fervor religioso, e sua crença no Brasil, o manteria em atividade, e logo viveria a glória das chamadas Reuniões Internacionais Estatística, que seria um distinto momento de valorização do trabalho do IBGE.

O que estão pretendendo não é apenas destruir; tem em vista, ao mesmo tempo, não “infamar” a instituição, os seus princípios e os seus resultados, mas também “difamar” os que o fizeram, entre os quais não posso deixar de me reconhecer o principal responsável. (SENRA, 2016, p. 224-227)

Após a crise, com a saída do General, o IBGE se veria privado de ótimos quadros, entre os quais Waldemar Lopes. Seu novo presidente, o Desembargador Florêncio de Abreu³⁴, secundado pelo novo Secretário-Geral, Maurício Filchtner, daria uma no ferro e outra na ferradura, ou seja, ganhara Teixeira de Freitas, mas também ganharia Lourival Câmara com a criação da Escola Brasileira de Estatística (e que pouco tempo depois se tornaria a atual Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE), da qual seria feito diretor. Não era o melhor momento para aquela criação da escola, e teria sido melhor que o IBGE avançasse na trajetória do Laboratório de Estatística, criado e dirigido pelo demógrafo ítalo-brasileiro Giorgio Mortara. A gestão Florêncio de Abreu não seria longa, que se sentiu no dever de deixar o cargo quando do suicídio de Getúlio Vargas (em agosto de 1954), sendo substituído pelo jornalista Elmano Cardin³⁵, no governo Café Filho, que, tal e qual o novo governo da República, não ficaria muito tempo no cargo. Embora fosse jornalista, e tivesse poder em vários jornais, em nada influenciou na relação ibgeana com a imprensa, que seguiu seu curso normal.

A crise já quase estava esquecida pela população, e aos seus olhos pode ser dito que o IBGE se saíra a contento, até mesmo fortalecido. Mas internamente sofrera muitíssimo, tendo perdido quadros de grande valor, o que logo lhe afetaria o desempenho. Contudo, ao poder sediar em junho de 1955 as ditas Reuniões Internacionais de Estatística viveria forte alento, renovando esperanças.

Na ocasião, foram realizadas, ao mesmo tempo, com a presença de mais de 300 técnicos, nacionais e internacionais; a 29ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística (International Statistics Institute - ISI); a 3ª Assembleia Geral do Instituto Interamericano de Estatística (Inter American Statistical Institute - IASI); a 12ª Reunião do Comitê Executivo do IASI, a 1ª Sessão da Comissão de Educação Estatística do IASI; a 3ª Sessão da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas

³⁴ Era cunhado do Presidente da República, Getúlio Vargas.

³⁵ Já tinha vínculo antigo com o IBGE, uma vez que participara da Comissão Censitária do censo de 1940.

Nacionais do IASI; a 3ª Conferência Interamericana de Estatística (da Organização dos Estados Americanos - OEA); e a Assembleia Geral da União Internacional para o Estudo Científico da População, mais de 200 artigos foram enviados a essas diversas sessões. A abertura do evento contou com a presença do Presidente da República, João Fernandes Campos Café Filho (1899-1970), no Hotel Quitandinha, em Petrópolis. (REUNIÕES..., 1955)

O novo Presidente da República, Nereu de Oliveira Ramos (1888-1958), que seguiria aos impedimentos de Carlos Luz e de Café Filho, num período de transição até a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976), indicaria como Presidente do IBGE, o já conhecido Embaixador Macedo Soares (que, de novo, acumularia o Ministério das Relações Exteriores). Sua gestão seria curta, logo cedendo posição a Jurandyr Pires Ferreira, por todo o governo Juscelino Kubitschek. Pois pela Portaria n. 679, de 25.10.1956, a Assembleia Geral, do Conselho Nacional de Estatística, renderia homenagem e agradecimento à imprensa nacional (também ao rádio e à televisão) pelo “muito que vem contribuindo para a consolidação progressiva de uma mentalidade estatística no País”.

As bases na imprensa estavam assentadas. A sociedade fora conquistada.



primeira
PARTE

“O Novo Censo”, charge de Augusto Rodrigues, publicada no jornal *Última Hora*, em 07.01.1952.

DO VOX POPULI, DE CARLOS ESTEVÃO:



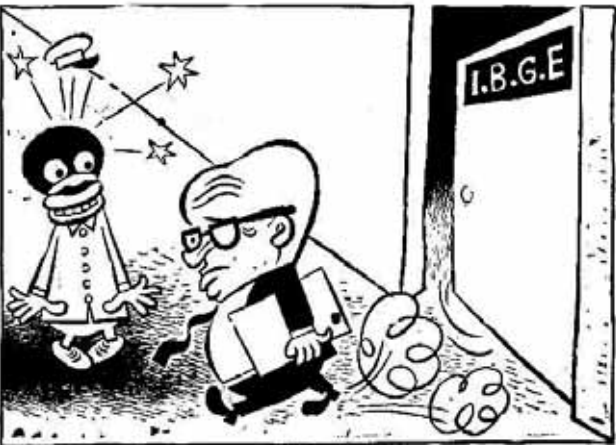
— Reze ao seu anjo da guarda, filhinho, para não ter mais aqueles pesadelos horríveis com o “Coelho” lojor!

CABELEIREIRO ESPECIALIZADO



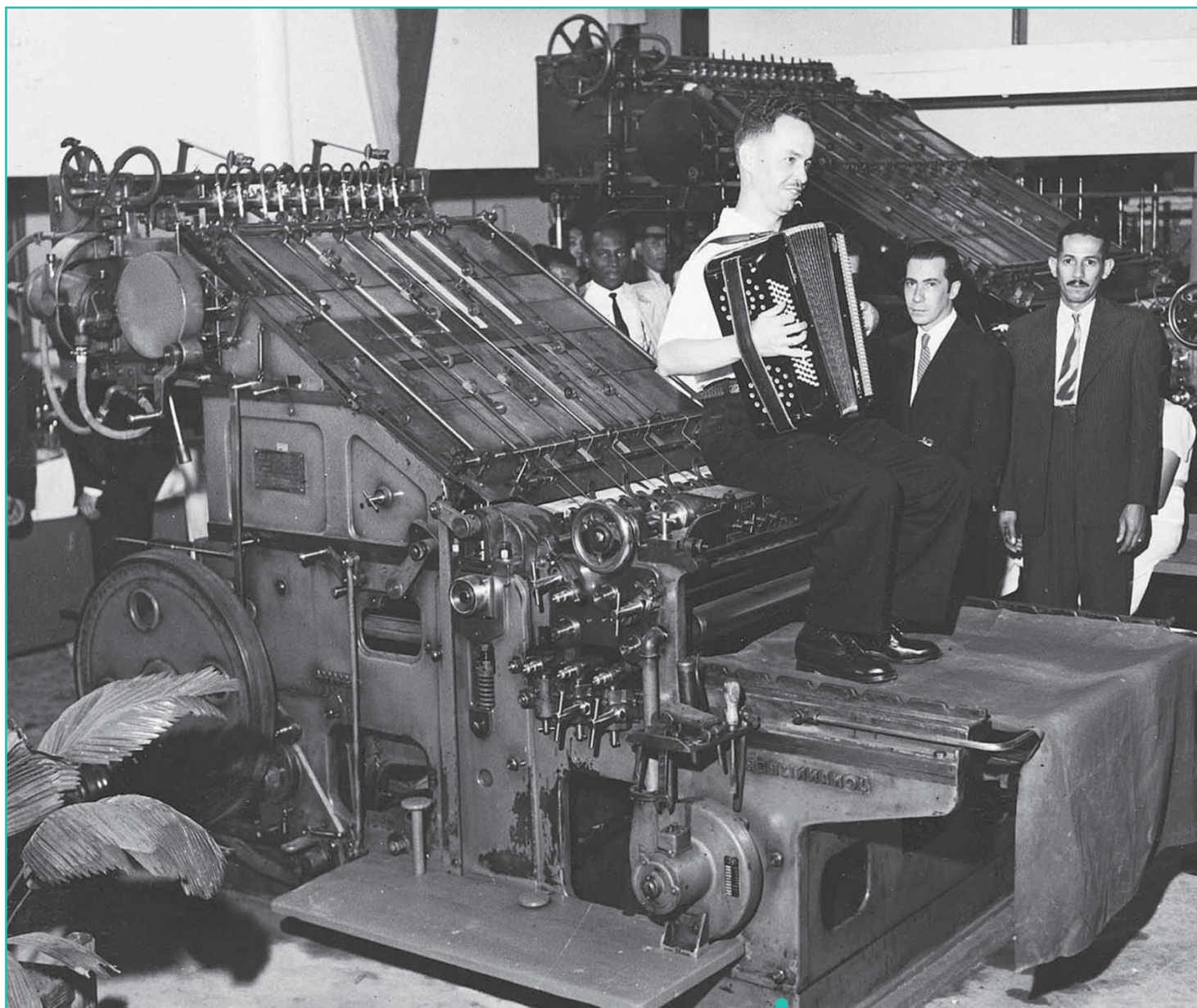
A Saída

(Charge de AUGUSTO RODRIGUES)



O CONTINUO: — O senhor também, general?

Algumas das várias charges publicadas na imprensa ao longo da crise no IBGE.



Servidor tocando na inauguração do Serviço Gráfico.

Organizar, imprimir e divulgar

Num país como o Brasil, a Estatística Política, como ato de consciência nacional no que toca à Terra e à Gente, leva o Poder Público a “conhecer” e “sentir” o Meio e o Homem. Por isso mesmo, duas condições de êxito lhe estavam inexoravelmente impostas para que atingido fosse o seu objetivo. A primeira era a de penetrar até a maior intimidade da vida coletiva e em todos os recantos do território pátrio, a fim de que em toda a parte, e com a profundidade necessária, pudesse atuar e operar em espírito de verdade, no levantamento da realidade nacional. A segunda condição estaria em divulgar, com presteza e nas melhores condições possíveis, os seus trabalhos, os quais apresentam exigências, não só de elaboração gráfica conduzida em constante e íntima conjugação de esforços entre os órgãos apuradores e os órgãos operadores, como também de cuidadosa exatidão, de disposição lógica, de sistemática, através de uma variedade imensa de formas, e ainda de bom gosto e refinada arte na apresentação. E tudo isto exige dos respectivos serviços gráficos uma bem definida especialização, submetida a uma estética exigente, a par da dependência íntima e exclusiva com os serviços de elaboração.

Teixeira de Freitas³⁶

Os comunicados à imprensa foram sendo ajustados, pouco a pouco, ganhando uma linguagem jornalística; as entrevistas a jornalistas (e debates com editores), e a presença desses profissionais em acontecimentos promovidos pelo IBGE tornou-se uma constante; a relação entre o IBGE e a imprensa amadureceu-se, e refinou-se. Isso pode ser visto nas seções de notícias (internas e externas) existentes (em meio às seções mais centrais de caráter técnico) nos periódicos que a Instituição logo implantaria: na *Revista Brasileira de Geografia*, na *Revista Brasileira de Estatística* e na *Revista Brasileira dos Municípios*, bem assim, num segundo momento, em veículos específicos como o *Boletim Informativo*, o *Notícias – Boletim Informativo* e o *IBGE Notícias*, e num terceiro momento, em veículos conduzidos por jornalistas: a revista *Nova Imagem*, o *Jornal do IBGE*, e o *Jornal do Censo* (em seus dois tempos). Aí estava o discurso cotidiano sobre as atividades estatística, geográfica, cartográfica (e temas afins), e sobre o IBGE (em si e em seu colegiado, enquanto este funcionou) que as conduzia em nome do Brasil. A menos da *Revista Brasileira de Estatística* e da *Revista Brasileira de Geografia*, tornadas mais acadêmicas, os demais veículos inexistem atualmente.

.....

³⁶ À MEMÓRIA de Renato Americano. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 56, p. 379-380, out./dez. 1953. Resenha. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: mar. 2018.



Conjunto musical formado por servidores
do Serviço Gráfico do IBGE.

Ademais, houve as publicações sintéticas para divulgação de resultados, com realce para o *Anuário Estatístico do Brasil*, ao que logo se somou o *Boletim Estatístico*³⁷. Num primeiro momento essas publicações eram mais que sínteses, sendo as únicas publicações existentes, a menos da divulgação dos resultados censitários. Só com o correr do tempo, e com o avanço da produção de informações, em diversas temáticas, é que haveria um conjunto abrangente de publicações específicas. Adiante o *Boletim Estatístico* derivaria a publicação *Indicadores IBGE* (em seus três tempos), e o *Anuário Estatístico do Brasil* permitiria a criação da obra (em forma de livro de bolso) *Brasil em Números* (em seus dois tempos). Com o passar do tempo, mas ainda no período coberto por esta parte do livro, viria uma publicação importante, mais analítica, o primeiro *newsletter* da Instituição, *Carta IBGE* (e que seguia a terceira fase do *Indicadores IBGE*). A menos do *Anuário Estatístico do Brasil*; do *Brasil em Números*; e da publicação *Síntese dos Indicadores Sociais* (que substituiu o Relatório), todas as demais acabaram.

De modo a tornar viável um esquema de atendimento à sociedade, antes de tudo era preciso haver a potência de impressão das publicações (afora a prévia impressão dos formulários operacionais do trabalho de campo), e de fazê-lo com autonomia, para o quê o IBGE se empenhou em implantar um Serviço Gráfico, em 14.03.1938. Paralelamente, era imperativo que as publicações fossem distribuídas às autoridades, nas três esferas políticas (federal, estadual e municipal), aos jornalistas e editores nos jornais, e a um amplo público selecionado, bem assim, que houvesse um local aonde o público as pudesse manusear, inclusive com adequado assessoramento, ou seja, um salão de leitura de uma biblioteca, e nesse sentido, em 1º de setembro de 1939, o IBGE formalizou a formação de sua Biblioteca Central (nela incluindo seu Arquivo Histórico). Em suma, no contexto da Secretaria-Geral conformou uma Diretoria de Documentação e Divulgação.

A criação do Serviço Gráfico

Embora pela imprensa se dissesse com rapidez ao grande público da existência das informações, e se passasse um extrato das mesmas, o grande volume delas ficava por ser disponibilizado. A imprensa, então, como que oferecia um aperitivo, alguns quitutes, antes das refeições grandiosas, que logo viriam na forma dos volumes com inúmeras tabelas, e eventuais diagramas e

cartogramas, e vez ou outra um texto analítico dos resultados, reportando-os às realidades medidas.

Pois antes de haver os atuais recursos da computação, em que cada usuário customiza suas aquisições das informações, só restava mesmo uma divulgação massiva padrão, em grandes volumes. O dominante nessas publicações eram as tabelas, não raro ocupando duas páginas, ditas “tabelas confrontantes”. Nessas tabelas duplas, convém ter presente, a coluna indicadora, dando o significado de cada linha, ficava na folha par, exigindo perfeito ajuste das linhas da folha ímpar, de modo que pudesse continuar indicando o significado de cada linha. Fazer isso era difícil, afora que havia milhares e milhares de números nos volumes, com grande chance de erros. Não era qualquer tipógrafo que as saberiam preparar, exigindo especialização. Poucas gráficas eram capazes de imprimir tais volumes, nem mesmo a Imprensa Nacional, em geral bem equipada, e se o faziam demoravam muito tempo, o que não era em nada favorável à atividade estatística.

Afora este aspecto da divulgação de resultados, havia ainda a questão da impressão de questionários para a realização das pesquisas (ou inquéritos, como então se dizia), que alcançava milhões de formulários. E se não os tivesse prontos na data certa, postos nos locais certos, todo um minucioso planejamento se desmoronava. Pois, tão logo a Diretoria Geral de Estatística foi recriada no alvor da República (janeiro de 1890), estava claro que era preciso dotar-lhe de uma tipografia (ou oficina tipográfica), e ela viria na gestão Mendes da Rocha, ao tempo do censo de 1900. Viria pela Lei n. 266, de 24.12.1894 (lei orçamentária para 1895), sendo Ministro da Fazenda Rodrigues Alves, no governo Campos Sales, na qual se destinava recursos para a “aquisição de material tipográfico” para a criação da oficina tipográfica na referida repartição. Dois anos depois, o relatório de Joaquim Murtinho, novo Ministro da Fazenda, já no governo Rodrigues Alves, relata a plena operação da tipografia, o que evidencia a expedita aquisição das máquinas.

Essa tipografia seria ampliada e renovada em várias ocasiões, e os trabalhos realizados pela antiga Diretoria Geral de Estatística, nomeadamente nos dois períodos de Bulhões Carvalho bem mostram sua crescente especialização e habilitação tecnológica, por exemplo: O *Boletim Comemorativo da Exposição de 1906*, bem assim, os volumes que divulgaram os resultados do Censo de 1920, com especial destaque para *O povo brasileiro e sua evolução*, de Oliveira Vianna, volume de introdução censitária. Um nome que é sempre destacado com admiração no comando da tipografia, nesse tempo, foi o de Antônio César Tupinambá; tanto Bulhões Carvalho quanto Teixeira de Freitas o citam com carinho. A essa unidade se somou o cartógrafo, João Moreira de Araripe

³⁷ A produção foi se tornando tão intensa que não mais dava para ficar aguardando o final do ano para sair no *Anuário*, então foi criado o *Boletim Estatístico* (irmão do *Boletim Geográfico*), para nele se divulgar tabelas, que depois saíam de novo no *Anuário*, em ordem diferente.



Inauguração do Serviço Gráfico do IBGE.

Macedo, cuja função principal era elaborar gráficos, diagramas e cartogramas utilizados nas publicações, para maior facilitação no entendimento das informações contidas nas tabelas.

Pois em 1930, vitoriosa a revolução que pôs fim a Primeira República, tendo sido criado Departamento Nacional de Estatística, pela junção da antiga Diretoria Geral de Estatística e da antiga Diretoria de Estatística Comercial (do Ministério da Fazenda), a referida tipografia passou à competência do recém-criado departamento. Assim, quando Teixeira de Freitas propôs a criação do Instituto Nacional de Estatística e Cartografia (1933), e que seria o Instituto Nacional de Estatística (1934), ao solicitar a integração da tipografia à sua estrutura, isso lhe é negado pelo Ministro Salgado Filho, do Trabalho, Indústria e Comércio (onde estava o departamento que então se extinguia, em face da criação do Instituto). O ministro bem sabia o valor de ter, junto a si, uma oficina tipográfica. Teixeira de Freitas perde a batalha, mas, resiliente por excelência, não desiste da guerra, e mantém no decreto de criação do Instituto o imperativo dele dispor de uma tipografia (em sua trajetória em Minas Gerais, nos anos 1920 tanto lutara que a tivera), e faria isso se repetir na Convenção pactuada em 1936 logo que o Instituto começasse a funcionar, após a posse do Embaixador Macedo Soares.

Pois entre os pontos discutidos na Assembleia Geral inaugural estaria a Resolução n. 12, de 30.12.1936, em que se trataria da formação de um “fundo especial para a criação das oficinas gráficas do Instituto”, com vistas, principalmente, à impressão do referido Anuário Estatístico, mas também a outros papéis, por exemplo, cadastros, formulários etc..

Art. 5º A partir de 1938, com recursos especialmente obtidos do Poder Legislativo ou, não sendo isto possível, com os próprios recursos já à disposição do Conselho [Nacional de Estatística], será iniciada a constituição de um fundo especial para a montagem, em 1940, das oficinas gráficas centrais do Instituto, as quais serão modeladamente aparelhadas para a especialidade das respectivas publicações e terão capacidade para a impressão de todos os trabalhos estatísticos – federais ou regionais – que precisarem de cuidadosa e pontual execução (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1937).

Então, sempre atentos, já em 14.03.1938, a Resolução n. 38, agora da Junta Executiva Central, do Conselho Nacional de Estatística - CNE, e já com base não apenas na Cláusula XXV da Convenção Nacional de Estatística, mas também no Decreto-lei n. 237, de 02.02.1938, que legislou sobre o censo de 1940, que em seu Art. 4º, § 2º, letra b, tratava da “montagem imediata da oficina gráfica subordinada à Secretaria Geral do Instituto, a cujo cargo fique todo o trabalho tipográfico do Recenseamento e que satisfaça aos fins previstos na Cláusula XXV, da Convenção Nacional de Estatística”. E para cumprir tal tarefa foi indicado o mineiro (de Juiz de Fora) Renato Pacheco Americano (1898-1951)³⁸, cujo desempenho foi exemplar, conforme declara Teixeira de Freitas:

Tinha eu a certeza de que Renato Americano compreenderia o que seria exigido dele e o que a sua intransigente lealdade haveria de dar ao Instituto em retribuição à ilimitada confiança que este depositou em suas qualidades morais. Bem sabia eu, efetivamente, que Renato Americano tinha condições de inteligência, de capacidade profissional, de caráter, de energia e de idealismo – e também de coração, sem o qual nada se constrói – para realizar a obra difícil a que era chamado, desde logo urgido por exigências imensas, que não permitiam a aplicação demorada de medidas que não permitissem um trabalho ininterrupto e de grande rendimento.

³⁸ Faleceu aos 53 anos em 13.11.1951. Iniciou sua carreira na imprensa, tendo criado em 1936 a revista *Infância e Juventude*, publicação especializada em assuntos pedagógicos. Em Belo Horizonte chegou a ter uma pequena gráfica/editora, quando editou livros em geral didáticos. Nessa linha de interesse, no IBGE, afora suas atividades profissionais e institucionais, se empenhou pela publicação da *Cartilha da Probidade*, de Fernando Magalhães, e do livro *A filosofia social e política do confucionismo*, do Frade Franciscano chinês João Batista Kao Se-Tchien (por certo com o apoio da direção do Instituto).

Deu-se a nomeação esperada. E a carta branca também foi concedida. Tudo quanto Renato Americano executou por iniciativa própria foi aprovado. E tudo que ele reclamou da direção superior do Instituto, também lhe foi dado. Suas propostas foram examinadas e resolvidas no melhor espírito de valorização de suas iniciativas e de sua inspiração. Nunca foi perturbada a sua livre escolha do pessoal a admitir. E correlatamente nunca se lhe impediu de tomar medidas de ordem e disciplinares necessárias. Mas isto na inteira certeza de que jamais seriam injustas, excessivas ou desumanas, e não atentariam nunca contra a dignidade de quem quer que fosse, as providências que Renato Americano houvesse por bem adotar na defesa do serviço a seu cargo. Também a economia interna da repartição, seu arranjo material, seu equipamento, a regularização dos seus estoques, as normas técnicas e administrativas de trabalho, foram deixadas como era justo que o fossem à sua exclusiva deliberação, pois nisto reconhecêramos que estaria sempre a melhor garantia de probidade, prudência, boa ordem e previsão. Nunca houve decisão da Presidência do Instituto ou da Secretaria-Geral, sobre a admissão ou quaisquer medidas referentes ao pessoal. Somente uma coisa não tive hesitação em lhe dizer e repetir várias vezes, tendo sempre a satisfação de ouvir palavras de integral solidariedade. É que no Serviço Gráfico, como em tudo mais que estivesse sob minha responsabilidade, se haveria de olhar constantemente, e com a mais séria preocupação, zelo e carinho, para a saúde e o bem-estar dos nossos companheiros de trabalho naquilo que de nós dependesse. E em nome disso, Renato Americano me fez severas exigências e vetou, algumas vezes, o alvitre de um turno de trabalho extraordinário para atender a serviços de maior urgência, invocando a minha própria recomendação no tocante à saúde do operariado. (À MEMÓRIA..., 1953, p. 380-381)

Adiante, a Resolução n. 70, de 09.06.1939, da Junta Executiva Central, do Conselho Nacional de Estatística (1940), autorizou a aquisição de máquinas “monotipo”, mas o que importa mesmo destacar é uma das origens dos recursos, como está na letra b, do Art. 2º: “donativo do Presidente do Instituto, destinado à melhoria das oficinas gráficas”. De fato, o Embaixador Macedo Soares jamais recebeu a remuneração a que fazia jus como presidente do Instituto, ora destinando-a à aquisição de livros para a biblioteca, ora às oficinas gráficas (o que era mais frequente)³⁹.

Mas a grande inflexão positiva ocorreria somente em 29.10.1947, pela Resolução n. 298, da Junta Executiva Central, do referido Conselho, coroando lenta negociação, em que dispunha sobre a “ampliação e remodelação do Serviço Gráfico do Instituto”, ou seja, autorizava a aquisição das oficinas gráficas até então de posse da Empresa Artes Gráficas Indústrias Reunidas S/A – Agir, localizada na chamada Parada de Lucas, no subúrbio do Rio de Janeiro, incluindo a Vila Operária em

construção, que seria concluída.⁴⁰ Assinava a resolução o presidente em exercício Heitor Bracet (Macedo Soares, então, governava o Estado de São Paulo). E assim Teixeira de Freitas conta a história daquele instante épico, em que o Instituto, definitivamente concretizava a autonomia, há 11 anos acalentada, de dispor de um potente parque gráfico:

Mais depressa do que talvez esperássemos, mais cedo do que eu próprio pensava, pudemos nós dois, eu e Renato Americano, cada qual a seu modo e no seu lugar, ajudar a Presidência do Instituto e o Conselho responsável direto pelo Serviço Gráfico, a realizar a parte principal do plano esboçado, com a aquisição, feita em hora felicíssima, deste magnífico estabelecimento, que a habilidade técnica de Dr. Rubens Porto construía e organizara para a Agir, já na conformidade, aliás, de um belo plano de ação social [e se refere à Vila Operária].

Para aqui se passou [e se refere ao espaço de Lucas], incorporando o seu patrimônio ao que fora adquirido daquela empresa, o nosso Serviço Gráfico, o qual, assim o espero, aqui encontrou a sua “casa” definitiva, constituindo os fundamentos inabaláveis de que precisava, em matéria de indústria gráfica, o desenvolvimento da Geografia e da Estatística no Brasil.

A eficiência técnica e artística que se “exigira” – é o termo – de Renato Americano, quando lhe fora confiada a direção desta Casa, já havia sido conseguida no período em que ela ocupou o porão que era a sua sede na Praia Vermelha. [...] Sim, a primeira vitória já estava conseguida, mesmo na precária instalação da antiga sede. E consagrara-a aquela extraordinária façanha que foi o preparo, a tempo e a hora, às vezes com prazos reduzidíssimos, do imenso material de propaganda e de execução, reclamado pelo Recenseamento de 1940. Já eram então unânimes os testemunhos a esse respeito. Mas para tudo há sempre aperfeiçoamentos possíveis e desejáveis, que acabam, mesmo, sendo necessários. Na verdade o progresso constante é a lei suprema da própria Perfeição, a qual sempre encontra meios de se renovar para continuar a ser o que é. E Renato Americano nisto se esmerou. Como de resto em tudo que empreendia. E foi acompanhado pela compreensão e pelo devotamento desse admirável operariado que aqui dedica a existência à divulgação da estatística e da geografia brasileira. (À MEMÓRIA..., 1953, p. 381)

Seu uso foi intenso, e em crescendo, tanto na impressão dos formulários das campanhas estatísticas, quanto na impressão das publicações (as revistas, os boletins, o anuário e os volumes que divulgavam os resultados das pesquisas). Mas sua dimensão censitária, não raro deixou sua planta industrial inoperante, de

³⁹ Segundo informam seus netos, Teixeira de Freitas, que recebia como funcionário do Ministério da Educação e Saúde, doava seus honorários como Secretário-Geral do IBGE a instituições de caridade, todos os meses.

⁴⁰ *En passant*, vale dizer que a ideia das vilas operárias veio de Robert Owen (1771-1858), um dos chamados socialistas utópicos (a par com o Conde de Saint-Simon, 1760-1825; Charles Fourier, 1772-1837; Louis Blanc, 1811-1882), tendo focado sua atenção na reforma dos espaços de trabalho e convívio dos operários. Aplicou suas teorias numa fábrica de sua propriedade chamada New Lanark, próxima de Lanark, na Escócia, onde havia casas, escolas e clubes para os operários.

Brasil em pauta

A trajetória da comunicação no IBGE

Vila Operária do Serviço Gráfico do IBGE, em Parada de Lucas, no Rio de Janeiro.



modo que passou a vender serviços, e o fez, por exemplo, para o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, a Casa da Moeda, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, e até para a Imprensa Nacional, bem como para empresas privadas. Tendo também participado de diferentes concursos externos, não raro sendo premiado.

A história de Renato Pacheco Americano merece ser minuciada. Assim, logo a seguir, será visto seu esforço para dignificar o Serviço Gráfico com uma identidade visual, que, ao fim e ao cabo, acabará por ganhar das mãos do notável designer gráfico Aloisio Magalhães. Após será vista sua luta sem quartel para ampliar o suporte da direção do Instituto à Escola de Artes Gráficas, por ele criada em 1963. Adiante, em um boxe, Eurico Borba testemunhará sua personalidade, tendo com ele convivido bem de perto, ambos na gestão de Isaac Kerstenetzky, aquele como titular da Diretoria de Divulgação (à qual cabia o Serviço Gráfico), e este sendo o Diretor Geral.

Busto de Renato Americano, existente na entrada do Serviço Gráfico, em Parada de Lucas, no Rio de Janeiro, inaugurado em 1953 com discurso de Teixeira de Freitas.



Cerimônia interna no Serviço Gráfico do IBGE, em Parada de Lucas, Rio de Janeiro.



Elogios à gráfica

Ata da 66ª Reunião extraordinária do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, realizada às 16:30h do dia 9 de abril de 1956 [...] sob a presidência do engenheiro Moacir Malheiros Fernandes Silva.

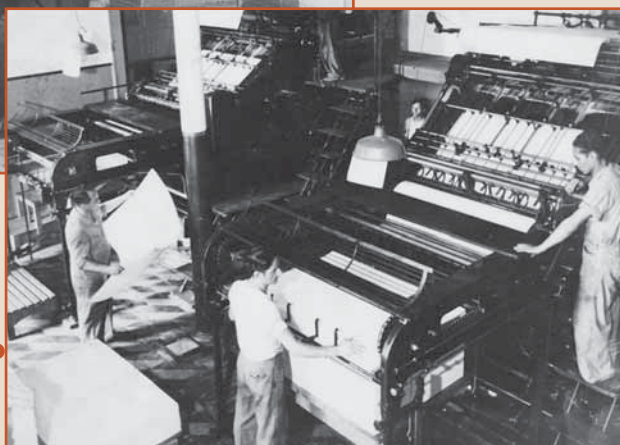
3. Não havendo leitura de ata, nem de expediente, toma a palavra o eng. Flávio Vieira [Del. Téc. Do Min. Da Viação] que comunica ter havido, recentemente, um certame nacional de obras gráficas, patrocinado pela Casa da Moeda e realizado no Ministério da Educação, tendo a ele comparecido o Serviço Gráfico do IBGE com uma mostra interessante de seus trabalhos, que foi premiado unanimemente pela Comissão julgadora. Propõe, então, um voto de parabéns e felicitações ao Serviço Gráfico, e que de fato fosse dado conhecimento ao Superintendente do mesmo, Sr. Renato Pacheco Americano (BOLETIM DE SERVIÇO, 1956a, p. 3-4)

Ata da 69ª Reunião extraordinária do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, às 16:00h do dia 24 de julho de 1956 [...] sob a presidência do engenheiro Moacir Malheiros Fernandes Silva.

6. A seguir, o prof. [Hilgard O'Reilly] Sternberg [Sup. do Del. Téc. Do Ministério da Educação] faz comentários acerca das excursões programadas para o XVIII Congresso [Internacional de Geografia, conforme proposta sugerida pelo prof. Delgado de Carvalho, na reunião de 17 do corrente], aduzindo que, conforme esquema pré-estabelecido, saíram três delas, recebendo seus componentes os respectivos guias. Ao ensejo, louva e propõe votos de aplausos ao Senhor Renato Pacheco Americano, Superintendente do Serviço Gráfico, que manteve sua equipe trabalhando dia e noite, a fim de que os guias pudessem ser entregues dentro do prazo estabelecido; estende, outrossim, os votos aos seus valiosos colaboradores, o que é aprovado unanimemente (BOLETIM DE SERVIÇO, 1956b, p. 2).



Ambientes de trabalho no Serviço Gráfico do IBGE, em Parada de Lucas, no Rio de Janeiro.



Breve perfil Renato Pacheco Americano, por Eurico Borba*

Lembro bem do dia em que o conheci, no mês de abril de 1970. Professor Isaac Kerstenetzky havia acabado de assumir a Presidência do IBGE, em março, e eu, convidado pelo meu amigo, logo depois como seu Chefe de Gabinete.

Era um fim de tarde e, repente, entra na antessala um homem grande, mais forte do que gordo, alto, com um vozeirão, de imediato identificável como uma pessoa simpática e amigável, um “boa praça”. Antes de tudo era um carioca perfeito – gozador, piadista, olhar matreiro, sempre disposto a batucar no tampo da mesa e cantarolar um samba partido alto. Também apreciava tangos e dançava com desenvoltura e leveza – fui apresentado ao Arthur Piazzola por ele. Conhecía os melhores bares e restaurantes populares onde se comia bem, barato e que serviam os melhores chopes. Renato conhecia desde o dono, (as donas então faziam festa quando ele entrava), até os garçons já começavam a rir das suas tiradas. Um estilo simples de bem comer e de bem beber, tradicional, que está desaparecendo do Rio de Janeiro. Numa rua atrás da Central do Brasil Renato me introduziu no “Senta Aí”, um estágio de transição, na época, entre bar e restaurante.

O Renato era o Chefe do Serviço Gráfico do IBGE. Conhecía tudo: tipos e qualidades de papel, tintas para impressão, as melhores máquinas, diagramação, as malandragens dos seus funcionários que o adoravam. O Serviço Gráfico imprimia, desde a década dos anos de 1940, tudo que o Instituto precisasse: material de escritório, a Revista Brasileira de Geografia, o Boletim Geográfico, a Revista Brasileira de Estatística, livros dos pesquisadores geógrafos, dos estatísticos, os manuais utilizados na ENCE, cartas topográficas em várias escalas, mapas gerais e temáticos, formulários das várias investigações estatísticas, que eram enviados diretamente do SERGRAF para todas as Unidades da Federação. Nunca atrasou com o material contratado e a qualidade da impressão, as capas, os impressos eram os melhores para os padrões dos anos de 1970. Tão boa era a qualidade do trabalho que a Secretaria do Planejamento da Presidência da República, (SEPLAN), à qual estávamos subordinados, imprimia todo o seu material no SERGRAF, inclusive os pronunciamentos e *press-releases* das ações da Secretaria, os pronunciamentos e entrevistas do Ministro João Paulo dos Reis Velloso, semanalmente, (à boca pequena o pessoal do SERGRAF dizia, com graça, que era “literatura de cordel do Velloso”, devido ao formato e o tipo dos panfletos). Tão boa era a qualidade da impressão que ganhávamos concorrências para imprimir os livros da Biblioteca do Exército, as cartas topográficas do Exército, cartas de navegação aérea da Aeronáutica e livros especializados de medicina.

O pai do Renato Americano – o “seu” Americano, como a ele se referiam os mais antigos funcionários, fundara e desenvolvera o Serviço Gráfico, contemporâneo de Teixeira de Freitas. Seu busto, com um grande chapéu que o caracterizava, além do vozeirão que o filho herdara, estava no bem cuidado jardim de entrada do SERGRAF. Renato dizia que havia nascido e crescido ali, em Parada de Lucas. Por isso, narrava ele, “tenho tintas nas veias e sei tudo, conheço todo o pessoal pelo nome”.

O equipamento do SERGRAF, quando chegamos ao IBGE estava sendo atualizado. Eram máquinas alemãs que imprimiam com a mais alta qualidade até em quatro e seis cores em uma mesma passagem do papel. Renato atento a todos os detalhes, entusiasmado com o novo equipamento, fez os cursos de operação do maquinário e dizia: “não vão me enrolar não. Se for necessário opero sozinho”. Era um gráfico completo e adorava sua profissão.

O pensamento que norteava a existência do SERGRAF na época, era de que a direção do Instituto teria a coordenação completa do ciclo de produção de informações e estudos cartográficos, geográficos e estatísticos, desde a coleta dos dados até sua divulgação final. Não esqueçam



Renato Americano na sede do Serviço Gráfico do IBGE, ainda na Av. Pasteur, na Urca, no Rio de Janeiro (antes de ir para Parada de Lucas).

* Borba (2017) escreveu este texto a pedido do autor, trata-se do depoimento de um colega de trabalho da mesma diretoria.

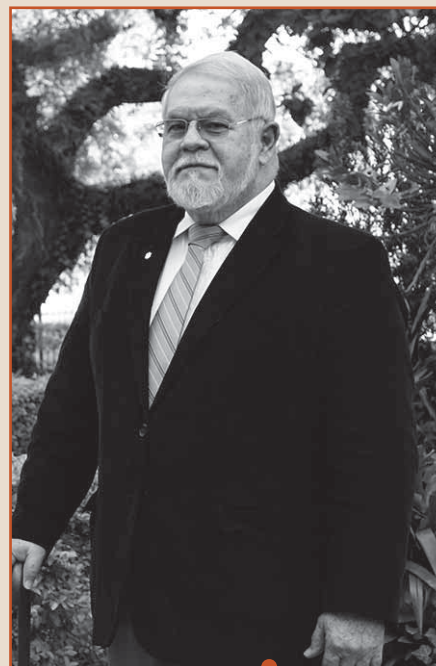
que naqueles anos não existia o Google para pesquisar. Dados estatísticos estavam nos anuários, nas publicações censitárias, nas revistas, e, quando necessário eram encomendadas “tabulações especiais”, que eram impressas em folhas de computador e enviadas pelo correio para os pesquisadores que necessitavam daqueles dados específicos. A partir dos dados do censo de 1970 e das pesquisas anuais de 1973, começamos a apensar, nas últimas páginas das publicações, os questionários, origem dos dados publicados. Os pesquisadores examinando os questionários poderiam, então, sugerir outras tabulações, com outros cruzamentos, de tal forma que suas hipóteses de trabalho ficassem mais explícitas com as novas tabelas.

Com a reforma de 1973, tendo em vista a crescente demanda por informações produzidas pelo IBGE, o SERGRAF passou a ser uma Diretoria – Diretoria de Divulgação – com funções mais amplas de divulgação dos dados e estudos produzidos pelo IBGE.

Enviamos o Renato e um pequeno grupo da sua assessoria técnica para, por conta de acordo que o IBGE firmara com a USAID*, verificarem, durante um mês, como se procedia na gráfica do Bureau of the Census dos Estados Unidos. Ele e seus assessores voltaram entusiasmados com a possibilidade que, à época era novidade no Brasil, das máquinas impressoras “lerem” as fotografias das tabelas, dispensando a diagramação, correção e retoques das provas, para de imediato ir para a impressão numa grande economia de tempo. Não se esqueçam de que estamos nos referindo a um parque gráfico de porte, que se dedicava a fazer de tudo no campo das artes gráficas, por volta de 1977.

Em 1978 o enviamos para cursar a Escola Superior de Guerra. Ele ficou emocionadíssimo e dizia: “não tenho curso superior e o prof. Isaac e o Eurico sempre confiaram em mim, me mandaram para os estados Unidos e agora me indicaram para a ESG”. Quando saímos, em setembro de 1979, a nova administração não o aproveitou, “encostando-o”. Foi acusado de mal feitos administrativos por pura inveja e mesquinharia, nada sendo apurado. Entristecido aposentou-se e não muito tempo depois faleceu magoado e ressentido com as acusações que haviam levantado contra ele. Em carta, a mim dirigida, ele escreveu: “meu grande orgulho foi ter sido funcionário do IBGE e servido com lealdade a administração do prof. Isaac. Vocês não me conheciam, mas confiaram em mim. Esta honra é o meu maior patrimônio.”

Saudades do meu velho amigo – um ibgeano inesquecível.



• Eurico de Andrade
• Neves Borba,
• Presidente do IBGE
• (1992-1993).
• • • • •

* Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development - USAID).

Portaria PR-41, de 10.07.73

O Presidente do IBGE [Isaac Kerstenetzky], no uso de suas atribuições,

Considerando terem sido encerrados os trabalhos do Censo Demográfico de 1970, com a entrega das últimas tabelas de resultados definitivos para publicação, nos prazos previstos;

Considerando o êxito das complexas tarefas de planejamento e de realização da importante operação censitária;

Considerando o perfeito entrosamento havido, no decorrer de todas as fases de realização do referido Censo, entre os diferentes setores do IBGE nele empenhados;

Resolve

1 – Elogiar, pela capacidade de trabalho, experiência, profundo senso de atuação em equipe, dedicação exemplar e arraigado sentimento de responsabilidade profissional, demonstrados na execução do Censo Demográfico de 1970, os seguintes funcionários desta Fundação: Rudolf Walter Franz Wensche, Sebastião de Oliveira Reis, Ovídio de Andrade Júnior, Mauro Gonçalves de Andrade, Heitor Câmara Vellozo, Ernani Villasboas de Figueiredo, Jorge Lima, Amaro da Costa Monteiro, Antônio Cesar Olinto de Oliveira, Luiz Carlos Rodrigues Siqueira, José Roberto Ribeiro dos Santos, Fernando Salinas Lacorte, Renato Pacheco Americano, Elson dos Santos Mattos e Paulo de Souza Vieira (BOLETIM DE SERVIÇO, 1973, p. 1).

Criado em 14.03.1938,
pela Resolução n. 38,
da Junta Executiva
Central, do Conselho
Nacional de Estatística,
o Serviço Gráfico do
IBGE em 1963 festejou
seu jubileu de prata.



Dirigentes e funcionários do Serviço Gráfico do IBGE, no prédio da Praia Vermelha, Rio de Janeiro. Ao centro, o superintendente do Serviço Gráfico, Renato Pacheco Americano.

O Serviço Gráfico aos 25 anos (1938–1963): identidade visual.

Criado em 14.03.1938, pela Resolução n. 38, da Junta Executiva Central, do Conselho Nacional de Estatística, o Serviço Gráfico do IBGE em 1963 festejou seu jubileu de prata. À época presidia o Instituto (1961-1963), José Joaquim de Sá Freire Alvim (1909-1981) que havia sido o último prefeito do Distrito Federal, de 08.07.1958 até 21.04.1960, na Cidade do Rio de Janeiro, sendo Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, o Engenheiro Lauro Sodré Viveiros de Castro. Dirigia o Serviço Gráfico, Renato Pacheco Americano, filho do seu criador, Renato Americano.

Na ocasião recebeu do notável designer gráfico Aloísio Sérgio Barbosa de Magalhães (1927-1982) sua identidade visual. O artista iniciara sua carreira nas oficinas de *O Gráfico Amador*, em Recife, em 1954, entre artistas e intelectuais, os ditos “mãos sujas” que projetavam e imprimiam seus livros, ao longo de oito anos. Em 1960, depois de passar um tempo nos Estados Unidos, muda-se para o Rio de Janeiro; em 1963 ajuda na criação da Escola Superior de Desenho Industrial - ESDI; ano em que elabora a proposta de identidade visual do IBGE (em que usa elementos modulares). Em 1964 criaria o símbolo do 4º Centenário do Rio de Janeiro, que seria seu primeiro trabalho de grande repercussão pública, daí em diante seguindo uma trajetória ascendente de sucesso, e já em 1965 definiria o símbolo da Fundação Bienal de São Paulo. Desenharia moedas e notas do País, e marcas de empresas públicas e privadas, montando um portfólio invejável. Em 1979 seria nomeado diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e, no ano seguinte, presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, quando junto com o IBGE, coeditaria a publicação, há muito tempo fora de mercado, *Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú*, em 1981, com reedição em 2002.

Em documento existente na Memória do IBGE, sob o título *Símbolo do Serviço Gráfico: IBGE*, Aloísio Magalhães explica sua criação na seção “Arte e comunidade social” que segue na íntegra:

À medida que crescem os meios de comunicação universal, ampliando extraordinariamente a comunidade social do homem, diminui em proporção inversa a possibilidade de compreensão da obra de arte e do seu significado. As bienais de Veneza e São Paulo, onde se percorrem quilômetros de exposição de articulação indecifrável, são um exemplo da necessidade do artista contemporâneo em rever a sua posição na sociedade.

A perda de sua função social útil na comunidade forçou-o a um isolamento que se torna cada dia mais insuportável. Este isolamento deve-se, sobretudo, ao desenvolvimento técnico-industrial; enquanto anteriormente o retrato do rei ou a comemoração da batalha só poderiam ser fixados pelo artista, a máquina passou a substituí-lo com vantagem na representação da imagem.

Daí não ser possível, em princípio, responsabilizá-lo por este isolamento. Liberado de sua função de fixador de acontecimentos, abriu-se ao artista a possibilidade de pesquisar novas formas, e procurar novos setores onde concentrar as suas preocupações; neste processo de interiorização, o mundo do macro e do microcosmo passou a interessá-lo. Entretanto a relação entre essas novas formas de arte e a sua comunicação com o público reduziu-se a áreas extremamente pequenas de grupos ou elites culturais.

E é interessante observar que será através dessa mesma industrialização e tecnologia, responsáveis no começo pelo seu isolamento, que ao artista de hoje se oferece a oportunidade de retomar a sua posição fundamental de criador participante do contexto social. A máquina, no começo tão difamada por aqueles que nela viam o fim do individualismo, constitui hoje o veículo próprio para atender a necessidade de uma comunicação em larga escala.

Esquecem-se os que defendem uma arte de elite que atrás da máquina existe a mão do homem e que a máquina nada mais faz do que cumprir rigorosamente o que foi programado. E é por esse comando que a presença do artista confere ao objeto industrial uma possível qualidade estética, além da sua estrita função.

Isto nos leva também a um novo conceito, de ordem temporal, do objeto estético: o de extinguir-se pelo próprio uso. E será a soma geral e cotidiana de objetos impregnados

deste valor extra função que poderá criar um todo estético permanente.

Pretende assim o artista contemporâneo exercer a sua atividade criadora em qualquer área onde seja possível um valor ordenativo e estético. A sua posição de programador visual far-se-á sentir nas empresas, na disciplina e orientação de tráfego e sinalização, na diagramação de livros, impressos, revistas, na televisão, cinema e na forma dos produtos de utilização diária.

No domínio da comunicação, nossa época caracteriza-se por uma preferência pela imagem visual em contraposição à palavra escrita que caracterizou o século XIX. As mensagens devem ser transmitidas por meio de imagens e formas visualmente puras para que possam ser apreendidas de maneira rápida e instantânea. Assim, o antigo conceito de fábrica e símbolos corporativos sofreu uma revisão: dos antigos sinetes ou medallhões carregados de elementos informativos superpostos, surgiram as marcas e símbolos estruturados em formas simples, geometricamente puras. (SÍMBOLO..., 1963, p. 4-5, grifo nosso).⁴¹

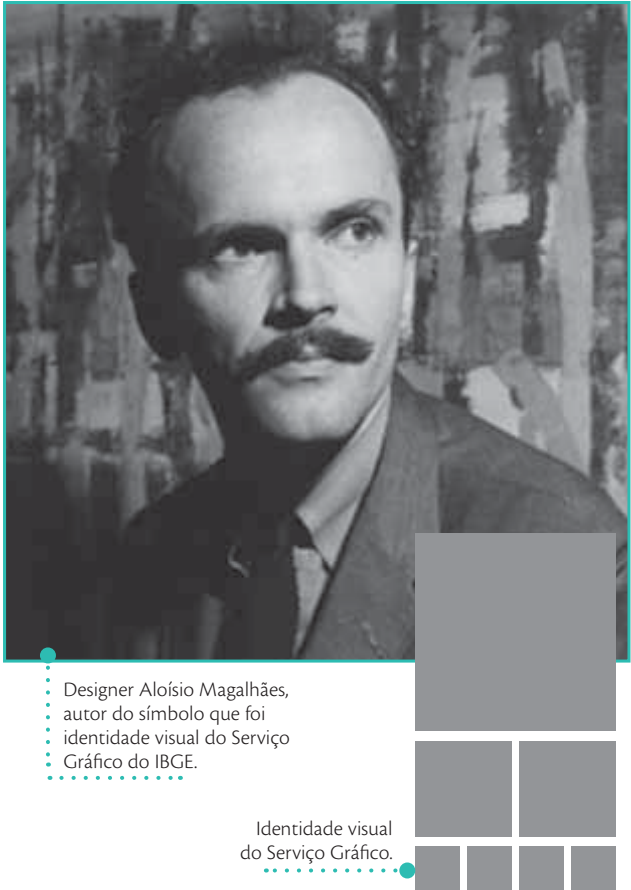
Para concluir, cabe dizer que o referido memorial oferecido ao IBGE pelo artista apresenta uma epígrafe que bem dá a tônica da concepção que o motivou na criação. Trata-se de uma frase de Abraham Moles (1920-1992), extraído do livro *Manifesto da arte permutacional* (1962 apud SÍMBOLO..., 1963, p. 3).

O artista criou a Ideia; a Obra será realizada daí por diante pela máquina ou pelo próprio consumidor; ela unirá a preciosidade do único à riqueza do jogo. Não haverá mais fronteiras entre um e outro; o artista, genial ou não, deixará de ser uma espécie transcendente ao comum dos homens; ele é um programador como todos nós o seremos.

A luta para fortalecer a Escola de Artes Gráficas

Em 23.03.1970, logo após a posse de Isaac Kerstenetzky na presidência, Renato Pacheco Americano, dirigente máximo do Serviço Gráfico há muito tempo, enviou relatório à presidência solicitando uma palavra de definição, na verdade uma palavra de apoio, à Escola de Artes Gráficas, que não havia figurado na estrutura desenhada pela Resolução do Conselho Diretor n. 86, de 29.01.1969, portanto em seguida à mudança do IBGE em Fundação Pública de Direito Privado. Seu relatório tem sete capítulos: Necessidade de formação de mão-de-obra gráfica; Histórico da Escola de Artes Gráficas do Serviço Gráfico; A Escola, a Fundação IBGE e os objetivos nacionais; Utilidade atual da Escola para o ser-

⁴¹ Os parágrafos que realçamos em itálico foram usados no Espaço Aloisio Magalhães, em Recife, para explicar o símbolo elaborado para o Serviço Gráfico do IBGE. Estão postos ao lado do referido símbolo, valendo observar que o mesmo foi utilizado nas publicações do IBGE por vários anos.



viço gráfico; Conceito da Escola nos meios gráficos da Guanabara e de São Paulo; Nossas preocupações para os anos vindouros; e Solicitação de pronunciamento (onde está o objetivo último do relatório).

O momento lhe pareceu oportuno uma vez que se começava a repensar aquele estatuto, e logo se daria novo formato à recém-criada Fundação (o que viria pela Lei n. 5.878, de 11.03.1973). Segundo declara, desde a criação do Serviço Gráfico (em 1948) foi mantido um serviço de aprendizado para a “composição manual”, logo sendo expandido, conforme expandiam as atividades gráficas. Mas uma Escola, propriamente, só seria criada em 29.05.1963, e desde então seguia funcionando “com diretrizes e métodos, nos moldes do SENAI, porém de maneira peculiar, isto é, com maior tempo de aprendizagem, pois a experiência tem indicado não ser possível fazer profissionais qualificados em períodos por demais curtos, e com algumas inovações de ordem pedagógicas”, e afiança que “nestes sete anos de funcionamento, alunos formados pela Escola se dirigiram espontaneamente para oficinas de outras empresas”, ou seja, “satisfeitas as necessidades do Serviço Gráfico, a Escola contribuiu para solucionar, em parte, o problema geral da mão-de-obra gráfica na Guanabara”, um problema que informava ser bastante grave, então. (IBGE, 1970, p. 5).

A Escola de Artes Gráficas

No dia 27 de dezembro [1965], realizou-se o ato de encerramento do ano letivo da Escola de Artes Gráficas, mantida pelo Serviço Gráfico do IBGE. O ato presidido pelo General Aguinaldo José Senna Campos, presentes os Srs. Sebastião Aguiar Ayres, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística - CNE, Renato Pacheco Americano, Superintendente do Serviço Gráfico, e outros dirigentes e funcionários do IBGE (BOLETIM DE SERVIÇO, 1966, p. 8).

Concluíram o Curso Elementar de Artes Gráficas, de três anos, 24 alunos, todos com bom aproveitamento, os quais receberam os respectivos certificados de conclusão dos estudos.

No ato fizeram-se ouvir os Srs. Petrônio César Coutinho, responsável pela Administração da Escola, Vicente de Paula, em nome do corpo docente, Alexandre dos Santos Silva, representante dos formandos, Renato Pacheco Americano, e por último, o General Aguinaldo José Senna Campos, que ressaltou a importância do papel que representa a Escola de Artes Gráficas, de Parada de Lucas, para a formação de novos elementos capacitados para execução de trabalhos em oficinas gráficas do País. O Presidente do IBGE declarou que, em sua administração, tem dado todo o apoio às medidas que visam a melhor aparelhar o Serviço Gráfico, acentuando que em breve a Escola poderá ser beneficiada com equipamento mais condizente com suas finalidades, de modo a ampliar a sua atuação no sentido do ensino técnico-profissional.

Professores da Escola de Artes Gráficas, no Serviço Gráfico do IBGE, em Lucas, no Rio de Janeiro.



Segundo informa, o curso durava três anos, sendo o primeiro para adaptação, o segundo para definição profissional, e o terceiro para aperfeiçoamento. Preparava para os seis setores da gráfica: composição manual; linotipia; impressão tipográfica; encadernação; fotolito; e offset. As aulas letivas iam de março a novembro, com aulas de cinco dias por semana, em dois turnos diários. Em média a Escola operou com cerca de 100 alunos nas três séries, a cada ano. Naquela ocasião, o Diretor da Escola era Petronio Cezar Coutinho, e tinha por instrutores: Venício Cesar Coutinho (Composição Manual), Walkyrio De Wilton Morgado (Linotipo), Milton Coelho dos Santos (Impressão Tipográfica), Benjamin Gualberto Pereira (Encadernação), Mario Baptista de Abreu (Fotolito), Aurélio Gomes de Oliveira (Impressão Offset), Vicente de Paulo Barros da Silva e Lúcia Helena Fontoura (Português, Matemática e Revisão), Lúcia Helena Fontoura (Secretária).

[...] localizando-se no longínquo subúrbio de Parada de Lucas, já nos limites com o Estado do Rio, a Escola beneficia a população estudantil de uma área reconhecidamente pobre. Se outras razões, de ordem particular do Serviço Gráfico, não justificassem a Entidade, só a finalidade social seria suficiente. Para o Conjunto Residencial do Serviço Gráfico, constituído de 51 casas, o benefício é to-

tal e inestimável pela oportunidade de educação e de emprego que oferece aos menores acima de 14 anos. A Escola de Artes Gráficas é, pois, a complementação da obra social da Fundação IBGE que, através do Serviço Gráfico, já mantém a Escola N. S. dos Humildes, de nível primário, em regime de classes de cooperação com o Estado da Guanabara. (IBGE, 1970, p. 12-13)



Alunos da Escola de Artes Gráficas, no Serviço Gráfico do IBGE, em Parada de Lucas, no Rio de Janeiro.

Escola Nossa Senhora dos Humildes

Junta Executiva Central, do Conselho Nacional de Estatística.
Resenha da 345ª sessão extraordinária realizada a 15 de março de 1961 sob a presidência do Senhor Rafael Xavier, Presidente do IBGE.

O Senhor Representante do Ministério da Educação e Cultura, Mário Ritter Nunes, comunicou que estavam distribuídas sobre a mesa as seguintes publicações *Estatística das despesas federais realizadas com o ensino e a cultura para 1959 e 1960* e *Seminário regional latino-americano sobre normalización de las estadísticas educacionales* realizado pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO, em Tucumán, 1960, na qual o Brasil teve atuação destacada, com a presença do Dr. Alberto Martins, na qualidade de Vice-Presidente naquele certame, e comunicou que, em visita ao Serviço Gráfico do IBGE, ficara otimamente impressionado com as providências já tomadas pelo atual dirigente daquele Serviço, visando a limpeza, conservação do material e recuperação dos trabalhos gráficos e, mais uma vez, congratulava-se com o Instituto por contar com a colaboração do Sr. Renato Pacheco Americano.

O Secretário-Geral, Raul do Rêgo Lima, agradeceu as animadoras referências relativas às operações de recuperação no Serviço Gráfico, e aproveitou o ensejo para comunicar que a Companhia Nacional de Material de Ensino decidira instalar junto à Escola do Serviço Gráfico um posto para venda de suas publicações destinadas aos estudantes pobres. A propósito daquela Unidade de ensino primário, disse o Secretário-Geral que o Serviço Gráfico estava sugerindo que a escola recebesse a denominação de Escola Nossa Senhora dos Humildes, uma vez que sempre fora o pensamento do Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, organizador do IBGE, dar esse nome a uma escola ou outro estabelecimento assistencial. A proposta foi aceita (BOLETIM DE SERVIÇO, 1961, p. 7).



• Missa campal para inauguração da gruta com a imagem de Nossa Senhora de Lourdes, na gráfica do IBGE, em Parada de Lucas.

Além dessas razões sociais, Renato Pacheco Americano justifica a existência da Escola por razões econômicas, por entender que formar seu quadro é preferível que receber quadros formados alhures, por poder manter seu quadro técnico em atualização permanente, desta forma criando um embate positivo entre os antigos e os novos, bem assim, não ficar a depender das duas únicas outras escolas de formação de profissionais gráficos então existentes, quais fossem, a Escola de Artes Gráficas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, e o Ginásio Industrial do Departamento da Imprensa Nacional. Ademais, argumentava que, formando seu profissional, o IBGE ficava dispensado de cumprir o exigido no Art. 1º do Decreto-lei n. 9.576, de 12.08.1946, que impunha a matrícula de aprendizes e profissionais gráficos nos cursos afins do SENAI (nem de contribuir para a existência dos mesmos).

Infelizmente não conseguimos recuperar a resposta da direção do IBGE. Contudo, logo após a Lei n. 5.878, de 11.05.1973, que refundou a Fundação, a estrutura que lhe foi derivada (Decreto n. 76.664, de 24.11.1975) formaria duas diretorias que podem ter posto este tema em pauta: a Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal (sob o comando de Antônio Tânios Abibe) e a Diretoria de Divulgação (com um Centro de Serviço Gráfico e um Centro de Editoração), tendo à frente Renato Pacheco Americano. Ora, por que ele não atenderia sua demanda de prestigiar a Escola de Artes Gráficas em sua longa gestão, (dez./1975 a set./1979)? Por certo o fez, mas a Escola não teria vida longa, perdendo vitalidade conforme a própria gráfica perdia força.



• Atividade na Escola de Artes Gráficas, no Serviço Gráfico do IBGE, em Parada de Lucas, no Rio de Janeiro.

Anuário Estatístico do Brasil, Boletim Estatístico e Indicadores IBGE

No início de qualquer sistema estatístico bem organizado (ou em tentativa de organização), como ocorreu no Brasil quando da criação do IBGE, o *Anuário Estatístico do Brasil* é uma peça-chave. Primeiro, por colocar juntas, de modo o mais uniforme possível, as informações disponíveis no momento sobre diversos aspectos temáticos; segundo, porque ao fazê-lo mostra o estado das artes da existência dessas informações, tendo em vista uma relação temática mínima de informações que devem existir sobre um país, em qualquer momento. Por natural, o Decreto n. 24.609, de 06.07.1934, que criou o Instituto, preconizou a elaboração de um anuário estatístico.

Sua estrutura básica fora feita por Ernst Engel, a pedido de Adolphe Quetelet, e apresentado no 8º Congresso Internacional de Estatística, realizado em São Petersburgo, em 1872, e se a seguia desde então.⁴² A estrutura proposta tinha por foco a população, em seu estoque, e em seu movimento (nascimentos, falecimentos, casamentos e separações), seguindo as atividades econômicas dessa população, e suas relações sociais, e como início de tudo, informações sobre a terra (ou território) onde a população estava posta (extensão, recursos naturais, clima etc.). Vez ou outra os países faziam acréscimos, por exemplo, revelando condições militares, estruturas de governo etc., mas na essência circulavam naquela estrutura.

Teixeira de Freitas, a despeito das dificuldades, trabalhou rapidamente, e já para a primeira Assembleia Geral, em final de 1936, distribuiu um anuário estatístico. Atento à tradição, deu-lhe o número 2 (ou ano II), tomando como número um o que fora feito por Bulhões Carvalho, na Primeira República. Tinha a seguinte estrutura: A) Caracterização Físio-Demográfica (I. Situação Física, II. Situação Demográfica), B) Caracterização Sociográfica (III. Situação Econômica, IV. Situação Social, V. Situação Cultural, VI. Situação Administrativa e

Política)⁴³. Como o Instituto ainda não fizera nenhuma coleta de dados – o que começaria a fazer no ano de 1937, com as campanhas estatísticas –, este primeiro número do *Anuário Estatístico do Brasil* compilava e organizava estatísticas existentes nas repartições integrantes do sistema estatístico, por certo ficando muito a desejar.

O Instituto Nacional de Estatística, segundo o disposto no artigo 17º do Decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, que o organizou, tem como um dos seus principais encargos a publicação regular do *Anuário Estatístico do Brasil*, onde se condensem, metodicamente, os resultados finais do trabalho cooperativo, no campo das investigações estatísticas, das três ordens autônomas da administração brasileira.

Todos os países civilizados timbram hoje em manter em dia o prontuário dos algarismos que sintetizam suas condições de vida e de desenvolvimento. E vão dando a essa publicação, sem prejuízo da sequência que suas séries tabulares devem guardar, feição mais e mais aprimorada e tendência a abranger cada vez maior número de assuntos.

O Brasil, tendo publicado o “Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908”, trabalho que, referente ao ano anterior, foi, no seu aspecto e no seu conteúdo, o primeiro repositório numérico, de compreensão geral e feição orgânica, elaborado entre nós, só em 1916 iniciou a publicação do seu *Anuário Estatístico*, cujo primeiro número foi dedicado ao período de 1908 a 1912.⁴⁴ A feliz iniciativa, porém, não teve continuidade e a estatística brasileira, considerada na sua expressão sintética, estava, assim, com um atraso de quase um quarto de século.

Por aí se vê quão prementemente se impunha ao Instituto o preparo e a divulgação do segundo número do *Anuário Estatístico do Brasil*. Mas duas outras circunstâncias, não menos imperiosas, concitavam-no a agir apressadamente nesse sentido.

Por um lado, uma vez realizada a Convenção Nacional de Estatística, pela qual se integrou o organismo federativo desta instituição, e marcada para 15 de dezembro próximo a reunião inaugural do Conselho Nacional que vai dirigi-la e cujo primeiro objetivo será fixar as diretrizes e normas da colaboração entre os aparelhos estatísticos da União, das suas Unidades Políticas e dos municípios, tornava-se imprescindível um balanço geral dos resultados estatísticos, de caráter ou de interesse nacional, já conseguidos pelo Governo da República, por isso que haviam eles de ser o ponto de partida e de referência para o roteiro do trabalho orgânico, construtivo e harmônico a que, doravante, se vão dedicar, solidariamente, todas as agências estatísticas da administração brasileira.

⁴² Naquela ocasião o Império do Brasil dava início ao seu primeiro Censo Geral, sendo realizado pela primeira repartição de estatística nacional até então criada, a Diretoria Geral de Estatística, sob o comando de Manuel Francisco Correia; e por isso se fizera representar em grande estilo, enviando como Delegado Plenipotenciário seu Representante Diplomático no Império Austro-Húngaro, nada menos que o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1876), o futuro Visconde de Porto Seguro, que de sua presença deixaria uma notável memória (“Acerca dos trabalhos do Congresso Estatístico de S. Petersburgo”, datado de agosto de 1872, e amplamente divulgado na imprensa da Corte).

⁴³ A edição de 1937 já terá uma estrutura mais tradicional: Situação física, Situação demográfica, Situação econômica, Situação social, Situação cultural, Situação administrativa e política.

⁴⁴ O primeiro tomo saiu em 1916, e foi dedicado aos temas “Território e População”; o segundo tomo saiu em 1917, e foi dedicado aos temas “Economia e Finanças”; o terceiro tomo saiu em 1927, e foi dedicado aos temas “Cultos, assistência, repressão e instrução”.

No início de qualquer sistema estatístico bem organizado (ou em tentativa de organização), como ocorreu no Brasil quando da criação do IBGE, o *Anuário Estatístico do Brasil* é uma peça-chave.

[...]

O Instituto ainda não pode senão iniciar as providências – que são muitas, excessivamente complexas e onerosas – pelas quais se integre a constituição do aparelho estatístico nacional e se dê a cada um dos seus elementos eficiência perfeita dentro do sistema geral de cooperação já lançado. Mas como o ajustamento definitivo desse sistema não há de ser obra de improvisação, torna-se manifesto que o número inicial desta segunda fase do Anuário Estatístico do Brasil só poderia conter o material já conseguido relativamente aos aspectos fundamentais da vida nacional.

Daí, lacunas e defeitos inevitáveis, além do sensível atraso dos dados sobre algumas ordens de fatos, cujo levantamento sofreu lamentável solução de continuidade. Mas essas circunstâncias não desaconselhariam a divulgação dos algarismos coligidos, pois dão-nos, estes, pontos de referência necessários e o balanço geral da situação dos nossos serviços de estatística no presente momento, traduzindo com precisão, não só as aquisições e aperfeiçoamentos que eles requerem, mas ainda o conhecimento sistemático, por agora possível, da realidade brasileira encarada panoramicamente.

[...]

Sendo de esperar que todos os Governos Regionais publiquem a separata que lhes foi oferecida pelo Instituto, este primeiro grande sistema de informações numéricas terá vulgarização adequada, criando, assim, o ambiente e as condições favoráveis ao aperfeiçoamento, à solidariedade e à coordenação dos nossos serviços estatísticos, como condição essencial das iniciativas, reajustamentos e estímulos que reclamam, neste grave momento, as forças vivas da Nação. (SOARES, 1936, p. VII-X)

Ao longo do tempo o conteúdo do *Anuário Estatístico do Brasil* ganharia volume e se diversificaria. Num primeiro momento, isso se deveu às campanhas estatísticas, organizadas e coordenadas pelo IBGE, e, num segundo momento, já sem o modelo dessas campanhas estatísticas, isso se daria pelo avanço dos métodos das pesquisas, e pela ampliação das instituições produtoras (ainda que isso tenha significado, também, desarticulação coordenadora, o que não é tema deste livro). Ademais, vale frisar que o Anuário, desde que o Instituto o começou a produzir, embora tenha sofrido alguns instantes de dificuldade, tendo sido preciso aglutinar vários anos num único número, jamais deixou de ser produzido, ainda o sendo até hoje, quando se beneficia de renovação tecnológica.

Ao lado do *Anuário Estatístico do Brasil*, em adição ao seu papel, em 1943, o IBGE deu à luz o *Boletim Estatístico*, de periodicidade (às mais das vezes⁴⁵) trimestral, e que existiu até 1978 (quando a edição foi anual), que procurava preencher “um claro até agora verificado no pla-

⁴⁵ Houve dois interregnos nessa publicação (segundo o acervo digital na Biblioteca Central do IBGE), 1945 e 1951, 1958 a 1968, mas pode ser apenas falta do acervo físico.



Matéria publicada no jornal *A Noite*, em 03.03.1937.

no das publicações do Instituto”, e segue dizendo: “Com efeito, durante os intervalos entre as edições do ‘Anuário Estatístico do Brasil’ são feitos numerosos levantamentos, cujos resultados se revestem de interesse imediato, e não poucas publicações, quer nacionais, quer estrangeiras chegam à entidade”. E concluem, explicando a iniciativa de criação do Boletim: “Merece esse material, pelo seu valor informativo, um aproveitamento mais amplo, que permita oportuna utilização por quantos, sobretudo nas atuais circunstâncias, necessitam de estatísticas verdadeiras e atuais” (SOARES, 1943, p. 3).

O primeiro número era formado por três partes: Estatísticas mensais (Séries-resumo e Séries discriminativas), Estatísticas anuais (Súmula geral e Súmulas especiais) e Breves confrontos internacionais; oferecendo tabelas e gráficos. Já a partir do segundo número também trouxe textos. A estrutura foi variando ao longo do tempo, mas estava claro que o objetivo era oferecer estatísticas conjunturais, produzidas mensalmente, que, ao contrário das estatísticas estruturais, não valeria esperar o término do ano para serem oferecidas no *Anuário Estatístico do Brasil*.

Cabem aqui algumas ligeiras considerações em torno dos serviços que as séries estatísticas poderão prestar às investigações de conjuntura econômica. Neste campo parece-nos existir alguma confusão, proveniente dos conceitos diferentes que pode tomar a palavra “conjuntura”. [...] Conjuntura, no sentido aqui a interpretar, é o movimento cíclico por que passa o desenvolvimento econômico, afastados o “trend”, as oscilações estacionais e as repercussões no campo econômico provenientes de fatos extra-econômicos, tais como epidemias, guerras e outras catástrofes. (SOARES, 1943, p. 5)

Enfim, o Boletim resultava do esforço do Instituto de oferecer ainda mais informações aos gestores públicos e privados sobre a população, a economia e a sociedade. Embora o IBGE ainda não tivesse em sua rotina de trabalho um conjunto de pesquisas conjunturais, ele cuidou de colecionar séries históricas possíveis de serem montadas a partir do trabalho cotidiano de diferentes entidades públicas, e as oferecer ao público de forma organizada e estruturada. Segundo é afirmado na apresentação, nem todo o plano de trabalho idealizado foi atendido, quando solicitadas as informações, razão porque o Boletim passaria por mudanças ao longo do tempo: “Para evitar que se torne antiquado o que já está coligido e que, no momento, se tem como bastante atualizado, resolveu-se publicar o presente material. Reserva-se para os números seguintes, porém, um conjunto mais completo e mais aproximado do programa estabelecido” (SOARES, 1943, p. 6).

Descontinuado em 1978, uma nova publicação com informações conjunturais surgiria em 1982 (na gestão Jessé Montello), chamada *Indicadores IBGE*, neste caso trazendo resultados de pesquisas realizadas pelo próprio Instituto, a maioria delas criadas na gestão de Isaac Kerstenetzky.

A revista *Indicadores IBGE* teria seu primeiro número publicado em novembro de 1982, na gestão Jessé Montello, saindo a cada mês. Contudo, no início vários meses foram postos juntos num mesmo número, só ganhando regularidade em outubro de 1984. Até o número de setembro de 1985 divulgava informações conjunturais dos índices de preços ao consumidor; do emprego e desemprego; e indicadores da indústria, cada seção tendo uma breve nota metodológica, seguida de um sem-número de tabelas, com alguns gráficos e pouquíssimos comentários. Era quase um anuário estatístico de informações conjunturais produzidas pelo IBGE.

Na gestão Edmar Bacha, o número de setembro/outubro (juntos) de 1985 anunciou que haveria, daí em diante, inovações em conteúdo e forma. A partir do número seguinte (novembro) a publicação ganhou leveza, deixando seu formato de anuário, e se aproximando a uma revista analítica de resultados. Vieram, pouco a pouco, novas seções, por exemplo, os custos e os índices da construção civil, bem assim, os chamados suplementos temáticos, ora sobre educação, ora sobre saúde, e outros assuntos de ocasião, em geral a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Mais adiante também haveria informações sobre a produção agrícola.

Com este número, inicia-se uma nova fase dos Indicadores IBGE. Nosso objetivo é colocar em mãos de nossos leitores e assinantes, todos os meses, as mais recentes informações sobre preços, custos, salários, emprego e produção produzidas pela Fundação IBGE. A evolução de cada um dos indicadores é apresentada em tabelas e gráficos de fácil apreensão, precedidos de notas explicativas e comentários técnicos acessíveis. A principal atração deste número é uma série histórica completa do IPCA, o novo Índice da Inflação do país. Outro atrativo é a nova série de indicadores conjunturais da indústria, com base no Censo Industrial de 1980. [...] Nosso objetivo é a disseminação ampla das informações conjunturais de que dispomos. O tom, forma e conteúdo desses Indicadores IBGE serão aperfeiçoados continuamente, a partir das críticas e comentários que esperamos receber de nossos leitores e assinantes. (BACHA, 1985, p. 1)

A maior mudança, entretanto, ocorreria na gestão Edson Nunes, a partir de setembro de 1987, com a introdução, antes das seções normais, da abertura chamada “Leitura Rápida”, que fazia uma análise em conjunto dos resultados oferecidos adiante, tendo assim a forma, *mutatis mutandis*, de um *newsletter* (um *newsletter*, de fato, viria na gestão Simon Schwartzman, com início em maio de 1995, como será visto adiante). Essa prática passaria pela gestão Charles Mueller e entraria pela gestão Eduardo Augusto Guimarães, quando teria fim, em outubro de 1990 (aliás, nessa gestão, em fevereiro de 1991, a revista deixaria de circular, ao cabo de 87 números publicados).



Capa do primeiro
exemplar do
Boletim Estatístico,
1943.



Capa do
primeiro
exemplar dos
Indicadores
IBGE, 1982.

Revistas de Geografia, de Estatística e dos Municípios

Par a par com o *Anuário Estatístico do Brasil*, o IBGE editaria diversas revistas de caráter acadêmico, mas com funções diversas em seus primeiros momentos de existência.

A primeira delas seria a *Revista Brasileira de Geografia*, em 1939⁴⁶, tendo textos assinados, resenhas de livros, legislação pertinente, inclusive resoluções das Assembleias Gerais, bem assim do Diretório Central, noticiário sobre atividades do Conselho Nacional de Geografia - CNG, e até do IBGE como um todo, reproduzia (e assim recuperava) documentos históricos, e ainda havia a seção “Vultos da Geografia do Brasil”, em que homenagem geógrafos do passado⁴⁷. Por um bom tempo, todos os textos tinham, aos seus finais, resumos em francês, espanhol, italiano, inglês, alemão e esperanto, o que mostra a expectativa de intercâmbio.

A apresentação ao primeiro número, assinada pelo Embaixador, declarava aos leitores:

O Anuário Estatístico do Brasil, cuja publicação há muitos anos estava paralisada, presentemente a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, já ofereceu ao público os volumes referentes ao ano II-1936 e ano III-1937, restabelecendo-se assim, com ritmo seguro, o aparecimento de uma das mais úteis publicações oficiais. As Sinopses Estatísticas regionais, complemento do Anuário, destinadas à apresentação, sob forma padronizada e uniforme, dos mesmos quadros estatísticos referentes a todas as Unidades Federadas – os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre – constituem, por outro lado, uma interessante iniciativa do Instituto que, com a colaboração dedicada dos sistemas estatísticos regionais, publicou a série quase completa relativa a 1936 e a série completa de 1937.

Surge agora a *Revista Brasileira de Geografia*, com a qual o setor geográfico do Instituto inicia a divulgação periódica de assuntos relativos ao território brasileiro. O Conselho Nacional de Geografia, ao tomar essa iniciativa, teve em mira vários objetivos: contribuir para um melhor conhecimento do território pátrio, difundir

no país o sentido moderno da metodologia geográfica, promover o intercâmbio cultural com as instituições congêneres.

[...]

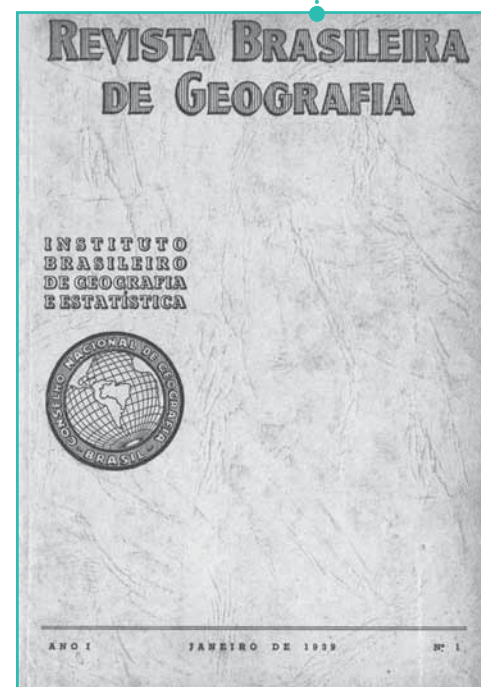
É fora de dúvida que a *Revista Brasileira de Geografia* trará contribuição apreciável para esse desiderato. Em primeiro lugar, como veículo de divulgação, ela servirá de instrumento de penetração com o qual o Conselho se fará presente em todos os recantos de atividade geográfica do país, levando uma afirmação de vitalidade, uma palavra de estímulo e um aceno de conclamação. Além disso, pondo-se ao par das atividades geográficas, culturais e profissionais, oficiais ou particulares, e noticiando como se desdobram, ela facilitará o entendimento e o fecundo intercâmbio dessas mesmas atividades, constituindo assim o Conselho a sua força propulsora mais importante. Acresce, ainda que, ventilando assuntos geográficos de natureza vária, ela trará a público conhecimentos novos, uns mais perfeitos [que] outros, e por vezes suscitará debates dos quais surgirá a conceituação mais verdadeira de determinados aspectos do território nacional, considerado no seu todo ou nas suas particularidades. Por fim, aparecendo com ritmo certo, a *Revista Brasileira de Geografia* dará agasalho à boa colaboração, proporcionando com isso a divulgação de estudos especializados e o estímulo à produção geográfica de qualidade.

[...]

Há a considerar ainda a necessidade da divulgação rápida dos conhecimentos geográficos; daí a relevante missão da revista na ciência geográfica moderna, como poucas outras ciências, extensa e nova, oferecendo a cada instante pequenas minúcias, observações inéditas, a merecer difusão nos meios interessados. Finalmente, uma razão poderosa ainda veio determinar o aparecimento desta *Revista*: é que o Conselho Nacional de Geografia faz parte da União Geográfica Internacional, onde representa o Brasil, em consequência do decreto n.º 1.527 que instituiu o Conselho; nessas condições, no convívio com as organizações geográficas estrangeiras, impunha-se uma publicação periódica brasileira, de cultura geográfica e noticiosa dos fatos e atividades geográficas brasileiras. A *Revista Brasileira de Geografia* vem satisfazer a essa necessidade, de maneira a mais conveniente porquanto todas as organizações geográficas estrangeiras adotam a revista como instrumento desse intercâmbio. Surgiu, pois, a *Revista Brasileira de Geografia* originada de imperiosas exigências do funcionamento do Conselho Nacional de Geografia, em suas relações com as atividades nacionais e estrangeiras. As causas determinantes da criação da *Revista* enquadram as suas finalidades. (SOARES, 1939, p. 3-6)

primeira
PARTE

Capa do primeiro
exemplar da *Revista
Brasileira de Geografia*,
1939.



⁴⁶ Para se bem entender a importância sócio-histórica dessa revista recomenda-se a leitura de: CAMARGO, A. de P. R. A revista brasileira de geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Ciência - SBHC, v. 2, n. 1, p. 23-39, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.sbh.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=9>. Acesso em: fev. 2018.

⁴⁷ A decisão pela criação dessa *Revista* se deu pela Resolução n. 18, de 12.07.1938, da Assembleia Geral, do Conselho Nacional de Geografia, sendo Secretário-Geral do referido Conselho, Christovam Leite de Castro, e Presidente do Instituto, Macedo Soares. Por oportuno, valerá anotar que em 25.07.1941, pela Resolução n. 91, da Assembleia Geral, do mesmo Conselho, foi decidida a criação de um boletim de informações, ideia que não teve curso. Mais adiante, já na gestão Polli Coelho, sendo Secretário-Geral Edmundo Gastão da Cunha, a Resolução n. 414, de 15.04.1952, do Diretório Central, do Conselho em pauta, recomendou simplificações na *Revista* e no *Boletim Geográfico*, mas nada de monta ocorreu.

Por que utilizar o esperanto?

É comum afirmar que os números são universais, e isso é fato, pois independente do alfabeto, os números usados são sempre os indo-arábicos, ou seja, de 0 a 9. Para aumentar a dimensão universal dos números, sempre se entendeu que as explicações das estatísticas, o serem discursadas, deveria ser feito em algum idioma com potência universal. No início do Século XX, por certo se pensou no francês, dado como o idioma da diplomacia, e se pensou no inglês, dado como o idioma do comércio, entretanto nenhum idioma é apenas um veículo de comunicação, ou seja, traz embutido uma potência cultural, o que nem sempre é bem recebido pelos povos. Por isso, então, pensou-se na adoção de um idioma, por assim dizer neutro, que por isso mesmo não trouxesse influência culturalista, mas servisse apenas para comunicar, e esse seria o caso do esperanto.

Pois o esperanto, idioma criado pelo erudito polonês Ludwik Lejzer Zamenhof (1859-1917), pretendia – e ainda pretende – ser uma segunda língua comum a todos os países. As pessoas o teriam como idioma auxiliar aos seus idiomas nacionais; seria um idioma de âmbito universal para comunicação. Isso é vital: o esperanto jamais pretendeu substituir os idiomas das nações, que trazem suas culturas, e apelam aos orgulhos nacionais, com suas histórias. Àquela altura, entendia-se que só uma língua neutra, artificial, racional, enfim, sem amparo em culturas nacionais, seria capaz de permitir uma comunicação desimpedida entre os povos, sem melindres, em plena liberdade.

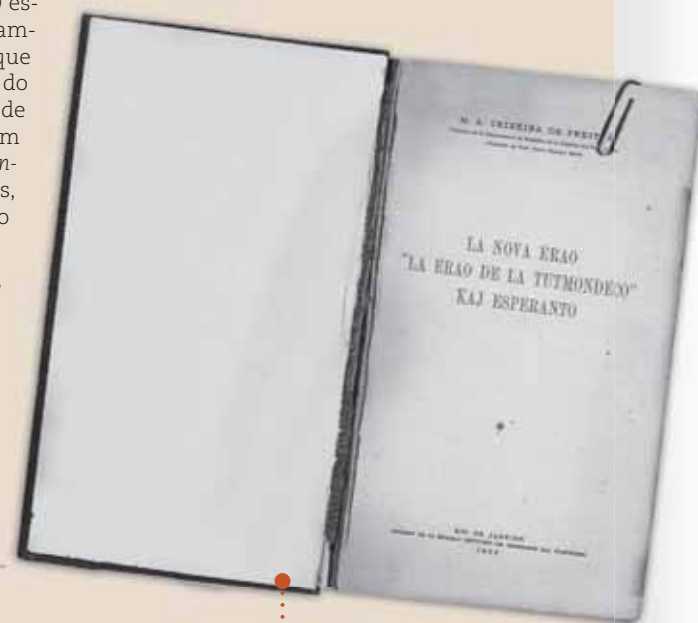
Zamenhof era médico e, sobretudo, filólogo. De origem judaica, nasceu em Bialystok, na Polônia, então parte do Império Russo, e foi na Rússia que estudou. Desde tenra idade, ainda nos bancos escolares, em conversas acaloradas, expressou forte convicção na necessidade imperativa dos homens deverem se conhecer melhor para melhor se entenderem. Entendia que os idiomas nacionais impediam esses conhecimentos, razão porque buscou a criação de uma língua para todos; estava convicto que se as pessoas pudessem se comunicar mais, mais se conheceriam, e aos se entenderiam não mais haveria razões para as guerras.

O esperanto, estava convencido, seria capaz de unir a humanidade, como expressaria em seu livro *Lingvo Internacia*, lançado em 1887. O esperanto, que no início se valera do russo, do polaco e do iídiche, também se valeria do alemão, do inglês, do francês, e do latim, línguas que seu autor falava. Ao passar do tempo também se valeria do lituano, do italiano, e do espanhol. Em 1905 haveria o 1º Congresso Universal de Esperanto, em Boulogne-sur-Mer, em Pas-de-Calais, na França; e em 1908, pelas mãos de Bulhões Carvalho, o *Boletim Comemorativo do Centenário da Abertura dos Portos*, seria feito em três idiomas – português, francês, o que já seria normal, mas também em esperanto – tornando a primeira publicação brasileira a utilizar esse idioma.

Em Minas Gerais, nos anos 1920, Teixeira de Freitas, na senda de seu Mestre, praticou correspondência internacional em esperanto, tendo tido como secretário para esse fim, um jovem que iria se tornar famoso, como romancista e como diplomata, nada menos que João Guimarães Rosa, que, do alto de sua facilidade para aprender idiomas declarou (segundo seu tio), que o esperanto não era um idioma difícil, e que o aprendera em duas semanas.

Já no IBGE, por certo por influência de Teixeira de Freitas, a Resolução n. 82, de 18.07.1938, da Assembleia Geral, do Conselho Nacional de Estatística, o esperanto foi adotado como “língua auxiliar nas atividades e publicações do Instituto”, e a Resolução n. 128, de 19.07.1939, da Assembleia Geral, do mesmo Conselho, incluiria o estudo daquele idioma “no programa do curso anual de aperfeiçoamento mantido pelo Instituto”.

* Para informações mais detalhadas, consultar: SENRA, N. de C. A estatística brasileira e o esperanto: uma história centenária: 1907-2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 161 p. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 10). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBS%20-%20RJ/ColecaoMemoriaInstitucional/10-A%20Estatistica%20Brasileira%20e%20o%20Esperanto.pdf>>. Acesso em: fev. 2018. Esta obra inclui texto explicativo do organizador, e vários textos de época, inclusive diversas Resoluções do Conselho Nacional de Estatística, seja de Assembleias Gerais, seja de sua Junta Executiva Central.



.....
• Texto de Teixeira de Freitas escrito
• em Esperanto, publicado pelo
• IBGE em 1948.
•

Numa feliz coincidência, naquele mesmo mês, registrou-se a descoberta do petróleo em Lobato, no Estado da Bahia, e a *Revista Brasileira de Geografia* (1939), em seu número inaugural, noticiou o acontecimento, em página incerta ao apagar das luzes da impressão, tanto que não tem numeração, e o fez tomando o acontecimento como algo de bom augúrio ao seu próprio destino. O fez nos termos seguintes:

Petroleo na Baía

Sob bons signos aparece a *Revista Brasileira de Geografia*: ao ser ultimada a sua impressão, uma notícia sensacional espalhou-se pelo país inteiro, rapidamente, provocando as mais intensas vibrações – jorrou petróleo em Lobato, na Baía! O 21 de Janeiro de 1939, dia em que se deu o fato de tão largas repercussões na geografia econômica nacional, está fadado a figurar com destaque no quadro das principais datas da história da nossa economia. É, pois, com o maior prazer que a *Revista Brasileira de Geografia*, ao nascer, se congratula entusiasticamente com os seus leitores brasileiros e anuncia para o próximo número um interessante artigo de autoria do eng. Silvio Fróis de Abreu, grande especialista no assunto e precursor da existência do petróleo naquela região, o qual comentará os estudos e pesquisas que determinaram a descoberta do petróleo no Brasil.

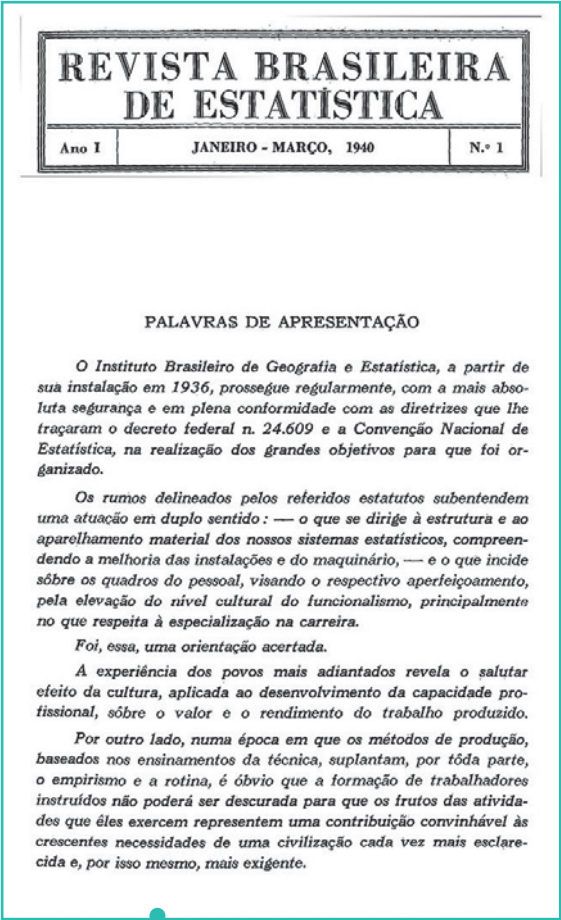
No ano seguinte surgiria a *Revista Brasileira de Estatística*, em 1940⁴⁸; contudo, é de hábito tomá-la como sendo apenas uma sucessão natural da *Revista de Economia e Estatística*, que circulou entre 1936 e 1939, editada pelo Ministério da Agricultura, na Diretoria de Estatística da Produção. Trazia várias seções: no *corpus* central havia os textos assinados ora como noções de metodologia, ora como estudos e sugestões, ora como séries estatísticas; havia as divulgações bibliográficas, com espírito educativo; e várias seções de cunho histórico: a de óbitos, necrológios ou obituários, a de vultos da estatística brasileira, a que recuperava documentos históricos, pouco a pouco criando os ditos “anais do IBGE”, e a de ontem e de hoje, com fatos que havia sido ou ainda seriam história; e havia informações claramente jornalísticas, como visitas da direção do IBGE ao Presidente da República, ou vice-versa, bem assim, ocorrência de congressos, seminários, ou eventos em geral.⁴⁹ O fim último era consolidar uma mentalidade estatística.

Os rumos delineados pelos referidos estatutos subentendem uma atuação em duplo sentido : - o que se dirige à estrutura e ao aparelhamento material dos nossos sistemas estatísticos, compreendendo a melhoria das instalações e do maquinário, - e o que incide sobre os quadros do pessoal, visando o respectivo aperfeiçoamento, pela elevação do nível cultural do funcionalismo, principalmente no que respeita à especialização na carreira. Foi essa uma orientação acertada. A experiência dos povos mais adiantados revela o salutar efeito da cultura, aplicada ao desenvolvimento da capacidade profissional sobre o valor e o rendimento do trabalho produzido. Por outro lado, numa época em que os métodos de produção, baseados nos ensinamentos da técnica, suplantam, por toda parte, o empirismo e a rotina, é óbvio que a formação de trabalhadores instruídos não poderá ser descurada para que os frutos das atividades que eles exercem representem uma contribuição convincente às crescentes necessidades de uma civilização cada vez mais esclarecida e, por isso mesmo, mais exigente.

[...]

⁴⁸ Para se bem entender a importância sócio-histórica dessa revista recomenda-se a leitura de: GIL, N. de L. *Revista Brasileira de Estatística e a estruturação do campo estatístico*. In: _____. *A dimensão da educação nacional: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira*. 406 f. 2007. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 401- 409. No prelo.

⁴⁹ As páginas da *Revista* traziam propaganda censitária, ora na forma de frases, ora na forma de página inteira, sempre apelando à participação da população. Sempre era dito que as informações prestadas tinham caráter obrigatório e estavam sujeitas a sigilo rigoroso, por parte do Instituto.



Parte da apresentação assinada pelo presidente José Carlos de Macedo Soares, na *Revista Brasileira de Estatística*, em 1940.

Dado o papel relevante da imprensa especializada no soerguimento do padrão mental dos obreiros da estatística, a publicação de uma revista de educação e propaganda estatística teria de ser o complemento lógico da ação cultural do Instituto.

Não basta convocar anualmente à capital da República os profissionais que, espalhados por todos os quadrantes do nosso imenso país, auscultam as realidades vivas da comunidade pátria.

Sendo já bastante avultado o número de faiscadores da preciosa matéria prima de que se servirão estadistas e sociólogos em busca dos melhores rumos para a nossa política e para a nossa administração, não é possível reunir a todos para que, na metrópole brasileira, comuniquem uns aos outros, em contato direto, os resultados de suas tentativas, os seus êxitos, as suas decepções e as sugestões e alvitre que se possam colher singulamente da ação pragmática de cada um no interesse coletivo.

Cumprir levar além a assistência cultural do Instituto: ir ao encontro dos que servem à nação longe do seu principal centro político; anular os fatores negativos – distâncias e segregação – que geram a rotina; enviar à legião dos profissionais, impedidos de visitar a sede da corporação a que pertencem, os estímulos de que carecem para se manterem à altura da penosa missão que lhes foi conferida e que não poderão exercer à revelia da cultura mínima exigível de um verdadeiro profissional.

A revista cuja publicação ora se inicia realiza esse objetivo.

Com seus artigos editoriais e de colaboração, seus ensinamentos de metodologia, seu noticiário sobre o que se passa no Brasil e alhures nos domínios da estatística, com suas informações, seus comunicados, seus comentários bibliográficos, manterá os nossos estatísticos a par dos fatos e dados que mais interessam à sua profissão e lhes satisfará o desejo de aperfeiçoamento, que é uma decorrência natural da nobre emulação de que dão quotidianas provas a serviço de um edificante ideal.

[...]

Esse mínimo de cultura especializada, acessível a um máximo de estudiosos, é que, desde já, se propõe a divulgar, na sua parte propriamente didática, a nossa revista, sem prejuízo de outras facilidades que possam ser oportunamente oferecidas a uma formação mais completa dos candidatos aos postos dirigentes.

As demais finalidades a que visa satisfazer esta publicação e, sobretudo, o propósito, que ela colima, de levar o pensamento e a assistência cultural do Instituto a todas as agências que o integram, estreitando os laços de cooperação e de mútua compreensão entre os obreiros da estatística nacional, justificam, pela sua relevância flagrante, a certeza de uma acolhida satisfatória na classe especial de leitores a que se destina o novo periódico e, ainda, entre os inúmeros patrícios que, sensíveis aos problemas básicos da nossa administração, se interessam vivamente pelos meios de a racionalizar e de torná-la verdadeiramente condizente com os seus elevados objetivos. (SOARES, 1939, p. 3-6)

A *Revista Brasileira de Estatística* (1940) abriu seu número inaugural prestando homenagem a Bulhões Carvalho, a quem o IBGE considera o Fundador da Estatística Geral Brasileira. Apresentava seu *curriculum*, e lhe oferecia uma fotografia. Desta forma, mais uma vez marcava sua filiação à tradição que remontaria, ao menos, à Primeira República, quando aquele notável médico pontificara tendo ditado os alicerces teóricos da atividade estatística brasileira, só não tendo tido sucesso em face da extremada federação então vigente. Embora o IBGE, pelas mãos de Teixeira de Freitas, viesse para fazer uma inflexão positiva nessa atividade, nem por isso dava início a um ano zero.

Tempos depois, nova revista surgiria, a *Revista Brasileira dos Municípios*, em 1948, tendo vida até 1968. Conforme é historiado na apresentação do primeiro número, sua criação coroava diversas iniciativas em prol dos municípios brasileiros que o IBGE já vinha tomando há tempos, desde sua criação.⁵⁰ Trazia textos sobre gestão, nas linhas do direito, da administração financeira, seja da receita seja da despesa, tratando dos impostos, com ênfase no imposto territorial, focava a educação, a vida espiritual, a saúde, não descuidava do urbanismo e ruralismo, dando atenção também à criação de hortos florestais, atentava ao cooperativismo, e no caso da gestão de pessoal, abordava as questões da contratação, dos concursos, dos planos de carreira, e de muitos outros assuntos. Também oferecia estatísticas municipais, recuperava documentos históricos, tinha a seção vultos do municipalismo brasileiro, contava as histórias das capitais e mesmo dos estados, entre outras seções, conforme as ocasiões. A revista surgira em vínculo com a Associação Brasileira dos Municípios, cujos estatutos seriam aprovados em 15.05.1946 (mais tarde tornado o Instituto Brasileiro de Administração Municipal, em 1º de outubro de 1952). Um dos seus grandes animadores, par a par com Teixeira de Freitas, seria Rafael Xavier; embora o Embaixador seguisse na presidência, a apresentação não tem sua assinatura.

No regime federativo, com efeito, o Município é a base, o sustentáculo, a infraestrutura, por assim dizer, do organismo nacional, cuja existência, estabilidade e segurança passam a depender, diretamente, do fortalecimento de suas “células vivas”. Verifica-se, porém, na evolução política do País, a inversão dessa premissa, ora mediante excessiva centralização administrativa – federal ou estadual –, ora pela absorção máxima, por parte da União e dos Estados, das rendas municipais.

Enfraquecidos em seu poder financeiro, sem possibilidades locais e sem auxílio adequado das duas outras

.....
⁵⁰ A decisão de criação dessa revista viria pela Resolução n. 338, de 25.07.1946, da Assembleia Geral, do Conselho Nacional de Estatística, estando na presidência interina do Instituto, Heitor Bracet (Macedo Soares, na ocasião governava São Paulo), sendo ainda Secretário-Geral, Teixeira de Freitas. A mesma resolução ordenava a criação das “Sinopses Estatísticas Municipais”. Adiante, a Resolução n. 398, de 21.07.1948, da Assembleia Geral, do mesmo Conselho, fixou os objetivos da Revista.

esferas do governo, os Municípios brasileiros não puderam alcançar a pleno efeito, tirante algumas significativas exceções, que circunstâncias regionais justificam, a expansão econômica e o desenvolvimento cultural correspondentes ao esforço continuado e tenaz de suas laboriosas populações.

[...]

Órgão preposto à caracterização objetiva das realidades nacionais, através da Estatística e da Geografia, o IBGE preocupou-se, desde o início de sua atuação, em promover o revigoramento desse espírito municipalista, recolocando o Município na posição que lhe pertenceu, nas etapas iniciais de nossa evolução histórica. Sua atuação, dentro dessa ordem de objetivos, pode ser assinalada através de iniciativas do maior alcance e cuja repercussão se fez sentir, de maneira altamente honrosa para o Brasil, em importantes assembleias internacionais. Não se ficou, apenas, no conhecimento objetivo do quadro municipal, quer sob o ponto de vista de sua própria estruturação, quer no traçado de sua configuração e conformação geográficas, quer, ainda, nos seus aspectos econômicos e sociais. Paralelamente ao estudo do Município, do ponto de vista geográfico e estatístico, procurou o Instituto estimular, no âmbito municipal, empreendimentos culturais de inegável significação para a vida local, demonstrando, ao mesmo tempo, mercê de sugestões adequadas, a necessidade da racionalização dos respectivos serviços administrativos, mediante a adoção de modernas técnicas de trabalho. Aí estão, por exemplo, as providências encaminhadas ou os alvitre formulados pelo Instituto, quanto à sistematização do quadro territorial do País – administrativo e judiciário; ao levantamento dos mapas municipais e plantas das cidades e vilas, bem como do cadastro predial e domiciliar urbano e do cadastro rural; à criação de vários «registros» – o industrial, o da produção de carne, o escolar e o hospitalar; à elaboração de monografias históricas e estatístico-descritivas; à organização do Anuário Municipal de Legislação e Administração; à divulgação das Sinopses Estatísticas dos Municípios; à criação ou à reorganização das bibliotecas, arquivos e museus municipais, etc.

A contribuição do IBGE, em favor do progresso dos Municípios brasileiros, veio adquirir, ainda, maior significado graças aos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, que, transferindo à responsabilidade do Instituto a administração dos serviços estatísticos municipais, tornou possível a existência, em cada Município, sem exceção de um só, de uma Agência de Estatística modelarmente organizada, capaz de proceder, com a necessária eficiência, às investigações previstas nas suas atribuições específicas e exercer, ainda, profunda atuação em favor do progresso cultural das comunidades a que serve.

[...]

Na atual fase da vida brasileira, a obra do Instituto, na esfera municipal, estava a exigir, porém, novo instrumento de ação, capaz de contribuir, ainda mais vigorosamente, para o êxito do patriótico movimento municipalista que, tendo influenciado a reestruturação de nossas instituições constitucionais, com a solidariedade unânime das várias correntes de opinião,

encontra, agora, no Presidente Eurico Dutra um dos seus mais entusiastas animadores. Assim o reconheceu, aliás, a Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, quando, sob a inspiração e por iniciativa de M. A. Teixeira de Freitas, dispôs sobre o lançamento da Revista Brasileira dos Municípios, dedicada à divulgação e ao estudo dos assuntos e problemas de interesse municipal.

É essa a iniciativa que ora se concretiza, sob os melhores auspícios. Editada sob a responsabilidade do Instituto e da Associação Brasileira de Municípios, esta publicação tem como objetivo essencial a difusão e valorização da política municipalista; assim sendo, contribuirá, por todas as formas possíveis, para o desenvolvimento econômico e o aperfeiçoamento cultural dos Municípios brasileiros.

Seu programa visa a informar e educar, assegurando às Municipalidades a mais ampla colaboração técnica, a elucidação oportuna e o esclarecimento adequado, no trato e exame dos problemas administrativos de interesse imediato para os governos locais. Trata-se, pois, de mais uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, inspirada, como todas as demais que já se inscreveram em seu acervo de realizações, no pensamento de servir ao Brasil, contribuindo, na medida das possibilidades, para o encaminhamento, em termos decisivos, dos problemas de organização nacional. (APRESENTAÇÃO, 1948, p. 1-2)

A atenção aos municípios ganharia ampliação pela Resolução n. 494, de 20.06.1957, da Assembleia Geral, do Conselho Nacional de Geografia (1957, p. 9), ao decidir pela elaboração da *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, “enfeixando análises geográficas, mapas gerais e regionais, além de fotografias selecionadas da paisagem geográfica brasileira”, além, é claro, de apresentar estatísticas atualizadas, par a par com a história já existente dos municípios (num total de 36 volumes). Presidia o Instituto, Jurandyr Pires Ferreira, sendo Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, Virgílio Correa Filho⁵¹. A *Enciclopédia* seria monumental, em conteúdo, e em tamanho; apesar do difícil manuseio, teria grande aceitação, e ainda é referida com carinho; daria tanto trabalho que só seria concluída na gestão Senna Campos, passando pelas gestões Rafael Xavier, Sá Freire Alvim, e Roberto Accioli. Em 2000 seria inteiramente digitalizada por iniciativa de David Wu Tai, à frente do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI do IBGE, dessa forma podendo ser acessada na Biblioteca Central do IBGE⁵². Hoje, há como sucedâneo modernizado daquela experiência, valendo-se da

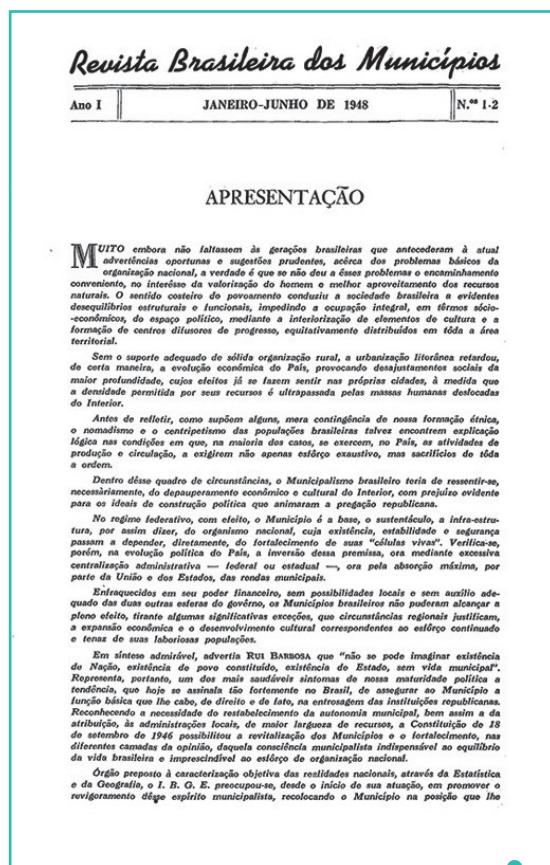
A atenção aos municípios ganharia ampliação pela Resolução n. 494, de 20.06.1957, da Assembleia Geral, do Conselho Nacional de Geografia (1957, p. 9), ao decidir pela elaboração da *Enciclopédia dos municípios brasileiros* [...]

⁵¹ Na ocasião, pela Portaria n. 679, de 25.08.1956, a Assembleia Geral, do Conselho Nacional de Estatística, renderia homenagem e agradecimento à imprensa nacional (também ao rádio e à televisão) pelo “muito que vem contribuindo para a consolidação progressiva de uma mentalidade estatística no País”.

⁵² Em 2017, *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, que outrora ocupou 36 grossos volumes, foi integralmente divulgada em um único DVD. Disponível no portal do IBGE, no endereço: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100547>>.



Posse de Sebastião Aguiar Ayres na presidência do IBGE.
À direita, o ministro do Planejamento e Coordenação
Geral, Hélio Beltrão, em 04.04.1967.



Parte da Apresentação da Revista
Brasileira dos Municípios, em 1948.

avançada tecnologia da informação, dois sites no portal do IBGE, com informações atualizadas sobre os municípios, e sobre as Unidades da Federação: Cidades@ e Estados@⁵³.

No presente, a *Revista Brasileira de Geografia* e a *Revista Brasileira de Estatística* seguem existindo, sendo apenas em moldes digitais, e em caráter somente acadêmico. As seções de notícias internas e externas, sobre as atividades cartográfica, geográfica, estatística (e temas afins), e sobre o próprio Instituto, ganharam autonomia em diversos boletins informativos (e, mais adiante, em revistas e jornais feitos por jornalistas). A seu turno, a *Revista Brasileira dos Municípios* deixou de existir; por outro lado, seu natural complemento, que foi a *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, enquanto divulgando informações dos municípios, cedeu lugar a algo muito dinâmico, qual seja o site Cidades@, dinâmico pela frequente atualização, com inegável proveito.

No tempo em análise nesta parte, os boletins de informação sobre as atividades cartográfica, geográfica, estatística (e temas afins), bem assim, sobre o próprio Instituto, variaram de apelido, mas, ao fim e ao cabo, cumpriram a mesma missão. Foram bastante irregulares, por razões várias.

O *Boletim Informativo* circulou de jul./ago. 1968 até nov./dez. 1969 (nove números), sendo publicado pelo Departamento de Documentação e Divulgação Cartográfica e Geográfica, do Instituto Brasileiro de Geografia (sendo Diretor-Superintendente, Miguel Alves de Lima), existente na estrutura da primeira fase da Fundação IBGE (na gestão de Sebastião Aguiar Ayres). Muito simples.

O *Notícias: boletim informativo*, que entrou no lugar do anterior *Boletim Informativo*, seguiu a mesma numeração (n. 10), e teve o primeiro número editado em mar./abr. de 1970. No início cobria apenas o Instituto Brasileiro de Geografia, mas após a reforma da Fundação (1973) passou a cobrir o IBGE, e entrou na alçada da Diretoria Técnica (tendo à frente como Diretor, Amaro Monteiro). Seu último número, 42, saiu em out./dez. 1975; seguia sendo muito simples. Com o mesmo título, mas já sob na alçada da Diretoria de Divulgação (tendo como Diretor, Renato Pacheco Americano), saiu um exemplar (com nova numeração) em jan./mar. 1976. A mudança de estrutura foi mínima, o conteúdo foi melhorado, e foi ampliado, sendo aprimorada a editoração.

Finalmente, passaria a se chamar *IBGE Notícias*, se tornando uma publicação trimestral, saindo em jul./set. 1976, ainda a cargo da Diretoria de Divulgação. Seu editorial anunciava que ele passava “a ter nova estrutura, nova feição gráfica, maior amplitude e novo tratamento redatorial”, e que a renovação do antigo *Boletim Informativo* se impusera para poder “seguir, mais de perto, as modificações que se processam no IBGE em face de novas solicitações do momento brasileiro”. A despeito dessa ambição, não haveria um segundo número (e não se sabe a razão) (*IBGE NOTÍCIAS*, 1976, p. 3).

Tinha cinco seções: Notícias Socioeconômicas; Notícias Geodésicas & Cartográficas; Notícias Recursos Naturais; Conheça o IBGE; e Documentação & Informação. Tanto levava notícias internas para fora, quanto trazia notícias de fora para dentro (aos moldes dos antigos Comunicados dos tempos de Teixeira de Freitas, ainda que em linguagem mais jornalísticas). Havia notícias de governo, de avanços científicos, de novos recursos metodológicos, de visitas técnicas, e se dava notícia do lançamento de publicações institucionais (recém-havidas, ou prestes a ocorrer).

⁵³ Para uma minuciosa compreensão do envolvimento do IBGE com os municípios brasileiros, consultar: SENRA, N. de C. (Org.). *O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 432 p. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 13). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv38889.pdf>>. Acesso em: fev. 2018. Esta publicação contém textos de Marcus André B. C. de Melo, de Alexandre de Paiva Rio Camargo, de Marco Aurélio Martins Santos, de Nelson de Castro Senra, além de textos de época, de ambos os homenageados, agora os índices de autores e de assuntos publicados na *Revista Brasileira de Municípios* ao longo de sua existência.

Barbosa Leite e Percy Lau, dois artistas iluminados

Barbosa Leite, natural de Uruoca, Ceará, nasceu em 1920, faleceu em 1996, em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Foi gravador, pintor, professor e ensaísta. Foi ainda cordelista, cronista e poeta. Foi editor da revista *Recado de Cultura*.

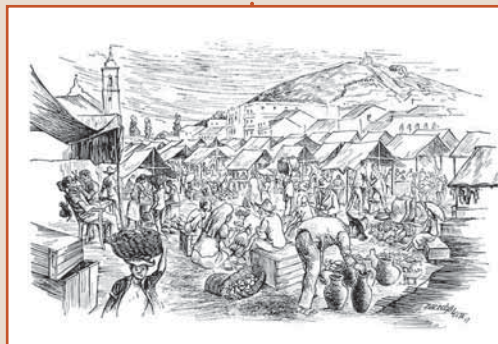
Participou dos Salões Cearenses de Pintura, organizados pelo Centro Cultural de Belas Artes, sendo premiado diversas vezes. Estudou gravura com Henrique Oswald e Oswaldo Goeldi. Foi um dos fundadores da Sociedade Cearense de Artes Plásticas, em Fortaleza (CE). Em 1949, publicou *Esquema da pintura no Ceará*.

Em 1952, foi residir em Duque de Caxias (RJ), onde se tornou professor na Escola Normal Santo Antônio e coordenador da Escolinha de Arte da Fundação Álvaro Alberto. Na ocasião, ajudou a organizar a mais importante exposição de artes plásticas até então realizada na cidade, que contou com a participação de trabalhos de artistas como Antônio Bandeira, Oswaldo Goeldi, Bruno Giordani, Ana Letícia e Iberê Camargo. No ano de 1967 colaborou com Laís Costa Velho na criação do Teatro Municipal Armando Melo, o primeiro teatro da Cidade de Duque de Caxias (RJ). Compôs a "Canção de Exaltação à Cidade de Caxias".

Percy Lau, natural de Arequipa, Perú, nasceu em 1903, faleceu em 1972, na Cidade do Rio de Janeiro. Em 1921, passa a viver em Olinda (PE). Participa do Movimento de Arte Moderna do Recife, quando integra o ateliê de Augusto Rodrigues. Em 1938, estuda no Liceu de Artes e Ofícios com Carlos Oswald, no Rio de Janeiro.

Notável ilustrador, por seu trabalho, em 1953, recebe medalha de prata no 2º Salão Nacional de Arte Moderna, no Rio de Janeiro. Em 1964, recebeu o Prêmio Jabuti. Seria ainda premiado pela Câmara Brasileira do Livro. Em 2000, o Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, promove a exposição "Percy Lau: um desenhista e seu traço".

Ambos, Barbosa Leite e Percy Lau, trabalharam como ilustradores no IBGE, tendo viajado o Brasil de norte ao sul, estudando suas paisagens e seus tipos e aspectos humanos, fixando em imagens seu folclore, seus hábitos regionais, enfim, o cotidiano brasileiro. Suas ilustrações enriqueciam as matérias da *Revista Brasileira de Geografia*, tendo sido, depois, colecionada na publicação *Tipos e aspectos do Brasil*.



Ilustrações de Barbosa Leite.

Mudanças profundas. Divulgação silenciosa

A Jurandyr Pires Ferreira, que fizera a *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, seguiu a gestão de Rafael Xavier (no rápido governo Jânio Quadros), que fora sucessor de Teixeira de Freitas como Secretário-Geral quando ele deixou a função em 1948. Sua gestão seria tão curta, quanto o governo federal, e seria sucedido por Sá Freire Alvim, que fora prefeito do antigo Distrito Federal, quando a capital era ainda na cidade do Rio de Janeiro, e logo depois por Roberto Accioli, que viria do Colégio Pedro II. A menos da gestão Freire Alvim, que por seu prestígio pessoal ganhava espaço na mídia, nesse período nada mudaria no cotidiano da comunicação institucional, o que havia, havia, e nenhuma espaço a mais seria ganho. Nesse meio tempo, em 1956, morreria Teixeira de Freitas.



Capa da publicação
*Enciclopédia dos
municípios brasileiros*.

Não obstante a produção estatística e geográfica seguir seu rumo, e a imprensa seguir dando apoio, os usuários (então chamados de consumidores, em natural contraponto a produtores) não poupavam críticas aos atrasos e às ausências, e havia críticas pontuais também a qualidade. E não foram críticas isoladas, avulsas, mas antes críticas bem elaboradas, bem sustentadas, críticas que foram se somando: a primeira resultou de um grande seminário em 1958, a segunda de um grupo de trabalho em 1962, a terceira de uma consultoria internacional em 1964, a quarta, em 1966, finalmente, quase que apenas fez uma síntese das críticas anteriores, mas propôs uma linha de mudança, mudança que viria em 1967, tornando o estatuto jurídico do IBGE uma Fundação Pública de Direito Privado, de modo a ganhar uma dinâmica que o permitisse acompanhar as demandas por informações necessárias à aceleração do desenvolvimento socioeconômico.

As críticas traziam o “fantasma” de Teixeira de Freitas, e isso em dois sentidos: primeiro, seus autores haviam sido seus discípulos, e o admiravam; segundo, todos haviam se formado na tradição até então em vigor, na qual atuavam, e nela estavam acomodados, embora percebessem o imperativo das mudanças. Assim, as mudanças propostas estavam presas; embora se advogasse mudanças, algumas até profundas, elas viriam algo reticentes, não sem temores. Dois extratos de discursos de mudanças são esclarecedores: um, de 1962, vindo de Alberto Passos Guimarães, e, outro, de 1964, vindo de Tulo Hostílio Montenegro (e vários outros haveria).

Nos últimos tempos, as críticas às estatísticas brasileiras se vêm tornando cada vez mais frequentes. Incidem essas críticas, principalmente, sobre sua limitada extensão, sobre as falhas em sua continuidade, e sobre a demora na divulgação de seus resultados. Embora, não raro, sejam cometidos erros de apreciação e exagero nas restrições feitas, não se poderia negar que grande parte das críticas, possam ou não ser consideradas justas de todos os pontos de vista, resultam da aspiração, bastante generalizada entre os consumidores, por colocar o sistema estatístico brasileiro no nível exigido pelas necessidades atuais do desenvolvimento econômico nacional. (GUIMARÃES, 1962)

O maior legado do criador do IBGE é o exemplo magnífico de inconformidade que sempre deu aos que gozaram do privilégio de trabalhar sob sua direção ou que tomaram conhecimento de suas ideias, através dos escritos que deixou. Inconformidade que levou muitos a classificá-lo injustamente de visionário, quando era realista empolgado pelos ideais que defendia; a ele, que foi um catequista nato, isento de respeito humano, e que nunca hesitou, no seu esforço de apressar a solução dos problemas de base do Brasil, em chegar até ao que hoje se designaria, fazendo uso do vocabulário político, como lavagem de cérebro. O que Teixeira de Freitas não teria permitido é que o sistema estatístico brasileiro se anquilosasse. Tivesse ele permanecido

na liderança deste sistema e se teria antecipado, sem dúvida alguma, como de outras vezes, a introduzir gradualmente as modificações necessárias ao seu esquema básico, a criar novos mecanismos para substituir os do período inicial da fase moderna da estatística brasileira. [...] Se o sistema estatístico brasileiro deseja reconquistar o seu prestígio e voltar a exercer a influência que teve no passado, o que primeiro necessita é de capacidade para libertar-se de concepções ultrapassadas, principalmente quanto aos fundamentos e objetivos de suas investigações. (MONTENEGRO, 1964, p. 65-66)

Enfim, como as mudanças foram acanhadas, a Fundação criada em 1967 teve que sofrer mudanças. À primeira Fundação, por assim dizer, que teria por primeiro presidente Sebastião Aguiar Ayres, o primeiro ibgeano na função, seguiria uma segunda, bastante renovada sob o comando de Isaac Kerstenetzky, egresso da Fundação Getúlio Vargas - FGV, e que já atuara por várias vezes nos órgãos colegiados do IBGE, como representante daquela instituição associada. Economista de sólida formação, e já um gestor experiente, saberia modernizar o IBGE tanto em sua estrutura quanto, no que foi mais importante, em seu rol de pesquisas, associando a oferta à demanda do planejamento. Por sua concepção, o sistema estatístico e geográfico andava par a par com o sistema de planejamento, e pela primeira vez foi explicitado um Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, de modo que nascia um novo modelo estatístico e geográfico.

Com o novo Plano Geral, mais e mais informações estatísticas e geográficas foram produzidas, e o foram com ousadia, não fora Isaac Kerstenetzky mais que



Isaac
Kerstenetzky.

um economista, um cientista social, com ampla visão de mundo, a ponto de permitir que o IBGE fizesse pesquisa qualitativa associada à inovadora pesquisa de orçamentos familiares, o famoso Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF. Sim, por uma folha anexa ao questionário desta pesquisa foi possível levantar uma gama enorme de informações qualitativas inusitadas numa instituição estatística, resultando o “Estudo das informações não estruturadas do ENDEF e de sua integração com os dados quantificados”, sob a coordenação de Luiz Affonso Parga Nina; uma ousadia que geraria polêmica, conforme Eurico Borba explica em entrevista prestada ao IBGE (SENRA; FONSECA; MILLIONS, 2016, p. 166-203):

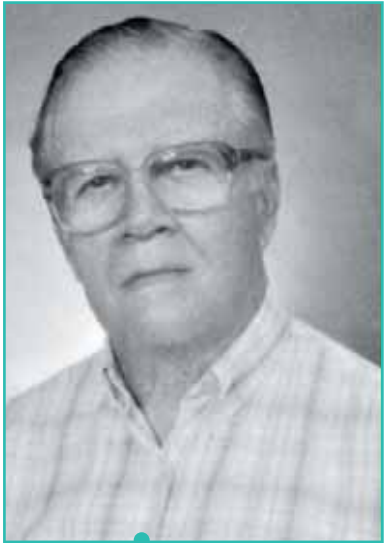
Eu creio que está na hora de deixar aqui registrado na memória da Casa o correto entendimento de certos problemas que aconteceram, de tal forma que não surjam falsas interpretações como as que os historiadores gostam de levantar como suspeitas de malfeitos. Não foi tudo um mar de rosas, é fato. Não eram todos amigos, irmãos e irmãs. Eu não gosto, e o Professor Isaac gostava menos ainda, de panelinhas, de fofocas, mas elas aconteciam, como deve acontecer até hoje. Posso dizer que foram os momentos tristes daqueles anos. Tanto naquele período que estava com o Professor Isaac, como nesse um ano e quatro meses em que eu fiquei na Presidência. Vejamos o caso do Parga Nina, que era um oficial de Marinha, Capitão de Mar e Guerra, reformado. Ele fez o curso de Sociologia na PUC do Rio de Janeiro, e depois, com seu dinheiro, foi para Washington e fez um mestrado em Sociologia na Georgetown University. Por conta do Parga Nina ter sido milico, oficial de Marinha, embora fosse sociólogo, com mestrado em sociologia, ele nunca foi bem recebido no nosso grupo de cientistas sociais. Ele sempre foi rejeitado. E o Isaac e eu ficávamos numa situação extremamente delicada, quando vinham aquelas meninas da área de ciências sociais, e diziam: “Não, isto aqui não está bem enquadrado, isto aqui não está bem fundamentado, a metodologia não está muito correta, a amostra não é significava”. Ficávamos sem saber se atendíamos o que tínhamos que o Parga Nina estava realizando, que ele vinha encontrado um nicho, uma visão nova para explorar os dados do ENDEF, que eram os resultados das entrevistas com as famílias, para descrever melhor a pobreza brasileira, ou se dávamos ouvido ao nosso grupo de cientistas sociais que achavam “Não, não é de jogar fora, mas...”.⁵⁴ Então, diante dessa celeuma optou-se por fazer um conjunto de publicações que foram distribuídas às bibliotecas. Não era para divulgação ampla, mas mesmo assim várias pessoas e instituições, universidades receberam o ma-

terial. Mas não se pode dizer que houve uma circulação restrita. Parga Nina foi para a PUC depois, quando Isaac saiu do IBGE. Eu também já tinha voltado para lá. Na PUC, foi a mesma coisa, o pessoal não queria aceitar o Parga Nina como professor.

Viriam novas pesquisas, como a Matriz de Insumo Produto, o Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor, o Sistema de Indicadores Sociais (em 1979 sairia a publicação *Indicadores sociais: relatório*, a primeira do gênero, e que só se tornaria rotineira a partir de 1998 como *Síntese de indicadores sociais*, embora inúmeras publicações temáticas de caráter social tenham sido produzidas), entre outros; os censos econômicos passariam a quinquenais; estudos em geografia quantitativa seriam desenvolvidos auxiliando o planejamento socioeconômico, quando o espaço ganha valor sobre o tempo. Avanços e mais avanços, mais e mais informações. Contudo, desde 1964, implantado o regime militar no Brasil, o contato com a imprensa não ficou fácil, e o IBGE se retraiu, não é que deixou de fazê-lo, mas passou a ser mais cuidadoso, e mais seletivo. Os elos ficaram praticamente restritos à alçada do presidente, e, não raro, afeitos à forma de conferências, em lugares seletos, como as Escolas Militares de Estado Maior. Não havia censura evidente, mas havia cuidado nas divulgações; e havia temor das pessoas; os técnicos não eram chamados a falarem à imprensa, ficando isso restrito ao presidente. E Eurico Borba segue fornecendo esclarecimentos:

Em suma, o Isaac passou para toda a equipe, desde o início da sua gestão, a seguinte orientação: “Eu não tenho que mostrar, previamente, nada para ninguém? Tá pronto o trabalho? A equipe encarregada da pesquisa validou o resultado? Ficou bom? Publica, distribui”. Foi nessa época que o Isaac percebeu que muitos jornalistas, ditos especializados em economia e ciências sociais não sabiam interpretar as estatísticas. Então começou a preparar no gabinete – com Sônia Rocha, Jane Souto, Teresa Cristina, Maristela Santana – um resumo para passar para os jornalistas. E a gente começou a verificar que eram transcritos quase na íntegra pelos jornalistas, que ficaram agradecidíssimos. (SENRA; FONSECA; MILLIONS, 2016, p. 178)

Como outras pessoas também sofriam restrições aqui. Na área da matriz, estava a Maristela⁵⁵ e o irmão dela, um economista⁵⁶ paulista muito bom, bem qualificado e inteligente, mas era muito independen-



Jornalista Edison Cattete Reis, chefe de gabinete na gestão Isaac Kerstenetzky (1970-1979).

Não havia censura evidente, mas havia cuidado nas divulgações; e havia temor das pessoas; os técnicos não eram chamados a falarem à imprensa, ficando isso restrito ao presidente.

⁵⁴ Para melhor compreender o trabalho realizado por Parga Nina, consultar: CAMARGO, A. de P. R. Conhecendo os dissidentes: os dados não estruturados no ENDEF e a configuração da pobreza no Brasil. In: SENRA, N. de C. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v. 4: estatísticas formalizadas (c1972-2002), cap. 6, p. 181-225. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=231573>>. Acesso em: fev. 2018.

⁵⁵ Maristela Afonso de André Sant’Anna foi assessora da presidência do IBGE e sua tarefa foi viabilizar a reconstrução do Sistema de Contabilidade Social do País, a partir da criação de Matrizes de Relações Intersetoriais da Economia.

⁵⁶ O economista Paulo de Tarso Afonso de André que ficou responsável pela continuidade do trabalho do ENDEF.



Trabalho de campo do Estudo Nacional da Despesa
Familiar - ENDEF, realizado em 1974-1975.

te, muito afirmativo, causou problemas de relacionamento, problemas na apuração do ENDEF, principalmente por conta da definição do deflator que deveria ser utilizado, numa época de inflação alta. Era uma discussão de 24 horas por dia. A questão do processamento do ENDEF foi longa e complicada: o pessoal da informática queria desenvolver um programa especial para a apuração, os especialistas da FAO, assessores, queriam usar um programa mais limitado, mas que estava pronto para ser usado, e havia a questão de qual deflator seria utilizado, tudo isso atrasou a divulgação dos dados da pesquisa. Eu lamento este fato. É neste contexto, quando internamente nós estávamos tecnicamente divididos, que surgem essas edições limitadas, mas com alguma coisa sendo publicada e divulgada. Melhor assim do que não divulgar nada. No que diz respeito às demais informações, só um comentário a mais, pois sei que a prática até hoje se mantém: qualquer dado que saía, qualquer um, o Ministro do Planejamento, ao qual estávamos subordinados, era informado em primeiro lugar. O Ministro era informado, vamos dizer, às onze da manhã, dez da manhã, e se liberava para imprensa as cinco, seis da tarde. Lembro-me que no meu período como Presidente, saía um carro distribuindo as notas técnicas para a imprensa que havia se acostumado com esta prática, inaugurada lá nos anos 1970. (SENRA; FONSECA; MILLIONS, 2016, p. 180)

Na gestão Isaac Kerstenetzky, no pior período do regime militar, seria criada junto à Presidência da Instituição uma assessoria de segurança e informações, tendo por titular um militar. Todos os órgãos públicos tinham esta unidade, fazendo-lhes relações com o Serviço Nacional de Informações - SNI. Seu sentido mais fundo era o de relatar ao SNI o que ia pelo órgão, bem assim controlar a divulgação de informações pela Instituição, o que, ao que foi dito por Eurico Borba, no caso do IBGE, não era feito, havendo completa liberdade de divulgação (o que poderia derivar tanto da figura de Isaac Kerstenetzky, quanto do anteparo, primeiro de João Paulo dos Reis Velloso, e, depois, de Mário Henrique Simonsen). Não obstante, há que se notar, a velha guarda dos jornalistas pioneiros – Waldemar Lopes, Valdemar Cavalcanti e Alberto Passos Guimarães – já não mais estava na Casa, e novos não haviam entrado, ao mesmo tempo em que não havia ainda uma assessoria de imprensa, embora já existisse a Diretoria de Divulgação, que até poderia atingir os veículos de imprensa ao entregar-lhes publicações, mas estava longe de fazer contatos com jornalistas⁵⁷.

Contudo, por curioso, o então Chefe de Gabinete do Presidente era um jornalista lembrado no Portal da Associação Brasileira de Imprensa - ABI “como um exemplo de honradez e competência no exercício da profissão de jornalista em todos os veículos com os quais trabalhou durante sua trajetória na imprensa carioca”. O referido Portal lembra que Edison Cattete Reis foi “copidesque no *Jornal do Commercio* de 1957 a 1974, e escrevia crônicas que eram publicadas nos grandes jornais do Rio de Janeiro como *O Globo* e *Jornal do Brasil*, nas décadas de 40 e 50” (EDISON..., 2011). Adiante, acrescenta que fora autor de dois livros: *Entre o que foi e o que virá*, que reúne as suas crônicas publicadas, e *Viva Guidoal, imortal*, que relata histórias sobre sua cidade natal, Guidoal, no interior do Estado de Minas Gerais⁵⁸. Embora como Chefe de Gabinete não exercesse sua formação bem estava em condições de dialogar com Isaac Kerstenetzky sobre a divulgação de informações produzidas pelo IBGE, ainda havendo entre os dois uma relação de respeito, até mesmo de amizade.

⁵⁷ Eurico Borba, em sua entrevista para o livro antes referido (SENRA; FONSECA; MILLIONS, 2016, p. 186-187), desidrata muitíssimo a gravidade da presença desse Assessor militar no IBGE, e tem até mesmo seu titular como uma pessoa afável, e talvez mesmo bonachona. Talvez não tenha sido tanto assim, caso a caso.

⁵⁸ Disponível no site da ABI, endereço eletrônico <<http://www.abi.org.br/edison-cattete-reis-um-grande-jornalista/>>.

Por outro lado, na gestão Isaac Kerstenetzky, em face da Lei n. 5.878, de 11.03.1973, que deu nova feição ao IBGE como Fundação, e no bojo do novo Estatuto (Decreto n. 76.664, de 24.11.1975) seria criada uma Diretoria de Divulgação, tendo por titular Renato Pacheco Americano, egresso da chefia do Serviço Gráfico⁵⁹, com duas grandes unidades: um Centro Editorial e um Centro de Serviços Gráficos, cabendo-lhe, segundo o Art. 40 do referido decreto “exercer as atividades de divulgação dos estudos e das informações produzidas pelo IBGE [...] com vistas a assegurar a mais ampla utilização das informações elaboradas”, devendo fazê-lo sempre “de acordo com a orientação técnica das demais Diretorias”.

Quanto à criação dessa Diretoria três pontos devem ser realçados: primeiro, o Serviço Gráfico perdia sua até então poderosa autonomia, inclusive gerando recursos extra orçamentários, ficando desde então subordinada a uma diretoria; segundo, ao que parece, pela primeira vez a editoração deixava de ser uma fase da linha de produção do processo gráfico, ganhando autonomia, o que terá se dado pelos avanços tecnológicos e pelos avanços do profissionais do designer (ainda que *avant la lettre*); terceiro, poderia caber a essa diretoria, no contexto da divulgação que lhe era afeta, também o contato com os jornalistas, o que não terá feito senão tomando-os como um usuário a mais, e não como um usuário especial, a exigir matéria distinta.

Sobre Renato Pacheco Americano, figura de realce na história ibgeana, Gilberto Scheid, que por várias ocasiões ocupou chefias nos setores gráfico e editorial, ao prestar depoimento à Memória Institucional, expressou-lhe uma contundente memória:

Em 1972, eu fui para o IBGE e trabalhei com Renato Pacheco Americano que era um empreendedor, apesar de ser um funcionário público, um funcionário do governo, era uma pessoa empreendedora que tinha visão de futuro, tinha coragem, tinha ousadia, sabia ver na frente quando uma nova tecnologia estava começando a despontar, ele se interessava, ia, procurava e teve a coragem de adquirir, de comprar e de trazer para o IBGE – como eu já falei no meu depoimento duas vezes, de forma pioneira – a Monofoto⁶⁰ em 1975 e a Compugraf em 1980⁶¹. A coragem de começar a investir na *Offset*, sabendo que a tipografia (já em 1970, ele o previra, mesmo que isso tenha acontecido 24

anos depois), que a impressão em tipografia, [que] a composição quente não tinha futuro, então deixou de investir em tipografia, passou a investir preponderantemente em fotolito e *offset* (SCHEID, 2001)⁶².

Ao final desse período, não obstante as inovações em movimento, ainda havia três gerações de técnicas na gráfica: monotipia, linotipia e fotocomposição. E se entendia que se precisava ir diminuindo gradualmente a monotipia e a linotipia. Os discursos de renovação, vindos dos dirigentes da gráfica, mesmo tendo em mente as novas máquinas, com novos métodos de trabalho, tinham em mente os anos dourados. Ao que parecia, não havia uma real dimensão de mudança temporal; aquela gráfica que fora a maior do País, ao menos nas mentes ibgeanas, não mais o era; aquela gráfica que prestava serviços para fora, e rivalizava com empresas privadas, agora devia se voltar ao trabalho interno. Mesmo o que ainda fazia para Ministério do Planejamento e Coordenação, seria pouco a pouco, posto de lado; sua função seria mesmo atender ao IBGE.

Rumo a um novo tempo

A produção de informações estatística e geográfica ao longo desse período, de maio de 1936, na posse de Macedo Soares, ao final da gestão Isaac Kerstenetzky, em 1979, que começara grandiosa, traçando um retrato do País, em números e em imagens, como fora desejado, a certa altura passaria por um descenso, mas findaria em apoteose, ofertando o necessário a substanciar a aceleração do crescimento socioeconômico.

A seu turno, a divulgação dessas informações, que no início do período começara em alvoroço, e logo ainda mais cresceria, sem jamais perder fôlego, embora caísse em certa rotina, findaria o período em silêncio obsequioso, mas não em censura, como seria fácil pensar. Não tardaria para que inovações tecnológicas trouxessem renovações de grande fôlego, nas duas frentes, seja na relação da imprensa, seja na relação da divulgação.

⁵⁹ Ocupou a função de dezembro de 1975 a dezembro de 1979, sendo substituído na gestão Jessé Montello, por Paulo Roberto Salema Ribeiro.

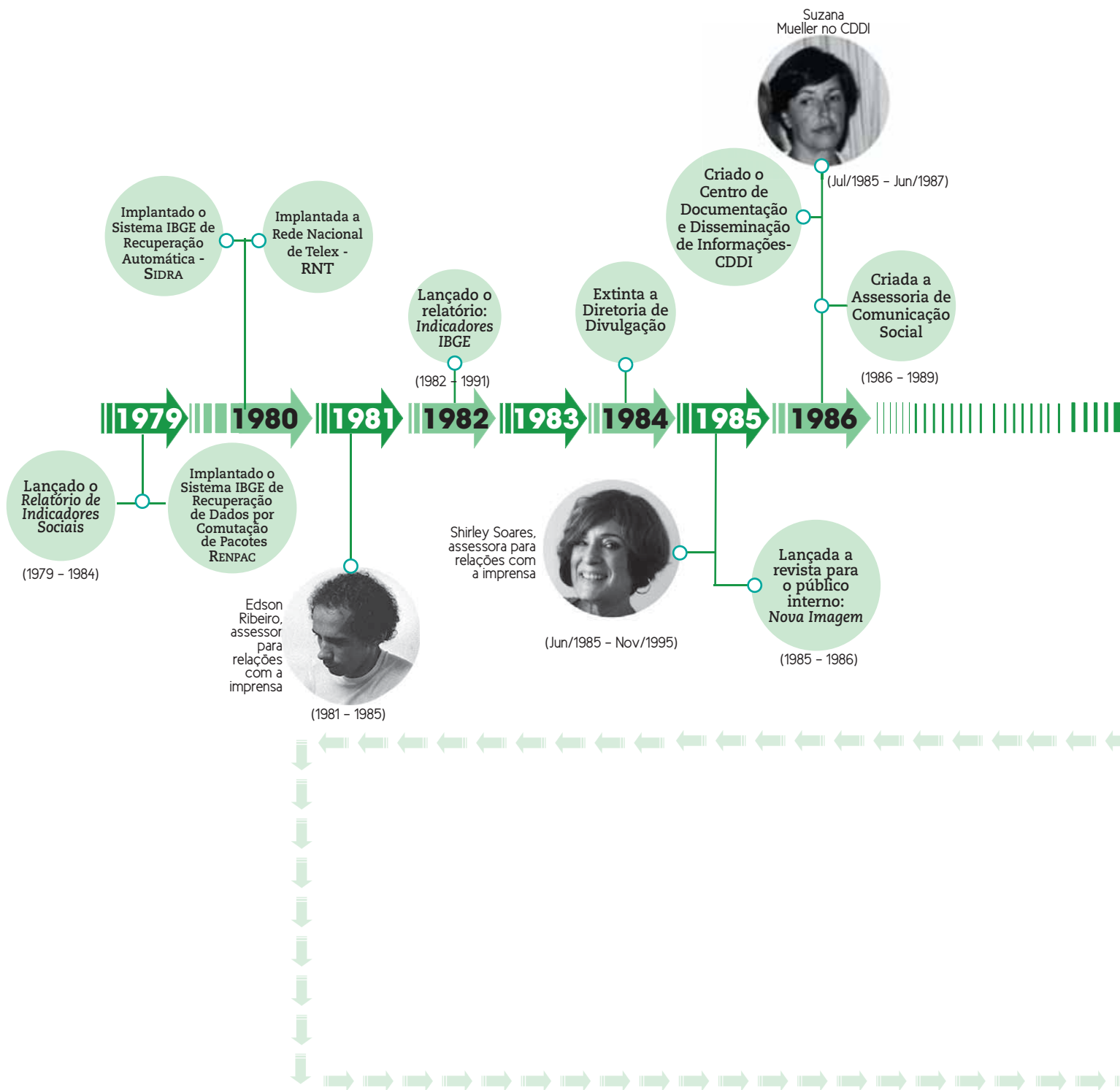
⁶⁰ É chamada no depoimento de Monofoto 400.

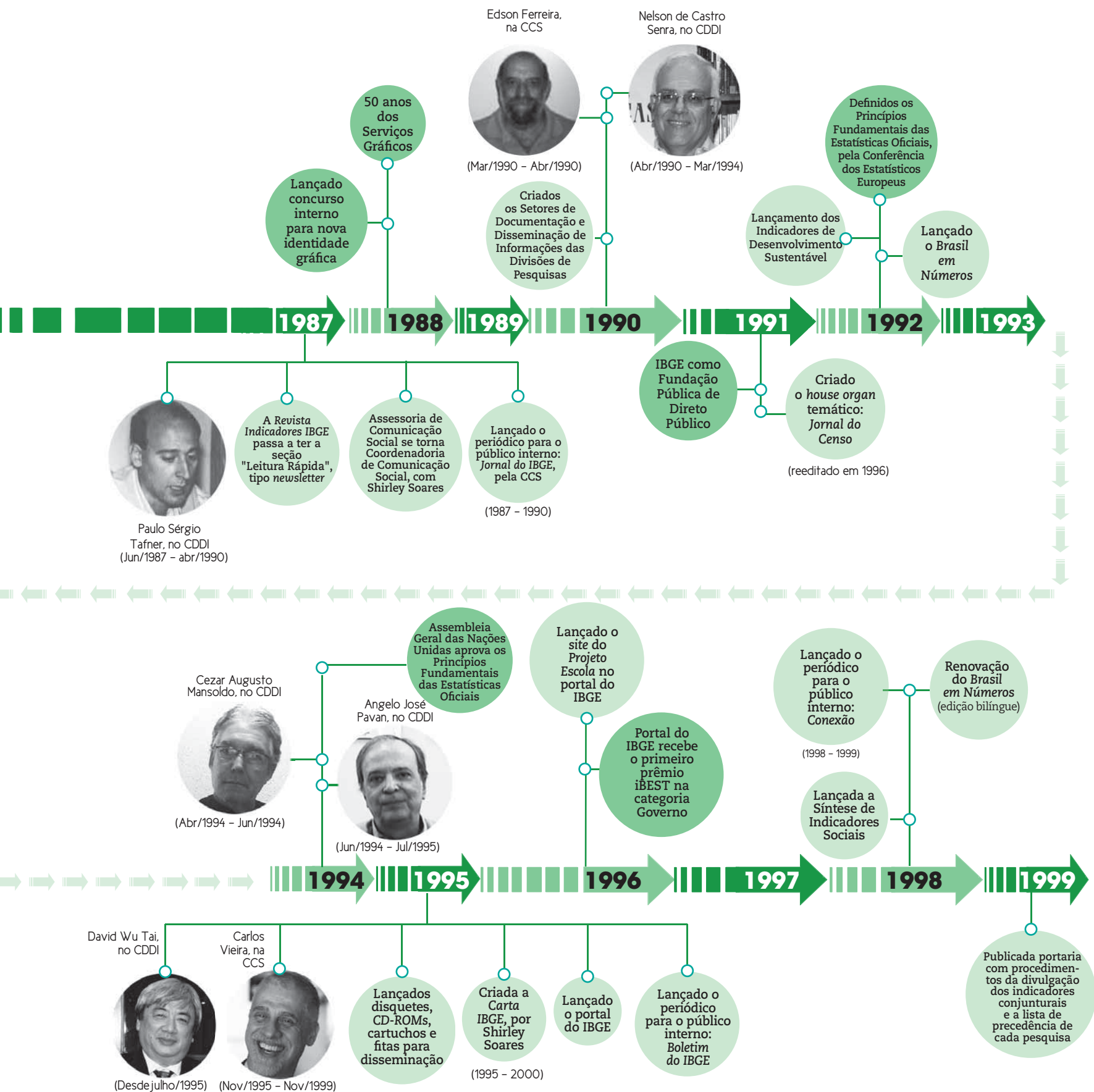
⁶¹ Há um possível problema de datação aqui, pois se Renato Americano esteve como Diretor até 1979, e se a fotocomposição da Compugraf entrou no IBGE em 1980 não terá sido por suas mãos, a menos que apenas tenha chegado nessa data, e tenha sido uma sua iniciativa enquanto diretor.

⁶² Este depoimento não está disponível na Internet, pois não foi dada ainda autorização de uso de imagem

segunda
PARTE

Linha do tempo (1979-1999)





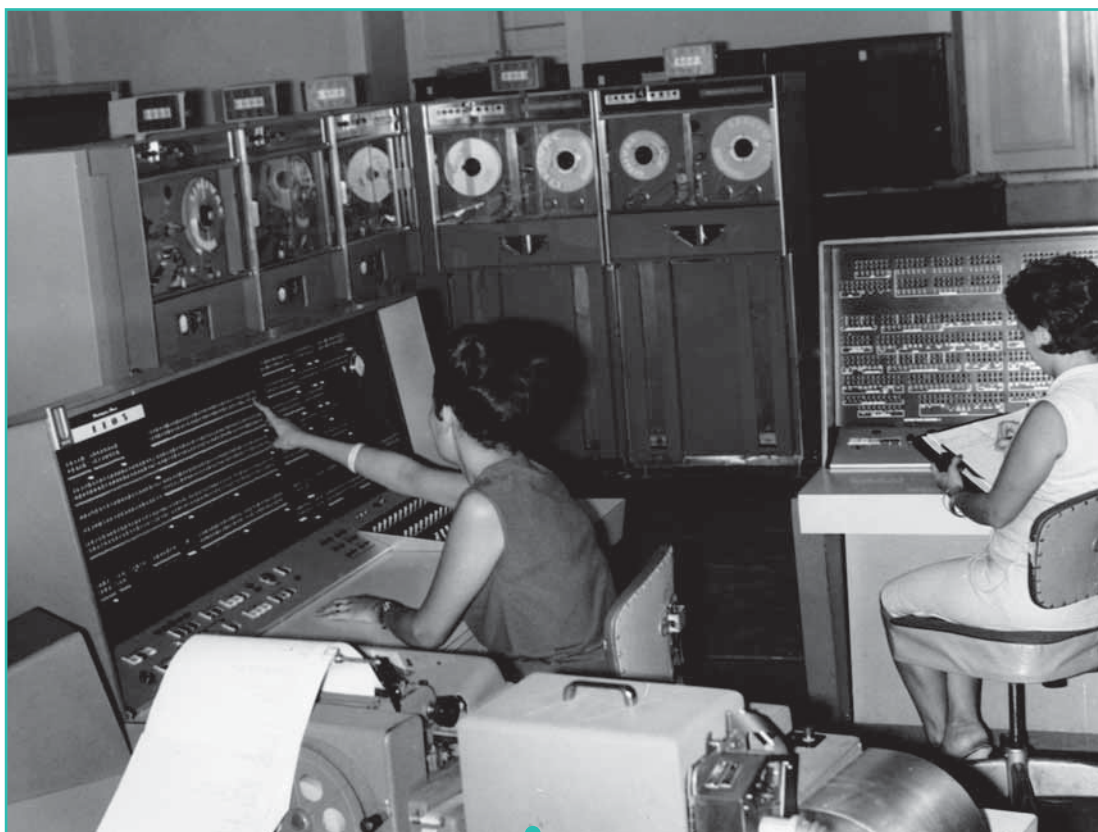
A chegada da comunicação eletrônica

Abria um novo tempo, as informações estatísticas e geográficas produzidas pelo IBGE, valendo-se de modernas tecnologias e metodologias, passaram a privilegiar temáticas socioeconômicas, sem olvidar, naturalmente, as temáticas populacionais já de há muito consolidadas. As estatísticas deixaram de ser, como antes, para traçar um grande retrato geral do País, para tanto devendo ter cobertura espacial censitária e cobertura temática exaustiva; agora, importava focalizar temáticas voltadas à aceleração do crescimento socioeconômico, no âmbito nacional, ou em espaços regionais.

O sistema de planejamento, ao qual o sistema estatístico e geográfico se atrelava, se tornara mais técnico, talvez mesmo científico, a exigir mais e melhores informações estatísticas e geográficas (dando-se à dimensão espacial um realce tão grande quanto a dimensão temporal, típica da análise econômica, razão da junção trazida pela geografia quantitativa). Pois, o IBGE, renovado, passou a atender à demanda específica do planejamento, mas não só, também aos núcleos ou centros de pesquisas de pós-graduação que começaram a emergir, querendo acessar dados. Mais e mais dados foram desejados, e de forma rápida e dinâmica, não sendo satisfatórias as publicações. Os usuários queriam, eles próprios, montar suas tabelas, o que no passado fora impossível.

Mas, com o tempo, desde os anos 1970, passou-se a utilizar computadores. Por eles, as informações individuais registradas nos questionários foram armazenadas em máquinas, gerando folhas e folhas de crítica e análise, em significativa redução de tempo. Terminado o trabalho, estando validado o plano tabular de divulgação, que ficavam armazenados nos computadores, as publicações podiam ser produzidas imediatamente, em comando direto para a gráfica. E, tão logo houve alguma tecnologia de recuperação de informações presencial ou à distância esse plano tabular de divulgação pôde ser acessado, facilitando a vida dos usuários, que não mais precisavam manusear diversos volumes para fazer comparações espaciais. Os usuários ficaram felizes, mas usuário sempre quer mais, queriam eles próprios montar suas tabelas, ou seja, acessar as bases de dados; esse mais, para ser simples, exigiu novos avanços tecnológicos, que viriam bem adiante: a modernidade da microinformática e o acesso da grande rede (a Web), e seus desdobramentos.

Novas estruturas, devidamente formalizadas, tornaram-se imperativas, surgindo uma Coordenadoria de Comunicação Social e um Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI. Estava claro que divulgar ganhava crescente especialização.



Computadores, inovações tecnológicas e
processamento de dados no Censo
Demográfico, Rio de Janeiro.

Tecnologia ampliando a transparência

No decorrer de seus 47 anos de existência [1983], a importância do IBGE tem sido notória e crescente, não só em razão dos trabalhos executados no sentido de retratar com fidelidade a realidade brasileira, mas, também, por seu constante ajustamento às exigências da expansão nacional, produzindo informações e estudos atualizados, em maior volume, complexidade, precisão e rapidez. A aplicação de técnicas automatizadas, ou seja, a utilização de métodos de informática, foi a solução encontrada para tornar mais ágil o processamento do acúmulo de informações, com sensível redução do tempo entre a observação de campo e a disponibilidade dos dados. Por outro lado, possibilitou a implantação de novos projetos de mensuração, acompanhamento e controle da realidade nacional em níveis mais amplos e complexos. [...] Todas as publicações do IBGE são impressas em gráfica própria, uma das mais completas e modernas do País, contando, inclusive, com equipamento eletrônico de fotocomposição.⁶³

Com o objetivo de tornar transparente a Entidade [IBGE], buscou-se eliminar o hermetismo, procurando oferecer a todos os segmentos da sociedade conhecimento de onde e em que situação são produzidos os dados primários, e de como são eles trabalhados, a fim de que se transformem em informações consistentes da evolução da realidade nacional e, assim sendo, úteis a toda a comunidade brasileira.⁶⁴

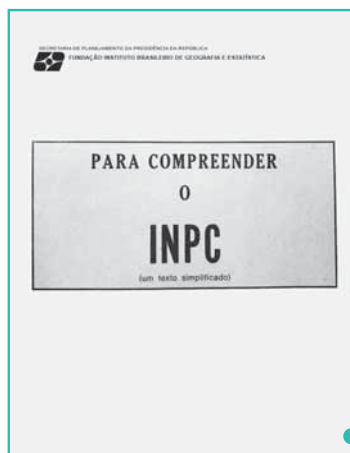
Jessé Montello

..... •
⁶³ MONTELLO, J. IBGE: objetivos e áreas de atuação. Conferência proferida pelo Professor Jessé Montello, Presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 4 de maio de 1983. p. 13-14. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. 14 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81493.pdf>. Acesso em: abr. 2018.

⁶⁴ IBGE: administração professor Jessé Montello: 1979/1984. Documento de subsídios. Rio de Janeiro: IBGE, [1985]. p. 5. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv80678.pdf>>. Acesso em: mar. 2018.



Da esquerda para direita, Paulo Zouein, assessor da presidência, e o presidente do IBGE Jessé Montello, na inauguração do Pavilhão do Censo Demográfico, no bairro da Mangueira, Rio de Janeiro, 1981.



Capa da primeira edição do documento *Para compreender o INPC: um texto simplificado*, com a descrição de como foi criado o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, em 1981.

A República retomava o caminho da democracia. Os longos 21 anos de regime militar estavam por terminar, e o que tivera início em 1964 acabaria em 1985 com a eleição indireta de Tancredo Neves. Naquele período de abertura ainda temerosa, o IBGE tinha por presidente seu primeiro, e até hoje o único, estatístico, Jessé de Souza Montello (1919-1994). Com sólida formação, o IBGE lhe era familiar, pois vivera sua história em várias ocasiões, por exemplo, tendo participado da Comissão Themistocles Cavalcanti, na crise 1951-1952, vista antes, bem assim tendo atuado em várias das críticas que levava à reforma do Instituto em Fundação Pública de Direito Privado. Conceituado no meio acadêmico, enfrentaria resistências internas, porquanto estava substituindo o conceituado Isaac Kerstenetzky⁶⁵.

Não obstante, promoveria mudanças que teriam curso adiante. Entre suas cinco políticas de administração – afora dar continuidade aos trabalhos em curso, com os devidos avanços; consolidar o prestígio do Instituto; modernizar os trabalhos em curso – duas merecem ser destacados na temática deste livro: “dinamizar o IBGE, com vistas ao atendimento pleno das necessidades conjunturais do planejamento governamental e da Sociedade, em todos os níveis”, e “tornar transparente as metodologias de trabalho da Entidade, de forma a estimular a ampla participação da sociedade na sua conformação e desenvolvimento” (IBGE..., 1985, p. 4). Nesse sentido, portanto, havia clara intenção de comunicar não apenas mais, por certo informações, embora não seja dito, mas, e isso era novo, também divulgar as metodologias de trabalho.

Quanto à política de transparência: produzir certos documentos que explicitam, a nível de [sic] detalhe, os métodos empregados para a geração e elaboração das informações, desde a fase de coleta até a correspondente ao processamento e análise de dados. Essa documentação constitui acervo de inegável importância, tanto como memória técnica, quanto como um novo sistema referencial para suporte de desenvolvimento de futuros estudos e pesquisas. (IBGE..., 1985, p. 6)

O tempo mostraria que essa intenção não alcançaria pleno sucesso, mas a seguinte estava lançada, e adiante seria retomada, ficando claro que não bastava divulgar resultados, cabendo também comunicar metodologias, como seria exemplo o esforço da equipe que criara o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, que não apenas divulgou seus métodos de trabalho, e seus manuais, mas também elaborou uma publicação em linguagem acessível (amigável) ao grande público, explicando como entender (e até mesmo calcular) um Índice de Preços (cuja criação tivera início na gestão Isaac Kerstenetzky, 1970-1979, mas saindo na gestão Jessé Montello, 1979-1985)⁶⁶. Pois, uma ampla divulgação das metodologias das pesquisas, das mais antigas às mais novas, só se daria adiante nas gestões Charles Mueller (1988-1990) e Eduardo Augusto Guimarães (1990-1992), e

⁶⁵ Com alguma licença poética, valendo das expressões “virtude” e “fortuna” usadas em Maquiavel, diríamos que enquanto, de um lado, Isaac Kerstenetzky revestia-se da Virtude no sentido da sabedoria humanística, para além da visão técnica e prática, e se beneficiasse da Fortuna então vigente das demandas grandiosas do planejamento, bem assim, do silêncio das críticas nos espaços públicos fechados, de outro lado, Jessé Montello, embora trouxesse uma sólida Virtude técnica, não trazia arroubos literários, o que geraria uma espécie de sentimento de vazio na elite ibgeana pensante, bem assim, vivenciaria uma fortuna já com demandas em descenso pelo esvaziamento do planejamento, e enfrentaria o começar do barulho das críticas nos espaços públicos da abertura. O contraste ficava forte.

⁶⁶ Trata-se do livreto chamado *Para compreender o INPC: um texto simplificado*, ricamente ilustrado com esquemas que explicam como um índice é feito, em duas partes: “Noções gerais”, que explica a diferença entre índice de custo de vida e índice de preços, ainda como calcular o índice de preço de uma família, e por fim como passar à construção de um índice de um conjunto de famílias; e, “A produção do INPC pelo IBGE”, que explica as bases usadas na produção dos índices metropolitanos, trata da produção mensal desses índices metropolitanos, e por fim mostra como é alcançado o próprio Índice Nacional. A obra foi idealizada e preparada na Diretoria de Pesquisas do IBGE, por Ricardo Augusto Amorim Braule Pinto e Nelson de Castro Senra, mas não recebeu autoria em sua primeira edição, o que só foi recebido adiante em reedições, tendo então acrescida a coautoria de Márcia Maria Melo QuintsIr. Adiante, quando Nelson de Castro Senra assumiu a chefia do antigo Departamento de Emprego e Rendimento, da mesma Diretoria, por sua iniciativa, foram elaboradas as publicações *Para compreender a PNAD* [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios] e o *Para compreender a PME* [Pesquisa Mensal de Emprego], antes que essas pesquisas fossem unificadas.

graças ao esforço pessoal e persistente do então Diretor de Pesquisas, Lenildo Fernandes Silva; hoje é comum tê-las disponíveis.

Contudo, naquele momento, a transparência apregoada seria apenas promessa. Os técnicos reagiram a contento, em parte por falta de orientação, em parte por falta de cobrança, ou até por incompreensão na importância dessa divulgação, e, por certo, pela falta de um órgão de imprensa (ou similar) formalmente constituído que colaborasse nesse trabalho.

Nesse aspecto, contudo, pela Portaria n. 435, de 17.11.1981, Jessé Montello designaria o jornalista Edson Carlos Ribeiro como assessor com funções de relações com a imprensa, que trabalhou em tempo parcial no IBGE⁶⁷, como ele mesmo revelou “na parte da manhã, eu trabalhava no IBGE e, na tarde, na redação da TV Globo (RJ)”⁶⁸. Vê-se que o elo com a imprensa era reduzido, e só iria se intensificar com a abertura político-democrática, na gestão Edmar Bacha. Ademais, nunca é demais lembrar, naquele período militar, vivia-se à sombra da Assessoria de Segurança e Informações (um órgão ligado ao Serviço Nacional de Informações - SNI).

Afora essa básica divulgação jornalística, a distribuição das publicações ficara acanhada, por razões várias, como a falta de recursos de postagem, e a falta de atitude dos titulares da Diretoria de Divulgação. Mas as tiragens não foram reduzidas, ficando a inércia. Os estoques das publicações, então, se acumularam nos depósitos, o que deporia contra a imagem do Instituto. Por isso, ou por outra razão, e não foi possível identificar uma justificativa, em 06.01.1984, quando pelo Decreto n. 89.762, a Diretoria de Divulgação seria extinta; Elias Paladino, engenheiro de formação, que exercia sua direção – em sequência a Paulo Roberto Salema, que seguira a Renato Pacheco Americano –, passaria a ocupar a Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal (criada na gestão Isaac Kerstenetzky). Assim, as portas do IBGE, que estiveram antes escancaradas, e depois semicerradas, precisavam ser abertas amplamente.

As mudanças estruturais viriam na gestão Edmar Lisboa Bacha (1985-1986), sendo implantadas e aprimoradas nas gestões seguintes. Mas antes disso é preciso analisar as mudanças tecnológicas que estavam ocorrendo no prosaetrio, facilitando a acessibilidade às informações. Elas, sim, seriam a abertura da desejada e desejável transparência institucional, seja em seu modo de trabalhar, seja nos resultados de seu trabalho cotidiano, aplicando as pesquisas que lhe competiam.

A descentralização do processamento

Renovações tecnológicas estavam em curso desde os anos 1970, na gestão Isaac Kerstenetzky; outras vieram na gestão Jessé Montello. Como visto antes, buscava-se acelerar o processo produtivo das informações estatísticas e geográficas, ao descentralizar a entrada de dados, em sequência, conseguia-se simplificar o processo editorial e gráfico das publicações, pela composição eletrônica diretamente

⁶⁷ Em conversa telefônica com Silvia Maia Fonseca (em 18 de julho), Edson Ribeiro afirmou que os resultados definitivos eram sempre apresentados pelo Presidente Jessé Montello, em coletiva aos jornalistas. E também afirmou que “era muito bom trabalhar no IBGE, era movimentado e eu tomava conhecimento de muita coisa que acontecia no IBGE”. Hoje, Edson Ribeiro trabalha na Escola Aberta Terceiro Setor, ao que parece ligada à Legião da Boa Vontade - LBV. Quanto ao seu irmão, Aníbal Ribeiro, é certo que trabalha na LBV (com quem Silvia Maia Fonseca também falou ao telefone, na mesma data). Ambos moram juntos em São Paulo.

⁶⁸ Em depoimento à Memória Globo disse que ingressou na Rede Globo em 1971, pelas mãos do irmão Aníbal [que, dizemos nós, foi chefe de gabinete de Jessé Montello], só se desligando em 1995. Dentre suas realizações, na Rede Globo, destacou ter atuado por cerca de 20 anos no *Jornal Nacional*, do qual chegou a editor-chefe, bem assim do *Jornal Hoje*; foi ainda editor do quadro “Gols do Fantástico”, no período de 1974 a 1979.

Vê-se que o elo com a imprensa era reduzido, e só iria se intensificar com a abertura político-democrática, na gestão Edmar Bacha.



Isaac Kerstenetzky,
presidente do IBGE (1970-1979).



Jornalista Edson Ribeiro trabalhou como assessor de imprensa do IBGE, na gestão de Isaac Kerstenetzky.

Brasil em pauta

A trajetória da comunicação no IBGE

Renato Galvão Flores Júnior, Diretor de Informática (1982-1985), na gestão Jessé Montello



Reportagem sobre o processo da descentralização da informática no JORNAL do IBGE, set. 1989.



Os trabalhos de automação das Unidades Estaduais foi assunto da revista Nova Imagem, nov./dez.1985.

em computador, e, por fim, permitia-se dinamizar o atendimento à Sociedade, pelo acesso direto ao plano tabular padrão armazenado no computador.

Uma figura central e dinâmica dessas mudanças foi Renato Galvão Flores Júnior, Diretor de Informática (de novembro de 1982 a maio de 1985), na gestão Jessé Montello, antes (na gestão Isaac Kerstenetzky) tendo ocupado a Superintendência de Estatísticas Primárias e a chefia do Departamento de Coordenação de Métodos, quando já atuara nas renovações metodológicas e tecnológicas dos processos de pesquisas. Não foi a única pessoa, por certo, a tudo pensar, a tudo sugerir, muito menos a realizá-las, mas com sua visão de mundo, sem dúvida moderna, deu ritmo ao processo de mudanças. Por exemplo, merece especial destaque sua participação na descentralização da informática, cujo início se daria em 1984, ou seja, promovendo a entrada de dados nas Unidades Estaduais do IBGE, em lugar de fazê-lo na Sede (vale dizer, no Rio de Janeiro, em pools enormes de digitadores, com vários turnos de atividades).

Segundo Celso Sampaio da Silva (1999, p. 1), “o argumento para a descentralização partia da ideia de que a distribuição da tarefa de digitação dos questionários pelos locais de origem reduziria o tempo total da atividade, permitindo a correção mais rápida dos dados preenchidos com erro devido à proximidade do informante”. E completa, “a partir desse raciocínio, o que era então o desejo de simplesmente digitar os questionários evoluiu também para se levar ao local de origem a crítica de entrada de dados, e para tal seria necessário ligar o equipamento regional ao computador central”. Havia, então, ousadia naquela inovação, apenas sonhado, não havendo adequados equipamentos, o que exigiria adaptações, se não mesmo improvisos⁶⁹. O sucesso foi inegável, por exemplo, antes de tudo, a digitação centralizada dos questionários na sede do IBGE, e ao se fazer uma entrada descentralizada dos questionários, não apenas permitiu reduzir prazos, mas também permitiu avançar na qualidade das críticas dos dados, bem assim, na formação dos recursos humanos em todo o País, que passou a ter maior contato com a informática.

Afora esses ganhos concretos, convém realçar, também ampliava um horizonte, ou uma mentalidade tecnológica, há tempos iniciada, mas ainda restrita aos técnicos da sede. De fato, o computador central já não mais estava restrito aos profissionais de informática, alguns técnicos nas diversas unidades (da sede) já lhe tinham acesso. Terminais de computador foram instalados em algumas mesas, havendo programas de redação, de arquivo, e até mesmo de comunicação. Mas ainda eram poucos, e para poucos, vale frisar sempre; e nada era fácil, nem um pouco amigável. Assim sendo, ao se promover a utilização dos computadores nas unidades estaduais, ele ficava ao menos visível, ainda que em nichos especiais, os Centros de Processamentos de Dados, e para uso de poucos, mas ao estarem presentes quebrava-se uma sacralidade⁷⁰. Logo teriam uso amplo.

Abreviada a entrada e a crítica dos dados, estando os mesmos disponíveis em computador, foi natural que o plano tabular de divulgação, tabela a tabela, passasse à gráfica em linha reta, uma vez que a editoração fora realizada previamente. Isso abreviaria bastante a produção das publicações, ainda que seguissem sendo o grande veículo de divulgação de informações da Instituição. Contudo, logo teria um auxiliar de grande valor, também tornado disponível naqueles anos 1980: o Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA (à época, ainda desenvolvido

⁶⁹ Celso Sampaio utiliza a expressão “crônica escassez de recursos”, e se refere, em geral, à falta de equipamentos, ainda que não apenas, também se referindo a recursos humanos, não em si, mas recursos humanos bem treinados (SILVA, 1999, p. 1).

⁷⁰ Para uma breve história da informática no IBGE, consultar: FREIRE, F. R. F. *Pró-censo: algumas notas sobre os recursos para o processamento de dados nos recenseamentos do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 53 p. (Documentos para disseminação. Memória institucional, 3). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv23766.pdf>>. Acesso em: maio 2018.

para computadores de grande porte). Por esse sistema, os usuários podiam acessar dados agregados (temas e subtemas, em áreas espaciais de seu interesse) através ou de Telex ou da Rede Nacional de Comunicação por Comutação de Pacotes - RENPAC (sem ter que dispor das inúmeras publicações), e também formar sua própria tabela (ainda a partir do plano tabular padrão).

A democratização da informação

A esse propósito, José Ubaldo Baião, em sua intervenção no Seminário de Disseminação de Informações (realizado no IBGE, na gestão Charles Mueller, de 1ª a 09.12.1987, para pensar o Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, então sob a chefia de Paulo Tafner) detalha o SIDRA. De pronto, afiança que “o grande produto do IBGE é a sua Base de Dados”, em que são armazenadas as informações produzidas pelo IBGE, a partir da qual, observa, são elaboradas as publicações, os sistemas on-line, e os produtos de pronta-entrega, em meio magnético. E acrescenta, “se nenhuma dessas formas de divulgação atender ao usuário, existe também a possibilidade de recuperar quaisquer informações, armazenadas na Base de Dados, através de apurações especiais ou tabulações especiais sob encomenda” (BAIÃO, 1989, p. 23). E prossegue explicando o SIDRA, inclusive dizendo a razão da sigla, já hoje esquecida completamente⁷¹.

O SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática, foi desenvolvido na Diretoria de Informática e está disponível aos usuários internos e externos, inclusive através da Rede Nacional de Telex. Este serviço contribui muito para a democratização da informação, ou seja, para o retorno da informação à Sociedade. Esse objetivo está contido na própria sigla: **S**ocialização das **I**nformações de forma **D**emocrática, **R**ápida e **A**bundante – SIDRA, ou seja, muito mais informações para mais pessoas em menos tempo. Esse sistema, que é o banco de dados on-line do IBGE, é formado basicamente de quatro subsistemas: o Sistema de Recuperação de Informações por Variáveis – SRIV; o Sistema de Recuperação de Informações por Tema – SRIT; o Sistema de Acesso a Matrizes Agregadas – SAMA; e o Sistema de Informações Básicas Municipais – SIBAM.

O SIDRA / SRIV e o SIDRA / SRIT compartilham a mesma base de dados, isto é, o mesmo conjunto de informações. A diferença entre eles é apenas na maneira como pode ser feita a recuperação, ou seja, dos recursos que cada um coloca à disposição dos usuários. No SIDRA / SRIV o usuário pode indicar itens geográficos, desde município até Brasil, passando por microrregião, região metropolitana e Unidades da Federação, informando, dentre as variáveis disponíveis no SIDRA, quais as que ele necessita. [...] O SIDRA / SRIT é um sistema que permite a recuperação de informações por temas, sendo

⁷¹ Hoje, muitos desconfiam se esse acrônimo tem mesmo esse significado, embora José Ubaldo Baião o afirme.

muito simples a sua utilização. Basta o usuário informar o nome de um item geográfico e o código do tema sobre o qual ele deseja a informação. Apresenta-se, então, a relação das variáveis que constituem aquele tema, para aquele item geográfico. [...] No SAMA, o usuário obtém um cruzamento já pronto, chamado de agregação; é um sistema bastante poderoso permitindo armazenar e recuperar matrizes de até dez dimensões no todo, ou fazendo a seleção dentro dessas dimensões. O SIBAM permite a obtenção de um perfil municipal através de informações básicas sobre um dado município, tais como: aspectos físicos, dados socioeconômicos, emissoras de televisão captadas, jornais que circulam no local, informações culturais, informações financeiras, meios de transporte de um município para outro e também tábuas itinerárias, onde estão discriminadas as distâncias, em quilômetros, entre cada município e as principais cidades em relação ao município consultado.

Esses quatro subsistemas que compõem o SIDRA estão disponíveis através dos terminais que fazem parte da rede de teleprocessamento do IBGE. Dentro em breve estarão disponíveis também via linhas discadas da RENPAC – Rede Nacional de Comunicação por Comunicação de Pacotes. Com o IBGE na RENPAC haverá um grande avanço no processo de divulgação de suas informações, pois vai permitir a quem possuir um microcomputador, um modem e uma linha telefônica disponível o acesso direto a esses sistemas. Com o IBGE na Rede Nacional de Telex, já há um grande número de usuários (cerca de 600), em condições de obter informações diretamente do Banco de Dados. (BAIÃO, 1989, p. 24-25)

Nos tempos correntes, ouvir falar em acesso por Rede de Telex –, então em curso, e sendo festejada, bem assim, falar com expectativa alvissareira de ligação à RENPAC –, soa como algo risível, mas não o era à época. Com tais e tantos recursos já eletrônicos de comunicação, o IBGE ampliava sua divulgação, e assim conseguia libertar seus usuários, os mais exigentes, e

Terminais de computador foram instalados em algumas mesas, havendo programas de redação, de arquivo, e até mesmo de comunicação. Mas ainda eram poucos, e para poucos, vale frisar sempre; e nada era fácil, nem um pouco amigável.

Presidente, Charles Mueller, nomeia David Wu Tai como Diretor Geral do IBGE em maio de 1988.



Brasil em
pauta
A trajetória da
comunicação
no IBGE

Levado pelas
inovações
tecnológicas, o
IBGE começava a
vislumbrar novos
caminhos. Se
desde sempre
quisera abrir-se
aos usuários,
agora percebia
horizontes
promissores.

que dispusessem de recursos técnicos em seus centros de pesquisa, de dever dispor das inúmeras e volumosas publicações para consultar as informações. E se tenha em mente que havia ainda “os produtos ou arquivos de pronta entrega, e as tabulações especiais ou apurações especiais”, disponíveis a pesquisadores que os pudessem processar em potentes computadores. Em suma, ainda se estava longe das facilidades da Internet, e da microinformática, mas já se avançava bastante.

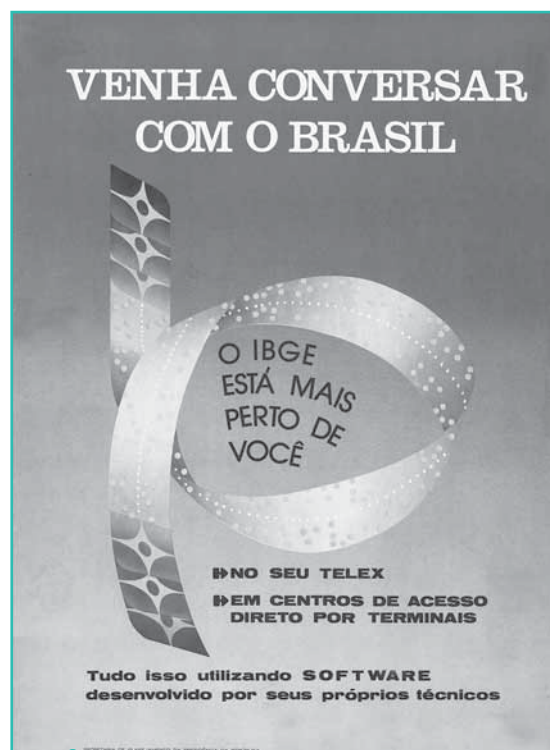
Os produtos de pronta entrega são arquivos com informações selecionadas, que podem ser obtidos pelos usuários nos diversos níveis de agregação, em meio magnético, para processamento em seu próprio ambiente de dados. [...] Se nenhuma dessas formas atender ao usuário, ele ainda tem a possibilidade de recorrer ao que se chama de tabulações, ou apurações, especiais. É uma tabela, um arquivo, produzido a partir da base de dados segundo uma especificação do usuário. Nesse caso o atendimento é especial, portanto é uma informação mais cara, mais demorada, que exige recursos de análise e de programação. São muitas vezes verdadeiros novos planos tabulares que são solicitados não só para atender os usuários externos como aos internos. (BAIÃO, 1989, p. 26)

Levado pelas inovações tecnológicas, o IBGE começava a vislumbrar novos caminhos. Se desde sempre quisera abrir-se aos usuários, agora percebia horizontes promissores. As portas do futuro iam sendo abertas, e mais o seriam. Mais e mais acessos diretos seriam pouco a pouco introduzidos, facilitando o cotidiano dos usuários. E chegaria o momento em que não mais haveria as volumosas e tradicionais publicações, estando o plano tabular de divulgação inteiramente disponível no computador, bem assim os microdados, o que já é outra história, e não deste tempo, mas de tempo futuro. Mas já então estava em pauta.

Com a utilização de sistemas conversacionais, que começam a ser muito mais amigáveis para o usuário, é possível fazer uma orientação razoável para que o usuário possa chegar até onde ele quer. Antes de propriamente obter o dado, ele mantém um diálogo com o terminal, e o próprio sistema o orienta através de instruções, para que ele obtenha a resposta necessária. Isso só é possível através dos subsistemas *on-line*, que permitem maior desagregação dos dados. Ocorre também que o armazenamento de informações em disco magnético é muito maior do que aquele contido nas publicações. Por outro lado, a exigência da conexão faz com que o usuário tenha que arcar com os custos de equipamento e de comunicação. Embora as linguagens de consulta se tornem cada vez mais fáceis de utilizar, não dispensam um treinamento. Nesse sentido, existe todo um esforço para a estruturação e a alimentação dessas informações voltadas para uma utilização generalizada. (BAIÃO, 1989, p. 27)

De fato, embora as publicações continuassem sendo feitas, sendo ainda a forte tônica da divulgação de informações, estava claro que um novo mundo estava presente. O computador, e não apenas para processar, mas também para comunicar, já era um futuro visível naquele presente. Talvez não fosse possível perceber a aceleração pela qual se passaria adiante, mas já se via que o antigo Serviço Gráfico, por mais que sofresse modernização – e adiante seria bastante renovado, inclusive valendo-se da computação –, não mais estaria no prosscênio como estivera no passado. A publicação como depositária de informações começava a ceder lugar à base de dados, à época ainda de acesso restrito aos técnicos do IBGE, mas que logo teriam acesso do usuário externo.

Antes de seguir adiante, convém observar que o inegável avanço trazido pela base de dados para a divulgação / disseminação revelou com clareza diversos problemas que estavam submersos. No fundo todos os conheciam, ou foram pouco a pouco conhecendo, mas era possível ignorá-los, ou ir adiando a solução dos mesmos, contudo, o uso da Base de Dados os tornou por demais evidentes, e os tornou impeditivos à aceleração da disseminação, ou seja, ficou claro, mais e mais, haver entre diversas pesquisas “nomes diferentes para um mesmo dado ou um mesmo nome para dados diferentes” (DAMIAN; MARCH; ABRANTES, 1994, p. 18). Era preciso corrigir isso, se não ao tempo da produção, onde seria ideal, ao menos evidenciar as diferenças no momento do armazenamento, de modo a permitir uma adequada



Cartaz de divulgação do acesso aos dados do IBGE via telex e terminal.

Fácil acesso a um mundo de informações

Técnicos, estudantes e empresas do país e do exterior têm à sua disposição todos os resultados dos estudos e pesquisas desenvolvidos pelo IBGE, que podem ser obtidos de diversas formas: por carta, telefone, consulta nas salas públicas mantidas em todos os estados ou através de telex, via RENPAC ou terminais de computador, que acessam o Banco de Dados. E mais: na Sede podem ser consultadas até obras raras do século passado, como o I Recenseamento do Brasil de 1872.

O banco de dados do IBGE passou a ser acessado por telex, via Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes - RENPAC ou terminais de computador, como noticiado no *Jornal do IBGE*, mar. 1989.

recuperação, ao tempo da disseminação. Para tanto foi feito o Projeto de Indexação do Banco de Metadados, a cargo do CDDI e da Diretoria de Informática.

Os sistemas de indexação podem usar dois tipos de linguagem: natural e artificial. A linguagem natural é formada pela reunião de sinais utilizados e reconhecidos facilmente pelo homem. A fala, os gestos, os olhares, a palavra escrita, por exemplo, são tipos de sinais, ou seja, símbolos convencionais empregados pelo homem para se comunicar, expressar suas ideias, transmitir uma informação. A linguagem artificial, elaborada segundo regras previamente estabelecidas, tende a adaptar-se a necessidades específicas. Trata-se da chamada linguagem de indexação, utilizada para o registro ou indicação dos assuntos contidos nos documentos, dotada de um vocabulário controlado e regida por uma sintaxe própria. O vocabulário controlado é o componente básico da linguagem artificial, constituindo-se de uma lista consistente de termos empregados em sistemas de indexação, a ser consultada tanto na indexação como na busca. Seu objetivo é não só permitir uma armazenagem uniforme, bem como facilitar a recuperação das informações. Tesouros, listas de cabeçalhos de assuntos e listas de associações de palavras são espécies de vocabulário controlado. (DAMIAN; MARCH; ABRANTES, 1994, p. 16)

Todo esse cuidado, essa atenção, se impunha (e se impõe) para que a informação, cada vez em maior número alcance sua potência. Sabemos que a civilização só foi possível, só se realizou ao longo dos tempos, pela troca contínua de informações, e mais haja informações, mas se há de organizá-las, de modo que elas possam melhor contribuir para o aprimoramento dos

processos civilizatórios. Assim, produzir a informação, armazená-la bem documentada, de modo a se poder recuperá-la com mais facilidade e com maior dinamismo é um imperativo que completa um processo natural. E o IBGE, pelo seu Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, se empenhou nesse movimento, cujos frutos seriam lentos, mas viriam adiante.

Assim, sobreleva que as tecnologias de produção, de armazenamento e de veiculação das informações estejam plenamente integradas; naturalmente, o armazenamento deve supor a identificação e a recuperação das informações, sem o que não se viabilizará um processo de disseminação ágil e eficiente. Para tanto, é vital que se promova um efetivo gerenciamento das informações armazenadas, com vistas a um acesso amigável. (SENRA, 1993, p. 12-13)

Em suma, o momento, então, permitia que houvesse armazenamento eletrônico da informação produzida pelas áreas produtoras, as Diretorias de Pesquisa e de Geociências, e não mais, como era de tradição, em meio impresso (que se tornar apenas uma forma possível, e não mais a forma principal ou dominante). E desde que este armazenamento em meio-magnético seja bem feito, sob uma boa organização, mediante minuciosa documentação (metadados), então a disseminação poderia ser agilizada e diversificada (gerando produtos e serviços).

[...] nos últimos anos vem-se tornando mais e mais evidente que o ato de tornar público um conhecimento tem especificidades, constituindo um saber próprio. Cresce sua importância em meio a uma complexidade cada vez maior da comunicação entre pessoas, numa dinâmica alucinante e mesmo alucinada. Impõe-se o uso de muitos veículos de comunicação disponíveis, crescentemente incorporando sofisticados recursos de informática. Precisamos potencializar este instante, chegando a um número maior de pessoas, alcançando-as nos seus estágios culturais, onde o tempo e o espaço atingem novas dimensões, não raro volúveis e mesmo fúteis. A aldeia é mesmo global. [...] Assim, a finalização de uma pesquisa é tarefa para especialistas. Deve ser posta nas mãos de profissionais preparados, afinados com os avanços tecnológicos, capazes de unir a forma ao conteúdo. Uma forma justa e ajustada só valoriza um conteúdo, tornando-o mais conhecido e mais utilizado. Um novo pesquisador surge, aquele voltado à disseminação de informações. (SENRA, 1993, p. 10)

Então, o avanço estava posto aos usuários, de um lado, ainda dispondo as publicações, agora mais rapidamente em suas mãos, de outro lado, dispondo os planos tabulares divulgados nessas publicações em meios eletrônicos, para acesso direto pelos usuários. Logo viriam os avanços dos disquetes, dos CD-ROM, e, não tardaria, viria a Web. As publicações tenderiam, pouco a pouco a desaparecerem, ficando algumas raras, e em tiragens pequenas.

A publicação como depositária de informações começava a ceder lugar à base de dados, à época ainda de acesso restrito aos técnicos do IBGE, mas que logo teriam acesso do usuário externo.

[...] a primeira
revista com
finalidade
precípua de se
dirigir ao público
interno – um
house organ para
o IBGE – seria a
Nova Imagem,
criada na gestão
Edmar Bacha [...]



O lançamento do primeiro produto em disquete: série histórica do INPC, apresentado na VIII Feira Internacional de Informática, no Rio de Janeiro, foi anunciado no *Jornal do IBGE*, ago. 1988.

O primeiro *house organ* do IBGE

Edmar Bacha, tão logo assumiu a presidência, trouxe a expressão “transparência” como um mote de gestão. No sentido de tornar mais ágil a divulgação de resultados das pesquisas do IBGE estaria fazendo eco à gestão Jessé Montello, embora alcançasse mais avanços, até pelos novos tempos que o País passaria a vivenciar, com abertura política-democrática. Já no sentido de tornar mais visível as intenções de trabalho da gestão seria inovador, oferecendo relatórios e relatando num veículo interno o passo a passo da reforma que pretendia implantar.

Não há que negar que todas as direções sempre se aplicaram em manter seus funcionários informados sobre o cotidiano institucional. As decisões tomadas nos órgãos colegiados e oficializadas na forma de resoluções eram amplamente divulgadas, os resultados das pesquisas, fossem postos nos anuários, fossem postos em publicações específicas temáticas, também eram distribuídos amplamente. Havia ainda seções específicas com informes sobre o cotidiano institucional, fosse técnico, fosse social, inseridas nas revistas, tanto a de estatística, quanto a de geografia, e ambas chegavam aos mais distantes espaços ibgeanos. Como tudo isso também circulava pelo público externo, o IBGE se punha sempre aberto, e não apenas ao apresentar os resultados de suas pesquisas, mas também em mostrar como decidia, e como atuava. Ao correr do tempo, como visto antes, também, houve boletins para divulgar notícias ao público interno (sem limitações de circulação externa); contudo, foram irregulares, com frequentes mudanças de títulos; tiveram sucesso duvidoso, e nada garantia que fossem lidos, refletidos e apreendidos.

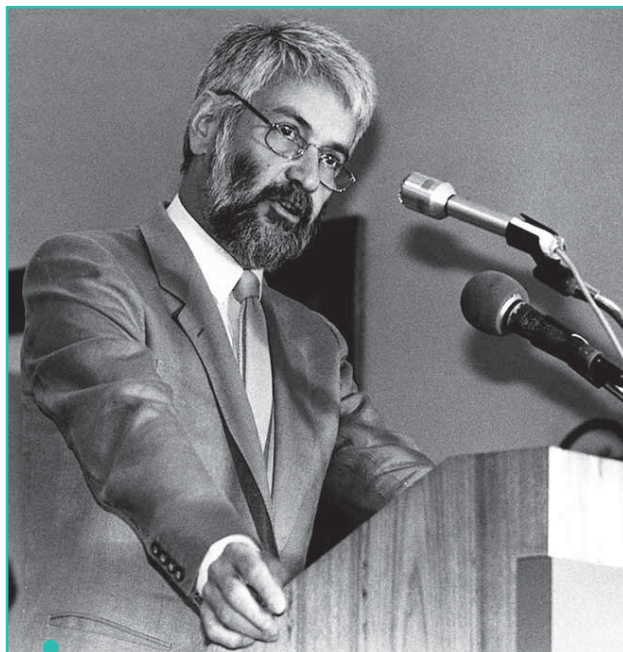
Assim sendo, a primeira revista com finalidade precípua de se dirigir ao público interno – um *house organ* para o IBGE – seria a *Nova Imagem*, criada na gestão Edmar Bacha (1985-1986), na concepção do jornalista Paulo Murillo (Arantes Lemos). Embora lhe traçasse o destino, um belo destino de sucesso – sendo uma revista em muitas cores, ricamente ilustrada, em papel e capas de alta qualidade –, seu próprio destino lhe seria traiçoeiro, pois viria a falecer pouco depois de assumir a editoria da revista, de modo que só editou seus dois primeiros números (zero e um).

Natural da pequena Piraí, à beira da Presidente Dutra, ele [Paulo Murillo] soube curtir como ninguém os encantos da terra natal que lhe serviu de berço, ninho e sepultura. Encantos que sofreram, é claro, uma intensa ampliação por força de sua imaginação ardente. Começou a vida profissional em Bloch Editores, onde foi repórter, redator e coordenador de todos os tipos de trabalhos. Pois a capacidade de amizade fazia dele substituto de plantão para todos os colegas. Mais tarde, trabalhou no *Jornal dos Esportes*, *O Globo*, *O Dia*, *Jornal do Brasil* e várias “folhas” desta e de outras praças. Foi redator de comunicação social da Agência de Publicidade MPM e passou uma temporada em Mato Grosso, ajudando a lançar o Departamento de Criação da Agência Nova Fronteira. Durante cinco anos dirigiu o *house organ* (revista de circulação interna) do Serpro, TEMA, onde deixou a marca de seu talento. (GUIMARÃES, 1986, p. 3).⁷²

No número zero, que saiu em outubro de 1985, Edmar Bacha, no editorial, apresenta os objetivos da revista, e lhe aponta como que um lema (ou uma divisa), “fazer o IBGE conhecido dos ibgeanos”, tal e qual o IBGE torna o Brasil conhecido dos brasileiros.

Há muito tempo que Abelardo Chacrinha Barbosa vem advertindo: ‘Quem não se comunica se trumbica’. Nós, ibgeanos, entretanto, temos ignorado este aviso em nosso relacionamento interno. Somos uma instituição que se desconhece a si mesma. faltando a informação, correm o fuxico e o disse-que-me-disse, que promovem a desagregação interna. [...] Esta revista [*Nova Imagem*] será importante nessa construção [...] de um Novo IBGE, à altura da mística ibgeana e dos desafios da Nova República’. Será através dela que procuraremos nos conhecer melhor – como gente, como funcio-

⁷² Nesse número, ainda prestando homenagem ao falecido editor, a revista publicou um poema e um conto inéditos seus. O conto tinha por título “Reencontro”.



Edmar Lisboa Bacha, presidente do IBGE (1985-1986).

nários, como instituição. [...] Nossa tarefa é a de tornar o Brasil conhecido dos brasileiros. A desta revista é fazer o IBGE conhecido dos ibgeanos. Leiam este primeiro número e nos mandem dizer o que acharam. (BACHA, 1985, p. 3)

Esse número inaugural trazia como matérias um ensaio sobre o SIDRA, de autoria de Cláudio Alex Fagundes da Silva e José Ubaldo Baião, bem assim, longa matéria sobre a Delegacia do IBGE em Pernambuco. Entre outras matérias cotidianas, deu destaque à presença do IBGE na II Feira Internacional do Livro, em cujo stand ocorreu o lançamento do livro *O lugar do negro na força de trabalho*, à qual esteve presente o Presidente Edmar Bacha. A matéria marcou que a obra, de autoria das pesquisadoras Lúcia Elena Garcia de Oliveira, Rosa Maria Porcaro e Tereza Cristina Nascimento Araújo, estivera por dois anos sob censura, só então sendo liberada pela nova administração do IBGE⁷³.

O número seguinte (um) cobriria os meses de novembro e dezembro de 1985, trazendo um texto de Edmar Bacha sobre o fantasma dos brasileiros, a inflação: “A ‘inflaflução’: os preços em alta no país do futebol”; e ainda sobre o tema traz matéria sobre a primeira reunião do Conselho do IPCA, que tinha por membros, além do próprio Edmar Bacha e do diretor Eduardo Augusto Guimarães, Valdir Barros, Cláudio Haddad, Nildo Massim, José Homem e Tasso Jereissat (IPCA..., 1985, p. 29).

⁷³ Este tema voltaria a ser tratado no número seguinte da citada revista, o n. 1, nov./dez.1985, dizendo que o referido livro havia sido objeto de debate durante a Semana Zumbi dos Palmares, no Circo Voador, no Rio de Janeiro.

O próximo número (dois), referente aos meses de janeiro e fevereiro de 1986, traria longa matéria sobre a Reserva do Roncador (da jornalista Sheila Riera). Segue o número três, em março e abril de 1986, com novo texto de Edmar Bacha, “A inflação acabou: adeus às ilusões”⁷⁴ (o que o tempo tornaria uma grande ilusão, dado o fracasso do Plano Cruzado); e faria matéria (com fotos) sobre as unidades do IBGE (Brasil adentro) ajudando a população a entender as mudanças na economia (A nova economia trocada em miúdos, e também “O povo disse sim”, e mais, “Gente nossa, fiscais do Presidente”). Esse número traria, ainda, uma longa matéria sobre a Delegacia do IBGE em São Paulo, sob o comando de David Wu Tai, em sua nova sede no bairro do Itaim Bibi.

O número quatro, em maio, seria especial ao comemorar o cinquentenário do IBGE. Logo na página de abertura seria estampado o documento de fundação do IBGE, seguindo três matérias assinadas: “Descobrimos e mapeando cada canto do país”, por Mauro Pereira de Mello; “O álbum de família da população nacional”, por Valéria da Motta Leite; e, “Estatística, dados para o Brasil que a gente quer”, por Manoel Antônio Soares da Cunha. Haveria também uma entrevista com Isaac Kerstenetzky, feita por Irineu Guimarães: “Isaac Kerstenetzky, um ‘mestre’ que vê longe e grande”. Seria revelado um carimbo dos Correios alusivo ao cinquentenário.

Ao comemorar seu Cinquentenário, o IBGE se revela ao Brasil na plenitude de sua vocação primeira: ele é a instância onde o País toma consciência de sua própria identidade como Nação e como Povo.

Nenhuma comunidade humana pode saber com exatidão o que ela própria é, se não tiver conhecimento certo de seu território e de sua gente: extensão e qualidade da terra em que vive o povo, número e características dos habitantes e grupos sociais, o que se produz, quanto, quando, como e para quê. São informações essenciais que permitem uma primeira definição de identidade.

⁷⁴ “O processo ilusório é, no fundo, o círculo gerador de quimeras que acaba se transformando no efeito mais terrível do regime inflacionário. A inflação gera ganhos aparentes – os ganhos aparentes geram especulação financeira a qual por sua vez aumenta os ganhos aparentes os quais alimentam a inflação [...] E assim por diante, numa ciranda infernal na qual ninguém encontra mais o rabo da serpente. A convivência prolongada com esta ciranda cria na mente das pessoas um processo ilusório em que não se tem mais uma ideia certa do valor exato do dinheiro e em que a gente acaba se apegando aos ganhos aparentemente altos da inflação. A gente acaba se apegando à mentira gostosa, ao reino da ilusão, e não quer mais abrir os olhos para não sair dele”, nas palavras de Edmar Bacha (1986b, p. 13).



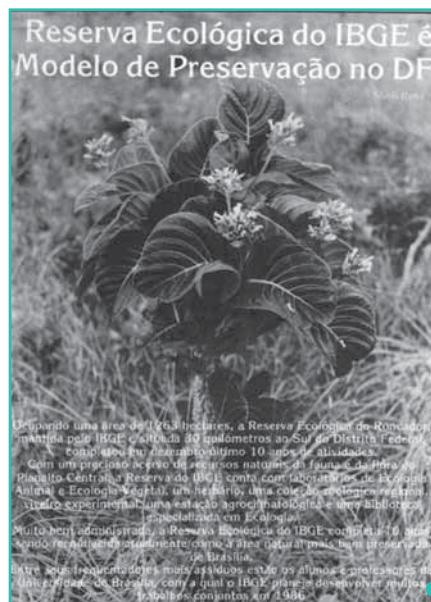
Capa do número zero do primeiro house organ do IBGE: revista Nova Imagem, lançada em outubro de 1985.



José Baião, chefe do Departamento de Disseminação de Informações da Diretoria de Informática, em reportagem para a revista Nova Imagem, n. 0, p.9-10, out. 1985.

Brasil em
pauta
A trajetória da
comunicação
no IBGE

Carimbo dos Correios,
em homenagem ao
cinquentenário do IBGE.



O acervo de
recursos naturais
do Planalto
Central, disponível
na Reserva
Ecológica do IBGE,
foi apresentado em
ampla reportagem
da revista *Nova
Imagem*, jan./fev.
1986.



O resultado
final da reforma
administrativa
foi divulgado
no *Caderno
de Serviços*,
encartado na
revista *Nova
Imagem*, out./
nov. 1986.

Em um segundo momento, estas informações são submetidas a processos de cruzamentos que completam e redefinem o perfil. O País pode assim se conhecer a si mesmo na integralidade de seu potencial, recebe a noção precisa de seus recursos e necessidades, e se encontra então apto a traçar um projeto de desenvolvimento, e partir para a conquista de novas dimensões.

Quem transmite ao País estas luzes, este saber-instrumento, esta informação-força, este conjunto de sinais-apelos é o IBGE. Há 50 anos, o mais alto saber estatístico e geográfico do País vem contribuindo para fazer da Instituição este foco de luz por onde o Brasil pode se reconhecer e se guiar.

Cabe pois agora uma homenagem a todos os ibgeanos de todas as idades e de todos os níveis, por um trabalho luminoso que vem ajudando os brasileiros a se conhecerem melhor.

A fidelidade à vocação impõe ao IBGE duas exigências fundamentais: credibilidade e consciência de servir. Para cumprir estas exigências, é necessário que a Instituição mantenha sempre vivo aquele dinamismo intrínseco que a leva a ser contemporânea do futuro, colocando-a de certo modo à frente da História. O marco do Cinquentenário oferece agora a oportunidade de uma pausa para revisão de posições. Estamos promovendo um projeto de reforma administrativa com a participação dos mais diversos setores da Instituição. Só uma reflexão ampla deste gênero fornecer o diagnóstico certo para as correções de rota que levarão o IBGE ao horizonte 2000.

Não posso deixar de confessar que é uma alegria ser Presidente do IBGE no ano do seu Cinquentenário.

Assomam agora os Pais Fundadores, os grandes vultos que fizeram a Instituição nos tempos heroicos. Surge a multidão dos servidores, desde os agentes de coleta até aqueles que hoje manejam os poderes da Informática. Aparecem os usuários que exigem, criticam e eventualmente agradecem. Diante desta imensa comunidade sobre a qual se recortam representações cartográficas e estatísticas do País que éramos, que somos e que queremos ser, eu só tenho uma palavra-compromisso para a comemoração deste Cinquentenário: FIDELIDADE À TRANSPARÊNCIA. (BACHA, 1986c, p. 26)

Na ocasião foi divulgada mensagem do Presidente da República, José Sarney (1986, p. 3), nos termos seguintes: “Aos dirigentes, funcionários e colaboradores do IBGE, meus cumprimentos e minha certeza de que saberão honrar os ideais que lançaram as primeiras sementes dessa Instituição há meio século”, bem assim, mensagem do Ministro de Estado da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, João Sayad, como segue:

Uma análise retrospectiva séria da atuação do IBGE ao longo desses cinquenta anos põe logo à mostra a dívida que o País contraiu para com a Instituição. [...] E aqui vale ressaltar que este esforço não enaltece apenas técnicos e cientistas de disciplinas específicas, mas todos os servidores do IBGE em seu conjunto, desde o coletador de dados no campo até os mais humildes datilógrafos e diagramadores. É por isso que faço questão de dirigir a homenagem da Secretaria de Planejamento do Governo a todos os membros da comunidade ibgeana. As conquistas destes primeiros cinquenta anos justificam plenamente as esperanças que depositamos no IBGE de amanhã. (HOMENAGEM..., 1986, p. 6)

O número cinco, em junho e julho de 1986, ainda reflete os festejos do Cinquentenário, e aborda a entrada (em ato do Presidente da República, de 31 de maio) do Projeto Radar da Amazônia - RADAM Brasil no IBGE (“Radam Brasil, retrato de corpo inteiro do nosso país”)75. O número seguinte (seis), em agosto e setembro, traria uma bela longa matéria sobre o Serviço Gráfico, “A gráfica e os gráficos, uma história de amor” (com ótimas ilustrações). E traria um editorial assinado por Edmar Bacha:

O Brasil está de olho no IBGE. Porque nos tornamos uma instituição transparente, estamos sempre presentes no noticiário da imprensa. Tudo o que fazemos aqui já nos é cobrado pela imprensa, pelos sindicatos, pelas universidades. A sociedade agora confia em nossos índices. Mas espera de nós o exemplo da Reforma Administrativa que preci-

75 Junto teve um Caderno de Serviços (em separata, com formato menor) sobre o acordo salarial.



Reportagem sobre a gráfica e os gráficos do IBGE, revista *Nova Imagem*, ago./set. 1986

sa ser feita em toda a administração pública. Apoiados pelo Ministro Sayad, vamos dar esse exemplo. Vamos mostrar que, na Nova República, as instituições públicas deste País não são mais sinônimo nem de corrupção, nem de politicagem, nem de ineficiência. Prepararemos, para o ano 2000, o IBGE do sonho sonhado de Teixeira de Freitas. (BACHA, 1986a, p. 3)

O número seguinte (sete), nos meses de outubro de novembro, traria um editorial assinado por Edson de Oliveira Nunes, como sucessor de Edmar Bacha. Ao findar a gestão que fizera a reforma da estrutura funcional, a revista trazia encartado o *Caderno de Serviços*: a nova estrutura do IBGE (Decreto n. 93.599, de 21.11.1986).

Havia três matérias distintas: a primeira tratava da presença do IBGE na Antártica, com o Projeto Gravimetria; a segunda focaliza a Delegacia do IBGE em Minas Gerais (sob o comando de Antônio Utsch Moreira); a terceira apresentava os resultados da pesquisa feita junto aos leitores da revista, revelando suas simpatias, ou não, sobre seções (foram "mais de mil respostas").

Ao que parece, sem saber que aquele seria seu último número, na nova gestão, a revista trazia um perfil dos seus leitores, resultado de uma pesquisa que queria aprimorar suas próximas edições. Trazia resultados por faixa etária, por sexo, por local de atuação (se área técnica, ou se área administrativa), por grau de instrução, tempo no Instituto, os leitores relatam seus gostos.

O assunto preferido da maioria dos leitores de todas as faixas de escolaridade é o noticiário, com 77% das declarações. Em seguida, as matérias de opinião ganharam 55% das preferências. As colunas de lazer (com 20% para as palavras cruzadas) receberam 47% das declarações de matérias de muito interesse, enquanto as entrevistas tiveram 42%.

O interesse pelas artes (41%) supera a literatura (34%), o teatro (20%), o cinema (29%) e os esportes. A música (38%) e o humor (36%) foram assuntos colocados entre os mais solicitados.

Mediante o conhecimento das particularidades e dos interesses de seus leitores, *Nova Imagem* já realiza o seu planejamento editorial dando mais ênfase aos assuntos mais solicitados. O noticiário, naturalmente relativo aos fatos do próprio IBGE e sua gente – seja em matérias curtas ou reportagens maiores –, ganha mais espaço, ampliando-se o que já vinha sendo feito. Da mesma forma, a literatura, as artes, o humor – focalizando principalmente os autores do próprio quadro do IBGE – estarão com páginas à disposição (NOVA..., 1986, p. 16-17).⁷⁶

Convém observar que essa revista veiculava propaganda: da IBM Brasil, do Banco Real, da Souza Cruz, da Shell, da então, seguradora da CAIXA - SASSE. Como o IBGE era uma Fundação Pública de Direito Privado devia ser simples fazer esses acordos.

Enfim, embora tendo tido vida curta, a revista cumpriu sua finalidade, e manteve os funcionários envolvidos na reforma em marcha. Foi o primeiro verdadeiro *house organ* do IBGE, e por isso valerá sintetizar sua história, em breves palavras:

A revista *Nova Imagem* teve seu número inaugural (zero) divulgado em out./1985, tendo na capa pequenos bonecos de barro (cerâmica figurativa, de Sueli de Caruaru), e a frase "O IBGE por este Brasil adentro". O número seguinte (um) cobriria os meses de nov./dez. 1985.

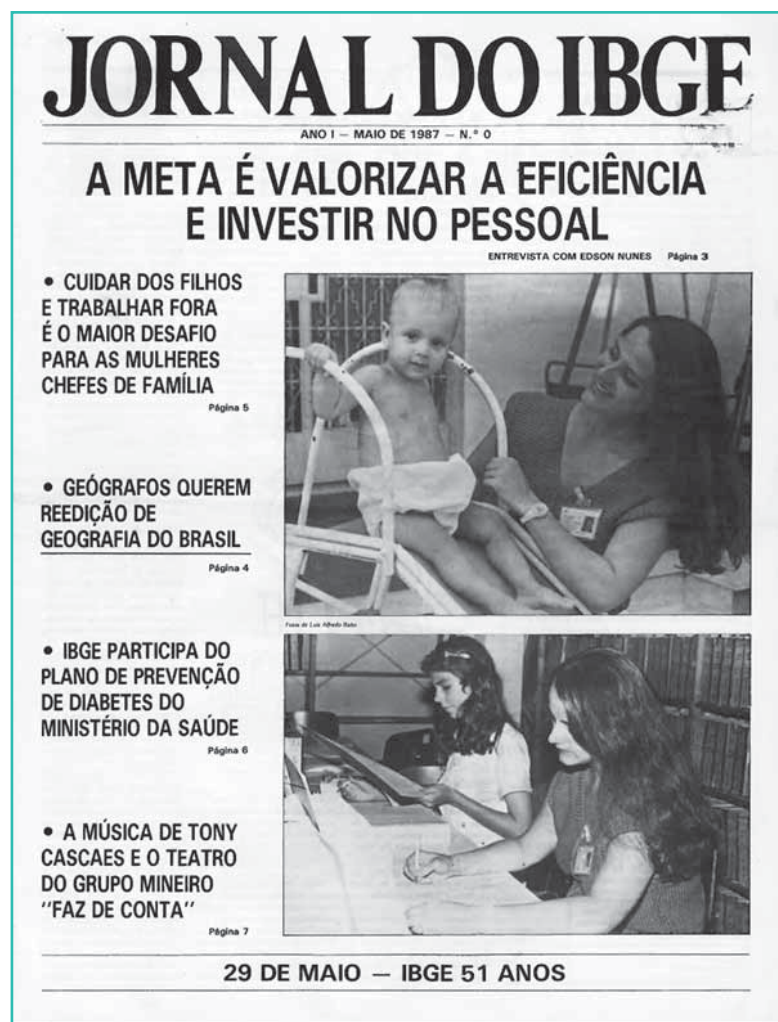
Surgia em tempo de Nova República, na gestão Edmar Bacha, que, já na oração de posse, propusera reformar a estrutura e as práticas de gestão do IBGE, procurando, com isso, recuperar ou renovar a participação dos funcionários nos destinos do IBGE (que associava à mística ibgeana, tão cara a Teixeira de Freitas). É o que diz no editorial, que então assina.

⁷⁶ Todas as capas dos números anteriores, a começar do número zero, são reproduzidas na reportagem.

Trazia matérias jornalísticas com funcionários, ricamente ilustradas, e matérias nacionais de atualidade, como notícias do futebol, do combate à inflação (nesse caso, do envolvimento do presidente do IBGE, e com realce aos índices produzidos na Instituição). Trazia peças de lazer, como palavras cruzadas; e havia a seção de cartas do leitor. Envolveria todo o País.

Foi criada pelo jornalista Paulo Murillo, logo falecido, sendo substituído (já no segundo número) pela jornalista Lena Frias. O sétimo (e último) número (out./nov.1986), com editorial assinado por Edson Nunes, trouxe em suplemento um *Caderno de Serviços* com a "A nova estrutura do IBGE (O perfil da instituição com a Reforma Administrativa)".

Logo seria substituído por um novo veículo intitulado *Jornal do IBGE*, sob a direção de Shirley Soares, que em seu número inaugural (zero) rende homenagem aos editores da revista *Nova Imagem*, que então desaparecia, e explicava a substituição.



Capa do primeiro exemplar do
Jornal do IBGE, maio 1987.



Editorial sobre o jornalista Paulo Murillo, primeiro
editor-chefe da revista *Nova Imagem*, jan./fev. 1986.

Estruturas renovadas

O novo IBGE produzirá informações fidedignas e relevantes. Os resultados de nossas pesquisas serão divulgados com pontualidade e o desperdício será repudiado. A discussão de métodos será franca e visível. Ressalvado o sigilo assegurado por lei, tanto os resultados como a matéria prima estatística serão amplamente difundidos.

*Edmar Bacha*⁷⁷

Em 1985, com a mudança de governo, o IBGE começou a dar um pouco mais de atenção à questão da disseminação [...] foi criado o Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) com a visão de que era a instituição de porta de entrada e de saída do IBGE. Recebeu esse nome muito pomposo, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, mas na verdade as estruturas internas que ocorriam por dentro eram mais ou menos as mesmas e como sempre, com uma falta de recursos muito grande de várias ordens. [...] se mostrou um movimento de querer fazer uma mudança grande na área de disseminação [mas] na verdade foi uma mudança muito lenta, foi dando solavancos. Na época, quem dirigia a disseminação de informações era a Suzana Pinheiro Machado Mueller que iniciou as atividades do CDDI, logo depois foi seguida pelo Paulo Tafner. E com a entrada do Nelson Senra, o CDDI teve uma primeira mudança [...] digamos assim [...] o Nelson consegue dar uma forma filosófica àquilo que seria a disseminação de informações.⁷⁸ Mas também se continuou lutando com [...] dificuldades de toda a ordem, embora sempre ao longo de todo esse tempo houvesse um empenho pessoal muito grande dos funcionários do IBGE para que a disseminação de informações fosse mais eficiente.

*David Wu Tai*⁷⁹

⁷⁷ BACHA, E. Um novo IBGE para a nova república. *Boletim de Serviço*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 33, n. 1689, p. 1, 13 maio 1985. Edição especial. Discurso de posse, no auditório Giorgio Mortara, no Complexo do IBGE, na Mangueira, no Rio de Janeiro, na presença do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, João Sayad.

⁷⁸ Após Nelson de Castro Senra (abr.1990 a mar.1994, nas gestões Eduardo Augusto Guimarães, Eurico Borba e parte da gestão Silvio Minciotti), passariam pela direção do CDDI, primeiro, Cezar Augusto Mansoldo, num tempo rápido (abr./jun.1994, no final da gestão Silvio Minciotti), e Ângelo Pavan, numa gestão um pouco mais longa jun.1994 a jul.1995, no início da gestão Simon Schwartzman), quando então David Wu Tai assumiu, vindo até hoje.

⁷⁹ DAVID Wu Tai. In: IBGE. *Memória*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://memoria.ibge.gov.br/historia-oral/c-d/david-wu-tai.html>>. Acesso em: maio 2018.

[...] surgia algo
novo: o Centro de
Documentação
e Disseminação
de Informações –
CDDI [...]

Ao final da gestão Edmar Bacha, a reforma por ele promovida seria formalizada (Decreto n. 93.599, de 21.11.1986), e seria posta em execução na gestão Edson Nunes. Ao longo das gestões seguintes, Charles Mueller (1988-1990) e Eduardo Augusto Guimarães (1990-1992), passaria por pequenos ajustes, mas na essência seguiria em curso até hoje.

A área produtora se bifurcava em duas diretorias técnicas, a Diretoria de Pesquisas (onde se produzem as Estatísticas), e a Diretoria de Geociências (abarcando a Geografia, a Geodésia, a Cartografia, os estudos dos Recursos Naturais, e temas afins). Ainda como diretoria técnica, mesmo que sem esse nome, surgia algo novo: o Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI (e é quando a expressão “disseminação” entra no vocabulário ibgeano).

Manteve-se a Diretoria de Informática e a Diretoria de Administração, sendo que esta logo seria extinta, tendo suas funções absorvidas pela então chamada Diretoria-Geral, hoje dita Diretoria Executiva, uma espécie de Vice-Presidência do IBGE. A Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, após longa polêmica, seguiria integrando a estrutura do IBGE. E era essa a estrutura formalizada, afora órgãos colegiados fossem técnicos ou gerenciais.

Paralelamente, de início seria criada uma Assessoria de Comunicação Social, já na gestão Edson Nunes transformada numa Coordenadoria de Comunicação Social, em ambos os status ligados diretamente à presidência da Instituição. Pois a este órgão, par a par com o CDDI, caberia a missão de divulgação dos resultados das pesquisas, bem assim, do cotidiano dos trabalhos do Instituto, em meio ao revelar diuturno da relevância de suas atividades.

Ambos esses órgãos precisaram ser implantados, preenchendo vazios já de longa data.

De um lado, no caso da Coordenadoria de Comunicação Social, até então houve apenas delineação de assessoria de imprensa, e apenas curtos ensaios de comunicação interna, fossem os irregulares boletins de notícias (após as seções de notícias das revistas), fosse o recente sucesso da revista *Nova Imagem*, como vistos antes. Nesse caso, a implantação foi imediata, na pessoa de Shirley Soares, jornalista experiente, convidada por Edmar Bacha a ocupar a função já como assessora, e que seguiria como coordenadora na gestão Edson Nunes, seguindo adiante.

De outro lado, no caso do CDDI a situação seria mais complexa, havendo um enorme vazio a ser preenchido, e não apenas por conta da extinção da Diretoria de Divulgação na reforma havida na gestão Jessé Montello. Não, o novo órgão visava a algo muito mais amplo que o que aquela diretoria fazia no passado; mais que divulgar, atendendo a um público geral, agora se queria disseminar, cuidando de garantir a germinação da infor-

mação em conhecimento⁸⁰. Havia um público exigente a satisfazer.

E em ambos os casos havia uma cultura a mudar, sendo a mudança mais simples na seara da Coordenadoria de Comunicação Social, pois a equipe era bem menor e o objetivo, relação com a imprensa, guarda certo encanto entre os técnicos. Embora não tivessem a arte de se relacionar com jornalistas os técnicos estavam dispostos a aprender, um aprendizado nada imediato e simples, em suas linguagens rebuscadas e herméticas. Os técnicos, em geral, não sabem traduzir suas escritas e seus discursos aos públicos, via jornalistas. Demorou bastante tempo, esse aprendizado, mas tropeços à parte, logo daria certo.

Já no caso do CDDI a mudança seria muito difícil e demoraria bastante tempo. De um lado, havia a resistência de que disseminar, no sentido de atender ao público, era o ponto nobre da produção, e não uma etapa previamente especializada, a exigir um sem-número de profissionais especializados. Sempre se percebeu a editoração e a impressão, é claro, para haver as publicações; meio a contragosto se vislumbrava o documentarista, que não raro se confundia com o bibliotecário; já se começava a perceber o informata, uma vez que o processo de produção passara a utilizar a computação, mas não se o via como um profissional que precisa cuidar com atenção da base de dados, e que isso exigia a criação de um metadados, o que afetava o processo produtivo. Par a par era apenas nascente os profissionais de propaganda e *marketing*, e pouco se conhecia de pesquisas de mercado de informação.

Em suma, era preciso mudar cultura. De um lado, fazer as áreas produtoras entenderem que disseminação era diferente de divulgação, bem entenderem que atendimento à sociedade exigia uma estrutura especializada, que envolvia profissionais com diferentes especializações, e não importava que esses profissionais ainda não existissem, e que ainda estavam em formação. Um dia eles existiriam, e saberiam potencializar a utilização das tecnologias que mais e mais avançavam, podendo facilitar o acesso aos usuários, e desses às informações. De outro lado, por tudo isso, o novo órgão fora formado por um emaranhado de unidades dispersas sem uma percepção de identidade, nem isso havia no início. Cada qual seguia sendo o que sempre havia sido, uma unidade independente, depois de muita luta seria dada uma identidade unificada ao CDDI, mas apenas na gestão David Wu Tai seria possível dar-lhe uma especialização mais bem definida.

⁸⁰ Adiante, na seção “A disseminação de informações para o conhecimento da realidade, o papel do CDDI”, será explicada a utilização da expressão disseminação, em lugar da antiga expressão divulgação, até então comum no IBGE.

Nasce a Coordenadoria de Comunicação Social – CCS

Em junho de 1985, um mês após a posse de Edmar Bacha, a jornalista Shirley Soares Dias de Souza assumiria uma assessoria⁸¹ no Gabinete da Presidência do IBGE, com a função de relação com a imprensa; não era uma assessoria nominada, embora tivesse essa missão. Assim também ocorrera antes com Edson Ribeiro, que exerceria essas relações em condições bem mais precárias; agora, Shirley Soares, pelo tempo mais aberto, em novas condições político-democráticas, a podia exercer às escâncaras, e mais livremente. No passado, ao tempo de Teixeira de Freitas, valera lembrar, houve jornalistas, como vimos na parte anterior, mas não eram jornalistas *stricto sensu*; assim sendo, com todas as formalidades, Shirley Soares seria a primeira a exercer a função.

Shirley Soares, a partir de setembro de 1986 assumiria a Assessoria de Comunicação Social, então criada nos termos do Decreto n. 93.599, de 21.11.1986 (que formalizou a estrutura reformada), ligada ao gabinete da presidência, tendo por atribuições:

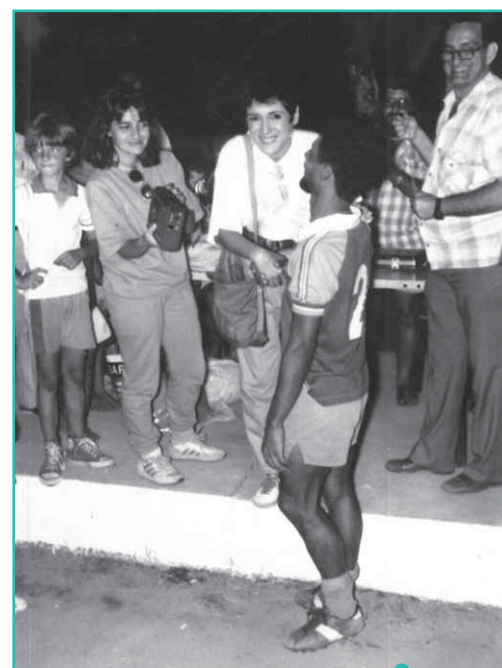
- Prestar assessoramento ao Presidente e ao Diretor-Geral no que se refere à veiculação de informações jornalísticas, para os públicos interno e externo, e, ainda, à gerência do fluxo dessas informações para os veículos de informação;
- Estabelecer contatos com os meios de comunicação sempre que necessário;
- Elaborar e encaminhar aos meios de comunicação noticiário de interesse do IBGE;
- Elaborar sínteses e distribuir dossiês, de interesse do IBGE, sobre o noticiário veiculado na imprensa;
- Planejar, acompanhar e supervisionar a realização de entrevistas coletivas e individuais das autoridades do IBGE;
- Criar e implantar programas de comunicação interna;
- Editar publicações de cunho jornalístico e *house organs*;
- Manter arquivo do material jornalístico;
- Planejar e executar campanhas institucionais;
- Planejar, acompanhar e supervisionar as atividades de publicidade, bem como o serviço de agências;
- Planejar e promover a execução de peças de propaganda; e
- Atender a outros encargos que lhe forem determinados.

Pouco depois, já na gestão Edson Nunes (1986-1988), num ajuste de estrutura, essa Assessoria seria graduada como Coordenadoria de Comunicação Social (Resolução PR. n. 85, de 15.09.1987), ainda ligada ao gabinete da presidência, Shirley Soares sendo mantida na chefia⁸².

⁸¹ Antes, Shirley Soares já trabalhara na Biblioteca Central do IBGE, com Maria Beatriz Pontes de Carvalho. A Biblioteca Central (à frente de uma Rede de Bibliotecas Setoriais) par-a-par com a ENCE integrava a Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal, criada na gestão Isaac Kerstenetzky. Quando Shirley Soares atuava no IBGE, dando dimensão jornalística aos informativos da Biblioteca, terá convivido com diversos diretores: Antônio Tânios Abibe; Getúlio Pereira de Carvalho; Maurício Houaiss; José Luiz Carvalho; Ruy de Carvalho Bergstrom Lourenço Filho; e Elias Paladino.

⁸² Esta resolução alterava a Resolução PR n. 71, de 21.07.1987. Por essa resolução, a Coordenadoria de Comunicação Social ficava composta de uma Direção, de um Serviço de Imprensa, de um Serviço de Relações Públicas e Propaganda e de um Serviço de Divulgação Interna. Eram mantidas as mesmas atribuições.

Embora não tivessem a arte de se relacionar com jornalistas os técnicos estavam dispostos a aprender, um aprendizado nada imediato e simples, em suas linguagens rebuscadas e herméticas.



As medalhas do time vencedor do torneio de futebol pelos 50 anos do IBGE foram entregues pela assessora de imprensa Shirley Soares, em maio de 1986, no complexo de Parada de Lucas, Rio de Janeiro.

Como Assessoria ou como Coordenadoria, estava tudo por ser feito. Era preciso concretizar, materializar, dar o sopro de vida àquela unidade. E para isso a vivência e experiência de Shirley Soares, bem assim, sua motivação profissional, sua capacidade de trabalho, sua dinâmica foram essenciais. Incansável, resiliente, não mediu esforços, e venceu limites; supriu ausências, buscou recursos humanos, técnicos, materiais. Lutou e venceu, tendo por mérito a criação da Comunicação Social no IBGE, tanto no prisma externo quanto no prisma interno. A partir daquele momento, com sua atuação, tudo ganhava competência profissional.

Dando uma volta no tempo, convém anotar que Shirley Soares já tivera uma vivência ibgeana ao tempo da gestão Isaac Kerstenetzky (e Eurico Borba exercia a Diretoria-Geral) quando, através da agência JMM - Publicidade, esteve envolvida na divulgação jornalística do Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF (a maior pesquisa de orçamentos familiares, e temas afins, jamais feita no País). Pouco depois, e já na gestão Jessé Montello, ela atuaria na Biblioteca Central do IBGE (foco de uma Rede de Bibliotecas), como parte do seu quadro técnico, com a função de preparar uma sinopse das notícias diárias, inclusive internacionais, com vistas à formação de pessoal, cabendo lembrar, para bem compreender a importância desse trabalho que lhe coube fazer, que a Biblioteca par a par com a ENCE integrava a Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal (criada ao tempo de Isaac Kerstenetzky).

Entre o final da gestão Jessé Montello e o início da gestão Edmar Bacha, Shirley Soares sairia do IBGE, retornando à Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa - FUNTEVE (onde estava alocada, pois estivera apenas cedida ao IBGE). Assim sendo, embora estivesse fora do IBGE, quando Edmar Bacha a convidou a assessorá-lo em comunicação, ela já trazia bastante conhecimento dos meandros da Casa, e, sobretudo, conhecia pessoas, como ela própria menciona em entrevista⁸³, por exemplo: Getúlio (Pereira) Carvalho, (Ruy de Carvalho Bergstron) Lourenço Filho, Maurício Houaiss (irmão de Antônio Houaiss, o grande dicionarista), sem olvidar Maria Beatriz Pontes de Carvalho, com quem trabalhara diretamente na Biblioteca (SOARES, 2017).

Vale observar que, paralelamente a esse trabalho de Shirley Soares como assessora do presidente, dois outros jornalistas que também atuaram na gestão Edmar Bacha: Paulo Murillo (Arantes Lemos), que criaria a revista *Nova Imagem*, e Lena Frias, que seguiria como editora desta revista (e depois criaria o *Jornal do Censo*, em seu primeiro período de existência, como será vis-

⁸³ Shirley Soares (2017) concedeu uma entrevista oral aos autores desta obra, e alguns de seus trechos estão citados em *itálico*, nesta seção. Participou também da entrevista, Marco Aurélio Martins Santos.



Equipe da Comunicação Social após a solenidade de comemoração pelos 51 anos do IBGE, no complexo da Mangueira, Rio de Janeiro.

to adiante, na Coordenadoria Operacional dos Censos, com David Wu Tai).

Shirley Soares trazia muita experiência, seja no setor público, seja no setor privado, e vinha com muita animação: “eu vim com todo o entusiasmo do mundo, porque aqui estavam as cabeças pensantes do Brasil, na época”, e acrescenta: “eu tenho muito orgulho de ter trabalho com esse pessoal; com Edmar Bacha, com Edson (Nunes), com Eduardo Augusto (Guimarães), com Charles Mueller. Cada um na sua competência, com sua visão”; e disse ainda: “imagina que oportunidade você tem de participar da abertura dos dados do IBGE; é uma (grande) oportunidade”. Dito isso, há dois pontos a serem marcados: primeiro, a essa plêiade de nomes, Shirley Soares (2017) irá, ao longo da entrevista, acrescentar Simon Schwartzman, com quem também iria trabalhar; segundo, a expressão *abertura dos dados do IBGE* será, por várias vezes, dito e redito por Shirley Soares, sendo quase um mote de seu início de gestão, algo como a missão da criação da Comunicação Social do IBGE.

Pois bem, tendo uma missão, havia a realidade cotidiana a enfrentar. Faltava espaço físico, pessoal, equipamento, instrumentos para veicular os dados (informações), experiência (mentalidade) no relacionamento com a imprensa (e em duplo sentido, dos técnicos com os jornalistas, e dos jornalistas com os técnicos do IBGE). Havia um vazio, com muita coisa por fazer.

Sobre espaço, por exemplo, ela disse: “quando eu assumi nós tínhamos uma nesguinha de um terraço, era um cubículo, que mal cabia uma mesa”. Por certo, ao passar do tempo, o espaço foi aumentando, e as instalações foram melhorando. Quanto ao pessoal, no início, ela era a única jornalista, contando com uma secretária, um motorista, um ou outro contínuo, que faziam três roteiros de carro (ou a pé) pelas redações para distribuir os *releases* e publicações; aos poucos vieram mais pessoas, um ou outro auxiliar, um ou outro



A primeira edição do projeto “Caminho do Índices” foi realizada na gestão do presidente Edson Nunes, noticiada pelo *Jornal do IBGE*, jun. 1987.

fotógrafo, entre outros.⁸⁴ Num primeiro momento houve transferências internas, pessoas vindo de outras unidades, até que foi possível fazer um concurso interno pelo qual técnicos formados em jornalismo puderam ser selecionados. Adiante, com a expansão e consolidação da comunicação, Shirley Soares contratou três jovens jornalistas: Francisco Alchorne, Silvia Maia Fonseca e Carlos Vieira⁸⁵. Fosse como fosse, ela disse que essas poucas pessoas, em cada momento, fizeram milagres, o que é fácil apreender pela narrativa da entrevista: *elas vestiram a camisa*⁸⁶.

Mas, antes de tudo, era preciso redigir *releases*, como o principal material a ser distribuído aos jornalistas. Pois, preparar esses *releases* implicava como que traduzir a redação dos técnicos, sempre rigorosa, não raro hermética, dirigida aos pares, transpondo-a a uma linguagem jornalística, mais amena, de apreensão universal, mantendo o devido cuidado de não perder o rigor técnico. No início, Shirley Soares o fazia sozinho, mas, mesmo quando já contava com outros jornalistas, esse trabalho de tradução era negocial, caso a caso, ora sendo mais fácil, ora mais difícil. Contudo, ela diz que nunca teve maiores problemas, e que sua relação com os técnicos sempre foi muito boa: “eles nos ensinaram ‘economês’ e nós ensinamos a eles ‘jornalês’”, e afirma que nada do que era distribuído aos jornais, na forma dos *releases*, o era sem a aprovação prévia dos técnicos, o que, por certo, terá criado uma boa empatia com os técnicos responsáveis pelas pesquisas.

Ademais, ela afirma que, tendo sido aberta aos técnicos a oportunidade de concederem entrevistas aos jornalistas, isso deixou todo mundo muito empolgado (SOARES, 2017). Nesse sentido, à falta de experiência, foi preciso educar ou ensinar aos técnicos como se relacionar com os jornalistas, e ela diz que até foi dito que roupa usar, que palavras utilizar (o que ficava melhor na TV), e que ela mesma fizera esse treinamento (e é nossa a expressão). Em linguagem de hoje, pode-se dizer que houve, então, uma espécie de *mídia training* aos técnicos. Mas havia o outro

⁸⁴ Shirley Soares (2017), ao longo da entrevista mencionou diversos nomes, em diversas funções: Maria Goreth Sala (citada várias vezes ao longo da entrevista) e Andrea de Carvalho Ferreira Rodrigues, como secretárias em diferentes momentos (talvez a segunda tenha se tornado, depois, Assistente); Afrânio Brandão de Mello, como motorista (e era raro haver um motorista alocado a uma unidade específica, à época); José Francisco Marinho, Ricardo Ribeiro da Silva e Miguel Petra da Silva, como contínuos (apenas os dois primeiros compuseram a equipe inicial); Gilson Costa e Hermodino Chagas, como fotógrafos (o que era importante, de modo a criar uma memória dos eventos jornalísticos); Adalgisa Albuquerque da Silva (Dona Dadá), como copeira (que dava o conforto do cafezinho, do biscoitinho, nos entre momentos de sufoco, de agonia); Teresa Cristina Millions, atuando em Relações Públicas e Propaganda (afora dar amplo apoio em diferentes outras atividades); Marco Aurélio Martins Santos, Lécyc Delfim Vieira, Sheila Riera Ribeiro, como jornalistas (embora, não raro, alguns fossem vistos apenas como equipe de apoio).

⁸⁵ Francisco de Assis Correa Alchorne era repórter da Tv Educativa - TVE/RJ; Silvia Maia Fonseca, da TV Manchete; e Carlos Henrique Vieira, repórter da rádio Jornal do Brasil.

⁸⁶ Para registro histórico, atuaram como equipe de apoio: Carlos Cesar de Sá, Gisela Ávila Barbosa, Maria de Fátima Santos, Maria Teresa Aparecida Rodrigues, Paulo Roberto Cardoso, Robson Waldhelm. E tiveram passagem efêmera pela Coordenadoria, por várias razões, os jornalistas Carlos Silva, Lúcia Helena Senra, Maria Lúcia Wumi. Nenhum desses nomes foi citado por Shirley Soares (2017) na entrevista.



Matéria sobre o “Caminho dos Índices”, publicada no *Jornal do IBGE*, mar. 1989, com o Diretor de Pesquisas, Lenildo Fernandes Silva, e o chefe do Departamento de Índices de Preços, Ricardo Braule Pinto.

[...] os jornalistas se familiarizavam com o cotidiano do trabalho do IBGE, e ao verem a seriedade com que o trabalho era realizado, percebiam a credibilidade do Instituto, lhe associando uma imediata legitimidade.



Caminho dos índices

De: Míriam Leitão

Para: CDDI/IBGE

06/07/2018

Participei sim do caminho dos índices, realizado pelo IBGE, e foi super importante para entender como se faz um índice, como se apura. Entrar na estrutura do índice. Isso me ajudou muito como jornalista e depois como escritora do livro *Saga Brasileira*, a longa luta de um povo por sua moeda. Como jornalista que cobriu a hiperinflação brasileira sempre tive muita ajuda do IBGE e esse curso foi ótimo.

lado, a perspectiva dos jornalistas, que não estavam habituados a conviver com tantos números, como os que resultam das pesquisas ibgeanas, em especial das estruturais, mas também das conjunturais, que não se resumem aos números sintéticos, quase mágicos que são veiculados rapidamente. Então ficou claro que era preciso dar aos jornalistas um conhecimento da intimidade do trabalho ibgeano, e foi quando se idealizou o “Caminho dos Índices”, em que através de um roteiro previamente organizado, os jornalistas conviviam com os técnicos nas várias etapas da produção dos índices de preços.

A primeira edição desse programa se deu ainda na gestão Edmar Bacha, quando Francisco de Assis Moura de Mello era o chefe do então Departamento de Índices de Preços, já a segunda (noticiada pelo *Jornal do IBGE*, como marcamos adiante, e já na gestão Edson Nunes), aquela unidade técnica estava sob o comando de Ricardo Braule Pinto. Por essa via, os jornalistas se familiarizavam com o cotidiano do trabalho do IBGE, e ao verem a seriedade com que o trabalho era realizado, percebiam a credibilidade do Instituto, lhe associando uma imediata legitimidade.

Nessa mesma linha, Shirley Soares (2017) mencionou ter havido também o *Caminho do PIB*, pelo qual os técnicos responsáveis pelas diversas contas do PIB explicavam aos jornalistas como era calculado o PIB, um processo bem peculiar na atividade estatística, uma vez que não há trabalho de campo no sentido tradicional, mas sim um trabalho coleção de estatísticas já existentes. À época o chefe do Departamento de Contas Nacionais era o Economista Cláudio Considera.

Afora preparar *releases*, a equipe organizava diariamente o *clipping*, recortando dos jornais as matérias que tratavam de informações atinentes ao IBGE, a serem distribuídas aos diretores e aos chefes de departamento. Era, então, um exercício de corte e cola, de paciência com a tesoura, como Shirley Soares afirma, precisando contar com pessoas que chegavam ao trabalho às 6h00 da manhã, tendo que manusear periódicos nacionais, e alguns regionais, todos os dias, com chuva ou com sol⁸⁷. Afora esse veículo que já mostrava a operosidade da unidade, porquanto revelando a amplitude da comunicação da Coordenadoria, era ainda feito um relatório mensal que descrevia em minúcia o trabalho feito no mês, fazendo medidas, por exemplo, de minutos de rádio, de televisão, de espaços nos jornais. Dessa forma, a Casa que mais mede o País, também se fazia medir em sua comunicação. Por esses veículos, e por essa forma, Shirley Soares terá podido mostrar com mais facilidade a importância da Coordenadoria, conseguindo recursos humanos (inclusive melhorar salários) e físicos (espaços e máquinas) com mais facilidade.

Uma história pitoresca é que em algumas vezes a dita Conversa ao pé do rádio, de prática do então Presidente da República, José Sarney, foi preparada pela Coordenadoria de Comunicação Social do IBGE. E uma informação interessante, de forte valor histórico, é que houve coletivas do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, conduzidas pelo próprio ministro, que foram organizadas em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social do IBGE.

Como forma de contato com os jornalistas, Shirley Soares organizou, afora as naturais coletivas, também “Encontros com Jornalistas”, os “Cafés da Manhã”⁸⁸, sem olvidar as entrevistas específicas, ora com diretores, ou o próprio presidente, ora mesmo com técnicos. Tudo que era feito para fora, era revelado aos técnicos no

⁸⁷ O material estava disponível nas mesas de todos os que o deviam receber às 8h00 sem nenhum atraso, o que era um desafio àquela altura, com máquinas de reprodução (xerox) nem sempre funcionando, e nem sempre de boa qualidade.

⁸⁸ Por exemplo, o *Jornal do IBGE*, em seu n. 4, set. 1987, noticiou um “Café da Manhã”, no Centro Empresarial Rio (em Botafogo), por ocasião do lançamento da 47ª edição do *Anuário Estatístico do Brasil* (1986), que trazia séries históricas completas. Adiante, em seu n. 11, abr. 1988, houve outro “Café da Manhã”, no mesmo local, para lançar resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 1986, cuja matéria na primeira página seria “Mulher recebe metade do salário do homem”.

house organ *Jornal do IBGE*, que Shirley Soares criaria, e que circularia nas gestões Edson Nunes e Charles Mueller (e que iremos explorar na próxima seção deste capítulo). Além disso, o referido veículo aproveitava para mostrar o apreço da imprensa pela Casa, como se deu no número 32, de dezembro de 1989, em que há expressão de júbilo, por exemplo, dos jornalistas Lillian Witte Fibe, então na Rede Globo de Televisão; de Alexandro Porro, então na revista *Veja*, bem assim, de renomados pesquisadores e homens públicos, como Herbert de Souza, o Betinho, de Bertha Becker, de Aziz Ab'Sáber, de Wilson Bussab, de Maria da Conceição Tavares, de Elza Berquó, entre outros. E bem a propósito, nesse número do *Jornal do IBGE*, o presidente Charles Mueller, quase ao término de sua gestão, deixou uma bela mensagem aos funcionários:

Estamos no limiar de novos tempos. Uma nova década, uma nova era. Cheios de esperança... Novas propostas... Muita expectativa!

Os anos 80, que elegemos como pauta desta edição do nosso *Jornal do IBGE*, foram marcados por avanços significativos, principalmente no que respeita ao despertar de uma consciência voltada para a necessidade de privilegiar o Homem como fundamento de todas as ações. Essa é a meta! E todos os esforços devem estar concentrados nesse sentido.

Precisamos, cada vez mais, da participação responsável de cada um para poder construir o IBGE que queremos e o país que precisamos.

Nossa Instituição conseguiu preservar sua integridade técnica, a despeito das condições adversas pelas quais o país atravessou. Isto só foi possível graças à abnegação e à seriedade dos seus servidores, que, contudo, eles próprios, infelizmente, não saíram ilesos desse processo. Ao longo desse tempo, seus salários foram se desvalorizando e suas condições de trabalho se deteriorando.

É preciso mudar. A preocupação de resgatar condições dignas de trabalho tem sido constante na minha gestão à frente do IBGE. Apesar das dificuldades, algumas conquistas foram registradas nesse curto período. É certo, porém que há muito, muito o que fazer ainda. O importante é que estivemos juntos, acertando, errando, corrigindo rumos, mas conscientes de que apenas o esforço, a honestidade e a perseverança podem assegurar o conceito de nosso trabalho, motivo de orgulho para todos nós.

Assim chegamos aos anos 90, que desejo plenos de realizações para cada um de vocês e suas famílias. Charles Mueller. (*JORNAL DO IBGE*, 1989, n. 32, p. 7)

Nos primeiros tempos da criação da Coordenadoria de Comunicação Social, nas gestões Edmar Bacha, Edson Nunes, Charles Mueller, Eurico Borba (1992-1993) e ainda parte da gestão Silvio Minciotti (1993-1994), a divulgação dos índices de preços era “quente”, em face dos níveis elevados da inflação. Nem mesmo os números do Produto Interno Bruto - PIB, quando alentados, conseguiam suplantar os temores da inflação, e sua divulgação provocava nervosismo na Coordenadoria. Isso fica claro na entrevista, sobretudo porque ainda não havia uma prática legislada, como viria mais adiante (e que será tratado na próxima parte deste livro). Afora esse lado delicado dos resultados conjunturais (inflação, emprego e desemprego, crescimento econômico, e outros), em se tratando dos volumosos resultados das pesquisas estruturais, como censos, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, ou outras desse porte, por mais difícil que fosse para os jornalistas apreendê-los, assimilá-los e deles derivar boas matérias, não houve à época de Shirley Soares a prática de embargo, restando à imprensa apenas os releases.

Ela recorda a divulgação da série especial, ao ensejo do cinquentenário, “Estatísticas Retrospectivas”, a cargo de Ronaldo Serôa da Mota. Por demais, Shirley Soares trata com carinho da divulgação de produtos em geociências, bem assim, nessa área, de visita que promoveu de jornalistas à Reserva do IBGE, no Roncador, em Brasília⁸⁹, e se recorda da cobertura que promovia das Semanas do Meio Ambiente,

⁸⁹ Que seria tema de um *Globo Rural*, em outubro de 1988, bem assim, o técnico Bráulio Dias participaria de um debate sobre queimadas, no programa *Canal Livre*, da TV Bandeirantes (como noticiaria o *Jornal do IBGE*, n. 18, 1988).

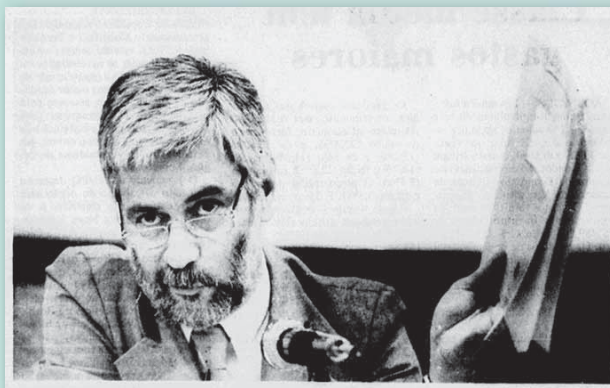


Matéria de lançamento da PNAD de 1986 durante café da manhã com a imprensa com o Presidente Edson Nunes, do *Jornal do IBGE*, jun. 1987.



Seminário sobre o Índice de Preços ao Consumidor foi notícia do *Jornal do IBGE*, mar. 1990. Na foto da reportagem aparecem Lenildo Fernandes, Diretor de Pesquisas, e Ricardo Braule, chefe do Departamento de Índices de Preços.

Brasil em pauta
A trajetória da comunicação no IBGE



Salários em julho sobem apenas 80,3%

O presidente do IBGE, Edmar Bacha, anunciou ontem o INPC de maio, que foi de 6,6%. Com isso, os salários de julho serão reajustados em 80,3%, enquanto os alugueis com contrato anual vão subir 172,4% e os semestrais, 64,2%. O índice foi o mais baixo desde junho de 83 e levou a taxa acumulada no ano para 63,5%.

Página 8



Zico não joga amanhã mas mantém a esperança

Novamente com problemas no joelho esquerdo, Zico deixou o treino de ontem abatido, com lágrimas nos olhos, mas, mesmo assim, ainda conseguiu manifestar a esperança de não estar definitivamente afastado da Copa do Mundo, embora saiba que dificilmente poderá ser escalado nos próximos dois jogos desta fase. O médico Neylor Lasmar admitiu que, caso não haja uma recuperação surpreendente, o jogador terá de ser poupado para a próxima etapa. Acrescentou que a instabilidade no joelho esquerdo de Zico pode se manifestar a qualquer momento, acentuando que nunca escondeu a gravidade do problema. Para o jogo de sexta-feira, contra a Argentina, a tendência é manter a equipe que iniciou o jogo contra a Espanha, sendo a entrada de Müller a única possibilidade de mudança.

Zico, sentado no gramado, passa a mão no joelho esquerdo e observa os companheiros no treino

Indústria cresceu em abril mais 19,6% do que em abril de 85

A Fundação IBGE revelou ontem que o crescimento industrial em abril — segundo mês do Plano Cruzado — foi 19,63 por cento superior à de abril do ano passado. Este é o melhor índice já registrado desde que a produção começou a ser pesquisada, em 1961. A produção acumulada nos quatro primeiros meses do ano, informou o IBGE, está 11,76 por cento acima do mesmo período em

1985. Os setores que mais se desenvolveram no trimestre foram os de bens de capital e de bens de consumo durável. A produção da indústria automobilística nos últimos 12 meses já atinge 1.116.500 veículos, total quase igual ao de 1980, melhor ano do setor. As vendas em maio foram 5,5 por cento superiores às de abril.

Página 19 e 20

Tabela de produtos novos deve sair amanhã

O Conselho Interministerial de Preços deverá divulgar amanhã a primeira lista de preços de novos produtos industriais elaborada desde o início do Plano Cru-

Presidente: cultura é o investimento inteligente

Após assinar ontem mensagem ao Congresso concordando com incentivos fiscais a quem investe na área cultural, o Presidente José Sarney afirmou que "cultura é o

Águas turvas no Atlântico Sul

A decisão da Grã-Bretanha de criar uma zona de proteção à pesca nos Malesias é um golpe na indústria pesqueira, que não atende aos interesses da preservação do paz no Atlântico Sul.

Editorial, página 4

Reconhecido 'Maninho': estava com agressores



Mulher ganha 3,5 vezes menos do que homem

Pesquisa realizada pelo IBGE constatou que o homem brasileiro ganha, em média, 3,5 vezes mais dinheiro para trabalhar do que a mulher, apesar de a participação feminina no mercado ter crescido de 33 por cento, em 1961, para 37 por cento, em 1985.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios revela ainda que no ano passado a população economicamente ativa feminina cresceu 5,6 por cento e a masculina, três por cento. Em 1985 havia no Brasil 55,1 milhões de pessoas trabalhando, das quais 38,6 milhões eram homens e

18,5 milhões mulheres. O levantamento do IBGE demonstra ainda que a maior parte das mulheres que trabalham está na administração pública (8,7 por cento). A pesquisa concluiu que os trabalhadores que ganham até dois salários mínimos representam 35 por cento do total.

Página 25

Poupança compulsória para não-assalariados

O Governo pode criar uma poupança compulsória para os trabalhadores não-assalariados de alta renda, com o objetivo de financiar os investimentos nacionais. Essa poupança seria cobrada em 1987, no momento em que o contribuinte tivesse sua declaração de rendimentos de 1986 sendo

processada. Ontem, técnicos do Ministério da Fazenda descartaram novas taxas dos trabalhadores assalariados, que já tiveram sua carga tributária fortemente elevada através da tabela progressiva do Imposto de Renda, que sofreu elevação de 9,5 por cento. Segundo esses técni-

cos, não há impedimento legal para o Governo cobrar a poupança compulsória, desde que ela seja instituída no exercício anterior. A medida já foi adotada antes, em 1982, para a composição do capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Página 25

As tabelas dos produtos de Natal e dos preços corrigidos da Sunab



Desemprego cai a 3,2%, o mais baixo desde 1982

A taxa média de desemprego, em setembro, foi de 3,2%, a menor do ano, segundo o IBGE. Essa taxa é a mais baixa desde o início da pesquisa em 1982, quando chegou a 10,5%. O IBGE também informou que o número de desempregados caiu 1,2% em relação ao mês anterior, passando de 1,2 milhão para 1,1 milhão.

Greve de trem tumultua o Rio e pode se repetir

A greve dos ferroviários do Rio de Janeiro, que começou ontem, pode se repetir. A Associação dos Ferrovieiros do Estado do Rio de Janeiro (AFERJ) anunciou que os trabalhadores não voltarão ao trabalho até que suas reivindicações sejam atendidas.

Matelados da Polícia e o bicho

Matelados da Polícia Militar do Rio de Janeiro foram encontrados com um bicho morto em sua posse. O animal foi identificado como um gato-elefante, uma espécie rara.

Clipping de jornais com informações do IBGE.

Gatilho salarial já foi acionado



Na primeira aparição pública depois da demissão, Bacha transmite o cargo a Edson Nunes

A inflação de até 7% em dezembro, admitida ontem pelo novo presidente do IBGE, Edson Nunes, disparou o gatilho já a partir deste mês, beneficiando cerca de 500 categorias de trabalhadores de todo o País com o reajuste de 20%. Todos os trabalhadores com data-base para negociação em março, abril e maio terão seus salários corrigidos. O salário mínimo também será reajustado em 20%, passando de R\$ 804,00 para R\$ 964,80.

A aplicação da escala móvel está preocupando os empresários. Já no encontro de ontem com o ministro Dilson Funaro, Mario Amato, da Fiep, e Antônio de Oliveira Santos, da CNC, pediram o fim do gatilho e a volta da livre negociação entre patrões e empregados. Os dois líderes empresariais fizeram a mesma solicitação ao ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. Eles acham imprescindível que os trabalhadores tenham uma trégua de 90 a 120 dias nos movimentos grevistas para se chegar ao pacto social.

Após o encontro com os empresários, o ministro Pazzianotto disse que não receberia nenhuma proposta para alterar a escala móvel. "O ajuste salarial é a partir deste mês, beneficiando cerca de 500 categorias de trabalhadores de todo o País com o reajuste de 20%. Todos os trabalhadores com data-base para negociação em março, abril e maio terão seus salários corrigidos. O salário mínimo também será reajustado em 20%, passando de R\$ 804,00 para R\$ 964,80. A aplicação da escala móvel está preocupando os empresários. Já no encontro de ontem com o ministro Dilson Funaro, Mario Amato, da Fiep, e Antônio de Oliveira Santos, da CNC, pediram o fim do gatilho e a volta da livre negociação entre patrões e empregados. Os dois líderes empresariais fizeram a mesma solicitação ao ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. Eles acham imprescindível que os trabalhadores tenham uma trégua de 90 a 120 dias nos movimentos grevistas para se chegar ao pacto social.

Conceição usa Delfim como bode expiatório

São Paulo ou, mais especificamente, "a direita paulista", são os principais responsáveis pela demora da Nova República, segundo a professora Maria da Conceição Tavares, para quem não há problema econômico no País, "mas apenas problemas políticos, criados pelos adversários da Nova República".

Preocupada em não citar o ex-ministro Delfim Netto, o livro de Conceição Tavares, "A Nova República: o desafio da continuidade", lançado pela editora PPS, contém uma análise crítica da situação política e econômica do Brasil, apontando para a necessidade de uma reforma política e de uma maior participação da população na gestão do País.

Anuário do IBGE mostra que 42% dos trabalhadores ganham até um mínimo

A concentração de renda no Brasil é alta, segundo o Anuário do IBGE, publicado ontem. O estudo mostra que 42% dos trabalhadores ganham até um salário mínimo, enquanto 12% ganham mais de três salários mínimos. A pesquisa também indica que a maioria dos trabalhadores é do setor privado, com uma média de idade de 35 anos.

O Anuário do IBGE também mostra que a maioria dos trabalhadores é do setor privado, com uma média de idade de 35 anos. A pesquisa também indica que a maioria dos trabalhadores é do setor privado, com uma média de idade de 35 anos.

Governo admite rever política salarial

O governo admite rever a política salarial, segundo o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. Ele afirmou que o governo está aberto a negociações com os empresários para encontrar uma solução para o problema da livre negociação.

Pazzianotto também afirmou que o governo não pretende alterar a escala móvel, mas que está aberto a negociações com os empresários para encontrar uma solução para o problema da livre negociação.

Pazzianotto defende antecipação e pagamento do resíduo do gatilho

Almir Pazzianotto defendeu a antecipação e o pagamento do resíduo do gatilho salarial. Ele afirmou que o governo está aberto a negociações com os empresários para encontrar uma solução para o problema da livre negociação.

Pazzianotto também afirmou que o governo não pretende alterar a escala móvel, mas que está aberto a negociações com os empresários para encontrar uma solução para o problema da livre negociação.

Instituto negocia troca de sua sede

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) está negociando a troca de sua sede. O instituto está atualmente instalado no Palácio do Planalto, mas pretende mudar-se para um novo endereço.

A negociação está sendo conduzida pelo ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, em conjunto com o ministro da Fazenda, Fernando Collor.

Comerciantes do Rio recebem

Comerciantes do Rio de Janeiro receberam uma visita do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. Ele afirmou que o governo está aberto a negociações com os empresários para encontrar uma solução para o problema da livre negociação.

Pazzianotto também afirmou que o governo não pretende alterar a escala móvel, mas que está aberto a negociações com os empresários para encontrar uma solução para o problema da livre negociação.

Gatilho dispara para todos, menos os de abril

O gatilho salarial disparou para todos os trabalhadores, exceto aqueles com data-base para negociação em abril. Isso significa que a maioria dos trabalhadores terá seu salário reajustado a partir de janeiro.

A decisão foi tomada pelo novo presidente do IBGE, Edson Nunes, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

IBGE discutirá mudança nos cálculos da inflação

O IBGE discutirá uma mudança nos cálculos da inflação, segundo fontes próximas ao instituto. A mudança visa a tornar os cálculos mais precisos e refletir melhor a realidade econômica do País.

A discussão está sendo conduzida pelo ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, em conjunto com o ministro da Fazenda, Fernando Collor.

Apuração do índice de preços tem nova sistemática

A apuração do índice de preços terá uma nova sistemática, segundo o IBGE. A mudança visa a tornar os cálculos mais precisos e refletir melhor a realidade econômica do País.

A decisão foi tomada pelo novo presidente do IBGE, Edson Nunes, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Albano diz que URP não acaba agora

Albano diz que a URP (União Recuperação Política) não acaba agora. Ele afirmou que o governo está aberto a negociações com os empresários para encontrar uma solução para o problema da livre negociação.

Albano também afirmou que o governo não pretende alterar a escala móvel, mas que está aberto a negociações com os empresários para encontrar uma solução para o problema da livre negociação.

Bresser: metas do acordo são atingidas

Bresser afirmou que as metas do acordo são atingidas. Ele afirmou que o governo está aberto a negociações com os empresários para encontrar uma solução para o problema da livre negociação.

Bresser também afirmou que o governo não pretende alterar a escala móvel, mas que está aberto a negociações com os empresários para encontrar uma solução para o problema da livre negociação.

Preço da carne sobe mais 12% em 5 dias

O preço da carne sobe mais 12% em 5 dias, segundo o IBGE. A alta é atribuída à redução da oferta de carne no mercado.

A decisão foi tomada pelo novo presidente do IBGE, Edson Nunes, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Gaúchos montam 'Operação impacto'

Gaúchos montam "Operação Impacto", uma campanha para melhorar a imagem do Rio Grande do Sul. A campanha inclui uma série de ações, como a realização de eventos e a divulgação de informações positivas sobre o estado.

A decisão foi tomada pelo governador do Rio Grande do Sul, Carlos Tinoco, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Só pesquisa valoriza dinheiro do consumidor

Só a pesquisa valoriza o dinheiro do consumidor, segundo o IBGE. A pesquisa indica que a maioria dos consumidores não valoriza o dinheiro, o que pode levar a uma redução no consumo.

A decisão foi tomada pelo novo presidente do IBGE, Edson Nunes, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Petrobrás e IBGE abrem Semana do Meio Ambiente

Petrobrás e IBGE abrem a Semana do Meio Ambiente. A semana inclui uma série de ações, como a realização de eventos e a divulgação de informações positivas sobre o meio ambiente.

A decisão foi tomada pelo presidente da Petrobrás, João Carlos de Lencastre, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Anteprojeto da Câmara propõe novo cálculo para a inflação

O anteprojeto da Câmara propõe um novo cálculo para a inflação. A proposta visa a tornar os cálculos mais precisos e refletir melhor a realidade econômica do País.

A decisão foi tomada pelo presidente da Câmara, Roberto Campos, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Mueller: mais credibilidade

Mueller afirmou que o governo precisa de mais credibilidade. Ele afirmou que o governo está aberto a negociações com os empresários para encontrar uma solução para o problema da livre negociação.

Mueller também afirmou que o governo não pretende alterar a escala móvel, mas que está aberto a negociações com os empresários para encontrar uma solução para o problema da livre negociação.

Só pesquisa valoriza dinheiro do consumidor

Só a pesquisa valoriza o dinheiro do consumidor, segundo o IBGE. A pesquisa indica que a maioria dos consumidores não valoriza o dinheiro, o que pode levar a uma redução no consumo.

A decisão foi tomada pelo novo presidente do IBGE, Edson Nunes, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Gaúchos montam 'Operação impacto'

Gaúchos montam "Operação Impacto", uma campanha para melhorar a imagem do Rio Grande do Sul. A campanha inclui uma série de ações, como a realização de eventos e a divulgação de informações positivas sobre o estado.

A decisão foi tomada pelo governador do Rio Grande do Sul, Carlos Tinoco, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Preço da carne sobe mais 12% em 5 dias

O preço da carne sobe mais 12% em 5 dias, segundo o IBGE. A alta é atribuída à redução da oferta de carne no mercado.

A decisão foi tomada pelo novo presidente do IBGE, Edson Nunes, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Só pesquisa valoriza dinheiro do consumidor

Só a pesquisa valoriza o dinheiro do consumidor, segundo o IBGE. A pesquisa indica que a maioria dos consumidores não valoriza o dinheiro, o que pode levar a uma redução no consumo.

A decisão foi tomada pelo novo presidente do IBGE, Edson Nunes, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Gaúchos montam 'Operação impacto'

Gaúchos montam "Operação Impacto", uma campanha para melhorar a imagem do Rio Grande do Sul. A campanha inclui uma série de ações, como a realização de eventos e a divulgação de informações positivas sobre o estado.

A decisão foi tomada pelo governador do Rio Grande do Sul, Carlos Tinoco, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Preço da carne sobe mais 12% em 5 dias

O preço da carne sobe mais 12% em 5 dias, segundo o IBGE. A alta é atribuída à redução da oferta de carne no mercado.

A decisão foi tomada pelo novo presidente do IBGE, Edson Nunes, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Só pesquisa valoriza dinheiro do consumidor

Só a pesquisa valoriza o dinheiro do consumidor, segundo o IBGE. A pesquisa indica que a maioria dos consumidores não valoriza o dinheiro, o que pode levar a uma redução no consumo.

A decisão foi tomada pelo novo presidente do IBGE, Edson Nunes, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Petrobrás e IBGE abrem Semana do Meio Ambiente

Petrobrás e IBGE abrem a Semana do Meio Ambiente. A semana inclui uma série de ações, como a realização de eventos e a divulgação de informações positivas sobre o meio ambiente.

A decisão foi tomada pelo presidente da Petrobrás, João Carlos de Lencastre, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Só pesquisa valoriza dinheiro do consumidor

Só a pesquisa valoriza o dinheiro do consumidor, segundo o IBGE. A pesquisa indica que a maioria dos consumidores não valoriza o dinheiro, o que pode levar a uma redução no consumo.

A decisão foi tomada pelo novo presidente do IBGE, Edson Nunes, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Gaúchos montam 'Operação impacto'

Gaúchos montam "Operação Impacto", uma campanha para melhorar a imagem do Rio Grande do Sul. A campanha inclui uma série de ações, como a realização de eventos e a divulgação de informações positivas sobre o estado.

A decisão foi tomada pelo governador do Rio Grande do Sul, Carlos Tinoco, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Preço da carne sobe mais 12% em 5 dias

O preço da carne sobe mais 12% em 5 dias, segundo o IBGE. A alta é atribuída à redução da oferta de carne no mercado.

A decisão foi tomada pelo novo presidente do IBGE, Edson Nunes, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Só pesquisa valoriza dinheiro do consumidor

Só a pesquisa valoriza o dinheiro do consumidor, segundo o IBGE. A pesquisa indica que a maioria dos consumidores não valoriza o dinheiro, o que pode levar a uma redução no consumo.

A decisão foi tomada pelo novo presidente do IBGE, Edson Nunes, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Gaúchos montam 'Operação impacto'

Gaúchos montam "Operação Impacto", uma campanha para melhorar a imagem do Rio Grande do Sul. A campanha inclui uma série de ações, como a realização de eventos e a divulgação de informações positivas sobre o estado.

A decisão foi tomada pelo governador do Rio Grande do Sul, Carlos Tinoco, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Preço da carne sobe mais 12% em 5 dias

O preço da carne sobe mais 12% em 5 dias, segundo o IBGE. A alta é atribuída à redução da oferta de carne no mercado.

A decisão foi tomada pelo novo presidente do IBGE, Edson Nunes, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Só pesquisa valoriza dinheiro do consumidor

Só a pesquisa valoriza o dinheiro do consumidor, segundo o IBGE. A pesquisa indica que a maioria dos consumidores não valoriza o dinheiro, o que pode levar a uma redução no consumo.

A decisão foi tomada pelo novo presidente do IBGE, Edson Nunes, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Gaúchos montam 'Operação impacto'

Gaúchos montam "Operação Impacto", uma campanha para melhorar a imagem do Rio Grande do Sul. A campanha inclui uma série de ações, como a realização de eventos e a divulgação de informações positivas sobre o estado.

A decisão foi tomada pelo governador do Rio Grande do Sul, Carlos Tinoco, em conjunto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

“[...] a
comunicação
interna tinha
que começar
na própria
Coordenadoria;
o contínuo que
ia para a rua
entregar um
comunicado sabia
o que estava
entregando.”
(Shirley Soares)

Meio ambiente é tema de debate em Mangueira

A Semana Nacional do Meio Ambiente será comemorada no IBGE com o I Simpósio Sobre Recursos Naturais e Meio Ambiente, de 6 a 8 de junho, no auditório de Mangueira, no Rio. Além do Diretor de Geociências, Mauro Mello, que fará a abertura oficial do simpósio, participam técnicos do Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais e dos Departamentos Regionais de Geociências.

Foram convidados, também, técnicos da Fundação Brasileira de Conservação da Natureza, Instituto Brasileiro de Defesa Florestal, Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente, Fundação Getúlio Vargas, Secretaria Estadual do Meio Ambiente e os Institutos de Geociências da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Entre outros temas, serão abordados o IBGE na Antártica, Estudo Integrado de Recursos Naturais em Áreas Específicas do Programa Grande Carajás, Projeto de Proteção ao Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas, Domínio Ecológico das Caatingas Nordestinas e Dinamismo da Vegetação do Sul do Brasil.

Semana Nacional do Meio Ambiente, realizada no prédio do IBGE na Mangueira, no Rio de Janeiro, no *Jornal do IBGE*, maio 1988.

realizada anualmente, mas ressalta que sempre houve mais eventos em estatística. Trata ainda do enorme esforço de divulgação de informações regionalizadas, feitas com as equipes das Delegacias (hoje ditas Unidades Estaduais do IBGE). Afirma lembrar-se de ter feito visitas a Goiânia, a São Paulo⁹⁰, a Salvador e a Brasília.

Durante a entrevista⁹¹, em diálogo com os presentes, foi lembrado que Shirley Soares tinha por prática, com relativa frequência, reunir a equipe, sem exclusão de ninguém, jornalistas junto com secretária, motorista, contínuos, etc. e dizer o que estava sendo feito, ou fora feito. A seu juízo, “isso é de certa forma uma forma de comunicação interna, ou seja, a comunicação interna tinha que começar na própria Coordenadoria; o contínuo que ia para a rua entregar um comunicado sabia o que estava entregando”.

Em síntese, Shirley Soares deu forma à Comunicação Social no IBGE, e esteve à frente da Coordenadoria Social, a menos de pequenos intervalos, nas gestões Edmar Bacha (ainda como simples assessora), Edson Nunes (como Assessora, e já como Coordenadora, como seria daí em diante, e até hoje), Charles Mueller⁹², Eduardo Augusto Guimarães, Eurico Borba, Silvio Minciotti e no início da gestão Simon Schwartzman, quando a deixaria para assumir a Coordenadoria de Projetos Especiais, posto no qual criaria uma *newsletter* (*Carta IBGE*). Sobre a missão cumprida, emana da entrevista inegável satisfação, “foi um privilégio para mim, foi o meu maior desafio como criadora de setores de imprensa e de comunicação na minha carreira, de fato, foi o maior desafio, e foi enriquecedor”. E, até com certa nostalgia, declara: “eu gosto tanto do IBGE, e eu acredito tanto no trabalho do IBGE, que foi um privilégio ter trabalhado aqui, eu trabalhei lá”. E sempre reprisa que “ter trabalhado com as cabeças pensantes da época, ter trabalhado com tanta gente que até hoje é meu amigo, que reconhece meu trabalho, muito deixa feliz, aprendi muito com eles” (SOARES, 2017).

Edson Nunes, em cuja gestão, Shirley Soares, lançou os alicerces da Comunicação Social do IBGE, e criou o *Jornal do IBGE*, convidado a lembrar daquele período, ofereceu o seguinte testemunho:

Todo o mérito criativo pertence mesmo à Shirley. Ela saberá melhor que eu das razões, já que foram da lavra dela. O mérito é dela. Lembro de um princípio relevante, o de que que as publicações não tivessem o cunho de divulgação/propaganda, mas sim que dessem o tom técnico pela palavra dos responsáveis, por meio de reportagens séria e neutras. Daí o nome, *Jornal do IBGE*. Ela pensava que a melhor propaganda/divulgação seria dada pela demonstração de isenção e competência que fluem naturalmente da palavra dos técnicos responsáveis por meio de reportagens isentas. Ela usou o mesmo princípio num excelente boletim que fizemos, posteriormente, na Candido Mendes (eu tenho comigo, no escritório, alguns exemplares e posso lhe passar o nome específico do dito cujo). Era um boletim de divulgação, claro, mas se baseava em reportagens, matérias feitas com os responsáveis pelos diversos setores e programas.

O “caminho dos índices” era crucial naquela época. Andavam sob ataque, com repercussão na imprensa, desde a gestão do Edmar, por pessoas da área econômica do governo. Inclusive insinuavam ou afirmavam que os entrevistadores não obtinham o preço efetivamente praticado, mas o preço de propaganda. Lembro que fiz, discretamente, uma grande reunião com os entrevistadores/coletores, naquele prédio que o IBGE tinha no Humaitá, para evitar chamar a atenção, na qual tive a oportunidade de

⁹⁰ O *Jornal do IBGE*, de outubro de 1989, trouxe a matéria “Encontro com imprensa paulista”, quando foram divulgados resultados da indústria. Na ocasião, Shirley Soares disse que “A entrevista foi mais para o didático, pois é objetivo da Administração familiarizar cada vez mais os jornalistas com os nossos assuntos”. E anunciou que em novembro haveria visita ao Rio Grande do Sul, e em dezembro à Bahia.

⁹¹ Entrevista oral concedida a Silvia Maia Fonseca e a Nelson de Castro Senra, realizada nas dependências do CDDI, no Rio de Janeiro, em 12 jul. 2017. Participaram também da entrevista Teresa Cristina Millions e Marco Aurélio Martins Santos.

⁹² Quase ao final da gestão Charles Mueller, por dois ou três meses, Shirley Soares deixou o IBGE, mas logo retornou a convite do novo Presidente, Eduardo Augusto Guimarães, ocupando a mesma função, de Coordenadora de Comunicação Social.

conversar abertamente sobre os métodos de abordagem e coleta, dando-me a total confiança de que os boatos eram incorretos e me permitindo uma defesa, quando necessária, da lisura da coleta.⁹³

Fazíamos Cafés da Manhã com jornalistas, tudo, de novo, mérito da Shirley, e sempre mantivemos com eles uma excelente e amistosa relação. Lembro de vários... Por alguma razão lembro bem do Guilherme Barros, então muito jovem e competente, talvez pelo seu ímpeto de juventude, acho que ainda na Gazeta. Shirley também andou paudando entrevistas em rádios e televisão.

Em geral, tenho doce memória do pessoal da imprensa que nos cobria, tanto nos contatos individuais, quanto pelas entrevistas coletivas naquela sala de reuniões acima do gabinete da presidência. Muitos nomes me aparecem na memória, tanto dos setoristas quanto do pessoal de redação e dos departamentos de economia. E, obviamente, tenho uma especial, carinhosa, memória da Shirley e do seu alegre e competente trabalho (NUNES, 2017).

A vez do *Jornal do IBGE*

Após a revista *Nova Imagem*, e logo no início da gestão Edson Nunes, seria criado um novo *house organ* para a Casa, o *Jornal do IBGE*, tendo Shirley Soares como editora. Seu número inaugural (zero) seria em maio de 1987. Em editorial, logo no início do Jornal, são dadas as razões para seu formato tabloide, sem cores, enfim, sem o luxo da revista a que substituiu: “Aos preços de hoje, a edição do *Jornal do IBGE* custa aproximadamente dez vezes menos do que a da *Revista*”, e segue: “Outros objetivos, não menos importantes, são a agilidade na informação, o alcance cada vez maior do número de leitores e o conhecimento ampliado da gente, das coisas e das causas do IBGE”, e justifica:

Final, temos 26 Delegacias e mais de 800 Agências espalhadas por este Brasil afora e queremos ‘encurtar’ distâncias: receber notícias para dar notícias. Rapidamente. Um exercício de verdadeira comunicação, aquela de ‘mão-dupla’, que realimenta continuamente a informação” (*JORNAL DO IBGE*, 1987, n. 0, p. 2).

Esse primeiro número trazia, dando início a uma prática, uma entrevista com o presidente Edson Nunes (há cinco meses no cargo, então), com uma chamada na primeira página “A meta é valorizar a eficiência e investir no pessoal”. A entrevista, por sua vez, tinha por título “Ou tocamos juntos o IBGE que a gente quer ou não teremos sucesso”. Além dessa entrevista, haveria o editorial, e as seções “Espaço aberto” para envio de cartas, dúvidas e sugestões dos ibgeanos, “Pelo Brasil afora”, com notícias dos estados, postos nas Regiões Geográficas, “Classificados” para compra e venda em geral, “IBGente” para revelar os artistas da Casa. Trazia ainda matérias culturais (também de saúde, e outras), e neste número tratou do grupo de teatro Faz de Conta, criado em Minas Gerais (adiante, seria a vez do grupo Ao AKaso, criado na sede). Nesse número haveria uma

JORNAL DO IBGE — Maio de 1987



Há cinco meses na Presidência do IBGE, o cientista político Edson de Oliveira Nunes revela neste número zero do JORNAL DO IBGE as suas primeiras impressões.

Fluminense de Bom Jesus de Itabapoana, 39 anos, Edson Nunes é formado em Ciências Sociais e em Direito pela

Universidade Federal Fluminense e fez doutorado em Ciência Política na Universidade de Berkeley, Califórnia.

Durante os 60 minutos de entrevista, ele mostrou entusiasmo e atenção ao responder às perguntas e, no final, sugeriu que “Conversa com o Presidente” não fi-

Página 3

CONVERSA COM O PRESIDENTE

“OU TOCAMOS JUNTOS O IBGE QUE A GENTE QUER OU NÃO TEREMOS SUCESSO”

casasse só nesta edição, mas se tornasse parte integrante do jornal. Através desta seção, espera maior aproximação com os empregados de todo o País, acreditando não se poder administrar “de longe”. E ressalta que, para se criarem valores novos, é preciso estar o mais próximo possível daqueles que fazem a Casa “andar”.

maioria, precisam ser recuperadas. Em termos funcionais, também estamos começando a verificar a situação das diversas categorias profissionais. A área de Recursos Humanos está iniciando ação mais ativa no que se refere, por exemplo, à política de treinamento, além da melhoria dos serviços médicos e odontológicos. Quanto a estes últimos, tenho recebido um grande número de queixas. Por isso, a Diretoria de Administração está fazendo uma avaliação nessa área, verificando as deficiências. Vamos resolver o problema para que o empregado tenha um atendimento adequado. Afinal, o IBGE tem 25 médicos e nove dentistas, no Rio. Ou seja, um número elevado de profissionais, se comparado ao da maioria dos municípios brasileiros.

Jl — No IBGE há casos de empregados em desfiliação. O que está sendo feito nesse sentido?

EN — Nós consideramos que os empregados graduados em determinadas áreas e que se encontram em desfiliação devem ter sua competência verificada, podendo ser aproveitados de acordo com a avaliação e necessidades do quadro. Neste mês, estão sendo abertas as inscrições para recrutamento interno, em todo o País. A previsão é de que em julho sejam realizadas as provas, e, ao todo, são cerca de 30 vagas de nível superior, divididas nas seguintes carreiras: advogado, contador, administrador, técnico de divulgação, assistente social e analista especializado. Não é ainda a solução final de todos os problemas, mas é um bom começo.

Jl — Qual a situação da SIAS, depois do Decreto sobre os Fundos de Presidência Privada?

EN — A situação da SIAS é muito delicada, depois do Decreto publicado na mesma época do Plano Cruzado II. Contudo, há um processo de negociação no qual estamos pessoalmente empenhados e que, certamente, vai assegurar uma solução satisfatória para a SIAS.

Jl — Uma palavra aos empregados nos 51 anos do IBGE.

EN — Precisamos intensificar a nossa competência técnica e administrativa. Encontramos no IBGE vários tipos de empregados: competentes e trabalhadores, competentes que não trabalham, não muito competentes que trabalham e, ainda, os não competentes que não trabalham. Queremos pessoas competentes que trabalhem! Uma instituição de pesquisa deve contar com profissionais que tenham, além de competência, criatividade, seriedade e responsabilidade pelos trabalhos. Afinal, o IBGE é a mais completa e a mais complexa instituição de pesquisa do País.

Jl — Os empregados podem participar do CCCI através das chefias?

EN — Sim, pois o que percebemos é que, na medida em que a alta Direção fica distante das chefias intermediárias, é como se houvesse um distanciamento muito grande entre a estratégia da Administração e os empregados. Eu queria que as pessoas percebessem que não são duas coisas diferentes, porque ou tocamos juntos o IBGE que a gente quer criar ou não vamos ter sucesso. É, também, através de um processo de participação ativa das chefias intermediárias que pretendemos integrar todos os empregados nas tomadas de decisões que norteiam esta Casa daqui em diante. Tanto é que foi igualmente criado o Comitê Consultivo de Chefias, com o mesmo objetivo, só que em nível setorial. Ou seja, haverá reuniões internas com os Diretores, também de dois em dois meses, intercaladas com as do CCCI.

Jl — De que forma esta mudança vai beneficiar os empregados?

EN — Ela vai beneficiar no sentido de aumentar os canais de informação e de participação no processo decisório da Casa. Nosso objetivo é deixar claro que o IBGE vai ser IBGE que não fazemos juntos e não uma instituição da Diretoria ou da Presidência. Isto porque os Diretores e o Presidente passam e o IBGE continua.

Jl — Essa mudança é a longo, médio ou curto prazos?

EN — A mudança de valores é a longo prazo, mas a do processo decisório com

maior participação é imediata. Não devemos imaginar, contudo, que ao criar um canal de comunicação estaria resolvido o problema. A eficiência desse mecanismo vai depender de como será usado e do grau de participação obtido. Estou convicto de que as soluções estruturais sócinhas não produzem modificações.

Jl — O IBGE tem excesso de empregados?

EN — Tem. Principalmente pela expansão indevida durante os períodos dos Censos. Esse problema vem sendo resolvido de maneira lenta e gradual, como efetivamente deve ser feito quando se trata de questões tão delicadas como o emprego e a sobrevivência das pessoas. Entre 1979 e o início da Nova República, o efetivo do IBGE aumentou em 45%, o que não é justificado nem mesmo pela ampliação dos seus serviços. Quando o Professor Edmar Bacha assumiu a Presidência, o IBGE, considerando também o Projeto Radam, tinha cerca de 14.500 empregados. Hoje, somos cerca de 13.300. Isto é, ao longo de dois anos houve diminuição de aproximadamente 1.200 empregados. Temos indicações de que estamos economizando cerca de 50 empregos por mês. Isto, através de uma política de não reposição daqueles que se demitem, exceto em casos de necessidade. Continuamos, também, com os incentivos que garantem às pessoas que já possam se aposentar, que o façam em melhores condições financeiras. Portanto, a questão do excesso só se resolve a médio e longo prazos. Não podemos resolver a curto prazo uma questão que se acumulou ao longo de tantos anos.

Jl — Na área social, quais são as prioridades?

EN — Queremos melhorar as condições de trabalho no IBGE. Em termos de instalações, sinto, por exemplo, que elas, em

• Salvo Fonseca Monteiro, Telefonista, da Sede — Por que o Presidente do IBGE e os Diretores ainda não visitaram a sala das telefonistas? E quando será instalado o novo equipamento telefônico que já se encontra à disposição do IBGE?

• EN — Eu quero me comprometer aqui a ir à sua sala e verificar a questão dos equipamentos. Ainda não visitei uma série de outros setores do IBGE e quero conhecê-los a todos. Porque, repito, não acredito que se possa administrar uma Casa “de longe”. Por isso estou planejando uma sequência de visitas que inclui as Delegacias do IBGE nos Estados.

• Arlindo Ferreira Ramos, Motorista, da Sede — Por que o IBGE não oferece assistência jurídica aos motoristas?

• EN — Arlindo, as providências foram tomadas. Desde o início do mês esse serviço já se encontra à disposição de Vossa. O IBGE tem que oferecer assistência jurídica aos seus motoristas, que dirigem o tempo todo expostos a vários riscos. Quero aproveitar a sua pergunta para informar que estamos melhorando as instalações das salas dos motoristas, no Rio. Também estamos avaliando a possibilidade de construir um galpão novo em Lucas, transferindo a garagem para esse local.

⁹³ Como será visto adiante, Edson Nunes, na seção “Conversa com o Presidente”, (*JORNAL DO IBGE*, 1987, n. 1), dirá “Os preços coletados são aqueles efetivamente cobrados ao consumidor”. E esse mesmo número apresenta reportagem sobre a segunda edição do “Caminho dos Índices” (assunto que seria de novo pautado em março de 1989; no número seguinte, 22 (*JORNAL DO IBGE*, 1989), sairia a matéria “Presidente fala no Congresso Nacional”, em alusão à presença de Charles Mueller tratando desse assunto, que seguia em pauta, devido aos elevados valores da inflação à época).

Brasil em
pauta
A trajetória da
comunicação
no IBGE

propaganda da SASSE - A Seguradora da Caixa, fazendo uma homenagem aos 51 anos do IBGE.

No número um a matéria de capa seria “A imprensa vê índices de perto”, tratando da “realização, pela segunda vez, do ‘Projeto Caminho dos Índices’, para a imprensa, que ‘percorreu’ todas as fases desse processo, desde a coleta até a saída do número no computador central: um dia exclusivo para revistas, outro para jornais e mais outro para emissoras de rádio e TV”. Os jornalistas foram “sempre acompanhados pelas equipes responsáveis por cada uma dessas etapas, eles conheceram mais de perto o IBGE e sua gente, tirando dúvidas para melhor esclarecerem ao público em geral sobre essa nossa atividade, que dá ‘manchetes’ todo mês” (JORNAL DO IBGE, 1987, n. 1, p. 2). E essa também seria a matéria da conversa com o presidente Edson Nunes, “Os preços coletados são aqueles efetivamente cobrados ao consumidor”, que respondeu perguntas dos jornalistas.

Jornalistas da área econômica, representando os principais veículos de Comunicação do País, tiveram um encontro, no Rio, para acompanhar todo o processo

dos índices nacionais de preços do IBGE. Para esclarecer cada uma das etapas envolvidas, bem como questões polêmicas sobre esses índices, estavam à disposição o Presidente Edson Nunes e o Diretor-Geral Alexandre Amaral Rezende; o Diretor de Pesquisas, Eduardo Augusto Guimarães, e o Chefe do Departamento de Índices de Preços, Ricardo Braule Pinto. (JORNAL DO IBGE, 1987, n. 1, p. 1)

O número seguinte (dois), em julho, a entrevista com o presidente tem por título “Nossos trabalhos são de domínio público e pertencem à sociedade que os financia”, um tema que, sai e entra presidente sempre volta à pauta do Conselho Diretor: há ou não que cobrar pelas informações produzidas pelo IBGE?, cobra-se apenas pela mídia pela qual se porta a informação, o por ela também? Enfim, nesse número fica-se sabendo que Paulo Tafner assumira a chefia do CDDI, acumulando a função com a Diretoria de Informática (saía Suzana Mueller); sua meta seria modernizar a disseminação. Sabe-se também que o tema “cor” voltaria ao questionário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

O número três, em agosto, acalenta a mudança do Complexo da Mangueira, no Rio de Janeiro, o que só ocorreria na gestão Simon Schwartzman, quase 10 anos depois. Em sua seção, o presidente desdobra a extinção da Diretoria de Administração, e afirma que “A Diretoria-Geral deve ser pensada como a Vice-Presidência” (JORNAL DO IBGE, 1987, n. 3, p. 3). O titular da Diretoria-Geral era, então, Eduardo Augusto Guimarães, que adiante seria Presidente (em seu lugar na Diretoria de Pesquisas ficaria José Guilherme Almeida Reis, que, na gestão Eduardo Augusto Guimarães, seria Diretor-Geral). Em outra matéria, anuncia-se reforma, para obter leveza, das revistas do IBGE. Há alusão ao Dia dos Pais.

Seguem vários números tratando do acordo salarial, laboriosamente negociado. No número quatro (setembro), Edson Nunes afirma que “O IBGE, apesar de ser um órgão técnico de pesquisas, tem se preocupado pouco com a disseminação destes resultados”, e anuncia a próxima realização de um seminário sobre disseminação⁹⁴ (JORNAL DO IBGE, 1987, n. 4, p. 1). Em dezembro, no número sete, Edson Nunes assina mensagem natalina.

Em janeiro de 1988, no número oito, há matéria sobre alcoolismo, e em fevereiro, número nove, sobre tabagismo. Em março, o número 10 traz matéria de capa sobre os 50 anos da gráfica, e tem entrevista com o Diretor de Pesquisas (José Guilherme Almeida Reis) com ênfase nos índices de preços; e o IBGE sofre uma intervenção na presidência (13.04 a 03.05.1988), caindo Edson Nunes (JORNAL DO IBGE, 1988). Em abril, no nú-

O programa do
seminário sobre
disseminação foi
divulgado no *Jornal*
do IBGE, jun. 1987.

JORNAL DO IBGE
ANO I — NOVEMBRO DE 1987 — Nº 6

Censo 90
A Comissão Consultiva do Censo Demográfico de 1990, composta de oito membros, já tem suas atribuições e seu cronograma: deverá se reunir uma vez por mês para fornecer subsídios à Diretoria de Pesquisas. O objetivo é colaborar na definição do questionário a ser aplicado, participar da seleção dos quesitos e da escolha da amostra, acompanhar a realização do Censo Experimental e discutir os critérios de apuração de dados e divulgação dos resultados.

Carta-Imagem
Um processo de impressão de cartas baseado em imagens do satélite Landsat 5-TM muito mais precisa e detalhada. É o que está sendo testado e avaliado na Gráfica do IBGE em Lucas. Com o acompanhamento de técnicos avançados que estão ajudando a implantar esta tecnologia, o IBGE estuda a possibilidade de imprimir Cartas-Imagem de Sensores Remotos Orbitais, cumprindo, assim, sua parte no convênio assinado entre a Casa e a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais com a participação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. (Página 5)

Restaurante
O restaurante e as duas lanchonetes de Mangueira voltarão a funcionar já no início do próximo ano. A licitação para a escolha da firma que vai explorar este serviço será aberta no dia 27 de novembro. Por questões de ordem operacional, a mesma empresa cuidará tanto do restaurante, servindo uma seleção balanceada por dia, como das duas lanchonetes.
O restaurante e as lanchonetes de Mangueira foram fechados no ano passado, depois de negociações para que esses serviços fossem substituídos pelos valores-refeições.
O contrato a ser assinado será válido de um ano, podendo ou não ser renovado, e a Direção está estudando a abertura de outras licitações para o funcionamento de restaurantes na Escola Nacional de Ciências Estatísticas e no prédio da Rua Esplanada.

ANPOCS
As técnicas Valéria Motta Leite, demônica do Departamento de População, e Zuleika Lopes de Oliveira, socióloga do Departamento de Emprego e Rendimentos, participaram do II Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais — ANPOCS, realizado em Águas de São Pedro — 190 km a noroeste de São Paulo. Valéria Leite falou sobre planejamento do Censo 90 e Zuleika Oliveira sobre a mulher na força de trabalho.

Reverendo a Política de Disseminação
Com o objetivo de cultuar subsídios para o estabelecimento de uma política de disseminação de informações da Casa, será realizado de 1ª a 9 de dezembro o Seminário de Disseminação de Informações. O evento será dividido em duas partes: a primeira — Conhecendo o IBGE — é aberta aos funcionários que se inscreveram através de fichas e pontos de inscrição instalados nos Grupos Executivos de Administração (GEAs) e na Gerência de Marketing do Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Nesta fase, que termina dia 7, as Diretorias de Pesquisas, Geociências, Informática e o CDDI farão exposições de seus acervos, recursos, tipos de estudos e serviços ligados à função de disseminação. Estão previstas palestras simultâneas e em dois auditórios: do MEC, no Centro, e de Mangueira.
Além de levar ao conhecimento dos funcionários, através de debates e exposições, as peculiaridades de cada área ligada à disseminação, essa primeira parte tem como objetivo, também, obter subsídios para a discussão do segundo tema, nos dias 8 e 9 de dezembro. Nesta segunda parte — Política de Disseminação — diversos técnicos, representando as várias áreas

É tempo de investir no pessoal dos Censos
“O Censo é a atividade nobre do IBGE.” Palavra de Maria Valéria Junho Pires, Diretora-Adjunta de Pesquisas, que após o aprimoramento da seleção do pessoal para trabalhar nos Censos e destaca a importância do seu treinamento.
“Como não são uma atividade rotineira, os Censos exigem uma atitude inovadora, criativa, não tradicional”, garante, acrescentando que não espera dos que atuam nos Censos um comportamento rotineiro, pois a cada momento eles podem se deparar com a necessidade de classificar um novo dado. Daí ser política da Diretoria de Pesquisas selecionar funcionários da Casa que mais se adaptem a esse perfil de responsabilidade, dedicação, criatividade e de abertura para o novo.
Maria Valéria lembra ainda que os Censos retratam as alterações na estrutura de posse de terra, de propriedade, de movimentos migratórios, de configuração das diversas classes sociais e das tendências estruturais da sociedade brasileira, entre outros assuntos. “O Censo faz História. O Censo não pode falhar”. enfatiza. E é justamente por isso que ela defende a valorização desta atividade — “por excelência a função do IBGE” — e do seu pessoal. (Matéria sobre Um Mês Muito Especial na página 8)

OIBGE no Congresso da ANPEC
O Presidente Edson Nunes foi um dos oradores da solenidade de abertura do XV Congresso da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia — ANPEC, que contou ainda com a presença do Governador da Bahia, Waldir Pires, do Secretário do Tesouro Nacional, Andrea Calabi, e do Secretário-Geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luciano Coutinho. Do evento, realizado de 1ª a 4 de dezembro no Hotel Méridien, em Salvador, participaram pelo IBGE, o Diretor-Geral, Eduardo Augusto Guimarães; o Diretor de Pesquisas, José Guilherme de Almeida Reis; o Diretor

⁹⁴ Esse seminário de disseminação será objeto de análise no próximo capítulo desta parte da publicação.

mero 11, o interventor, Celsius Lodder, passa o cargo a Charles Mueller, com a seguinte mensagem:

Ter dirigido o IBGE, mesmo por tão pouco tempo, significa muito para mim. Ter encontrado pessoas dedicadas e de elevado espírito público não foi surpresa. Conhecia de longa data esta Casa. Esta experiência só faz aumentar o respeito que tinha, tenho e terei pelo IBGE. Sabendo dos meus passos, porque nunca tentei andar longe de mim, permaneço fiel à vocação de servidor público. Ao agradecer a cada um de vocês, quero também dar as boas-vindas ao Professor Charles Curt Mueller, que aqui já prestou a sua colaboração como Diretor. Ao amigo Mueller e aos funcionários desta Casa o meu respeito e os votos de pleno êxito em mais esta etapa de sua história, na certeza de que somente chega quem caminha. (JORNAL DO IBGE, 1988, n. 11, p. 3)

Já na nova gestão, o número de julho (14) apresenta entrevista com David Wu Tai, como Diretor-Geral, falando da descentralização modernizadora na administração. O número de agosto (15) daria ênfase ao início do Censo Demográfico, com o experimental realizado em Limeira. No número de setembro (16) será a vez de Paulo Tafner (já não mais acumulando a função de Diretor de Informática, mas apenas sendo chefe do CDDI) dar uma entrevista, “CDDI, mais informações ao alcance de todos”, e anuncia que seriam acrescentadas às estruturas das Unidades Regionais (leia-se Estaduais) um Setor de Documentação e Disseminação de Informações (hoje são ditos Setor de Disseminação de Informações). O número seguinte (outubro) aborda a inserção do IBGE nos debates da Constituinte.

Avançando. O número de janeiro de 1989 (20) tem na capa a matéria “Novo Sistema de Contas Nacionais: a vida econômica do país em números”, abordando o instante em que o IBGE assume em caráter definitivo a produção das Contas Nacionais brasileiras. Traz uma entrevista com o presidente Charles Mueller, “Este é o nosso grande ano em termos de preparo do Censo” (JORNAL DO IBGE, 1989, n. 20, p. 1). Em março seguinte (n. 22) o assunto principal será o Caminho dos Índices, novamente promovido para jornalistas (sendo Lenildo Fernandes Silva o Diretor de Pesquisas, e Ricardo Braule Pinto o chefe do Departamento de Índices de Preços). Adiante, o número de maio (24) seria festivo, aos 53 anos do IBGE, já na capa trazendo o retrato de vários presidentes, e várias matérias históricas. O número de julho (26) traz matéria sobre a criação do Estado de Tocantins.

O número de novembro de 1989 (30) comemorou os 100 anos do golpe militar contra a ordem monárquica, implantando a República. A capa, com o título “Brasileiros voltam às urnas para escolher o Presidente”, trouxe os retratos dos presidentes Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Hermes da Fonseca, Venceslau Brás, Delfin Moreira, Epitácio Pessoa, Artur Bernardes, Washington Luis, Eu-



Capa do
Jornal do IBGE,
nov. 1989,
reportagem
sobre as eleições
para Presidente
da República.

rico Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros, deixando um espaço em branco para o que seria eleito nas próximas eleições. Noutra seção, trouxe a relação completa dos presidentes, e mais adiante narrou a história das constituições republicanas, “As cartas escritas para constituir a nação”, concluindo com uma matéria sobre os partidos, “Falta tradição aos partidos políticos” (o que mantém incrível atualidade). Nas páginas 4 e 5 colocou as respostas dos 22 candidatos à presidência à pergunta “Qual o papel do IBGE no seu programa de governo?”, e seguem as respostas dos dois candidatos que alcançaram o segundo turno:

O carioca Fernando Collor⁹⁵ (PRN/ PTR/ PSC/ PST), n. 20, tem Itamar Franco como vice.

Fornecer o retrato do país para orientar o planejamento central do governo; esta missão histórica do IBGE deverá ser preservada de toda e qualquer ingerência externa, decorrente das marchas e contramarchas da conjuntura política. E recursos que garantam o prosseguimento do competente trabalho que vem sendo realizado pelos 14 mil funcionários desse Instituto.

[...]

O pernambucano Luís I. Lula da Silva (PT/PSB/PCdoB), n. 13, tem Paulo Bisol como vice.

No nosso governo, o IBGE, assim com outras instituições que, nos últimos anos, foram vítimas do autoritarismo, passará a estar permanentemente a serviço da sociedade. Os compromissos do IBGE, já não serão diretamente subordinados aos interesses do governo⁹⁶

⁹⁵ Presidente que seria eleito, tendo por Vice, o mineiro Itamar Franco.

⁹⁶ O IBGE, desde sua origem, por orientação explícita de Teixeira de Freitas e de Macedo Soares, foi uma instituição de Estado e jamais de governo.

– o que, no passado, deu lugar a manipulações⁹⁷, apesar da resistência do corpo técnico. A principal função do IBGE será informar corretamente à sociedade, sem qualquer dúvida, sobre a seriedade dos dados divulgados. (JORNAL DO IBGE, 1989, n. 30, p. 4-5)

O número em análise terminava com uma matéria sobre o plebiscito marcado para 07.09.1993, em respeito ao previsto na primeira constituição republicana (1891) e até aquele momento jamais cumprido, sobre se os brasileiros preferiam o regime monárquico ou o republicano. O título da matéria era “Monarquistas também em campanha”.

Em novembro haveria um número especial (31), do *Jornal do IBGE*, em alusão à III Conferência Nacional de Estatística (na ocasião não haveria a correspondente Conferência Nacional de Geografia). Longos 17 anos separavam aquela Conferência da anterior realizada na gestão de Isaac Kerstenetzky (a primeira fora realizada na gestão de Sebastião Aguiar Ayres). A abertura de Charles Mueller é primorosa:

[...] O patrocínio do IBGE se impõe como imperativo legal na sua função de coordenador do Sistema Estatístico Nacional e a proposta de reunir técnicos para avaliar a adequação das estatísticas produzidas no País se apresenta mais do que nunca necessária. Mudanças estruturais se processaram na vida da nação, e estamos às vésperas de um novo Governo. O Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas necessita se adequar à nova realidade e às novas expectativas. Deve-se constituir um instrumento eficaz para conhecer e planejar. [...] A Confest é parte importante do trabalho que o IBGE vem realizando para melhorar a sua atuação. Ela coroa um esforço, que tem se intensificado, de documentar e disseminar entre usuários e outros órgãos produtores, as nossas metodologias, de discutir com a comunidade científica os nossos procedimentos e resultados e de esclarecer à opinião pública sobre as características da nossa produção. Com a III Confest poderemos avançar em confiança e em merecer os recursos que a sociedade infeste em nossa organização. (JORNAL DO IBGE, 1989, n. 31, p. 1)

O número de janeiro de 1990 (33) traz várias chamadas na primeira página: “Um Brasil moderno precisa investir no IBGE”, “Força para as Unidades Regionais”, “Esta Casa tem futuro”, “Informações processadas na hora”, “Amazônia, uma questão de vida”. A entrevista com o presidente Charles Mueller realça a ideia de que “Se a realidade é uma caixa-preta... as ações ficam complicadas e as decisões saem erradas”. Adiante, David Wu Tai destaca o programa de valorização dos Recursos Humanos, e advoga sua continuação; e José Sant’Anna Bevilaqua destaca a Marcha da modernização da informática. Ainda haveria matérias com Lenildo Fernandes Silva, Diretor de Pesquisas, e com Mauro Mello, Diretor de Geociências. Foi um misto de otimismo e preocupação, ao limiar do novo governo da República, e com expectativa de mudanças no IBGE (JORNAL DO IBGE, 1990, n. 33).

Os dois números seguintes do Jornal, que seriam os últimos, fevereiro (34) e março (35), já não teriam Shirley Soares como editora, mas sim Edson Costa. Ela deixaria o quadro do IBGE por breve tempo. Não haveria mudanças significativas na programação. O número de março de 1990 (o último) traria na capa uma foto e a notícia da aquisição da casa em que nascera Teixeira de Freitas em São Francisco do Conde, na Bahia, usada para sede da Agência de Coleta, e tendo uma sala usada como Museu, afora trazer matéria sobre esse notável brasileiro, “Esse ibgeano marcou época”, e anunciava a agenda de festejos do seu centenário de nascimento (em 31 de março de 1890), agenda que fora organizada pela jornalista Lucia Hippolito (antiga chefe de Gabinete de Edson Nunes) (JORNAL DO IBGE, 1990, n. 34-35)⁹⁸.



Capa do *Jornal do IBGE*, jan. 1990.

⁹⁷ Cabe frisar que jamais em sua história o IBGE cometeu manipulações nos resultados de suas pesquisas.

⁹⁸ A referida comemoração só se daria no ano seguinte, já quando da instalação do Complexo Canabarro, no Maracanã, no Rio de Janeiro, e já na gestão Eduardo Augusto Guimarães. Na ocasião o auditório do referido Complexo foi nominado como Auditório Mário Augusto Teixeira de Freitas.

Com o final desse veículo, o IBGE ficou sem um *house organ* ao longo das gestões Eduardo Augusto Guimarães, Eurico Borba, Silvio Minciotti e em parte da gestão Simon Schwartzman.

O Censo 1991 tem o seu próprio jornal

Em 1991, ano do Censo Demográfico, a Coordenadoria Operacional dos Censos, sob a chefia de David Wu Tai, aproveitou a permanência na Casa da jornalista Lena Frias (que fora editora da revista *Nova Imagem*, logo após Paulo Murillo), para criar o *Jornal do Censo*⁹⁹, que circulou de setembro a novembro. Teria ao todo 11 números, quatro em setembro, quatro em novembro e três em dezembro.

No seu número inaugural (um) traria um editorial assinado pelo presidente Eduardo Augusto Guimarães falando do censo de 1991, “Ponto de partida para o século XXI”. E teria uma entrevista com Austregésilo de Athayde, presidente da Academia Brasileira de Letras - ABL, “Austregésilo quer ver recenseamento do ano 2000”. David Wu Tai, como coordenador-geral dos censos 91, falaria aos repórteres, “Como somos? Quem somos?”. O número seguinte (dois) daria realce ao apoio da imprensa, “Censo na imprensa”. O terceiro número abordava a complexa questão da “cor”, “Qual a verdadeira cor desta nossa gente morena?”. Em páginas duplas, o número quatro mostrou o trabalho no Serviço Gráfico imprimindo os questionários censitários. A seguir, no quinto número, veio a questão indígena, e mostrou a inserção do censo na Escolinha do Professor Raimundo. Logo viria a palavra sensata de D. Helder Câmara, abordando as mudanças sociais, no sexto número, e ainda falando o quanto os censos inspiravam cordelistas, contistas e poetas (há um belo poema de Carlos Drummond de Andrade a propósito do Censo Demográfico de 1970). O sétimo número lembrou a atuação do então Presidente da República, JK, no censo de 1960 (ao tempo da gestão Jurandyr Pires Ferreira). O número seguinte considerou os Pomeranos para abordar a imigração, “Pomeranos: ‘Vi sien brasilieinen’ (nós somos brasileiros)”. No nono número, a editora Lena Frias deixou um recado aos leitores:

A quantidade do material que vem chegando de todo o Brasil à redação do censo – incluindo cartas, telegramas e correspondência de estímulo ao nosso trabalho, e até mesmo mensagens de colegas nossos que trabalham na imprensa brasileira em geral, muito nos sensibilizam. Desejariamos dispor de espaço suficiente no jornal para publicar tudo o que nos chega dia a dia – crônicas, relatos, casos, “causos”, depoimentos, anedotas, charges, fotos, material que vamos aproveitando na modesta medida do possível. Nada, porém, fica perdido, tudo é organizado e guardado a fim de se tornar à crônica do Censo 91. Juntos e à nossa maneira, estamos certamente contribuindo para a História, que só se constrói a partir das histórias dos seus cidadãos. (FRIAS, 1991, p. 3)

Logo abaixo desse “Recado da editora” há uma frase do jornalista João Luiz Faria Neto, que bem merece reprodução, pelo tanto que deposita, de modo muito poético, em confiança ao IBGE: “Um dia vou propor o Censo poético, aquele que descobrirá na alma coletiva dos brasileiros todos os sonhos escondidos e se transformará, com a competência do IBGE, no periódico Anuário Brasileiro dos Sonhos, coisa pra sensibilizar políticos e arquivar cartomantes”.

O penúltimo número (10) faria alusão aos censos antigos, inclusive às referências bíblicas, lembrando o quarto livro do Pentateuco, *Números*, bem assim o nascimento de Jesus, no contexto de um censo romano, conforme o Novo Testamento. Traz ainda uma matéria assinada por Geraldo França de Lima, membro da ABL,



⁹⁹ Para informações complementares, consultar: JORNAL DO CENSO. Rio de Janeiro: IBGE, 1991-1996. Quinzenal. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7264>>. Acesso em: maio 2018.

Capas do *Jornal do Censo* veiculado em 1991 e em 1996.



Capa do primeiro número da revista *Vou te contar*, que foi publicada em dois períodos: 2000-2003 e 2009-2011, sobre a temática censitária.

O IBGE, que até então exercera fortemente uma atividade de coordenação, pouco a pouco se tornaria um produtor dinâmico e experiente [...]

sobre o censo. O último número, já com o censo em campo, mostra o trabalho do recenseador, e o faz de modo elogioso.

Em 1996 o *Jornal do Censo* (cinco anos depois, dessa vez sob a editoria da jornalista Micheline Christophe) ressurgiria, e não seria muito diferente da primeira vez. Ainda sobre a temática censitária, adiante, haveria a revista *Vou te Contar*, em dois períodos, 2000-2003 e 2009-2011. Vale notar que também nenhum desses veículos estaria sob o comando da Coordenadoria de Comunicação Social - CCS, mas antes da Coordenadoria Operacional dos Censos - COC¹⁰⁰.

A disseminação de informações para o conhecimento da realidade, o papel do CDDI

A produção de informações estatísticas aumentara (ainda que em ritmo menor, também crescera a produção das informações geográficas e cartográficas); para além das primárias, as estatísticas derivadas ganhariam destaque. O IBGE, que até então exercera fortemente uma atividade de coordenação, pouco a pouco se tornaria um produtor dinâmico e experiente; sua expertise seria reconhecida internacionalmente, e se ombraria a instituições internacionais congêneres.

A oferta variada e ampliada, que emergira de uma demanda específica e programada, a seu turno criaria diversas demandas, coincidindo com o surgimento da pós-graduação no País; assim sendo, o plano tabular de divulgação, tradicionalmente elaborado e oferecido, deixava de atender a todos; novos cruzamentos foram demandados, e se desejou acessos expeditos ao próprio plano tabular padrão. Tendo mais produzido, e havendo mais demanda, era natural que o IBGE mais abrisse seus acervos aos usuários (já quase não mais chamados de consumidores, como até então). Isso se deu pelos avanços da tecnologia da computação, utilizada nos seguintes sentidos.

Primeiro, porque faziam cálculos mais rápidos, abreviando as etapas várias do processo de pesquisa; na verdade, não apenas cálculos, pois podiam montar matrizes tabulares auxiliares que facilitavam muitíssimo a validação das sucessivas agregações.

Segundo, porque viabilizou a sonhada (desde sempre) descentralização da entrada de dados, que deixou de acontecer na sede do IBGE (em *pools* de digitação gigantescos), no Rio de Janeiro, e passou a ocorrer nas capitais das Unidades da Federação, no que não se ganhou apenas rapidez na entrada de dados, e validação nas primeiras etapas de agregação, mas também eficiência na confirmação (junto aos informantes) de informações entendidas como duvidosas.

Terceiro, porque viabilizou armazenar tanto o plano tabular de divulgação, quanto dos microdados (sem identificação dos informantes, por certo). Ora, estando o plano tabular padrão armazenado, tão logo avançasse a tecnologia de comunicação, se pôde oferecer um atendimento mais dinâmico aos usuários. E estando armazenados os microdados, com algum esforço, tornou-se possível atender a usuários específicos com tabulações especiais.

Quarto, por fim, vale frisar que a informática promoveria avanços não apenas no processo de produção, *stricto sensu*, e na divulgação (ou comunicação), *lato sensu*,

¹⁰⁰ Um novo *house organ*, em temática abrangente, surgiria com o título *Boletim IBGE* em agosto de 1995, já na gestão Simon Schwartzman, e teria 22 números (até março de 1998), outro (mais ou menos simultâneo) seria a *Conexão IBGE*, de circulação bastante irregular ao longo de 1998 e 1999. Adiante, com muito melhor qualidade, e regularidade irrepreensível, e não mais no âmbito da Coordenadoria de Comunicação Social, mas sim do CDDI viria, nos anos 2011-2012, a *Revista IBGE* que logo teria o nome alterado para *Fala, IBGE*, seguindo pelo período 2012-2017, quando seria substituído pela revista *Retratos*. Mas estas são histórias de futuro a serem contadas no próximo período deste livro.

mas também no processo de geração (ou criação) dos produtos de divulgação. Por exemplo, a editoração ganhou agilidade, eficiência e beleza; as tabelas do plano tabular padrão (que levariam às publicações) saíam prontas diretamente do computador, bem assim os questionários (que seriam impressos na gráfica).

Nada disso, contudo, foi simples e imediato. Exigiu dedicação e criatividade dos profissionais envolvidos, e não pouco se dedicaram fortemente. A informática, então, não era em nada amigável; exigia programação, exigia diálogo com máquinas, e poucos o faziam com habilidade. Ademais, não raro havia escassez de equipamentos, ainda que muitos fossem bastante modernos; e era possível vivenciar, em certos instantes, o paradoxo da escassez na abundância. Mas houve os avanços, tendo havido, por certo, erros e acertos, erros corrigidos, e acertos valorizados; houve técnicas pioneiras, e houve técnicos pioneiros; fez-se muita história, com reflexos no presente.

Um novo órgão, no contexto da reforma da gestão Edmar Bacha, foi então pensado para organizar essa renovação, o Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI¹⁰¹. Então, a expressão divulgação cederia posição a outra: disseminação. Pois, Suzana Mueller¹⁰², que atuou na referida reforma de estrutura, e foi a primeira titular do CDDI (nov.1986 a jun.1987, já na gestão Edson Nunes) ajuda a entender essa mudança de nomenclatura:

A questão da disseminação tem a ver com a origem da palavra. Divulgação vai pro Google... Disseminação... a origem é a [palavra] semente. Ela pretende que essa informação dê frutos, ela vai com a ideia de ser repercutida, de ser divulgada. Não apenas ser jogada, ser lida, mas sim dar origem a novos conhecimentos. A ideia da disseminação é essa. E o Centro veio justamente de que tudo seria centralizado, não tanto centralizado lá... Mas centralizar qualquer coisa é muito difícil, porque envolve ceder. Alguns devem ceder o poder que tem e isso é muito difícil.

[...]

Há muita discussão entre esses termos divulgação, disseminação, comunicação, mas no ponto de vista acadêmico, ou quando você pensa num autor, num pesquisador, o pesquisador escreve para os seus pares.

¹⁰¹ O novo órgão trouxe a novidade, pela primeira vez no IBGE, de uma unidade superior ser chamada de Centro e não de Diretoria, e ter tido seu titular chamado somente de Chefe, o que não lhe dava status, na tradição ibgeana. Ser Centro soava estranho, mas, ao menos em tese, não lhe diminuía a importância, sendo uma simples questão de habituar-se, mas ter seu titular chamado de Chefe o diminuía perante seus pares (chamados e estatuídos como "diretores"), e tão logo foi possível passou a ser chamado de Superintendente, o que embora não fosse ainda o ideal na lógica ibgeana, já melhorava sobremaneira.

¹⁰² Suzana Mueller é doutora em Ciência da Informação. Em sua entrevista (vista adiante) ela ressalta sempre sua formação para destacar sua preferência pela expressão disseminação em lugar de divulgação.



Suzana Pinheiro
Machado Mueller,
Diretora de Formação e
Aperfeiçoamento de Pessoal
(1985-1987), primeira titular
do CDDI.

Ele escreve numa linguagem hermética, na sua linguagem científica, e ele escreve para os pares. Quando esse conhecimento, o pesquisador, o resultado da sua pesquisa, tem interesse em mostrar para a sociedade, ele vai ser divulgado para o povo. Então existe aqui... Nós fazemos um pouquinho de diferença, mas não há nenhum consenso. Divulgação e disseminação são usadas dessas duas formas. Foi escolhida disseminação lá, eu prefiro disseminação de fato por causa dessa associação da semente, da origem da palavra: sêmen, semente, disseminação; mas não sei dizer assim por que exatamente, para mim foi, pareceu bem¹⁰³.

A propósito, segundo os dicionários, disseminar significa deslocar algo ou alguma coisa para longe, em múltiplas direções, vale dizer, espalhar, de modo a tornar esse algo ou essa alguma coisa amplamente conhecido; a seu turno, ainda segundo os dicionários, e de modo muito similar, divulgar significa tornar público algo ou alguma coisa que não se conhece, ou ainda propagar, ou promover, em suma tornar conhecido. Por fim, como que fazendo uma síntese, comunicar significa transmitir informação, fazer saber, ou, linguagem simplificada, estar ligado, conectar.

Não à toa, quando o Complexo Canabarro (no Maracanã, Rio de Janeiro) foi instalado em 1990, pouco a pouco juntando as unidades do CDDI (à época apenas os Serviços Gráficos seguiram em Lucas)¹⁰⁴, no foyer foi posta a pequena estatueta de um Semeador (do artista plástico Paul Ritgers, inteiramente revestida em bronze), tomado como símbolo da atividade de disseminação, ou seja, a sementeira de informações à Sociedade¹⁰⁵.

¹⁰³ Trechos (editados) da entrevista de Suzana Mueller, em sua residência em Brasília, em 27 de março de 2017, dada a Silvia Maia Fonseca, e a Nelson de Castro Senra, em desdobramento à entrevista feita com seu marido Charles Mueller, na mesma ocasião, quando da elaboração do livro *O desafio de retratar o país: entrevistas com os presidentes do IBGE no período de 1985 a 2015* (SENRA; FONSECA; MILLIONS, 2016).

¹⁰⁴ Na verdade, o acervo de livros só pouco a pouco foi sendo transferido da Av. Franklin Roosevelt para o Complexo, quando se aproveitou a ocasião para se reorganizá-lo.

¹⁰⁵ A referida estatueta foi um presente oferecido ao Embaixador Macedo Soares, em certa ocasião, e que sua viúva, Dona Matilde fez questão de retornar ao IBGE após seu falecimento. Ela aparece em várias fotos do IBGE, inclusive sobre a mesa redonda, quando da primeira reunião de professores após a criação da ENCE.

[...] comunicar
significa transmitir
informação,
fazer saber,
ou, linguagem
simplificada, estar
ligado, conectar.

O último número *Jornal do IBGE* circulou em março de 1990, com uma homenagem a Teixeira de Freitas, fundador e primeiro secretário-geral do IBGE.

JORNAL DO IBGE

ANO III — MARÇO DE 1990 — N.º 35

Um brasileiro de valor



Na segunda Assembleia Geral do IBGE, em 1938, Teixeira de Freitas, de óculos (ao centro), ladeado por parentes e colegas de trabalho.

A casa onde nasceu Mário Augusto Teixeira de Freitas, em 31 de março de 1890, foi adquirida pelo IBGE. Após ser restaurada, em suas dependências funciona a Agência de Coleta do município baiano de São Francisco do Conde.

Em uma de suas salas está instalado o Museu Teixeira de Freitas, aberto à visitação pública, e onde estão expostos objetos pessoais, diplomas, condecorações e publicações do idealizador do Sistema Estatístico Nacional e um dos fundadores do IBGE. Mais detalhes sobre sua vida e obra na página 8.

O evento ocorreu por ocasião dos festejos do centenário de nascimento de Teixeira de Freitas, quando se nomeou com seu nome o auditório do Complexo; na ocasião Eduardo Augusto Guimarães presidia o IBGE.

Após a saída de Suzana Mueller, assume Paulo Sérgio Tafner. Por um tempo (jun.1987 a abr.1988), ainda na gestão Edson Nunes (nov.1986 a abr.1988) ele iria acumular a direção do CDDI com a função de Diretor de Informática, seguindo como titular apenas do CDDI na gestão Charles Mueller (maio 1988 a abr.1990). Em sua gestão terá lugar o Seminário de Disseminação de Informações, realizado no Rio de Janeiro, no período de 1º a 09.12.1987, tendo por objetivo definir os rumos do CDDI. Seria um seminário buscando a integração do CDDI ao IBGE, e uma sua óbvia identidade. Seus *Anais*, contendo as conclusões alcançadas, só sairiam, contudo, em dezembro de 1989, o que dificultariam a implantação de seu objetivo último, qual seja implantar uma política de disseminação unificada e integrada.

O volume com os *Anais* está dividido em duas seções: a primeira parte tem por nome, “Trabalhos”, em que estão postas as exposições feitas na parte inicial do Seminário, sob o título “Conhecendo o IBGE”; a segunda apresenta as “Recomendações para uma Política de Disseminação de Informações para o IBGE”, e que foram retiradas dos Grupos de Trabalho que se reuniram em conclusão ao Seminário. Em sua apresentação, Paulo Tafner explica o objetivo daquele evento:

Ao eleger o IBGE como objetivo de seu conhecimento, o Seminário de Disseminação de Informações vem responder à aspiração de toda a nossa comunidade, pela busca da construção de instrumentos capazes de viabilizar o acesso de todos os segmentos da sociedade brasileira às informações produzidas pelo IBGE, enquanto maior banco de dados sobre o Brasil.

A realização desse evento, por propiciar ambiente favorável à aproximação e integração entre as áreas produtoras e de disseminação do IBGE, pode vir a deflagrar também um processo de aprimoramento nas rotinas de disseminação da instituição pelo empenho – como consequência natural do seu autoconhecimento – das suas diversas áreas, na busca do estabelecimento de um universo comum de conceitos. (TAFNER, 1989a, p. 7)

A abertura do evento foi feita por Mauro Mello, Diretor de Geociências, que afirmou ao final do evento que seria “elaborada uma proposta de política de disse-

Conjunto da General Canabarro visto de perto



Cerca de 30 funcionários de diversas áreas, incluindo representantes da ASSIBGE, assistiram a uma palestra no auditório do prédio da Rua General Canabarro, onde foram esclarecidas as dúvidas a respeito da negociação do imóvel comprado pela SIAS e as condições de ocupação.

Foram discutidas todas as denúncias divulgadas pela imprensa, como preço acima do valor de mercado, necessidades de obras caras e o forte odor de produtos químicos em duas das salas.

Segundo o diretor-superintendente da SIAS, Paulo Sérgio Brum, as denúncias não têm fundamento, uma vez que o prédio é considerado como excepcionalmente rentável. “Foi o melhor negócio, em termos de imóveis, que a SIAS já fez.”

O chefe do Departamento de Segurança e Saúde Ocupacional, Antônio Fernando de Andrade Alves, solicitou ao Laboratório Roche a relação de produtos que foram manipulados naquelas dependências. A Roche informou que nessas salas eram fabricados sais minerais e vitaminas, substâncias que não oferecem nenhum risco à saúde. (Página 3)

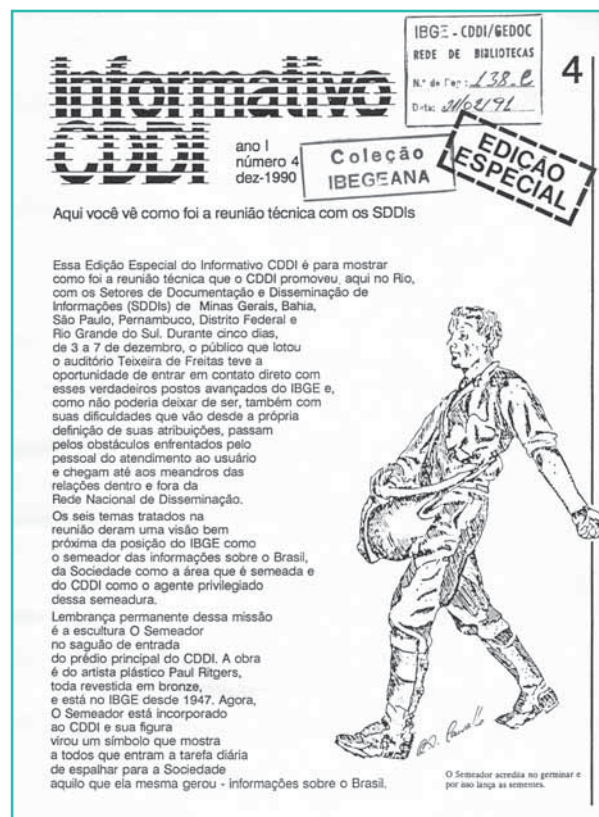
- A vistoria do prédio da General
- Canabarro, no Rio de Janeiro, foi
- notícia, no *Jornal do IBGE*, jun. 1989.

minação a ser submetida à administração superior da Instituição e a ser divulgada a todos os funcionários, que terão assim conhecimento dos compromissos que têm para com a sociedade brasileira” (MELLO, 1989, p. 11). O que os *Anais*, ao fim e ao cabo, acabaram oferecendo foram apenas um conjunto de sugestões para essa política, ela própria não tendo sido elaborada. Talvez isso tenha se dado pelo longo tempo que foi preciso para elaborar o documento de fechamento do Seminário, dois anos; a razão estará na demora na entrega de textos, e nas sínteses das decisões emanadas dos grupos de trabalhos.

O primeiro trabalho, de autoria de Maria Beatriz Pontes de Carvalho, tem por nome *A disseminação de informações bibliográficas e documentárias no IBGE*, no qual aborda a temática da rede de bibliotecas do IBGE; o segundo trabalho, de autoria de José Ubaldo Baião, tem por título *Atendimento ao usuário: alternativas e serviços da GEDIS*, do qual falamos anteriormente; seguem, *A ótica de marketing no IBGE*, por Antônio Penteadó; *Editação: finalidades e perspectivas*, por Elizabeth Granado; *A gráfica como instrumento de divulgação*, por Irineu Guimarães. Depois, vêm as exposições sobre a Diretoria de Geociências (uma apenas), sobre a Diretoria de Pesquisas (nove textos), sobre a Diretoria de Informática (seis textos). Por fim, segue o discurso de encerramento desta etapa inicial do Seminário, feito por Paulo Tafner, ao que diz, em nome do presidente Edson Nunes; na ocasião lança luzes sobre as razões daquele encontro:

Naquela ocasião [quando foi convidado para assumir a chefia do CDDI], ao conversarmos sobre o CDDI [ele e o presidente Edson Nunes], a ele expus que considerava extremamente necessário dotar o IBGE de conhecimento específico daquilo que produz: as pesquisas e as informações por elas obtidas. Foi desta forma que surgiu a ideia de realizar o Seminário de Disseminação de Informações. Aos poucos, essa ideia bastante difusa passou a ganhar vulto e surpreendentemente foi incorporada e abraçada pelos funcionários do IBGE. [...] É flagrante que somos funcionários de uma empresa pública, vinculada a um governo, mas somos também empregados da sociedade brasileira. Desta forma, cabe a nós devolver ao público aquilo que dele retiramos. Devolver informações de forma sistematizada, organizada, legível e inteligível. E foi sob esse princípio que se realizou o Seminário de Disseminação. O sucesso que obtivemos com esse evento revela a enorme vocação desta Casa para disseminar o seu produto. Revela a responsabilidade de seus funcionários para com a sociedade. (TAFNER, 1989b, p. 181-182)

A seu turno, foram cinco os grupos de trabalho (havidos nos dias 8 e 9): 1) descentralização do atendimento aos usuários; 2) *marketing* de informações; 3) modelo de disseminação; 4) sigilo de informações; 5) produção, base de dados e disseminação.



Primeiro volume do *Informativo CDDI* que circulou de 1990 a 1992.

Sobre o tema 1, descentralização do atendimento aos usuários, é dito que ele “vem sendo executado de forma bastante precária, se analisado no contexto nacional, ressalvadas aquelas áreas específicas com tradição de disseminação”, e isso viria de quatro razões: “subavaliação da importância da disseminação, ausência de uma política de disseminação, falta de infraestrutura para essas atividades, subutilização da capacidade potencial”. E declara confiante, que “a criação do CDDI teve como escopo cobrir essa lacuna, a nível organizacional e normativo” (SEMINÁRIO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES, 1989, p. 187).

Sobre o tema 2, marketing de informações, defende a política de oferta de informações sem ônus, como vinha sendo praticada através das bibliotecas (Salas de Leitura) do IBGE. Sobre o tema 3, modelo de disseminação, houve um excesso de divagação, e pouco ficaria; fala-se coisas genéricas, como se fossem muito substantivas. Sobre o tema 4, sigilo das informações, embora se entenda o imperativo de se manter o sigilo, já se percebe que o mesmo, quando levado ao extremo, limita muitíssimo a disseminação, sugerindo um cuidadoso estudo do tema.

Sobre o tema 5, produção, base de dados e disseminação, embora as afirmações sejam por demais genéricas, já se começava a compreender que a disseminação, embora seguisse à produção, na verdade se



Jornal do IBGE, set. 1988. Na foto acima,
Paulo Tafner, segundo titular do CDDI.

realizava ao mesmo tempo, tendo por ponto focal a base de dados, que precisava estar muito bem organizada, sobretudo em seu metadados. Mas tudo isso ainda estava mais para o campo da intuição, não sendo muito claro no texto final do grupo.

O encerramento da segunda etapa seria feito por Paulo César de Souza (1989, p. 205), chefe-adjunto do CDDI, em nome da Comissão Organizadora do Seminário, quando afirma não ser “mais possível, após meio século de existência, que o IBGE dissemine sua copiosa produção de dados sob o signo da obsolescência”, não deixando claro o sentido desta palavra. Talvez significando a demora em que as informações eram tornadas disponíveis aos usuários, podendo ser diferentes.

Ao fim de tudo, acabara uma gestão, a de Charles Mueller, e o CDDI ainda não encontrara sua identidade, nem mostrara sua razão de existir à Casa. Então, Eduardo Augusto Guimarães – que fora Diretor de Pesquisa na gestão Edmar Bacha, e Diretor-Geral na gestão Edson Nunes, afora ter feito assessorias específicas na gestão Charles Mueller – assumiria, finalmente, a presidência, mas, não obstante sua experiência, viveria tempos difíceis, turbulentos (no CDDI assumiu Nelson de Castro Senra, com a missão de, em definitivo, expressar a unidade daquele órgão).

Havia certa resistência à ideia de que seria como que ingrato com as áreas produtoras privá-las do “filé-mignon” da divulgação (ainda não se dizia disseminação cotidianamente), que passava a caber a outro órgão, o CDDI. E por estar o CDDI ainda sem clara identidade não se apercebia a disseminação como uma atividade especializada. Sem olvidar que, mesmo o sendo, como logo mostraria ser uma atividade especializada, ainda não era claro que profissionais lhe deveriam configurar o quadro técnico. E não se dispunha ainda das necessárias tecnologias adequadas a uma fluente relação entre usuários e bases de dados.

Pois, tendo em vista que no contexto do governo Collor de Melo foi preciso ajustar a estrutura do IBGE, foi possível ajustar a estrutura do CDDI, que passou a contar com três núcleos:

- Atendimento integrado (em que se buscava concentrar, mediante princípios e normas, o atendimento até então espalhado por todo o IBGE¹⁰⁶; esse Núcleo avançou muito);
- Desenvolvimento de mercado (em que se tentava prospectar os interesses de grupos de usuários; esse núcleo pouco avançou)¹⁰⁷;
- Planejamento e Organização (de caráter meramente administrativo);

Bem assim como com os departamentos:

- Documentação e Biblioteca (que assumia a Memória Institucional);
- Editoração (já com seus designers);
- Sistemas de informações (onde ocorria a moderna computação);
- Divisão de comercialização e promoção; e as
- Gerências de impressão (onde estava a antiga Gráfica) e a de suporte administrativo.

¹⁰⁶ Implantar este Núcleo de Atendimento Integrado coube a Luiz Alberto Matzenbacher, que o fez com muita competência. Seu sucessor foi Reinaldo Silva Pereira, que teria profícua carreira no IBGE, alcançando a função de Superintendente de Orçamento e Finanças, na Diretoria Executiva.

¹⁰⁷ Três projetos foram tratados, idealizados por Cláudio Alex, como prioritários: Projeto Academia, Projeto Acesso Direto e Projeto Congêneres; e outros três foram esboçados: Projeto Classe Política, Projeto Comunidade e Projeto Vulgarização.

Vencida a turbulência do primeiro momento de governo federal, foi possível anunciar em linhas gerais um projeto técnico para o CDDI, como expresso no documento *O IBGE e o atendimento à sociedade: prefácio ao projeto técnico do CDDI*, preparado por Nelson de Castro Senra e por Lídia Vales de Souza. Já na introdução declarava-se que “a missão institucional atribuída ao CDDI pode ser sintetizada dizendo-se que lhe cabe precipuamente atender a sociedade, seja num movimento de reação, quando procurado, seja num movimento de pró-ação, ofertando-se”, para logo completar: “centrar o atendimento à sociedade significa reconhecer que a atividade de disseminação pode e deve ser destacada da atividade de produção de informações, porquanto representando um saber” (SENRA; SOUZA, 1990, p. 11). Adiante, procura-se entender a expressão disseminação.

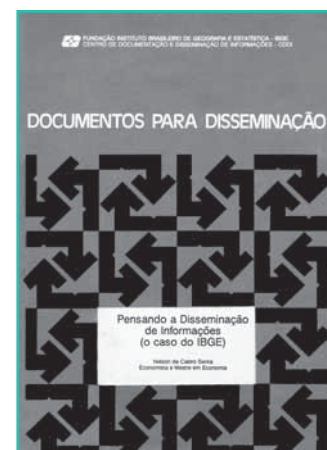
Os dicionários e enciclopédias afirmam que divulgar é o ato de tornar público, publicar, bem assim de propagar, de difundir, de vulgarizar. Vê-se que é bem a preocupação finalizadora vivida pelos pesquisadores. Por outro lado, nas mesmas fontes, apreende-se que disseminar é semear por muitas partes, espalhar, derramar. Vê-se que há um sentido maior, mas amplo, mais permanente; sobreleva a ideia de semear que significa deitar ou espalhar sementes para que germinem. Então, o IBGE pode ser visto, em sua ação disseminadora, como um semeador; a Sociedade é semeada; o IBGE foi concebido como seu bastante ator na sementeira. Assim sendo, o atendimento à Sociedade é o polo unificador do CDDI. (SENRA; SOUZA, 1990, p. 13)

Em seus cinco capítulos e seus dois anexos, com vários diagramas, o documento procurava conectar as várias peças que integravam a estrutura do CDDI. Deu-se uma visão de unidade e de articulação das diferentes partes do CDDI, o que já foi um avanço. Mas o maior paço estaria na consolidação do Atendimento Integrado, o que então não foi nada fácil, até por resistência das áreas produtoras, que seguiam querendo elas próprias atender aos usuários. Só após dispor de uma base de dados bem estruturada, bem organizada, e de fácil acesso, é que foi ficando mais simples integrar o atendimento, e isso levaria tempo para ocorrer. Outro ponto que levaria tempo para avançar, e que não avançaria a contento à época, seria uma maior apreensão dos desejos dos usuários; o real avanço só se daria mesmo quando lhe fosse dado acesso direto aos acervos de dados, de modo que por si mesmo extraísse as informações como necessitasse.

Dois anos depois, Nelson de Castro Senra faria novo texto buscando expandir o projeto técnico do CDDI: *Pensando a disseminação de informações: o caso do IBGE*. Na “Apresentação” desse documento (SENRA, 1993, p. 5) é dito que antes houve dois outros: *Vendo o passado e pensando o futuro*, com um relato das atividades do CDDI em 1990, e *Métodos de relacionamento* pelos quais



Folha de rosto do volume 1 da série Documentos para Disseminação, *O IBGE e o atendimento à sociedade: prefácio ao projeto técnico do CDDI*, elaborado por Nelson de Castro Senra e Lídia Vales de Souza.



Capa do volume 3 da série Documentos para Disseminação, *Pensando a disseminação de informações: o caso do IBGE*, elaborado por Nelson de Castro Senra.

se teria buscado inserir o CDDI nas atividades de produção, ou seja, querendo marcar que uma boa disseminação, embora ocorra após a produção, deve ser pensada em conjunto com esta. Esse vínculo fica mais leve na medida em que as informações passaram a ser armazenada na base de dados, dando mais liberdade à disseminação na geração de produtos e serviços, mas desde que exista uma rigorosa indexação das informações armazenadas (metadados)¹⁰⁸.

Houve ganhos, mas foram poucos. O CDDI ganhara uma identidade, de certa forma apenas filosófica, e a pusera em execução, mas apenas no limite de seus recursos, ainda muito poucos. No mínimo, faltavam os profissionais especialistas, e mais ainda as tecnologias que praticassem as idealizações¹⁰⁹. Só adiante, num feliz alinhar de intensões (ou de propósitos), elas seriam postas em prática, isso se daria quando às visões de mundo de Simon Schwartzman, na presidência do IBGE e de David Wu Tai, na direção do CDDI, se juntasse a tec-

¹⁰⁸ Ao tempo dessa gestão no CDDI, numa tentativa de tornar o IBGE mais conhecido da sociedade foi criada uma série de livros (em pequeno formato) sob o nome geral “Para compreender o IBGE”, tendo saído quatro volumes: 1. *Produção de informações estatísticas* (em que são apresentadas em diagramas as etapas do processo de pesquisa estatística); 2. *Disseminação de informações* (em que se apresenta também em diagramas a concepção do trabalho do CDDI na feitura do portfólio de produtos e serviços); 3. *Produção das estatísticas demográficas, econômicas e sociais*; e 4. *Documentar: o que e para quê?*; e outros três títulos foram previstos: IBGE, sua história e sua missão; Produção de informações geocientíficas; e Atendimento à sociedade.

¹⁰⁹ Na tentativa de dar publicidade a esse esforço foi criado o *Informativo CDDI*, que em seu número inaugural (zero), jul./ago. 1990, trazia por lema “Aqui você vê o que nós estamos fazendo”. Sem pretensão jornalística, mas em caráter fortemente informativo, cada unidade foi apresentada. Os textos foram ilustrados com pequenos desenhos. A capa trazia a imagem do Semeador, que fora posta no foyer do prédio. Recebidas as críticas, e feitas as autocríticas, o primeiro número sairia em setembro seguinte. A jornalista Lécya Delfim seria a Editora-Responsável, logo se somando Sheila Riera e Eliane Antas, também jornalistas. Afóra as notícias das unidades, o número trazia um texto assinado, “O CDDI no Congresso de Informática”, de autoria de Paulo César de Souza e José Ubaldo Baião. Seguiu sendo mensal ao longo de 1990. Em 1991 houve os números de jan./fev. e de mar./abr. não tendo saído de maio a dezembro. Seu número seguinte, e último, cobriu os meses jan./abr. 1992, e já não mais trazia o formato elegante dos anteriores. A ideia morrera.

Brasil em
pauta
A trajetória da
comunicação
no IBGE

[...] valendo-se
da modernidade
computacional,
a editoração se
modernizara,
tornando-se a
primeira unidade
do CDDI a atuar
em rede [...]

O chefe do setor de
perfuração, Altamiro
de Miranda e Elizabeth
Granado, da editoração,
nas dependências
do antigo prédio do
Serviço Nacional de
Recenseamento, na Urca,
Rio de Janeiro.



Capa do *Jornal do IBGE* de março de 1988, com o primeiro mapa impresso pelo Serviço Gráfico do IBGE, em comemoração ao quinto Recenseamento Geral do Brasil.

nologia da comunicação de informações, vale dizer, a Internet, ou ainda o tempo da digitalização (ao que logo, pouco a pouco, se somaram os profissionais competentes, especialistas em diferentes formações).

Nesse meio tempo, valendo-se da modernidade computacional, a editoração se modernizara, tornando-se a primeira unidade do CDDI a atuar em rede, com a segurança e a competência de Elizabeth Granado, seguida de Terezinha Rodrigues Dias. A seu turno, o velho Serviço Gráfico, ainda tendo um papel importante na comunicação, passaria por mudanças, com altos e baixos, recebendo máquinas modernas, e sofrendo redução de quadros. Teria à frente, então, uma mulher, Maria Alice da Silva Neves Nabuco, num ambiente em que os homens eram maioria, sendo depois substituída no comando por José Augusto dos Santos, ambos com inegável dedicação e competência. Como uma espécie de clareza da persona editorial do IBGE, uma unidade de documentação e normalização, separada da biblioteca, foi criada sob a chefia de Sonia Allevato, com enorme eficiência.

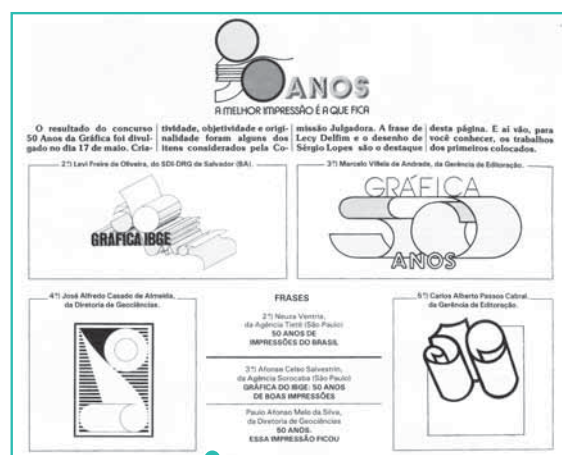
O Serviço Gráfico aos 50 anos (1938-1988): Por uma nova identidade

Para festejar os 50 anos do Serviço Gráfico, a 14 de março de 1988, a direção do IBGE anunciou a realização de um concurso de âmbito interno nas categorias desenho e frase.

Segundo o regulamento, anunciado no *Jornal do IBGE* (1988, n. 10, p. 5), “o desenho e a frase vencedores serão veiculados em todas as peças que forem impressas pela Gráfica do IBGE de 29/05/88 a 29/05/89”. O anúncio atraiu grande número de interessados.

A Comissão organizadora era composta das seguintes pessoas: Teresa Cristina Millions (coordenadora), Paulo César de Souza, Gilberto Scheid, David Janichkis, Ana Maria Carvalho da Silveira; já a Comissão julgadora era composta dos seguintes nomes: Eduardo Augusto de Almeida Guimarães, Diretor-Geral (Presidente), Paulo Sérgio Braga Tafner, titular do CDDI, Shirley Soares Dias de Souza, titular da CCS, Antônio Deusdet da Cruz Guimarães, técnico do CDDI, Elizabeth Granado, técnica da Diretoria-Geral.

O resultado do concurso foi anunciado nas páginas do *Jornal do IBGE* (1988, n. 12, p. 8), sendo divulgado oficialmente em 17 de maio. O desenho vencedor foi de autoria de Sérgio Lopes, e a frase vitoriosa foi “A melhor impressão é a que fica”, de Lécy Delfim. Os demais desenhos classificados, respectivamente, do segundo ao quinto lugares, vieram de: Levi Freire de Oliveira; Marcelo Villela de Andrade; José Alfredo



O resultado do concurso dos 50 Anos da Gráfica, divulgado no *Jornal do IBGE*, maio 1988.

Casado de Almeida; e Carlos Alberto Passos Cabral. As demais frases, em segundo, terceiro e quarto lugares vieram, respectivamente, de Neuza Ventria; Afonso Celso Salvestrin; e Paulo Afonso Melo da Silva.

Quando o concurso foi lançado, presidia o IBGE Edson Nunes, mas quando foram dados os resultados, a gestão já estava nas mãos de Charles Mueller.

Ao contrário do previsto, o desenho premiado não foi veiculado nas publicações, tal como se dera por ocasião do símbolo dos 25 anos, usado por muito tempo.

Uma mulher na chefia do Serviço Gráfico

Maria Alice da Silva Neves Nabuco¹¹⁰ é natural de Portugal, tendo vindo para o Brasil aos oito anos de idade (em 1961). Aos quatro anos ficou órfã de mãe. Seu pai, Antônio de Oliveira Neves, viera para o Brasil antes (quando ela tinha um ano), em busca de trabalho, e aqui (já viúvo) conheceria sua segunda esposa, Nilza Terezinha Dutra Neves, a quem Maria Alice tomaria como sua segunda mãe¹¹¹. Ambos atuavam no Serviço Gráfico do IBGE, em Parada de Lucas, ela na área administrativa, e ele como linotipista, e foi o destino natural de Maria Alice, começando como recepcionista, em 1974, passando a secretária, e no início dos anos 1990, chegando à chefia-geral da área, uma área com maioria de homens. Não obstante, ser mulher não dificultou sua missão de mando, segundo entende até facilitou:

a mulher não chega gritando, mandando; e eu já conhecia todos, já sabia a história de todos, assim ficava fácil lidar com eles; sabia o ponto forte de cada um, e também os pontos fracos; de certa forma, não entrei como chefe, entrei como amiga; entrei para somar, para levantar a gráfica, embora não fosse uma técnica, nunca houvesse trabalhado numa máquina, mas bem conhecia todas as etapas, todo o processo de trabalho.

De fato, desde criança circulava naquele ambiente, pois vivia na Vila Operária, numa das 51 casas que havia na área anexa ao Serviço Gráfico, no terreno voltado para a Rua Cordovil. Eram casas com “dois ou três quartos, bem amplas e bonitinhas”, destinadas aos funcionários mais estratégicos (chefes de setores, sempre havendo ao menos um impressor, um eletricitista, um mecânico, um linotipista, enfim, um técnico de cada área), de modo que a gráfica pudesse cumprir turnos de 24 horas. Seu pai (linotipista e também mecânico) e seus tios (linotipista e impressor tipográfico) moravam em casas da Vila, que era “muito bonita, bem tratada, havendo manutenção permanente, jardineiro e pintor”. Junto havia a Escola N. S. dos Humildes, para as crianças, também um campo de futebol, e mais uma quadra de vôlei, bem assim, um clube, ou seja, o Grêmio Recreativo Ibgeano de Lucas, do qual sua mãe adotiva seria eleita rainha, em certa ocasião. Em meio à Vila havia a Gruta de N. S. de Lourdes, feita e cuidada pelas mulheres, e abençoada por um Bispo (cujo nome ignora), que na ocasião da inauguração, muito festiva, chegou de helicóptero. Havia ainda um mercadinho, onde os funcionários faziam suas compras ao longo do mês, pagando com desconto na folha, ao final do mês. Sem olvidar que havia um restaurante no ambiente de trabalho.

¹¹⁰ Maria Alice (NABUCO, 2017) concedeu uma entrevista oral aos autores desta obra, e alguns trechos estão citados em itálico, nesta seção.

¹¹¹ Eu vinha para o casamento de meu pai, em janeiro de 1961, seria daminha. Mas o casal que me traria teve algum problema e a viagem foi adiada, de modo que só pude vir em abril. Assim, não assisti ao casamento. Como seja, fui muito bem recebida pela família de minha mãe brasileira. Todos foram ao Porto do Rio de Janeiro me receber, inclusive vários ibgeanos, amigos de meu pai. Conheci a todos, inclusive meu pai, de quem, naturalmente, não me lembrava. Recebi presentes, declara Maria Alice, emocionada.



Maria Alice e sua mãe Nilza Terezinha Dutra Neves, no Serviço Gráfico do IBGE, em Parada de Lucas, Rio de Janeiro.



Reportagem de capa “A gráfica e os gráficos uma história de amor”, na revista *Nova Imagem*, ago./set. 1986.



Aluno da Escola de Artes Gráficas recebe prêmio do superintendente do Serviço Gráfico, Renato Pacheco Americano, em 1963.

Brasil em pauta

A trajetória da comunicação no IBGE



Arcos existentes no pavilhão do Serviço Gráfico, em Parada de Lucas, no Rio de Janeiro, que, segundo a tradição oral no IBGE, saíram das pranchas de Oscar Niemeyer (em resposta a nossa consulta, em junho de 2018, a Fundação Oscar Niemeyer esclareceu que os arcos não constam da relação de obras de autoria do arquiteto).

O Brasil em números tornou-se uma publicação de sucesso, com grande aceitação entre acadêmicos [...]

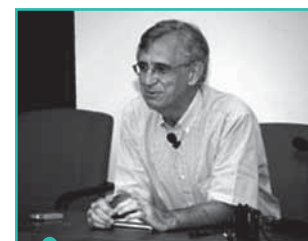
No dia em que tomou posse na chefia do Serviço Gráfico, por incrível coincidência – Maria Alice ressaltava, algo surpresa, tomando como uma espécie de passagem de bastão – dera-se o falecimento de Renato Pacheco Americano, que fora seu chefe, e a quem admirava grandemente. Ele era “uma pessoa muito severa, rigorosíssimo; quem trabalhava com ele aprendia a trabalhar; era severo, mas sabia premiar os bons”. A gráfica “foi a melhor da América Latina nos anos 1970” graças a ele; exageros à parte, em Lucas “estava um dos melhores parques gráficos do Estado”, talvez do País. E lembra o especial carinho que Renato Pacheco Americano tinha pela Escola de Artes Gráficas, que criara nos anos 1960. Assim, sentia mesmo como devendo continuar uma obra que nascera e crescera grandiosa, e essa seria sua missão. De fato, lutaria pela modernização do maquinário e do processo de trabalho da gráfica, com tudo que disso decorria, inclusive a sensação de que a gráfica estava acabando, já que várias etapas iam, pouco a pouco, desaparecendo. Dizia a todos: “gente, a gráfica não vai acabar, ela vai mudar aos poucos; e diz mais, com grande convicção: o livro nunca vai acabar, não por completo; sempre haverá livros; e enquanto houve livros, haverá uma gráfica, e enquanto houver livros, por mais modernas que sejam as máquinas, haverá setores a exigirem homens habilidosos, por exemplo, para fazerem o acabamento, a encadernação”.

Maria Alice, que entrou no IBGE em 1974, aposentou-se em 2017. Seu orgulho pelo trabalho realizado é inegável, sua emoção ao relatar sua trajetória é emocionante. Viveu cresceu no Serviço Gráfico, lá afinou régua e compasso, tornando profissional competente. O IBGE ganhou com sua presença.

Pois, ao término da entrevista (NABUCO, 2017) que concedeu a Nelson de Castro Senra e a Silvia Maia Fonseca, em 11.09.2017, no estúdio de gravação do CDDI, trouxe uma informação surpreendente: que o arco sem pilar que existe no prédio da gráfica é atribuído pela tradição a Oscar Niemeyer. Será mesmo?

A publicação *Brasil em números* ganha leveza e beleza

Na gestão Eduardo Augusto Guimarães, o CDDI preparou uma publicação em formato reduzido, contendo um retrato em número do País, em diversas temáticas. Seu nome ficou sendo *Brasil em números*, cujo número inaugural saiu em 1992, já na gestão Eurico Borba, o disse sendo uma derivação do *Anuário Estatístico do Brasil*. Assim seguiu sendo nas edições de 1993 e 1994; a edição 1995-1996 seria dupla; em 1997 traria uma síntese da história brasileira. A partir da edição de 1998, e já sob a visão de David Wu Tai¹¹², a publicação ganha sua feição definitiva, tendo seu formato reduzido para tamanho de bolso, e se torna bilíngue (português e inglês¹¹³), com todos os temas tendo um texto analítico (afora as tabelas) por autor externo convidado e ilustrações do acervo do Museu de Arte Naïf, do Rio de Janeiro (daí em diante, cada número seria ilustrado com o acervo de algum museu brasileiro). Simon Schwartzman o apresenta nos seguintes termos:



Eduardo Guimarães, presidente do IBGE (1990-1992).

¹¹² Vale acrescentar que, em 1996, representado pela coordenadora Luisa Maria La Croix e pelo chefe de criação Aldo Victorio Filho, o CDDI começou a elaborar o Projeto Editorial do IBGE com a participação dos representantes das áreas produtoras de informação. O projeto teve como prioridade a criação de uma identidade visual para os produtos da Casa, com uma padronização para as capas das publicações, compatibilização de textos e ilustrações. Em 1998, o novo estilo editorial já estava impresso nas publicações de ampla divulgação e nos produtos editoriais internos.

¹¹³ O primeiro número teve sua edição feita também em inglês, em separado.

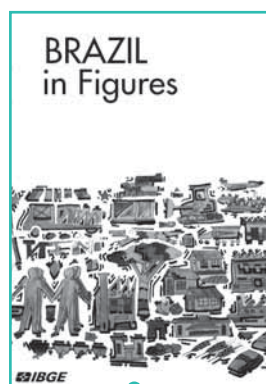
Com este número, o IBGE dá continuidade à publicação de *Brasil em números* em sua nova fase, como um texto bilíngue que apresenta, de forma sintética e gráfica, as principais informações estatísticas e geográficas sobre o País, comentadas por especialistas convidados. Esta edição, além de atualizar as informações de 1997, introduz várias modificações nos dados apresentados, com o objetivo de responder cada vez melhor aos interesses dos leitores. O leitor interessado em mais detalhes pode consultar o Anuário Estatístico do Brasil, principal publicação brasileira a respeito, e também a página do IBGE na Internet (<http://www.ibge.gov.br>).

O Brasil é um País de dimensões continentais, e com profundas diferenças entre suas diversas regiões e grupos populacionais. Quinhentos anos atrás, os navegadores portugueses chegaram à América do Sul e encontraram uma região povoada por milhões de pessoas, pertencentes a centenas de culturas e comunidades diferentes, que sofreram o impacto dos contatos, quase sempre destrutivos, com a colonização europeia. Aos nativos e portugueses dos primeiros séculos se juntou, sobretudo nos Séculos XVIII e XIX, um grande contingente de escravos africanos, eles também oriundos de culturas muito diversas, que deixaram sua marca nos costumes, na língua, nas artes, no espírito e na fisionomia do País. Na passagem para o Século XX, foi a vez de grandes levas de imigrantes japoneses, alemães, italianos, espanhóis, portugueses e de outras partes da Europa, Ásia e das Américas. Chega a ser surpreendente que, com uma origem tão variada, toda a população brasileira fale a mesma língua, o português, e comparta o sentimento de pertencer a uma mesma unidade nacional.

Esta unidade linguística e cultural não impede, no entanto, que existiam profundas diferenças entre as regiões e os grupos sociais brasileiros: diferenças entre campo e cidade, entre áreas de agricultura familiar e de agricultura de plantation, entre pequenas cidades e grandes megalópoles, entre regiões economicamente dinâmicas e regiões secularmente estagnadas. A estas diferenças no espaço correspondem, e se somam, grandes diferenças verticais entre educados e analfabetos, ricos e pobres, pessoas vivendo de forma integrada em uma economia moderna e eficiente, e pessoas marginalizadas pela modernização.

É por causa destas diferenças profundas que o Brasil não pode ser entendido a partir de indicadores globais referidos ao País como um todo; o truísmo de que as médias estatísticas podem ocultar diferenças profundas nunca foi tão verdadeiro quanto para o Brasil. O conhecimento destas diferenças e contrastes regionais e sociais permite entender a verdadeira natureza dos problemas sociais, econômicos e ambientais que o Brasil enfrenta, e também os recursos internos de que o País dispõe para enfrentar estes desafios.

Uma outra maneira de ir além das simples médias é olhar os dados estatísticos em seu movimento através do tempo. O Brasil talvez seja, desde a Segunda Guerra, o País que mais cresceu economicamente, e mais se transformou socialmente, apesar das dificuldades que começaram a se tornar mais evidentes a partir da década de 80. Em algumas áreas, como a da saúde pública e, mais recentemente da educação básica, as melhorias têm sido significativas; em outras, como a da distribuição da renda, quase não há mudanças. Olhar os dados em suas variações no tempo permite



Capas de alguns volumes do *Brasil em Números*, com textos em inglês e português.

entender o que está mudando, o que pode mudar, e onde estão os problemas mais difíceis e intratáveis, que merecem atenção e preocupações redobradas.

É para permitir este conhecimento mais aprofundado da realidade brasileira que o *Brasil em números* procura apresentar seus dados através de séries temporais e distribuídos no espaço, em termos, pelo menos, das grandes regiões geográficas em que o Brasil normalmente se divide. O objetivo não é apresentar um retrato róseo do País, nem um retrato dramático e caricatural; o que se busca é mostrar a realidade tal como ela é, em sua complexidade e dinamismo. O Brasil, além de tudo o que este pequeno livro mostra, é sobretudo um País em movimento, e por isso dotado de recursos para encontrar os seus caminhos. (SCHWARTZMAN, 1998, p. 11-12)

O *Brasil em números* tornou-se uma publicação de sucesso, com grande aceitação entre acadêmicos, que convidados a dele participar o fazem com prazer. Sua circulação no meio cultural, no País e no exterior é ampla, e bastante valorizada.

A primeira newsletter: Carta IBGE

A *Carta IBGE*, sem dúvida uma newsletter, teve seu primeiro número (zero) publicado em maio de 1995, na gestão Simon Schwartzman. De caráter quinzenal, foi idealizada pela jornalista Shirley Soares, que se fixou como editora até o número 18, em fevereiro de 1996; a partir do número seguinte (19, março de 1996, primeira quinzena), a editoria passou para o jornalista Carlos Vieira (que a substituiu no comando da Coordenadoria de Comunicação Social - CCS). Ainda haveria, naquele março, outro número quinzenal, mas a partir de abril seguinte, a periodicidade passaria a ser mensal, e assim seria até o último em novembro de 1999, já na gestão Sérgio Besserman (chegando a 61 exemplares publicados).

No editorial do número zero, Simon Schwartzman explicava que aquela publicação pretendia colocar à disposição da sociedade “de forma cada vez mais inteligível, rápida e confiável” as informações produzidas pelo IBGE. Anunciava, entre outras iniciativas, “o início das operações do nó da Internet do IBGE, o uso cada vez mais intensivo de meios magnéticos e computadorizados para a disseminação de informações, e a cessão de direitos de publicação de dados para firmas especializadas”. E anunciava uma mudança que entendia seria profunda na “filosofia de trabalho do IBGE, que esta Carta irá refletindo ao longo do tempo”.



Número zero da primeira newsletter Carta IBGE, maio 1995, na gestão Simon Schwartzman.

O mundo atual coloca novos e importantes desafios para as agências de estatística e geografia, que o IBGE está procurando responder. A sociedade demanda informações de qualidade, de interpretação clara, em tempo útil, e a custos reduzidos. Levantamentos exaustivos e caros, de tipo censitário. Vão sendo substituídos por estudos amostrais. Novas tecnologias de coleta e processamento de dados reduzem o tempo transcorrido entre a coleta e a divulgação das informações. Grandes volumes com centenas de tabelas cedem lugar a bancos de dados magnéticos de uso amigável, por disquete, CD-ROM ou via Internet; e a publicações mais leves, apoiadas em gráficos, e com textos explicativos de interpretação mais clara. Na área de cartografia, os mapas tradicionais são acompanhados por sistemas flexíveis de informações geográficas computadorizadas. O trabalho fechado, intramuros, evolui para parcerias e associações com universidades, órgãos governamentais, entidades civis e com o setor privado, juntando esforços, realizando economias de escala, e garantindo a relevância dos dados para seus usuários. (SCHWARTZMAN, 1995, p. 1)

A tiragem inicial, em maio de 1995, foi de três mil exemplares, logo passando em agosto do mesmo ano a 10 mil, e chegando a 14 mil exemplares no final do ano, marcando seu absoluto sucesso junto ao público interessado; com demanda crescente, esse número chegaria a 20 mil já em janeiro de 1996. Finalmente, em agosto de 1999, passava a estar disponível na Internet (em formato PDF), embora seguisse sendo impresso, mas numa tiragem já não mais crescente.

Em linguagem jornalística, focava os resultados das pesquisas conjunturais e estruturais do IBGE, ora em breves textos e em gráficos bastante esclarecedores. Embora houvesse tabelas, eram poucas e amigáveis. Em geral teve quatro páginas, mas chegou a alcançar oito páginas.

Para aprofundar uma compreensão do momento de criação desse veículo, fizemos uma troca de e-mails com

seu idealizador, Simon Schwartzman, em 20.07.2017. No primeiro contato recordamos seu instante de criação, e lhe pedimos um depoimento esclarecedor, aprofundando suas intenções naquele momento. Como é de seu hábito, escriba atento, perfeito comunicador, no mesmo dia nos respondeu. Eis a troca de mensagens:

Professor, estamos escrevendo um livro sobre a história da comunicação no IBGE, desde os tempos de Teixeira de Freitas até os dias atuais. Há uma distinta inflexão em sua gestão, e ao estudar seu período nos deparamos com a criação da newsletter CARTA IBGE em maio de 1996. A editora foi Shirley Soares, e o primeiro número traz um belo texto seu, explicando os objetivos do novo veículo. Irá durar por toda sua administração, mas perderá fôlego na gestão Sérgio Besserman, quando então será extinto (desde então o IBGE deixou de fazer um mínimo que seja de análise de resultados). Shirley foi editora até o n. 18, quando assumiu Carlos Vieira. Pois bem, o senhor poderia nos dizer algo sobre suas ideias naquele momento ao inspirar a criação daquele veículo? O máximo que nós possamos citá-lo, tanto melhor para dar substância ao livro, e para a memória da instituição. Penso que o senhor terá sentido falta dessa visão analítica, havendo um vazio muito grande então. Vale observar que a revista “Indicadores IBGE” (um arremedo distante, muito distante, de uma newsletter) havia morrido fazia tempo. Enfim, como o senhor vislumbrou o novo veículo? Como o concebeu? Etc. etc. Agradeço. Abraços. Nelson Senra

Caro Nelson, na verdade não me lembrava mais desta Carta, mas deve ter sido como você diz, ou seja, ir além das “estatísticas de elevador”¹¹⁴ e produzir textos mais analíticos. Foi a mesma [ideia] com o Brasil em Números, de fazer acompanhar os dados de uma análise um pouco mais ampla. No caso do Brasil em Números, a opção foi convidar pessoas de fora, inclusive para tirar um pouco o IBGE do isolamento. Imagino que no caso da Carta a opção tenha sido de usar a prata da casa. Isto pode ter se tornado mais difícil, imagino, pela dificuldade que teve o IBGE de formar um corpo de analistas mais qualificados, como eu achava que devia. Um abraço, Simon Schwartzman (SCHWARTZMAN, 2017).¹¹⁵

Para fins históricos, uma distante associação deste veículo, enquanto uma newsletter, pode ser feita com a terceira fase da revista Indicadores IBGE, ao tempo da gestão Edson Nunes. Contudo, que fique claro, a Carta IBGE foi, de fato, a primeira newsletter do IBGE.

¹¹⁴ Quando da troca dessas mensagens, o então presidente Paulo Rabello de Castro, em entrevista à imprensa havia dito que o IBGE, em seus comunicados andava fazendo por demais “análise de elevador”, precisando fazer mais análises dos resultados que oferecia à sociedade.

¹¹⁵ Em 22 do mesmo mês, enviamos outra mensagem ao professor perguntado se ele autorizava a reprodução de sua resposta, aproveitando para lhe anexar o número zero da Carta IBGE. Sua resposta foi a seguinte: “Caro Nelson, você pode reproduzir minha mensagem se achar que é o caso. Obrigado pela cópia da Carta, que eu não tinha; aproveitei e coloquei na minha coleção no Internet Archive, que é onde disponibilizo minhas coisas, https://archive.org/details/carta_ibge_1995_v1_n0_maio. Um abraço, Simon Schwartzman”. (SCHWARTZMAN, 2017).

Carta IBGE, primeira *newsletter* do IBGE

O primeira *newsletter* do IBGE, com o nome *Carta IBGE*, começou a circular na gestão Simon Schwartzman, em maio de 1995, em caráter semanal, passando depois a quinzenal, e depois a mensal. Foi uma iniciativa do próprio presidente, preocupado em tornar as informações produzidas pelo IBGE o mais inteligível possível.

Entendia que não bastava apresentar os números em bases de dados, por mais amigáveis que seu acesso fosse. Bem sabia que sua apreensão era restrita apenas a estudiosos, a especialistas. Queria, então, com sua iniciativa, atingir um grande público, um público interessado em conhecer a realidade nacional em breves palavras, e a um simples olhar de gráficos autoexplicativos. E que os textos conectassem os números aos fatos medidos, e não fossem simples obviedades de subiu e desceu.

A criação coube à jornalista Shirley Soares, que pouco antes, na gestão Edson Nunes criara a Coordenação de Comunicação Social - CCS. Seria sua editora até seu número 18, em fevereiro de 1996, quando passaria o bastão ao também jornalista Carlos Vieira (que já antes a substituíra na chefia da CCS), e o seria até seu número derradeiro, 63, em janeiro/fevereiro de 2000, já na gestão Sérgio Besserman (quando sua edição não mais era impressa, mas apenas eletrônica, e em periodicidade mensal, não mais quinzenal, o que já era desde o número 20).

Talvez pelo estilo do novo editor, ou talvez pela mudança de periodicidade, quando passou a mensal, os textos ficaram mais longos, e por isso mais pesados, perdendo sua natureza jornalística. Ganhara uma linguagem mais acadêmica, mas nem por isso avançaram nas explicações. Assim, pouco a pouco, o veículo seguiria perdendo seu significado original até sua extinção. Nenhum outro veículo ocupou seu lugar, em formato impresso, e o IBGE voltou a trabalhar apenas com os antigos *releases* para a imprensa.

Desde aquele momento, passados 17 anos, nenhuma *newsletter* voltaria a ser criada, até que em 2018 uma série de boletins temáticos passou a ser produzida, e divulgada eletronicamente, através da Agência de Notícias do IBGE.



Número 1 da *newsletter* Carta IBGE, maio 1995, na gestão Simon Schwartzman.

Rumo a um novo tempo

A Coordenadoria de Comunicação Social - CCS, por mais que tivesse liberdade, e agisse com independência, devia agir, e bem o sabia, em união com o Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, constituídos ambos na mesma época. Os produtos que divulgava, fossem revistas, livros, mapas, entre outros, bem assim, o *house organ* que fazia, eram editados e impressos em unidades daquele Centro; os serviços eletrônicos de que lançava mão, de modo a agilizar suas relações com os jornalistas, embora fossem geridos pela Diretoria de Informática, eram disponibilizados e tornados amigáveis por aquele Centro. Assim, um trabalho irmanado era essencial, e isso pouco a pouco foi sendo construído. Pois esse imperativo de harmonia foi matéria do *Jornal do IBGE*, em seu editorial no número 32, de dezembro de 1989:

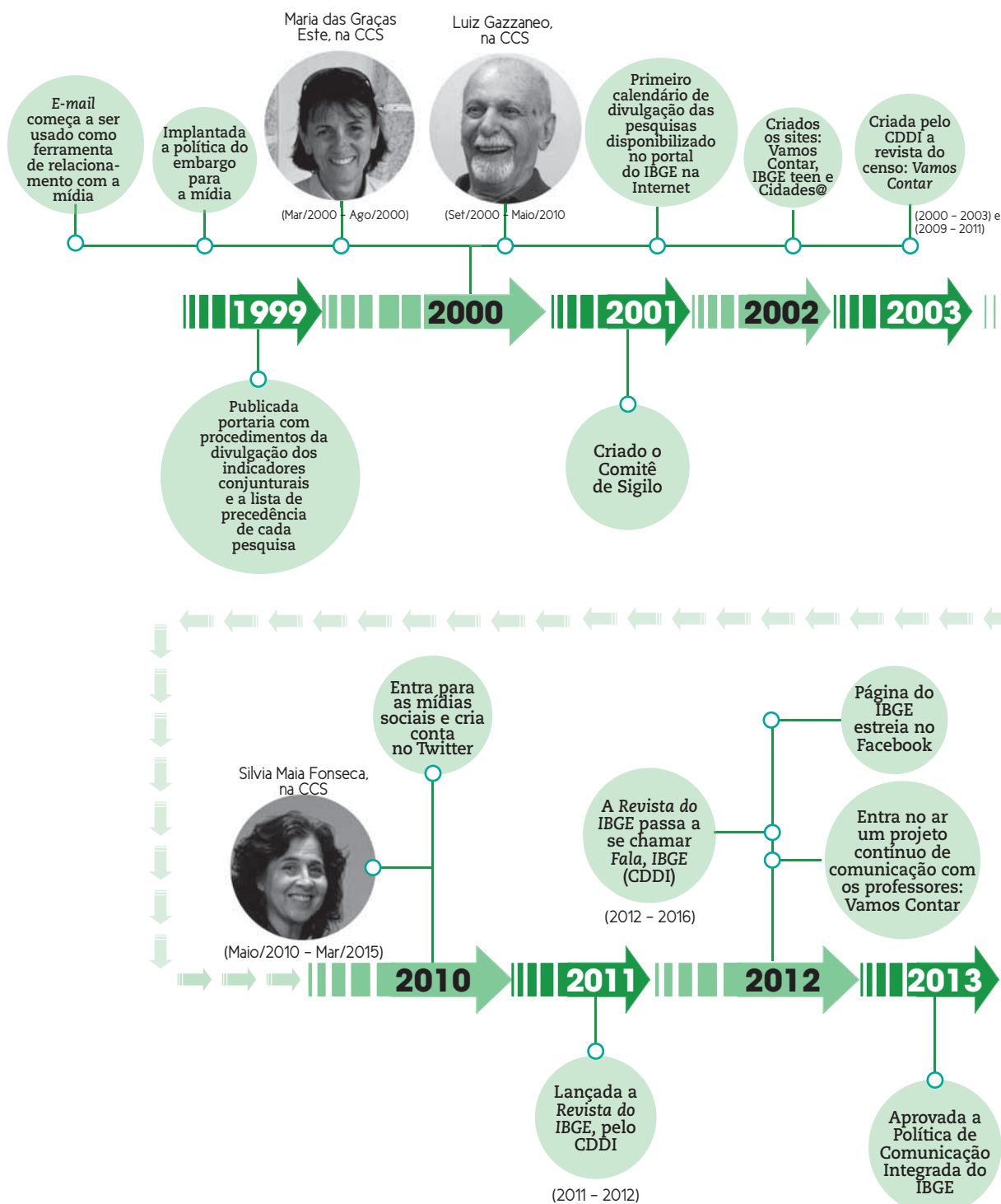
O IBGE, sem sombra de dúvida, termina estes anos 80 “às claras”. Faz parte do dia a dia da imprensa brasileira e é notícia constante também no exterior. Queriam nos ouvir. Falamos sério. Pode-se dizer que tudo teve início com a luz da abertura política. Em 1985. Edmar Bacha assumia o IBGE e, para começar, precisava abrir

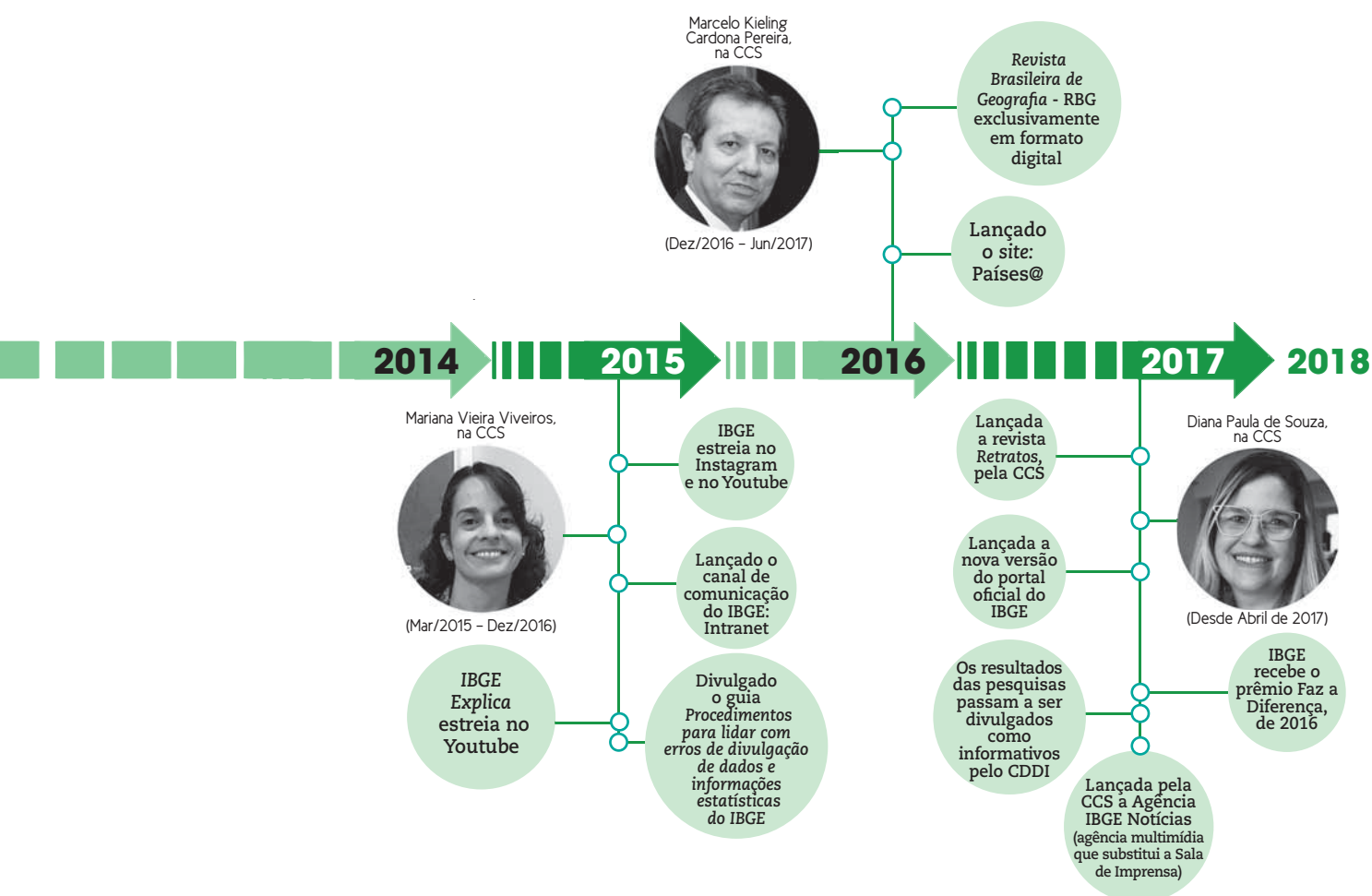
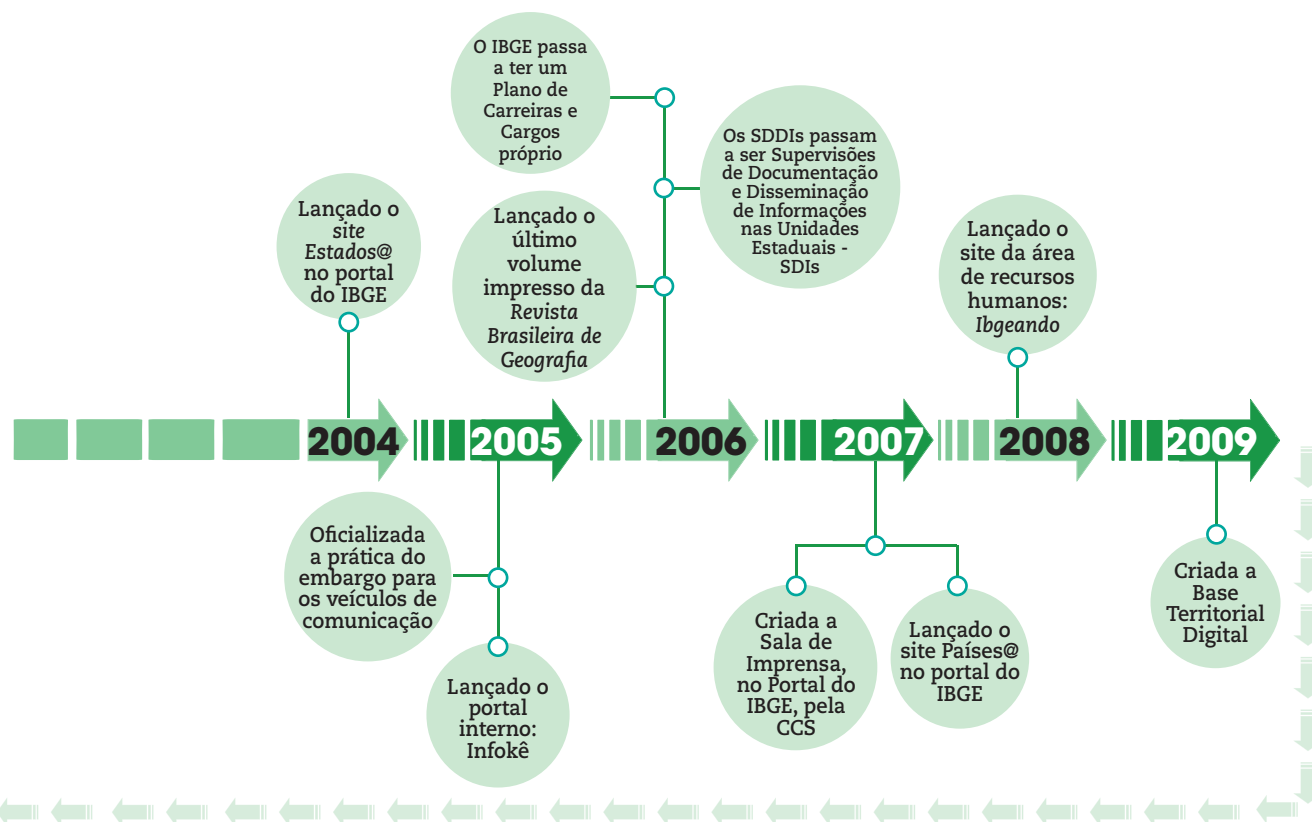
as portas da Casa. É aí que surge o embrião do que viria a ser a Coordenadoria de Comunicação Social - CCS. É aí que se começa a pensar na criação do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI. A CCS, voltada tanto para o público externo quanto para o público interno, para atuar na área de imprensa, relações públicas, propaganda e divulgação interna. O CDDI para melhor atender aos nossos usuários. [...] Notícia é o que não falta. Nem nunca nos faltará! (JORNAL DO IBGE, 1989, n. 32, p. 2)

No tempo que viria a CCS, que tivera um início de pronto sem titubeio, ao passo que o CDDI o tivera aos trancos e barrancos, viveriam trajetórias diferentes. Enquanto o CDDI se fixava, e se firmava a partir da gestão Simon Schwartzman, em junção com David Wu Tai, se valendo das modernas tecnologias, a Coordenadoria esperaria a gestão Sérgio Besserman para somar Luiz Gazzaneo, com sua vivência e sua experiência jornalística. Por essa dupla conjunção, nos dois órgãos, foi possível dar rumo, em definitivo à comunicação institucional, a ponto de se formalizar uma Política de Comunicação, já com a Coordenaria sob o comando de Silvia Maia Fonseca. É o que será visto adiante, na próxima parte deste livro.

terceira
PARTE

Linha do tempo (1999-2017)





A nova era na comunicação

A redemocratização (1985) e a promulgação da nova Constituição Federal do Brasil de 1988 trouxeram novos ares para o País e, conseqüentemente, para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. As mudanças políticas, econômicas e sociais levaram a Instituição a se reposicionar diante das transformações da sociedade contemporânea, onde o fundamento deixa de ser o Estado e passa a ser o cidadão. Esse deslocamento ganha força no IBGE com a entrada, em 1994, do sociólogo Simon Schwartzman, que em entrevista prestada ao IBGE, no dia 24 de junho de 2015, declarou:

Eu tinha uma visão completamente diferente; achava que uma instituição como o IBGE era um órgão de informação para a sociedade, e o Estado, o governo brasileiro, assim como os governos locais e municipais, faz parte da sociedade, como um usuário, até mesmo privilegiado das informações, mas não como seu dono e principal destinatário. Sua [IBGE] função é produzir informações de interesse social para todo mundo, para o governo, para o setor privado, para a opinião pública, internacional etc. Daí esta preocupação com colocar os dados à disposição do pesquisador, de tentar atender o público da melhor maneira possível. (SENRA; FONSECA; MILLIONS, 2016, p. 270).

O papel do IBGE ganha robustez, assim como as questões relacionadas à reputação e à credibilidade, temas que produziram grandes discussões internas com as equipes técnicas. O resultado é perceptível no primeiro planejamento estratégico da Casa, em 1997, onde a palavra cidadania passa a fazer parte da atual missão institucional: “Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”.

O então presidente Simon Schwartzman, e também, mais tarde, o seu sucessor Sérgio Besserman Vianna sabiam que o sentido dessa missão não estava dado, era preciso, de fato, fazer. Schwartzman encomendou um diagnóstico ao Statistics Canada, que trata-se do Instituto de Estatísticas do Canadá e, com base nesse relatório, promoveu uma mudança de cultura organizacional, com foco na qualidade, eficiência e valorização técnica. Com estatísticas melhores e com maior abrangência, o IBGE se fazia ainda mais um órgão de suma importância como escreveu Schwartzman, em 1997: “Se os números produzidos por uma instituição são adotados por todos, essa instituição irá conseguir os recursos e o apoio para continuar seu trabalho, enquanto outras irão se eclipsar” (SCHWARTZMAN, 1997, p. 12).

Na entrega do prêmio Faz Diferença, do jornal *O Globo*, a presença da diretoria do IBGE. Da esquerda para direita: o diretor de informática José Sant'Anna Bevilaqua, o Presidente do IBGE Paulo Rabello de Castro, a coordenadora operacional dos Censos Maria Vilma Salles Garcia, a presidente da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas, Wasmália Bivar, a coordenadora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas Maysa Magalhães, o Diretor Executivo Fernando Abrantes, o coordenador do Centro de Documentação e Disseminação de Informações David Wu Tai, o diretor de pesquisas em exercício Cláudio Crespo e o Diretor de Geociências Wadih Scandar.



Para conquistar os recursos financeiros necessários, o IBGE precisava pôr em ordem a Casa, com informação mais acessível e compreensível, tornando-se mais comunicativo. Segundo Schwartzman, o caminho estava traçado na seguinte direção:

Levantar o moral dos técnicos do IBGE, melhorar as comunicações internas, consolidar os apoios externos, introduzir uma consciência de custos, desenvolver uma política ativa de desenvolvimento de recursos humanos, difundir o acesso a meios computacionais modernos, aumentar a eficiência, reduzir os prazos de processamento e divulgação dos resultados das pesquisas, e difundir melhor os resultados de nossos trabalhos. (SCHWARTZMAN, 1994, p. 2-3)

Com o fim da hiperinflação e a criação de novos programas sociais como, por exemplo, Bolsa-Escola e Bolsa Alimentação, o brasileiro passou a procurar mais informações, como lembra o economista Sérgio Besserman, que presidiu o IBGE de 1998 a 2000: “Você tinha, primeiro, a democratização avançando; segundo, a escolarização avançando aos pouquinhos, e, terceiro, você tinha tirado uma catarata dos olhos, que era a inflação” (FONSECA, 2005, p. 114).

Besserman sabia que era o momento do IBGE ganhar protagonismo com a produção de informações confiáveis e relevantes. Ele encontrou a Casa informatizada, com as Unidades Estaduais integradas em rede, os projetos de pesquisas, desenvolvidos pelo antecessor Schwartzman, em andamento, mas estava convencido de que faltava uma coisa: melhorar a comunicação. Para isso, convidou o amigo e jornalista veterano Luiz Mario Gazzaneo (1927- 2012) para ocupar o cargo de Coordenador de Comunicação Social. Na ocasião, Gazza, como era conhecido, tinha 72 anos, sendo mais de 40 vividos dentro de uma redação.

Juntos, Besserman e Gazzaneo, driblaram a resistência dos técnicos com a imprensa, promoveram cursos, treinamentos e palestras com jornalistas respeitados na mídia, criaram o embargo, estabeleceram as regras de precedência dos

resultados das pesquisas para as autoridades do governo, inauguraram o calendário de divulgação no portal da Internet e, se adiando a uma agenda que hoje é prioritária, investiram na produção de indicadores para a área ambiental e desenvolvimento sustentável.

“Nós somos da mesma linha que mais vale um passo com mil do que mil passos com um” (FONSECA, 2005, p. 97), declarou Besserman, que, ao sair do IBGE, deixou a comunicação fortalecida. Desde então, seus sucessores defendem as ações de comunicação, que foram normatizadas com a publicação da primeira Política de Comunicação Integrada, em 2013. Também deram continuidade aos investimentos nas divulgações regionais e ampliaram a comunicação nas redes sociais e no portal do IBGE, com a criação de uma agência de notícias.

Em 2017, o IBGE ganhou o Prêmio Faz Diferença 2016, concedido anualmente pelo jornal *O Globo* para algumas personalidades que se destaca-

ram na sua área de atuação e serviram de inspiração para o País e o mundo. Antes de receber a premiação na categoria Economia, no hotel Copacabana Palace, no Rio de Janeiro, o então presidente do IBGE, Paulo Rabello de Castro, publicou uma mensagem para os servidores enfatizando o valor social da Instituição¹¹⁶:

Informação é poder. Poder distribuído para empoderar cada cidadão, pelo melhor conhecimento de sua própria realidade. Informação é alerta, é conselho, é guia, é até entretenimento, curiosidade útil. Informação é valor, valor social, valor democrático. É o IBGE que orgulhosamente produz, dissemina e divulga tais informações.

O objetivo desta parte do livro é mostrar como as experiências em divulgação e disseminação, no período Schwartzman e Besserman, mudaram os pensamentos no IBGE, e não os pensamentos que mudaram as experiências, confirmando alguns princípios de liderança e de gestão. A frequente inserção do IBGE nos noticiários aumentou a demanda e a disseminação das pesquisas, contribuiu para a credibilidade e a legitimidade do Instituto, facilitou a coleta de informações na pesquisa de campo e forneceu ingredientes para melhorar a linguagem e a qualidade do atendimento ao público.

Por uma questão de encadeamento lógico de ideias, optamos aqui por seguir uma ordem cronológica, que mostra como as questões foram conduzidas pelas equipes da Coordenação de Comunicação Social - CCS, do Centro de Disseminação e Divulgação de Informações - CDDI¹¹⁷ e das Supervisões de Documentação e Disseminação de Informações - SDIs, nas Unidades Estaduais.

[...] as experiências em divulgação e disseminação, no período Schwartzman e Bersserman, mudaram os pensamentos no IBGE [...]



O presidente do IBGE, Paulo Rabello de Castro, recebeu o prêmio Faz Diferença das mãos da editora de Economia, Flávia Barbosa, e da editora-executiva Maria Fernanda Delmas, do jornal *O Globo*.

¹¹⁶ Mensagem do presidente à Comunidade IBGE, assinada pelo Paulo Rabello de Castro, publicada em 29.03.2017, às 13:39, em *Comunicados da Direção*, na Intranet do IBGE.

¹¹⁷ A equipe da CCS cuida da divulgação dos produtos do IBGE para a mídia, com a redação de *releases*, pautas e comunicados da direção, organização de coletivas e treinamentos, e a partir de 2017 passou a gerenciar as redes sociais e a revista mensal da Instituição. A equipe do CDDI gerencia o portal do IBGE na Internet e na Intranet, trata da disseminação e do atendimento aos diversos públicos (exceto os jornalistas) e é responsável pela promoção de eventos e criação, editoração e impressão de produtos gráficos e digitais. O CDDI cuida também das Bibliotecas e da Memória Institucional. As equipes dos SDIs, entre outras coisas, desenvolvem ações de comunicação regional nos estados.

O PRESENTE E O FUTURO DO IBGE

Segundo Simon Schwartzman

O IBGE se aproxima dos seus 60 anos.



O IBGE é predominantemente a instituição que mais conhece o Brasil, e é conhecida por todos.



Um dos seus dois presidentes.



O RJU estimula a espontaneidade pessoal que torna uma qualificação, permite a estabilidade de todos os servidores, inutilizando o sistema de carreira, impedia curvas contratuais, mantendo salários acionados por todos.



Contando a população, demonstrando e identificando o território.



Uma imagem unida e poderosa ao longo da história por grande maioria da maioria e servidores administrativos.



Objetos pessoais.



No entanto, países que ingressaram no processo vigoroso de modernização econômica e institucional, como o México, Argentina e o Chile, não conseguiram transformar seus métodos de estatística em instituições eficientes, atualizadas e capazes de fornecer à sociedade as informações vitais que necessitam. Não há nada pelo qual o mesmo não possa ser feito no Brasil.



Revelando como as pessoas vivem, trabalham e produzem e como evoluem e se movem.



Infelizmente, este histórico de relevância, prestígio e dedicação tem sido esquecido, nos últimos anos, por dificuldades crescentes que colocam em risco a reputação adquirida. A imagem desliza sobre a frente.



A instituição do RJU para o funcionamento a partir de 1990, antes do RJU que não toda a atenção ao manejo da sua estrutura de administração de pessoal e financeiro.



O IBGE necessita reverter sua capacidade de trabalhar como uma instituição autônoma, livre dos controles burocráticos de detalhes impostos pelo Governo Federal à Administração Pública.



Rever a atuação perante administradores corruptos, com distorções mais claras de responsabilidades.



A ideia consiste em transformar as atuais instituições governamentais em instituições autônomas, autônomas e supervisionadas governamentais quanto à realização de suas fins, mas livres para administrar seus recursos materiais, humanos e financeiros dentro das regras gerais do setor público.

Projetos de reforma institucional trazem riscos e benefícios, e é necessário fazer com que os custos de curto prazo não comprometam os benefícios esperados para o longo prazo. A Transição do Regime Jurídico Único para o de CLT só é possível se existirem benefícios materiais e de natureza clara para os servidores, se não apenas para alguns no topo da carreira. Os benefícios claros de funcionamento do IBGE, presentes nos últimos anos, e o risco das transições para serem instituições públicas similares e similares, dando o primeiro resultado, o emprego do governo em melhorar as condições de instituição (existem algumas alternativas já consideradas pelo RJU). A institucionalização do processo de reaparelhamento técnico do IBGE leva um importante efeito institucional e psicológico. Finalmente, a autonomia institucional do IBGE, mesmo limitada, que não altera o processo de pagamento de seu pessoal, seja na forma de um sistema de carreira fixa, seja através de um mecanismo de aprovação pelo Senado, para dar à Cens a estabilidade e a independência institucional que necessita.



Uma série de ações entre as décadas. Rever a agenda de Propostas do IBGE.



Análise e Sistema computacional.



Contabilidade de estatísticas, demográficas, econômicas, sociais, geográficas, tecnológicas e tecnológicas, e desenvolvimento programático interno e permanente de formação de trabalhadores de pessoal.



Rever a produção de produção, análise e desenvolvimento das informações. Rever metodologias, em especial as áreas de estatísticas. Desenvolver a capacidade de gerar novas próprias através de vendas de produtos, licenciamentos e royalties.



Não existe dúvida, a não ser de fronteiras entre profissões, de modo desta transição. Como a maioria dos países do IBGE é com pessoal, que não de estabilidade, qualquer economia que não seja feita antes de médio e longo prazo. Por outro lado, a solução dos problemas de espaço físico, uma nova política de recrutamento, salários competitivos para os novos desafios e técnicos, e modernização da pesquisa estatística, implementação de um sistema de compensação técnica e tecnológica, tudo isto vai requerer uma atenção especial de recursos. O resultado, a longo prazo, deverá ser uma instituição melhor, mais eficiente, com mais capacidade de gestão de recursos próprios, capaz de realizar suas atividades e que o País espera do IBGE, e o que seus cidadãos esperam de um governo.



Folheto com os principais pontos do documento preparado (em 1994) pelo presidente Simon Schwartzman, O presente e o futuro do IBGE, com uma análise do Instituto e suas perspectivas. O resumo com as charges foi divulgado entre os servidores.

A nova comunicação germina

Pois o que é irreversível no Brasil como no mundo é o empoderamento dos cidadãos, sua autonomia comunicativa e a consciência dos jovens de que tudo que sabemos do futuro é que eles o farão. Móbil-izados.

Manuel Castells¹¹⁸

A rede mundial de computadores, a Internet, estava em seus primórdios e o acesso era restrito a pesquisadores dentro do universo acadêmico. Em 1994, o uso da Internet no Brasil passou a ser comercializado para o público em geral. Aos poucos, o assunto foi entrando na pauta dos jornais e se popularizando cada vez mais, crescendo de maneira espantosa.

Na ocasião, a entrada do sociólogo Simon Schwartzman na presidência levou o IBGE a uma posição de vanguarda no mundo da tecnologia e da informação, sendo uma das primeiras instituições brasileiras a inaugurar seu portal na Internet, em 1995. Pouco a pouco, cada funcionário passou a utilizar um microcomputador na sua mesa de trabalho, interligado em rede, com conexão através da Internet. Mas para que as tecnologias hoje dominantes fossem aceitas pelos servidores naquele tempo, a Instituição organizou cursos de capacitação em todo o País.

Nesse sentido, a mudança dos servidores do Complexo de Mangueira do IBGE para o moderno prédio da Avenida Chile, no Rio de Janeiro, em 1996, atendia a dois propósitos: oferecer mais vantagens em termos de segurança e inaugurar as modernas estações de trabalho com computadores. Em agosto de 1995, para conscientizar os servidores sobre a importância dessas mudanças, o então presidente do IBGE Simon Schwartzman convidou o jornalista Carlos Henrique Vieira, que já tinha trabalhado na Comunicação Social em 1987, para criar um informativo interno batizado de *Conexão IBGE*, que circulou de agosto de 1995 até março de 1998, com um total de quatro edições. O histórico e a sequência do *house organ* no IBGE serão apresentados mais adiante, no tópico “Intranet: o novo *house organ*”.

Pouco tempo depois, em novembro de 1995, além do boletim interno, Carlos Vieira assumiu a Coordenação de Comunicação Social - CCS, que, na época, chamava-se Coordenação Geral de Comunicação - CGC, e ficou responsável também pela *newsletter Carta IBGE*, que saiu

¹¹⁸ CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos Aberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 182.

[...] os jornalistas
desempenhavam
um papel
importante para
qualificar o debate
público sobre
as informações
produzidas pelo
IBGE.

das mãos da jornalista Shirley Soares. A *newsletter*, voltada para o meio acadêmico, tinha como objetivo consolidar os trabalhos do IBGE com um texto mais informativo. Após cinco anos [1995-2000], o material deixou de ser publicado, sem nenhuma explicação dirigida ao leitor na última edição de janeiro/fevereiro de 2000.

A *Carta IBGE* foi um exemplo de canal direto, com linguagem adequada ao público, apresentado por Schwartzman na defesa dos canais de comunicação rápidos e acessíveis aos diferentes usuários. Paralelo às áreas de divulgação e disseminação de informações, ele trabalhou em várias frentes dentro da Casa, entre elas: atualização das pesquisas, buscando novas metodologias e questões a serem pesquisados, manutenção de diálogo com os usuários e outros produtores de informações similares, com a realização do Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais (1996), reorganização e modernização interna, com a qualificação dos servidores e remanejamento do espaço físico. A passagem de Simon Schwartzman pelo IBGE representou uma grande mudança, como lembra o jornalista Carlos Vieira, em entrevista por e-mail, no dia 20.07.2017.

Foi um momento muito rico em termos de produção de pesquisas e era preciso dar divulgação a esse enorme trabalho. Portanto, foi um grande desafio estruturar a área de Comunicação do IBGE para dar resposta a isso. Só que, ao sermos proativos com a imprensa, intensificando a divulgação de pesquisas, os jornalistas respondiam aumentando a procura por dados do IBGE. (VIEIRA, 2017)

Como naquela época o uso do correio eletrônico ainda não estava consolidado, era inevitável que os *releases*, com as informações das pesquisas, fossem enviados automaticamente, via Embratel, para uma lista de jornalistas. Esse tipo de serviço, contratado pela Instituição, garantia a chegada da informação ao mesmo tempo para todas as redações. Em contrapartida, a equipe trabalhava intensamente no atendimento à imprensa, recebendo os mais variados pedidos de todos os cantos do País, como lembra Vieira (2017) na mesma entrevista: “A regra era atender todo mundo, não importasse o tamanho do veículo de imprensa, pois não se podia perder de vista a missão do IBGE de tornar públicos os seus estudos”.

O relacionamento com a imprensa foi construído passo a passo. Os colonistas eram convidados para um café da manhã na sala do presidente, com objetivo de mostrar a complexidade dos levantamentos e a importância do trabalho realizado pelo IBGE, afirma o ex-assessor de imprensa.

O Simon, por vir do mundo acadêmico, trazia como bagagem um contato menos frequente com a imprensa, mas sempre teve um enorme respeito pela atividade e uma grande disponibilidade para falar com jornalistas. Além disso, gostava de um bom papo, e as conversas com os jornalistas eram sempre muito boas. Eu lembro que eles saíam das entrevistas bastante impressionados com o conhecimento e com a inteligência dele. (VIEIRA, 2017)

O IBGE avançou na organização de Encontros com a Imprensa, *workshops* ministrados pelos próprios técnicos responsáveis pelas pesquisas, com objetivo de explicar os conceitos e metodologias. Em consequência, os jornalistas desempenhavam um papel importante para qualificar o debate público sobre as informações produzidas pelo IBGE. Esse trabalho de atendimento à imprensa já é tradição na Casa, como lembra Simon Schwartzman:

Eu sempre tive uma atitude muito aberta de conversar com jornalistas. Qualquer pessoa que me procurava, eu conversava, sempre tive uma atitude muito franca, muito aberta com jornalistas. Então, creio que a relação sempre foi boa, não tenho queixa, não. O que tinha problema, sim, é que os jornalistas muitas vezes não entendiam, quer dizer, isso é um problema da imprensa, tinha pouca gente especializada e frequentemente mudava. Nós, inclusive, chegamos a montar um curso de capacitação de jornalistas, para eles entenderem os dados que o IBGE produzia. (SENRA; FONSECA; MILLIONS, 2016, p. 285)



Simon
Schwartzman,
presidente do IBGE
(1994-1998).

A redação dos *releases* com os resultados das pesquisas, elaborados pela equipe da Comunicação, seguia algumas regras dos textos jornalísticos, linguagem clara e objetiva, com estrutura da pirâmide invertida, onde a ordem de importância na apresentação dos elementos começa sempre pelo mais e termina com o menos relevante. O esforço de adaptação da expressão técnica para universos mais abrangentes não representou um problema, como recorda Carlos Vieira (2017):

Se havia qualquer discordância em termos de abordagem do press release, tudo era largamente discutido com a área técnica. Surgiam às vezes divergências quanto à maneira de chamar a atenção para determinados trabalhos, mas isso era objeto de muito diálogo. Houve, é lógico, momentos em que nossa visão jornalística prevaleceu, mas, na maioria das vezes, o que se via era que havia percepção errada de nossa parte, já que tínhamos pouco tempo de interação com os dados antes da divulgação.

Outra experiência em comunicação interna foi a abertura de um canal direto do então presidente Simon Schwartzman com os servidores. Acessível pelo *e-mail*, Schwartzman chegou a trocar algumas mensagens com os servidores da Casa, evitando a rotina dos canais burocráticos. Entretanto, a comunicação no novo canal ficou bem abaixo da expectativa da presidência.

Já a comunicação com o público externo se manteve com perseverança e firmeza. O Coordenador de Comunicação Social, Carlos Vieira, tinha o compromisso de apresentar para a sociedade o IBGE moderno, com ferramentas tecnológicas, e responsável pelo trabalho de alta credibilidade, como explica:

O Simon focou muito na modernização da Fundação, fazendo um grande esforço para dotar a casa de ferramentas tecnológicas, e era necessário apresentar esse IBGE moderno e atual para a sociedade. Outra grande preocupação do Simon era com a isonomia do acesso à informação. Era fundamental, por exemplo, que a imprensa tivesse conhecimento simultâneo dos resultados das pesquisas conjunturais, pois havia sempre o temor da antecipação de dados sensíveis que poderiam ser usados para especulação no mercado. (VIEIRA, 2017)

Capa do programa e o cartaz do I Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, realizado no Rio de Janeiro, de 27 a 31 de maio de 1996.



Último número da newsletter Carta IBGE n. 63, jan./fev. 2000, na gestão Sérgio Besserman.

A trajetória da comunicação no IBGE

O IBGE mostra-se mais expansivo e comunicativo, participando ativamente em uma série de fóruns internacionais. Ganha mais prestígio no cenário externo, no intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os especialistas da Casa e de outras instituições. Busca excelência operacional e metodológica na produção e na disseminação das estatísticas.

Nesse mundo conectado da comunicação, Simon Schwartzman convidou o economista David Wu Tai para comandar o CDDI com o seguinte compromisso: implantar imediatamente a plataforma digital do IBGE na Internet.

Promessa é dívida. David Wu Tai, que era chefe da Coordenação Operacional dos Censos - COC, foi nomeado para a nova função em 14.07.1995 e, dois meses depois, no dia 14.09.1995, o portal estava no ar. Em entrevista realizada no dia 29.09.2017, no Rio de Janeiro, David Wu Tai relembra sua entrada no CDDI:

Na verdade, o principal desafio que eu tinha, ao entrar no CDDI, era o de implantar o portal da Internet do IBGE. Nessa linha, vendo outros países, eu considerava que estávamos um tanto quanto atrasados. Por exemplo, em 1989, quando, junto com Nuno Duarte Bittencourt, estivemos conhecendo os institutos de estatística de outros países, fomos ao instituto de estatística da Indonésia, e como todos sabem a Indonésia é um país que tem mais de oito mil ilhas, sendo duas mil delas habitadas, e naquela época essas ilhas já estavam todas interconectadas por uma rede de comunicação por computadores chamada BBS, de linha discada. (WU TAI, 2017)

Na época, Simon Schwartzman queria mais. Além da rede de comunicação por computadores (Bulletin Board Systems - BBS), ele sabia que o IBGE precisava entrar na rede da Internet, abrindo para os pesquisadores e usuários o acesso aos microdados e os resultados das pesquisas conjunturais. Uma mudança de cultura dentro da Casa.



- O presidente do IBGE, Simon Schwartzman,
- e o coordenador do CDDI, David Wu Tai, na
- inauguração das instalações do IBGE,
- na Av. Chile.



O portal do IBGE, na Internet, ilustra a reportagem do *Boletim IBGE*, jul.1997.



Uma das primeiras páginas do portal do IBGE na Internet, 1996.

Informações estatísticas pela Internet, por Simon Schwartzman

Simon
Schwartzman.



A entrada do IBGE na rede Internet, a partir deste mês, é um novo marco em nosso processo de modernização. A disseminação de informações pelos sistemas típicos da Internet – os hipertextos gráficos da *Web*, as listas de distribuição automática de informações, os sistemas por *menus gopher*, as transferências de arquivo FTP – serão somente os primeiros passos em um projeto bem mais ambicioso, que irá se desenvolvendo nos próximos meses. A exemplo do que já ocorre em outros países, dois novos produtos deverão ser implantados brevemente: um sistema de informações georreferenciadas, que permitirá associar dados geográficos e estatísticos de estados e municípios, e outro de acesso ao banco de dados para a elaboração de quadros de interesse específico dos usuários. Além disso, em cooperação com a Rede Rio e com a Rede Nacional de Pesquisas, o IBGE está conectando progressivamente todas as suas agências à rede. Esta conexão permitirá que cada uma delas, nos diversos pontos do País, possa ter acesso fácil e imediato às informações disponíveis na sede e, assim, atender ao público com muito mais eficiência.

Apesar do seu crescimento explosivo, o uso da Internet ainda é restrito, no Brasil, e o atendimento personalizado ao usuário deverá continuar a ser uma função importante, só que, agora, com o apoio de um sistema moderno e eficiente de acesso às informações. (SCHWARTZMAN, 1995, p. 2)

Para a criação do portal, David encontrou uma reduzida equipe, com cerca de quatro técnicos, que já trabalhavam nesse projeto na gestão anterior do CDDI. Mas, segundo ele, foi a entrada do jovem servidor Marcio Imamura, de 30 anos, que deu vigor ao grupo para inaugurar o portal. Na primeira etapa, o analista de sistema Imamura liderou a implantação e desenvolvimento do portal, participando inclusive de todas as reuniões de conteúdo, com as equipes técnicas das Diretorias de Pesquisa e de Geociências, e tecnológicas com a Rede Nacional de Pesquisas - RNP¹¹⁹. Em entrevista, Marcio Imamura lembrou-se do passado.

Na época, era preciso entrar em contato com a Rede Nacional de Pesquisas (RNP) para conseguir um link dedicado para a Internet e com IP fixo para www.ibge.gov.br. Com muita dificuldade conseguimos o link de 64 kbits¹²⁰, que depois se mostrou insuficiente para o tamanho dos produtos do IBGE, mas o tempo era curto e estávamos aprendendo tudo na hora. Chegamos a colocar o roteador de baixo do braço e levamos ao laboratório da PUC Rio para a configurar o aparelho. (IMAMURA, 2018a)

O esforço não foi em vão. O IBGE foi uma das primeiras instituições do País a ter uma página na Internet.

Também foi pioneiro na utilização de plataforma de *software* livre, que permite o uso de qualquer programa de computador pelos usuários gratuitamente, abrindo caminho para outras instituições.

No lançamento do portal, a página principal era bem simples, com a logomarca da Instituição, os índices conjunturais da Diretoria de Pesquisas atualizados e um rodapé com endereço eletrônico para atendimento ao usuário. Em pouco tempo, a página foi reestruturada com um novo visual: seção de notícias, com os *releases* das pesquisas divulgados a partir do início das coletivas para imprensa, *pop clock*, um pequeno globo que, ao ser clicado, dava a estimativa da população naquele exato momento, um contador do número de visitantes da página e, por fim, acesso ao banco de dados – Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Aqui vale acrescentar que o SIDRA, como foi visto na segunda parte deste livro, após ser utilizado por Telex ou pela Rede Nacional de Comunicação por Comutação de Pacotes - RENPAC, teve uma explosão do número de acessos pelo portal do IBGE.

O então presidente, Simon Schwartzman, e o Superintendente do CDDI, David Wu Tai, acompanharam de perto a implantação do site, sempre propondo novas iniciativas. A produção do conteúdo em inglês e espanhol, por exemplo, foi uma determinação do próprio presidente na época, já o *pop clock* foi iniciativa do Superintendente do CDDI.

O IBGE foi uma das primeiras instituições do País a ter uma página na Internet.

¹¹⁹ A RNP foi criada em 1989 pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

¹²⁰ Kbits é a unidade usada para medir velocidade de transmissão de dados.

O pioneirismo na criação do portal por Márcio Imamura, Analista de Sistemas do IBGE

Em 1995, eu trabalhava na Coordenação dos Censos do IBGE com o David Wu Tai. Na ocasião, eu estava bastante envolvido com microinformática, que era uma coisa recente na Instituição e não tinha os avanços que temos hoje com redes sociais, servidores na nuvem, *smartphones* etc.

Por ser micreiro e entusiasta na área da informática, sempre gostei das novidades e de encontrar soluções para as coisas funcionarem. Era um desafio e, ao mesmo tempo, um prazer. Eu procurava ajudar outros colegas a resolver problemas e instalar *software*, inclusive pessoas de fora do meu local trabalho específico. Numa dessas “intromissões” em outras áreas, acabei conhecendo pessoalmente o professor Simon Schwartzman, que tinha assumido a presidência do IBGE em 1994. Ele gostava muito da autonomia que a microinformática dava para os usuários. Acho que causei uma boa impressão.

O planejamento do IBGE, inicialmente (em 1994), era colocar no ar dois serviços: o BBS (Bulletin Board Systems), que era um sistema muito popular naqueles dias, e o *website* na Internet, tecnologia extremamente nova na época. Entretanto, em 1995, o professor Simon decidiu abortar a ideia do BBS e concentrar esforços somente no projeto do *website* na Internet. Pensando agora, é fácil concluir que essa decisão foi extremamente acertada.

Na época, para minha surpresa, fui informado pelo David que o professor Simon queria que eu ficasse à frente da tarefa de colocar no ar a *website* do IBGE. Na minha memória, esse convite foi feito em julho de 1995, e a missão era inaugurar o *website* na primeira semana de setembro do mesmo ano.

De um modo geral, nas instituições de governo, e mesmo fora delas, pouca gente tinha experiência com Internet seja oferecendo conteúdo ou mesmo como usuário. Não se tinha muita informação sobre a utilidade, o alcance e as potencialidades das ferramentas. Os mais antenados na época (inclusive eu) tinham no máximo uma conta em BBS onde o acesso era feito uma vez por dia, geralmente entre meia-noite e seis da manhã, pois usávamos a linha telefônica comum de casa.

Fiquei muito animado com a nova atribuição, mas confesso que na época não tinha noção do que fazer ao certo e, sinceramente, nem maturidade suficiente para entender o tamanho da responsabilidade. Ao contrário do que possa parecer, no final das contas essas duas limitações ajudaram muito. O primeiro desafio foi tecnológico, era preciso escolher equipamentos, configurar servidores e programas, testar o *link* de Internet etc. Na época, fazíamos parte da RedeRio, uma rede de instituições acadêmicas pioneira da Internet no Brasil. Estávamos ligados à PUC-RJ através de um *link* de 64 Kbps e, para se ter ideia do que isso significava, basta pensar que a banda larga que chega às nossas casas atualmente é aproximadamente 500 vezes mais rápida. O segundo desafio foi definir o conjunto de informações, a organização e a apresentação do conteúdo que iria inaugurar a presença do IBGE na Internet. Na época, já havia algumas pessoas no CDDI estudando isso, mas, diante do curto prazo definido pelo professor Simon, foi necessário reorientar as coisas e montar um plano de ação para não atrasar a encomenda. Como não sabíamos exatamente o que fazer e nem tínhamos tempo para pensar muito nisso, decidimos trabalhar da forma mais simples possível, o que acabou dando certo.

Foram realizadas várias reuniões com as equipes de diversas áreas do IBGE e com as diretorias, onde explicamos o que sabíamos e como achávamos que deveria ser nossa presença na Internet. Coletamos sugestões e fechamos compromissos com os técnicos para organizar e formatar as informações. Esse trabalho conjunto, de várias cabeças, ajudou muito o *website* a ter a cara da Instituição. Claro que o *website* ficou bastante simples comparado aos que temos hoje, mas a informação estava lá.

Ao final disso tudo, acabamos atrasando uma semana e o *website* foi ao ar com sucesso somente na segunda semana de setembro de 1995. Tive uma sensação muito boa, de pioneirismo, ao participar desse marco do IBGE. Durante toda a minha carreira nesta Instituição sempre fui, e ainda sinto que sou, premiado com oportunidades e desafios muito legais. Agradeço muitíssimo ao IBGE, aos meus superiores e colegas que, pela visão experiente, confiança no meu trabalho e talvez um pouquinho de falta de cautela, me entregaram tarefas que contribuíram bastante para que eu me tornasse melhor como profissional e como pessoa. (IMAMURA, 2018b).



Márcio Imamura.

O portal naturalmente foi crescendo com a ajuda e dedicação de bons profissionais da Casa. Além da versão inglês, a página passou a oferecer oito opções de entrada alinhadas à esquerda: “O que há de novo?”, com os resultados das pesquisas atualizadas, “Informações estatísticas e geocientíficas”, tabelas com os principais indicadores, “Catálogo do IBGE”, onde já se pensava na loja virtual, “Transferência de arquivos”, com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, mapas, tabelas e textos de forma compactada, “Acesso a banco de dados”, com o “Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA”, “Biblioteca”, “Imprensa”, com a “Newsletter Carta IBGE” e “Outros servidores de informação”, com a relação de instituições estatísticas no Brasil e exterior.

Em julho de 1997, o número três do *Boletim IBGE*, já noticiava a intenção de oferecer em tempo futuro, na página do IBGE, os seguintes serviços: Chat de conversa, um espaço de estudo sobre dados estatísticos (*Usenet*) e Listas, onde o usuário recebe as informações do seu interesse. David Wu Tai falou sobre a concepção de portal que se procurava na época:

Na verdade, quando começou a Internet, propriamente, ninguém tinha a menor ideia de qual seria seu potencial de divulgação. À época, os primeiros portais institucionais, nada mais faziam do que colocar a fotografia do Presidente do Instituto de Estatística, e coisas tais, e ter o Bureau do Censo, dos Estados Unidos, ou o Statistics Canada, era antes de tudo, uma questão de estar na Internet dizendo “eu existo”, dispondo aos usuários algumas informações básicas, muito básicas, ou seja, alguns resultados de algumas pesquisas. Assim, o potencial real da Internet, como meio de divulgação das estatísticas foi crescendo aos poucos, e na medida também em que a quantidade de pessoas que se “logavam” ia crescendo, e isso se dava na razão em que as possibilidades tecnológicas de acesso também cresciam, e ganhavam facilidade. (WU TAI, 2017)

A procura por informações na Internet, levou a publicação de uma nova portaria que determina como obrigação do IBGE a disponibilização de seus dados ao público em geral. A Resolução RCD n. 28, de 17.11.1995, assinada pelo Presidente Simon Schwartzman, estabelece também que o IBGE é detentor dos direitos autorais e intelectuais de todos os dados e sistemas de processamento, armazenamento e recuperação de informações gerados por seus diversos Departamentos Técnicos, em quaisquer mídias, inclusive originais de trabalho, devendo para isso efetuar os necessários registros de direito autoral e patentes nos órgãos competentes, por meio do CDDI, que fica encarregado desta responsabilidade. Para David Wu Tai esse procedimento foi um marco divisor, no comportamento do IBGE, em relação à divulgação dos resultados das suas pesquisas:

No passado, a disseminação se encerrava na publicação (editoração e impressão) e distribuição às bibliotecas de Anuários, revistas, e outras formas de publicações, em geral volumosas. Com o passar do tempo, com o advento da Internet, a demanda por informações aumentou e diversificou. O número de usuários praticamente explodiu, e isso se deve a essa potência trazida pela Internet, e, é claro, pela maior oferta de informações pelo IBGE, o que também é fruto dos avanços da tecnologia computacional. Se olharmos o passado e pensarmos que se publicavam e se distribuíam dez ou quinze mil anuários, e se compararmos com o número de acessos que são feitos ao Portal do IBGE, só assim somos capazes de ver o avanço havido. Uma verdadeira explosão. (WU TAI, 2017)

Recém-nascida, a página do IBGE na Internet se tornou referência em todo o País. Tanto assim, que em abril de 1996, a revista sobre informática PC



Revista PC Magazine,
n. 91, abr. 1996.

Reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*,
26 maio 1996, p. 10.



Home page do IBGE vence concurso



Com o site produzido pelo CDDI, o IBGE acaba de ganhar o prêmio Internet World Best' 96, por apresentar a melhor home page na categoria Governo/Política/Associações. Promovido pela revista *Internet World*, o maior concurso de sites brasileiros premiou os melhores colocados de doze categorias distintas. Da seleção fizeram parte dois juris, um oficial e outro popular, premiando o IBGE com dois troféus, com a ratificação do grande vencedor do Grand Prix, o *Universe On-line*, que cita a nossa home page como uma das cinco melhores do país. A cerimônia de entrega dos prêmios, apresentada pela atriz Marisa Orth, foi realizada, este mês, no Moinho de Santo Antônio, em São Paulo, com a presença de mais de 1000 convidados.

IBGE ganhou prêmio IBest 1996 e a notícia foi divulgada no Boletim IBGE, de abril de 1997.

Edna Rodrigues Campello



No período de 2005 a 2007, a então Coordenadora de Projetos Especiais do CDDI, Edna Rodrigues Campello (1957-2016), exerceu forte influência na modernização do portal, como afirmou a então responsável pela da Gerência de Serviços On-line, Taissa Abdalla Filgueiras de Sousa¹²¹, em entrevista por e-mail, no dia 03.04.2018:

Novos concursos trouxeram mais designers, desenvolvedores e tradutores. Edna Campello, sempre comprometida com inovação, direcionou novas modernizações no site do IBGE para atender diversos critérios de acessibilidade. Em 5 de dezembro de 2006, Dia Internacional da Acessibilidade, lançamos uma nova versão do site do IBGE. A nova versão permitia ajuste de tamanho de fonte e ordenava os links

para serem todos reconhecidos por leitores de tela, além das mudanças no design e tecnologia. Em 2007, com meta de trazer novos usuários e facilitar o acesso à informações estatísticas, criamos novos canais para Internet tais como países@, estados@, entre outros. Uma responsabilidade muito grande como gerente da Internet era a pontualidade com o lançamento das notícias. Para isso, desenvolvemos soluções de segurança de informação. Outro desafio constante, na época, era lidar com o crescimento de usuários e da informação disponível, lidando com manutenção de servidores e hardwares para manter alta disponibilidade. Além dos desafios da Internet, mais uma vez empenhada em realizar projetos pioneiros, Edna colocou a GEON para trabalhar no desenvolvimento de sistemas de coleta de dado junto com o Departamento de Pesquisas. Edna teve enorme participação na transição da coleta de dados de questionários de papel para o PDA. Fomos responsáveis pela Pesquisa Nacional por amostra de



Coleção de prêmios conquistados pelo IBGE.

¹²¹ A analista de sistemas Taissa de Sousa, foi a gerente deste setor de fevereiro de 2007 até março de 2011, quando se afastou para realizar o curso de Mestrado.

domicílios em 2007, 2008 e 2009. Em 2010, novamente inovando, foi com seu apoio que a GEON desenvolveu a coleta de dados do Censo Demográfico 2010 também pela Internet. (SOUSA, 2018)

Em 2017, o portal IBGE¹²² registrou um total de 76,6 milhões de visitas e superou a marca de 1 bilhão, atingindo 1,7 bilhão de visualizações de página ou *downloads*. Esse número representa um crescimento de aproximadamente 216% em visitas em comparação com o ano de 2010.

Uma maneira de garantir esse crescimento foi buscar oferecer, cada vez mais, um portal simples e amigável. Foi o que motivou a nova versão do portal, depois de uma reformulação total no *design* e conteúdo, que entrou no ar no dia 23.09.2017.

No novo portal, os resultados das pesquisas conjunturais ganham mais destaque, já que são muito procurados pelos diversos públicos. Para o coordenador geral do CDDI o portal é a vitrine do IBGE, portanto, a decisão de expor um ou outro produto deve ser negociada:

O Portal do IBGE é uma vitrine. E como toda vitrine não contém todos os produtos ou serviços, mas apenas aqueles que, nas ocasiões, são os destaques, refletindo as circunstâncias. Por exemplo, neste momento, como estamos fazendo um Censo Agropecuário, há um *banner* referido a essa pesquisa, já que é uma prioridade da instituição (logo, também do Brasil). Assim sendo, o usuário habitual ou não, ao entrar no Portal, vai ao “buscador” e nele procura o que deseja, que lhe indica o caminho a seguir. O segredo de um bom Portal é estar sempre atualizando esse “buscador” e sempre fazendo com que ele faça indicações de caminhos simples aos usuários. Neste momento, por exemplo, estamos investindo pesadamente numa nova renovação nesse sentido. (WU TAI, 2017)

Na reformulação do portal, a equipe de serviços *online* procurou distribuir de forma inteligente o conteúdo e trabalhou uma estrutura lógica de *links*, facilitando o acesso às principais páginas, com poucos cliques, e garantindo a navegação mais simples. Um enorme desafio para um portal, como o do IBGE, que oferece hospedagem para uma série de canais e conteúdo, somando aproximadamente um milhão de arquivos entre biblioteca e FTPS, disponíveis aos usuários. Além disso, o portal abriga os sistemas de extração de dados dos bancos de dados como Brasil em Síntese, SIDRA e o Banco Multidimensional de Estatísticas -BME, que geram arquivos para *download* e têm um conjunto muito grande de informações. David lembrou com orgulho desse momento, que marca o reconhecimento da equipe:

O IBGE além de ser um instituto de estatística é um instituto de geografia (no que inclui a geodésia, a cartografia, os recursos naturais, os estudos ambientais). Seu espectro é amplíssimo. Diferente de um site comercial,



O site Cidades@, no portal do IBGE na Internet, com informações sobre os municípios.

seus muitos produtos (ou variáveis, digamos mesmo, os nomes das informações) não são de fácil registro no Portal, de modo que o esforço de facilitar o acesso dos usuários não é simples, exigindo uma atividade diuturna, de uma equipe altamente concentrada. Há um problema adicional, o de nem sempre ser mesmo fácil dar nome aos produtos, que nada mais são, ao olhar dos usuários, do que as informações procuradas, ou seja, as variáveis buscadas (por exemplo, renda, produto, emprego etc.). Já nas áreas técnicas isso é difícil, e nem sempre é harmônico, o que dificulta a disseminação, e a elaboração do Portal. (WU TAI, 2017)

O IBGE trabalha com diferentes produtos e níveis de linguagem para públicos também diversos: do especialista ao cidadão comum. O portal do IBGE procura sintetizar as informações produzindo conteúdos específicos para determinados segmentos como, por exemplo, os sites Cidades@, Estados@ e Países@, com um perfil completo sobre as cidades, estados e o País, além de mapas temáticos. O IBGEeduca¹²³, que reúne os sites do Vamos Contar, o IBGEteen e o 7a12, voltado para o público jovem, estudante e professores, com novos produtos como, por exemplo, as informações sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, para o público infantil. Também foi criado o projeto IBGE explica, que reúne vídeos de curta duração com objetivo de tornar mais amigáveis as metodologias de algumas pesquisas.

[...] o portal é a vitrine do IBGE, portanto, a decisão de expor um ou outro produto deve ser negociada.



Nova versão do portal do IBGE que foi ao ar em setembro de 2017.

¹²³ O portal IBGEeduca foi selecionado como um dos finalistas para o Prêmio Excelência em Governo Eletrônico – e-Gov 2018, na categoria e-Serviços Públicos. Criado pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP) e pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Prêmio e-Gov é um reconhecimento e incentivo ao desenvolvimento de projetos e soluções de governo eletrônico nas administrações públicas.

¹²² Disponível no endereço <www.ibge.gov.br>.

[...] o esforço
de comunicação
não se restringe
aos profissionais
da área, envolve
a todos – da
diretoria ao
funcionário
iniciante.



IBGE publica o primeiro livro infantil sobre mudanças climáticas, escrito pela jornalista Kristina Michahelles e com ilustrações de Mariana Massaranino. O livro foi lançado em 2002, no CDDI, sob o título: *O que está acontecendo com a nossa terra?*



Imagens dos
sites voltados
para o público
jovem, no
portal do IBGE
na internet



No portal do IBGE, o site Cidades@ é um dos mais procurados. Trata-se de uma ferramenta, com sistema de busca, que reúne em um só local informações sobre determinado município brasileiro, com infográfico, mapas e até fotos históricas. Além disso, é possível fazer comparações entre municípios, conhecer os *rankings* e as séries históricas de diversos temas pesquisados pelo IBGE, como trabalho, educação, gênero, saúde, entre outros. Nas palavras de David Wu Tai, o Cidades@ é o campeão de audiência:

Quando ainda trabalhava em São Paulo, pude ver vários usuários buscando informações sobre cidades ou municípios. Eles precisavam manusear vários volumes do Censo Demográfico, e não raro pediam uma régua para poderem trabalhar por sobre as tabelas que ocupavam duas folhas (tabelas confrontantes). Dava muito trabalho. Isso nunca saiu da minha cabeça. Assim, quando assumi a direção do CDDI, tão logo pude, chamei os especialistas e lhes disse: “Vamos colocar juntas as informações dos municípios, mas não vamos nos referir a municípios, pois esse nome não é muito esclarecedor. Vamos usar o nome Cidade”. Eles entenderam, se aplicaram, e fizeram um trabalho excelente. Hoje temos o “Cidades@” que é nosso campeão de audiência na Internet. (WU TAI, 2017)

Apesar disso, a transformação não é apenas na área de tecnologia e de comunicação, mas também de comportamento, exigindo dos produtores de informação mais flexibilidade e mudança na forma de se comunicar com o público. Um trabalho de convencimento, que exige tempo e paciência, como observa David Wu Tai:

Isso dá trabalho, e exige mudança de comportamento. Exige abertura de mundo. Sempre digo que as áreas técnicas do IBGE deveriam ter jornalistas escrevendo os textos de divulgação, de modo a tornar os resultados estatísticos e geográficos (em sua abrangência de cobertura) mais apetecíveis. Ora, nada se cria, tudo se copia ou se melhora, e basta mirar o que os demais institutos vêm fazendo nessa questão. É essa a tendência, ou seja, mais e melhor comunicação, e não apenas tendo em mente os acadêmicos, ou o pessoal de mercado, que já entende muito bem as informações divulgadas, temos que ter em mente o público em geral. Todos hoje em dia querem informações, e as querem entender. E os institutos de estatística e, nosso caso, também de geografia, têm o dever de as explicar, não bastando que apenas as divulguem. (WU TAI, 2017)

De fato, a contratação de jornalistas ajuda muito, mas o esforço de comunicação não se restringe aos profissionais da área, envolve a todos – da diretoria ao funcionário iniciante. Em vários episódios, o impasse na negociação com os pesquisadores somado ao pouco tempo para a publicação do material, resultou na tradução possível, mas não a desejável do ponto de vista de comunicação. E quem perde com isso é o IBGE, que não consegue atender de forma satisfatória o usuário leigo.

O manual *Communicating with the media: a guide for statistical organizations*, publicado pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (United Nations Economic Commission for Europe - UNECE), chama atenção para o impacto da Internet na disseminação de informações dos Institutos de Estatística.

De fato, a Internet tornou-se uma ferramenta importante na disseminação dos institutos nacionais de estatística. Por meio de seus websites, os órgãos oficiais de estatística se comunicam diretamente com o público, o que está revolucionando o processo de divulgação das informações. Mas, para tanto, é preciso que o site da organização seja elaborado numa forma e linguagem compreensíveis pela maior parte possível das pessoas. (UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE, 2004, p. 13).¹²⁴

Além do cuidado de tornar o acesso moderno e amigável, o portal do IBGE tem como princípio a disponibilização de todas as informações para a sociedade de forma gratuita, em arquivo PDF, microdados, download das publicações editadas pelo Instituto, além de informações técnicas,

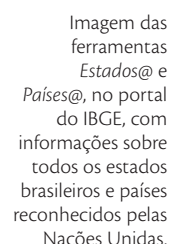
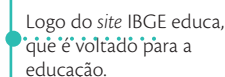
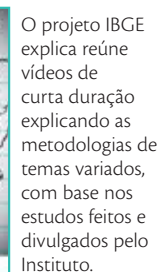
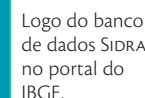
¹²⁴ Tradução livre do citado documento, pela jornalista Mariana Viveiros, da CCS.

terceira
PARTE

Esse assunto causou controvérsia recentemente na Casa. O ex-presidente, Paulo Rabello de Castro, ao ingressar no IBGE, em junho de 2016, teve conhecimento de que um dos mais respeitados institutos de estatística do mundo, o Statistics Canada, possui de 20% a 30% da receita provenientes de atividades de convênio e trabalhos especiais. Em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, em 27.10.2016, Paulo Rabello lançou a ideia do “pesque e pague”:

A proposta não teve eco nas diretorias e nem seguiu adiante. Faz parte da filosofia do IBGE disponibilizar gratuitamente tudo o que é produzido. A venda de produtos, onde apenas é cobrado o custo da impressão, nunca atingiu a marca de 1% do orçamento do IBGE, segundo David Wu Tai. Ele considera as informações produzidas pelo IBGE um bem público, que já é financiado pela sociedade.

A prática do *download* gratuito se aplica mesmo no caso de obras que não de divulgação de informações estatísticas ou geográficas, mas que são de outra natureza, como as que se vêm fazendo sobre a história do IBGE, ou ainda as que foram feitas sobre a imigração japonesa, os 500 anos da descoberta do Brasil, sobre as bandeiras brasileiras, entre outras. Ainda que a venda física dessas obras não seja grande, é comum haver compras, pois as pessoas as querem em suas estantes, e têm, como bem observou Sérgio Besserman, um caráter de marketing institucional. Revelam beleza, afora seus conteúdos. Mostram que o IBGE é capaz de fazer pesquisas de outra natureza, bem assim, também de editar outro tipo de obra. Mas a lógica da gratuidade permanece. (WU TAI, 2017)



40 anos dedicados ao IBGE

David Wu Tai.



David Wu Tai nasceu em março 1949, na cidade de ChunKing, localizada na China central. Na ocasião, o país vivia um grande processo de transformação social e política – a chamada Revolução Comunista, liderada por Mao Tsé-Tung. Com menos de um ano de idade, ele seguiu para o Chile com seu avô, que fora designado para a embaixada da China, naquele país, pelo governo Chiang Kai-Shek.

Em Santiago, no Chile, cursou o equivalente ao ensino fundamental e o médio. Em 1966, com 16 anos de idade, veio para o Brasil e foi morar com seus pais em São Paulo. Logo depois, graduou-se em economia na Fundação Armando Álvares Penteado, em São Paulo. Durante o curso de mestrado em Administração, na Fundação Getúlio Vargas/SP, passou na seleção para uma única vaga de analista especializado no IBGE, em São Paulo. Em 1978, começou a trabalhar como coordenador do Projeto Contas Consolidadas do Setor Público. Coordenou, também, o Censo Demográfico 1980 no Estado de São Paulo, sendo posteriormente chefe da Divisão de Coleta e, em 1985, passou a titular da Unidade Estadual/SP (à época ainda chamada de Delegacia).

Convidado para ocupar a Diretoria Geral do IBGE na presidência de Charles Curt Müller (1988-1990), instalou-se no Rio de Janeiro. Após deixar a Diretoria Geral, exerceu a Coordenação Operacional dos Censos - COC, conduzindo, de pronto o Censo Demográfico 1991, e logo acumularia a chefia da Unidade Estadual do Rio de Janeiro. Em 1995, a convite de Simon Schwartzman, foi nomeado Superintendente, atual Coordenador Geral, do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, posição que ocupa até hoje.



Sérgio Besserman.

Uma pessoa capaz de promover mudanças por Sérgio Besserman. Presidente do IBGE (1998-2002)

Logo que assumi, pude perceber a importância de David para a Casa. Pude vê-lo como um, digamos assim, um executivo do setor público. Uma pessoa capaz de promover mudanças, com capacidade de transformar. Isso já era bastante para me impressionar. Mas havia mais: pude logo ver que ele tinha liderança na Casa, pude ver que ele era respeitado pelos colegas. Sua trajetória dava-lhe credibilidade. Não ficara numa única área, ao contrário, circulava por várias áreas, o que lhe dava uma experiência muito especial.

No comando da disseminação, logo fiquei impressionado por sua capacidade de perceber que era preciso entender a demanda, que não era possível ficar focado apenas na oferta. Mais lia sobre isso, e mais o ouvia, mais percebia que ele tinha a visão dos usuários, que ele estava preocupado em entender as necessidades dos usuários, ou seja, o lado da demanda. Isso me impressionou muitíssimo. Vi que ele estava ligado em captar qual era o público do instituto, seus diversos segmentos, e que o queria atender mais e melhor.

Assim, quando trouxe o Gazza para o IBGE logo percebi que não haveria a menor dificuldade no relacionamento dos dois. Ambos eram assim, inquietos. Queriam mudar as coisas, gostavam de mudar, de enfrentar as comodidades. Eles somariam forças, e de fato somaram. Houve química entre eles, e eu ajudei, com meu, digamos, jeitinho, de ouvir, de estimular as conversas. Tanto o Gazza, quanto o David, são do tipo que falam quando gostam, e quando não gostam. O David é meio lacônico, é fato, mas sempre é possível entender o recado que ele passa, e seu recado é sempre muito rico.

Graças a ambos é que foi possível trilhar o caminho do “exercício da cidadania”, como reza a missão institucional, do IBGE. Foi uma dupla e tanto. Devo muito a ambos. (BESSERMAN, 2018)



Lídia Vales de Souza.

O conhecimento da demanda pela informação por Lídia Vales de Souza. Chefe de Gabinete do IBGE (1998-2007)

David, numa palavra, é o *marketing*. Ele vê o mercado, ele consegue perceber a importância da segmentação do produto para o usuário final. David, desde o início de sua gestão, o tempo todo, centrou atenção na informação, e a pôs em produtos e serviços ajustados a diferentes públicos, os públicos do IBGE (SOUZA, 2018).

A parceria com a mídia

Embora a estratégia de embargo, que é o envio antecipado das pesquisas do IBGE para imprensa, só tenha ficado conhecida a partir de 2000, o jornalista Carlos Vieira afirmou que no período em que esteve à frente da Comunicação, experimentou três ou quatro vezes essa façanha, a pedido de um grupo reduzido de jornalistas:

Claro que isso não podia ser negociado com os setoristas¹²⁵, porque entre eles havia uma rivalidade muito grande para ver quem daria determinada notícia na frente do outro. Dar isso a eles seria correr um risco grande de termos alguém furando o combinado. Tudo era negociado com as editorias dos principais jornais (*Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*) e com a chefia da TV Globo. (VIEIRA, 2017)

O resultado foi uma ampla divulgação na TV Globo e, no dia seguinte, nos principais jornais do País, o que, segundo Vieira (2017), mostrou que a comunicação estava no caminho certo em relação ao embargo das pesquisas estruturais, apesar das resistências:

Recordo que isso gerou um certo estresse com a Diretoria de Pesquisas. Afinal, nunca havia sido feito e, em tese, era antecipação de dados. Mas o Simon Schwartzman, que sempre teve uma sensibilidade muito grande para os temas da imprensa, bancou a ideia. Eu creio que a primeira vez que fizemos isso foi em 1997, na divulgação da PNAD 1996. Entregamos os dados antes e combinamos que a divulgação só poderia ser feita após a coletiva, marcada para o meio da tarde.

Em janeiro de 1999, o economista Sérgio Besserman assume a presidência do IBGE com o claro compromisso de dar continuidade à gestão do seu antecessor. Encontra a Instituição informatizada, com as pesquisas econômicas e sociais atualizadas, e os servidores trabalhando num ambiente melhor, como descreveu Simon Schwartzman ao sair do IBGE.

No passado recente, o IBGE era percebido como uma instituição assolada por greves constantes, publicando dados atrasados, atendendo mal aos usuários, e se ocultando por trás de uma linguagem difícil e obscura. Esta imagem se alterou profundamente. As greves desapareceram, o Instituto está na imprensa todos os dias, as informações são distribuídas com rapidez e eficiência, e seus dados são recebidos com respeito e consideração, ainda que continue havendo controvérsias em alguns pontos. Esta imagem pública também se reflete para dentro da instituição. Apesar das dificuldades, sobretudo salariais, que afetam ao serviço público como um todo, e à existência de um núcleo sindical radicalmente oposto ao governo, que faz tudo para sabotar o trabalho do Instituto, existe um clima de motivação, interesse e orgulho pelo trabalho reali-

¹²⁵ Repórter setorista é o profissional especializado em cobrir um determinado assunto ou instituição.

zado entre os funcionários e técnicos, que se reflete na qualidade dos produtos (SCHWARTZMAN, 1998, p. 1).

Sérgio Besserman é um homem de comunicação e sua entrada no IBGE deu visibilidade às pesquisas. Convidou o amigo, da época de militância do Partido Comunista Brasileiro - PCB, e jornalista Luiz Mario Gazzaneo para chefiar a Coordenação de Comunicação Social - CCS¹²⁶. Gazza deu nova direção para as divulgações do IBGE, não é por acaso que tenha começado sua carreira como chefe de redação do jornal comunista *Novos Rumos*, que funcionou até o dia primeiro de abril de 1964, quando o jornal foi invadido e destruído. Trabalhou com Samuel Wainer na Bloch, passou pelo *O Globo* e no *Jornal do Brasil* recebeu, com a equipe de repórteres, um dos prêmios mais importantes da história do jornalismo brasileiro: o prêmio ESSO pela reportagem sobre a “bomba do Riocentro”. Em entrevista, em 2012, um mês antes de falecer¹²⁷, ele contou sobre a sua entrada no IBGE:

O maior desafio foi colocar o IBGE na mídia com a importância que ele tinha. Eu precisava procurar as armas para utilizar. Dez dias depois, eu conversei com o Sérgio Besserman e disse: “Olha, vocês tem pesquisas que devem continuar sendo divulgadas como estão sendo. Agora, tem outras, as grandes pesquisas que o IBGE faz, com as quais nós podemos trabalhar. Eu acho que elas são extremamente importantes, traçam o retrato do País, retrato econômico, social do País, e esse material não pode ficar escondido, nós temos que trabalhar com ele”. (GAZZANEO, 2012)



O presidente do IBGE, Sérgio Besserman, ao lado do jornalista Luiz Mario Gazzaneo, na instalação do Conselho Técnico, em junho de 2001.

¹²⁶ No final de 1999, o jornalista Carlos Vieira saiu da CCS e para o seu lugar foi indicada a pesquisadora do Departamento de Pesquisas do IBGE, Maria das Graças Mangueira Este. Depois de seis meses no cargo, Maria das Graças foi transferida para Brasília e o jornalista Gazzaneo assume a CCS.

¹²⁷ No IBGE, Gazzaneo permaneceu 10 anos e só se afastou em 2010 por motivo de saúde, falecendo dois anos depois, em 12.12.2012, com 84 anos, vítima de um infarto. Um pouco antes da sua morte, em 04.09.2012, Gazzaneo deu uma entrevista em sua casa no Rio de Janeiro para os jornalistas Sílvia Maia Fonseca e Antônio Carlos Medeiros.

Gazza era
uma pessoa
carismática. Deu
voz aos técnicos
nas coletivas para
a imprensa.

Com seu jeito impulsivo, chegando às vezes a falar bem alto, Gazza era uma pessoa carismática. Deu voz aos técnicos nas coletivas para a imprensa, sabia que eles eram os detentores de conhecimento sobre as pesquisas e, portanto, fontes confiáveis para os jornalistas. Com isso, aos poucos foi conquistando os pesquisadores e aumentando a tropa para alcançar um novo patamar, com maior visibilidade ao IBGE – o embargo para imprensa. Essa prática consiste em antecipar para os veículos de comunicação o material sobre uma pesquisa estrutural (geralmente são publicações volumosas), com o compromisso de os jornalistas só a divulgarem em data e horário estabelecidos pelo IBGE.

Na mesma entrevista, Gazzaneo conta como foi sua primeira conversa sobre o embargo com o então presidente do IBGE, Sérgio Besserman:

Eu disse “Olha, o material é muito grande, então nós precisamos dar chance à mídia de poder absorver o material que o IBGE vai divulgar para trabalhar melhor. Os jornalistas vão conhecer, são inteligentes, percebem o que e o que não tem. Eu aposto é nisso”. Aí ele disse “O embargo? eu disse “Exatamente, vamos fazer o embargo. O que você acha?”. Aí ele balançou a cabeça e disse “Confia?”, eu disse “Eu confio”, “Confia mesmo?”, “Confio. A imprensa vai responder positivamente a uma medida como essa”. (GAZZANEO, 2012)

Com o embargo, os repórteres ganharam tempo para preparar a matéria e planejar o espaço necessário na mídia, com imagens, fotos, personagens, infográficos e entrevistas diversas. Na época, Gazza colocou um aditivo: durante o período do embargo, os responsáveis pela pesquisa ficavam à disposição da mídia para esclarecer assuntos mais complexos. Essa etapa foi considerada fundamental para os repórteres, já que eles precisavam produzir diversas matérias dentro de um curto prazo.

Na ocasião, o embargo com os jornalistas já era realizado em alguns países¹²⁸, sobretudo pelas revistas científicas, mas aqui, na “terra das jabuticabas”, o IBGE foi precursor, segundo Sérgio Besserman: “O IBGE é o criador. Talvez tenha sido o único papel pessoal que eu tive, que era como permitir que a mídia trabalhasse profissionalmente dentro da realidade dela” (SENRA; FONSECA; MILLIONS, 2016, p. 314).

No início, os embargos eram realizados com aproximadamente dez veículos de comunicação. As grandes

¹²⁸ Na época, o embargo já era uma prática em algumas instituições como, por exemplo, nos Estados Unidos (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional - FMI e Census Bureau). No Brasil, depois do IBGE, o Índice de Desenvolvimento Humano, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - IDH/PNUD passou a ser divulgado com embargo de uma semana de antecedência, a Organização Internacional do Trabalho - OIT, das Nações Unidas do Brasil com 48 horas, e as pesquisas da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE (SP) também.



Jornalistas de diversos veículos de comunicação participam da reunião de embargo da PNAD 2005, realizada na sala da Comunicação Social - CCS, no Rio de Janeiro.

empresas chegavam a enviar, para as reuniões de embargo, equipes de reportagens, com dois ou três repórteres, com a finalidade de ampliar a cobertura jornalística, incluindo outros estados e sucursais.

A investida no embargo, gerou certa resistência dos pesquisadores no princípio, que manifestaram abertamente o receio de vazamento das informações por parte dos jornalistas. Segundo Besserman, este comportamento não causou prejuízo para a Instituição, pelo contrário, ajudou na tomada de decisões, levando a direção a ser mais cuidadosa.

Qual era a preocupação? Na época da hiperinflação, qualquer vazamento significaria um problema, muito dinheiro, corrupção, ou a perda de reputação, de credibilidade, se houvesse vazamento. Era um mundo novo, a DPE ponderava, e eu gostaria de dizer, sinceramente, que para o executivo isso era um conforto. De fato, precisou de uma decisão presidencial e da grife Gazzaneo, porque foi *taylor made*, foi Diretor de jornal. E eu fiquei à disposição. Então, quando ele dizia: “Nesse [editor], eu preciso que você vá comigo”, parava a agenda e ia com ele; era uma coisa difícil. Então, nunca a DPE ou qualquer outra instância foi um problema para isso. Do ponto de vista de alguém que tivesse uma experiência, era um conforto, era mais uma tranquilidade de que tem um cara lá falando contra, isso é bom. Não é bem falando contra, mas “pode dar isso”. O Gazzaneo não é do mundo da Estatística. (SENRA; FONSECA; MILLIONS, 2016, p. 315)

Gazzaneo visitou às principais redações para explicar o embargo, ressaltando a importância das pesquisas do IBGE. Não viu necessidade em fazer um acordo escrito com os veículos de comunicação. Foi um compromisso oral, um acordo com base na confiança, e os jornalistas concordaram em seguir as regras. Eles eram inclusive orientados a não procurar nenhuma pessoa, de fora do IBGE, para entrevistas antes da data da divulgação. Isso porque ninguém mais recebia a infor-

mação antecipada, e a repercussão, com outras autoridades, poderia criar uma situação embaraçosa.

Na ocasião, o único jornalista que não cumpriu as regras do embargo foi Boris Casoy. No dia 08.05.2002, no telejornal da Record, ele leu a notícia de que a mortalidade infantil havia caído de 48 óbitos por mil nascidos vivos, em 1990, para 29,6 óbitos infantis por mil nascidos vivos, antes da data e horário combinado.

Minutos depois, Gazza foi avisado, pelo telefone, sobre o incidente por uma repórter que participava também do embargo. Ele não hesitou em manter as regras combinadas e, para isso, mobilizou toda a sua equipe para lembrar novamente que as informações deveriam ficar guardadas até o dia seguinte, apesar do clima de insegurança gerado pela inesperada atitude do Boris Casoy.

Se o embargo é violado, com a veiculação de informações antes da data estabelecida, a punição é o não acesso a nenhum outro dado embargado no futuro. Gazzaneo não queria a Record fora do grupo, mas não teve outra saída. Antes, porém, esteve em São Paulo para uma conversa e ouviu do próprio Boris Casoy a afirmação de que não iria seguir as regras do embargo. Só bem depois, quando Boris já não estava mais no telejornal, a emissora de TV voltou a participar dos embargos do IBGE.

Fora esse episódio, a política do embargo foi honrada nas redações, tendo sido inclusive elogiado na coluna “Panorama econômico”, do jornal *O Globo*, em 02.10.2004.

Os leitores já repararam que, nos últimos anos, os jornais e as televisões fazem longas reportagens sobre as grandes pesquisas do IBGE. Em geral, as reportagens são ilustradas com pessoas cujas histórias dão vida aos números encontrados pelos pesquisadores. Isso, em parte, é possível pelo trabalho do pessoal do IBGE e dos técnicos do instituto. Eles antecipam os estudos para que os jornalistas possam entender tudo e transformar todas aquelas informações em material jornalístico. Depois, uma entrevista com os técnicos tira as dúvidas. Portanto, amigos do IBGE, fiquem com o nosso agradecimento. (LEITÃO, 2004, p. 32)

Para se ter uma ideia da abrangência do embargo, no Rio de Janeiro, por exemplo, essa prática começou a ser realizada com os seguintes veículos de comunicação: os jornais: *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Gazeta Mercantil*, *O Globo*, *O Dia* e *Valor Econômico*; as televisões: BandRio, Globonews, Rede TV, SBT, TVEducativa, TV Globo e TV Record; as rádios: CBN e Jovem Pan; e as agências de notícias: Agência Brasil/Radiobrás, Agência Estado, Agência Folha e Reuters. Mais adiante, o embargo passou a ser realizado nos estados, com a mídia regional e a participação das Unidades Estaduais do IBGE.

A confiança foi a base para Gazzaneo construir uma relação mais estreita entre os responsáveis pelas pesquisas e os jornalistas. Ele abriu a porta do IBGE e convidou antigos amigos jornalistas para falar sobre a importância das pesquisas. Um exemplo foi a visita do atual Diretor Geral de Jornalismo e Esportes da Rede Globo, Ali Kamel, que destacou a credibilidade alcançada pelo IBGE junto aos meios de comunicação. Ele lembrou que os jornalistas, sempre desconfiados de todas as instituições, consideram o IBGE uma exceção. “Para a mídia, o que o IBGE divulga é sinônimo de verdade. Isso é motivo de orgulho, mas, também, uma grande responsabilidade para o instituto”, disse Ali Kamel para uma plateia de pesquisadores, no auditório do IBGE¹²⁹.

O jornalista Elio Gaspari também esteve no IBGE, em 29.08.2012, no Rio de Janeiro. Ele declarou que a comunicação social é um serviço público e deve ficar a cargo de funcionários do Estado.

A assessoria do Estado é estável e preserva a memória da instituição. Nela, é falha funcional passar informações indevidas adiante. Já a terceirizada tem compromisso apenas com a administração que a contrata e lhe é extremamente difícil erguer um muro que separe o atendimento ao ministro das informações que interessam aos fornecedores¹³⁰.

Os debates, pouco a pouco, foram transformando a mentalidade dos pesquisadores. Progressivamente eles foram se convencendo da necessidade e muitos passaram a gostar de falar com os jornalistas, que, por sua vez, aprenderam muito com isso. Esse movimento despertou o interesse de alguns pesquisadores para a realização do primeiro curso de *media training* no IBGE, que foi oferecido por uma empresa especializada no treinamento de porta-vozes, com simulação de entrevista e estudo de casos.

O manual *Communicating with the media*, elaborado por um grupo de especialistas, em cooperação com o secretariado da UNECE, ressalta que “a chave para construir uma parceria sólida com a mídia é entender quem ela é e como atender da melhor forma possível às suas necessidades de informação, de uma maneira ao mesmo tempo proativa e amigável”. (UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE, 2004, p. 13)

A confiança foi a base para Gazzaneo construir uma relação mais estreita entre os responsáveis pelas pesquisas e os jornalistas.

¹²⁹ Informações transcritas por Sílvia Maia Fonseca na palestra proferida por Ali Kamel, realizada no auditório do IBGE, na avenida Chile, no Rio de Janeiro, em 12.05.2006.

¹³⁰ Informações transcritas por Sílvia Maia Fonseca na palestra proferida por Elio Gaspari, realizada no auditório do IBGE, no Complexo Canabarro, no Rio de Janeiro, em 29.08.2012.

Ao atender à necessidade da mídia, o embargo também garantiu ao IBGE uma enorme visibilidade, com cadernos especiais nos jornais impressos e diversos minutos nas rádios e TVs¹³¹. O material jornalístico ganhou qualidade e os jornalistas se especializaram em determinados assuntos, elevando o nível do debate e exigindo uma linguagem mais acessível nas entrevistas e análises. Por outro lado, a repercussão na mídia levantou o moral dos pesquisadores e introduziu uma nova consciência sobre a importância da divulgação. Um ciclo positivo na comunicação, como lembra Gazzaneo (2012):

Entendida e experimentada a fórmula, nós tínhamos outro desafio. Eu nunca esqueço a frase do Sérgio, vou dizer, "Você vai ter que convencer o pessoal do IBGE, mas lembre de uma coisa, pesquisador é como jogador alemão, não tem jogo de cintura". Eu disse "Tá bom, Sérgio". Eu confio numa coisa, os primeiros resultados que nós tivemos, eu acho que já serviram de exemplo para os técnicos do IBGE passarem a encarar o papel da imprensa na divulgação do produto do IBGE com mais consistência e seriedade. Não se pode desconfiar de jornalista, tem que se estabelecer uma relação de parceria.

Brincadeiras à parte, Gazzaneo construiu a parceria do IBGE com os jornalistas e, graças ao seu carisma, conquistou respeito, flexibilidade e doçura de alguns pesquisadores. É o que mostra o sincero depoimento da economista Martha Mayer, que esteve à frente da Diretoria de Pesquisas, no período de janeiro de 1999 a abril de 2004, quando foi implantado o embargo.

POR DENTRO DO GLOBO

Para contar o Brasil

O que mudou no Brasil nos últimos dez anos? Quantos somos, em que país vivemos? Resultados do Censo 2010, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os números que constroem o retrato do país estão sendo divulgados em capítulos pelo órgão, ligado ao Ministério do Planejamento.

Na última quarta-feira, o IBGE repassou aos jornalistas nova leva de informações. Um acordo entre o IBGE e os meios de comunicação garante que a divulgação seja feita sob embargo, ou seja, com o compromisso de que os resultados só sejam tornados públicos a partir das 10h de hoje.

Para transformar a imensidão dos números em informação compreensível para leitores e internautas, O GLOBO montou um time de jornalistas de três editorias: O País, Economia e Rio, mais sucursais e correspondentes, num trabalho conjunto entre o jornal e o site.

O objetivo é dar aos números cor e rosto, buscando histórias que sintetizem os fenômenos registrados pelo Censo — como, por exemplo, o desafio do saneamento básico universal, a contagem dos casais gays pelo país, as mudanças na estrutura familiar e a explosão das cidades de médio porte. As editorias de Arte do jornal e do site trabalharam na produção de infográficos especiais sintetizando as informações.

Repórter da Economia, CÁSSIA ALMEIDA trabalha há uma década com pesquisas do IBGE e diz que a montanha de informações do Censo é sempre um desafio.

— Desta vez, há várias investigações novas, o que torna a cobertura ainda mais interessante. Os anos 2000 foram ricos em mudanças e será possível quantificá-las nos lares, nas famílias e na renda dos brasileiros.

Os repórteres SELMA SCHMIDT, FÁBIO VASCONCELOS e CLAUDIO MOTTA, da editoria Rio, analisaram informações relativas ao crescimento da cidade e do estado. CÁSSIA BRUNO, ALESSANDRA DUARTE e o trainee BRUNO GÓES, da editoria O País, os indicadores de população, educação e raça. Os subeditores FERNANDA DA ESCÓSSIA, LUCIANA RODRIGUES, ANGELINA NUNES e DANIEL BIASETTO acompanharam o trabalho, sob coordenação final da editora de País, SILVIA FONSECA. O resultado da cobertura especial será publicado a partir das 10h de hoje no site do GLOBO e amanhã na edição impressa.

Carlos Ivan



REPORTERES E subeditores analisam os números do Censo e discutem os destaques da cobertura

O embargo do IBGE foi assunto na coluna "Por dentro do Globo" do jornal O Globo, em diversas edições.

POR DENTRO DO GLOBO

Quando o furo não é prioridade

14 de novembro de 2006

Na última sexta-feira, cinco páginas de reportagem, que foi manchete do jornal, mostraram a situação de saúde, educação e renda de 177 países, compiladas em 400 páginas do Relatório de Desenvolvimento Humano, lançado na véspera. O volume de matérias não foi, porém, produzido em um dia. Isso só foi possível pela existência do embargo, instrumento pelo qual todos os veículos recebem as informações com antecedência e se comprometem a publicá-las em data combinada. Ele surgiu para enfrentar o desafio de destrinçar as grandes pesquisas que mostram a cara do brasileiro e do Brasil no mundo. Curiosamente, vai de encontro a um dos principais objetivos do jornalismo: o furo. A política de embargo, já consolidada no IBGE e em grandes organismos como ONU e Banco Mundial, vale para jornais, TVs, rádios e internet. O objetivo, a favor do leitor, é claro: nesse período, sem a ansiedade dos furos, os jornalistas podem interpretar melhor os dados, buscar histórias, análises e o perfil regional que as grandes pesquisas trazem. O importante é a informação completa.

A ONU adota o procedimento desde os anos 90. Em todo o mundo, os jornalistas recebem uma semana antes o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Material rico em informações sociais e de comparações entre países. A punição para os veículos que quebram o embargo é ficar fora da lista, pelo menos por um ano, recebendo os dados somente no dia do lançamento da pesquisa. No caso do IDH, já houve casos de quebra de embargo. No IBGE, o respeito ainda impera.

O IBGE implantou o sistema em 2000, quando apresentou os primeiros resultados do Censo daquele ano. Todos os anos, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (a Pnad), levantamento que só perde em tamanho para o Censo, com mais de 400 mil entrevistas em 142 mil domicílios, é entregue aos jornalistas antes mesmo de chegar às mãos das autoridades — com, no mínimo, uma semana de antecedência de sua divulgação. Assim, o material gera vastas reportagens e análises. Antes do embargo, o espaço máximo que a Pnad ganhava era de uma página, enlouquecendo o repórter que se debruçava sobre o calhamaço de tabelas e texto.

Algumas das páginas da edição sobre o relatório da ONU com o IDH



POR DENTRO DO GLOBO

Mergulhando em papéis

Quase 700 páginas de números, números e mais números, mais de dez especialistas entrevistados, repórteres de quatro estados e do Distrito Federal envolvidos. Tudo isso para decifrar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), um detalhado retrato social e econômico do Brasil preparado uma vez por ano pelo IBGE. A divulgação da pesquisa é sempre uma maratona. Desta vez, não foi diferente.

Na sexta-feira passada, dia 8, as repórteres CÁSSIA ALMEIDA e LUCIANA RODRIGUES receberam do IBGE o conteúdo da pesquisa dividido em três volumes, com embargo para publicação. A prática é frequente quando se trata de material tão extenso e toma-se importante para que os jornalistas tenham tempo para poder analisar os diferentes aspectos da pesquisa. Muitas vezes, esse material chega às redações antes de pousar na mesa do presidente da República e de outros ministros da República. Uma relação baseada na confiança de que as informações só serão publicadas na data combinada. O resultado é uma análise mais detalhada para o melhor entendimento do leitor.

A partir da reunião com técnicos do instituto, a dupla saiu em busca de economistas, educadores e sociólogos, além de casos reais que eram demonstrados em números na pesquisa para humanizar os dados. Da busca de personagens também participaram os correspondentes de Recife e Rio Grande do Sul e da sucursal de São Paulo. Em Brasília, foram ouvidos políticos de oposição e o próprio governo. O resultado pode ser conferido nas seis páginas publicadas hoje na Economia.

Outra matéria que exigiu mergulho em papelada sairá amanhã. Para chegar ao número exato dos milhões de brasileiros que receberam benefícios do governo neste ano eleitoral, as repórteres REGINA ALVAREZ, em Brasília, e MARIZA LOUVEN, no Rio, passaram a semana reunindo e analisando tabelas e relatórios de diferentes órgãos. Durante a apuração era comum Regina brincar que estava indo entrevistar uma tabela.

Gustavo Miranda



Regina entrevista tabela

André Teixeira



AS REPORTERES Luciana, Mariza e Cassia: tempo para melhor informar

A PESQUISA DE ONTEM

Qual assunto ou reportagem mais chamou sua atenção em todo o jornal?

51,7%	6,7%	5,8%	5%	1,7%
Morais prejudica Pontuação de Lula	Ação da Marinha	Sociais levam a beber sem moderação	Calafat apóia fundo da PM com a Polícia Civil	Fiu alimosa o Botafogo nos playoffs

A Integra da Pesquisa com os Leitores está no GLOBO Online em www.oglobo.com.br/oglobo/painel

AUTOCRÍTICA

• Na página 3 de ontem: Em "Lula reage/Emprego para jovens": "Nesses 41 e poucos meses de governo, temos..." Crítica: mau uso do demonstrativo e incorreção textual (provável falta de palavra). Melhor: "Nestes 41 meses e poucos dias de governo..." Pg. 5: Em "Tucano lança...": "...passam a impressão à população de que o Parlamento é o único responsável pelos desvios. O Executivo também é o principal responsável..." Crítica: incorreção textual. Melhor: "...passam a impressão à população de que o Parlamento é o único responsável pelos desvios, quando o Executivo também o é..." Pg. 9: Em "Tasso defende...": "Ele atacou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e disse..." Crítica: erro no tempo do verbo. Certo: "Ele atacou..." Pg. 16: Em "Diretor diz...": "...quarta coluna: 'Não sei de onde o Ministério Público tirou a informação que eu sou alvo da investigação.' Certo/melhor: 'Não sei de onde o Ministério Público tirou a informação de que eu sou alvo da investigação.' Pg. 18: Em "O 'jetinho' havaiano": "A mistura de álcool e direção é uma preocupação..." Crítica: falta de concordância nominal Certo: "A mistura de álcool e direção é uma preocupação..."

(Resumo da crítica interna coordenada pelo jornalista Aluizio Maranhão, distribuída todos os dias na Redação do GLOBO)

¹³¹ Um bom exemplo do embargo foi uma das divulgações dos Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000, que originou reportagens durante cinco dias seguidos no Jornal Nacional, no início de 2003. Naquela semana, a soma dos tempos de cada uma das matérias sobre o IBGE veiculadas por todas as emissoras de TV superou o total de cinco horas (como demonstram as gravações do serviço de clipping de vídeo contratado pelo CDDI/IBGE, onde esse material está arquivado). Destaque semelhante recebeu a divulgação da obra Estatísticas do Século XX, que além de ocupar um enorme espaço na TV, conquistou as primeiras páginas dos cinco principais jornais do País (O Globo, Folha de S.Paulo, Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e O Dia) por dois dias consecutivos.

Memória da implantação de novas políticas de comunicação no IBGE em 2000

por Maria Martha Malard Mayer, Diretora de Pesquisas do IBGE (1999–2004)

Martha Mayer.



Reações a propostas de mudança são comuns em todas as corporações. No IBGE, não era diferente. Nada era fácil mudar. Por ser setor público, as reações eram, muitas vezes, desproporcionais. Nada havia a perder com uma eventual rebeldia. Propor mudanças era viver tensões, na certa. O desenvolvimento dos processos de produção das pesquisas, desde sua conceituação até a divulgação de resultados, era tão laborioso e exigia tanta dedicação que, uma vez implantadas, ufa! Nem me fala em mudar nada. Lembremos que, em tempos passados, a tecnologia não era tão amigável quanto hoje. Havia, também, o outro extremo. Entre os recém-chegados, alguns queriam fazer as coisas do seu jeito. Mudavam tudo a seu gosto e bel prazer. Metemo-nos em muitas enrascadas por isso.

Mesmo assim, o IBGE sempre caminhou para frente, inovando com segurança e, às vezes, muito rápido. Um exemplo marcante foi o da Comunicação Social em 1999. A mudança mais rápida que vivenciei na categoria “inovando com segurança”. Mas foi sem reações? Claro que não. Quando as mudanças eram propostas por recém-chegados aos quadros do Instituto, e esse era o caso, a reação era ainda maior. Sempre achávamos que ninguém conhecia as peculiaridades do IBGE. Só nós que lá estávamos há algum tempo. Achávamos que tínhamos o monopólio do conhecimento do que seria bom para o Instituto. Deve ser assim até hoje, arrisco dizer.

No início de 2000, chega ao IBGE Luis Mario Gazzaneo, levado pelo Presidente do Instituto Sérgio Bessermann Viana, para comandar a Comunicação Social. Na ocasião, eu era Diretora de Pesquisas e tinha chefiado o antigo Departamento de Emprego e Rendimento, o dono da PNAD, por sete anos.

A PNAD era a pesquisa do IBGE que mais espaço ocupava na mídia. Os dados que mostravam, e mostram até hoje, a desigualdade e a pobreza ganhavam as primeiras páginas dos jornais e metade do tempo dos telejornais. Era a matéria principal das revistas semanais. Anualmente, os dados da PNAD mostravam os sucessos e insucessos dos governos no poder. A conferência de divulgação era a mais concorrida. Sala cheia de jornalistas e câmeras de TV. O Presidente do IBGE presidia a mesa e era quem gravava as entrevistas. Perguntas difíceis muitas vezes. E quando a pergunta era muito difícil, a resposta era do técnico. Mas os técnicos nunca eram protagonistas. Depois, com a tarefa cumprida, assistiam com prazer o telejornal da noite e devoraram os jornais do dia seguinte. Achavam erros de divulgação e interpretação. O jornalista não entendeu, é claro.

Com a chegada de Gazzaneo, duas mudanças impactantes. A primeira foi tornar os gerentes das pesquisas os protagonistas das divulgações de resultados. Nada de presidente ou diretor. O técnico, responsável direto pela pesquisa, era quem deveria fazer a conferência e conversar com os jornalistas. Com conhecimento metodológico maior, passaria credibilidade e refletiria melhor a isenção do IBGE na divulgação dos indicadores, um dos princípios fundamentais das estatísticas oficiais. Eram esses os argumentos de Gazzaneo para introduzir a mudança. O corpo técnico aceitou a nova ordem. Afinal, todos gostam de exibir seu trabalho. Foi o primeiro passo para aproximar técnicos e jornalistas que, em alguns casos, até então, se estranhavam. Em pouco tempo, Gazzaneo aproximou-se muito dos técnicos e circulava na DPE com desenvoltura. Começamos a gostar dele. Admirá-lo. Era simpático, ousado. Sentiu-se seguro para introduzir outras mudanças.

Quase que simultaneamente, veio o que para nós, na época, era a mudança mais estranha de todas. A divulgação antecipada à imprensa sob a cláusula de embargo. Só para as pesquisas não conjunturais, é claro. Ninguém sabia direito o que era isso. Seria perdida a pompa e circunstância das divulgações da PNAD? O processo seria transparente e democrático? Todos os órgãos de imprensa teriam acesso? Poderíamos confiar que os jornalistas guardariam sigilo das informações até o dia do grande evento de divulgação? O que o IBGE ganharia com isso? Guardávamos os dados sob sete chaves antes do dia da divulgação. E agora?

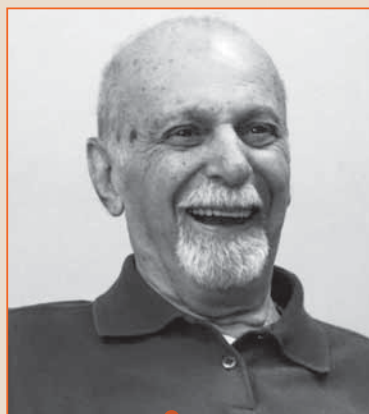
Não fomos consultados se queríamos a mudança ou não. Mas Gazzaneo e sua equipe argumentavam, procuravam nos convencer. Mostravam as vantagens para uma divulgação mais precisa e útil à sociedade. Ele sabia que não adiantava impor. O método não teria sucesso se os técnicos, detentores do conhecimento, não colaborassem. Houve reações e críticas severas à proposta. Mas enfraqueceram-se. Não vou dizer que abraçamos a ideia mas, em pouco tempo, passamos a participar do ritual. De início, os técnicos logo viram que a nova prática aumentava a carga de trabalho. Uma semana antes da divulgação oficial, as informações eram passadas para os jornalistas em uma reunião. Tiravam ali suas dúvidas mas continuavam telefonando a semana inteira com mais perguntas e pedidos de novos dados. Assim não dá! Diziam alguns. Entre o dia da entrega dos dados com embargo e a divulgação oficial, ninguém conseguia fazer mais nada a não ser atender jornalistas. Apesar disso, nas matérias de divulgação, pouco espaço era dado aos comentários dos técnicos do IBGE, já que os jornalistas tinham tempo de entrevistar os mais conceituados analistas temáticos do País e publicar suas opiniões.

Gazzaneo não desistia e, com sua equipe, venceu uma a uma as dificuldades. Eu, como Diretora, não o ajudei muito no início pois eu mesma tinha muitas dúvidas sobre a pertinência do novo procedimento. Eu estava com ele, semanalmente, nas reuniões do Conselho Diretor onde ele apresentava e defendia suas propostas. Por motivos que ele nunca me disse, só me chamava de Dra. Martha. E chamava os demais diretores, que ele conheceu no mesmo dia em que me conheceu, por nomes e apelidos. Mas eu era a Dra. Martha, quase 20 anos mais nova que ele e não tinha título de doutorado. A cerimônia no trato não nos distanciou. Ao contrário, em pouco tempo já éramos parceiros na implementação das mudanças.

Ao cabo de dois anos da prática do embargo, em todas as pesquisas não conjunturais, 100% dos técnicos da DPE já a defendiam e colaboravam intensamente para que fosse um sucesso. E foi. Ficou evidente que a divulgação antecipada sob embargo levava muito mais informações aos cidadãos e com uma qualidade muito melhor. A sociedade é que ganhava. Gazzaneo virou o ídolo de nós todos. Além das inovações, promoveu cursos de como atender a imprensa e, junto com sua equipe, deu total apoio para o sucesso dos técnicos, individualmente, nas novas práticas.

Aposto que, hoje, ninguém imagina que se possa fazer diferente. Os técnicos do IBGE que chegaram depois, certamente, nem sabem que um dia foi diferente. (MAYER, 2018)

O toque de Gazza, por Silvia Maia Fonseca



Luiz Gazzaneo.

O IBGE estava se preparando para entrar em campo com o Censo 2000. O questionário ainda era de papel e os servidores estavam voltados para a grande operação censitária. A democracia se consolidava no país, a escolaridade aumentava e a informação era cada vez mais importante, para que cada cidadão ampliasse sua visão do mundo. Na ocasião, o presidente do IBGE, Sérgio Besserman, sabia de tudo isso e não hesitou em convidar um jornalista experiente para o cargo de Coordenador de Comunicação Social. O velho amigo de infância, Luiz Gazzaneo, com mais de 40 anos de jornalismo. Ele já tinha trabalhado com Samuel Wainer na revista *Domingo Ilustrado*, da Bloch, ocupado a chefia de reportagem e editoria do *Jornal do Brasil* e, também, passado pela editoria nacional do jornal *O Globo*. No *Jornal do Brasil*, havia comandado a equipe de repórteres que fez a cobertura da bomba do Riocentro, vencedora do Prêmio Esso de 1981, a mais importante distinção conferida aos profissionais de imprensa no País.

Gazzaneo provocava discussões, empolgava os colegas e era apaixonado por novas ideias, sobretudo, com potencial explosivo. Ao lado de Besserman, ele trouxe a primeira estratégia para ampliar a cobertura jornalística das pesquisas e produtos do IBGE: criar uma parceria com a mídia para levar as informações do instituto para a sociedade. Gazza, como era conhecido, estava convencido de que a questão para o IBGE era “como chegar à sociedade, como popularizar os indicadores do IBGE”. Com esse objetivo, na divulgação dos primeiros resultados

do Censo, em dezembro de 2000, ele detonou o embargo. A prática do embargo consiste em antecipar para os veículos de comunicação o material, com o compromisso de os jornalistas só o divulgarem em data e horário estabelecidos pela Instituição. Uma forma de facilitar para a mídia o entendimento da informação, dando aos jornalistas tempo útil para digerir as pesquisas do IBGE e, também, suporte técnico para compreender melhor as análises.

Foi uma avalanche de notícias que baixou sobre o IBGE e contribuiu para fortalecer a imagem da instituição, como fonte segura e confiável para a sociedade. Outro bom exemplo ocorreu no lançamento da Síntese de Indicadores Sociais 2002, quando todos os grandes jornais do dia seguinte publicaram manchetes destacando a desigualdade no país. Gazza, entre um e outro cigarro, explicava: “o que nós queríamos com isso? Evidente que era política no sentido mais amplo. A gente teve uma visão política não partidária, não era uma coisa mesquinha. É uma visão política do papel do IBGE e das informações que o IBGE produz”.

A parceria com os jornalistas estava consolidada e o embargo foi notícia na bancada do *Jornal Nacional*, da TV Globo, na coluna da Miriam Leitão, em *O Globo*, no artigo do Marcelo Beraba, então *ombudsman** da *Folha de S.Paulo*, entre outros jornais. Na ocasião, Gazza, que tinha um pouco mais de 70 anos, torcedor fervoroso do Palmeiras, lembrava que “mais vale um passo com mil do que mil passos com um”.

Mas, nessa marcha, entre os pesquisadores ainda existia um “sentimento de auto- proteção”, segundo Gazza, e isso se refletia na relação com a imprensa. Era preciso criar condições para estabelecer um diálogo e romper isso. Gazza trouxe à tona os debates e levou para o auditório do IBGE os jornalistas Elio Gaspari, colunista da *Folha de S.Paulo*, Alberto Dines, do “Observatório de Imprensa”, Ali Kamel, então diretor geral de jornalismo da TV Globo, entre outros. De Ali Kamel, por exemplo, os pesquisadores ouviram a seguinte declaração: “o IBGE é um modelo de instituição tanto pela qualidade como pela quantidade da sua produção”.

Todos esses acontecimentos levaram a uma reflexão e à tomada de consciência sobre a importância da divulgação para a mídia, que reflete em melhorias para o IBGE. Gazza queria estar a par de tudo e se divertia com seus próprios gritos. Sempre que surgia uma oportunidade, pegava a boina e ia ao encontro dos servidores nas Unidades Estaduais. Seu objetivo era garantir a igualdade de acesso aos dados também nos estados, fortalecendo as divulgações regionais com a convicção de que era preciso “capilarizar” a informação. Um desafio que ele deixou para o IBGE, depois de cumprir brilhantemente seu trabalho.

Embora se declarasse comunista e ateu, Gazza usava uma fita do Senhor do Bonfim no pulso e trabalhava com muita fé. De forma afetuosa, revelava para os jornalistas: “se há uma coisa que o IBGE tem e é fundamental para o seu trabalho é a credibilidade, que ele conquistou graças à transparência com que trabalha, à dedicação e competência de seus técnicos, cujo comportamento só dignifica o serviço público”. E acrescentava emocionado, “sou um velho jornalista que teve a fortuna de estar encerrando sua carreira na função que estou exercendo no IBGE” (FONSECA, 2012, p. 22-23).

* O *ombudsman* tem mandato de um ano, renovável por mais dois. Não pode ser demitido durante o exercício da função e tem estabilidade por seis meses após deixá-la. Suas atribuições são criticar o jornal sob a perspectiva dos leitores, recebendo e verificando suas reclamações.

As boas práticas de divulgação

Ainda que tenha acumulado boas experiências no embargo das pesquisas estruturais, o IBGE ainda precisava estabelecer uma rotina para garantir transparência e independência em relação à divulgação das estatísticas oficiais. O primeiro passo foi adotar os princípios das boas práticas estabelecidas pelo Special Data Dissemination Standard - SDDS¹³², que é o Padrão Especial de Disseminação de Dados estabelecido pelo Fundo Monetário Internacional - FMI (International Monetary Fund - IMF), das Nações Unidas, como guia para o fornecimento de informações econômicas e financeiras ao público em geral e instrumento de disseminação de estatísticas e comparabilidade entre países.

Com isso, o IBGE pôs em prática a seguinte medida: “anualmente, nos meses de dezembro, serão divulgados, pela Internet, os calendários de divulgação dos resultados de pesquisas para todo o ano seguinte, com a indicação do dia da divulgação, para os indicadores conjunturais, e o mês para as pesquisas estruturais ou especiais” (BRASIL, 1999, p. 39). E ainda, as alterações no calendário serão previamente anunciadas e justificadas a partir de critérios técnicos. Em 2000 foi disponibilizado, na Internet, o primeiro calendário de divulgações da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

Também ficou acertada a publicação, na Internet, da lista de autoridades do governo, com respectivo órgão, que recebe as pesquisas com antecedência antes da divulgação oficial. Essa medida tem como objetivo eliminar privilégios e tornar pública a relação acordada com as autoridades.

Entretanto, não havia qualquer regulamentação sobre o envio antecipado dos resultados das pesquisas do IBGE para o governo. Foi quando uma portaria no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1999, determinou que, com duas horas de antecedência à apresentação dos dados para o público em geral, os resultados seriam liberados para a lista de precedência. Um ganho para o IBGE, que antes trabalhava com um prazo de antecedência de 24 horas, como explica o então presidente do IBGE, Sérgio Besserman:

A precedência a gente resolveu por uma regra bem avançada. Foi necessária muita conversa lá em Brasília. Antes, não tinha uma Portaria. E aí, dependendo da qualidade do Ministro e de sua equipe, havia um protocolo, havia de fato quem recebesse, fizesse uma análise e preparasse o Ministro. Isso era mais raro. O mais comum era que, embora o protocolo fosse muito claro, ainda que não formalizado em Portaria, a desestruturação do Ministério que recebia atrapalhasse o protocolo. (SENRA; FONSECA; MILLIONS, 2016, p. 311)

A partir da publicação dessa portaria, a lista de nomes das autoridades contempladas pela precedência, com seus respectivos cargos, pode ser consultada no portal do IBGE, na Internet¹³³. Além disso, o documento normatizava também os horários da precedência (7h30) e da divulgação para toda a sociedade (9h30). Segundo Gazzaneo, o IBGE precisava blindar a divulgação das pesquisas conjunturais, que não podem ser divulgadas nem um minuto antes do horário determinado:

É evidente que o IBGE tem uma série de pesquisas com as quais ele deve ter o maior cuidado, que são as pesquisas conjunturais. Essas precisam ser tratadas do jeito que são tratadas hoje, ter horário para divulgar e não se pode antecipar nada. São pesquisas que não permitem o embargo, porque elas sugerem movimentações financeiras, especulação e o *diabo*. (GAZZANEI, 2012)

¹³² Para informações complementares, consultar: INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Special data dissemination standard - SDDS*. Washington, DC: IMF, [2016]. Disponível em: <<http://dsbb.imf.org/pages/sdds/home.aspx>>. Acesso em: maio 2018.

¹³³ A precedência de informações do IBGE está disponível em: <https://www.ibge.gov.br/institucional/documentos-ibge.html?option=com_content&view=article&id=8812>.

Indicador	Indicador	Divulgação
1. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
2. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
3. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
4. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
5. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
6. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
7. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
8. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
9. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
10. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
11. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
12. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
13. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
14. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
15. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
16. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
17. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
18. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
19. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
20. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018

Calendário de divulgação dos indicadores.

Indicador	Indicador	Divulgação
1. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
2. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
3. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
4. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
5. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
6. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
7. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
8. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
9. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
10. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
11. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
12. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
13. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
14. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
15. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
16. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
17. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
18. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
19. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018
20. Índice de Preços do Consumidor - IPCA (anualizado até 12 meses)	IPCA	12/01/2018

Calendário dos indicadores conjunturais do IBGE.

A Portaria n. 164, de 20.12.1999, assinada pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, ao qual o IBGE é subordinado, está disponível no anexo do livro e também no portal do IBGE.

Entretanto, no dia 05.09.2003, o então ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, publicou a Portaria n. 167, na qual determinou que os resultados das pesquisas conjunturais fossem encaminhados para as autoridades da lista de precedência 24 horas antes da divulgação ao público. Um retrocesso para o IBGE.

A antecipação dos resultados para autoridades governamentais é um dos temas tratados nos princípios da disseminação, no manual *Communicating with the media*, publicado pela UNECE.

A divulgação prévia de informações estatísticas para autoridades governamentais pode levar a reclamações de censura, alterações ou omissão de dados, justificadas ou não, por parte da mídia, as quais abalam a confiança das pessoas na objetividade dos números divulgados pelo instituto nacional de estatística. Essa prática deve vir, portanto, acompanhada por uma mensagem clara de que ela não compromete a autonomia do instituto nacional de estatística, de divulgar informações que não precisam de uma aprovação prévia do governo. (UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE, 2004, p. 16)

Vale aqui registrar que, em 10.10.2007, a Agência Estado, em São Paulo, publicou uma matéria sobre possível vazamento para o mercado financeiro de dados relativos ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de setembro. A reação do então ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, em defesa do IBGE foi imediata: “O mercado é movido por apostas, boatos e interpretações. O IBGE é uma instituição idônea que produz, com qualidade, informações sobre indicadores econômicos”¹³⁴ (DESCOMPASSO..., 2007).

Alguns dias antes da publicação da matéria sobre o suposto vazamento de informações, o então presidente do IBGE, Eduardo Nunes, recebeu em seu gabinete jornalistas da Agência Estado e esclareceu sobre o caminho dos números, dentro da Instituição, antes de serem divulgados. Ele falou também sobre o compromisso da equipe técnica com os procedimentos de segurança e sigilo.

Contudo, visivelmente irritado com a notícia publicada pela Agência Estado, Eduardo Nunes concedeu uma coletiva, no 11.10.2007, acompanhado do procurador-chefe do IBGE, Carlos Alberto de Albuquerque e da Diretora-Adjunta de Pesquisas, Zélia Bianchini. Anunciou duas ações imediatas: o IBGE interpelou judicialmente o jornal *O Estado de S. Paulo*, para que divulgue o nome de quem tenha cometido a irregularidade, e abriu um canal de denúncias, através do e-mail da Procuradoria do órgão. Naturalmente, as medidas não foram levadas adiante.

Outra regra que foi discutida entre o IBGE e o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão era encurtar o tempo de antecedência do envio dos dados das pesquisas conjunturais para as autoridades governamentais. Na coletiva, Eduardo contou que a discussão já estava sendo tratada há um mês com o então ministro Paulo Bernardo, e não tinha qualquer vinculação com a denúncia de vazamento.

No mês seguinte, em 05.11.2007, uma nova portaria, de n. 355, assinada pelo então Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva, restabeleceu a antecipação dos resultados para o governo com duas horas de antecedência à divulgação pública, como designava a primeira portaria, de 1999. A nova medida estabeleceu também um novo horário (9:00h) de divulgação para as pesquisas conjunturais do IBGE.

Até esse momento, as portarias estavam restritas a divulgação das pesquisas conjunturais, mas por causa do embargo para mídia, as pesquisas estruturais também passaram a seguir algumas determinações. Em resumo, a história começa com a divulgação da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF¹³⁵, em dezembro de 2004. O levantamento, que apontou a obesidade no Brasil como um problema mais grave do que a desnutrição, provocou polêmica no governo Lula, que, na campanha eleitoral de 2002, havia prometido acabar com a fome no Brasil com o Programa Fome Zero. O então presidente do IBGE Eduardo Pereira Nunes foi convocado às pressas para uma reunião em Brasília.

¹³⁵ A partir da POF 2002-2003, estimou-se que cerca de 40% dos indivíduos adultos do País apresentavam excesso de peso, ou seja, Índice de Massa Corporal - IMC igual ou maior que 25 kg/m², não havendo diferença substancial entre homens e mulheres. Para informações mais detalhadas, consultar a publicação: PESQUISA de orçamentos familiares 2002-2003: análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 76 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=24472>>. Acesso em: maio 2018.

Reportagem
do jornal O
Globo, de 12 de
Outubro de
2007, sobre a
precedência
das
informações.

IBGE: acesso oficial a dados pode mudar

Órgão propõe reduzir antecedência de envio de informações para o governo

Liana Melo

• O presidente do IBGE, Eduardo Nunes, vem discutindo há um mês com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, uma alteração na portaria que fixa o prazo de envio dos dados das pesquisas conjunturais (aquelas que monitoram a atividade econômica, como PIB, emprego, trabalho, inflação, indústria) ao ministério. Hoje, esses dados chegam em Brasília com 24 horas de antecedência. O IBGE quer reduzir esse prazo e está propondo que o envio seja feito na noite anterior à divulgação ou na manhã do dia em que os dados são apresentados oficialmente. Não há pra-

zo ainda para a entrega da minuta ao governo.

A revisão proposta não tem, segundo Nunes, qualquer vinculação com a denúncia de vazamento de informações dos dados do IPCA de setembro — publicada ontem pelo jornal “O Estado de S. Paulo”. O órgão está abrindo uma sindicância interna para levantar informações e, no prazo de um mês, a procuradoria do IBGE pretende tomar as medidas judiciais cabíveis. Por enquanto, o jornal está sendo interelado judicialmente e será criado um espaço dentro do site do IBGE para receber denúncias de agentes do mercado possivelmente beneficiados

com o suposto vazamento de informação.

Limitação de acesso a dados já foi revista outras vezes

O governo Lula já fez antes uma alteração no prazo para envio de dados do IBGE às autoridades. A primeira vez foi em setembro de 2003, quando o ministro da Fazenda, Guido Mantega, alterou portaria anterior, fixada no governo Fernando Henrique Cardoso, que determinava duas horas de antecedência.

— Não vou promover uma caça às bruxas no IBGE — comentou o presidente do órgão, descartando qualquer possibilidade de a suposta denúncia ter

saído de dentro da instituição. Segundo Nunes, nem os próprios coordenadores das pesquisas conjunturais têm acesso aos dados com antecedência de 48 horas, o que acaba inviabilizando a entrega do material às autoridades com uma antecedência de 24 horas.

— Não achamos adequado tanto intervalo de tempo entre a hora da divulgação e a precedência do envio dos dados ao ministério do Planejamento — concluiu Nunes, comentando que o encaminhamento das informações ao ministério é feito por meio eletrônico e por documento impresso aos cuidados do chefe de gabinete do ministro. ■

¹³⁴ Paulo Bernardo rebate com veemência boatos sobre vazamento do IPCA.

FOLHA DE S. PAULO

terceira
PARTE

Família brasileira estoura orçamento

Projeção feita pelo IBGE sobre o consumo das famílias no Brasil mostra que a despesa média anual por família é de R\$ 18,1 mil, com uma média mensal de R\$ 1.508,33. O estudo foi feito com base em dados de 2007 a 2011, em que o consumo médio mensal das famílias brasileiras foi de R\$ 1.508,33, ou seja, R\$ 18,1 mil por ano. O estudo também mostrou que o consumo médio mensal das famílias brasileiras foi de R\$ 1.508,33, ou seja, R\$ 18,1 mil por ano.



FOLHA DE S. PAULO

Gasto dos ricos supera em 10 vezes o dos pobres

O levantamento feito pelo IBGE sobre o consumo das famílias no Brasil mostra que o gasto médio mensal das famílias de alta renda é de R\$ 1.815, enquanto o das famílias de baixa renda é de R\$ 179. Isso significa que o gasto dos ricos é 10 vezes maior que o dos pobres.



Consumo supera renda em 85% das famílias

O levantamento feito pelo IBGE sobre o consumo das famílias no Brasil mostra que o consumo médio mensal das famílias brasileiras é de R\$ 1.508,33, enquanto a renda média mensal é de R\$ 800. Isso significa que o consumo supera a renda em 85% das famílias.

cotidiano2

FOLHA DE S. PAULO

Programa Ler e Escrever só atinge 44% dos alunos da rede municipal de SP

Crianças e jovens estão mais altos e mais gordos

5,9 milhões de jovens de 10 a 19 estão acima do peso, segundo dados do IBGE, obesidade atinge 2,3% deles

Os brasileiros estão mais gordos

Em 2010, 20% da população brasileira estava acima do peso, segundo o IBGE. Isso representa um aumento de 1 ponto percentual em relação a 2007.



Obesidade cresce entre os homens

De 14 anos, 20% da população brasileira estava acima do peso, segundo o IBGE. Isso representa um aumento de 1 ponto percentual em relação a 2007.



Ricos usam orçamento de saúde em planos, pobres, em remédios

O levantamento feito pelo IBGE sobre o consumo das famílias no Brasil mostra que o gasto médio mensal das famílias de alta renda é de R\$ 1.815, enquanto o das famílias de baixa renda é de R\$ 179. Isso significa que o gasto dos ricos é 10 vezes maior que o dos pobres.



Para 47%, alimentos não são suficientes

Projeção feita pelo IBGE sobre o consumo das famílias no Brasil mostra que o gasto médio mensal das famílias brasileiras é de R\$ 1.508,33, enquanto a renda média mensal é de R\$ 800. Isso significa que o consumo supera a renda em 85% das famílias.

FOLHA COTIDIANO

40,6% dos brasileiros estão acima do peso

Projeção realizada pelo IBGE em conjunto com o Ministério da Saúde aponta que 40,6% da população apresenta excesso de peso.



Brasil tem mais obesos do que desnutridos, diz IBGE

Deficit de peso atinge apenas 4% da população adulta; obesos são 11%



O GLOBO

Brasil tem mais obesos do que desnutridos, diz IBGE

Deficit de peso atinge apenas 4% da população adulta; obesos são 11%



Brasil tem mais obesos do que desnutridos, diz IBGE

Deficit de peso atinge apenas 4% da população adulta; obesos são 11%



Clipping de jornais com informações da divulgação da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, do IBGE.

O gerador de problema foi que, no dia seguinte, fomos a Brasília para uma reunião para esclarecer esse ponto. Fomos eu, Gazzaneo, a Marcia Quintslr, que era a responsável pela POF, e uma quarta pessoa que eu não estou me lembrando, que nos acompanhou também. E lá, qual foi o motivo do atrito? “Ah, vocês entregaram os dados para os jornalistas, que vieram aqui a Brasília, nos Ministérios, fazer perguntas a nós, e vários aspectos da POF, e os jornalistas sabiam tudo e nós não sabíamos.” Então, o maior problema não foi a frase do Presidente Lula, foi a contestação. (SENRA; FONSECA; MILLIONS, 2016, p. 390)

A antecipação das informações para os jornalistas, com embargo, sem que o governo tivesse acesso aos dados, gerou um enorme desgaste para a Instituição. O Coordenador de Comunicação Social do IBGE, Gazzaneo, que também participou da reunião, contou que havia, em Brasília, uma pressão para acabar com o embargo dos jornalistas:

O que me deixou mais indignado no IBGE, num determinado momento, foi a investida do governo contra a Instituição. Eu nunca esqueço que o Lula comparou o IBGE com o IBOPE. Depois ele fez autocritica, passou a respeitar o IBGE. Mas no caso da Pesquisa de Orçamentos Familiares, aquilo me deixou revoltado, não indignado, revoltado. Eu participei de uma reunião em Brasília e tive vontade de vomitar, não podia falar nada. (GAZZANEO, 2012)

O embargo foi preservado, mas para evitar a divulgação de informações antes que o governo tomasse conhecimento delas, foi publicada no *Diário Oficial da União*, no dia 28.01.2005, a Portaria n. 15, com a exigência de que as pesquisas estruturais fossem entregues ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão pelo menos 48 horas de antecedência. Além disso, estabeleceu regras mais rígidas em relação às divulgações das pesquisas estruturais como, por exemplo, a determinação de que técnicos do IBGE só poderiam prestar esclarecimentos sobre as pesquisas após a divulgação oficial, devendo manter o sigilo, sob a ameaça das penalidades da lei. Isso atinge duas questões centrais: as relações entre o IBGE e a mídia e a autonomia na política de divulgação das pesquisas. Antes da portaria, os jornalistas recebiam os dados com até uma semana de antecedência e os técnicos estavam à disposição para as explicações.

A decisão causou polêmica e teve reflexos no embargo para os jornalistas, que passaram a receber o material das estruturais, cerca de 200 páginas, com o mesmo prazo de antecedência do governo, ou seja, 48 horas. Na época, muitos relacionaram a publicação da portaria à insatisfação do governo federal em relação ao resultado da “POF dos gordinhos”, outros avaliaram que teria sido colocada uma “mordaca” no IBGE, mas a direção tentou afastar todas as possibilidades.

Diante da reação da opinião pública, o Ministério divulgou uma nota à imprensa, no dia 31.01.2005, assinada pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Machado, e pelo presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, com as seguintes explicações:

Nota à imprensa

A propósito de matérias veiculadas na imprensa no fim de semana, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE esclarecem a respeito da Portaria nº 15, de 27 de janeiro de 2004, que:

1 – Por solicitação do IBGE, a Portaria foi assinada pelo Ministro interino do Planejamento, Nelson Machado, com o objetivo de organizar o fluxo de informações.

2 – A Portaria normatiza a precedência das pesquisas estruturais do Instituto ao Ministério do Planejamento, prática adotada por Institutos de Estatística de vários países.

3 – A edição da Portaria não altera as relações que o IBGE vem mantendo com a imprensa há anos no que se refere à divulgação das pesquisas estruturais.

4 – Não existe possibilidade de manipulação de dados, pois o Instituto tem ampla autonomia para produzir e analisar as pesquisas que realiza e, principalmente, pela responsabilidade, seriedade e fidelidade aos resultados de seus técnicos e de sua direção.

5 – As pesquisas são extensas e complexas e já estão tabuladas, formatadas e impressas quando repassadas ao Ministério.

6 – A motivação do Planejamento é a utilização como fonte de pesquisa e estudo da realidade do país para avaliação da efetividade das políticas públicas e no acompanhamento dos programas do Plano Plurianual de desenvolvimento;

7 – Não existe qualquer tipo de censura ao IBGE ou a seus servidores (FONSECA, 2005, p. 47).

No dia da divulgação dessa nota à imprensa, o ministro do Planejamento, Nelson Machado, disse aos jornalistas que estaria mantida a praxe de entregar estudos à imprensa alguns dias antes e justificou “entregar com embargo não é liberar” (GOBETTI, 2005, p. 5).

A explicação sobre o que era o embargo, praticado pelo IBGE e até então um assunto restrito ao universo dos jornalistas, entrou nas páginas dos jornais e telejornais, o que representa um fato digno de ser registrado na história da comunicação do IBGE.

No dia 24.02.2005, depois de exibir duas matérias com os resultados da *Síntese dos Indicadores Sociais 2003*, a câmera volta para apresentadora Fátima Bernardes, no telejornal de maior audiência no País, o *Jornal Nacional* na TV Globo, e ela informa ao telespectador que aquela reportagem só foi produzida graças ao embargo realizado pelo IBGE.

Como sempre acontece, a imprensa teve acesso à pesquisa do IBGE com uma semana de antecedência para tornar possível a produção das reportagens. No fim de janeiro, uma portaria publicada no *Diário Oficial*, sobre a divulgação de pesquisas, tinha provocado temores de que esse procedimento fosse suspenso.

Portaria de precedência

Divulgação dos resultados de indicadores conjunturais

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 355, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2007

(Publicada no Diário Oficial da União nº 213, Seção 1, de 06.11.2007)

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 87 da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º - A divulgação dos resultados de indicadores conjunturais produzidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE seguirá as seguintes etapas:

I - às sete horas do dia da divulgação serão encaminhados os resultados, acompanhados de um sumário-executivo elaborado pelo IBGE, para as autoridades da lista de precedência;

II - às nove horas do dia da divulgação serão encaminhados os resultados para os órgãos de imprensa e disseminados na Internet, através do site <https://www.ibge.gov.br>.

§ 1º. Os técnicos do IBGE estarão disponíveis para prestar esclarecimentos aos usuários sobre os resultados da pesquisa divulgada a partir do encaminhamento de que trata o inciso II do caput.

§ 2º. O disposto nesta portaria aplica-se a qualquer indicador conjuntural produzido pelo IBGE, especialmente aos seguintes:

I - Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC);

II - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

III - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial (IPCA-E);

IV - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15);

V - Pesquisa Mensal de Emprego (PME);

VI - Contas Nacionais Trimestrais;

VII - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Brasil (PIM-PF Brasil);

VIII - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional (PIM-PF Regional);

IX - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário - (PIMES);

X - Pesquisa Mensal de Comércio (PMC);

XI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI);

XII - Conjuntura Agropecuária (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - mensal; Pesquisa Trimestral de Abate de Animais; Pesquisa Trimestral de Leite; Pesquisa Trimestral de Produção de Ovos de Galinha; Pesquisa Trimestral do Couro).

Art. 2º - A relação das autoridades constantes da lista de precedência específica a cada pesquisa de indicadores conjunturais, será divulgada por intermédio de Nota Oficial da Instituição e disseminada no portal do IBGE na Internet, através do site <https://www.ibge.gov.br>

Art. 3º - As autoridades constantes da lista de precedência deverão observar o mais rigoroso sigilo das informações referentes aos indicadores de que trata esta Portaria, nos termos do disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 4º - Revogam-se as Portarias nº 164/MP, de 20 de dezembro de 1999, e nº 167/MP, de 5 de setembro de 2003.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

O IBGE divulga a relação das autoridades que recebem com precedência os resultados das pesquisas conjunturais produzidas por esta Instituição.

Portaria n. 355, de 05.11.2007 de novembro de 2007, estabelece procedimentos para a divulgação dos resultados de indicadores conjunturais do IBGE e trata também da precedência dos resultados.

Um retrocesso,

por Marcelo Beraba*

Jornalistas e jornais correm contra o tempo. Estão acostumados, mas trabalham melhor quando têm a chance de tratar com calma os assuntos mais complexos. E poucos assuntos são tão complexos quanto as pesquisas que o IBGE solta numa média de duas por semana. Algumas delas, como o Censo, a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), a Síntese de Indicadores Sociais e a Pesquisa de Orçamento Familiar são imensas, impossíveis de serem lidas, analisadas e sintetizadas no formato jornalístico em apenas poucas horas.

A pressa, nesses casos, resulta não apenas em erros mas também no aproveitamento deficiente e superficial de documentos repletos de dados que podem ajudar a entender as transformações demográficas, sociais e econômicas que o País experimenta.

Uma deficiência antiga das redações é o pouco preparo que têm para interpretar os fenômenos que se escondem por trás das estatísticas e dos indicadores.

Por essas razões, desde o advento da divulgação dos dados colhidos pelo Censo 2000, o IBGE mudou sua política de relacionamento com a imprensa. Primeiro, passou a distribuir os resultados de suas pesquisas com antecedência, sob o compromisso assumido pelos meios de só publicá-los no dia e na hora definidos pelo instituto (política de embargo). Depois, colocou seus técnicos e pesquisadores à disposição dos jornalistas.

No caso dos jornais, essa política teve consequências importantes: obrigou-os a especializar jornalistas na leitura e na compreensão das pesquisas (através de cursos dados pelo IBGE e em seminários próprios); diminuiu os erros de interpretação; e permitiu que os jornais mudassem o jeito como divulgavam os resultados. A fórmula batida de copiar números e relatórios foi substituída por reportagens com personagens, vida real e análises críticas dos fenômenos e tendências.

Ganharam os jornalistas, os jornais e os leitores.

Mas, por decisão do Ministério do Planejamento, o IBGE está impedido, desde quarta-feira, de antecipar os resultados de suas pesquisas para a imprensa. Dessa forma, o ministério imagina estar obedecendo a uma decisão da Justiça que derrubou a obrigatoriedade de o IBGE encaminhar suas pesquisas para o conhecimento do governo 48 horas antes de torná-las públicas. A proibição é um retrocesso sem justificativa racional e deve afetar a qualidade do trabalho jornalístico e o aproveitamento das pesquisas. É um erro e todos perdem (BERABA, 2005, p. A6).

.....
* Artigo de Marcelo Beraba, que foi ombudsman da Folha de S.Paulo.

Vale aqui registrar que o embargo para os jornalistas é até hoje praticado pelo IBGE, sendo inclusive institucionalizado na Política de Comunicação Integrada, de que trataremos mais adiante. O IBGE preserva e respeita esse legado deixado pelo jornalista Gazzaneo, que muito contribuiu na construção da Comunicação no IBGE, como ele próprio admitiu em entrevista.

Eu nunca imaginei que eu ia ficar tão gratificado pelos quase dez anos que eu vivi dentro do IBGE. Do ponto de vista profissional, eu não poderia encerrar de modo tão gostoso a minha carreira. Eu me senti, além de jornalista, e eu acho que todos as pessoas que trabalharam comigo e continuam na CCS devem pensar, eu não fiquei satisfeito só como jornalista não, eu fiquei satisfeito como cidadão, porque botei o meu tijolinho no edifício que levou o IBGE como furacão para a mídia. Então, com perdão da expressão e da falsa modéstia, foi um furacão que levou o IBGE para a mídia. (GAZZANEI, 2012)

A força da divulgação regional

O furacão que levou o IBGE para a mídia, como disse Gazzaneo, atingiu também as Unidades Estaduais, responsáveis pela coleta dos dados estatísticos e a produção das informações geocientíficas nos estados. Elas ganharam uma posição mais estratégica e integrada ao processo de comunicação.

O acesso às informações regionais, além de contribuir para a identificação regional, sublinha a dimensão democrática do processo de comunicação. Este preceito tem respaldo no primeiro dos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, adotados em abril de 1994, pelas Nações Unidas.

Princípio 1: Relevância, imparcialidade e igualdade de acesso

As estatísticas oficiais constituem um elemento indispensável no sistema de informação de uma sociedade democrática, oferecendo ao governo, à economia e ao público dados sobre a situação econômica, demográfica social e ambiental. Com esta finalidade, os órgãos oficiais de estatística devem produzir e divulgar, de forma imparcial, estatísticas de utilidade prática comprovada, para honrar o direito do cidadão à informação pública (IBGE, 2014, p. 1)¹³⁶.

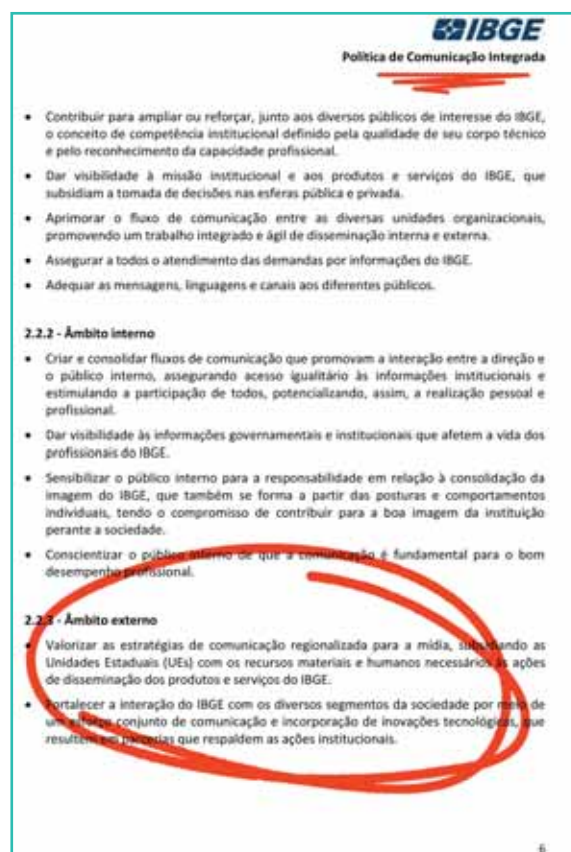
Para cobrir todo o Território Nacional, o IBGE possui 27 Unidades Estaduais (26 nas capitais dos estados e uma no Distrito Federal). Em 1990, foram criados, nessas Unidades Estaduais, os Setores de Documentação e Disseminação de Informações - SDDIs, que, em 2006, passaram a ser denominados de Supervisões de Documentação e Disseminação de Informações nas Unidades Estaduais - SDIs. Deixando a nomenclatura de lado, inicialmente os supervisores de disseminação de informações cuidavam das livrarias e bibliotecas do IBGE, mas, com o passar dos anos, acumularam novas funções, como: porta-voz, relações públicas e atendentes de diversas demandas nos estados, orientando inclusive as 584 Agências de Coleta de dados, nos principais municípios do País.

Os supervisores estaduais, subordinados aos chefes das Unidades Estaduais, sempre trabalharam integrados ao CDDI e, posteriormente, com a Coordenação de Comunicação Social - CCS, funcionando como “sucursais do IBGE” espalhadas pelo País. No começo, a divulgação era feita de forma descontinuada e dispersa, mas depois ganhou robustez e exigiu dos supervisores tempo e dedicação. O jornalista Carlos Vieira lembrou, por exemplo, que no Censo Agropecuário 1995-1996 foi realizado um trabalho que incluía as Unidades Estaduais:

Após o lançamento dos dados gerais, em uma coletiva na sede, iniciamos uma divulgação itinerante com a Diretoria do IBGE. Fomos a quase todos os estados da Federação, apresentando em cada capital os dados específicos da agricultura estadual. Foi um trabalho muito interessante e que teve muita repercussão local, sempre com a ajuda das unidades estaduais. (VIEIRA, 2017)

A partir de 2000, a dupla, Gazzaneo e David Wu Tai, convencida de que o IBGE precisava capilarizar a informação, investiu na compra de equipamentos e treinamentos para os supervisores nos estados. Sabiam que a divulgação das informações, pelos veículos de comunicação, dá visibilidade à Instituição e facilita o trabalho de campo dos entrevistadores, que encontram menos resistência na coleta de informações individuais.

[...] embargo para os jornalistas é até hoje praticado pelo IBGE, sendo inclusive institucionalizado na Política de Comunicação Integrada.



A valorização da comunicação regionalizada é um dos objetivos da Política de Comunicação Integrada do IBGE.

¹³⁶ Um conjunto de 10 Princípios Fundamentais para as atividades estatísticas, acordados no âmbito das Nações Unidas, que refletem os valores com os quais devem ser analisadas as estatísticas.

Assunto:
Para começar bem o dia*

Maria Antônia.

Ontem, quando cheguei em uma empresa da PAIC para entregar o questionário, recebi o seguinte recado da recepcionista: “Meu patrão quer falar com você”. Fiquei um pouco apreensivo, mas quando entrei na sua sala, ele me disse: “Seja bem-vindo, no IBGE eu confio, parabéns pelo excelente trabalho desenvolvido, discreto, sem alarde, sem nenhuma propaganda e com muita isenção!”

À noite, no *Jornal Nacional*, vi a excelente matéria sobre o suplemento da PNAD. Isto é um ótimo combustível para o nosso desempenho diário!!!!

Um bom dia !!!!!!! (BRAGA, 2006)

.....
* Mensagem do servidor João dos Santos Braga, de Minas Gerais, enviada para a chefe da Unidade Estadual de Minas Gerais, Maria Antônia Esteves, em 18.05.2006, às 07h57.

Ainda que tenha acumulado boas experiências no Rio de Janeiro e em São Paulo, Gazzaneo ainda tinha o desafio de promover o embargo das pesquisas estruturais com a mídia regional. E, para tanto, precisava preparar os supervisores estaduais para atuar como assessores de imprensa, quem sabe até jornalistas. Em 2006, a CCS iniciou o projeto de treinamento das divulgações regionais do IBGE e, ao final de 2008, já havia percorrido 18 capitais brasileiras. Nesse período, foram capacitadas para a realização do embargo as seguintes Unidades Estaduais do IBGE: em 2006, Belo Horizonte (MG), Belém (PA), Cuiabá (MT), Porto Alegre (RS), Salvador (BA) e Recife (PE); em 2007, Manaus (AM), Fortaleza (CE), Campo Grande (MS), Curitiba (PR) e Vitória (ES); e em 2008, Rio Branco (AC), Maceió (AL), Palmas (TO), Goiânia (GO), Natal (RN), São Luís (MA) e Florianópolis (SC).

Em cada uma das capitais, foi realizada uma grande divulgação estrutural, simultaneamente ao lançamento oficial no Rio de Janeiro. O trabalho com os supervisores começava com as visitas às redações das mídias locais, para estreitar ainda mais os laços com os jornalistas, o embargo das informações e a realização de entrevistas coletivas com a presença de um pesquisador da sede e, sempre que possível, dos representantes locais das pesquisas em questão. Um trabalho que foi avançando aos poucos, como explica Gazzaneo:

No Rio e em São Paulo não tinha problema, nós tínhamos condição de fazer o embargo para todo mundo sem discriminar ninguém. O nosso problema era a

imprensa do resto do País, e é um problema que ainda não está resolvido, na minha opinião. Houve avanço, mas não está resolvido. Por que? O Brasil é um país onde cada capital tem o seu grande jornal, não são só os “jornalões” do Rio e São Paulo. Porto Alegre tem o Zero Hora, o Correio do Povo; Alagoas tem a Gazeta de Alagoas. Eu estou pegando dois exemplos de extremos, tem a Gazeta de Alagoas, o Jornal de Alagoas. E eles têm o mesmo direito e nós temos que respeitar esse direito. Qual é o plano que nós elaboramos? Incluir as direções estaduais do IBGE nesse processo. Avançamos, avançamos pouco, porque conseguimos um jornalista para São Paulo, já foi um sinal. Mas esse é um problema que tem que ser enfrentado a fundo, para não provocar qualquer sinal de discriminação. (GAZZANEO, 2012)

De fato, em 2002, o IBGE contratou a primeira jornalista¹³⁷ para o cargo efetivo de assessora de imprensa regional, sediada na Unidade Estadual em São Paulo. A partir de 2007, passou a admitir algumas contratações temporárias de jornalistas para as Unidades Estaduais, nos períodos censitários.

Era preciso criar condições para produção de conteúdo regional nos estados, facilitar o acesso às informações regionais e envolver os chefes e pesquisadores das Unidades Estaduais no processo de comunicação. É fundamental que eles estejam capacitados para atender a mídia local, que tem forte presença em alguns

.....
¹³⁷ A jornalista Adelina Bracco está lotada na Unidade Estadual de São Paulo.

municípios, com uma zona de influência muito grande, já que o sinal de transmissão ultrapassa os limites territoriais e alcança todo o entorno. Em São Paulo, por exemplo, existem os jornais do interior e as TVs de Bauru, Ribeirão Preto e Araraquara.

Para avançar nessa direção, Gazzaneo precisava da ajuda do Coordenador do CDDI, David Wu tai, como ele mesmo conta:

Eu tenho carinho especial pelo David Wu Tai, por uma razão muito simples: não só me tornei amigo dele, como ele me ajudou a fazer o nosso trabalho. O David foi um pilar da CCS. O David jogou todas as cartas em nós. Eu nunca esqueço a frase dele “depois que o *Jornal Nacional* divulgou o número de ovos produzidos no País durante o ano, vocês podem tudo” ... [risos]... (GAZZANEO, 2012)

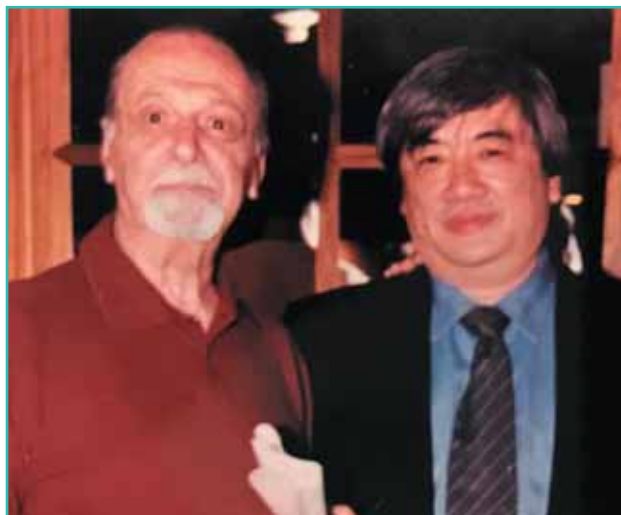
No que diz respeito ao treinamento de jornalistas, a CCS organizou na sede e nas Unidades Estaduais, com apoio do CDDI, cursos e oficinas¹³⁸ sobre a produção do IBGE, treinamentos sobre o Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, sobre o uso do Banco Multidimensional de Estatísticas - BME, e acesso ao portal IBGE. Participou também de cursos para os *trainees* do jornal *Folha de S.Paulo* e para os alunos do Curso Estado de Jornalismo Econômico. Espera-se mais da divulgação regional, como reconhece David Wu Tai:

As Unidades Estaduais do IBGE ainda não foram inseridas devidamente na disseminação. Esse é um projeto que acalentamos, mas que ainda nos frustra. São 27 Unidades Estaduais, e abaixo de algumas delas há certas Agências que cobrem conjuntos de municípios formando um aglomerado tão populoso que acabam sendo mais importância para fins de disseminação do que algumas Unidades Estaduais. Pois sobre essas Agências sequer projetos de incorporação à atividade de disseminação já tivemos, se não alguns sonhos. Enfim, há muito que fazer no sentido de se espalhar a disseminação, aproveitando essa capilaridade que o IBGE dispõe. Seria uma forma de nos colocarmos mais perto dos cidadãos nacionais, na dimensão municipal. (WU TAI, 2017)

Em relação ao treinamento para a mídia, por exemplo, foi organizado o Seminário sobre o Censo Demográfico 2010 para Jornalistas¹³⁹, com todo o apoio logístico e tecnológico do CDDI na transmissão, via satélite, para todas as Unidades Estaduais do IBGE e, também, na abertura de um canal, via *chat*, onde jornalistas regionais puderam enviar perguntas para os palestrantes.

¹³⁸ A Oficina IBGE para Jornalistas foi realizada de 4 a 27 de agosto de 2008, às segundas e quartas-feiras, de 9h às 12h30, nos auditórios do IBGE no Rio de Janeiro (RJ), dividido em cinco módulos independentes - estatísticas domiciliares; estatísticas econômicas; indicadores sociais; geociências e ferramentas de Internet -, com duas aulas por dia, ministradas por pesquisadores do IBGE.

¹³⁹ Seminário sobre o Censo 2010 para Jornalistas, realizado no auditório do CDDI, no Rio de Janeiro, em 26.07.2010.



Os coordenadores, da CCS, Luiz Gazzaneo, e do CDDI, David Wu Tai.

tes. Na época, participaram do seminário o então presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, a diretora de Pesquisas, Wasmália Bivar, a coordenadora operacional do censo, Maria Vilma Salles Garcia, e outros diretores e pesquisadores envolvidos no censo. Um trabalho que avança aos poucos como diz David:

O que nós vimos fazendo, até o momento, numa luta renhida, não é um trabalho somente meu, mas sim um trabalho coletivo. Todo o pessoal dos SDIs (os braços do CDDI nas Unidades Estaduais) age com afinco, e estão a todo dia a superar dificuldades, a superar insuficiências, a criar, a inovar; são bastante criativos. Todos lutamos em conjunto, e somos otimistas que vamos conseguir alcançar um bom porto. (WU TAI, 2017)

Outra alternativa para chamar atenção e conseguir apoio da direção para investir na comunicação, foi a criação de relatórios mensais e anuais da CCS com o quantitativo dos atendimentos feitos à mídia e o volume de reportagens publicadas com informações do IBGE. Inicialmente, em agosto de 2005, os relatórios começaram a ser elaborados com as informações sobre atendimentos no Rio de Janeiro e na Unidade Estadual de São Paulo, onde já trabalhava uma jornalista contratada junto a equipe do SDI. Logo depois, as outras Unidades Estaduais demonstraram interesse em participar ativamente do relatório, com o envio do número de atendimento e as ações de comunicação. O relatório foi ganhando força e, desde 2013, os registros de atendimentos regionais passaram a ser realizados em um sistema na Intranet, onde é possível avaliar a frequência¹⁴⁰.

A divulgação regional estava consolidada, graças ao empenho de Gazzaneo, como lembra o amigo David Wu Tai.

¹⁴⁰ É possível ter acesso às íntegras de todos os Relatórios de Atividades da CCS (mensais, anuais e semestrais) produzidos a partir de 2005, na Intranet do IBGE.

O presidente Sérgio Besserman foi bastante feliz ao convidar o Gazzaneo para dirigir a Comunicação Social do IBGE. Ele a revolucionou. Ele a abriu, melhor dizendo, abriu as portas do IBGE para o mundo. Quando ele chegou havia uma prática de que apenas o presidente podia falar em nome do IBGE, ou quem ele designasse. Pois Gazzaneo, com sua sabedoria, logo convenceu ao presidente que essa prática era equivocada, que o melhor seria que todos pudessem falar, pois os técnicos estariam mais bem qualificados para esclarecer aos jornalistas. Assim se deu. E mais, Gazzaneo tinha em mente a importância da comunicação regional, e lutou por torná-la uma realidade. (WU TAI, 2017)

Gazzaneo sabia lidar com as Unidades Estaduais, raramente usava sua posição de Coordenador para mostrar autoridade. Pelo contrário, nas suas mensagens enviava sempre “sugestões” de trabalho e finalizava escrevendo: “o que não significa obrigação de respeitá-la. Cada estado usa-a ou não, de acordo com a realidade local”.

As divulgações dos censos são bons exemplos de como era esse trabalho integrado com as Unidades Regionais. Recém-chegado no Censo Demográfico 2000, Gazza teve pouco tempo para organizar um plano nacional de divulgação, contudo, se dedicou ao embargo com a imprensa, buscou apoio na divulgação com os amigos e jornalistas das principais redações e participou ativamente do lançamento no Ministério do Planejamento, em Brasília, ao lado de Sérgio Besserman.

Nos censos de 2007, ele foi mais longe. Solicitou a contratação temporária de sete jornalistas. Ação inédita no IBGE. Dois para o Rio de Janeiro e um para as seguintes capitais: Belém, Recife, Goiânia, Curitiba e Belo Horizonte. Foram todos treinados para dar suporte à divulgação dos trabalhos dos Censos nas Unidades Estaduais, incluindo as visitas aos meios de comunicação. Também convocou todos os responsáveis pela divulgação nas Unidades Estaduais (SDIs) para uma reunião, no Rio de Janeiro, e pediu a colaboração de todos no sentido de procurar a mídia e organizar eventos com governadores ou prefeitos.

Na semana anterior ao lançamento dos Censos 2007, Gazzaneo visitou, no Rio, as redações de *O Globo*, *Jornal do Brasil* e Sistema Globo de Rádio (CBN e rádio Globo). Falou pessoalmente com os diretores de jornalismo e pediu colaboração na divulgação. A TV Globo e sistema de rádio Globo colocaram todas as suas afiliadas à disposição para veicular matérias sobre os censos. Em São Paulo, Gazza visitou também a Bandeirantes e recebeu o mesmo apoio do jornalista Ricardo Boechat, que enviou um e-mail para todas as afiliadas (rádios e TVs) solicitando matérias sobre os censos. Ele visitou ainda a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, a Record e o SBT.

Na sua estadia em São Paulo, aproveitou para conhecer a agência de propaganda Y&R, responsável pela

campanha dos Censos 2007¹⁴¹, onde indagou sobre o interesse pela conta do censo, classificada como ínfima comparada a outras bem mais caras. A resposta do publicitário encheu o Gazzaneo de alegria e satisfação: “credibilidade, meu amigo”.

A coleta do Censo Agropecuário e da Contagem da população 2007 começou no dia 16.04.2007. Naquela manhã de segunda-feira, antes de o IBGE abrir suas portas, o então presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, já estava ao vivo no telejornal matutino, *Bom dia, Brasil*, da TV Globo, anunciando para todo o País o início da operação censitária. Um pouco antes, nas afiliadas da TV Globo em 21 estados¹⁴² e no Distrito Federal, os chefes das Unidades Estaduais já tinham dado conhecimento sobre o assunto nos telejornais locais, que são transmitidos um pouco antes do nacional. A mobilização continuou nos estados, com os chefes das Unidades Estaduais do IBGE agendando entrevistas com alguns governadores, Secretários de Agricultura e prefeitos, tudo no intuito de gerar notícia e divulgar o censo. Vale acrescentar que na véspera, várias matérias sobre os censos já tinham sido publicadas nos jornais impressos como, por exemplo, *Valor Econômico*, *O Globo* e a *Folha de S. Paulo*. No Censo de 2007, por exemplo, só em uma semana o IBGE esteve em 246 inserções na mídia, sendo 122 nos canais de televisões, 78 em jornais, 14 em sites de notícias e 32 em rádios, de acordo com o *clipping* da CCS.

O sucesso de divulgação foi modelo para o Censo Demográfico 2010, que também contou com a participação das 27 Unidades Estaduais sincronizadas com as ações e diretrizes da sede, respeitando as peculiaridades de cada Unidade da Federação. Para tanto, além dos 27 supervisores de disseminação de informação e do apoio indireto de todos os chefes estaduais e profissionais ligados à realização do censo, foram contratados (temporários) mais seis jornalistas para os Estados do Rio de Janeiro, Pará, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco.

Também foi organizada uma pesada e completa agenda de visitas do presidente do IBGE, acompanhada da coordenadora da CCS¹⁴³, às principais redações de jornais, TVs e emissoras de rádio do Rio de Janeiro,

¹⁴¹ Nos períodos censitários, as áreas responsáveis pela promoção e marketing do IBGE acompanham a criação e produção da agência de publicidade contratada para a campanha e, também, participam ativamente na veiculação, de forma gratuita, das mensagens publicitárias nos estados.

¹⁴² Os telejornais das afiliadas da TV Globo nos seguintes Estados: Alagoas, Paraná, Rondônia, Pará, Roraima, Ceará, Sergipe, Espírito Santo, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, Minas Gerais, Tocantins, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Maranhão e Distrito Federal.

¹⁴³ Em 2010, por motivo de saúde, Gazzaneo ficou afastado do IBGE e sua substituta, a jornalista Silvia Maia Fonseca assumiu a função de Coordenadora de Comunicação Social.

São Paulo e Brasília, nos três dias que antecederam o início da coleta¹⁴⁴. Os encontros tiveram o objetivo de sensibilizar os principais veículos de comunicação dessas cidades a ajudar o IBGE na realização do Censo, por meio da cobertura jornalística. Foram visitados os seguintes veículos: no Rio, TV Globo, rádio CBN e jornal O Globo; em São Paulo, jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, TVs Globo, SBT, Record e Bandeirantes; em Brasília, jornal *Correio Braziliense*, TV Senado e NBR. Em muitos casos, as visitas também deram origem a entrevistas que foram veiculadas no lançamento da operação censitária.

No que diz respeito às estratégias e o cronograma de trabalho com as Unidades Estaduais, a participação da CCS no Segundo Encontro Nacional de Chefes de Agências do IBGE, em junho de 2009, em Angra dos Reis (RJ), foi fundamental para “amarrar” as estratégias. Além de palestras e cursos de *media training*, a coordenação também levou o editor e apresentador do Jornal Nacional, William Bonner, que foi muito aplaudido quando falou sobre a importância do trabalho do Censo Demográfico para a sociedade em geral.

O Censo Demográfico é a oportunidade que o País tem de andar para frente, de estabelecer as suas prioridades. Quer dizer, o IBGE, ao fazer o Censo, ele permite ao Brasil um olhar macro. Se a câmera digital é aquela que te permite olhar de perto as coisas, como Pnad, por exemplo, falando genericamente, o Censo permite aquele retrato bonito, de satélite que a gente tem lá do alto que pega todo mundo, que nenhum bairro, nenhuma rua, nenhuma casa escapa. (VOU TE CONTAR, 2009)

Ainda na fase anterior ao início da coleta, foi organizado o Seminário sobre o Censo 2010 para Jornalistas¹⁴⁵, com transmissão via satélite para todos os estados, e publicado o *Guia do censo 2010 para jornalistas*, com objetivo de preparar os repórteres para a cobertura da operação censitária. O material, com perguntas e respostas sobre o tema, foi disponibilizado em versão digital da sala de imprensa no site do IBGE e a distribuído na versão impressa para as Unidades Estaduais e para os jornalistas durante as entrevistas coletivas.

¹⁴⁴ Para mais informações sobre a divulgação para a mídia, consultar: METODOLOGIA do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. p. 665-690. (Série Relatórios Metodológicos, v. 41). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=295987>> e <<https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=295987>>. Acesso em: maio 2018.

¹⁴⁵ O seminário ocorreu no dia 26.07.2010, no Rio de Janeiro, no auditório do CDDI, que deu todo o apoio logístico e tecnológico para que o seminário fosse transmitido via satélite para todas as Unidades Estaduais do IBGE, nos 27 estados brasileiros, onde jornalistas locais foram convidados e puderam mandar perguntas, que foram respondidas em tempo real, via chat, pelos palestrantes: o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, a diretora de Pesquisas, Wasmália Bivar, a coordenadora operacional do Censo, Maria Vilma Salles Garcia, e outros diretores e pesquisadores envolvidos no censo.



Da esquerda para a direita: Luiz Gazzaneo, coordenador da CCS; William Bonner, jornalista da TV Globo; e Eduardo Pereira Nunes, presidente do IBGE, durante o II Encontro Nacional de Chefes de Agências, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, em junho de 2009.

No lançamento da coleta, o Censo Demográfico 2010 foi noticiado nos telejornais de todo o País com a participação ativa das Unidades Estaduais do IBGE. No entanto, como o período da operação censitária coincidia com a eleição presidencial e de governadores, algumas entrevistas com autoridades não puderam ser realizadas, por causa das restrições legais do período eleitoral. Isso não limitou o acesso ao Palácio da Alvorada, em Brasília, onde foi possível realizar o recenseamento do Presidente Lula e da Primeira-Dama Marisa Letícia, no dia 2 de agosto. Após a entrevista, na saída do Alvorada, o recenseador e o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, foram cercados por jornalistas que queriam saber sobre as respostas do Presidente. O jovem recenseador já estava preparado e chamou atenção para a Lei do Sigilo, Lei n. 5.534, de 14.11.1968, que garante ao cidadão seu direito de sigilo estatístico e seu dever de prestar informações estatísticas ao IBGE, um dos princípios que norteiam a Instituição.

Durante a coleta do Censo Demográfico 2010, foram divulgados uma série de balanços sobre a andamento da coleta, uma forma de manter o assunto na pauta dos jornais. Do mesmo modo, as visitas do presidente do IBGE para acompanhar a coleta nos estados, geraram matérias na imprensa local. Nas viagens foram realizadas entrevistas coletivas nos estados, nas quais o presidente do IBGE e representantes locais do instituto fizeram balanços parciais regionais do andamento da coleta.

O trabalho de divulgação regional no Censo Agropecuário 2017 foi levado, pela jornalista Silvia Maia Fonseca, para uma das sessões temáticas do último Seminário de Metodologia IBGE - SMI, realizado em novembro de 2017, no Rio de Janeiro. Ela abriu a sessão chamando atenção para o grande desafio embutido na missão do IBGE: disseminar o trabalho do instituto num país continental como o Brasil e com diferentes características regionais: “Estamos vivendo uma mudança de era, e o trabalho da comunicação regional no

Brasil em
pauta
A trajetória da
comunicação
no IBGE

[...] o papel
estratégico
das Unidades
Estaduais e
Agências do IBGE
na divulgação das
informações.

IBGE se afirma com diversidade, criatividade e capacidade de se reinventar e reagir rapidamente¹⁴⁶.

Convidada para a sessão temática, a jornalista Mariana Vieira Viveiros, que foi Coordenadora de Comunicação Social, no período de 2015 a 2016, e atualmente trabalha na coordenação de Divulgação do Censo Agropecuário na Bahia, apresentou uma breve pesquisa realizada com os divulgadores regionais, onde foi constatada a capacidade de articulação e iniciativa nas ações de comunicação regional.

Percebemos que, além de quase todos os estados estarem trabalhando muito bem os fundamentos da assessoria de comunicação, participando de eventos e aproveitando o potencial de estratégias básicas, como carros de som e distribuição de filipetas, há também inovações interessantes¹⁴⁷.

A sessão temática reuniu também o Supervisor de Disseminação de Informações do Amazonas e coordenador de divulgação do Censo Agropecuário do estado, Adjalma Jacques, que contou a sua rica experiência com a mídia amazonense, e a Coordenadora de Comunicação Social do IBGE, Diana Paula Souza, que valorizou a parceria com as Unidades Estaduais, sendo fundamental para dar o sotaque local, necessário às matérias jornalísticas.

As evoluções dos exemplos apresentados nas operações censitárias mostram em cada canto do País o papel estratégico das Unidades Estaduais e Agências do IBGE na divulgação das informações. Essa atuação já foi pontuada por Teixeira de Freitas, que sempre viu os Agentes como “braços civilizadores”, ou seja, pessoas que deveriam levar, através dos números e outras informações produzidas no IBGE, os saberes especiais que poderiam transformar as realidades locais. Eles seriam, por deterem esses saberes, e por conhecerem aquelas realidades onde viviam, capazes de selecionar as melhores informações, e saber como ninguém passá-las aos usuários.



Clipping de jornais regionais com informações do IBGE.

Gazzaneo também chamava atenção para o trabalho dos agentes regionais e dizia que eles eram “o sal da terra”. De fato, na medida em que esse “sal” se relaciona e integra a comunicação do IBGE, o resultado é surpreendente. Por outro lado, a falta de treinamento para as equipes, seja às equipes formais, quando há jornalistas nos locais, seja às equipes informais, porquanto há sempre pessoas com competência inata para promover comunicações, faz com que o IBGE perca a oportunidade de utilizar as potencialidades desses profissionais.

A divulgação regional também é sublinhada na Política de Comunicação Integrada do IBGE, como mostra o seguinte procedimento:

As Unidades Estaduais devem estar preparadas (com profissionais e instalações adequadas) para uma relação pró-ativa com os diversos públicos, de acordo com a orientação das áreas de comunicação do IBGE. Cabe também a esta área acompanhar e avaliar a publicação, na mídia, do material relativo ao IBGE (releases, entrevistas, reportagens, notas etc. (IBGE, 2016a, p. 14)

A produção de conteúdo regional amplia a imagem do IBGE como referência de conhecimento sobre o Brasil. Entretanto, a divulgação em tempo real desse material, com informações e análises para cada estado, é um desafio para a Instituição. As equipes se queixam de falta de profissionais e investimentos na capacitação de novos porta-vozes locais, como observa a jornalista Mariana Viveiros:

É preciso encontrar as informações que interessam aos diversos públicos locais, contextualizá-las nacional e regionalmente, aproximá-las de cada perfil de usuário, tornando-as compreensíveis e mostrando sua relevância. Tudo isso de forma segura, atraente e rápido – antes que essa mesma informação se torne “velha”, chegue truncada ou por uma fonte não confiável. Somam-se a esses desafios uma cultura institucional ainda centralizada e com análises de enfoque nacional e a inexistência de uma estrutura de comunicação regional com profissionais qualificados e dedicados à área nos estados. As Supervisões de Disseminação de Informações (SDIs) atuam na comunicação regional do IBGE há bastante tempo, no mais alto padrão possível, levando-se em consideração suas limitações de recursos humanos, materiais e operacionais. O momento é de ir além. (VIVEIROS, 2018)

A construção de um novo modelo de atuação descentralizado na comunicação regional, respeitando as peculiaridades e o poder de decisão de cada estado, vai ao encontro do ressurgimento da regionalização, a nova tendência da comunicação na era global.

A produção de conteúdo regional amplia a imagem do IBGE como referência de conhecimento sobre o Brasil.



Clipping de jornais regionais com informações do IBGE.

Produção de café cresce 10,3% no Espírito Santo, segundo IBGE

Pesquisa da Produção Agrícola de 2014 foi divulgada nesta quinta-feira (9). Produção do arbóreo diminuiu 16,3% e a do café aumentou 21,8%.

De 10/10/14



O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, nesta quinta-feira (9), dados da Pesquisa da Produção Agrícola Municipal (PPAM) de 2014. A pesquisa aponta que a produção de café aumentou 10,3% no Espírito Santo em relação a 2013.

A produção do café arbóreo diminuiu 16,3% e a do café caneta aumentou 21,8%.

Em 2014, o valor de produção de café no estado foi de R\$ 3,1 bilhões. A quantidade produzida foi de 774,5 mil toneladas.

FOLHA DE PERNAMBUCO



0 novo raio-X do Brasil

A Agência de Inteligência do Brasil (AIB) lançou, nesta quinta-feira (9), o primeiro número da revista "O novo raio-X do Brasil".



Controle aéreo faz inspeção no aeroporto

MAQUINARIA: A Polícia de Defesa Aérea e Espaço (PDAE) realizou, nesta quinta-feira (9), uma inspeção no Aeroporto de Curitiba.



Expansão francesa no PR

PARANÁ: A França anunciou, nesta quinta-feira (9), a expansão de sua presença no Paraná.



Acervo do Museu de Artes de Blumenau ilustra anuário do IBGE

20 de setembro de 2015



Prefeitura Antiga, de Roy Kellermann (1989)

A edição 2015 do **Brasil em Números**, publicação bilingue anual do IBGE com informações básicas para o estudo e conhecimento da realidade socioeconômica do país, tem um sabor bem especial para Blumenau: obras do acervo do **Museu de Artes da cidade (MAB)** ilustram o livro, que circula não apenas no país, mas também no exterior.

É a primeira vez que uma instituição localizada fora de uma capital brasileira é escolhida pelo IBGE — que fez à curadoria das pinturas e esculturas selecionadas. O lançamento será nesta quinta-feira, 10, às 20h, na Fundação Cultural, junto à abertura da 4ª Temporada de Exposições.



Massacre e terror em Paris



rio da Manhã

HOJE: O primeiro dia de trabalho após o feriado.

HORROR SITIA PARIS

Alguns com fúria e explosões durante os ataques.

em Paris, no pior ataque a uma cidade desde o Segundo Guerra (1939-1945) e o primeiro dos ataques após o conflito no continente europeu. Confira detalhes. Página 2

Piscicultura sofre queda em Goiás

Sector apresentou recuo em 2014, juntamente com rebanho bovino de corte e pecuária de leite, segundo o IBGE

09/10/2015 09:01



Karina Ribeiro



Tilápia foi o espécie mais criada em 2014 em Goiás, com 2,4 mil toneladas produzidas. Banhado por importantes bacias hidrográficas (Tocantins, Araguaia, São Francisco e Paranaíba) e com topografia e climas que contribuem para o alto potencial de produção de peixes, a piscicultura em Goiás registrou retração de 5,64% no ano passado - com produção de 21,6 mil toneladas. Com esse

Clipping de jornais com informações divulgadas pelo IBGE.

Nasce a comunicação digital

Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida.

Manuel Castells¹⁴⁸

Sem dúvida, a criação do portal, o relacionamento com a mídia e as boas práticas de divulgação deram mais visibilidade ao IBGE. Mas o trabalho de comunicação é interminável. Diante da facilidade de acesso às informações e da velocidade instantânea de sua reprodução, a instituição avançou no território digital e passou a explorar novos canais como, por exemplo, as redes sociais, onde passou a se comunicar diretamente com o público.

Nesse capítulo, vamos compreender como a entrada de novos profissionais, com ideias modernas e capacidade de adaptação às novas tecnologias, criou condições para o desenvolvimento de produtos de conteúdo multimídia, com textos, fotografias, infográficos, vídeos, áudio e animação. Além disso, como a criação da Política de Comunicação Integrada, que traduz o plano de comunicação que se procura praticar no IBGE, lançou os fundamentos para esse trabalho.

Vamos acompanhar também os caminhos da produção digital, a criação da agência de notícias em tempo real e o canal interno da Intranet, que conectou os servidores da Casa.

Os avanços no papel e no digital

No rastro da Internet e da divulgação na mídia, aumentou também a procura pelos produtos do IBGE no portal, no site da loja virtual e nas livrarias. A visibilidade tem um efeito multiplicador no número de usuários à procura de informações, e o IBGE passou por uma renovação nos impressos como, por exemplo, a publicação *Brasil em números*, que ganhou novo design,

.....
¹⁴⁸ CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos Aberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 14.

como também o *Anuário Estatístico do Brasil* e o *Atlas Escolar*, produtos voltados para área de educação.

A criação do serviço gráfico no IBGE, em 1938, já foi tratada na primeira parte deste livro. Entretanto, vale recordar que, em 1995, o IBGE contratou um consultor para saber se deveria ou não abrir mão de ter sua própria gráfica. E contrariando as expectativas, a consultoria não só confirmou a importância da gráfica dentro da estrutura do IBGE, como também reconheceu a sua rara especialização na impressão de mapas e folhas topográficas. Na época, o volume de trabalho na gráfica era significativo, levando em conta o número de questionários e cartilhas impressos, além do processo de modernização que já tinha começado, como afirma David Wu Tai.

Como Diretor-Geral, na gestão Charles Mueller, pensei em introduzir a microinformática no IBGE. Na ocasião, como a divulgação (ainda não se usava a palavra disseminação) estava fortemente amparada nas publicações, dei especial atenção à editoração. A equipe respondeu bem às minhas ideias, e aquela área foi a primeira a ser modernizada com a microcomputação em rede, em todo o IBGE. Isso em 1989, antes de eu assumir a direção do CDDI. (WU TAI, 2017)

Gráfica digital do CDDI, no complexo
Canabarro, no Rio de Janeiro.



Pouco a pouco, os equipamentos foram modernizados e a máquina *off set* da gráfica convencional passou a ser utilizada para impressão de publicações de grande tiragem, que se tornaram cada vez mais raras na Instituição. Para as publicações com pequenas e médias tiragens, foi montada uma gráfica digital, no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI (no bairro do Maracanã, na Cidade do Rio de Janeiro), em 1996. Na nova gráfica os processos de editoração e impressão se tornaram mais rápidos pela introdução de novas técnicas de composição eletrônica dos originais, onde a publicação é conduzida do computador direto para a máquina de impressão digital. Na década de 2000, entre os institutos de estatísticas da América do Sul, e até de alguns países da Europa, o IBGE foi pioneiro com uma gráfica digital avançada, permitindo que seus produtos ficassem prontos no formato digital e no papel ao mesmo tempo.

A partir daí a gráfica vem sendo permanentemente modernizada, com equipamentos mais modernos, como explica David:

A função de uma gráfica dentro do IBGE é diferente do que foi no passado. Já não se trata de imprimir grandes volumes de formulários de campo, nem grandes volumes de divulgação de resultados. Hoje o que se precisa é garantir a impressão de pequenas quantidades de materiais para uma divulgação que ocorrerá daí a poucas horas, como o risco de a área técnica ainda pedir para fazer mudanças nos textos, quando as máquinas já estão prontas para começarem a rodar. Ora, nenhuma gráfica externa poderá trabalhar assim, senão a alto custo para o IBGE. Desta forma há que haver uma gráfica, pequena e moderna. (WU TAI, 2017)



Enquanto a nova gráfica com cerca de 10 funcionários¹⁴⁹ e um espaço físico de 350 m², ganha vida própria, o antigo parque gráfico de Parada de Lucas, também na Cidade do Rio de Janeiro, que no passado foi o maior da América Latina, caminha no sentido inverso. Num galpão em Parada de Lucas, com cerca de 2 000 m², o número de funcionários caiu de 200, em 1995, para 31, em fevereiro de 2018. A grande maioria às vésperas de se aposentar. Nas palavras de David Wu Tai, o parque gráfico cumpriu sua missão.

A gráfica digital não vem para substituir a gráfica de Lucas, como se expressa internamente. Localizada na Canabarro, é uma evolução natural do processo gráfico conforme as necessidades do IBGE. Ela está preparada para fazer pequenas tiragens, e quando é preciso fazer tiragens maiores, para obras especiais, elas são feitas no mercado privado. A gráfica de Lucas teve seu tempo, sua grandeza, e agora passa o bastão à gráfica digital na Canabarro. (WU TAI, 2017).

¹⁴⁹ Em fevereiro de 2018, a gráfica digital tinha cinco servidores do IBGE e mais seis pessoas com contratos temporários, totalizando 11 trabalhadores.

Da linotipo ao computador

por Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Chefe do Serviço Gráfico do IBGE (1991-1995 e 2007-2017)

O sistema de fotocomposição chegou a gráfica do IBGE, entre 1976 e 1977, como uma grande revolução. Na ocasião, um grupo de funcionários foi encaminhado para um treinamento na Inglaterra e, depois, o conhecimento foi transmitido para toda equipe. Na percepção dos funcionários, o novo sistema representava um avanço tecnológico para a gráfica, além de abrir novas oportunidades com a criação de novos cargos, com bons salários. Os profissionais de fotocomposição ganhavam por produtividade, quando ultrapassavam o horário mínimo de produção, ganhavam por fora. Desta forma, todo mundo trabalhava muito, com muito afinho, e quanto mais produziam, mais ganhavam. Foi uma mudança positiva para a gráfica, que cresceu muito e ainda fazia trabalho para fora. Nessa etapa, a fotocomposição foi um acréscimo de tecnologia, já que ainda utilizávamos o linotipo, tipografia e monotipo.



Maria Alice Nabuco.

Antes da implantação da fotocomposição existiam dois processos: O sistema conhecido como “composição a quente”, com a tipográfica, linotipo e monotipo, e a “composição a frio”, que era o processo *offset*, com a chapa de alumínio. No processo quente, tudo era feito no monotipo e os textos corridos na linotipo, depois de digitado o material era revisado e as páginas eram todas montadas, uma por uma em chumbo, antes de serem impressas. No processo *offset*, o trabalho também era feito no monotipo e linotipo, para depois ser montado e gravado numa chapa de alumínio para a *offset*.

Com a chegada dos equipamentos adquiridos na Inglaterra, os trabalhos na gráfica passaram a ser digitados em papel e, posteriormente, em filme, sendo que os textos eram batidos página por página. Os funcionários que trabalhavam nesse setor eram ligeiros e viravam a noite na gráfica, que produzia a todo vapor. Com isso, na década de 80, a tendência foi a fotocomposição absorver mais trabalhos do que a impressão a quente.

Entretanto, o entusiasmo com a implantação da fotocomposição, que era considerada uma novidade e uma expectativa de futuro, deu lugar a um descontentamento. Em 1990, com a entrada da computação, alguns funcionários da impressão a quente foram remanejados para outros setores da área gráfica e parte do setor de fotocomposição foi transferida para a unidade do IBGE da Canabarro (RJ), onde os experientes tecladistas passaram a trabalhar com os computadores.

O episódio mais marcante foi o grande leilão realizado na gráfica de Lucas em 1990. Tinha compradores do Brasil inteiro, já que nossas máquinas da tipografia e monotipo eram muito boas e bem cuidadas. Foi um momento muito triste para todos nós. As máquinas foram leiloadas e a produção em fotocomposição foi diminuindo com a transferência para os computadores, onde o material vai direto para impressão. Hoje, o processo gráfico desenvolvido na gráfica é o CTP (*Computer to plate*) onde a chapa é gerada diretamente de um arquivo digital, reduzindo o tempo de trabalho e a mão de obra.

Lembro que, em 1998, preparamos um esboço da gráfica dos nossos sonhos. Era um projeto de modernização do parque gráfico que incluía o redimensionamento do espaço e a aquisição de novos equipamentos de tecnologia de ponta. Uma parte desse projeto, voltada para a modernização dos equipamentos, foi iniciada para o Censo de 2000, mas não foi adiante por falta de verba.

Nesses 43 anos que estive na gráfica, passamos por bons e maus momentos, mas foi um grande aprendizado de amor. Vibrávamos com os ruídos das máquinas em atividade e o cheiro da tinta. Superávamos muitos desafios e formávamos uma grande família, apesar da atual redução de 500 para 30 servidores. Eu faço parte dessa grande família da Gráfica e tenho um grande amor por esta casa.



Alguns números dos informativos para a divulgação das pesquisas estruturais do IBGE, disponíveis para download no portal.

Atualmente o IBGE trabalha com dois movimentos simultâneos de produção no papel e na Internet, acompanhando as mais modernas tendências mundiais. Se por um lado, a produção em papel é fundamental para determinados produtos como, por exemplo, os mapas, por outro, a Instituição não pode ficar de fora do universo online e dos novos canais de comunicação. Até agora, foi possível observar um certo equilíbrio na convivência entre as mídias do papel e digital, mas, segundo David, isso é uma questão de tempo.

Essa é uma tendência irreversível. Pouco a pouco, a divulgação do IBGE será feita por mídia digital. Serão raros os produtos a receberem publicação impressa, e nesses casos não mais que newsletters em poucas páginas, não mais que quatro ou oito, contendo algum texto explicativo em associação a alguns infográficos. O grosso dos resultados estará nas bases de dados, tornadas disponíveis no Portal. (WU TAI, 2017)

De fato, em agosto de 2017, o CDDI lançou um projeto-piloto para a divulgação das pesquisas estruturais. Em vez das tradicionais publicações com mais de 100 páginas, foi criado um informativo de, em geral, quatro a seis páginas, com uma síntese dos principais resultados de forma mais amigável e com infográficos. O informativo, também disponível online, representa mais agilidade na editoração e distribuição mais ampla para todo o País. Para David Wu Tai, o CDDI passa por um processo de profissionalização, com a contratação de novos profissionais

No passado o pessoal do CDDI, afora o pessoal da gráfica e da biblioteca, era composto por pessoas que se sentiam afinadas com a divulgação, mas apenas por sentimento, sem praticamente nenhuma especialização. Nos primórdios do Centro, o marketing mal nascia, e a microinformática, ao menos no IBGE, ainda era uma ideia distante. Pouco a pouco isso mudou, e já hoje, concurso após concurso, a direção pôde contratar os profissionais certos para cada área: na editoração, no marketing, na promoção, na documentação, na arquivologia, na história, na informática, na comunicação etc. (WU TAI, 2017)

Convidada para uma oficina no CDDI/IBGE, a jornalista Elizabeth da Silva Cataldo¹⁵⁰ apresentou uma análise crítica dos novos informativos, com objetivo de contribuir com o novo projeto gráfico e editorial. Para ela, o infográfico é o “coração” do projeto e deve permanecer claro e criativo. Elogiou também as “janelas” de informação nas páginas, que atraem a atenção para a leitura. Na sua análise, Beth Cataldo ressaltou ainda que os técnicos precisam se esforçar na edição dos textos e nos títulos das tabelas que, em alguns casos, são repetitivos e longos. Ela reconhece que “o esforço de edição é constante e árduo para se chegar ao sumo das pesquisas”, lembrando que as íntegras estão disponíveis aos que quiserem se aprofundar no tema.

A linguagem dos relatórios

É curioso observar que o avanço na mídia digital jogou mais luz na questão da linguagem, mostrando quão complexo pode ser o ato de redigir um texto. Esse problema merece atenção e não pode ser um empecilho no desenvolvimento das novas formas de produzir e divulgar.

Beth Cataldo analisou também as características textuais dos novos informativos e concluiu que, de forma geral, os textos são descritivos e bem elaborados. Entretanto, a jornalista observou que é necessário um esforço de adaptação da expressão técnica para um público mais abrangentes, lembrando que a linguagem dos conteúdos é determinante para a usabilidade.

¹⁵⁰ As oficinas sobre os novos informativos foram realizadas nos dias 07.12.2017 e 19.04.2018., no CDDI, Rio de Janeiro, com a jornalista Beth Cataldo, da empresa Tema Editorial, e a iniciativa foi do próprio Coordenador do CDDI, David Wu Tai.

O caminho da inovação por Beth Cataldo

Beth Cataldo, jornalista.



As plataformas modernas de comunicação nos trazem boas e más notícias. No segundo caso, enquadra-se a profusão de vozes dissonantes e fragmentadas, que mais confundem do que iluminam o universo da informação. As boas notícias, especialmente para instituições públicas da magnitude do IBGE, dão conta de oportunidades inéditas para oferecer à sociedade amplo acesso a informações de qualidade, capazes de compor percursos confiáveis de interpretação do Brasil. Conferir maior nitidez ao retrato econômico e social do País é uma missão, como sabemos, que depende de forma inescapável dos recursos e procedimentos da comunicação.

É importante deixar claro que não se trata de destacar apenas os instrumentos tecnológicos, que avançam de forma vertiginosa em nosso tempo, e sim de conferir relevância também à dimensão da linguagem textual e visual – no meio impresso ou digital. Abordar as múltiplas narrativas como campo privilegiado da produção de conhecimento significa contar com armas poderosas para quebrar barreiras que dificultam a absorção de informações e bloqueiam a reflexão. O reverso dessa moeda aponta para o hermetismo de processos excludentes, que nos condenariam à estéril convivência intramuros. No limite, portanto, estamos todos impelidos ao esforço de democratização do conhecimento.

As oficinas realizadas no IBGE foram oportunidades preciosas para constatar a disposição de profissionais com alta especialização técnica de abrir-se ao exercício da tradução dos dados que produzem para diferentes camadas da sociedade. É certo que trilhar caminhos inusitados costuma provocar desconforto, por isso torna-se ainda mais meritório o empenho em buscar novas formas de comunicação com o público. A quebra de paradigmas para a construção dessa experiência inovadora certamente resultará em maior relevância da instituição, que reforça compromissos com a alteridade e transparência (CATALDO, 2018).

Elaborado pelo IBGE, o documento *Princípios fundamentais das estatísticas oficiais: orientações para divulgações de resultados pelo IBGE*, pretende, em cinco páginas, ajudar na elaboração dos textos de análise com foco na imparcialidade. Apesar da complexidade da questão, são apresentadas as seguintes orientações:

- objetividade - evitar incluir na análise elementos subjetivos, sujeitos a visões políticas ou teóricas distintas. Qualquer que seja o resultado, ele deve ser apresentado de forma a retratar fielmente o levantamento do dado, independentemente das preferências individuais ou impactos para alguns usuários (ser “boa” ou “má” notícia). Além de ferir o princípio da imparcialidade, o juízo de valor e a adjetivação podem dificultar a compreensão do público em geral, ou tirar o foco da atenção das informações que estão sendo divulgadas;
- neutralidade - na interpretação dos dados, as declarações devem ser feitas sem refletir conflitos de interesse, evitando que possam ser interpretadas como comentário político;
- não deduzir determinados resultados sem comprovação direta dos dados - limitar a análise aos dados levantados e ao período de referência das informações que estão sendo divulgadas e aos valores da série histórica. Não especular sobre resultados futuros dos dados que estão sendo divulgados ou de fatores que irão influenciá-los. A prospecção não é objeto de estatísticas oficiais, com exceção para as Projeções de População e para as previsões de safras agrícolas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA, pela própria natureza das informações. (IBGE, 2014)

Vale acrescentar que, antes da impressão, os primeiros arquivos das pesquisas são enviados para a Gerência de Documentação - GEDOC, no CDDI. A equipe cuida da padronização de diversos conteúdos e da normalização das referências e citações das obras, um trabalho exaustivo já que grande parte dos técnicos parece desconhecer os manuais de boas práticas com o padrão textual das publicações¹⁵¹. Depois, o material segue para a Gerência de Editoração - GEDI, que cria o layout e a capa, além da formatação e da estruturação dos capítulos. Só depois de revisado e aprovado, pelos responsáveis das pesquisas, o material é liberado para a impressão.

¹⁵¹ Dentre os manuais, destacam-se os seguintes: *Projeto editorial*; *Manual de documentação e editoração do IBGE*; *Manual de identidade visual*; *Diretrizes para elaboração de glossário*; e *Diretrizes básicas para apresentação de informações metodológicas: versão preliminar 1*, todos disponibilizados na intranet do CDDI.

O documento *Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais*, desenvolvido pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, em 1994, pode ser consultado no portal do IBGE.



O limite da análise dos resultados,

por Nelson de Castro Senra



Nelson Senra.

A questão de “analisar” os números é polêmica nos institutos de estatística. Até onde se poderia ir, nas análises, sem se estar julgando a realidade mensurada, é sempre a pergunta que fica no ar. Afora o receio de que, em se fazendo análises, como fazem os estudiosos temáticos, isso não implicaria delongas na divulgação dos próprios números, isto é, das bases de dados. De fato, supondo que as análises fossem feitas para explicar os resultados, seria preciso esperar estarem prontas para então liberar as ditas bases de dados, o que não seria de agrado de ninguém, de nenhum usuário. Ora, um bom ajuste de trabalho, num bom calendário de procedimentos, resolveria esse dilema, por certo.

E voltamos à questão central, que é o limite da análise, sem que ao fazê-la se esteja adentrando no significado dos números, mais exatamente no significado das realidades mensuradas, fazendo-lhes julgamento, o que não seria próprio a uma instituição estatística. Contudo, a nosso juízo, não cabe esse temor, pois já nos planos tabulares, a partir dos quais se validam os valores obtidos em campo, já há uma escolha analítica expressa nas células das tabelas (essas células surgem das colunas e das linhas, que fique claro), mesmo não sendo mais as tabelas divulgadas, mas antes bases de dados (entretanto, elas são subjacentes ao processo de trabalho). Mais ainda há escolhas analíticas quando se trata da produção de indicadores, havendo respaldo ou nas ciências ou nas recomendações internacionais. Assim sendo, por que então se negar a dar um passo adiante e fazer uma narrativa analítica sobre os resultados alcançados, se valendo do domínio dos processos produtivos que os técnicos envolvidos na produção possuem como ninguém?

Mas, se olharmos a história, podemos acalentar um otimismo de que um dia, em breve, haverá mais e mais análise. Veja-se que nos primórdios da atividade estatística, a simples utilização de tabelas foi considerada inadequada, exatamente porque já expressava uma opção analítica nas suas células. Pois isso foi superado, e hoje a tabela é usada como a forma natural de divulgação das estatísticas. Outro exemplo é a crescente produção de indicadores – que nada mais são do que estatísticas discursadas, uma vez que são geradas por cálculos explícitos, enquanto as estatísticas, em geral, são terminadas em agregações mais simples –, até então restrita a temáticas com fundamentos teóricos muito sólidos, ao passo que hoje passaram a ser produzidos com enorme liberdade, em formas às vezes as mais prosaicas, não raro sem nenhum sentido. Isso mostra haver mudanças, isto é, que se está diante de fronteiras em movimento, donde se pode pensar que em algum momento se poderá conviver com divulgações mais e mais analíticas, sem que com isso as instituições estatísticas se vejam confundidas com instituições de pesquisas ou de estudos acadêmicos.

A normatização da comunicação

As ações de comunicação implantadas pelo Coordenador de Comunicação Social, Luiz Gazzaneo, com a parceria do CDDI, mudaram a mentalidade da Casa. Mas tudo foi feito na base da confiança, como ele gostava de trabalhar, atuou desta forma de 2000 até 2010, quando deixou o IBGE por motivo de saúde.

Contudo, o legado que Gazzaneo deixou precisava ser preservado na Casa. Com essa intenção, sua sucessora, a jornalista Silvia Maia Fonseca, buscou dar continuidade ao trabalho e, sobretudo, institucionalizar o feito. Já era hora de o IBGE ter a sua primeira política de comunicação, que assegurasse os procedimentos implantados, nos últimos anos, pelas equipes de disseminação e divulgação. E a oportunidade surgiu, em setembro de 2011, com o ingresso da economista Wasmália Socorro Barata Bivar na presidência do IBGE. O

assunto foi levado, pela jornalista, para a primeira reunião com a nova presidente, que prontamente concordou com a ideia.

O primeiro passo foi criar um Comitê de Política de Comunicação¹⁵², composto por representantes de todas as diretorias e das Unidades Estaduais, na maioria profissionais de comunicação, *marketing* e recursos humanos, para a elaboração da Política. Na presidência do Comitê, Silvia Maia guardava um compromisso particular com o seu antecessor: tornar institucional o embargo para mídia e o fortalecimento da divulgação regional.

¹⁵² Criado em 2012, o Comitê de Política de Comunicação era composto pelos seguintes servidores: CCS - Silvia Maia, Mariana Viveiros, Claudio Marques e Adriana Saraiva; CDDI - Renata Correa e Camila Ermida Pinto; DE - Rachel Cristina Borges e Sandra Marcia de Melo; DPE - Francisco Alchome e Roberto Müller Ribeiro; DGC - Moema Augusto e Marco Antônio de Carvalho Oliveira; DI - Ecio Tadeu Moraes e Maysa Azevedo de Oliveira Dias; ENCE - Adilson Ribeiro da Silva e Alexandre César Federici; e representante das UEs - Luciene Aparecida Ferreira de Barros Longo.

A primeira dificuldade encontrada, pelos integrantes do comitê, foi entender o modelo de comunicação dentro da estrutura organizacional da Casa, com atividades espalhados em diversas áreas, atuando de forma isolada e independente. Por exemplo, na ocasião, a comunicação interna era responsabilidade do CDDI, com a publicação de revista impressa, da Coordenação de Comunicação Social - CCS, com a divulgação do *Boletim Informativo*; da Diretoria-Executiva, com o portal *Ibgeano*; e na rede das Intranets nas Unidades Organizacionais. A comunicação externa também era tratada por diferentes áreas como, por exemplo, a CCS cuidava da divulgação para mídia e da conta no Twitter, e o CDDI era responsável pelo portal do IBGE, pelo uso do Facebook, além de desenvolver a comunicação para públicos específicos.

Se por um lado, o Comitê estranhava essa estrutura fragmentada de comunicação, por outro, os chefes da CCS e do CDDI conviviam bem com esse modelo descentralizado, como ressaltava David Wu Tai (2017):

Penso ser um caminho natural, a integração dos trabalhos, sem necessariamente todos estarem sob o mesmo comando. Basta as pessoas entenderem a importância de estarem a trabalhar juntas, tendo um mesmo alvo, uma mesma meta.

Nem todos os integrantes do Comitê concordavam com a opinião do coordenador do CDDI, muitos acreditavam que era preciso mudar a estrutura organizacional e criar um comando único, com um planejamento integrado na área de comunicação. Mas não havia tempo para tanta discussão e nem era essa a incumbência do grupo, salientava a presidência do Comitê. Era preciso ser prático e aproveitar a oportunidade para escrever a política de comunicação, com as diretrizes, os procedimentos e as responsabilidades divididas entre as equipes da atual estrutura.

O debate consumiu nove meses de trabalho, o exato tempo de uma gestação. Em dezembro de 2012, a primeira *Política de Comunicação Integrada* (2012), do IBGE foi aprovada pelo Conselho Diretor com os seguintes valores fundamentais: ética, transparência, imparcialidade, excelência, agilidade e relevância da informação. As diretrizes estão em conformidade com os objetivos estratégicos do IBGE, tais como: credibilidade, democratização do acesso à informação, padronização e regionalização.

Dentre os procedimentos gerais e específicos, que tratam da execução da Política e são fundamentais para se compreender o papel estratégico da comunicação, destacam-se o embargo para a mídia e a divulgação regional.

- O atendimento à mídia deve ser feito sem escala de prioridade ou importância em termos de veículos e jornalistas, de modo que qualquer órgão de comunicação (local ou nacional) ou jornalista mereça o

mesmo atendimento e empenho por parte dos técnicos da *Sede e das Unidades Estaduais*.

- Na divulgação para a mídia das pesquisas estruturais, especiais e produtos de Geociências (exceto as pesquisas conjunturais), deve ser realizado um embargo com os jornalistas que trabalham escrevendo regularmente para os veículos de comunicação (jornais, rádios, agências de notícias e revistas). A prática do embargo consiste em antecipar para os veículos de comunicação o material, com o mesmo período de antecedência que estabelece a portaria nº 15 (publicada no DOU, em 28 de janeiro de 2005), e com o compromisso de os jornalistas só a divulgar em data e horário estabelecidos pelo IBGE. Em alguns casos também deve ser realizada uma reunião de embargo com os jornalistas, onde os pesquisadores esclarecem o significado das informações, analisam os resultados e orientam as reportagens. Essa prática respeita as diretrizes e, no caso específico do IBGE, contribui fortemente para que a instituição fortaleça sua credibilidade e amplie a disseminação de seus produtos. (IBGE, 2012, p. 14)

Publicado em 2012, o documento teve ampla divulgação, em papel e na Intranet, na Casa. No ano seguinte, a política foi disponibilizada no portal do IBGE, na Internet. Claro que esse trabalho não foi bem-sucedido em cem por cento e, assim, deve permanecer em construção. Como toda política de comunicação institucional, recomenda-se que seja atualizada de tempos em tempos, como ressaltou Silvia Maia Fonseca em entrevista para a revista *Fala, IBGE*, no número três (cobrindo o último trimestre de 2012): “Agora, a política e plano de ações de comunicação estão prontos e acabados? Não. Comunicação é igual ao processo de pesquisa, todo ano tem que parar para discutir metodologia” (FONSECA, 2012, p. 19).

Vale acrescentar que, no período de elaboração da Política, foi realizada uma pesquisa interna sobre *Hábitos de comunicação do servidor*, que subsidiou um segundo produto: o plano de ações para colocar a política de comunicação em prática, com 24 sugestões de trabalho e quatro recomendações, entre elas, a realização de uma pesquisa de clima organizacional e a criação de ouvidoria. Nesses últimos cinco anos, de tudo o que foi apresentado, o IBGE conseguiu realizar um acanhado número de ações da lista, são elas: publicar e divulgar a Política de Comunicação Integrada; criar um canal único de comunicação interna (na Intranet); e manter e

A Política de Comunicação Integrada está disponível no portal do IBGE.



ampliar e presença do IBGE nas redes sociais e desenvolver formas de acesso móvel ao portal do IBGE. Isso levou à publicação da segunda edição da *Política de comunicação integrada*, em 2016.

Novos códigos e princípios

A década de 2010, sobretudo, na gestão da economista Wasmália Bivar, foi marcada por uma série de definições de processos, com códigos e princípios, viabilizando o cumprimento da missão do IBGE e contribuindo para a manutenção da imagem pública de qualidade, transparência e credibilidade.

O mais importante, encarado como uma espécie de constituição interna a ser conhecida e seguida, é o *Código de boas práticas das estatísticas do IBGE*, publicado em dezembro de 2013. É um instrumento orientador e regulador que tem por finalidade promover uma conduta profissional padronizada na aplicação de melhores práticas estatísticas, com base nos *Princípios fundamentais das estatísticas oficiais* endossados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em janeiro de 2014. Além disso, é um valioso recurso para a sociedade cobrar coerência e equilíbrio na produção de informações e, ainda, entender o motivo da adoção de determinados procedimentos.

Este guia está em consonância com os *Princípios fundamentais das estatísticas oficiais* (NAÇÕES UNIDAS, 2018), adotados na sessão espacial da Comissão de Estatística das Nações Unidas, Nova Iorque, em 11-15 de abril de 1994 e endossados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2014. Está de acordo, também, com o *Código de boas práticas das estatísticas do IBGE*, publicado em 2013.



O guia *Código de boas práticas das estatísticas do IBGE*, publicado em dezembro de 2013, está disponível no portal do IBGE.

Recomendações internacionais para as estatísticas oficiais

Valendo-se dos *Princípios fundamentais das estatísticas oficiais*, definidos pela Conferência dos Estatísticos Europeus em 1992 – com vistas a garantir que os sistemas estatísticos nacionais dos países europeus fossem capazes de produzir estatísticas adequadas e confiáveis, de acordo com certos padrões profissionais e científicos –, a Comissão de Estatística das Nações Unidas, na sua sessão extraordinária de 11 a 15 de abril de 1994, resolveu também adotá-los para seus membros, com uma revisão do preâmbulo. Em sua quadragésima segunda sessão, em 2011, a mesma Comissão deliberou, após debates, que aqueles Princípios não precisavam de mudanças, mas que conviria promover revisões no preâmbulo, o que passou a fazer, vindo a se adotar sua nova versão a partir de sua quadragésima quarta sessão, em 2013 (NAÇÕES UNIDAS, 2018, p. 1-3).

A Comissão de Estatística

Considerando recentes resoluções da Assembleia Geral e Conselho Econômico e Social, as quais destacam a importância fundamental das estatísticas oficiais para a agenda de desenvolvimento global,

Levando em conta o papel fundamental da informação estatística oficial de alta qualidade nas análises e tomadas de decisão política em prol do desenvolvimento sustentável, da paz e da segurança, bem como para o conhecimento recíproco e comércio entre Estados e povos de um mundo cada vez mais conectado, que exige abertura e transparência,

Levando em conta também que a confiança essencial do público na integridade dos sistemas estatísticos oficiais e nas estatísticas depende, em grande medida, do respeito pelos valores e princípios fundamentais, que são a base de qualquer sociedade que busca compreender a si mesma e respeitar os direitos dos seus membros, e neste contexto, que a independência profissional e prestação de contas de agências estatísticas são cruciais,

Salientando que, para serem eficazes, os valores e princípios fundamentais que regem o trabalho estatístico devem ser garantidos por arcabouço legal e institucional e respeitados em todos os níveis políticos e por todos os intervenientes dos sistemas estatísticos nacionais.

Reafirma os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais definidos a seguir.

Princípio 1 Relevância, imparcialidade e igualdade de acesso

As estatísticas oficiais constituem um elemento indispensável no sistema de informação de uma sociedade democrática, oferecendo ao governo e à sociedade civil dados sobre a situação econômica, demográfica social e ambiental. Com esta finalidade, os órgãos oficiais de estatística devem produzir e divulgar, de forma imparcial, estatísticas de utilidade prática comprovada, para honrar o direito do cidadão à informação pública.

Princípio 2 Padrões profissionais e ética

Para manter a confiança nas estatísticas oficiais, os órgãos de estatística devem tomar decisões, de acordo com considerações estritamente profissionais, aí incluídos os princípios científicos e a ética profissional, para a escolha dos métodos e procedimentos de coleta, processamento, armazenamento e divulgação dos dados estatísticos.

Princípio 3 Responsabilidade e transparência

Para facilitar uma interpretação correta dos dados, os órgãos de estatística devem apresentar informações de acordo com normas científicas sobre fontes, métodos e procedimentos estatísticos.

Princípio 4 Prevenção do mau uso dos dados

Os órgãos de estatística têm direito de comentar interpretações errôneas e utilização indevida das estatísticas.

Princípio 5 Eficiência

Os dados utilizados para fins estatísticos podem ser obtidos a partir de diversos tipos de fontes, sejam pesquisas estatísticas ou registros administrativos. Os órgãos de estatística devem escolher as fontes levando em consideração a qualidade, oportunidade, custos e ônus para os informantes.

Princípio 6 Confidencialidade

Os dados individuais coletados pelos órgãos de estatística para elaboração de estatísticas, sejam referentes a pessoas físicas ou jurídicas, devem ser estritamente confidenciais e utilizados exclusivamente para fins estatísticos.

Princípio 7 Legislação

As leis, regulamentos e medidas que regem a operação dos sistemas estatísticos devem ser tornadas de conhecimento público.

Princípio 8 Coordenação nacional

A coordenação entre os órgãos de estatística de um país é indispensável, para que se obtenha coerência e eficiência no sistema estatístico.

Princípio 9 Uso de padrões internacionais

A utilização de conceitos, classificações e métodos internacionais pelos órgãos de estatística de cada país promove a coerência e a eficiência dos sistemas de estatística em todos os níveis oficiais.

Princípio 10 Cooperação internacional

A cooperação bilateral e multilateral na esfera da estatística contribui para melhorar as estatísticas oficiais em todos os países.

Brasil em pauta
A trajetória da comunicação no IBGE

[...] o IBGE deu um passo ainda mais intenso no sentido da comunicação, tornando-a mais transparente com a criação da seção *Erramos [...]*



Notícia no Portal do IBGE.

Ainda de acordo com os *Princípios fundamentais das estatísticas oficiais*, das Nações Unidas (2018), e o *Código de boas práticas das estatísticas do IBGE* (2013), foram publicados mais dois documentos que estão diretamente relacionados à comunicação, são eles:

- *Princípios fundamentais das estatísticas oficiais: orientações para divulgações de resultados pelo IBGE*, publicado em outubro de 2014, no portal na Internet. O documento, tratado no início deste capítulo, contém algumas recomendações básicas sobre a imparcialidade na divulgação de estatísticas.
- *Procedimentos para lidar com erros de divulgação de dados e informações estatísticas do IBGE*, publicado em 2015, a publicação tem por objetivo definir procedimentos de forma a assegurar que todas as ocorrências de erros de divulgação de informações estatísticas detectadas sejam tratadas uniformemente e de forma transparente. Além disso, as áreas de comunicação do IBGE devem ser informadas imediatamente para colocar em prática os procedimentos de correção, conforme o documento:

Em qualquer situação, o Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI e a Coordenação de Comunicação Social - CCS devem ser informados sobre o erro detectado e a correção a ser efetuada. A finalidade de envolver tais unidades é, em primeiro lugar, permitir que a correção do erro seja divulgada o mais rapidamente possível e, em segundo lugar, assegurar um procedimento padrão para todas as ocorrências de erro. (IBGE, 2015, p. 14)

Essa iniciativa ocorreu após um incidente na divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2013, no dia 18.09.2014. Algumas horas depois de uma ampla propagação nos veículos de comunicação dos resultados da PNAD 2013, foi constatado um erro no processo de expansão da amostra da pesquisa. Tal erro levou a Instituição a recalcular os novos fatores de expansão, reestimar os indicadores e refazer todo o plano tabular, com suas respectivas precisões, corrigindo inúmeros resultados. No dia seguinte à divulgação, com os números ainda impressos nas manchetes dos jornais, a imprensa foi convocada às pressas para uma coletiva, onde a presidente do IBGE, Wasmália Bivar, anunciou o erro do IBGE.

Reportagem do jornal *O Globo*, de 20 de setembro de 2014, economistas afirmaram que IBGE agiu com transparência no erro da PNAD 2013.



As fases da comunicação no IBGE e a mudança na base de cálculo das Contas Nacionais 2007

por Roberto Luís Olinto Ramos. Presidente do IBGE desde junho de 2017



Roberto Olinto.

Antes de começar e tratar de nossa temática gostaria de registrar que em meus 38 anos como ibgeano, antes de me tornar presidente segui uma longa trajetória, que muito me orgulha: fui gerente, coordenador e fui diretor. Assim, talvez tenha sido o único presidente que ocupou todas as funções gratificadas disponíveis, desde a mais simples, até esta atual.

Isso posto, por simples vaidade, para chegar ao nosso ponto, entendo que a comunicação do IBGE, em tempos recentes, desde a gestão Isaac Kerstenetzky, passou por três tempos.

Primeiro, foi um período que podemos chamar de “fechamento”, em que falávamos com a imprensa com muito cuidado, até mesmo com certo medo. O IBGE tinha a fama de ser um lugar fechado, onde as pessoas não davam explicações sobre os resultados divulgados, não disponibilizavam suas metodologias, que, quando saíam, saíam com muito atraso, enfim, não era nada transparente. Tudo isso porque as pessoas, embora fossem aplicadas em suas tarefas, e produzissem com entusiasmo, não tinham o hábito de documentar. A disseminação, na verdade essa palavra nem era ainda usada, mas sim divulgação era feita em grossos volumes em papel, e só mais tarde viriam os acessos eletrônicos, era bastante insuficiente. A imprensa ficava sempre desassistida.

Depois, num segundo tempo, com a chegada do jornalista Luiz Gazzaneo, consolidou-se uma mudança que começara na gestão Simon Schwartzman. Nesse novo tempo o IBGE abria suas portas a todos, em especial à imprensa, mais que isso, as deixaria escancaradas. Ao mesmo tempo, a instituição adotaria os princípios fundamentais das estatísticas, emanados das Nações Unidas, bem como, assumiria os padrões de qualidade recomendados pelo Fundo Monetário Internacional. Com tudo isso em mãos, e mais a experiência inegável de Gazzaneo, inovações viriam uma após outra, por exemplo, a prática do embargo, par a par com as coletivas que passaram a ser mais dinâmicas. Alguns técnicos, valerá lembrar, não gostaram, dizendo que essa “pressa jornalística” punha em risco a qualidade das pesquisas. Foi preciso romper com isso e formalizamos um calendário de trabalho, com divulgação antecipada na Internet, o que foi um grande avanço.

Com essa abertura de Gazzaneo pudemos entender que os jornalistas não eram “inimigos”, muito ao contrário, que ao trazerem suas polêmicas estavam nos ajudando, e não nos atrapalhando. Pois foi neste contexto que se deu a mudança na base de cálculo das Contas Nacionais em 2007, que afetou o PIB anual de 2000 a 2005. Na época, o IBGE avançou de um sistema simples para outro mais sofisticado, contendo mais informações. Impôs-se explicar aspectos conceituais e metodológicos complexos, o que era difícil, embora não nos faltasse alguma prática anterior. De todo modo, não era nada trivial, e não tenho dúvida em afirmar que se não estivéssemos vivendo esse novo tempo teria sido um inferno, mas com a vivência de Gazzaneo, com sua expertise em conviver com os jornalistas, a orientação que nos passou tornou tudo mais simples. Por exemplo, foi preciso enfrentar a reação do pessoal do mercado financeiro que era contra à mudança, já que com ela seu modelo de projeção caía por terra. Fizemos, então, catequese, para além de explicar o que havíamos feito.

Mais que cursos para jornalistas, o que já se estava fazendo, foi preciso, nesse caso, fazer cursos para o pessoal do mercado financeiro. Explicamos as mudanças introduzidas, explicamos as mudanças nos resultados, e buscamos dirimir as eventuais desconfiças que poderiam ocorrer. Elaboramos séries com base móvel e seu encadeamento, o que, para nossa surpresa, parecia uma novidade para todos. Pacientemente explicamos o sentido disso tudo com a divulgação, na internet, de uma série de notas técnicas. Foi educativo para todos nós, e não apenas para nosso público. Mostramos que nosso trabalho tinha sustentação nos manuais internacionais, sobretudo no do Fundo Monetário Internacional.

Pouco a pouco fomos passando a um terceiro tempo em que, por exemplo, introduzimos protocolos de erros na Internet. O fizemos a partir da prática do instituto canadense, e nesse processo a participação de Zélia Bianchini, antiga diretora-substituta da Diretoria de Pesquisa foi essencial. Novos protocolos logo vieram e também foram divulgados, como o protocolo de revisão de dados. E se somou um novo ambiente de comunicação mais dinâmico, com as redes sociais, tanto trazendo seu lado positivo, quanto seu lado negativo, até mesmo ameaçador, em que todos opinam, sem medir as devidas consequências. O IBGE, nesse novo cenário, tem um papel essencial, o de ajudar o cidadão a não se afogar na enxurrada de números que o sobrecarrega, números que não se sabe de onde vem e que valor tem. Para tanto, o IBGE deve ser ágil na revelação dos resultados do que produz, e precisa fazê-lo em linguagem amigável, de fácil assimilação, em forma didática, sem presunção professoral. Este é o caminho que já estamos trilhando, com a Agência IBGE de Notícias e outras mídias. A divulgação dos produtos estatísticos e a geoinformação apresentados com uma narrativa clara, permitindo que todos os cidadãos tenham acesso e compreendam a informação, é uma das colaborações que fazemos à democracia. (RAMOS, 2018)

sobre a nova série do Sistema de Contas Nacionais. No último seminário, houve transmissão do encontro, pela TV IBGE, para todas as 27 Unidades Estaduais do Instituto. Localmente, as unidades convidaram jornalistas, que também puderam acompanhar a explanação e mandar perguntas por e-mail. Em São Paulo, foram realizados mais três seminários, em 17.10.2005, 18.10.2005 e 25.04.2007. Exceto o primeiro seminário, que foi realizado no auditório da *Folha de S.Paulo*, a pedido do Grupo Folha, os outros dois foram realizados na Unidade Estadual de São Paulo, com jornalistas de diversos veículos.

No caso específico da mídia jornalística, foi necessário explicar muito bem que a atualização anual do Sistema de Contas Nacionais (cálculo do PIB) passaria a incorporar, entre outras coisas, os resultados das pesquisas econômicas e domiciliares do IBGE, o uso das informações do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, o aperfeiçoamento do cálculo das atividades de governo e do setor de intermediação financeira. Vale sublinhar que a qualidade da cobertura jornalística teve um papel fundamental nesse processo de mudança.

Em 2016, foram publicados os Procedimentos para lidar com o mau uso dos dados e informações estatísticas e geoespaciais do IBGE, com procedimentos para lidar com o eventual uso inadequado dos dados e informações estatísticas e geoespaciais produzidos e divulgados pelo Instituto.

No caso de erros de interpretação e/ou de utilização incorreta dos dados por parte dos jornalistas, os assessores de imprensa do IBGE solicitam, de maneira formal ou informal, a correção da informação veiculada na mídia. Além disso, a Comunicação trabalha com um sistema de monitoramento constante da mídia¹⁵⁵, com objetivo de medir a extensão da cobertura jornalística de determinadas pesquisas, mas também de qualificar a precisão das informações usadas nas reportagens. Isso garante que o público em geral não será informado erroneamente e protege a reputação do IBGE. Nesses casos, os jornalistas são receptivos e confiam na Instituição.

Os procedimentos para lidar com o mau uso das informações têm respaldo nos *Princípios fundamentais das estatísticas oficiais*, adotados em abril de 1994, pelas Nações Unidas. Importa observar que os Princípios 1 (Relevância, imparcialidade e igualdade de acesso), 2 (Padrões profissionais e ética), 3 (Responsabilidade e transparência) e 4 (Prevenção do mau uso dos dados) invocam explícita e diretamente a comunicação das informações. Valendo marcar o Princípio 4, que atribui à instituição estatística o dever de zelar pelo bom uso das estatísticas, devendo interferir quando houver maus usos das estatísticas, de preferência praticando um ensinamento a priori de como bem usá-las, como bem vale a prática do embargo, de que o IBGE se vale.

Esse assunto foi discutido em palestra com os jornalistas Flávia Oliveira e Chico Santos, na Conferência Nacional de Estatística - CONFEST e Conferência Nacional de Geografia e Cartografia - CONFEGE, na Unidade do IBGE na Canabarro, em 25.08.2006. Flávia Oliveira disse que os pesquisadores precisam ter um pouco de tolerância com os erros dos jornalistas, que não são preparados na universidade para lidar com pesquisas. Ela também atribuiu aos pesquisadores parte da responsabilidade pelo erro dos jornalistas na cobertura do IBGE. Para Flávia, os pesquisadores têm que ter consciência de que só encerram a pesquisa que produzem quando ela for divulgada de forma clara, com pessoas disponíveis para atender a mídia, tornando compreensíveis as estatísticas, e realça que “o pesquisador acha que isso não é seu dever, mas isso completa o seu trabalho. Se o jornalista não entendeu, o que dirá a sociedade”¹⁵⁶.

¹⁵⁵ O IBGE utiliza o Serviço de *clipping* para monitorar a mídia nacional. O serviço é disponibilizado para os servidores na Intranet da Instituição.

¹⁵⁶ Informações transcritas por Silvia Maia Fonseca na palestra proferida por Flávia Oliveira, realizada na CONFEST/CONFEGE, na Unidade do IBGE na Canabarro, em 25.08.2006.

O guia com os Procedimentos para lidar com erros de divulgação de dados e informações estatísticas do IBGE está disponível no portal do IBGE.



O valor das estatísticas oficiais

Em 22.05.2017, a Conferência dos Estatísticos Europeus divulgou o documento (Conference of European Statisticians) *Value of official statistics: recommendations on promoting, measuring and communicating the value of official statistics*^{*}. Em seu Anexo 1 ressalta, em breves palavras, a importância das estatísticas.

As estatísticas oficiais ajudam-nos a entender quem somos, quem fomos e quem viremos a ser.

As estatísticas oficiais contam as histórias de nossos países – histórias sobre populações, saúde, crime e economia. Com o tempo, elas tecem uma poderosa narrativa, que mapeia o ritmo e a natureza da mudança da sociedade.

Melhores estatísticas oficiais contribuem para melhores decisões e, portanto, melhores resultados.

As estatísticas constituem a indispensável base de evidências para as decisões de alta qualidade – para as políticas públicas, para a prestação de serviços, para as decisões comerciais das empresas e para as decisões cotidianas das pessoas.

Os bons dados oficiais dão sustentação à confiança no governo e em outras instituições.

Sabe-se que as decisões governamentais, quando transparentes e baseadas em estatísticas oficiais sólidas, fazem com que os cidadãos tendam a confiar mais no processo político. As estatísticas oficiais dão a base para que os órgãos públicos e as entidades privadas sejam compelidos a prestar contas responsavelmente.

As estatísticas oficiais ajudam a promover a igualdade.

O acesso à informação é um direito democrático e constitucional. Um sistema aberto e transparente de dados públicos pode ajudar a conferir poder aos cidadãos em toda a sociedade.

As estatísticas oficiais não são a única fonte de informação. Pelo contrário, o risco é nos afogarmos em tanta informação disponível. Mas as estatísticas oficiais têm vantagens fundamentais e, às vezes, únicas – baseadas nos *Princípios fundamentais das estatísticas oficiais* das Nações Unidas –, que as tornam indispensáveis.

As estatísticas oficiais são produzidas por uma rede global de especialistas.

Os estatísticos [na verdade, inúmeras formações] contam com uma forte rede internacional, na qual compartilham e desenvolvem métodos e práticas. Valemo-nos dos melhores especialistas de cada país, que se unem para oferecer estatísticas melhores e mais rápidas, seja sobre áreas já tradicionais, seja sobre novas áreas: capital humano, serviços domésticos, mudanças climáticas e globalização, entre muitas outras. (O VALOR..., 2017)

Em suma:

As estatísticas oficiais são confiáveis porque são imparciais: os bons dados oficiais são produzidos sem influência política ou comercial; o trabalho estatístico não está atrelado a interesses de qualquer ordem, mas a um rígido dever profissional de imparcialidade.

As estatísticas oficiais são produzidas de acordo com padrões reconhecidos: as estatísticas oficiais são baseadas em metodologias abertas e produzidas de acordo com padrões internacionalmente reconhecidos; são, portanto, comparáveis internacionalmente; além disso, são produzidas de forma transparente, de modo que os usuários possam avaliar sua precisão e confiabilidade.

As estatísticas oficiais baseiam-se firmemente em evidências: elas geralmente têm como base pesquisas (levantamentos) e/ou fontes de dados administrativos que são maiores em escala do que a maioria das estatísticas não oficiais; o modo como são conduzidas e os recursos de que fazem uso estão de acordo com a necessidade nacional, e não com conveniências comerciais.

E, por certo, muito desse valor das estatísticas oficiais depende de serem divulgadas, disseminadas de modo adequado, atendendo a diferentes públicos. E fazê-lo de modo adequado é não dar privilégio a nenhum grupo, mas antes dar igual tratamento a todos, numa rigorosa atenção republicana. Dar atenção correta é conformar diferentes veículos para diferentes pessoas, em diversos lugares, em muitos momentos. Todos têm direito de receber as informações produzidas pelo IBGE, e o devem receber de modo a serem capazes de entendê-las.

^{*} Para informações mais detalhadas, consultar o endereço: <https://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/documents/ece/ces/2017/CES_4-Value_of_Official_Statistics_for_endorsement_for_upload.pdf>

Intranet: o novo *house organ*

Como resultado do trabalho de elaboração da Política de Comunicação Integrada e do Plano de Ações, o IBGE constatou a necessidade de tornar a comunicação interna mais ágil, rápida e clara. Não era caso de criar novos canais, mas sim de melhorar os já existentes. Além disso, a pesquisa interna¹⁵⁷ sobre Hábitos de Comunicação do Servidor, respondida por 2 753 servidores, mostrou que “de modo geral, a maioria dos servidores informou preferir ter acesso às informações em um único canal, separado por assunto (44,3%)”. A análise dos pesquisadores Maria Luiza Zacharias e Pedro Luiz Quintslr destacou que “as três dificuldades de comunicação percebidas como principais pelos servidores são a ausência de um canal eficiente de dúvidas (41,7%), a existência de muitos canais de informação (40%) e o atraso na informação oficial (39,7%), praticamente empatadas”. Além disso, 14,6% dos servidores nunca se sentem informados sobre as questões organizacionais (ZACARIAS; QUINTSLR, 2012).

Diante disso, foi criado um Comitê de Coordenação e Execução de Comunicação Integrada¹⁵⁸, formado pelos representantes das áreas de comunicação no IBGE, o Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, a Coordenação de Comunicação Social - CCS e a Diretoria-Executiva - DE, que cuidou da implantação do canal único de comunicação interna, acessível tanto pelos computadores ligados à rede IBGE quanto por qualquer outro conectado à Internet, utilizando login e senha.

Foram meses de trabalho para unificar tudo na mesma página, com a distribuição de responsabilidades entre as Unidades Organizacionais. O CDDI ficou responsável pela linha editorial do canal e também por cuidar da sua implementação, desenvolvimento, *layout* e estrutura. A alimentação do conteúdo do canal ficou descentralizada, ou seja, é realizada pelos setores responsáveis por cada seção/ subseção. Para Davi Wu Tai, o canal é o melhor *house organ*.

A Intranet é o melhor *house organ* de todos os tempos. No passado, à falta dessa tecnologia, os *house organs* impressos tiveram seu papel, e foram importantes. Mas,

¹⁵⁷ A pesquisa foi realizada em todas as Unidades do IBGE, no período de 21.05 a 15.06.2012, e contou com a colaboração das equipes da Diretoria de Pesquisas - DPE, do CDDI e da Diretoria de Informática - DI. A versão completa dos resultados da pesquisa pode ser consultada no endereço <http://w3.presidencia.ibge.gov.br/comites_internos_cpc.asp>.

¹⁵⁸ O Comitê de Coordenação e Execução de Comunicação Integrada era formado por Camila Ermida Pinto (CDDI), Hugo Leal Setta (CDDI), Ian Monteiro Nunes (CDDI), Luciana Lopes Monteiro (DE), Marcelo Benedicto Ferreira (CDDI), Mariana Vieira Viveiros (CCS), Rachel Cristina Borges Simões Micaelo (DE), Renata Cristina Freire Correa (CDDI) e Sílvia Maia Fonseca (CCS).

por demorarem tempo para serem redigidos, editorados e impressos, acabavam dando notícias antigas, e tinham o ar de “notícia requentada”. Agora, não, a Intranet divulga agora o que ocorre agora, e nos surpreende a todos com a dinâmica da Casa. Em todo o IBGE fica-se sabendo o quanto e o quanto o IBGE trabalha. Nos vemos e nos sabemos bons mesmo. (WU TAI, 2017)

O conteúdo do novo canal e a integração de todas as iniciativas de comunicação interna existentes foram os principais temas das reuniões. Uma questão que todos consideraram fundamental foi colocar o novo canal como página inicial de todos os servidores no momento de acessar a Internet e, ainda, incluir nesse espaço o acesso ao Sistema Eletrônico de Controle de Acesso e de Frequência - SECAF, conhecido internamente como catraca eletrônica. O SECAF é o campeão de audiência dentro da Casa, onde frequentemente o servidor controla o seu próprio banco de horas, portanto, nada mais natural do que incorporar esse poderoso atrativo à página do novo canal.

Por fim, o canal foi composto de várias seções, tais como: notícias administrativas e das unidades/diretorias; versão em PDF da revista *Fala, IBGE*, novas reportagens, informações técnicas; links para as Intranets; calendário; organograma, acesso a sistemas; aniversariantes; eventos e busca. A expectativa era abrir um novo canal que proporcionasse os seguintes benefícios: criar e consolidar fluxos de comunicação que promovam a interação entre os servidores, adequar as mensagens aos diferentes grupos de servidores e conscientizar o público interno de que a comunicação é fundamental para o bom desempenho profissional.

O novo canal entrou no ar gradativamente a partir do dia 05.05.2015 e os responsáveis pelos conteúdos foram treinados, pelo CDDI, para colocar as notícias no site. Em pouco tempo, o canal da Intranet foi crescendo, com a publicação de notícias da sede e das Unidades Estaduais, em tempo real, com fotos e vídeos. A ex-presidente Wasmália Bivar, que instituiu o novo veículo de comunicação interno, acompanhou as publicações diárias e se surpreendeu com o rápido sucesso. No início de 2016, os aposentados e pensionistas passaram também a ter acesso à Intranet, uma forma para se manterem atualizados sobre as novidades e conteúdo dos mais diversos assuntos da Instituição.

Nova Intranet do IBGE, que entrou no ar a partir do dia 05.05.2015.



Histórico e sequência dos *house organs*

Na gestão Wasmália Bivar, estando David Wu Tai no CDDI, sairia no final de 2011, o número zero da *Revista do IBGE*, que a partir do seu número 2, no início de 2012, passaria a se chamar *Fala, IBGE*. Este *house organ** seria o primeiro feito fora da CCS (ou por alguma iniciativa da presidência). Era uma iniciativa da direção do CDDI, por certo com o apoio do Conselho Diretor do IBGE.

Já antes houvera um *house organ* temático, especificamente referido ao censo, feito fora desse âmbito natural, a CCS. Ele fora feito pela Coordenadoria Operacional dos Censos - COC: O *Jornal do Censo*, em 1991 (na gestão Eduardo Augusto Guimarães) e em 1996 (na gestão Simon Schwartzman), e a revista *Vou te contar* que circulou de 2000 a 2003 (feita com apoio do CDDI, nas gestões Sérgio Besserman e Eduardo Nunes).

Agora, contudo, recuperava-se a elaboração de um *house organ* geral, com todas as temáticas institucionais, e não seria feito na CCS, como fora até então de hábito, e sim pelo CDDI. E isso se dava depois de um vazio de 12 anos, quando findara o boletim *Conexão IBGE*, feito pela CCS (na gestão Simon Schwartzman), que circulara em 1998 e 1999 sem nenhuma regularidade. Pois *Fala, IBGE* teria os moldes da antiga revista *Nova Imagem*, criada na gestão Edmar Bacha, e a ela seria comparada; como aquela seria sempre ilustrada, e a cores.

Desde o número zero, a revista contaria a história do IBGE, em matérias assinadas por Marco Santos, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, e antigo funcionário da Casa, que atuara com Nelson de Castro Senra no projeto de elaboração da coleção *História das Estatísticas Brasileiras*. Seus textos, ricamente ilustrados, sempre tiveram redação amigável, em estilo jornalístico muito atraente. Por certo ajudaram bastante a disseminar a história da Casa. Em vários números, ainda, houve matérias sobre a Memória da Instituição.

Os números zero e um do novo *house organ*, cobrindo, respectivamente, os meses outubro a dezembro de 2011, e janeiro a março de 2012, saíram com o nome *Revista do IBGE*. Daí em diante, em periodicidade irregular, passou a se chamar *Fala, IBGE*, sendo um nome escolhido numa pesquisa interna. Em seu número catorze (para os meses de maio a setembro de 2016) trouxe na capa um retrato do novo Presidente do IBGE, Paulo Rabello de Castro, que iniciara sua gestão em maio. Chegou ao número 15, que cobriu os meses de outubro de 2016 a abril de 2017, quando cederia posição a revista, de novo feito pela CCS, agora com o nome *Retratos: a revista do IBGE*, voltada para o público interno e externo (primeiro número cobrindo os meses de junho e julho de 2017).



Capa do *Jornal do Censo*,
n. 1, set. 1991.



Capa da revista *Nova Imagem*,
n. 7, out./nov. 1986.



Capa da revista *Vou te Contar*,
n. 2, ago. 2000.



Páginas 32-33 da revista *Fala, IBGE*,
n. 10, nov. 2015.

* Para informações complementares consultar todos os fascículos das Revistas, no endereço:
<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7295>>.

Em mensagem intitulada “Carta da Presidenta”, veiculada no número zero, Wasmália Bivar se dirigiu a todos os ibgeanos, apresentando o novo veículo. Começou por manifestar sua convicção de que a nova revista certamente cumpriria “um importante papel na divulgação, na circulação e disseminação de informações, na prestação de serviços e também no debate dos assuntos e temas de interesse de todos nós”. Seguia dizendo ter convicção de que os anos seguintes seriam de “muitas realizações e conquistas para o IBGE, sempre em sintonia com a sociedade brasileira” sendo preciso, para isso, “investir na integração e no desenvolvimento dos recursos humanos”, entendendo que, para tanto “a comunicação é fator fundamental”. E completou:

No passado, tivemos a revista “Nova Imagem”, que deixou boas recordações. O desafio da nossa nova revista, portanto, é grande, mas sabemos que, com a colaboração de cada um, estaremos à altura da tarefa de produzir um bom canal de comunicação. A revista é de todos os ibgeanos e esse processo já começa na escolha do nome da publicação, através de um concurso interno. Vamos participar, a hora é essa! (BIVAR, 2011, p. 5)

Nesse número zero, na matéria “Aos 75 anos, preparado para o futuro”, assinada por Mario Grabois e Marcelo Benedicto, há um depoimento da economista e jornalista Míriam Leitão e do economista (e futuro ministro) Marcelo Neri. Míriam Leitão disse: “A cada novo número divulgado, o setor de imprensa e os técnicos responsáveis estão sempre prontos a tirar as dúvidas que eventualmente tenhamos”, e o diz realçando a preocupação do IBGE em orientar e esclarecer os profissionais do setor. A seu turno, Marcelo Neri disse: “O IBGE concilia competência e independência para retratar as principais mudanças da sociedade e economia brasileiras”, e destaca as mudanças ocorridas na disseminação de informações.

No número um (ainda com o nome de *Revista do IBGE*), na “Carta da Presidenta”, Wasmália Bivar anunciou a formação de um comitê para a criação de uma “Política de Comunicação do IBGE”. Teria representantes de todas as diretorias e trabalharia ao longo de 2012, dizendo que seria “um trabalho de construção coletiva, com o objetivo de melhorar o relacionamento do IBGE com seus públicos interno e externo”.

Esse número começou a ganhar novas seções. Surgiu a “Carta da redação”, o “Espaço do leitor”, e vieram matérias de eventos havidos na sede, somando as Unidades Regionais, bem assim matérias sobre temáticas do Instituto, desta forma espalhando conhecimentos. Uma notícia merece destaque – “Força-tarefa para divulgar aglomerados na imprensa” – mostrando os esforços da CCS, então sob o comando de Silvia Maia Fonseca, e se referindo aos aglomerados subnormais do censo de 2010. Outra notícia seriam as missões do IBGE no exterior.

No segundo número (já com o novo nome, *Fala, IBGE*), deu-se grande destaque ao programa de discussão da política de comunicação: “Quando o assunto é comunicação” (em matéria assinada por Camila Ermida). Vários integrantes do comitê encarregado da discussão do assunto foram ouvidos, por exemplo, Luciene Aparecida de Barros Longo, do IBGE em Minas Gerais, que disse: “As UEs e as agências são uma peça primordial, pois

Expediente e coluna “Carta da Presidenta”, publicada na revista *Fala, IBGE*, n. 0, out./dez. 2011.



Coluna “Carta da Presidenta”, publicada na revista *Fala, IBGE*, n. 2, abr./set. 2012.



Capa da revista *Fala, IBGE* n. 2, abr./set. 2012



Páginas 6-7 da revista *Fala, IBGE*, n. 2, abr./set. 2012.

estão na ponta do processo de coleta e também devem estar na mesma posição como divulgadoras da informação”, completando: “É um processo que vai e volta e esse percurso deve ser percorrido sem entraves para a boa comunicação”. E Silvia Maia Fonseca, como chefe da CCS, e responsável formação e condução do Comitê, afirmou que “a discussão sobre comunicação não é só mais do que bem-vinda, é fundamental”, e completou, de modo bastante enfático: “As ações de comunicação devem ser implementadas, avaliadas e sempre atualizadas. Quem garante que ela seja boa é o servidor e a sociedade”.

No número três (cobrindo o último trimestre de 2012), na “Carta da Presidenta”, Wasmália Bivar anunciou a imediata implantação da “Política de Comunicação Integrada”, resultado do trabalho do Comitê de Política de Comunicação: “Eu estou com muita expectativa quanto a essa nova política de comunicação”, declarou a presidente.

O número seguinte, quatro, anunciou a publicação da “Política de Comunicação Integrada”. E fez uma homenagem aos 60 anos da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE. Houve ainda uma matéria especial (de Mario Graboys, com colaboração de Aglaia Tavares e Danielle Macedo) sobre “A força das mulheres”, dizendo como elas “com muita competência, energia e sensibilidade conquistam espaços e crescimento no IBGE”. E tratou dos 10 anos do Estatcart, *software* que teve origem na Base de Informações Municipais. E a revista seguiu adiante, número a número.

O número oito, cobrindo o primeiro quadrimestre de 2014, trouxe uma matéria valiosa – Caminhos da notícia – feita por Mario Graboys, mostrando que as informações produzidas pelo IBGE até chegarem aos jornais, revistas, emissoras de televisão, de rádio ou Internet, seguem um percurso interno que atravessa várias etapas. Em quadros bem didáticos mostra como são feitos os calendários de divulgação dos resultados das pesquisas estatísticas, explica como são feitos os releases, e trata das questões do embargo e da procedência.

O número 10, referente ao período novembro de 2014 a março de 2015, anuncia a “Nova Intranet do IBGE”, a partir da qual surgia, por assim dizer, o primeiro *house organ* eletrônico unificado da instituição. Já antes algumas unidades tinham suas Intranets, mas só então o IBGE unificava esta prática, e a colocava sob a alçada do CDDI, algo que vinha testando desde abril de 2014. Seja da sede, seja das UEs, todo o IBGE ali estaria sendo informado para seus funcionários, todos os assuntos ali estariam sendo noticiados, ao calor dos eventos.

O número 14 (para o período maio a setembro de 2016), já estando a instituição sob nova gestão, agora com Paulo Rabello de Castro, desde junho de 2016, que lhe concedeu entrevista, na qual aborda a questão da comunicação: “Então, como é que a gente faz voar essa alma do IBGE? É através de um compromisso com a comunicação, tão forte como o compromisso com a produção”. E diz mais: “Em outras palavras, a produção do IBGE é calada, muda, mas a comunicação tem que falar e muito mais alto. Tem que ser leve para voar mais alto”. Há ainda uma matéria correlata: “De olho no leitor”, de Marcelo Benedicto, falando da “arte de produzir livros”, arte que o IBGE vem acumulando há muitos anos, com técnicos cada vez mais habilitados e competentes.

O último número da revista, o 15, cobrindo o período outubro de 2016 a abril de 2017, apresenta entrevista, concedida a Marcelo Benedicto pelo novo chefe da CCS, Marcelo Kieling (que substituiu Mariana Viveiros), tendo sido uma escolha de Paulo Rabello de Castro (e que logo o seguiria para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES). Anuncia a criação de uma agência de notícias, e promete promover uma pequena revolução na “forma do instituto se comunicar com seus diversos públicos, inclusive com aqueles que ainda não consegue atingir”.

Página 11 da
revista Fala,
IBGE, n.1, jan./
mar. 2012.



Capa da
revista Fala,
IBGE n. 10, de
nov. 2014/
mar. 2015.



Capa da
revista
Retratos, n. 1,
jun. 2017.



As redes sociais e outros canais de informação

Os avanços tecnológicos, as redes sociais e a multiplicação de canais de informação levaram a uma mudança no padrão de comportamento das pessoas. O receptor passou a ser o novo protagonista nesse mundo digital onde todos produzem e disseminam informações, não apenas os jornalistas e as assessorias de imprensa das organizações.

Tendo o Censo Demográfico 2010 como motivo, a Coordenação de Comunicação Social - CCS e o Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI trataram de criar canais de interação *online* para ampliar o diálogo entre o IBGE e os novos públicos. Na época, o trabalho foi dividido da seguinte forma: a CCS cuidou da implantação da “Sala de imprensa”, na Internet, e da conta do Twitter, e o CDDI abriu, algum tempo depois, novas frentes no Facebook e, mais tarde, no Youtube e Instagram. Mais tarde, como trataremos mais adiante, as redes sociais passaram a ser administradas pela Comunicação Social. O novo formato, não altera a posição do CDDI de apoiar a CCS e trabalhar em conjunto para atender a sociedade, como afirma David Wu Tai.

As redes sociais cumprem, hoje, o mesmo papel inovador que outrora cumpriu o Portal do IBGE, e tal e qual esse segue cumprindo, as redes também seguirão cumprindo, com certeza. As redes sociais estão na alçada da CCS, mas dentro do espírito do trabalho integrado, o CDDI vem criando produtos para serem veiculados através das redes. Por exemplo, o “banco de nomes”, e nesse caso ocorreu uma história curiosa, que merece ser lembrada. Pois Micheline Chritophe, ex-adjunta do CDDI, ao buscar seu nome no referido “banco”, pouco a pouco, descobriu que várias Michelines receberam esse nome por sua causa, quando ela respondia sobre o Egito, no programa Jota Silvestre. Criaram uma rede de Michelines, e seguem se comunicando, o que dá bem uma ideia da força desse produto criado pelo IBGE. Assim sendo, nessa linha, seguimos criando novos produtos, para bem usar as redes. (WU TAI, 2017)

A oferta de novos produtos e conteúdos fez com que o IBGE terminasse o ano de 2017 investindo na profissionalização de novas equipes como, por exemplo, a Gerência de Serviços Online - GEON, ligada ao CDDI, que hoje reúne cerca de 30 jovens da área de tecnologia. Um pilar importante para a manutenção dos seguintes canais, por ordem cronológica:

Sala de imprensa no portal (de 2010 a 2017)

A Sala de Imprensa foi criada como um espaço exclusivo de interação com a mídia, com objetivo agilizar o relacionamento com os jornalistas, favorecendo, sobretudo, os veículos e profissionais que se localizavam distantes da sede, no Rio de Janeiro. Ela foi inaugurada em 02.07.2010 e, em maio de 2017, foi incorporada à Agência IBGE Notícias, que será apresentada mais adiante.

No portal do IBGE, a sala de imprensa foi pioneira no uso de multimídia para apoiar a divulgação e fazer chegar aos jornalistas de outros estados as mesmas informações disponibilizadas aos que frequentam as entrevistas coletivas e eventos realizados na sede. Além do *release*, o canal disponibilizava também as apresentações e material gráfico das coletivas, fotos da divulgação, *podcasts* (gravações de áudio com os pesquisadores) com os destaques de cada lançamento e os contatos da assessoria de imprensa e dos divulgadores regionais. Os *podcasts*, por exemplo, eram utilizados pela Voz do Brasil e pelas rádios do interior.

Sala de Imprensa, 2017.





Capa do Guia do Censo 2010 para jornalistas, elaborado pela CCS.



Manual de relacionamento com a imprensa, elaborado pela CCS, em 2009, com orientações básicas para os pesquisadores do IBGE.



Site do Censo Agro 2017, no portal do IBGE, com informações sobre o levantamento.

Um mês antes de entrar no ar, a Sala de imprensa funcionou como um projeto piloto, e foram realizados diversos ajustes e mudanças¹⁵⁹ antes da implantação definitiva em julho de 2010. Vale aqui registrar alguns produtos, divulgados na sala de imprensa, com objetivo de contribuir na preparação dos jornalistas para uma melhor cobertura: a versão eletrônica do Guia do censo 2010 para jornalistas, impresso em papel em junho de 2010, e o Guia das atividades de geociências do IBGE para jornalistas, em 2015. No sentido inverso, para auxiliar os pesquisadores, a CCS disponibilizou na rede interna (Intranet) o Manual de relacionamento com a imprensa (2009), Dicas de como escrever e atender bem a mídia (media training a distância)¹⁶⁰ e a tradução do guia da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa, *Communicating with the media: a guide for statistical organizations*, para o português, sob o título: *Comunicando-se com a mídia: um guia para os institutos de estatísticas*, em 2010.

Em meio à realidade de redações cada vez mais enxutas, onde a rotatividade de profissionais é comum, a sala de imprensa representou um avanço na história da comunicação. Uma iniciativa que aumentou ainda mais a transparência e a democracia na relação do IBGE com os veículos de comunicação de todo o País e do exterior, como mostra a mensagem enviada aos jornalistas no dia do lançamento:

Caro jornalista;

Sempre buscando atendê-lo(a) cada vez melhor, o IBGE inaugura hoje um espaço privilegiado para você no site do instituto (www.ibge.gov.br): a nossa **Sala de Imprensa**. Lá você vai encontrar as ferramentas de que necessita para conhecer, compreender e aproveitar ainda mais, em suas reportagens e artigos jornalísticos, os dados estatísticos e produtos geocientíficos do IBGE, nos ajudando a divulgar para a sociedade brasileira informações fundamentais para um entendimento mais detalhado da realidade do País e para o exercício da cidadania.

2010: Twitter

Caracterizada pela concisão das mensagens (140 caracteres) e pela atualização em tempo real, a conta oficial do IBGE no Twitter (<http://www.twitter.com/ibgecomunica>) foi lançada pela CCS, em 09.07.2010, com um perfil mais noticioso e formal, divulgando os principais resultados dos indicadores econômicos e pesquisas estruturais, durante a coletiva para imprensa. O Twitter também antecipou a agenda semanal de divulgações e destacou as notícias que repercutiram na mídia sobre o IBGE. Por diversas vezes, temas ligados ao IBGE, como os resultados dos Censos e do PIB, figuraram entre os trending topics brasileiros na rede social, ou seja, estiveram entre os assuntos mais comentados. No final de 2017, o perfil do IBGE no Twitter já tinha quase 130 mil seguidores.

2012: Facebook

O primeiro post de boas-vindas no perfil do IBGE, no Facebook, foi publicado pelo CDDI no dia 13.11.2012. De lá para cá, foram publicados posts dos produtos do IBGE, com textos descritivos e links para o portal, da divulgação de pesquisas, dos canais temáticos, aniversários de cidades, eventos, datas comemorativas, concursos e outras curiosidades. Cabe destacar a participação de todas as diretorias e Unidades Estaduais na sugestão de temas, contribuição na elaboração de respostas a perguntas recebidas, bem como no esclarecimento de eventuais dúvidas.

¹⁵⁹ À frente do projeto, a jornalista e gerente da CCS, Mariana Viveiros, tratou da implantação da Sala de imprensa, que aconteceu em etapas dentro de um cronograma bem planejado pela CCS e CDDI.

¹⁶⁰ A jornalista da CCS, Adriana Saraiva, foi tutora de Educação a Distância, em curso de Mídia training (2011 e 2012) para os servidores do IBGE, inclusive nas Unidades Estaduais.



Página do IBGE no canal Facebook em 2018.

Conhecida como a rede social mais popular, atingindo diferentes faixas etárias, o Facebook é um importante canal para o IBGE alcançar o público mais jovem e não especializado. Isso exige uma capacidade de adaptação por parte da equipe, que precisa ter uma visão moderna sobre os hábitos e as demandas da sociedade, sem esquecer os valores tradicionais da Instituição. Nesse caminho, ao longo de 2017, foram publicados 908 posts na página, que encerrou o ano com 274 mil fãs (curtidas).

2014: Youtube

O primeiro vídeo postado no Youtube, em 09.12.2014, exibia entrevistas com quatro educadores em homenagem ao Dia do Professor e foi produzido pela equipe do projeto educacional Vamos Contar, do CDDI. A partir daí, a Instituição utilizou o site para compartilhar uma série de vídeos na Web como, por exemplo, as histórias do Projeto Memória, eventos, divulgações e entrevistas com pesquisadores. Os vídeos do projeto IBGE Explica passaram a ter um amplo destaque, com a busca de uma linguagem própria, com pitadas de humor e memes de Internet. Os temas de difícil compreensão para o público jovem, são tratados de forma lúdica e criativa, em vídeos de curta duração, de até cinco minutos. Um exemplo é o vídeo sobre a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF e os índices de preços ao consumidor. Em dezembro de 2017, o canal do IBGE no Youtube somava 9 301 inscritos.

2015: Instagram

O post de inauguração do IBGE no Instagram exibiu, em 01.03.2015, o resultado de 0,1% de crescimento no PIB, de 2014, com uma foto de uma máquina de calcular em segundo plano. O aplicativo que permite ao usuário tirar e postar fotos, além de usar filtros para produzir diversos efeitos, é utilizado pelo IBGE em campanhas colaborativas como #retratarbrasil e #IBGEemCampo. Através desse canal, o IBGE estimula a publicação de fotos em todo o País e propaga a marca da Instituição. Em dezembro de 2017, o Instagram tinha 13 128 seguidores.

Conforme já comentado anteriormente, a entrada do IBGE nas redes sociais, a partir de 2010, abriu as portas para novas experiências na área de comunicação. O reconhecimento dessa poderosa ferramenta de divulgação, com altíssima velocidade de propagação das notícias, exigiu do IBGE mais agilidade e introduziu métodos inéditos no cotidiano profissional. Um exemplo é o monitoramento sistemático para identificar movimentos de comunicação e interferir neles conforme a necessidade, de forma rápida e eficiente, no próprio canal direto com o público/usuário.

No Censo Demográfico 2010, por exemplo, a CCS do IBGE monitorou alguns possíveis problemas seguindo a página do Facebook dos recenseadores, que em grande parte são jovens integrados às novas tecnologias. As reclamações deles sobre a falta de pagamento começaram a se proliferar nos comentários dedicados ao censo de 2010 e chegaram ao Twitter, onde muitos chegavam a usar o hashtag #Censo2010, para identificar a mensagem com o Censo. O assunto foi parar na mídia tradicional que acompanha as redes sociais na descoberta de assuntos relevantes que viram notícias e, também, na antecipação de fatos que podem repercutir ao longo do dia. Na ocasião, o IBGE rapidamente respondeu aos questionamentos dos jornalistas e a orientação de como tratar as reclamações foi passada

Os vídeos do projeto *IBGE Explica* passaram a ter um amplo destaque, com a busca de uma linguagem própria, com pitadas de humor e memes de Internet.

Página oficial do IBGE no Youtube, em 2016.



[...] a agência
passou a distribuir
conteúdo
multimídia sobre
os produtos do
IBGE nas áreas
de estatística e
geociências, com
uma linguagem
mais interativa e
hipertextual [...]

A nova Agência IBGE
Notícias entrou no ar
em 29.05.2017.



diversas vezes aos coordenadores estaduais de divulgação, que responderam sempre de forma ágil e também integrada com as demais coordenações locais¹⁶¹.

A nova agência de notícias em tempo real

No campo da comunicação, os novos produtores de conteúdo e formadores de opinião assumem um papel mais ativo, com rapidez de propagação e, cada vez mais, relevantes no mercado da mídia digital ou convencional. Além disso, os tradicionais meios de comunicação não mais detêm o monopólio da produção e distribuição de mensagens, é o que se chama hoje em dia de desintermediação.

Convidada para participar da abertura do 3º Encontro Nacional de Chefes de Agências do IBGE¹⁶², em Brasília, a jornalista Flávia Oliveira ressaltou a importância desses novos canais de comunicação, que precisam ser identificados e alcançados no trabalho de divulgação do IBGE.

O IBGE tem a possibilidade de ser um canhão poderoso de produção de conteúdo em variadas plataformas. Além das publicações convencionais, dos textos impressos ou releases, tem as produções de vídeo, de áudio, de infografia, de mapas e de tabelas. O IBGE é um celeiro de produção de conteúdo absolutamente sofisticado e é muito importante orientar as suas políticas de comunicação nessa direção. Primeiro, no eixo de produzir conteúdo ou de usar a informação primária em conteúdos cada vez mais diversificados, segundo, que eu acho absolutamente relevante, é o reconhecimento dos atores, dos novos produtores de conteúdo que já estão aí e disputam território com a mídia tradicional. É preciso reconhecê-los como alvos da informação primária ou do conteúdo produzido por vocês.

Foi com esse pensamento que a Agência IBGE Notícias entrou no ar em 29.05.2017, data do aniversário de 81 anos da Instituição. O então Coordenador de Comunicação Social, Marcelo Kieling, que acabara de ingressar na Instituição, já tinha clareza dos seus objetivos¹⁶³:

O IBGE não pode ficar dando coletiva só para a grande mídia, não pode ficar falando de forma que só atenda ao mundo acadêmico. O IBGE tem que ser plural e falar para todos, buscando atender à missão, que é fazer o retrato da cidadania, o que exige uma linguagem mais simples, mais direcionada. Lógico que com conteúdo técnico, mas de forma que todos possam compreender. Acho que esse é o grande desafio de todos no mundo da estatística, não só do Brasil, mas acho que de todos, fazer com que a linguagem técnica seja compreendida pelo cidadão comum. (KIELING, 2016-2017, p. 8).

Outro objetivo da agência, segundo Kieling, é implementar o alcance destes conteúdos produzidos para todos os extratos da sociedade brasileira, fazendo com que muitas pessoas se tornem também disseminadores de tudo o IBGE produz. Assim, a agência passou a distribuir conteúdo multimídia sobre os produtos do IBGE nas áreas de estatística e geociências, com uma linguagem mais interativa e hipertextual, permitindo o acesso a outros textos de forma instantânea. Também foram divulgados vídeos-releases com imagens das pesquisas, textos mais curtos, com utilização de infográficos para facilitar a compreensão dos dados. O conteúdo

¹⁶¹ Para informações complementares sobre a divulgação para a mídia, consultar: METODOLOGIA do censo demográfico 2010. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Cap. 16, p. 665. (Série Relatórios Metodológicos, v. 41). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95987.pdf>>. Acesso em: maio 2018.

¹⁶² O 3º Encontro Nacional de Chefes de Agências do IBGE foi realizado no Centro Internacional de Convenções do Brasil, em Brasília, de 8 a 11 de maio de 2017.

¹⁶³ Vale aqui registrar que em dezembro de 2016 a Coordenadora de Comunicação Social Mariana Viveiros, sucessora de Sílvia Maia Fonseca, pediu transferência para a Unidade Estadual do IBGE, na Bahia. Na oportunidade, o publicitário Marcelo Kieling foi convidado pelo ex-presidente Paulo Rabello para assumir essa vaga no IBGE.

da agência foi organizado em seções (Notícias, Revista Retratos, Sala de Imprensa) e em editorias (Estatísticas Sociais, Estatísticas Econômicas, Geociências, IBGE). Na mesma entrevista, Marcelo Kieling também ressaltou a necessidade de ampliar o relacionamento com os veículos de comunicação de todo o País.

A agência vai chegar aos veículos de menor circulação, de cidades menores, para poder atender às redações que estão cada vez mais enxutas, mais encolhidas, por causa do movimento de crise, por causa do movimento de queda na circulação dos produtos, uma queda de venda de produto. E quem sabe, lá na frente, a gente tem algum produto, que possa também estar devidamente inserido nas rádios e TVs oficiais, como um produto próprio do IBGE para dar informação para o cidadão. (KIELING, 2016-2017, p. 8).

Na ocasião do lançamento da agência de notícias, o então Presidente do IBGE, Paulo Rabello, falou sobre a necessidade de criar diferentes níveis de linguagem para públicos também diversos: do especialista ao cidadão comum.

De certa maneira, é uma iniciativa que vem a, de certa forma, imitar o trabalho que a grande imprensa faz de explicar, de traduzir o “estatistiquês” e o “geografiquês” para o português. A Agência IBGE gostaria de ilustrar, ainda mais, a imensa quantidade e qualidade de dados que enriquecem os brasileiros na medida em que se aproximem das informações estatísticas e geográficas de seu país¹⁶⁴.

A permanência de Marcelo Kieling na Comunicação Social durou seis meses, mas deixou mudanças significativas na Casa. Em março de 2017, com o consentimento do ex-presidente Paulo Rabello, ele deslocou para a sua coordenação a gestão das redes sociais e da revista interna, que antes eram integradas ao CDDI (exceto o Twitter). Com isso, convidou para integrar a sua equipe os profissionais que atuavam nessas áreas do CDDI.

Segundo Kieling, o primeiro obstáculo vencido pela nova equipe foi mostrar para Casa que, no mundo digital, a conversa é real, com pessoas reais do outro lado da tela. Nesse contexto, segundo ele, a autenticidade precisava ser o valor-chave da comunicação.

Entre as ações implementadas, está a substituição da revista trimestral *Fala, IBGE*, impressa e produzida pelo CDDI, pela nova publicação mensal *Retratos: a revista do IBGE*, em papel e na versão digital, em PDF, na Agência de Notícias. Essa mudança foi vista pelo Chefe do CDDI, David Wu Tai, como um projeto ousado, frente aos desafios anunciados, e diante do reduzido número de profissionais.

Criar a Agências de Notícias IBGE foi uma decisão da presidência, na gestão Paulo Rabello de Castro. Ao mesmo tempo decidiu-se transformar a revista *Fala, IBGE*, num *house organ* também voltado para fora da Casa, daí surgindo a *Retratos*, que é hoje uma revista com um visual moderno, impecável, sendo muito bem elaborada. (WU TAI, 2017)

A necessidade de se reinventar e adotar novas práticas profissionais é uma exigência da era digital. Com as novas tecnologias da informação e comunicação, as demandas passaram a ser pontuadas pela instantaneidade e interatividade, características da Internet. No cenário dos produtores de informação, o IBGE precisa se manter em primeiro plano, com um processo de comunicação aberto e inclusivo, que fortalece a imagem da Instituição.

[...] o IBGE precisa se manter em primeiro plano, com um processo de comunicação aberto e inclusivo, que fortalece a imagem da instituição.

Agência IBGE Notícias anuncia seus produtos de multimídia no site.



¹⁶⁴ Publicada na Intranet do IBGE, em 31.05.2017.

Com a portaria
de 1999, as
autoridades do
governo passaram
a receber os
resultados
das pesquisas
conjunturais duas
horas antes da
divulgação para o
público em geral.

A portaria de
2003 aumentou
para 24 horas
o tempo de
antecipação para
as autoridades do
governo.

Com a portaria de
2007, o período
de antecipação
para o governo
volta para duas
horas.

Seguem as Portarias sobre as divulgações das pesquisas conjunturais e estruturais

A Portaria n. 164, de 20.12.1999, assinada pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, estabelece os seguintes procedimentos com vistas à divulgação dos resultados de indicadores conjunturais produzidos pelo IBGE:

O Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 87 da Constituição resolve:

Art. 1º- Estabelecer procedimentos com vistas à divulgação dos resultados de indicadores conjunturais produzidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Parágrafo único – Os resultados dos indicadores conjunturais, como os índices de preços do INPC e do IPCA, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a Pesquisa Industrial Mensal (PIM), a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), o índice de custo da construção civil (SINAPI) e o Produto Interno Bruto (PIB Trimestral), no dia da divulgação obedecerão às seguintes etapas:

- a) 7h30 – liberação para as autoridades da lista de precedência;
- b) 9h30 – liberação para a imprensa e disponibilização na Internet (<http://www.ibge.gov.br>) e via fax (21-220-6521); e
- c) 9h30 – horário a partir do qual os técnicos do IBGE estarão disponíveis para prestar esclarecimentos.

Art.2º - A relação das autoridades constantes da lista de precedência será divulgada por intermédio de Nota Oficial da Instituição e disponibilizada na página do IBGE na Internet no endereço: <http://www.ibge.gov.br>.

Art. 3º - As autoridades constantes da lista de precedência deverão observar o mais rigoroso sigilo das informações referentes aos indicadores de que trata esta Portaria, nos termos do disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. (BRASIL, 1999, p. 39)

Na Portaria n. 167, de 05.09.2003, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, passa a receber os resultados das pesquisas conjunturais 24 horas antes da divulgação do público. O horário da divulgação para a imprensa e para a sociedade não foi alterado.

O Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição e considerando o disposto no art. 27, inciso XVII, alínea “c”, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, resolve:

Art. 1º - As informações relativas aos resultados de Indicadores conjunturais produzidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE serão encaminhadas ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão com antecedência de 24h (vinte e quatro horas) ao horário fixado na Portaria 164/MP, de 20 de dezembro de 1999, para divulgação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2003, p. 48)

A Portaria n. 355, de 05.11.2007, assinada pelo então Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva, restabeleceu a antecipação dos resultados para o governo com duas horas de antecedência à divulgação pública:

Estabelece procedimentos para a divulgação dos resultados de indicadores conjunturais produzidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 87 da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º A divulgação dos resultados de indicadores conjunturais produzidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE seguirá as seguintes etapas:

I - às sete horas do dia da divulgação serão encaminhados os resultados, acompanhados de um sumário-executivo elaborado pelo IBGE, para as autoridades da lista de precedência;

II - às nove horas do dia da divulgação serão encaminhados os resultados para os órgãos de imprensa e disseminados na Internet, através do sítio <http://www.ibge.gov.br>.

§ 1º Os técnicos do IBGE estarão disponíveis para prestar esclarecimentos aos usuários sobre os resultados da pesquisa divulgada a partir do encaminhamento de que trata o inciso II do caput.

§ 2º O disposto nesta portaria aplica-se a qualquer indicador conjuntural produzido pelo IBGE, especialmente aos seguintes:

- I - Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC);
 - II - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 - III - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial (IPCA-E);
 - IV - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15);
 - V - Pesquisa Mensal de Emprego (PME);
 - VI - Contas Nacionais Trimestrais;
 - VII - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Brasil (PIM-PF Brasil);
 - VIII - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional (PIM-PF Regional);
 - IX - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário -(PIMES);
 - X - Pesquisa Mensal de Comércio (PMC);
 - XI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI);
 - XII - Conjuntura Agropecuária (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - mensal; Pesquisa Trimestral de Abate de Animais; Pesquisa Trimestral de Leite; Pesquisa Trimestral de Produção de Ovos de Galinha; Pesquisa Trimestral do Couro).
- Art. 2º A relação das autoridades constantes da lista de precedência específica a cada pesquisa de indicadores conjunturais, será divulgada por intermédio de Nota Oficial da Instituição e disseminada no portal do IBGE na Internet, através do sítio <http://www.ibge.gov.br>.
- Art. 3º As autoridades constantes da lista de precedência deverão observar o mais rigoroso sigilo das informações referentes aos indicadores de que trata esta Portaria, nos termos do disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- Art. 4º Revogam-se as Portarias nº 164/MP, de 20 de dezembro de 1999, e nº 167/MP, de 5 de setembro de 2003.
- Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Bernardo Silva (BRASIL, 2007, p. 54)

A portaria n. 15, de 27.01.2005, com a exigência de que as pesquisas estruturais fossem entregues ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão pelo menos 48 horas de antecedência (BRASIL, 2003, p. 102-103):

O Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Interino, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição e considerando o disposto no art.27, inciso XVII, alínea “c”, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, resolve:

Art. 1º Disciplinar os procedimentos a serem observados na divulgação dos resultados de indicadores estruturais produzidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Art. 2º os resultados serão encaminhados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, com antecedência mínima de quarenta e oito horas do horário fixado no art. 3º, inciso 1, desta Portaria.

Art.3º No dia da divulgação dos resultados dos indicadores de que se trata esta Portaria, serão observados:

- I - liberação para a imprensa e disponibilização pela Internet, no endereço (<http://www.ibge.gov.br>), às 10 horas;

A portaria de 2005 atinge as pesquisas estruturais e determina o envio dos resultados, com 48 horas de antecedência, para o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

II - os técnicos do IBGE somente poderão prestar esclarecimentos sobre os resultados dos indicadores estruturais após a liberação e publicação na forma do inciso I.

Art.4º Os servidores que tenham conhecimento prévio dos resultados deverão manter rigoroso sigilo, sob pena de responsabilidade nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nelson Machado

quarta
PARTE

A comunicação do amanhã já começou

Propor utopias para combater a enfermidade do real. Ver gigantes em moinhos arruinados. Amar uma Dulcineia belíssima e especial. Combater o mal, defender os fracos, ler muito, sonhar [...] Eis parte da fórmula quixotesca. Espero não morrer afogado na lucidez de Sancho. Quero um pouco da insanidade sábia do fidalgo. Ser Sancho engorda; ser Quixote transcende.

Leandro Karnal¹⁶⁵

Tecnologias inovadoras – revolucionárias mesmo – têm mudado as relações humanas. Há tempos as pessoas já não mais precisam estar face a face para se verem e se falarem, já não mais precisam enviar cartas para darem notícias pessoais, já não mais precisam ler jornais ou revistas ou estarem diante de um rádio ou uma televisão para se sentirem bem informadas. Hoje com um simples celular – simples, pois são fáceis de operar, a despeito de serem muito potentes –, qualquer um, não importa onde esteja, se põe frente a frente com muitos, ao mesmo tempo, trocando mensagens, bilhetes ou recados, podendo ler jornais e revistas antes mesmo de estarem impressos, podendo trocar fotos, e muitas coisas mais. Acabaram as relações uma a uma, e chegamos ao tempo das pessoas se verem postas no mundo, das pessoas que fazem seu mundo.

Temos o mundo nas mãos, é certo, mas não raro nos iludimos com essa enchente de informações, que recebemos e que replicamos e que até fazemos, e acabamos sabendo pouco ou nada de tudo, e nem sabemos se sabemos o certo, o correto, a melhor versão, sem entrar no mérito se o que nos é passado é a verdade, ou não. Por sinal, falar de verdade, um tema que o tempo atual repõe em pauta, é algo muito delicado: afinal, o que é a verdade? Existe mesmo a verdade? Não seria a verdade sempre restrita a um contexto específico?

Pois, desde sempre, o objetivo das estatísticas é o de desconstruir as individualidades, fazendo-o no âmbito de uma coletividade previamente idealizada. A partir das características estabelecidas desenha-se um coletivo possível, para o qual se poderá alcançar os números

¹⁶⁵ KARNAL, L. Dias de Quixote e dias de Sancho ou Homenagem ao professor Morejón. In: _____. *Diálogo de culturas*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 93.

globais. O ponto focal está nessa coletividade idealizada de modo a dar curso ao processo estatístico, o que é feito no amparo das ciências e das recomendações de organismos internacionais, sem olvidar as vivências passadas. Explicando: a simplificação da realidade é que faz classificar, por exemplo, o sexo em feminino ou masculino, a cor ou raça em branca, preta, amarela, parda, indígena ou sem declaração. Essas informações agregadas compõem o retrato do País e são divulgadas como verdade, como revelação.

A partir dessa coletividade idealizada perguntas são elaboradas, e propostas aos informantes. Para que o processo estatístico prossiga, e respostas coerentes sejam obtidas é preciso que as pessoas aceitem as opções que lhe foram oferecidas previamente na classificação daquele enquadramento, por exemplo, à pergunta sobre cor/raça, ou à pergunta sobre credo/religião, ou sobre sexo etc. E, em não havendo aceitação, as respostas ficam no mínimo duvidosas, se não forem mesmo negadas. Em suma, nesse processo tradicional de produção das estatísticas, as perguntas precedem as respostas, dito de outra forma, há toda uma construção acadêmica, perfeitamente sustentável que constrói uma verdade coletiva.

Em recente matéria jornalista, tratando das estatísticas, o jornal londrino *The Guardian* nos ofereceu um histórico dessa trajetória, algo que bem merece ser aqui reproduzido, por sua clareza, e por sua consciência:

Na segunda metade do século XVII, na esteira de conflitos prolongados e sangrentos, os governantes europeus adotaram uma perspectiva inteiramente nova sobre a tarefa do governo, centrada nas tendências demográficas – abordagem possível pelo nascimento da estatística moderna. Na Antiguidade, os censos eram usados para rastrear o tamanho da população, mas eram caros, trabalhosos e centrados em cidadãos considerados politicamente importantes (proprietários), e não na sociedade como um todo. As estatísticas propiciaram algo completamente diferente, transformando a natureza da política nesse processo.

As estatísticas foram planejadas para dar-nos o conhecimento de uma determinada população na sua totalidade, e não para simplesmente identificar com precisão fontes estrategicamente valiosas de poder e de riqueza. No princípio, isso nem sempre envolvia a produção de números. Na Alemanha, por exemplo (de onde obtemos o termo *Statistik*), o desafio era mapear diferentes costumes, instituições e leis em um império de centenas de micro-estados. O que caracterizava esse conhecimento como estatístico era sua natureza holística: visava a produzir um retrato da nação como um todo. A estatística fazia para as populações o que a cartografia fazia para o território.

Igualmente significativa foi a inspiração das ciências naturais. Graças a mensurações padronizadas e a técnicas matemáticas, o conhecimento estatístico pôde ser apresentado como algo objetivo, de modo muito parecido com o que aconteceu com a astronomia. Demógrafos ingleses pioneiros, como William Petty e John Graunt, adaptaram as técnicas matemáticas para estimar mudanças na população, tarefa para a qual foram contratados por Oliver Cromwell e Charles II.

O surgimento, no final do século XVII, de conselheiros governamentais que reivindicavam autoridade científica, em vez de relevância política ou militar, representa as origens da cultura “especializada” agora tão vilipendiada pelos populistas. Esses indivíduos inovadores não eram nem acadêmicos nem funcionários de governo, mas algo que pairava a meio caminho entre ambos. Eram amadores entusiasmados que ofereciam uma nova maneira de pensar sobre as populações, privilegiando agregações e fatos objetivos. Graças a sua aptidão matemática, acreditaram que poderiam calcular o que, de outra forma, requeria um vasto censo para ser revelado.

Inicialmente, havia apenas um cliente para esse tipo de conhecimento especializado, e a pista está na palavra “estatística”. Somente os estados-nação centralizados tinham a capacidade de coletar dados de grandes populações de forma padronizada, e apenas os Estados tinham alguma necessidade de tais dados em primeiro lugar. Durante a segunda metade do século XVIII, os Estados europeus começaram a coletar estatísticas semelhantes às que nos parecem familiares hoje. De olho nas populações nacionais, os Estados se concentraram em uma série de quantidades: nascimentos, mortes, batismos, casamentos, colheitas, importações, exportações, flutuações de preço. Coisas que teriam sido anteriormente registradas localmente e de diversas formas em nível paroquial foram agregadas em escala nacional.

Para representar esses indicadores, novas técnicas foram desenvolvidas, as quais exploraram tanto a dimensão vertical quanto horizontal da página, apresentando dados em matrizes e tabelas, da mesma forma que os mercadores haviam feito com o desenvolvimento das técnicas padronizadas de contabilidade no século XV. Organizar números em linhas e colunas foi algo que ofereceu uma nova e poderosa maneira de apresentar os atributos de uma determinada sociedade. Questões amplas e complexas agora poderiam ser pesquisadas pela simples varredura dos dados dispostos geometricamente em uma única página.

Essas inovações continham um potencial extraordinário para os governos. Ao reduzir populações diversas a indicadores específicos, apresentando-os em tabelas adequadas, os governos puderam contornar a necessidade de obter um conhecimento mais amplo, detalhado, local e histórico. Naturalmente, vista de uma perspectiva diferente, essa cegueira à variabilidade cultural local é precisamente o que torna as estatísticas pretensiosas e potencialmente afrontosas. Independentemente de uma determinada nação ter, ou não, alguma identidade cultural notória, os estatísticos davam como certa alguma uniformidade ou, poder-se-ia dizer, impunham essa uniformidade.

Nem todos os aspectos de uma dada população podem ser captados pela estatística. Há sempre uma escolha implícita no que entra e no que fica de fora, e essa escolha pode se tornar uma questão política por si só. O fato de o PIB apenas captar o valor do trabalho remunerado, excluindo, portanto, o trabalho tradicionalmente feito pelas mulheres na esfera doméstica, tornou-o alvo da crítica feminista desde a década de 1960. Na França, é ilegal colher dados censitários sobre classificação étnica desde 1978, com base no fato de que tais dados poderiam ser utilizados para fins políticos racistas (o que tem o efeito colateral de tornar muito mais difícil a quantificação do racismo sistêmico no mercado de trabalho).

Apesar dessas críticas, a aspiração de representar uma sociedade em sua inteireza, e de fazê-lo de maneira objetiva, fez com que vários ideais progressistas fossem atrelados às estatísticas. A imagem da estatística como uma ciência desapaixonada, dedicada ao estudo da sociedade, é apenas uma parte da história. A outra parte diz respeito a como poderosos ideais políticos foram investidos dessas técnicas: ideais de “políticas baseadas em evidências”, racionalidade, progresso e nação fundados em fatos, e não em histórias romantizadas. (DAVIES, 2017, p. 2).

Era assim, e ainda é, em grande medida, porque a atividade estatística é dispendiosa, a exigir vultosos recursos e muito poder, o poder do Estado. Só o Estado pode exigir que os indivíduos (sejam pessoas sejam empresas) se abram às instituições especializadas, ao mesmo tempo em que lhes garante limites no uso dessas informações individuais, que só servirá para fins da produção estatística, e nada mais. Ademais, a atividade pressupõe muitos recursos técnicos e tecnológicos, sempre atualizados, o que é dispendioso, implicando aporte volumoso, difícil de ser feito por qualquer em-

presa. Some-se, ainda, um quadro técnico altamente preparado, que deverá ser detentor da melhor formação científica, sempre atualizada, capacitada nas diferentes temáticas a serem mensuradas, e com capacidade de diálogo sócio-político. Há uma óbvia expertise de economistas, de sociólogos, de demógrafos, de estatísticos, e de outras formações.

Mas o mundo mudou e virou de ponta-cabeça. Hoje, há um sem-número de informações individuais circulando livremente, informações de todo tipo. E já não são apenas as clássicas informações existentes nos registros públicos (de natureza administrativa) que seguem os cidadãos vida-à-fora, como o registro de nascimento, de casamento, de falecimento, os registros escolares, os hospitalares, os feitos pelos médicos em seus consultórios, desde que não sujeitos ao juramento profissional, e, conforme as circunstâncias, os policiais, os políticos, e tantos outros. Valendo lembrar que esses registros, de uma forma ou de outra, sempre foram usados para feitura das estatísticas, par a par com os registros estatísticos gerados a partir de pesquisas censitárias ou de pesquisas amostrais.

Há, agora, outros tipos de registros, os que resultado do comércio eletrônico, os que surgem das relações midiáticas, das consultas em pesquisas acadêmicas nas bibliotecas universais etc. Enfim, um mundo em que se discute tudo, inclusive, ou, sobretudo, a verdade. Nada mais é sólido, tudo é discutido e discutível, nada mais é respeitado com deferência. Tudo que conhecíamos anteriormente está sendo provocado, questionado. E nesse turbilhão, as instituições estatísticas se vêm desafiadas à renovação: se, de um lado, não devem e não podem abandonar seus procedimentos clássicos de trabalho, seguindo na geração dos registros estatísticos e na utilização dos registros administrativos, em que as perguntas precedem às respostas, por outro lado, não há como não abraçar esse novo tempo, em que as respostas estão disponíveis, à espera de perguntas.

Esse mundo de inúmeras possibilidades, esquecido pelas instituições estatísticas tradicionais, pouco a pouco vem sendo tomado por muitas outras instituições, pouco ou quase nada especialistas, dele derivando estatísticas em profusão, que mais atrapalham do que esclarecem. Bem a propósito, o dinamarquês Peter Kronstrom, pesquisador e diretor do Copenhagen Institute for Futures Studies na América Latina, em entrevista para o jornalista Jan Niklas, do jornal *O Globo*, afirmou:

O problema é que o futuro de hoje não é mesmo de ontem. Ele muda todo dia. Olhando os últimos dez anos, vemos o surgimento de tecnologias que revolucionaram nosso modo de vida. É preciso imaginar cenários radicalmente diferentes. Estamos vivendo uma mudança de paradigma da sociedade industrial para

a próxima sociedade. Para lidar com essas mudanças, além de um bom plano, é essencial aprender a se adaptar, reinventando-se ao longo do processo, características que o Brasil tem mais do que qualquer outro país do mundo. (KRONSTROM, 2017, p. 2)

Pois esses novos registros, gerando uma grande massa de dados, os ditos *big data*, que, de fato, permitem uma infinidade de caminhos aos negócios, também permitem a renovação da tradicional estatística pública. Não reste dúvida. Ao se valerem desses registros, as instituições estatísticas poderão acelerar seus processos técnicos, poderão substituir ou adicionar temáticas aos seus programas de atividade, sem olvidar que poderão desafogar os informantes, talvez mesmo ganhando em economia de escala, no sentido dos recursos e de tempo. Noutro aspecto, da maior importância, os que as diferenciam das instituições não especialistas, de caráter privado, as instituições de estatísticas oficiais, com sua expertise consolidada, darão maior credibilidade e por certo também legitimidade à utilização desses registros, seja porque têm a tradição de revelarem suas metodologias, seja porque de imediato, após produzirem, divulgam sem restrição.

Nesse sentido, valerá prosseguir na reprodução da matéria trazida no *The Guardian* antes referida, agora tratando desses tempos modernos:

As estatísticas, colhidas e compiladas por especialistas técnicos, estão dando lugar a dados que se acumulam automaticamente, como consequência da *digitalização* irrestrita. Tradicionalmente, os estatísticos sabem quais perguntas querem fazer a respeito de qual população, depois partem para as respostas. Em contraposição, hoje os dados são produzidos automaticamente sempre que usamos um cartão de fidelidade, comentamos no Facebook ou procuramos algo no Google. Como nossas cidades, carros, casas e objetos domésticos estão conectados digitalmente, a quantidade de dados que deixamos como rastro não para de crescer. Neste novo mundo, os dados são captados primeiro e as perguntas de pesquisa vêm depois.

A longo prazo, as implicações disso provavelmente serão tão profundas quanto a invenção da estatística foi no final do século XVII. O surgimento do chamado “*big data*” oferece oportunidades muito maiores de análise quantitativa do que qualquer quantidade de pesquisas ou de modelagem estatística. Mas não é apenas a quantidade de dados que é diferente. Eles representam um tipo de conhecimento completamente diferente, acompanhado de uma nova *expertise*.

Em primeiro lugar, não há escala fixa de análise (como “nação”) nem categorias estabelecidas (como “desempregados”). Estes vastos novos conjuntos de dados podem ser explorados em busca de padrões, tendências, correlações e disposições pessoais emergentes. Tornam-se uma maneira de rastrear as identidades que as pessoas concedem a si mesmas (como “#voto-nostrabalhistas” ou “#empreendedor”), mais do que impor classificações a elas. Trata-se de uma forma de agregação própria de uma era política mais fluida, na

qual nem tudo pode ser confiavelmente remetido a algum ideal iluminista de estado-nação como guardião do interesse público.

Em segundo lugar, a maioria das pessoas está totalmente alheia ao que esses dados dizem sobre elas, seja individualmente, seja coletivamente. Não há um equivalente do Office for National Statistics nos dados (“*big data*”) coletados comercialmente. Vivemos numa época em que nossos sentimentos, identidades e filiações podem ser rastreados e analisados com velocidade e sensibilidade sem precedentes – mas não há nada que ancore essa nova possibilidade no interesse público ou no debate público. Há analistas de dados que trabalham para o Google ou para o Facebook, mas não são “especialistas” como aqueles que geram estatísticas e que agora são tão amplamente condenados. O anonimato e o sigilo sob os quais estão esses novos analistas potencialmente os tornam muito mais poderosos politicamente do que qualquer cientista social.

Uma empresa como o Facebook tem a capacidade de armazenar ciência social quantitativa a respeito de centenas de milhões de pessoas, a um custo muito baixo. Mas tem muito pouco incentivo para revelar os resultados. Em 2014, quando pesquisadores do Facebook publicaram resultados de um estudo de “contágio emocional” que haviam realizado com os próprios usuários – no qual alteraram *feeds* de notícias para ver como isso afetava o conteúdo que os usuários compartilhavam em resposta –, houve protestos indicando que as pessoas estavam sendo usadas sem que soubessem. Então, do ponto de vista do Facebook, por que prosseguir com todo o aborrecimento inerente à publicação dos resultados? Por que não apenas fazer o estudo e ficar quieto? (DAVIES, 2017, tradução nossa¹⁶⁶)

Pois é isso, e bem na linha de Teixeira de Freitas que, embora realçasse os vínculos da atividade estatística brasileira a uma longa tradição passada, não deixava de contrapô-la a uma contínua renovação; é preciso renovar, e o IBGE jamais hesitou em renovar, como este livro bem revela. A propósito, diante da tarefa de renovação da tradicional empresa IBM, sua Diretora Executiva (Chief Executive Officer - CEO), a cientista da computação, a americana Ginni Rometty, declarou “a lição é: não proteja o próprio passado”. (VILICIC, 2017, p. 22). Nessa linha, em entrevista aos autores deste livro, em 29.03.2018, o presidente do IBGE, Roberto Luís Olinto Ramos, mostrou conexão a esse novo tempo, clara percepção do imperativo da Instituição perceber a presença desses registros e vir logo a usá-los, mudando seus cotidianos, com reflexos à sua comunicação.

Estamos vivendo uma revolução de dados, o que vem sendo chamado de “Data Revolution”. Não se sabe ainda muito bem o que isso significa, mas já se percebe que está tratando tanto do armazenamento quanto do processamento de uma gigantesca quantidade de

166 Tradução do servidor do IBGE, Vinícius Duarte Figueira.

dados, tudo a uma velocidade alucinante, e em diferentes formas de operação. Não mais apenas os antigos institutos de estatísticos têm condições de elaborar estatísticas, mas também empresas de consultoria e de análises econômicas. De fato elas, mais e mais se tornam capazes de gerar números e de analisá-los, o que implica um desafio aos institutos de estatística. Sim, estes ficam desafiados a saírem de suas zonas de conforto, e não lhes basta continuar a produzir com o esmero e a qualidade de sempre, precisam mais que isso, precisam, por assim dizer, estar a lutar o tempo todo contra essa “contrainformação”. No mundo, todos os institutos de estatísticos estão discutindo esta situação, que é bastante preocupante. Mais que seguir trabalhando bem, precisam mostrar que o fazem bem, que são melhores, fazendo-se assim mais e mais respeitável, mais críveis. Nesse sentido, uma comunicação de excelência é fundamental, e a criação da Agência IBGE de Notícias foi essencial, de modo a nos dar mais rapidez na divulgação de resultados, mais rapidez e mais eficiência, numa linguagem cada vez mais amigável a diferentes públicos. Desta forma nós fazemos mais transparente, nos distinguimos nesse “mar de informações”, pontilhado de “fake news”, e nos mostramos melhores. Hoje nos alinhamos ao “data journalist”, e nos revelamos em linguagem assimilável, nos colocamos à disposição dos nossos interlocutores, nos abrimos cada vez mais. Desta forma, em lugar de sermos desafiados, nós desafiemos (RAMOS, 2018).

Ao utilizarem esses novos registros, as instituições estatísticas oferecem uma distinta garantia aos cidadãos, qual seja o sigilo, algo que cada vez tem mais valor. As informações em circulação, mesmo as que circulam por vontade das pessoas, nas mídias sociais, estão ficando sem controle, e começam a amedrontar. Mais ainda amedrontam as informações que circulam pelo, por assim dizer, “subterrâneo” das relações midiáticas, por exemplo, no comércio eletrônico, ou mesmo no imperativo das comunicações eletrônicas, digamos na pesquisa acadêmica, entre muitas outras situações. O fato é que não sabemos o que é feito do que dizemos de nós ao nos inscrevemos em um site, o que há em um cadastro sobre nós, sobre como esses cadastros são postos juntos com outros, o que é feito deles. O medo cresce, e as pessoas começam a querer recuperar sua privacidade, o que não é nada fácil de ocorrer. Assim é que no âmbito da União Europeia, diante de uma forte reação em defesa dos indivíduos, buscou-se dar-lhes o melhor da garantia jurídica no sentido da completa propriedade de suas próprias informações, no limite, dando-lhes a absoluta portabilidade das suas informações, de modo a poder carregá-las de um local a outro. Jamais será fácil colocar essa intenção em prática, mas a tentativa de oferecer garantias aos indivíduos bem mostra o grau de preocupação que hoje já permeia as relações humanas, de modo que já é possível imaginar que um dos bens, se não mesmo o maior, mais valioso do futuro será o não ser visto, o não ter sido visto, o estar incógnito, o ser ignorado, o ficar anônimo. Isso nos permite realçar uma característica das instituições estatísticas que têm como princípio basilar de sua atividade a garantia do sigilo às informações individuais obtidas junto aos informantes. Ora, por essa tradicional prática, na medida em que essas instituições se valham desses novos registros, nada mais natural que lhes apliquem sua prática de sigilo, e os cidadãos já habituados com suas rotinas não terão porque duvidar. Pois esse deverá ser sempre um ponto a ser reprisado no esforço de comunicação enquanto falando da qualidade com que essas instituições trabalham, distinguindo-as dos muitos outros produtores não especialistas.

Enfim, ao mudarem seus processos produtivos, também avancem seus processos de comunicação. Como advogado por Teixeira de Freitas, produção e comunicação são faces de uma mesma moeda, e sempre devem ser assim vistas. Pois ao haver avanços na produção, seja com estatísticas mais expeditas, em novas temáticas, fruto da adoção intensa dos registros administrativos, par a par com os registros estatísticos (censitários e amostrais), seja, cada vez mais, pela adoção dos registros midiáticos (as grandes massas de dados), seja com menos tempo na produção e na divulgação, e mais, valendo-se das renovações das tecnologias de comunicação, é preciso, ao mesmo tempo, valer-se de uma linguagem mais universal, buscando atingir a um público sempre mais amplo.

[...] as instituições estatísticas oferecem uma distinta garantia aos cidadãos, qual seja o sigilo, algo que cada vez tem mais valor.

A regulação europeia de proteção de dados

A atividade estatística pressupõe informações individuais. São essas informações que, após sucessivas agregações, se transformam nas estatísticas. E no contexto desse agregado estatístico, as antigas individualizações se transformam em individualidades comparáveis. Um exemplo pode ser esclarecedor: fulano ganha “x reais”, e não tem noção se ganha muito ou pouco, embora possa se sentir feliz ou não, mas ao saber quanto algum conjunto de pessoas ganha, digamos seus vizinhos, seus antigos colegas de turma, e assim por diante, pode então comparar e então saber em que situação se encontra, se está bem ou não num certo coletivo. Aquele fulano deixa para trás sua individualidade, até então isolada, e a recoloca em uma individualidade coletivizada, ou seja, agora ele é parte de um todo, e para a construção desse todo ele contribuiu oferecendo suas informações às instituições estatísticas. Pois essas informações individuais são objeto de rigorosa garantia de sigilo, só valendo para a feitura das estatísticas oficiais. Assim é, e sempre, não importando se a instituição estatística as obtém através de pesquisas censitárias, ou através de pesquisas amostrais, ou se se vale de registros públicos (de natureza administrativa), e em todos os casos a garantia dos indivíduos está na figura do Estado ao qual está vinculada a instituição estatística. Em resumo, o princípio do sigilo é básico e essa segurança é dada aos informantes sob uma rigorosa legislação.

Por outro lado, isso não acontece em muitas instituições midiáticas, de e-comércio, entre outras modernas formas de comunicação eletrônica, que não têm como garantir privacidade aos indivíduos sobre as informações que deles obtém, e os deixa, assim, bastante vulneráveis. Por isso, então, a União Europeia procurou proteger seus cidadãos.

De fato, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (General Data Protection Regulation - GDPR) - Regulamento EU 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de em 27.04.2016, que entrou em vigor em 25.05.2018, possui 99 artigos em 11 capítulos, valendo destacar o Capítulo III Direitos do titular dos dados, onde são avivados os direitos à transparência e à informação, ao acesso, à retificação, à exclusão (dito “direito de ser esquecido”), à retificação, à restrição de processamento, à portabilidade de dados, à objeção, a não estar sujeito a decisões automáticas com efeitos legais ou similares. E para efeito do exercício desses direitos, qualifica como “dados pessoais” qualquer informação relativa a uma pessoa física identifica ou identificável; sendo uma pessoa identificável aquela que pode ser identificada, direta ou indiretamente, principalmente por referência a um identificador, como: nome, número de identificação, dados de localização, identificador online ou a um ou mais fatores específicos à identidade física, psicológica, genética, mental, econômica, cultural ou social.

Desta forma, buscou-se dar aos cidadãos europeus uma completa garantia de preservação de privacidade, mais que isso, de posse absoluta de suas informações, sendo-lhes garantida, caso queiram, de correção, de restrição na utilização, até mesmo de fazer o inteiro apagamento dessas informações, em caráter imediato por parte de quem as detenha, e tudo com forte proteção administrativa, como afirma o Art. 17:

O titular tem o direito de obter do responsável pelo tratamento o apagamento dos seus dados pessoais, sem demora injustificada, e este tem a obrigação de apagar os dados pessoais, sem demora injustificada, quando se aplique um dos seguintes motivos: os dados pessoais deixaram de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento; o titular retira o consentimento em que se baseia o tratamento dos dados e se não existir outro fundamento jurídico para o referido tratamento; o titular opõe-se ao tratamento não existem interesses legítimos prevalecentes que justifiquem o tratamento, ou o titular opõe-se ao tratamento; os dados pessoais foram tratados ilícitamente; os dados pessoais têm de ser apagados para o cumprimento de uma obrigação jurídica decorrente do direito da União ou de um Estado-Membro a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito; os dados pessoais foram recolhidos no contexto da oferta de serviços da sociedade da informação (UNIÃO EUROPEIA, 2016).

E por aí vai. Um passo importante, sem sombra de dúvida, cabendo marcar a diferença das informações individuais, que são manuseadas pelas instituições estatísticas oficiais, versus as informações individuais que circulam nos processos midiáticos, no e-comércio, entre outras formas modernas de comunicação. Vale repetir que, no caso das estatísticas oficiais não há o menor risco de serem reveladas, havendo a garantia dos processos técnicos, sob um rigor absoluto, e com a chancela do Estado Nacional, acima dos governos. Cabendo lembrar que as instituições estatísticas são órgãos de Estado, jamais de governos.

• • • • •

Em tempo: inspirada na lei da União Europeia (General Data Protection Regulation - GDPR), o presidente Michel Temer sancionou, no dia 14 de agosto de 2018, a lei que cria regras de proteção para uso de dados pessoais na internet. De acordo com o texto, as empresas deverão preservar a privacidade das pessoas e as informações coletadas só serão utilizados com consentimento explícito do usuário.

É preciso deixar para trás o tempo em que se falava para pares, embora o IBGE jamais tenha deixado de olhar também para o grande público, como é exemplo candente o Anuário Estatístico. Contudo, a linguagem explicativa dos resultados precisa ganhar clareza crescente, buscando um atingimento de esclarecimento indiscutível. A esse propósito, dois depoimentos são importantes, o primeiro de David Wu Tai, na direção do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, do IBGE (em entrevista aos autores desse livro, em 29.09.2017), e o segundo de Roberto Olinto, presidente do IBGE (em entrevista aos autores desse livro, em 29.03.2018), respectivamente:

O IBGE, embora sempre se esforce nesse sentido, ainda não conseguiu encurtar o tempo de elaboração dos resultados de suas pesquisas. Claro, se olharmos historicamente os tempos que se tomava no passado por certo houve muito avanço, mas ainda há muito por avançar. Noutro ponto, no âmbito da disseminação, conhecemos ainda muito pouco nossos usuários, embora também já tenhamos avançado bastante. As novas tecnologias nos permitem maiores avanços, e já as estamos aplicando, com boas perspectivas. Enfim, seja na produção, seja na disseminação, o IBGE ainda passa pelo desafio de abraçar a questão do *big data*, não há mais como ficar a adiar a solução desta questão tão premente. Mais e mais vêm surgindo produtores de informações exatamente se valendo do *big data*, gerando uma enxurrada de informações que mais confundem do que explicam. Já se o IBGE, com sua *expertise*, usasse essa grande massa de dados, as informações que viesse a produzir seriam informações bastante esclarecedoras, e bem se juntariam àquelas que já produz. O país ganharia bastante (WU TAI, 2017).

O IBGE para além de disseminar, e o fazer bem, em diferentes formas, precisa intensificar sua comunicação, e não apenas os resultados de suas pesquisas, mas também as metodologias de suas pesquisas, ou seja, o como foram gerados os números que produziu. O Instituto deverá a O IBGE para além de disseminar, e o fazer bem, em diferentes formas, precisa intensificar sua comunicação, e não apenas os resultados de suas pesquisas, mas também as metodologias de suas pesquisas, ou seja, o como foram gerados os números que produziu. O Instituto deverá abandonar com dedicação o “estatiquês” e o “geografês”, sem olvidar o “economês”, e outras tantas linguagens herméticas. Precisamos ser didáticos, ser claros, e isso não é ser professoral, longe disso. Não podemos estar a ensinar a jornalistas, mas antes estar a dialogar com eles, a nos dispor a explicar, a repetir, a trocar nossa linguagem pela dele. Comunicar uma mensagem supõe que o emissor entende o receptor, que ele se esforça por entendê-lo, e, ao fim de tudo, o sucesso da transmissão da mensagem será obrigação do emissor. É preciso confrontar informações, pois há um sem-número delas hoje em dia, e é preciso mostrar que as do IBGE são mais precisas, e são mais precisas porque suas metodologias são mais consistentes, aliás, muitas in-

formações feitas por aí não têm suas metodologias reveladas, o que por si só já as põem em dúvida. Pois com a Agência IBGE de Notícias queremos estabelecer esse diálogo com todos, com a cidadania, e, muito em especial com os jornalistas (RAMOS, 2018).

A linguagem refinada e exata, natural do mundo acadêmico, que as instituições estatísticas adotavam, e ainda adotam, precisa ser mais aberta, mais amigável, de modo a atingir mais gente. Dizer que essa linguagem precisa ser mudada não significa torná-la vulgar, no sentido de tirar-lhe o rigor, de forma alguma, mas apenas de fazê-las compreensível a um grande público, o que é sempre possível. Ademais, as instituições estatísticas, que antes podiam se fechar em suas tecnicidades, em suas formas sérias de trabalhar, em suas evidentes credibilidades, precisam baixar a ponte levadiça, pôr suas torres de vigilância a desmonte, enfim, precisam dialogar, de modo a se revelarem, e, desta forma, se distinguirem das multidões dos que produzem sem maiores cuidados.

Comunicar é fazer-se entender por muitos, e não apenas por pares. E ao se abrir nesse diálogo é preciso assimilar críticas, nem sempre bem fundamentadas, mas mesmo assim devendo ser ouvidas e aceitas, e devidamente argumentadas; é preciso reconhecer que sempre poderá haver críticas de bom nível, porquanto não raro olhares externos conseguem ver melhor do que quem está absorto às narrativas; outras vozes ajudam a melhor ver os fatos, outras versões ajudam a entender as possibilidades. Enfim, aprender a dialogar é um exercício de comunicação a ser aprendido, o que é difícil, sem dúvida, mas os acadêmicos precisam sair de suas torres de marfim e se deixarem ensinar pelos especialistas da comunicação, como aceitaram, por exemplo, ao tempo de Luiz Gazzaneo. Essas aulas devem retornar e serem contínuas,

A seu turno, as direções também precisam ser capazes de comunicar, e bem, não podendo manter-se fechadas nas atividades cotidianas. Dirigir na era da comunicação, não é apenas ter domínio do processo técnico, é também saber comunicar. E vale lembrar Teixeira de Freitas que bem circulava pelas duas faces da moeda. Esse aprendizado de comunicação deverá ser diuturno, vindo a aprender a lidar com jornalistas, a bem apreender como dialogar com esses profissionais, algo bem diferente do ambiente acadêmico. De novo, há um aprendizado a ser desenvolvido internamente em matéria de comunicação, de modo que os dirigentes se ponham em prontidão, se fazendo capazes de utilizar bem, com correção, os recursos das mídias sociais. E que todos o façam em harmonia, se tornando capazes de dizer bem o que podem dizer.

Comunicar é
fazer-se entender
por muitos, e não
apenas por pares.

A CCS e os desafios da comunicação do futuro

por Diana Paula de Souza. Coordenadora de
Comunicação do IBGE desde julho de 2017



Diana
Paula
de Souza.

Quando o Coordenador de Comunicação Social anterior, Marcelo Kieling, deixou o cargo em julho de 2017, os produtos mais novos da CCS, a Agência IBGE Notícias e a revista *Retratos*, tinham acabado de ser lançados. Tivemos, desde o primeiro momento, o desafio de consolidar esses dois produtos sem perda de qualidade na atividade de assessoria de imprensa, já bastante alicerçada e bem exercida pelas gestões anteriores.

Era uma equipe nova, com pouco conhecimento dos processos de divulgação de informações, mas imbuída de uma vontade muito grande de fazer um trabalho de excelência. Junto a isso, havia a proposta de utilizar novos formatos de comunicação nas mídias sociais, iniciar uma produção audiovisual direcionada aos produtos da CCS, além de construir e lançar o *Minuto IBGE*. Para o *Minuto IBGE*, nós partimos do zero. Não tínhamos ninguém na equipe que já tivesse trabalhado em rádio. Tivemos que pesquisar muito, fazer diversos testes, até encontrar um formato que consideramos adequado.

Tivemos muitos desafios. Inicialmente, uma certa resistência em relação à revista. Muita gente defendia, mesmo sem conhecer, que a *Retratos* não deveria ser uma revista impressa. Nós acreditávamos no projeto e, com um trabalho bem feito, uma revista bonita, com reportagens bem executadas, conseguimos reverter esse processo e hoje o que se nota é uma aceitação interna bastante ampla.

No caso da Agência, nos faltava a experiência com esse tipo de produto. Lançamos e pensamos: e agora? Ficou cinco dias sem atualização no início. Então, estabelecemos que tínhamos que atualizar em todos os dias úteis, o que vem sendo feito desde então. Ainda temos o desafio de fazer com que as pessoas conheçam a Agência, que a acessem diariamente e tenham conhecimento de todo o trabalho que é executado na instituição.

A meu ver, a Agência ainda está se construindo. Ao contrário da revista, que tinha um projeto bastante coerente antes de ser lançada, a Agência foi criada sem uma proposta tão sólida. Temos o desafio de buscar esse caminho, que é a linguagem da internet, como o conteúdo veiculado pode chegar ao cidadão comum, como fazer com que ela se torne conhecida em veículos de comunicação menores, já que o nosso conteúdo pode ser replicado livremente pelos meios de comunicação. Então, eu vejo a Agência como um produto ainda em construção. Temos, a cada dia, buscado formas de melhorar. Criamos uma *newsletter* semanal, disparada todas as sextas-feiras, e pretendemos iniciar um trabalho direcionado aos veículos de comunicação regionais.

Também tivemos que lidar com o alcance das mídias sociais, com a criação de uma rotina nova de acompanhamento e resposta aos comentários, num cenário de intolerância muito típico desse tipo de produto.

Já o trabalho de assessoria de imprensa, que é nosso velho conhecido, continua sendo um desafio diário, seja na manutenção da qualidade, seja no pronto atendimento das novas demandas. O Censo Agropecuário foi um desafio: como viabilizar a cobertura regional pela imprensa? Nesse sentido, o trabalho das Unidades Estaduais do IBGE foi fundamental.

Criamos o projeto *Minuto IBGE*, que é um programa de rádio, produzido pela CCS com a colaboração do CDDI sem custo adicional para a instituição. É disponibilizado no site da Rede Nacional de Rádio e no satélite da Voz do Brasil para que as rádios do país possam baixar livremente esse conteúdo e veicular nas suas programações. Espera-se, com isso, popularizar ainda mais a produção do IBGE, tornando as informações estatísticas e geocientíficas, muitas vezes áridas para quem não é da área, numa informação mais simples, que possa ser compreendida pelas pessoas comuns. Esperamos chegar aos pontos mais distantes do país. E o primeiro programa, veiculado no dia 28 de maio, falou justamente dos pontos extremos do país. Queremos chegar do Caburaí ao Chuí!

Além disso, estamos documentando as linhas editoriais de todos os produtos da CCS. O Comitê Multidisciplinar de Comunicação Integrada está iniciando a atualização da Política de Comunicação do IBGE, que esperamos entregar ainda este ano.

Quando assumi a coordenação, tive a honra de ser indicada pelo presidente Roberto Olinto para representar o IBGE num fórum sobre comunicação realizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A discussão girou em torno das novas formas de comunicação. Além dos países integrantes da OCDE, foram convidados outros, como o Brasil, a Argentina e a Índia. Eu fui a primeira Coordenadora de Comunicação do IBGE a participar de um evento internacional desse porte. Isso reflete a diretriz adotada pelo presidente Roberto Olinto de investir na comunicação e na internacionalização do IBGE.

E foi muito interessante. Nesse evento, havia as experiências de institutos de estatísticas com departamentos de comunicação bastante desenvolvidos, como é o caso do Eurostat, do Reino Unido e da Holanda. Também participaram professores de universidades europeias e norte-americanas, além de representantes de agências de *fact-checking*.

Uma das coisas mais engrandecedoras nesse evento foi que, na medida em que as coisas eram apresentadas, eu podia perceber que muito daquilo que estava sendo feito em países como a Holanda, nós já vínhamos desenvolvendo de forma muito intuitiva aqui no IBGE. Eu estou falando do uso de vídeos, do uso de imagens, do uso de uma forma mais lúdica de se comunicar nas mídias sociais. Os institutos de estatística estão discutindo como usar a linguagem da mídia social, lúdica e com uma boa dose de humor, preservando, ao mesmo tempo, os princípios fundamentais das estatísticas oficiais.

Para o futuro, esperamos estreitar cada vez mais o diálogo com todas as diretorias e coordenações do IBGE, abrindo espaço para que os projetos da casa possam ser cada vez mais divulgados em nossos meios de comunicação. E isso inclui a ampliação de nossa parceria com os estados na produção de conteúdo. Pretendemos, assim, traduzir para o grande público as informações do IBGE, essenciais para a formulação e implementação de políticas públicas e, conseqüentemente, para se exercer a cidadania, que é a missão do IBGE.

Por fim, cabe notar que a comunicação no IBGE é dividida, ainda hoje, em duas unidades, a Coordenação de Comunicação Social - CCS e o Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, e que ficam em locais (espaços) diferentes. Por certo trabalham em harmonia, não há que negar. A CCS está subordinada diretamente ao Presidente, tendo de certa forma uma concepção de assessoria, não raro de assessoria de imprensa, ao passo que o CDDI é uma unidade gestora com status de diretoria, com inúmeras atividades técnicas, atendendo às diretorias técnicas, inclusive à própria CCS. Se mirarmos os movimentos de diferentes órgãos de comunicação, sobretudo em ambiente privado, essas duas unidades, no mínimo estariam trabalhando num mesmo espaço, talvez sob um mesmo comando, quiçá como uma Diretoria de Comunicação. Nada nesse sentido é pensado no IBGE, sequer cogitado. A CCS não é vista com poderes para, por exemplo, ascender aos técnicos, muito menos aos diretores e lhes dizer que eles precisam se preparar melhor para suas entrevistas, lhes oferecer cursos, lhes apontar problemas nas redações de relatórios, mostrando inadequações nas linguagens. São ainda por demais passivos, em um mundo, ou um tempo, em que a comunicação é tão, ou mais mesmo, essencial que a produção. Não é o caso do IBGE, em que a produção, seus técnicos ainda são soberanos, e a comunicação, seja pela via da CCS (sobretudo) e até mesmo pela via do CDDI (menos, bem menos) é caudatária. Devia ser bem inverso, dado o mundo moderno.

Seja como for, há muito otimismo. Ao menos com os avanços tecnológicos, que são cada vez maiores, estando o IBGE na ponta e se aprontando para o melhor. Depois de entrar na Era da Internet, superando os tempos da intensa divulgação por publicações, entrou com força nas mídias sociais, e, por certo, logo estará fazendo

uso do *big data* (a grande massa de dados) que irá mudar sua forma de produção e, por consequência, sua forma de comunicação. Não irá tardar e estará tratando da inteligência artificial (ou cognitiva). Mas ainda falta uma intensa mudança de mentalidade dos técnicos, e talvez também das direções, embora os discursos estejam afinados com os novos tempos. Falta talvez perceber que não basta ter essa noção do novo, não basta estar com um celular pessoal de última geração, e se valendo do mais moderno computador em suas mesas de trabalho etc., se na hora de explicar um resultado de pesquisa ainda se vale da mesma tabela de Adolph Quetelet (1796-1874) e Ernest Engel (1821-1896) que, mesmo agora, com a riqueza dos infográficos, segue acompanhada do mesmo texto hermético que pouco explica aos muitos que querem explicações detalhadas. É preciso sair do balançar das cabeças para a concretude das mudanças. Que a comunicação se transforme e se modernize para o amanhã.

Sem dúvida alguma, se Teixeira de Freitas aqui estivesse, ele, o idealizador do IBGE, ele que deu início à comunicação no IBGE, como este livro bem mostra, saberia com a maior clareza que teria que mudar sua forma de se comunicar. Sua forma rebuscada e alongada de escrever, por mais clara que fosse, teria que se ajustar aos novos tempos, valendo-se das tecnologias renovadas. E não apenas como um teórico da atividade estatística. Também ao dissertar sobre os resultados, e sobre sua forma de narrar os valores do IBGE, como uma distinta instituição, suas redações teriam que sofrer ajustes, e ele os faria sem receio. Pois ele, que ao seu tempo soube ouvir os jornalistas que contratou, saberia com a maior humildade, e até gosto, pois gostava de aprender, ouvir os agora comunicadores, e lhes seguiria os conselhos. Ajustaria seu estilo em favor do IBGE, e da grandeza do Brasil.

referências

Introdução

CARVALHO, J. M. de. *O pecado original da República: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017. 294 p.

EDUCAÇÃO e saúde: comunicados do órgão central de estatística do Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro: IBGE, 1942. 511 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13984.pdf>>. Acesso em: jun. 2018.

KARNAL, L. *Diálogo de culturas*. São Paulo: Contexto, 2017. 192 p.

SENRA, N. de C. (Org.). *Teixeira de Freitas e a criação do IBGE: correspondência de um homem singular e plural*. Prefácio de Leandro Garcia Rodrigues. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 536 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=296970>>. Acesso em: jun. 2018.

_____. *Tradição e renovação: uma síntese da história do IBGE*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=299005>>. Acesso em: jun. 2018.

Prólogo

CASTRO, P. R. de. Compromisso de mudar. *Fala*, IBGE, Rio de Janeiro: IBGE, n. 14, p. 18-21, maio/set. 2016. Entrevista ao jornalista Mario Grabois. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7295>>. Acesso em: jun. 2018.

_____. Editorial. *Retratos: a revista do IBGE*, Rio de Janeiro: IBGE, n. 1, p. 3, jun. 2017b. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72929>>. Acesso em: jun. 2018.

_____. Não houve erro, o mercado está neurótico. *Valor Econômico*, São Paulo, 24 maio 2017a. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4978768/nao-houve-erro-o-mercado-esta-neurotico>>. Acesso em: jun. 2018.

HOMENAGEM a Waldemar Lopes. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 114, p. 213-219, abr./jun. 1968. p. 215.

SENRA, N. de C. *Tradição e renovação: uma síntese da história do IBGE*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=299005>>. Acesso em: jun. 2018.

_____. (Org.). *Embaixador Macedo Soares, um príncipe da conciliação: recordando o 1º presidente do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 330 p. (Documentos para Disseminação. Memória Institucional, n. 12). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=238831>>. Acesso em: jun. 2018.

_____. (Org.). *O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 432 p. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 13). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=238889>>. Acesso em: jun. 2018.

_____. (Org.). *Teixeira de Freitas e a criação do IBGE: correspondência de um homem singular e plural*. Prefácio de Leandro Garcia Rodrigues. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 536 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=296970>>. Acesso em: jun. 2018.

Primeira parte

APRESENTAÇÃO. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1-2, p. 1-2, jan./jun. 1948. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7180>>. Acesso em: abr. 2018.

BACHA, E. Apresentação. *Indicadores IBGE*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 11, p. 2, nov. 1985. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7142>>. Acesso em: abr. 2018.

BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano IV, n. 202, p. 3-4, 25 maio 1956a.

_____. Rio de Janeiro: IBGE, ano V, n. 219, p. 2, 22 set. 1956b.

_____. Rio de Janeiro: IBGE, ano IX, n. 456, p. 7, 31 mer. 1961.

_____. Rio de Janeiro: IBGE, ano XIV, n. 705, p. 8, 07 jan. 1966.

_____. Rio de Janeiro: IBGE, ano XXI, n. 328, n. 1092, p. 1, 13.07.1973.

BORBA, E. Um perfil de Renato Pacheco Americano [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <ncsenra@gmail.com> em 10 ago. 2017.

CÂMARA, L. *Exame crítico da estatística brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE: Conselho Nacional de Estatística - CNE, 1951. 89 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99763.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

CAMARGO, A. de P. R. Conhecendo os dissidentes: os dados não estruturados no ENDEF e a configuração da pobreza no Brasil. In: SENRA, N. de C. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v. 4: estatísticas formalizadas (c1972-2002), cap. 6, p. 168-212. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=231573>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. A revista brasileira de geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Ciência - SBHC, v. 2, n. 1, p. 23-39, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.sbh.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=9>. Acesso em: abr. 2018.

CAVALCANTI, T. B. *Relatório da comissão (criada pelo Decreto n. 30.399, de 16 de janeiro de 1952), e destinada a examinar a situação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sob o ponto de vista técnico e técnico-administrativo*. Em 17 de março de 1952.

OS CINCO últimos septênios da evolução estatística brasileira. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 15, p. 515-530, jul./set. 1943. De ontem e de hoje. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: abr. 2018.

COELHO, D. P. *A questão do Conselho Nacional de Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952. 44 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82591.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Brasil). Resolução n. 12, de 30 de dezembro de 1936. Provê a publicação anual dos resultados gerais da estatística brasileira e à constituição de um fundo especial para a criação das oficinas gráficas do Instituto. *Resoluções da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, Tomo I, n. 1-27, 1937a. Sessão inaugural 15 a 31.12.1936.

_____. Resolução n. 38, de 14 de março de 1938. Dispõe sobre a montagem das Oficinas de Gráficas previstas na Cláusula XXV da Convenção Nacional de Estatística. *Resoluções aprovadas pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, 1939. p. 28. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=71723>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Resolução n. 40, de 14 de julho de 1937. Dispõe sobre o alargamento das atividades divulgadoras das repartições de estatística. *Resoluções da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística*, Salvador: Instituto Nacional de Estatística do Estado da Bahia, Tomo II, n. 28-66, p. 21, 1938a. Sessão ordinária de 01 a 17.07.1937.

_____. Resolução n. 66, de 17 de julho de 1937. Dispõe sobre o recurso ao rádio para maior divulgação dos dados coligidos, acerca da realidade brasileira, pelas repartições de estatística da República. *Resoluções da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística*, Salvador: Instituto Nacional de Estatística do Estado da Bahia, Tomo II, n. 28-66, p. 136, 1938b. Sessão ordinária de 01 a 17.07.1937.

_____. Resolução n. 70, de 9 de junho de 1939. Autoriza a aquisição de um conjunto de máquinas “monotipo” para as oficinas do Serviço Gráfico do Instituto. *Resoluções da Junta Executiva Central*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 61-84, p. 26, 1940. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=71723>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Resolução n. 72, de 18 de julho de 1938. Formula um voto de louvor e agradecimento à imprensa carioca. *Resoluções da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, Tomo III, n. 67-110, p. 12, 1939a. Segunda sessão ordinária de 1938.

_____. Resolução n. 82, de 18 de julho de 1938. Adota o esperanto, como língua auxiliar, nas atividades e publicações do Instituto. *Resoluções da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, Tomo III, n. 67-110, 1939b. Segunda sessão ordinária de 1938.

_____. Resolução n. 128, de 19 de julho de 1939. Manda incluir o estudo do esperanto, como idioma auxiliar da estatística brasileira, no programa do curso anual de aperfeiçoamento mantido pelo Instituto. *Resoluções da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, Tomo IV, n. 111-162, 1939c. Terceira sessão ordinária 1939.

_____. Resolução n. 298, de 29 de outubro de 1947. Dispõe sobre a ampliação e a remodelação do Serviço Gráfico do Instituto. *Resoluções da Junta Executiva Central*, Rio de Janeiro: IBGE, ano 1947, v. XI, p. 97-98, 1948. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=71723>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Resolução n. 494, de 20 de junho de 1957. Dispõe sobre a Enciclopédia dos municípios. *Resoluções da Assembleia Geral*. Rio de Janeiro: IBGE, n. 488-506, p. 9. 1958. XVII Sessão ordinária 1957.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 15 jun. 1901. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_01>. Acesso em: abr. 2018.

EDISON Cattete Reis, um grande jornalista. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Primeira página*. São Paulo: ABI, 22 set. 2011.

EDUCAÇÃO e saúde: comunicados do órgão central de estatística do Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro: IBGE, 1942. 511 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13984.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 1 DVD. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100547>>. Acesso em: abr. 2017.

AS FAVELAS do Distrito Federal. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 55, p. 250-278, jul./set. 1953. Estudos e sugestões. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: abr. 2018.

FONSECA, S. M. A educação, com ajuda da imprensa, (pós)graduou a atividade estatística. In: SENRA, N. de C. (Coord.). *Organizando a coordenação nacional: estatística, educação e ação pública na Era Vargas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. p. 321-336. (Estudos e análises. Documentação e disseminação de informações, n. 3). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=288029>>. Acesso em: abr. 2018.

FREITAS, M. A. T. de. Carta 50 (datilografada) de Teixeira de Freitas ao redator d'A Manhã, em 09 de junho de 1948. In: SENRA, N. de C. (Org.). *Teixeira de Freitas e a criação do IBGE: correspondência de um homem singular e plural*. Prefácio de Leandro Garcia Rodrigues. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 1 DVD. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=297079>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Consequências desastrosas da atual crise do IBGE: afirmações parciais e apressadas. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1952a. Primeira seção, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_03&PagFis=14255&Pesq=ferrete%20com%20que%20se>. Acesso em: abr. 2018.

_____. *Em defesa das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952b. 65 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81257.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

GIL, N. de L. *Revista Brasileira de Estatística e a estruturação do campo estatístico*. In: _____. *A dimensão da educação nacional: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira*. 2007. 406 f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 401- 409.

UM GRANDE brasileiro: idealismo e ação: devotamento e espírito público, pertinácia e trabalho: M. A. Teixeira de Freitas: in memoriam. Recife: Livros de Amigos, 1999. 87 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6530.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

GUIMARÃES, A. P. Subsídios para a reformulação do sistema estatístico brasileiro. In: COMISSÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO (Brasil). *Relatório final*. Rio de Janeiro: IBGE, 1962.

HOMENAGEM a Waldemar Lopes. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 114, p. 213-219, abr./jun. 1968. Discurso em que Waldemar Lopes agradeceu a homenagem prestada pelo IBGE, ao dar seu nome à sua biblioteca, quando de sua aposentadoria. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: abr. 2018.

IBGE. *Relatório sobre a escola de artes gráficas*. Rio de Janeiro, 1970. 68 p. Relatório elaborado por Renato Pacheco Americano, superintendente do Serviço Gráfico - Sergraf. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7189>>. Acesso em: abr. 2018.

IBGE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro: IBGE, ano 1, n. 1, p. 1-16, 1968. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=733>>. Acesso em: abr. 2018.

LOPES, V. F. *Veredas*. 2. ed. rev. e ampl. Teresópolis: Verbete, 2005.

LOPES, W. O primeiro presidente do IBGE. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 113, p. 5-10, jan./mar. 1968. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Razões dos demissionários. In: _____. *A crise do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952a. v. 1. 42 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=280665>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Refutação ao folheto “a questão do Conselho Nacional de Estatística”, de autoria do Presidente do Instituto, General Djalma Polli Coelho. In: _____. *A crise do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952b. v. 2. 135 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=280665>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Ruben Gueiros, o São João Batista da mística ibgeana. In: _____. *Prosa variada de ontem e de hoje*. Recife: Comunigraf, 2006. v. 2: Laudas de louvação. p. 170-175.

À MEMÓRIA de Renato Americano. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 56, p. 379-384, out./dez. 1953. Resenha. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: abr. 2018.

MONTENEGRO, T. H. *Observações e sugestões para a reformulação do sistema estatístico brasileiro e a reorientação das suas atividades*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1964. 67 p. (Estudos sobre a reorganização do Conselho Nacional de Estatística, 3). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81765.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

PEREIRA, S. N. Na boca do sertão ou integrada ao ecúmeno? militares, estatísticos, geógrafos e a localização da nova capital. In: SENRA, N. de C. (Org.). *Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 51-74. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv44769.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

REUNIÕES internacionais de estatística. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, n. 62, p. 125-143, abr./jun. 1955. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: abr. 2018.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1, p. 3-144, jan. 1939. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: abr. 2018.

SCHEID, G. [Depoimento]. Entrevistadores: Roberto Schmidt de Almeida e Francisco José Queiroz Feire. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 31 p. (180 min). Entrevista concedida à Memória Institucional do IBGE em 14 e 22.11.2001.

SENRA, N. de C. *A estatística brasileira e o esperanto: uma história centenária: 1907-2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 161 p. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 10). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemoriaInstitucional/10-A%20Estatistica%20Brasileira%20e%20o%20Esperanto.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Estatísticas organizadas (1936-1972). Prefácio por Angela de Castro Gomes. In: _____. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008a. v. 3. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=231573>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. (Org.). *O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008b. 432 p. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 13). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv38889.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. (Org.). *Teixeira de Freitas e a criação do IBGE: correspondência de um homem singular e plural*. Prefácio de Leandro Garcia Rodrigues. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 536 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv96970.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

SENRA, N. de C.; FONSECA, S. M.; MILLIONS, T. C. (Org.). *O desafio de retratar o país: entrevistas com os presidentes do IBGE no período de 1985 a 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 479 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97302.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

SÍMBOLO do serviço gráfico: IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

SOARES, J. C. de M. Apresentação. *Boletim Estatístico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1-2, p. 3-6, jan./jun. 1943. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=730>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Apresentação. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1, p. 3-

6, jan. 1939. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Apresentação. In: *EDUCAÇÃO e saúde: comunicados do órgão central de estatística do Ministério da Educação e Saúde*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942. p. XV-XV. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13984.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Prefácio. *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional de

Estatística - INE, ano 2, p. VII-X. 1936. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720>>. Acesso em: abr. 2018.

Segunda parte

APRESENTAÇÃO. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1-2, p. 1-2, jan./jun. 1948. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7180>>. Acesso em: abr. 2018.

BACHA, E. Apresentação. *Indicadores IBGE*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 11, p. 2, nov. 1985. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7142>>. Acesso em: abr. 2018.

BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano IV, n. 202, p. 3-4, 25 maio 1956a.

BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano V, n. 219, p. 2, 22 set. 1956b.

BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano IX, n. 456, p. 7, 31 mer. 1961.

BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano XIV, n. 705, p. 8, 07 jan. 1966.

BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano XXI, n. 328, n. 1092, p. 1, 13.07.1973.

BORBA, E. *Um perfil de Renato Pacheco Americano* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <ncsenra@gmail.com> em 10 ago. 2017.

CÂMARA, L. *Exame crítico da estatística brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE: Conselho Nacional de Estatística - CNE, 1951. 89 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99763.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

CAMARGO, A. de P. R. Conhecendo os dissidentes: os dados não estruturados no ENDEF e a configuração da pobreza no Brasil. In: SENRA, N. de C. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v. 4: estatísticas formalizadas (c1972-2002), cap. 6, p. 168-212. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=231573>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. A revista brasileira de geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Ciência - SBHC, v. 2, n. 1, p. 23-39, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.sbhc.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=9>. Acesso em: abr. 2018.

CAVALCANTI, T. B. *Relatório da comissão (criada pelo Decreto n. 30.399, de 16 de janeiro de 1952), e destinada a examinar a situação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sob o ponto de vista técnico e técnico-administrativo*. Em 17 de março de 1952.

OS CINCO últimos septênios da evolução estatística brasileira. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 15, p. 515-530, jul./set. 1943. De ontem e de hoje. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: abr. 2018.

COELHO, D. P. A *questão do Conselho Nacional de Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952. 44 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82591.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Brasil). Resolução n. 12, de 30 de dezembro de 1936. Provê a publicação anual dos resultados gerais da estatística brasileira e à constituição de um fundo especial para a criação das oficinas gráficas do Instituto. *Resoluções da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, Tomo I, n. 1-27, 1937a. Sessão inaugural 15 a 31.12.1936.

_____. Resolução n. 38, de 14 de março de 1938. Dispõe sobre a montagem das Oficinas de Gráficas previstas na Cláusula XXV da Convenção Nacional de Estatística. *Resoluções aprovadas pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, 1939. p. 28. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=71723>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Resolução n. 40, de 14 de julho de 1937. Dispõe sobre o alargamento das atividades divulgadoras das repartições de estatística. *Resoluções da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística*, Salvador: Instituto Nacional de Estatística do Estado da Bahia, Tomo II, n. 28-66, p. 21, 1938a. Sessão ordinária de 01 a 17.07.1937.

_____. Resolução n. 66, de 17 de julho de 1937. Dispõe sobre o recurso ao rádio para maior divulgação dos dados coligidos, acerca da realidade brasileira, pelas repartições de estatística da República. *Resoluções da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística*, Salvador: Instituto Nacional de Estatística do Estado da Bahia, Tomo II, n. 28-66, p. 136, 1938b. Sessão ordinária de 01 a 17.07.1937.

_____. Resolução n. 70, de 9 de junho de 1939. Autoriza a aquisição de um conjunto de máquinas “monotipo” para as oficinas do Serviço Gráfico do Instituto. *Resoluções da Junta Executiva Central*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 61-84, p. 26, 1940. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=71723>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Resolução n. 72, de 18 de julho de 1938. Formula um voto de louvor e agradecimento à imprensa carioca. *Resoluções da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, Tomo III, n. 67-110, p. 12, 1939a. Segunda sessão ordinária de 1938.

_____. Resolução n. 82, de 18 de julho de 1938. Adota o esperanto, como língua auxiliar, nas atividades e publicações do Instituto. *Resoluções da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, Tomo III, n. 67-110, 1939b. Segunda sessão ordinária de 1938.

_____. Resolução n. 128, de 19 de julho de 1939. Manda incluir o estudo do esperanto, como idioma auxiliar da estatística brasileira, no programa do curso anual de aperfeiçoamento mantido pelo Instituto. *Resoluções da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, Tomo IV, n. 111-162, 1939c. Terceira sessão ordinária 1939.

_____. Resolução n. 298, de 29 de outubro de 1947. Dispõe sobre a ampliação e a remodelação do Serviço Gráfico do Instituto. *Resoluções da Junta Executiva Central*, Rio de Janeiro: IBGE, ano 1947, v. XI, p. 97-98, 1948. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=71723>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Resolução n. 494, de 20 de junho de 1957. Dispõe sobre a Enciclopédia dos municípios. *Resoluções da Assembleia Geral*. Rio de Janeiro: IBGE, n. 488-506, p. 9. 1958. XVII Sessão ordinária 1957.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 15 jun. 1901. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_01>. Acesso em: abr. 2018.

EDISON Cattete Reis, um grande jornalista. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Primeira página*. São Paulo: ABI, 22 set. 2011.

EDUCAÇÃO e saúde: comunicados do órgão central de estatística do Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro: IBGE, 1942. 511 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13984.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 1 DVD. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100547>>. Acesso em: abr. 2017.

AS FAVELAS do Distrito Federal. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 55, p. 250-278, jul./set. 1953. Estudos e sugestões. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: abr. 2018.

FONSECA, S. M. A educação, com ajuda da imprensa, (pós)graduou a atividade estatística. In: SENRA, N. de C. (Coord.). *Organizando a coordenação nacional: estatística, educação e ação pública na Era Vargas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. p. 321-336. (Estudos e análises. Documentação e disseminação de informações, n. 3). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=288029>>. Acesso em: abr. 2018.

FREITAS, M. A. T. de. Carta 50 (datilografada) de Teixeira de Freitas ao redator d'A Manhã, em 09 de junho de 1948. In: SENRA, N. de C. (Org.). *Teixeira de Freitas e a criação do IBGE: correspondência de um homem singular e plural*. Prefácio de Leandro Garcia Rodrigues. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 1 DVD. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=297079>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Consequências desastrosas da atual crise do IBGE: afirmações parciais e apressadas. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1952a. Primeira seção, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_03&PagFis=14255&Pesq=ferrete%20com%20que%20se>. Acesso em: abr. 2018.

_____. *Em defesa das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952b. 65 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81257.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

GIL, N. de L. Revista Brasileira de Estatística e a estruturação do campo estatístico. In: _____. *A dimensão da educação nacional: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira*. 2007. 406 f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 401- 409.

UM GRANDE brasileiro: idealismo e ação: devotamento e espírito público, pertinácia e trabalho: M. A. Teixeira de Freitas: in memoriam. Recife: Livros de Amigos, 1999. 87 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6530.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

GUIMARÃES, A. P. Subsídios para a reformulação do sistema estatístico brasileiro. In: COMISSÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO (Brasil). *Relatório final*. Rio de Janeiro: IBGE, 1962.

HOMENAGEM a Waldemar Lopes. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 114, p. 213-219, abr./jun. 1968. Discurso em que Waldemar Lopes agradeceu a homenagem prestada pelo IBGE, ao dar seu nome à sua biblioteca, quando de sua aposentadoria. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: abr. 2018.

IBGE. *Relatório sobre a escola de artes gráficas*. Rio de Janeiro, 1970. 68 p. Relatório elaborado por Renato Pacheco Americano, superintendente do Serviço Gráfico - Sergraf. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7189>>. Acesso em: abr. 2018.

IBGE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro: IBGE, ano 1, n. 1, p. 1-16, 1968. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=733>>. Acesso em: abr. 2018.

LOPES, V. F. *Veredas*. 2. ed. rev. e ampl. Teresópolis: Verbetes, 2005.

LOPES, W. O primeiro presidente do IBGE. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 113, p. 5-10, jan./mar. 1968. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Razões dos demissionários. In: _____. *A crise do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952a. v. 1. 42 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=280665>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Refutação ao folheto “a questão do Conselho Nacional de Estatística”, de autoria do Presidente do Instituto, General Djalma Polli Coelho. In: _____. *A crise do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952b. v. 2. 135 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=280665>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Ruben Gueiros, o São João Batista da mística ibgeana. In: _____. *Prosa variada de ontem e de hoje*. Recife: Comunigraf, 2006. v. 2: Laudas de louvação. p. 170-175.

À MEMÓRIA de Renato Americano. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 56, p. 379-384, out./dez. 1953. Resenha. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: abr. 2018.

MONTENEGRO, T. H. *Observações e sugestões para a reformulação do sistema estatístico brasileiro e a reorientação das suas atividades*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1964. 67 p. (Estudos sobre a reorganização do Conselho Nacional de Estatística, 3). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81765.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

PEREIRA, S. N. Na boca do sertão ou integrada ao ecúmeno? militares, estatísticos, geógrafos e a localização da nova capital. In: SENRA, N. de C. (Org.). *Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 51-74. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv44769.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

REUNIÕES internacionais de estatística. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, n. 62, p. 125-143, abr./jun. 1955. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: abr. 2018.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1, p. 3-144, jan. 1939. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: abr. 2018.

SCHEID, G. [Depoimento]. Entrevistadores: Roberto Schmidt de Almeida e Francisco José Queiroz Feire. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 31 p. (180 min). Entrevista concedida à Memória Institucional do IBGE em 14 e 22.11.2001.

SENRA, N. de C. *A estatística brasileira e o esperanto: uma história centenária: 1907-2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 161 p. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 10). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemoriaInstitucional/10-A%20Estatistica%20Brasileira%20e%20o%20Esperanto.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Estatísticas organizadas (1936-1972). Prefácio por Angela de Castro Gomes. In: _____. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008a. v. 3. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=231573>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. (Org.). *O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008b. 432 p. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 13). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv38889.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. (Org.). *Teixeira de Freitas e a criação do IBGE: correspondência de um homem singular e plural*. Prefácio de Leandro Garcia Rodrigues. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 536 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv96970.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

SENRA, N. de C.; FONSECA, S. M.; MILLIONS, T. C. (Org.). *O desafio de retratar o país: entrevistas com os presidentes do IBGE no período de 1985 a 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 479 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97302.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

SÍMBOLO do serviço gráfico: IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

SOARES, J. C. de M. Apresentação. *Boletim Estatístico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1-2, p. 3-6, jan./jun. 1943. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=730>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Apresentação. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1, p. 3-

6, jan. 1939. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Apresentação. In: EDUCAÇÃO e saúde: comunicados do órgão central de estatística do Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro: IBGE, 1942. p. XV-XV. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13984.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Prefácio. *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estatística - INE, ano 2, p. VII-X. 1936. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720>>. Acesso em: abr. 2018.

Terceira parte

APRESENTAÇÃO. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1-2, p. 1-2, jan./jun. 1948. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7180>>. Acesso em: abr. 2018.

BACHA, E. Apresentação. *Indicadores IBGE*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 11, p. 2, nov. 1985. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7142>>. Acesso em: abr. 2018.

BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano IV, n. 202, p. 3-4, 25 maio 1956a.

BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano V, n. 219, p. 2, 22 set. 1956b.

BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano IX, n. 456, p. 7, 31 mer. 1961.

BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano XIV, n. 705, p. 8, 07 jan. 1966.

BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano XXI, n. 328, n. 1092, p. 1, 13.07.1973.

BORBA, E. *Um perfil de Renato Pacheco Americano* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <ncsenra@gmail.com> em 10 ago. 2017.

CÂMARA, L. *Exame crítico da estatística brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE: Conselho Nacional de Estatística - CNE, 1951. 89 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99763.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

CAMARGO, A. de P. R. Conhecendo os dissidentes: os dados não estruturados no ENDEF e a configuração da pobreza no Brasil. In: SENRA, N. de C. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v. 4: estatísticas formalizadas (c1972-2002), cap. 6, p. 168-212. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=231573>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. A revista brasileira de geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Ciência - SBHC, v. 2, n. 1, p. 23-39, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.sbhc.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=9>. Acesso em: abr. 2018.

CAVALCANTI, T. B. *Relatório da comissão (criada pelo Decreto n. 30.399, de 16 de janeiro de 1952), e destinada a examinar a situação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sob o ponto de vista técnico e técnico-administrativo*. Em 17 de março de 1952.

OS CINCO últimos septênios da evolução estatística brasileira. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 15, p. 515-530, jul./set. 1943. De ontem e de hoje. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=71111>>. Acesso em: abr. 2018.

COELHO, D. P. *A questão do Conselho Nacional de Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952. 44 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82591.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Brasil). Resolução n. 12, de 30 de dezembro de 1936. Provê a publicação anual dos resultados gerais da estatística brasileira e à constituição de um fundo especial para a criação das oficinas gráficas do Instituto. *Resoluções da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, Tomo I, n. 1-27, 1937a. Sessão inaugural 15 a 31.12.1936.

_____. Resolução n. 38, de 14 de março de 1938. Dispõe sobre a montagem das Oficinas de Gráficas previstas na Cláusula XXV da Convenção Nacional de Estatística. *Resoluções aprovadas pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, 1939. p. 28. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=71723>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Resolução n. 40, de 14 de julho de 1937. Dispõe sobre o alargamento das atividades divulgadoras das repartições de estatística. *Resoluções da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística*, Salvador: Instituto Nacional de Estatística do Estado da Bahia, Tomo II, n. 28-66, p. 21, 1938a. Sessão ordinária de 01 a 17.07.1937.

_____. Resolução n. 66, de 17 de julho de 1937. Dispõe sobre o recurso ao rádio para maior divulgação dos dados coligidos, acerca da realidade brasileira, pelas repartições de estatística da República. *Resoluções da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística*, Salvador: Instituto Nacional de Estatística do Estado da Bahia, Tomo II, n. 28-66, p. 136, 1938b. Sessão ordinária de 01 a 17.07.1937.

_____. Resolução n. 70, de 9 de junho de 1939. Autoriza a aquisição de um conjunto de máquinas "monotipo" para as oficinas do Serviço Gráfico do Instituto. *Resoluções da Junta Executiva Central*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 61-84, p. 26, 1940. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=71723>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Resolução n. 72, de 18 de julho de 1938. Formula um voto de louvor e agradecimento à imprensa carioca. *Resoluções da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, Tomo III, n. 67-110, p. 12, 1939a. Segunda sessão ordinária de 1938.

_____. Resolução n. 82, de 18 de julho de 1938. Adota o esperanto, como língua auxiliar, nas atividades e publicações do Instituto. *Resoluções da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, Tomo III, n. 67-110, 1939b. Segunda sessão ordinária de 1938.

_____. Resolução n. 128, de 19 de julho de 1939. Manda incluir o estudo do esperanto, como idioma auxiliar da estatística brasileira, no programa do curso anual de aperfeiçoamento mantido pelo Instituto. *Resoluções da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, Tomo IV, n. 111-162, 1939c. Terceira sessão ordinária 1939.

_____. Resolução n. 298, de 29 de outubro de 1947. Dispõe sobre a ampliação e a remodelação do Serviço Gráfico do Instituto. *Resoluções da Junta Executiva Central*, Rio de Janeiro: IBGE, ano 1947, v. XI, p. 97-98, 1948. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=71723>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Resolução n. 494, de 20 de junho de 1957. Dispõe sobre a Enciclopédia dos municípios. *Resoluções da Assembleia Geral*. Rio de Janeiro: IBGE, n. 488-506, p. 9. 1958. XVII Sessão ordinária 1957.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 15 jun. 1901. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_01>. Acesso em: abr. 2018.

EDISON Cattete Reis, um grande jornalista. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Primeira página*. São Paulo: ABI, 22 set. 2011.

EDUCAÇÃO e saúde: comunicados do órgão central de estatística do Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro: IBGE, 1942. 511 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13984.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 1 DVD. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100547>>. Acesso em: abr. 2017.

AS FAVELAS do Distrito Federal. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 55, p. 250-278, jul./set. 1953. Estudos e sugestões. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: abr. 2018.

FONSECA, S. M. A educação, com ajuda da imprensa, (pós)graduou a atividade estatística. In: SENRA, N. de C. (Coord.). *Organizando a coordenação nacional: estatística, educação e ação pública na Era Vargas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. p. 321-336. (Estudos e análises. Documentação e disseminação de informações, n. 3). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=288029>>. Acesso em: abr. 2018.

FREITAS, M. A. T. de. Carta 50 (datilografada) de Teixeira de Freitas ao redator d'A Manhã, em 09 de junho de 1948. In: SENRA, N. de C. (Org.). *Teixeira de Freitas e a criação do IBGE: correspondência de um homem singular e plural*. Prefácio de Leandro Garcia Rodrigues. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 1 DVD. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=297079>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Consequências desastrosas da atual crise do IBGE: afirmações parciais e apressadas. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1952a. Primeira seção, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_03&PagFis=14255&Pesq=ferrete%20com%20que%20se>. Acesso em: abr. 2018.

_____. *Em defesa das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952b. 65 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81257.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

GIL, N. de L. Revista Brasileira de Estatística e a estruturação do campo estatístico. In: _____. *A dimensão da educação nacional: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira*. 2007. 406 f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 401- 409.

UM GRANDE brasileiro: idealismo e ação: devotamento e espírito público, pertinácia e trabalho: M. A. Teixeira de Freitas: in memoriam. Recife: Livros de Amigos, 1999. 87 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6530.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

GUIMARÃES, A. P. Subsídios para a reformulação do sistema estatístico brasileiro. In: COMISSÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO (Brasil). *Relatório final*. Rio de Janeiro: IBGE, 1962.

HOMENAGEM a Waldemar Lopes. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 114, p. 213-219, abr./jun. 1968. Discurso em que Waldemar Lopes agradeceu a homenagem prestada pelo IBGE, ao dar seu nome à sua biblioteca, quando de sua aposentadoria. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: abr. 2018.

IBGE. *Relatório sobre a escola de artes gráficas*. Rio de Janeiro, 1970. 68 p. Relatório elaborado por Renato Pacheco Americano, superintendente do Serviço Gráfico - Sergraf. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7189>>. Acesso em: abr. 2018.

IBGE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro: IBGE, ano 1, n. 1, p. 1-16, 1968. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=733>>. Acesso em: abr. 2018.

LOPES, V. F. *Veredas*. 2. ed. rev. e ampl. Teresópolis: Verbetes, 2005.

LOPES, W. O primeiro presidente do IBGE. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 113, p. 5-10, jan./mar. 1968. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Razões dos demissionários. In: _____. *A crise do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952a. v. 1. 42 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=280665>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Refutação ao folheto “a questão do Conselho Nacional de Estatística”, de autoria do Presidente do Instituto, General Djalma Polli Coelho. In: _____. *A crise do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952b. v. 2. 135 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=280665>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Ruben Gueiros, o São João Batista da mística ibgeana. In: _____. *Prosa variada de ontem e de hoje*. Recife: Comunigraf, 2006. v. 2: Laudas de louvação. p. 170-175.

À MEMÓRIA de Renato Americano. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 56, p. 379-384, out./dez. 1953. Resenha. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: abr. 2018.

MONTENEGRO, T. H. *Observações e sugestões para a reformulação do sistema estatístico brasileiro e a reorientação das suas atividades*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1964. 67 p. (Estudos sobre a reorganização do Conselho Nacional de Estatística, 3). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81765.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

PEREIRA, S. N. Na boca do sertão ou integrada ao ecúmeno? militares, estatísticos, geógrafos e a localização da nova capital. In: SENRA, N. de C. (Org.). *Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 51-74. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv44769.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

REUNIÕES internacionais de estatística. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, n. 62, p. 125-143, abr./jun. 1955. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: abr. 2018.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1, p. 3-144, jan. 1939. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: abr. 2018.

SCHEID, G. [Depoimento]. Entrevistadores: Roberto Schmidt de Almeida e Francisco José Queiroz Feire. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 31 p. (180 min). Entrevista concedida à Memória Institucional do IBGE em 14 e 22.11.2001.

SENRA, N. de C. *A estatística brasileira e o esperanto: uma história centenária: 1907-2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 161 p. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 10). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemoriaInstitucional/10-A%20Estatistica%20Brasileira%20e%20o%20Esperanto.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Estatísticas organizadas (1936-1972). Prefácio por Angela de Castro Gomes. In: _____. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008a. v. 3. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=231573>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. (Org.). *O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008b. 432 p. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 13). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv38889.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. (Org.). *Teixeira de Freitas e a criação do IBGE: correspondência de um homem singular e plural*. Prefácio de Leandro Garcia Rodrigues. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 536 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv96970.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

SENRA, N. de C.; FONSECA, S. M.; MILLIONS, T. C. (Org.). *O desafio de retratar o país: entrevistas com os presidentes do IBGE no período de 1985 a 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 479 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97302.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

SÍMBOLO do serviço gráfico: IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

SOARES, J. C. de M. Apresentação. *Boletim Estatístico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1-2, p. 3-6, jan./jun. 1943. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=730>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Apresentação. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1, p. 3-

6, jan. 1939. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Apresentação. In: EDUCAÇÃO e saúde: comunicados do órgão central de estatística do Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro: IBGE, 1942. p. XV-XV. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13984.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Prefácio. *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional de

Estatística - INE, ano 2, p. VII-X. 1936. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720>>. Acesso em: abr. 2018.

Quarta parte

AGUALUSA, J. E. Para que serve a verdade? *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 jan. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/para-que-serve-verdade-20841083>>. Acesso em: jun. 2018.

DAVIES, W. How statistics lost their power, and why we should fear what come next. *The Guardian*, Londres, 19 jan. 2017. The long read. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2017/jan/19/crisis-of-statistics-big-data-democracy>>. Acesso em: jun. 2018.

ECO, U. *Pape Satàn Aleppo*: crônicas de uma sociedade líquida. Rio de Janeiro: Record, 2017. 420p.

GIANNETTI, E. *Trópicos utópicos: uma perspectiva brasileira da crise civilizatória*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 216 p.

HARARI, Y. N. *Homo Deus: a brief history of tomorrow*. London: Penguin Random House, 2017. 528 p.

HARAZIM, D. Em nome dos fatos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 05 fev. 2017. Blog do Nobat. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/geral/noticia/2017/02/em-nome-dos-fatos.html>>. Acesso em: jun. 2018.

KARNAL, L. *Todos contra todos: o ódio nosso de cada um*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017. 144 p.

_____. *Diálogo de culturas*. São Paulo: Contexto, 2017. 192 p.

_____. Línguas de veneno e bites de maledicência. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 21 maio 2017. Caderno 2.

PETER Kronstrøm, pesquisador: o futuro de hoje não é o mesmo de ontem. *O Globo*, Rio de Janeiro, 07 fev. 2017. p. 2. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/conte-algo-que-nao-sei/peter-kronstrm-pesquisador-futuro-de-hoje-nao-o-mesmo-de-ontem-20883930>>. Acesso em: jun. 2018.

LATOURE, B. *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*. 1. ed. São Paulo: 34, 2016. 216 p.

MAYER-SCHÖNBERGER, V.; CUKIER, K. *Big Data: como extrair volume, variedade, velocidade e valor da avalanche de informação cotidiana*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MIRANDA, J. Na era da 'pós-verdade', uma semana tem profusão de notícias falsas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 dez. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/na-era-da-pos-verdade-uma-semana-tem-profusao-de-noticias-falsas-20663774>>. Acesso em: jun. 2018.

RAMOS, R. L. O. *As fases da comunicação no IBGE e a mudança na base de cálculo das contas nacionais 2007* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <silvia.fonseca@ibge.gov.br> em 29 mar. 2018.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados). *EU-Lex*, Bruxelas, ano 59, 04 maio 2016. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=OJ:L:2016:119:TOC>>. Acesso em: jun. 2018.

STEPHENS-DAVIDOWITZ, S. *Everybody lies: big data, and what the internet can tell us about who we really are*. New York: Harper Collins, 2017.

VILICIC, F. O passado passou, afirma Ginni Rometty, CEO da IBM. *Veja*, Rio de Janeiro, 22 nov. 2017. p. 22.

WU TAI, D. *Entrevista com David Wu Tai*. Rio de Janeiro, 2017. Entrevista oral concedida a Nelson de Castro Senra e a Silvia Maia Fonseca, realizada no CDDI, no Rio de Janeiro, em 29 set. 2017.

ÍNDICE de imagens

Pág 44



O embaixador Macedo Soares, presidente do IBGE, fala para o jornal *A Manhã*.
Matéria publicada no jornal em 09.10.1941.

Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil)

Pág 45



José Carlos de Macedo Soares, presidente do IBGE
(1936-1951 e 1955-1956).

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 46



Presidente da República Getúlio Vargas preside no
Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, a cerimônia de
encerramento da Convenção Nacional de Estatística, em
11.10.1936. Ao seu lado direito, José Carlos de Macedo
Soares; na extrema direita, Mário Augusto Teixeira de
Freitas.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 47



Teixeira de Freitas, em foto tirada meses antes de falecer.

Acervo da Biblioteca do IBGE



Capa do livro *Teixeira de Freitas e a criação do IBGE: Correspondência de um
homem singular e plural*, organizado por Nelson de Castro Senra, que reúne
400 cartas trocadas entre Teixeira de Freitas e personalidades da sua época.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 48



Manuel Bandeira e Waldemar Lopes, um dos primeiros jornalistas do quadro
do IBGE. Também seria Secretário-Geral da Instituição.

Acervo da Biblioteca do IBGE



Fábio de Macedo Soares Guimarães, José Carlos de Macedo Soares,
Waldemar Lopes e Renato Pacheco Americano.

Acervo da Biblioteca do IBGE



Carlos Drummond de Andrade entre Waldemar Lopes e Alphonsus de
Guimarães Filho.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 49



Waldemar Lopes, um dos primeiros jornalistas do quadro do IBGE.
Também seria secretário-geral da Instituição.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 50



Alguns membros da “roda de Maceió”. Da esquerda para a direita:
Valdemar Cavalcanti, Graciliano Ramos, Aluísio Branco, Rachel de
Queiroz e José Auto, em Maceió (1932).

Acervo da Biblioteca do IBGE



Da esquerda para direita: Graciliano Ramos, Aluísio Branco, Théo Brandão,
José Auto, Rachel de Queiroz e Valdemar Cavalcanti, em Maceió.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 51



Alberto Passos Guimarães, trabalhando no IBGE.

Acervo da Biblioteca do IBGE



Valdemar Cavalcanti, José Auto, Jorge Amado, Rachel de Queiroz e
Alberto Passos Guimarães.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 52



Coletânea dos comunicados à imprensa, elaborados pela Diretoria de
Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 53



“O annuario estatistico do Brasil”, publicado no *Correio da Manhã*,
em 23.01.1937.

Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil)

Pág 54



Cartaz de divulgação do Recenseamento Geral de 1940 afixado no obelisco
existente na Av. Rio Branco (Cinelândia), no Rio de Janeiro (então Distrito
Federal).

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 55



Selos de Estatística.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 56



Entrevista de Teixeira de Freitas concedida ao jornal *A Manhã*, em 08.08.1943.
Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil)

Pág 57



Reportagem sobre o 12º aniversário do IBGE, publicada no jornal *A Manhã*, em 29.05.1946.
Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil)

Pág 58



Djalma Forjaz.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 59



Sud Mennucci.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 60



“Um relógio atrasado”, matéria publicada no *Correio da Manhã*, em 22.12.1951.
Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil)

Pág 61



Primeiro número do jornal *Correio da Manhã*, em 15.06.1901.
Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil)

Pág 63



Primeiro número do jornal *Diário de Notícias*, em 12.06.1930.
Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil)

Pág 63



Charge publicada na imprensa ao longo da crise no IBGE.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 65



Carta aberta de Teixeira e Freitas ao presidente da República Getúlio Vargas solicitando uma comissão independente de investigação sobre o estado das estatísticas brasileiras, publicada no *Diário de Notícias*, em 12.01.1952.
Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil)

Pág 66



“Solução final da controvérsia do I.B.G.E.”, matéria publicada no jornal *A Noite*, em 23.06.1952.
Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil)

Pág 67



“O Novo Censo”, charge de Augusto Rodrigues, publicada no jornal *Última Hora*, em 07.01.1952. Algumas das várias charges publicadas na imprensa ao longo da crise no IBGE.
Acervo da Biblioteca do IBGE



Algumas das várias charges publicadas na imprensa ao longo da crise no IBGE.
Acervo da Biblioteca do IBGE



Pág 68



Servidor tocando na inauguração do Serviço Gráfico.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 70



Conjunto musical formado por
servidores do Serviço Gráfico do IBGE.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 72



Inauguração do Serviço Gráfico do IBGE.
Acervo da Biblioteca do IBGE



Pág 74



Vila Operária do Serviço Gráfico do IBGE, em Parada de Lucas, no
Rio de Janeiro.
Acervo da Biblioteca do IBGE



Busto de Renato Americano, existente na entrada do Serviço Gráfico,
em Parada de Lucas, no Rio de Janeiro, inaugurado em 1953 com
discurso de Teixeira de Freitas.
Acervo da Biblioteca do IBGE



Cerimônia interna no Serviço Gráfico do IBGE, em Parada de Lucas,
Rio de Janeiro.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 75



Ambientes de trabalho no Serviço Gráfico do IBGE, em Parada de
Lucas, no Rio de Janeiro.
Acervo da Biblioteca do IBGE



Pág 76



Renato Americano na sede do Serviço Gráfico do IBGE, ainda na Av.
Pasteur, na Urca, no Rio de Janeiro (antes de ir para Parada de Lucas).
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 77



Eurico de Andrade Neves Borba, Presidente do IBGE (1992-1993).
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 78



Dirigentes e funcionários do Serviço Gráfico do IBGE, no prédio da Praia Vermelha, Rio de Janeiro. Ao centro, o superintendente do Serviço Gráfico, Renato Pacheco Americano.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 79



Designer Aloísio Magalhães, autor do símbolo que foi identidade visual do Serviço Gráfico do IBGE.
Acervo da Biblioteca do IBGE



Identidade visual do Serviço Gráfico.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 80



Professores da Escola de Artes Gráficas, no Serviço Gráfico do IBGE, em Parada de Lucas, no Rio de Janeiro.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 80



Alunos da Escola de Artes Gráficas, no Serviço Gráfico do IBGE, em Parada de Lucas, no Rio de Janeiro.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 81



Missa campal para inauguração da gruta com a imagem de Nossa Senhora de Lourdes, na gráfica do IBGE, em Parada de Lucas.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 81



Atividades na Escola de Artes Gráficas, no Serviço Gráfico do IBGE, em Parada de Lucas, no Rio de Janeiro.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 83



Matéria publicada no jornal *A Noite*, em 03.03.1937.
Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil)

Pág 84



Capa do primeiro exemplar do *Boletim Estatístico*, 1943.
Acervo da Biblioteca do IBGE



Capa do primeiro exemplar dos *Indicadores IBGE*, 1982.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 85



Capa do primeiro exemplar da *Revista Brasileira de Geografia*, 1939.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 86



Texto de Teixeira de Freitas escrito em Esperanto, publicado pelo IBGE em 1948.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 87



Parte da apresentação assinada pelo presidente José Carlos de Macedo Soares, na *Revista Brasileira de Estatística*, em 1940.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 90



Posse de Sebastião Aguiar Ayres na presidência do IBGE. À direita, o ministro do Planejamento e Coordenação Geral, Hélio Beltrão, em 04.04.1967.
Acervo da Biblioteca do IBGE



Parte da Apresentação da *Revista Brasileira dos Municípios*, em 1948.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 91



Ilustrações de Barbosa Leite.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 91



Capa da publicação *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 92



Isaac Kerstenetzky.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 93



Jornalista Edison Cattete Reis, chefe de gabinete na gestão Isaac Kerstenetzky (1970-1979).
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 94



Trabalho de campo do Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF, realizado em 1974-1975.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 102



Computadores, inovações tecnológicas e processamento de dados no Censo Demográfico, Rio de Janeiro.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 104



Da esquerda para direita, Paulo Zouein, assessor da presidência, e o presidente do IBGE Jessé Montello, na inauguração do Pavilhão do Censo Demográfico, no bairro da Mangueira, Rio de Janeiro, 1981.

Acervo da Biblioteca do IBGE



Capa da primeira edição do documento *Para compreender o INPC: um texto simplificado*, com a descrição de como foi criado o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, em 1981.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 105



Isaac Kerstenetzky, presidente do IBGE (1970-1979).

Acervo da Biblioteca do IBGE



Jornalista Edson Carlos Ribeiro trabalhou como assessor de imprensa do IBGE, na gestão de Isaac Kerstenetzky.

Acervo do jornal *O Globo*

Pág 106



Renato Galvão Flores Júnior, Diretor de Informática (1982-1985), na gestão Jessé Montello.

Acervo pessoal



Reportagem sobre o processo da descentralização da informática no IBGE no *Jornal do IBGE*, set. 1989.

Acervo da Biblioteca do IBGE



Os trabalhos de automação das Unidades Estaduais foi assunto da revista *Nova Imagem*, nov./dez. 1985.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 107



Presidente, Charles Mueller, nomeia David Wu Tai como Diretor Geral do IBGE em maio de 1988.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 108



Cartaz de divulgação do acesso aos dados do IBGE via telex e terminal.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 109



O banco de dados do IBGE passou a ser acessados por telex, via Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes - RENPAC ou terminais de computador, como noticiado no *Jornal do IBGE*, mar. 1989.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 110



O lançamento do primeiro produto em disquete: série histórica do INPC, apresentado na VIII Feira Internacional de Informática, no Rio de Janeiro, foi anunciado no *Jornal do IBGE*, ago. 1988.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 111



Edmar Lisboa Bacha, presidente do IBGE (1985-1986).

Acervo da Biblioteca do IBGE



Capa do número zero do primeiro *house organ* do IBGE: revista *Nova Imagem*, lançada em outubro de 1985.

Acervo da Biblioteca do IBGE



José Baião, chefe do Departamento de Disseminação de Informações da Diretoria de Informática, em reportagem para a revista *Nova Imagem*, n. 0, p. 9-10, out. 1985.

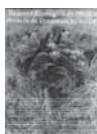
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 112



Carimbo dos Correios, em homenagem ao cinquentenário do IBGE.

Acervo da Biblioteca do IBGE



O acervo de recursos naturais do Planalto Central, disponível na Reserva Ecológica do IBGE, foi apresentado em ampla reportagem da revista *Nova Imagem*, jan./fev. 1986.

Acervo da Biblioteca do IBGE



O resultado final da reforma administrativa foi divulgado no *Caderno de Serviços*, encartado na revista *Nova Imagem*, out./nov. 1986.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 113



Reportagem sobre a gráfica e os gráficos do IBGE, revista *Nova Imagem*, ago./set. 1986.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 114



Capa do primeiro exemplar do *Jornal do IBGE*, maio 1987.
Acervo da Biblioteca do IBGE



Editorial sobre o jornalista Paulo Murillo, primeiro editor-chefe da revista *Nova Imagem*, jan./fev. 1986..
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 117



As medalhas do time vencedor do torneio de futebol pelos 50 anos do IBGE foram entregues pela assessora de imprensa Shirley Soares, em maio de 1986, no complexo de Parada de Lucas, Rio de Janeiro.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 118



Equipe da Comunicação Social após a solenidade de comemoração pelos 51 anos do IBGE, no complexo da Mangueira, Rio de Janeiro.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 119



A primeira edição do projeto "Caminho do Índices" foi realizada na gestão do presidente Edson Nunes, noticiada pelo *Jornal do IBGE*, jun. 1987.
Acervo da Biblioteca do IBGE



Matéria sobre o "Caminho dos Índices", publicada no *Jornal do IBGE*, mar. 1989, com o Diretor de Pesquisas, Lenildo Fernandes Silva, e o chefe do Departamento de Índices de Preços, Ricardo Braule Pinto.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 120



Míriam Leitão.
Acervo pessoal

Pág 121



Matéria de lançamento da PNAD de 1986 durante café da manhã com a imprensa com o Presidente Edson Nunes, do *Jornal do IBGE*, jun. 1987.
Acervo da Biblioteca do IBGE



Seminário sobre o Índice de Preços ao Consumidor foi notícia do *Jornal do IBGE*, mar. 1990. Na foto da reportagem aparecem Lenildo Fernandes, Diretor de Pesquisas, e Ricardo Braule, chefe do Departamento de Índices de Preços.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 122



Clipping de jornais com informações do IBGE.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 123



Clipping de jornais com informações do IBGE.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 124



Semana Nacional do Meio Ambiente, realizada no prédio do IBGE na Mangueira, no Rio de Janeiro, no *Jornal do IBGE*, maio 1988.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 125



Coluna “Conversa com o Presidente”, do *Jornal do IBGE*, maio 1987.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 126



O programa do seminário sobre disseminação foi divulgado no *Jornal do IBGE*, jun. 1987.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 127



Capa do *Jornal do IBGE*, nov. 1989, reportagem sobre as eleições para Presidente da República. nov. 1986.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 128



Capa do *Jornal do IBGE*, jan. 1990.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 129



Capas do *Jornal do Censo* veiculado em 1991 e em 1996.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 130



Capa do primeiro número da revista *Vou te Contar*, que foi publicada em dois períodos: 2000-2003 e 2009-2011, sobre a temática censitária.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 131



Suzana Pinheiro Machado Muelers, Diretora de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal (1985-1987), primeira titular do CDDI.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 132



O último número *Jornal do IBGE* circulou em março de 1990, com uma homenagem a Teixeira de Freitas, fundador e primeiro secretário-geral do IBGE.

Acervo da Biblioteca do IBGE



A vistoria do prédio da General Canabarro, no Rio de Janeiro, foi notícia, no *Jornal do IBGE*, jun. 1989.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 133



Primeiro volume do *Informativo CDDI* que circulou de 1990 a 1992.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 134



Jornal do IBGE, set. 1988. Na foto acima, Paulo Tafner, segundo titular do CDDI.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 135



Folha de rosto do volume 1 da série Documentos para Disseminação, *O IBGE e o atendimento a sociedade: prefácio ao projeto técnico do CDDI*, elaborado por Nelson de Castro Senra e Lídia Vales de Souza.

Acervo da Biblioteca do IBGE



Capa do volume 3 da série Documentos para Disseminação, *Pensando a disseminação de informações: o caso do IBGE*, elaborado por Nelson de Castro Senra.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 136



O chefe do setor de perfuração, Altamiro de Miranda e Elizabeth Granado, da editoração, nas dependências do antigo prédio do Serviço Nacional de Recenseamento, na Urca, Rio de Janeiro.

Acervo da Biblioteca do IBGE



Capa do *Jornal do IBGE*, mar. 1988, com o primeiro mapa impresso pelo Serviço Gráfico do IBGE, em 1940, em comemoração ao quinto Recenseamento Geral do Brasil.

Acervo da Biblioteca do IBGE



O resultado do concurso dos 50 Anos da Gráfica, divulgado no *Jornal do IBGE*, maio 1988.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 137



Maria Alice e sua mãe Nilza Therezinha Dutra Neves, no Serviço Gráfico do IBGE, em Parada de Lucas, Rio de Janeiro.

Acervo da Biblioteca do IBGE



Reportagem de capa "A gráfica e os gráficos uma história de amor", na revista *Nova Imagem*, ago./set. 1986.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 137



Aluno da Escola de Artes Gráficas recebe prêmio do superintendente do Serviço Gráfico, Renato Pacheco Americano, em 1963.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 138



Arcos existentes no pavilhão do Serviço Gráfico, em Parada de Lucas, no Rio de Janeiro, que, segundo a tradição oral no IBGE, saíram das pranchas de Oscar Niemeyer (em resposta a nossa consulta, em junho de 2018, a Fundação Oscar Niemeyer esclareceu que os arcos não constam da relação de obras de autoria do arquiteto).

Acervo da Biblioteca do IBGE



Eduardo Guimarães, presidente do IBGE (1990-1992).

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 139

BRAZIL
in Figures



Capas de alguns volumes do *Brasil em Números*, com textos em inglês e português.

Acervo da Biblioteca do IBGE



Pág 140



Número zero da primeira *newsletter Carta IBGE*, maio 1995, na gestão Simon Schwartzman.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 141



Número 1 da *newsletter Carta IBGE*, maio 1995, na gestão Simon Schwartzman.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 148



Na entrega do prêmio Faz Diferença, do jornal *O Globo*, a presença da diretoria do IBGE. Da esquerda para direita: o diretor de informática José Sant'Anna Bevilacqua, o Presidente do IBGE Paulo Rabello de Castro, a coordenadora operacional dos Censos Maria Vilma Salles Garcia, a presidente da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas, Wasmália Bivar, a coordenadora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas Maysa Magalhães, o Diretor Executivo Fernando Abrantes, o coordenador do Centro de Documentação e Disseminação de Informações David Wu Tai, o diretor de pesquisas em exercício Cláudio Crespo e o Diretor de Geociências Wadih Scandar.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 149



O presidente do IBGE, Paulo Rabello de Castro, recebeu o prêmio Faz Diferença das mãos da editora de Economia, Flávia Barbosa, e da editora-executiva Maria Fernanda Delmas, do jornal *O Globo*.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 150



Folheto com os principais pontos do documento preparado (em 1994) pelo presidente Simon Schwartzman, *O presente e o futuro do IBGE*, com uma análise do Instituto e suas perspectivas. O resumo com as charges foi divulgado entre os servidores.

Acervo da Biblioteca do IBGE

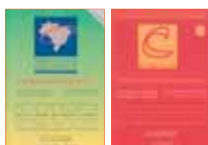
Pág 152



Simon Schwartzman, presidente do IBGE (1994-1998).

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 153



Capa do programa e o cartaz do I Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, realizado no Rio de Janeiro, de 27 a 31 de maio de 1996.

Acervo da Biblioteca do IBGE



Último número da newsletter *Carta IBGE*, n. 63, jan./fev. 2000, na gestão Sérgio Besserman.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 154



O presidente do IBGE, Simon Schwartzman, e o coordenador do CDDI, David Wu Tai, na inauguração das instalações do IBGE, na Av. Chile.

Acervo da Biblioteca do IBGE



O portal do IBGE, na Internet, ilustra a reportagem do *Boletim IBGE*, jul.1997.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 154



Uma das primeiras páginas do portal do IBGE na Internet, 1996.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 155



Simon Schwartzman.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 156



Márcio Imamura.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 157



Revista *PC Magazine*, n. 91, abr. 1996.
Acervo da CCS



Reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, 26 maio 1996, p. 10.
Acervo da CCS

Pág 158



IBGE ganha prêmio IBest 1996 e a notícia é divulgada no *Boletim do IBGE*, abr. 1997.
Acervo da Biblioteca do IBGE



Edna Rodrigues Campello.
Acervo da Biblioteca do IBGE



Coleção de prêmios conquistados pelo IBGE.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 159



O site Cidades@, no portal do IBGE na Internet, com informações sobre os municípios.

Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>



Nova versão do portal do IBGE que foi ao ar em setembro de 2017.

Disponível em: <<https://ibge.gov.br/>>

Pág 160



IBGE publica o primeiro livro infantil sobre mudanças climáticas, escrito pela jornalista Kristina Michahelles e com ilustrações de Mariana Massaranino. O livro foi lançado em 2002, no CDDI, sob o título: *O que está acontecendo com a nossa terra?*

Acervo da Biblioteca do IBGE



Imagens dos sites voltados para o público jovem, no portal do IBGE na Internet.

Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/>>



Pág 161



Logo do banco de dados SIDRA no portal do IBGE.

Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>>



O projeto *IBGE explica* reúne vídeos de curta duração explicando as metodologias de temas variados, com base nos estudos feitos e divulgados pelo Instituto.

Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/nossos-sites.html>>



Logo do site IBGEeduca, que é voltado para a educação.

Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/>>



Imagem das ferramentas *Estados@* e *Países@*, no portal do IBGE, com informações sobre todos os estados brasileiros e países reconhecidos pelas Nações Unidas.

Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> e <<https://paises.ibge.gov.br/#/pt>>



Pág 162



David Wu Tai.
Acervo da Biblioteca do IBGE



Sérgio Besserman.
Acervo da Biblioteca do IBGE



Lídia Vales de Souza.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 163



O presidente do IBGE, Sérgio Besserman, ao lado do jornalista Luiz Mario Gazzaneo, na instalação do Conselho Técnico, em junho de 2001.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 164



Jornalistas de diversos veículos de comunicação participam da reunião de embargo da PNAD 2005, realizada na sala da Comunicação Social - CCS, no Rio de Janeiro.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 166



O embargo do IBGE é assunto na coluna “Por dentro do Globo” do jornal *O Globo*, em diversas edições.
Acervo da CCS



Pág 167



Martha Mayer.
Acervo pessoal

Pág 168



Luiz Gazzaneo.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 169



Calendário de divulgação dos indicadores.
Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/calendario-indicadores-novoportal.html>>. Acesso em: jul. 2018.



Calendário dos indicadores conjunturais do IBGE.
Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/calendario-estudos-e-pesquisas-estruturais-especiais>>. Acesso em: jul. 2018.

Pág 170



Reportagem do jornal O Globo, de 12 de outubro de 2007, sobre a precedência das informações.
Acervo da CCS

Pág 171



Clipping de jornais com informações da divulgação da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, do IBGE.
Acervo da CCS

Pág 173



Portaria n. 355, de 05.11.2007 de novembro de 2007, estabelece procedimentos para a divulgação dos resultados de indicadores conjunturais do IBGE e trata também da precedência dos resultados.

Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/institucional/documentos-ibge/precedencia-de-informacoes>>

Pág 175



A valorização da comunicação regionalizada é um dos objetivos da Política de Comunicação Integrada do IBGE.

Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/institucional/documentos-ibge.html>>

Pág 177



Os coordenadores, da CCS, Luiz Gazzaneo, e do CDDI, David Wu Tai.

Acervo pessoal de David Wu Tai

Pág 179



Da esquerda para a direita: Luiz Gazzaneo, coordenador da CCS; William Bonner, jornalista da TV Globo; e Eduardo Pereira Nunes, presidente do IBGE, durante o II Encontro Nacional de Chefes de Agências, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, em junho de 2009.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 180



Clipping de jornais regionais com informações do IBGE.

Acervo da CCS



Pág 181



Clipping de jornais regionais com informações do IBGE.
Acervo da CCS

Pág 182



Clipping de jornais com informações divulgadas pelo IBGE.
Acervo da CCS

Pág 184



Gráfica digital do CDDI, no complexo Canabarro, no Rio de Janeiro.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 185



Maria Alice Nabuco.
Acervo pessoal

Pág 186



Alguns números dos informativos para a divulgação das pesquisas estruturais do IBGE, disponíveis para *download* no portal.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 187



Beth Cataldo, jornalista.

Acervo pessoal

Pág 187



O documento *Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais*, desenvolvido pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, em 1994, pode ser consultado no portal do IBGE.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/institucional/documentos-ibge.html?option=com_content&view=article&id=16148>

Pág 188



Nelson Senra.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 189



A *Política de Comunicação Integrada* está disponível no portal do IBGE.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/np_download/novoportal/documentos_institucionais/politica_de_comunicacao_2ed_2016.pdf>

Pág 190



O guia *Código de boas práticas das estatísticas do IBGE*, publicado em dezembro de 2013, está disponível no portal do IBGE.

Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93798.pdf>>

Pág 192



Notícia no Portal do IBGE.

Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14676-asi-ibge-informa-erro-nos-resultados-da-pnad-2013>>



Reportagem do jornal *O Globo*, de 20 de setembro de 2014, economistas afirmaram que IBGE agiu com transparência no erro da PNAD 2013.

Acervo da CCS

Pág 193



Reportagem do jornal *O Globo*, em 26 de setembro de 2014, favorável ao IBGE, após a instalação das duas comissões para avaliar o erro da Pnad 2013.

Acervo da CCS



O documento *Política de revisão de dados divulgados das operações estatísticas do IBGE* está disponível no portal do IBGE.

Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95286.pdf>>.

Pág 194



Roberto Olinto.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 195



O guia *Procedimentos para lidar com erros de divulgação de dados e informações estatísticas do IBGE* está disponível no portal do IBGE.
Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94492.pdf>>

Pág 197



Nova Intranet do IBGE, que entrou no ar a partir do dia 05.05.2015.
Print da página.
Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa.html>>

Pág 198



Capa do *Jornal do Censo*, n. 1 set. 1991.
Acervo da Biblioteca do IBGE



Capa da revista *Nova Imagem*, n. 7, out./nov. 1986.
Acervo da Biblioteca do IBGE



Capa da revista *Vou te Contar*, n. 2, ago. 2000.
Acervo da Biblioteca do IBGE



Páginas 32-33 da revista *Fala, IBGE*, n.10, nov 2015.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 199



Expediente e coluna “Carta da Presidenta”, publicada na revista *Fala, IBGE*, n. 0, out./dez. 2011.
Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 199



Coluna "Carta da Presidenta" publicada na revista *Fala*, IBGE, n. 2, abr./set. 2012.

Acervo da Biblioteca do IBGE



Capa da revista *Fala*, IBGE, n. 2, abr./set. 2012

Acervo da Biblioteca do IBGE



Páginas 6-7 da revista *Fala*, IBGE, n. 2, abr./set. 2012.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 200



Página 11 da revista *Fala*, IBGE, n. 1, jan./mar. 2012.

Acervo da Biblioteca do IBGE



Capa da revista *Fala*, IBGE, n. 10, de nov. 2014/mar. 2015.

Acervo da Biblioteca do IBGE



Capa da revista *Retratos*, n. 1, jun. 2017.

Acervo da Biblioteca do IBGE

Pág 201



Sala de Imprensa, em junho de 2017.

Print da página.

Acervo da CCS

Pág 202



Capa do *Guia do Censo 2010 para jornalistas*, elaborado pela CCS.
Acervo da Biblioteca do IBGE



Manual de relacionamento com a imprensa, elaborado pela CCS,
em 2009, com orientações básicas para os pesquisadores do IBGE.
Acervo da Biblioteca do IBGE



Site do Censo Agro 2017, no portal do IBGE, com informações
sobre o levantamento.
Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/>>

Pág 203



Página do IBGE no canal Facebook em 2018.
Disponível em: <https://www.facebook.com/ibgeoficial>



Página oficial do IBGE no YouTube, em 2016.
Disponível em: <<https://www.youtube.com/ibgeoficial>>

Pág 204



A nova *Agência IBGE Notícias* entrou no ar em 29.05.2017.
Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>

Pág 205



Agência IBGE Notícias anuncia seus produtos de
multimídia no *site*.
Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>

Pág 218



Diana Paula de Souza.
Acervo da CCS

Sobre os autores

Pág 267



Da esquerda para a direita: Nelson de Castro Senra, Teresa Cristina Millions e Silvia Maia Fonseca, durante o lançamento do livro *O desafio de retratar o país: entrevistas com os presidentes do IBGE no período de 1985 a 2015*.

Acervo da Biblioteca do IBGE

equipe
TÉCNICA

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

David Wu Tai

Planejamento, coordenação e elaboração da obra

Nelson de Castro Senra

Teresa Cristina Millions

Silvia Maia Fonseca

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Katia Vaz

Fernanda Maciel Jardim

Leonardo Martins

Marisa Sigolo Mendonça Barcelos

Diagramação

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Programação visual e tratamento de imagens

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Gerência de Documentação

Ana Raquel Gomes da Silva

Juliana Chagas Moreira

Juliana da Silva Gomes

Lioara Mandoju

Nádia Bernuci dos Santos

Solange de Oliveira Santos

Valéria Maria Melo (Estagiária)

Sobre os autores

Nelson de Castro Senra é economista, pesquisador e professor no IBGE. Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e Mestre em Economia, pela Escola de Pós-Graduação em Economia - EPGE, da Fundação Getulio Vargas - FGV.

Silvia Maia Fonseca é jornalista e servidora do IBGE. Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE, e com Especialização em Políticas Públicas e Governo, pela Escola de Políticas Públicas e Governo - EPPG, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Teresa Cristina Millions é publicitária, relações públicas e servidora do IBGE. Possui Especialização em Gestão Estratégica de Comunicação e Marketing, pela Universidade Cândido Mendes - UCAM.

Da esquerda para a direita:
Nelson de Castro Senra,
Teresa Cristina Millions
e Silvia Maia Fonseca,
durante o lançamento do
livro *O desafio de retratar
o país: entrevistas com os
presidentes do IBGE no
período de 1985 a 2015*.



**Esta publicação foi impressa pela Editora e Papéis Nova Aliança Eireli - EPP
para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em papel Couché Matte 115 g/m².**

Brasil em pauTA

A trajetória da
comunicação no IBGE

A história da comunicação em uma das instituições mais antigas do País é contada neste livro, que destaca, também, o trabalho de alguns de seus notáveis profissionais.

A comunicação esteve presente na base da criação do IBGE, que, ao longo desses 82 anos, manteve o Brasil em pauta com informações confiáveis sobre a nossa realidade. No passado, Teixeira de Freitas foi pioneiro nesse trabalho, com a publicação de textos, nos jornais e periódicos, que revelavam o retrato do País. De lá para cá, o IBGE passou por grandes mudanças, com a entrada das novas tecnologias e o desenvolvimento de bases de dados mais amigáveis, e a linguagem dos produtos, nas áreas de Estatística e Geociências, se tornou cada vez mais determinante para a usabilidade das informações.

O livro mostra as mudanças no ambiente de trabalho, compartilha as experiências, reconhece a tradição, indica a renovação e valoriza as inovações. Esse movimento é fundamental no processo de comunicação e, sobretudo, contribui no sentido de conferir respaldo político e legitimação ao IBGE – um ativo do Brasil.

